





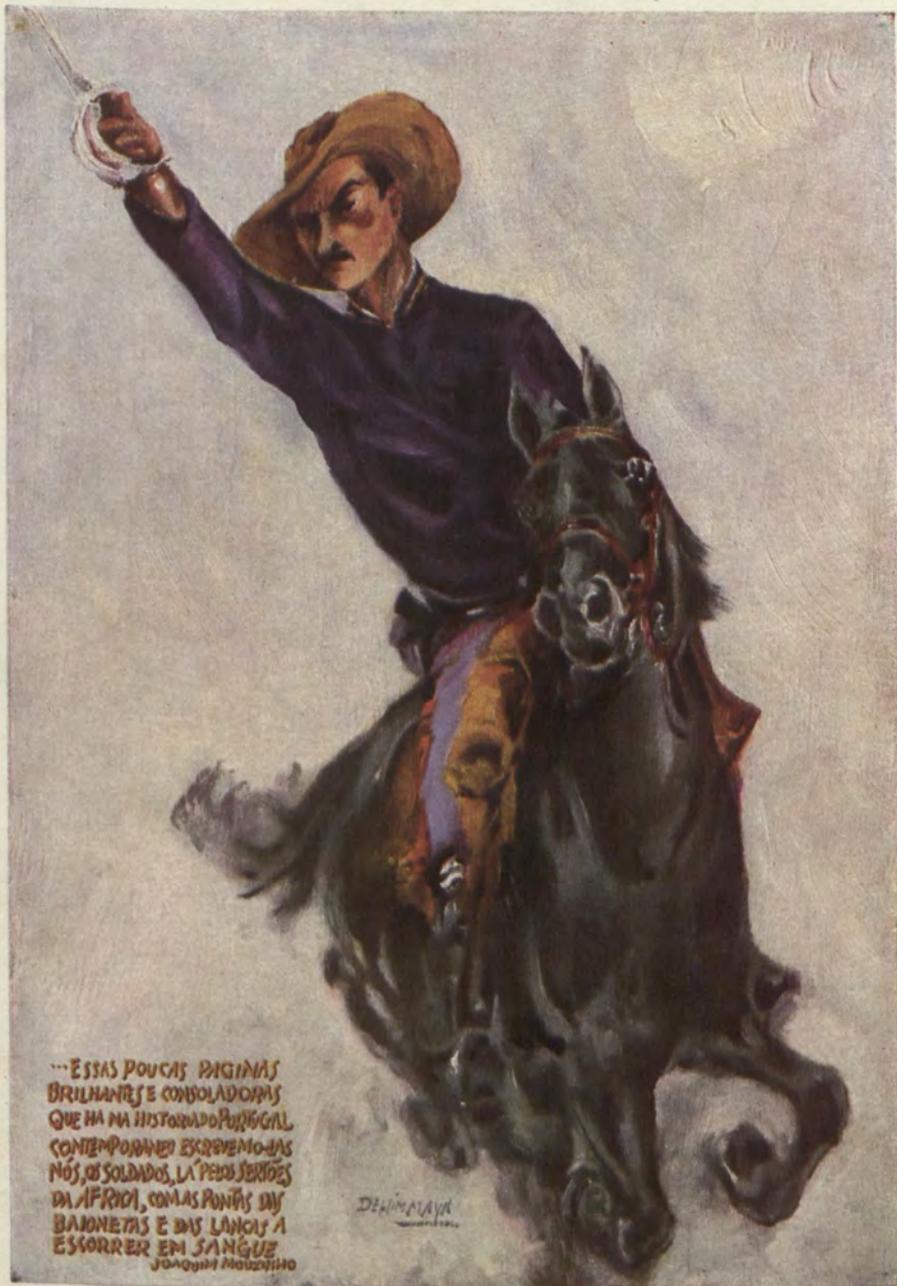
BIBLIOTECA  
DO EXÉRCITO





# Revista da Cavalaria

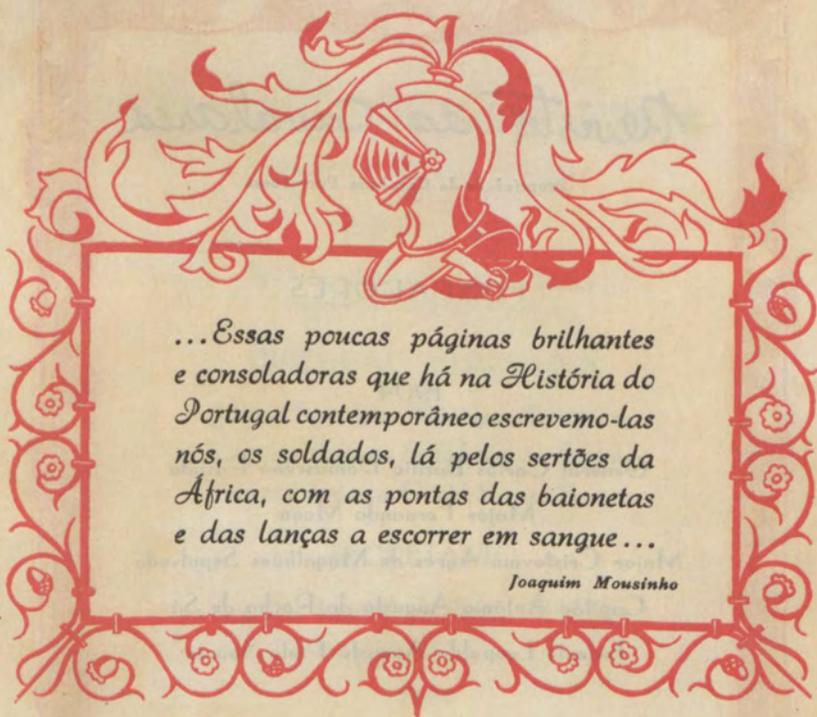
1.204



janeiro-fevereiro

1955





*...Essas poucas páginas brilhantes  
e consoladoras que há na História do  
Portugal contemporâneo escrevemo-las  
nós, os soldados, lá pelos sertões da  
África, com as pontas das baionetas  
e das lanças a escorrer em sangue ...*

*Joaquim Mousinho*



# Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

## FUNDADORES

1904

General Carlos Bazílio Damasceno Rosado

Major Fernando Maya

Major Cristovam Ayres de Magalhães Sepulveda

Capitão António Augusto da Rocha de Sá

Tenente Leopoldo Augusto Pinto Soares

1939

Capitão João Gamarró Correia Barrento

Capitão Amadeu Santo André Pereira

Tenente Augusto Casimiro Ferreira Gomes

Tenente António S. Ribeiro de Spínola

Alferees Luís Manuel Tavares



# Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

## DIRECTOR

General Abílio Pais de Ramos  
Director da Arma de Cavalaria

## DIRECÇÃO EXECUTIVA

Major José João Henriques de Avellar  
Capitão António S. Ribeiro de Spínola  
Tenente António Gentil Soares Branco

## SECRETÁRIO

Capitão Manuel de Sousa Vitoriano

## SEDE

DIRECÇÃO DA ARMA DE CAVALARIA  
Calçada da Ajuda — Telef. 63 8167

Composta e impressa na Tipografia  
da Liga dos Combateutes da Grande Guerra

## CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano . . . . . 45\$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 7\$50



# Revista da Cavalaria

## CORPO DE REDACÇÃO

General Humberto Buceta Martins

Brigadeiro Luís Almeida Ribeiro

Coronel Ricardo José Alves Porto

Coronel Amadeu Buceta Martins

Ten. Coronel António da Cunha Viana

Ten. Coronel Fernando Pires Monteiro

Ten. Coronel Joaquim Rodrigues Gomes Júnior

Major Alberto Joice Cardoso dos Santos

Major Luís Valentim Deslandes

Major João Gamarrô Correia Barrento

Major Fernando António Cerqueira da S. Pais

Major Amadeu de Santo André Pereira

Major Carlos Alberto Serpa Soares

Major António Camilo Sá P. de A. Souto Maior

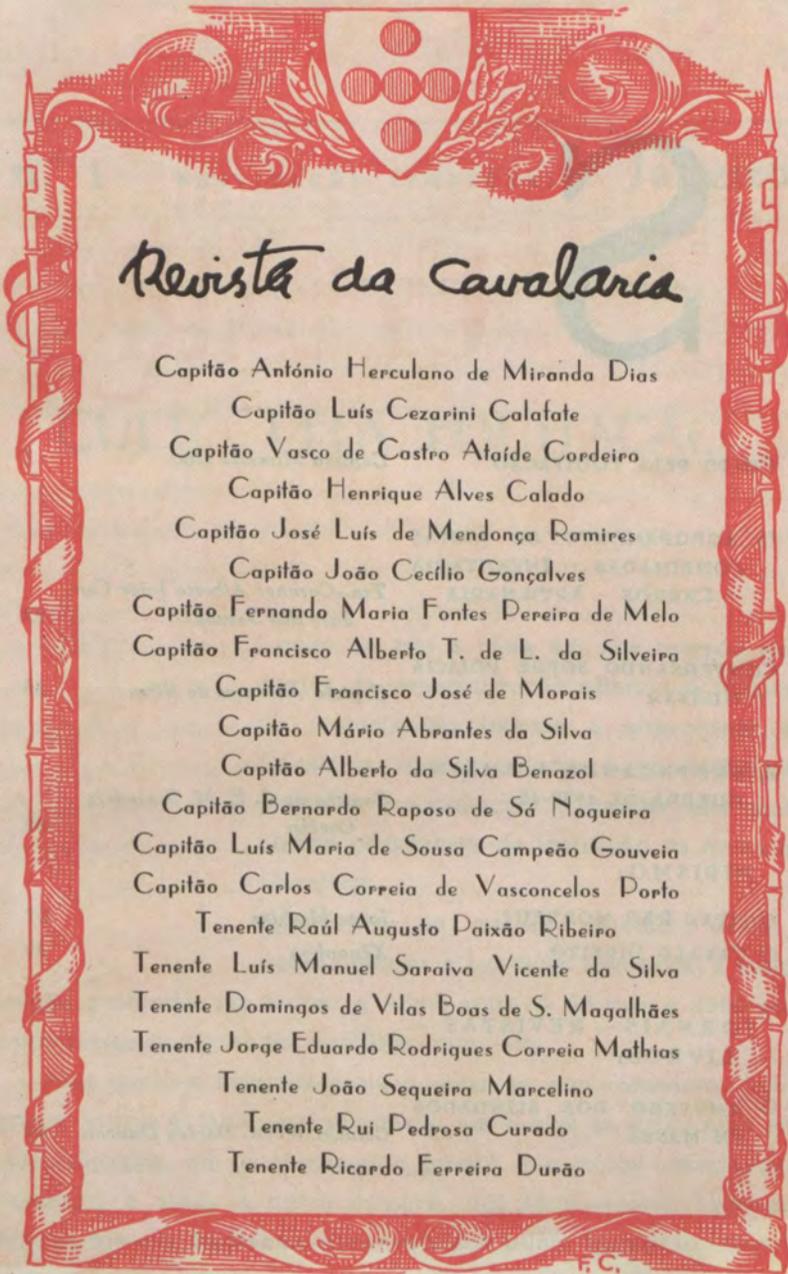
Major António Quintino da Costa

Capitão Jorge da Silva Oliveira Travassos Lopes

Capitão José da Costa Gomes

Capitão Jaime Filipe da Fonseca

Capitão José Félix Alves de Carvalhosa



## Revista da Cavalaria

- Capitão António Herculano de Miranda Dias  
Capitão Luís Cezarini Calafate  
Capitão Vasco de Castro Ataíde Cordeiro  
Capitão Henrique Alves Calado  
Capitão José Luís de Mendonça Ramires  
Capitão João Cecílio Gonçalves  
Capitão Fernando Maria Fontes Pereira de Melo  
Capitão Francisco Alberto T. de L. da Silveira  
Capitão Francisco José de Moraes  
Capitão Mário Abrantes da Silva  
Capitão Alberto da Silva Benazol  
Capitão Bernardo Raposo de Sá Noqueira  
Capitão Luís Maria de Sousa Campeão Gouveia  
Capitão Carlos Correia de Vasconcelos Porto  
Tenente Raúl Augusto Paixão Ribeiro  
Tenente Luís Manuel Saraiva Vicente da Silva  
Tenente Domingos de Vilas Boas de S. Magalhães  
Tenente Jorge Eduardo Rodrigues Correia Mathias  
Tenente João Sequeira Marcelino  
Tenente Rui Pedrosa Curado  
Tenente Ricardo Ferreira Durão

# SUMÁRIO

CULTO PELA EQUITAÇÃO	<i>Capitão Miranda Dias</i>	7
O AGRUPAMENTO DE ARMAS COMBINADAS — INFANTARIA — CARROS — ARTILHARIA	<i>Ten.-Coronel Alberto Joice Car- doso dos Santos</i>	13
CONVERSANDO SOBRE POLÍCIA MILITAR	<i>Capitão Abrantes da Silva</i>	35
A PROPAGANDA ALEMÃ NA GUERRA DE 1939-45	<i>Capitão do C. E. M. Serzedelo Coelho</i>	39
HIPISMO:		
GUSTAV RAU MORREU!	<i>Jorge Mathias</i>	57
O CAVALO DIREITO	<i>Xénophon</i>	59
JORNAIS — REVISTAS — LIVROS:		
O EMPREGO DOS BLINDADOS EM MASSA	<i>Coronel W. M. Darlen Duncan</i>	64



# Revista da Cavalaria

16.º ano-n.º 1

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Janeiro-Fevereiro

1.204

11.7.955

Livro Aux

35

## CULTO PELA EQUITAÇÃO



Longe de nós a ideia de, nos tempos exigentes da especialização altamente técnica, da motorização intensa e absorvente da Cavalaria, querer colocar a equitação em primeira preocupação a atender nos complexos programas de instrução da Arma de Cavalaria.

Ignorância, ou melhor, estultícia seria a nossa, ignorar a evolução tremenda, a modificação profunda que sofreu a Arma após as últimas e dolorosas experiências dos grandes conflitos mundiais.

Mas também cegueira seria a nossa se esquecêssemos que a guerra ainda é feita por homens e, se a eles se exige uma alta especialização, um conhecimento inteiro dos meios complexos e inúmeros, é ainda e como sempre, nos seus valores humanos, intrinsecamente humanos, desenvolvidos numa formação integral, onde se vai encontrar a base verdadeira de um forte potencial bélico, o segredo das vitórias impossíveis, a razão por que os

# Revista da Cavalaria

povos a quem assiste o direito, ao fim e ao cabo, vencem as guerras que, de início, pareceram difíceis.

Homens para fazer a guerra têm de ter corpos robustos, habituados ao esforço, à canseira, ao exercício; vontades trabalhadas na dificuldade, na exigência, na firmeza; mentes exercitadas a tomar resoluções prontas e eficazes, a enfrentar os problemas mais diversos, que seguem num ritmo tal que quase não permite um estudo completo; espíritos que seguem uma mística e respeitam uma regra, que conhecem os homens no mais recôndito das suas almas e no mais profundo dos seus anseios.

Podem os meios ser os mais perfeitos, os mais modernos, os mais potentes, mas, se não houver homens a accioná-los, mas homens com todos os valores desenvolvidos e trabalhados, homens completos nos seus poderes, os meios são meras peças de museu e os exércitos museus científicos bem apetrechados, é certo, mas apenas museus que terão muitos artífices para cuidar e demonstrar a possível eficiência do seu material, mas a quem faltará a garra para os utilizar em pleno.

Há, portanto, que desenvolver e manter os valores humanos, os valores basilares, os valores anímicos para que os meios inerentes à sua disposição ganhem «alma», tomem presença activa, quase pessoal e consciente, porque a eles, pobre matéria, o homem insuflou vida, animação, entusiasmo, determinação.

\*

O conhecimento da técnica, a experiência da utilização perfeita do complexo e variado material exige muito estudo, muito esforço, até longo tempo para dominar a sua estrutura, o seu emprego e, depois, a evolução quase diária que ele sofre. Mas uma alma, um espírito, uma vontade, uma inteligência, levam bem mais tempo a desenvolver, exigem bem maior esforço para o seu melhoramento e manutenção.

## Revista da Cavalaria

Quanto a nós, é aí que a equitação tem o seu papel, o largo, importante, insubstituível papel, nesta terra que é pátria de cavaleiros, para esta gente que tem uma história profundamente impressionada pelo alto, largo e profundo espírito da Cavalaria.

O cavalo já não tem presença, senão esporádica, episódica, no campo de batalha, reconhecêmo-lo não sem certa saudade, mas tem-na, sim, imensa, perfeita, eficaz como elemento utilíssimo na educação e formação de uma robusta, sãdia, resolvida e edificada mocidade; na manutenção de um espírito aberto, juvenil, compreensivo e activo em todas as idades e em todas as situações. A equitação tanto serve à criança que quer ensaiar os primeiros passos no domínio de algo que é animado, como serve à pessoa idosa, que passado o tempo das largas possibilidades físicas, ainda quer manter um corpo que lhe obedeça e um espírito que não envelheça.

A guerra exige corpos robustos, vontades trabalhadas, mentes exercitadas, espíritos esclarecidos, e a equitação, quando bem compreendida e praticada, a tudo isso satisfaz. Robustece o corpo por mil canseiras, esforços, trabalhos, exercícios, quedas e acidentes; fortalece vontades pelo domínio, sempre exigente de uma outra que só se verga a uma vontade mais forte, e porque é regra que nunca teve contraditor, após um desaire qualquer repetir-se o exercício, dominando a dificuldade que o originou; exercita mentes porque os problemas da equitação têm mutação cinematográfica sempre nova, sempre diferente, diferente para cada cavalo e em cada cavalo diferente em cada dia; esclarece espíritos porque quem pratica equitação, liga-se pela acção aos antigos Cavaleiros que tinham uma regra, que respeitavam uma mística que impressionou de tal modo o Mundo que hoje ainda, quando se quer distinguir uma alma de eleição, se dá ao eleito a auréola de Cavaleiro.

Mas se há hoje, dizem os negadores, quem, praticando a equitação, não se liga ao alto espírito que animou os cavaleiros de sempre, esse, dizemos nós, é indigno de, verdadeiramente, receber o título de Cavaleiro, de pertencer ao Grémio da Cavalaria; será

# Revista da Cavalaria

quando muito um hábil palafreheiro, mas sempre pobre, apoucado e apontado, porque tendo de respeitar e defender um riquíssimo património, o desbarata e nega.

\*

Se há outros exércitos que recusam à equitação o valor que ela tem neste dominante sector, é porque não têm na sua história uma tão longa tradição que, até nos permite dizer termos um império talhado a montante do alto de um corcel; é porque os seus quadros contam com mil e uma possibilidades, quer oficiais quer particulares, para praticarem desportos todos eles concorrentes para desenvolver e manter valores físicos, morais e intelectuais necessários à função guerreira.

Mas a nós, sem estas largas possibilidades e com aquela arreigada tradição, tão rica e tão impressionante, desprezar a equitação numa época em que os corpos se definham em febris actividades e loucos prazeres; as vontades se apoucam, cerceadas em fechadas orgânicas e sem o culto da independência e da iniciativa; as mentes se submetem aos complicados, mas frios, problemas de gabinete; os espíritos se diluem num infrene viver materializado, em que se pretende não reconhecer a primazia do espírito e apoucar os que apontam o caminho da espiritualidade; desprezar a equitação é política nociva à manutenção de quadros que se querem enriquecidos com os valores de uma sólida e integral formação.

Lembremos quantos na nossa terra, impressionados pelo alto espírito da Cavalaria, serviram ou servem a Pátria nos mais altos postos ou nas mais difíceis emergências; lembremos quantos nomes ilustres foram buscar aos poderes da equitação forças para levantar povos, para forjar espíritos.

Invoquemos, ainda, dois grandes homens públicos, de projecção internacional, grandes na defesa dos seus patrimónios

## Revista da Cavalaria

rácicos, os quais bem souberam invocar a equitação, Sir Wiston Churchill, quando quis dizer da sua importância na vida de um homem — *«nunca é perdida a hora que é passada a cavalo»*, e o Dr. Gustav Rau quando, querendo levantar as forças do seu povo, que pareciam perdidas após uma longa e exaustiva guerra, profetizou: *«se cumprirmos a campanha de — todos a cavalo — a Alemanha encontrará a sua alma, perdida em tão sangrenta como prolongada guerra»*.

\*

Mais equitação, melhores cavalos, maior competência nos instrutores, mais bem apetrechados picadeiros, pistas, campos de obstáculos e de exterior e veremos os quartéis povoados de gente viva, entusiástica, capaz de todo o esforço e sacrifício, seja em que ramo for, em que actividade deles houver necessidade. O largo espírito trabalhado a cavalo a tudo se adapta e a tudo serve, assim saibam criá-lo e desenvolvê-lo; em cima de vibrantes corcéis, dentro de poderosos engenhos, por baixo de complicados motores, ele de tudo cuida e a tudo se adapta. O mesmo se não pode dizer do inverso.

Portugal, sem o Grémio da Cavalaria, seria um país que renegava o seu passado; Exército sem Cavalaria, seria um corpo sem o olhar profundo, sem o ouvido apurado, sem o tacto que define a forma e perscruta e esquadrinha; Cavalaria sem o cavalo e, consequentemente, sem o espírito que ele cria e desenvolve — o belo espírito cavaleiro que tanto serve ao espírito militar como ao espírito guerreiro — seria um corpo a quem se tirou a alma e se applicou uma outra personalidade estranha e incompleta.

Por tudo isto e mais aquilo — e é tanto — que não soubemos dizer, mas que existe, estamos certos que nas fileiras do Exército não desaparecerá o exercício que colocando o português de hoje actualizado com o seu passado, pela tradição que lhe sugere e pela valorização que lhe faculta, fornece aos seus quadros um

# Revista da Cavalaria

meio fácil, prático e potente que lhe permite enfrentar, com espírito livre, as mais diversas situações, as mais graves emergências.

Na nossa fé e na nossa crença, nós te saudamos oh! exercício magnífico, oh! cadinho escaldante onde se caldearam as almas maiores da nossa Pátria, onde se inspiraram as gestas mais impressionantes da sua história!

Na nossa fé e na nossa crença, nós afirmamos que enquanto os portugueses não perderem o hábito da arte de cavalgar não perderão o jeito altivo, sonhador e aventureiro que os colocou à cabeça do Mundo como construtores de Impérios, como semeadores de Civilização!

Capitão MIRANDA DIAS



O AGRUPAMENTO DE ARMAS COMBINADAS

# INFANTARIA — CARROS — ARTILHARIA

pelo Ten.-Coronel ALBERTO JOICE CARDOSO DOS SANTOS

*«O conhecimento e a experiência, permitirão ao Comando empregar a organização flexível de que dispõe, articulando as suas forças nos agrupamentos mais apropriados para o cumprimento da sua Missão».*

DO PREFÁCIO AO R. C. — OPERAÇÕES — 1954

## 1 — Introdução — Um episódio de combate

**A** Companhia de Atiradores, reforçada com 1 Pelotão de Carros de Combate (1 Pel. C. C.), estava concentrada por detrás de uma suave colina, cuja crista definia a sua linha de Partida (L. P.).

O Comandante da Companhia havia dado as suas últimas instruções e os Comandantes de Pelotão tinham-nas transmitido, resumidamente, aos seus Pelotões.

O agrupamento Infantaria-Carros estava pronto para actuar.

As secções do 3.º Pelotão de atiradores tinham arrumado as suas mochilas, para serem apanhadas, mais tarde, pelo Trem.

## Revista da Cavalaria

Havia um ruído de equipamentos e um sussuro de vozes abafadas, ao mesmo tempo que os homens tomavam os lugares nas suas secções.

Dentro de meia hora o sol nasceria e seria, então, mais fácil verem-se uns aos outros.

As primeiras salvas da artilharia, à retaguarda, começavam a assoviar sobre as cabeças e, alguns segundos depois, as tropas podiam ouvir grandes explosões na frente.

As granadas estavam batendo uma colina inimiga que constituia o objectivo a atingir.

Um Tenente bradou: — «3.º Pelotão, avançar!».

Simultaneamente, ouviu-se o rugido dos motores dos Carros postos em movimento.

O Pel. C. C. havia sido atribuído ao 3.º Pel., que atacava na direita da Companhia.

Os infantes desenvolvem e movem-se para a elevação. Agitando-se à sua retaguarda, seguiam os Carros, na formação de combate previamente determinada.

A artilharia intensificara o seu fogo e o espaço na frente por cima das suas cabeças, estava agora cheio com os rebentamentos das granadas.

Nos flancos, ouvia-se o matraquear das metralhadoras pesadas. Os morteiros de 81 e de 10,7 também faziam fogo.

Neste momento o sol já estava alto e o agrupamento Infantaria-Carros, aproximava-se do objectivo.

Subitamente, o fogo das metralhadoras inimigas começou a varrer a zona de acção da Companhia, cobrindo-a de projecteis.

Os Carros, de escotilhas fechadas, seguiam agora a par dos atiradores.

Falando com as guarnições, por meio dos telefones montados na retaguarda dos Carros, os infantes auxiliavam estes a encontrar o seu melhor caminho.

Igualmente, ajudavam a indicar objectivos que os canhões dos Carros destruíam com as granadas altamente explosivas.

O agrupamento Infantaria-Carros conjugando o seu poder de fogo com o movimento, continua a aproximar-se do objectivo, atingindo uma posição favorável ao desencadeamento do assalto.

Porém, o fogo inimigo de morteiros é agora particularmente intenso, partindo de uma pequena ravina, situada à esquerda do objectivo e desenhada do tiro tenso dos canhões dos Carros. O agrupamento está detido.

## Revista da Cavalaria

Deitado de barriga no chão, o Comandante do Pelotão de Infantaria reforçado — comandante de agrupamento — estuda o objectivo através do binóculo. Em seguida, rasteja para junto de um observador avançado da artilharia e de um artilheiro operador de rádio, que se achavam perto.

O Comandante do Conjunto, gritou ao ouvido do observador e o artilheiro falou rapidamente pelo seu rádio.

Dentro de poucos minutos, as granadas da artilharia estavam caindo, precisamente, nos pontos em que o Tenente as desejava. Então, o fogo do inimigo começou a enfraquecer.

Pondo-se de pé, de um salto, o Tenente impulsiona os seus atiradores para a frente.

Movendo-se constantemente e executando o fogo marchando, a linha de atiradores e de Carros avança implacavelmente sobre a posição inimiga.

Relâmpagos sem brilho cintilam nas baionetas armadas. O fogo da artilharia e dos nossos morteiros tinha atingido o seu auge, quando um sinal pirotécnico vermelho partiu do agrupamento, pedindo o levantamento dos tiros de apoio.

Com os últimos rebentamentos das granadas, a Infantaria e os Carros penetram na posição inimiga.

Menos de duas horas depois de iniciado o ataque, o agrupamento tinha conquistado o seu objectivo e os infantes estavam agora procedendo à sua limpeza, enquanto os Carros tomavam posições convenientes cobrindo os eixos de aproximação do inimigo e se iniciavam os preparativos previstos para conservar o terreno e fazer face a qualquer contra-ataque.

\*

Isto é um episódio verdadeiro. Aconteceu na Itália, na Alemanha e nas Filipinas. Aconteceu muitas vezes durante a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial; repetiu-se na Coreia e acontecerá, certamente, num futuro conflito.

A instrução e a prática, que conduziram ao êxito deste trabalho perfeito do Agrupamento Infantaria-Carros-Artilharia, não se improvisam; são antes, o fruto da completa percepção, de que só a íntima e total cooperação das diferentes armas que nele actuaram o tornou possível.

# Revista da Cavalaria

## 2 — Por que razão o conjunto é eficiente

— Uma análise separada de cada elemento do Conjunto ajudará a explicar como esses elementos se conjugam para formarem um poderoso «Todo».

— Como contribuiu cada elemento para a desejada derrota do inimigo?

— Como está equipado cada componente para conduzir a sua parte na tarefa comum?

a) — *Os Infantes*: — Combatem o inimigo no terreno. A sua missão é progredir, destruir ou fazer retirar o inimigo, conquistar o terreno e conservá-lo. Isto realiza-se pela oportuna conjugação do fogo com o movimento. Consequentemente, a Infantaria aproxima-se do inimigo até chegar ao contacto e poder destruí-lo.

Como a Infantaria combate a pé, a maior parte dos seus armamentos têm de ser tão ligeiros e portáteis que possam ser transportados à mão.

E porque progride à custa da sua própria potência e transporta consigo os seus armamentos, o infante pode combater em qualquer terreno em que encontre o inimigo.

Porém, a velocidade, a mobilidade e potência de fogo dos infantes são limitadas. Os armamentos que transportam, embora constituam grande potencial, não se destinam à luta a grandes distâncias, com mais largos calibres ou elementos blindados.

b) — *O soldado dos Carros*: — Também combate o inimigo no terreno.

O carro, no qual combate, tem a vantagem de poder transportar armas pesadas, as quais podem desencadear um fogo *directo, preciso e imediato* sobre um objectivo.

Os carros também fornecem *protecção blindada* às guarnições, permitindo, assim, que continuem a empregar as suas poderosas armas, mesmo quando sujeitos ao fogo de grande parte do armamento do campo de batalha.

As suas *características fundamentais*:

- Poder de fogo;
- Mobilidade;
- Acção de choque;

definem as possibilidades do seu emprego no combate moderno.

# Revista da Cavalaria

As características de *combate dos blindados*:

- Agressividade e violência;
- Velocidade;
- Surpresa (combinando velocidade, flexibilidade e potência);

definem a maneira de os empregar.

Mas os carros podem ser retardados ou parados inteiramente, por pontes frágeis, cursos de água profundos, terrenos moles, campos de minas, armadilhas contra carros e outros obstáculos.

As montanhas, selvas, pântanos, o gelo e a neve, frequentes vezes impedem os movimentos dos carros.

A limitada visão das tripulações — quando os carros actuam de escotilhas fechadas — bem como o seu volume e silhueta que, em terreno descoberto e plano, os torna alvo fácil, especialmente para as armas anticarro, são outras tantas limitações a ponderar. Porém, em tais circunstâncias, os carros podem, ainda, apoiar os infantes pelo fogo, enquanto estes os ajudam no seu movimento e lhes limpam o caminho.

c) — *A Artilharia*: — É o terceiro elemento do Conjunto que, normalmente, trabalha em íntima cooperação no combate terrestre.

Referimo-nos, principalmente, à artilharia de campanha, embora seja oportuno lembrar que a artilharia antiaérea é, frequentemente, empregada contra alvos terrestres.

Os canhões de artilharia de campanha, possuem os maiores calibres e os maiores alcances de todos os elementos do Conjunto.

A Artilharia apoia a Infantaria e os Carros com concentrações maciças das suas granadas, que explodem por cima ou sobre as posições inimigas.

A Artilharia, também pode concentrar o seu fogo sobre um objectivo inimigo com o fim de o destruir.

Granadas incendiárias e de fumos são, frequentemente, empregadas para queimar o alvo inimigo ou mascarar os movimentos das nossas tropas.

A Artilharia pode *interdizer* uma zona inimiga com «muralhas de fogo», para impedir que o inimigo a reforce.

Pode executar o  *tiro de contra-bateria*, visando as posições da artilharia inimiga.

Pode *flagelar* o inimigo, batendo as estradas que utiliza para os transportes dos seus abastecimentos.

# Revista da Cavalaria

E pode, ainda, *guiar a Infantaria* nos ataques nocturnos, fazendo fogo sobre os objectivos que esta está atacando.

Porém, tal como a Infantaria e os Carros, a Artilharia também possui as suas limitações.

A sua mobilidade é afectada pelos mesmos condicionamentos que dificultam o movimento dos Carros. Se o inimigo consegue penetrar nas zonas da retaguarda onde, em geral, as unidades de artilharia estão localizadas, os artilheiros têm de se defender a si próprios e, enquanto isto sucede, não podem continuar a dar o seu apoio, aos outros componentes do Agrupamento.

d) — Assim, estas possibilidades e limitações da Infantaria, dos Carros e da Artilharia, explicam por que formam um bom «Conjunto»:

— *As fortes possibilidades de cada um dos componentes do Conjunto, compensam as limitações dos outros.*

Esta ideia pode ser completada, imaginando um combate em que falte qualquer destes elementos.

Por exemplo, a Infantaria actuando isolada, tem grossas dificuldades contra um inimigo cuja Infantaria esteja apoiada por Carros e Artilharia. Os Carros seriam deficientes, actuando sem Infantaria que lhes garanta a protecção próxima contra as forças inimigas no terreno.

A Artilharia não é destinada, sem dúvida, a conduzir acções independentes, mas, por vezes, pode ser forçada a defender-se a si própria e esta é a razão por que actua enquadrada noutras tropas que a podem proteger dos ataques directos do inimigo.

Verifica-se, portanto, que a potência e eficiência do «Conjunto» em si, são muito maiores do que seria o *esforço máximo* de cada um dos componentes isoladamente.

### 3 — Organização

Para além das vantagens e possibilidades já mencionadas, o agrupamento possui outra característica altamente desejável:

— *A flexibilidade.*

Por flexibilidade queremos significar que o agrupamento de Infantaria-Carros-Artilharia *pode, facilmente, ser ajustado ao desempenho de determinada missão.*

# Revista da Cavalaria

- Se o inimigo é forte em Infantaria, podemos organizar o nosso agrupamento por forma a esmagá-lo com predomínio dos Blindados.
- Se o inimigo é forte em blindados, podemos competir com o seu poder de Carros e trazer a nossa Infantaria e Artilharia à contenda.
- Se a situação é incerta, podemos organizar um Conjunto equilibrado, pronto a fazer face a todas as emergências de momento.

Esta capacidade de ajustar os diferentes componentes do Agrupamento às diferentes modalidades de combate, tem por base a forma como, modernamente, se procura organizar as Divisões de Infantaria e as Divisões Blindadas nos Países que as possuem.

A Divisão é, como sabemos, a mais pequena unidade de combate que, compreendendo todas as Armas e Serviços de apoio necessários, pode conduzir um combate independente.

Tanto as Divisões de Infantaria como as Blindadas, têm orgânicamente e em permanência, Infantaria, Carros e Artilharia em quantidade suficiente para se constituírem um certo número de Agrupamentos de Infantaria-Carros-Artilharia.

Para uma determinada missão, é normal para a Divisão, constituir agrupamentos ajustados que sejam os mais aptos para fazer face a uma situação particular do inimigo ou a um problema especial do terreno.

Vejamos, a traços largos, como isto se pode realizar em casos típicos, primeiro para uma D. I. e, depois, a título de generalização de conhecimentos, para uma Divisão Blindada, tipo americano.

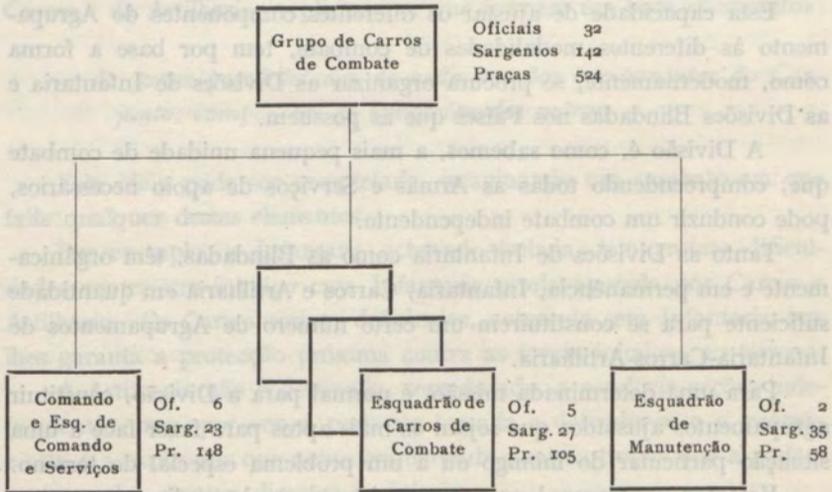
- Pelos recentes Quadros Orgânicos de Mobilização da nossa D. I. (1954), verificamos que esta dispõe de 3 R. I. a 3 B. I., como tropas de Infantaria e, como tropas de Cavalaria Blindada, de:

- 1 Grupo de Carros de Combate Divisionário (G. C. C. D.) a 3 Esquadrões;
- 3 Esquadrões de Carros de Combate Independente (E. C. C. I.) a 4 Pelotões;
- 1 Esquadrão de Reconhecimento (E. Rec.) a 3 Pelotões (Cav. Blind. Ligeira).

# Revista da Cavalaria

Como anotação diremos, que nas D. I. e quando estas não possam dispor dos E. C. C. I., serão estes substituídos por Companhias ou Esquadrões Anticarro. Igualmente, quando não disponham do G. C. C. D., será este substituído por um Grupo Anticarro, a 3 Esquadrões Anticarro.

— O nosso G. C. C. D. está, actualmente, assim esquematicamente organizado:



— Os Esq. de C. C. são a 4 Pelotões de 5 Carros cada. Temos, portanto, no grupo, 71 Carros de Combate, assim distribuídos:

— No E. de Com. e Serv.

- Pelotão de Com. do Grupo (Sec. de Com.) ..... 3 C. C. médios
- Pelotão de Reconhecimento (Sec. de C. C.) ..... 2 C. C. ligeiros

5

# Revista da Cavalaria

— Nos 3 E. de C. C.	
— Nas formações (Sec. de Com.)	
— 2 C. C. por E. ....	6 C. C. médios
— Nos 12 Pel. dos Esquadrões .....	60 C. C. médios
	<hr/>
	66
<i>Total</i> .....	71 C. C.

Cada um dos 3 E. C. C. I. tem uma organização idêntica aos Esquadrões do G. C. C. D.

Porém, como são independentes e se destinam, normalmente, ao reforço dos R. I., possuem um certo acréscimo de elementos logísticos que são necessários à sua vida e actuação: — Reforço da Secção de Reab., 1 Pelotão de Manutenção e 1 Secção Sanitária.

Possui, assim, a D. I. um total de 137 C. C. — não contando, para o caso, com os 7 C. C. ligeiros que fazem parte do Esquadrão de Reconhecimento Divisionário, Unidades de Cavalaria Blindada Ligeira que tem a sua missão específica a desempenhar no quadro da D. I.

Desde que satisfaça ao princípio geral basilar, de que os *Carros serão empregues no local e pela forma em que deles se tire o máximo rendimento e mais possam influenciar decisivamente a acção*, e tenha precedido a um cuidadoso Estudo da Situação, são várias as combinações que se podem apresentar ao Comandante da Divisão para o acertado e oportuno emprego das suas Unidades de Carros.

— Pode, por exemplo, accionar directamente todo o G. C. C. D. (reforçando-o com Infantaria), atribuí-lo a um R. I. ou destacar um Esquadrão para cada um dos 3 R. I.

O Comandante do R. I., por sua vez, pode, por exemplo, empregar o E. C. C. R., como uma Unidade completa (reforçando-o com Infantaria) ou atribuir 1 ou mais Pel. de C. C. a cada um dos seus B. I.

Todos os Carros da D. I. podem ser empregues em muitas combinações diferentes consoante a *situação*, sendo factores preponderantes a intervir no seu Estudo: — o *inimigo* e o *terreno*.

O que não será nunca de admitir, é a *inactividade* ou o abuso do emprego *exclusivamente estático* de tão poderoso meio de combate e de manobra quando as circunstâncias não o imponham determinadamente.

# Revista da Cavalaria

Já numa anterior conferência sobre «A Cavalaria Blindada», feita pelo Sr. Major Luís Deslandes, foram estas noções apresentadas com objectiva clareza e precisão (Vidé Cap. V, VI e VII).

E, a elas voltaremos, quando nos for dado tratar o assunto mais pormenorizadamente.

Verifica-se, assim, que nos agrupamentos de Carros-Infantaria ou Infantaria-Carros (a Arma que é reforçada indica, desde logo, o Comando e a natureza específica da missão), os Carros são aptos para combater tanto como uma «Unidade Táctica» — emprego sempre preferível — quer fraccionados num certo número de pequenas unidades, qualquer destas combinações devendo ser mais adequada à missão atribuída a esse agrupamento e ser capaz de fazer o melhor num tempo dado.

— Em Artilharia dispõe a nossa D. I. de 3 Grupos de Artilharia de Campanha de 10,5 (obuses — Tracção Auto), de 1 Grupo de Artilharia de Campanha 14 cm. obuses — Tracção Auto) e de 1 Grupo de Artilharia Antiaérea de 4 cm.

Seja qual for a dosagem de Carros ou de Infantaria, atribuída para uma missão específica, os «Agrupamentos de Combate» carecem sempre, e quase sempre o recebem, do apoio da Artilharia.

Pela manobra dos seus potentes fogos e pelo emprego dos seus elementos de ligação (oficiais e secções de ligação) e de observação avançada — que estende até ao escalão Companhia, a Artilharia é bem o 3.º elemento do agrupamento terrestre de Armas homogêneamente combinadas, desde as mais pequenas fracções.

## A Divisão Blindada americana

Vejamos agora — e ainda que a traços muito largos — o que é, e como se acha organizada a Div. Blindada americana, dando-se, assim, uma ideia da sua enorme potência e típica flexibilidade.

E para que a ideia seja completa temos de partir do C. E.

O C. E. americano — embora sem composição fixa, como é óbvio — tem, para fins didácticos uma composição tipo:

— 3 Div. de Infantaria;

— 1 Div. Blindada;

— 1 Regimento de Cavalaria Blindada Ligeira;

# Revista da Cavalaria

— 1 Agrupamento de Cavalaria Blindada (Armored Cavalry Group).

Este Agrupamento de Cav. Blind. merece especial referência. Está organizado, essencialmente, com o objectivo de fornecer ao Comandante do C. E., os meios de lhe assegurar flexibilidade, nos reforços de Batalhões de Carros a atribuir às suas Divisões de Combate, permitindo-lhe, assim, o influenciar da acção. Este Agrupamento não tem uma composição fixa, além do seu Q. G. e Companhia de Comando.

Pode ser composto, por 3 a 5 Batalhões de Carros de vários tipos:

- Bat. de C. C. de Canhão de 90 mm. (C. C. médio);
- Bat. de C. C. de Canhão de 120 mm. (C. C. pesado);
- Bat. de Carros anfíbios;
- Bat. de Carros lança-chamas, rebentadores de minas, etc.

É lançando mão de qualquer tipo destes Bat. que o Comt. do C. E. pode reforçar as suas D. I. e mesmo a Divisão Blindada, quando as circunstâncias ou o poder dos blindados inimigos a tal obrigue.

— Na Div. Blind. não há Regimentos.

Está organizada por forma a constituir, além do Quartel General Divisionário, três Agrupamentos Tácticos Blindados (Combat Commands) — C. C. A., C. C. B. e C. C. R., com os seus Q. G. Tácticos.

As suas Unidades de Combate estão organizadas em Batalhões Independentes e logisticamente suficientes.

## *Batalhões de C. C.*

— 3 Bat. de C. C. de Canhão médio (90 mm.), a 4 Comp. de 3 Pel. cada (216 C. C. médios);

— 1 Bat. de C. C. de Canhão pesado (120 mm.), a 3 Comp. de 4 Pel. cada (69 C. C. médios).

## *Batalhões de Infantaria Blindada*

— 4 Bat. de Inf. Blind. a 4 Comp. de 3 Pel. de Atir. e 1 Pel. de morteiros (81 mm.).

# Revista da Cavalaria

*Nota* — Para frisarmos a maior potência de fogo desta Inf. Blind. em relação ao B. I. da D. I., salientamos que, cada Bat. dispõe de 1 Pel. de Rec., de 1 Pel. de morteiros pesados de 10,7 a 4 armas e cada Comp. de 1 Pel. de morteiros de 81 mm. a 3 armas, além de um maior número de armas automáticas. Cada Companhia é transportada em 17 carros blindados de transporte de pessoal (A. P. Cs.), sendo este meio de transporte que lhe dá características diferentes da Infantaria normal.

## *Batalhão de Reconhecimento*

— 1 Bat. de Rec. a 4 Comp. de Rec. a 3 Pel. cada (30 C. C. de canhão ligeiro — 76 mm. no Bat.).

## *Batalhão de Engenharia Blindada*

— 4 Comp. de Eng. a 3 Pel.;

— 1 Comp. de Pontes a 3 Secções de Pontes (2 fixas e 1 flutuante).

## *Artilharia Divisionária Blindada*

— Comando da A. D.

— 3 Batalhões de Artilharia Ligeira de Campanha (obuses de 105 mm.) a 3 Bat. de 6 obuses;

— 1 Batalhão de Artilharia Média de Campanha (obuses de 155 mm.) a 3 Bat. de 6 obuses;

— 1 Batalhão de Artilharia Antiaérea — Armas automáticas a 4 Bat. mistas (metralhadoras múltiplas de 12,7 e canhões acoplados de 40 mm.).

## *Toda a A. D. é autopropulsionada.*

— 1 Companhia de Transmissões

— 1 Companhia de Polícia Militar

## *Trens Divisionários*

— Comando;

— Banda;

— Batalhão de Quartel Mestre;

# Revista da Cavalaria

- Batalhão de Material;
- Batalhão Sanitário Blindado;
- Companhia de re completamento.

— Computa-se em cerca de 16.000 homens o efectivo da Div. Blind.

E para salientar a potência em carros, diremos que possui 343 C. C. de três tipos:

— C. C. de Canhão Ligeiro ( 76 mm.) .....	58
— C. C. de Canhão Médio ( 90 mm.) .....	216
— C. C. de Canhão Pesado (120 mm.) .....	69
	<hr/>
	343

para além de um sem número de viaturas blindadas e não blindadas.

## Organização para o Combate

Nos «Agrupamentos Táticos Blindados» ou «Combat Commands», segundo a terminologia americana, pode o Comandante da Div. agrupar os seus Batalhões de Combate, por forma a obter a combinação mais adequada à missão a desempenhar, balançando os seus Carros, a sua Infantaria Blindada e a sua Artilharia, consoante as circunstâncias, e atribuindo-lhes, ainda, as fracções de Engenharia julgadas necessárias.

Teremos, desta forma, três tipos fundamentais de combinações:

- Forte em Carros;
- Forte em Infantaria Blindada;
- Equilibrada.

A estes *agrupamentos de armas combinadas*, actuando sob as ordens do Comandante do Agrupamento Tático Blindado, chamam os americanos *Batalhões Reforçados*.

São constituídos pela atribuição de Companhias de Infantaria Blindada aos Batalhões de Carros ou de Companhias de Carros aos Batalhões de Infantaria Blindada.

# Revista da Cavalaria

— As situações que favorecem um *Agrupamento Tático forte em Carros* são aquelas em que:

- o terreno é favorável ao emprego dos Carros;
- a posição inimiga carece de profundidade e oferece uma oportunidade para a exploração do sucesso;
- não existem obstáculos de valor que impeçam o emprego dos Carros;
- o inimigo é forte em unidades de Carros.

— Os *Agrupamentos Táticos fortes em Infantaria Blindada* devem ser constituídos quando:

- o terreno é desfavorável ao emprego de Carros;
- é necessário abrir brechas nos obstáculos que impedem o movimento;
- há zonas densamente arborizadas;
- há cidades ou povoações a passar;
- há zonas fortificadas;
- há forte organização inimiga anticarro.

— Os *Agrupamentos serão equilibrados*, para fazer face a situações imprevistas ou quando as cambiantes do terreno e do dispositivo inimigo a tal aconselha.

Em cada uma das situações citadas suficiente *Engenharia* é atribuída aos A. T. Blind. para executar os trabalhos de Engenharia necessários à desobstrução dos obstáculos que se opõem ao movimento, facilitar a passagem dos cursos de água e construir obstáculos que impeçam ou restrinjam a mobilidade do inimigo.

Há duas modalidades de emprego da Engenharia na Div. Blind.:

- Em *apoio directo* ou como *reforço*.

Na primeira modalidade — aquela que é sempre preferível — as fracções de Engenharia continuam sob o comando da sua Unidade superior; na segunda, são dadas como *reforço* ao A. T., devendo esta modalidade ser empregue, apenas quando a distância, as dificuldades do contróle e de apoio e reforço pela Unidade superior de Engenharia, sejam impraticáveis.

## Revista da Cavalaria

A Companhia de Pontes, tem material para 174 m. de ponte (570 pés).

O apoio normal de Engenharia a um A. T. Blind. (C. C.) será:

— 1 Companhia de Engenharia Blindada;

— 1 Pelotão de Pontes;

— 1 Secção de Abastecimento de Água.

Por sua vez, o A. T. Blind. apoia com a sua Engenharia os seus Bat. Reforçados.

A um Bat. Ref. em 1.º escalão, é normal o apoio directo de:

— 1 Pel. de Eng. Blind.;

— 1 Secção de Pontes Fixas.

Esta Secção tem possibilidades de montar uma ponte fixa de 22 metros de extensão (72 pés) utilizando 2 cavaletes de apoio, ou cobrir um vão, sem apoios, de 8 m. (34 pés).

Estas pontes podem suportar o peso de todos os veículos da Div. Blind., sendo estes dados numéricos fornecidos para salientar a importância que, para as Unidades Blindadas, tem o apoio da Engenharia, para a conservação dos seus movimentos.

— Os Batalhões de Artilharia de Campanha Blind. podem ser atribuídos como *reforço* ou colocados em *apoio directo* do A. T. Blind. (C. C.).

Na sua atribuição deve respeitar-se, sempre que possível, o princípio do *Comando Centralizado da Artilharia*.

Só quando esse Comando se torna impossível, devido à distância ou dificuldades de Transmissões se adoptará a modalidade de *reforço* de Bat. de Art. a cada A. T. Blind. que, por outra forma, não possa ser eficazmente apoiado.

A restante A. D. é dada, neste caso, uma missão de reforço de fogos dos Bat. de Art. atribuídos aos A. T. ou de acção de conjunto.

A Artilharia não será, normalmente atribuída aos Batalhões Reforçados, excepto quando o apoio da Art. é essencial a esses Bat. no desempenho de uma missão independente.

— O Comando da Art. A. A., será também centralizado sempre que possível. A Art. A. A. só é, geralmente, atribuída, como reforço aos A. T. Blind (C. C.) quando o for a Artilharia de Campanha.

# Revista da Cavalaria

— As Unidades de Reconhecimento, de Polícia Militar e de Transmissões que forem atribuídas à composição de um A. T. Blind., operam sempre sob o contróle directo do Comando desse A. T.

\*

Como se vê — mesmo através destes largos traços — a *flexibilidade* é a característica dominante da Orgânica da Div. Blind.

E, se achamos oportuno falar desta Div. que não possuímos, é porque ela representa o flagrante tipo do assunto que estamos tratando, e as ideias que se colhem no seu estudo são, por assim dizer, as traves mestras do emprego e actuação das Unidades Blindadas, onde quer que as vamos encontrar, combinadas com as outras armas do combate terrestre.

Terão até, possivelmente, a sua projecção futura pois, ao que parece, os americanos estão estudando uma transformação da sua D. I., nos mesmos moldes de flexibilidade da Div. Blindada.

## 4 — Como trabalha um agrupamento

Voltemos, porém, ao pequeno agrupamento descrito no início desta exposição.

Tratava-se de um caso típico de ataque em pequena escala, realizado por um Pelotão de Infantaria reforçado com um Pelotão de Carros de Combate e um observador de Artilharia, isto é, *o mais pequeno conjunto que, normalmente, se considera como eficiente.*

O maior ou menor efectivo, porém, não altera a concepção fundamental da sua actuação. O Comando superior, forma os agrupamentos como uma resultante do problema Táctico que se lhe apresenta na missão Táctica que lhe foi imposta. Não há regras estabelecidas quanto ao número de infantes que devem cooperar com um carro, ou qual a quantidade de Artilharia que deve apoiar uma unidade de determinada grandeza.

*O conjunto é flexível* — a sua potência e organização podem variar para fazer face a uma determinada situação de combate.

No episódio apresentado, um Pelotão de C. C. (5 C. C.) havia sido atribuído pelo Batalhão à Companhia de Atiradores em 1.º escalão que devia lançar o seu ataque. E o Comandante da Companhia colo-

# Revista da Cavalaria

cou-o na direita do seu dispositivo, reforçando com ele o seu 3.º Pel. de Atir.

Um Grupo de Artilharia tinha sido atribuído como apoio directo do B. I. ao qual pertence o nosso Pelotão.

Fogos de Artilharia de apoio imediato haviam sido pedidos pelo observador avançado da Artilharia que estava junto do Pelotão atacante.

## O planeamento do ataque

Vejamos agora como o ataque foi planeado:

— Quando o Comandante da Companhia de Infantaria recebeu a Ordem de ataque, chamou os seus Comandantes de Pelotão, o Comt. do Pel. de C. C. e o observador da Art. *Juntos* reconheceram, tanto quanto lhes era possível, o terreno no qual o ataque ia ter lugar.

O Comt. da Companhia ouviu a opinião do Comt. de Pel. de Carros e decidiu colocá-los na direita do seu dispositivo, *porque este terreno era o melhor para o emprego dos Carros.*

O Comt. da Companhia havia sido informado que o seu *objectivo* — uma pequena colina — estava ocupado por um Pelotão inimigo que tinha, pelo menos, uma metralhadora pesada instalada num pequeno fortim e, ainda, outras armas automáticas disseminadas no terreno.

Uma patrulha havia informado que a zona na frente do inimigo não estava minada.

Com estes factos em mente, os Comandantes de Pel. de Infantaria e dos Carros e o observador avançado da Artilharia estudaram nas suas cartas o terreno ocupado pelo inimigo.

As posições prováveis dos atiradores inimigos, das suas metralhadoras e dos seus morteiros, bem como os eixos de aproximação para os carros inimigos, foram marcados nas suas cartas.

A Artilharia preparou-se para dirigir o seu fogo sobre aqueles pontos. A cada ponto importante foi atribuída uma *concentração*, sendo-lhe dado um número para a identificar.

Planos foram estabelecidos para os tiros de *preparação*, a desencadear antes da hora do ataque. O horário das diferentes fases do ataque e das *ligações* entre os elementos do agrupamento e as *unidades de apoio*, foi cuidadosamente estabelecido, mantendo-se uma permanente ligação pelo rádio e telefone.

E porque o ataque seria iniciado na escuridão, foi decidido que a Infantaria iniciaria o movimento seguida de perto pelos Carros.

## Revista da Cavalaria

As posições e itinerários de cada carro e de cada secção de atiradores foram estudados e designados. Os oficiais regressaram, em seguida, às suas unidades e, por sua vez, informaram os seus Comandantes de Secção, Chefes de Carro e pessoal de Artilharia do plano de ataque.

Providências foram tomadas para o serviço de saúde e de reabastecimento.

\*

Embora nem sempre assim aconteça, o ataque desenvolveu-se, neste episódio, suavemente e quase exactamente como havia sido planeado.

A *cooperação e a coordenação* entre os Carros, os infantes e a Artilharia foi excelente, porque estes diferentes elementos puderam manter-se em constante ligação por rádio e telefone e estavam devidamente treinados e instruídos para este trabalho em conjunto e para esta tarefa comum.

— Quando o escalão de assalto iniciou o fogo das suas metralhadoras, morteiros e artilharia e quando as posições inimigas foram devidamente referenciadas, o observador avançado de artilharia de apoio, estava apto a pedir as concentrações previstas e a regular o tiro pela sua observação.

— Os Carros forneceram cobertura aos infantes e o fogo dos seus canhões e metralhadoras destruiu as metralhadoras inimigas instaladas e ajudou a manter abrigados os atiradores inimigos, por forma a não lhes permitir um fogo preciso.

— Os infantes atacantes, por seu lado, protegeram os Carros das armas anticarro adversas.

E, desta forma, a *combinação* do potencial e possibilidades de cada elemento do Conjunto somou-se, completou-se mutuamente e foi utilizada *ao máximo* para destruir o inimigo e atingir o seu objectivo.

\*

Vimos já que a organização total do Conjunto era altamente flexível. Também existe flexibilidade na forma com os dois elementos mais ligados do Conjunto — a Infantaria e os Carros — podem combater.

No caso apresentado foi decidido que a Infantaria conduziria o ataque, seguida de perto pelos Carros.

# Revista da Cavalaria

Outros métodos de ataque podiam ter sido utilizados pelo Comandante do agrupamento, dependendo a sua escolha do inimigo, situação e terreno:

- 1) — Podia ter decidido que a Infantaria e os Carros se aproximassem do objectivo por diferentes direcções (método convergente).
- 2) — Os Carros podiam ter sido mantidos à retaguarda, para fornecerem apoio pelo fogo aos elementos da Infantaria (caso de um terreno impraticável).
- 3) — Os Carros, apoiando inicialmente pelo fogo, deslocarem-se, depois, rapidamente para a frente, para se juntarem à Infantaria no momento do assalto.
- 4) — Os Carros seguirem a Infantaria e, no momento do assalto, passarem através desta para conduzir o ataque.
- 5) — E podia, ainda, como variante do método adoptado no episódio tratado — Carros e Infantaria avançando juntos, à mesma velocidade — ter feito a Infantaria Cavalgar os Carros, se as circunstâncias o permitissem e a velocidade fosse essencial (caso típico de uma exploração).

Cada um destes métodos de ataque tem as suas vantagens e os seus inconvenientes, bem como a sua oportunidade de emprego, podendo, ainda, esta flexibilidade ser aumentada pela *combinação dos diferentes métodos*.

Deixaremos, porém, para trabalho sequente a completa discussão destes métodos.

Por agora, diremos, apenas, que, no exemplo citado (a Infantaria conduzindo o ataque, seguida de perto pelos Carros), os Carros foram eficazmente protegidos das armas anticarro inimigas.

A desvantagem principal deste método foi a de tornar o ataque algo vagaroso, porque o andamento dos Carros está dependente do movimento a pé da infantaria.

No nosso caso e na opinião do Comandante do agrupamento, esta desvantagem foi largamente compensada pelos êxitos rapidamente obtidos.

## Revista da Cavalaria

### 5 — Cada elemento do agrupamento deve empregar o seu máximo esforço

O poder de agrupamento não é mera teoria. Tem sido comprovado no campo de batalha moderno e interessa a todos nós, Infantes, Cavaleiros Blindados, Artilheiros e Engenheiros, pois, frequentes vezes, fracções de engenharia são chamadas a fazer parte dos diferentes agrupamentos, completando-se, desta forma, a total combinação das Armas de Combate terrestre, num conjunto de elementos heterogêneos, amalgamados para uma tarefa comum e imediata.

«Married» — (Casados) — é o termo que os americanos empregam para designar a formação destes agrupamentos, ao assinalar que o «casamento» das diferentes unidades se deve fazer nas Zonas de Reunião e, portanto, antes da passagem pelas bases de ataque e da travessia da Linha de Partida.

Cada um dos componentes do agrupamento, ao combater integrado nele, deve ter presente que este não compreende, somente, o poder dos seus armamentos próprios, mas sim, o poder de fogo de *todos* os elementos desse agrupamento.

— Os infantes têm as suas espingardas, metralhadoras, morteiros, canhões sem recuo e lança-foguetes, armas que lhes são orgânicas.

No agrupamento, a este poder de fogo, já de si poderoso, vem somar-se o tremendo poder de fogo protegido e móvel dos canhões de 90 mm. e das metralhadoras dos Carros de Combate, acrescido, ainda, pela ajuda dos longos alcances e dos grandes calibres de Artilharia.

E isto significa que o *poder de fogo total* alcança todo o caminho que vai da distância a que o infante pode lançar um granada de mão, até aos 16 km. a que um obus pode atirar uma granada altamente explosiva.

A concepção do agrupamento de armas combinadas — o «Combined Arms Team» americano — foi largamente desenvolvida na 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, e os métodos do seu emprego têm sido estudados e melhorados constantemente.

A Guerra da Coreia forneceu provas adicionais sobre o poder de choque destes agrupamentos.

Algumas vezes, a Infantaria ou os Carros tiveram de combater isolados, conduzindo-se por forma a darem uma boa conta de si próprios. Mas, quando a Infantaria, os Carros e a Artilharia combateram formando um conjunto homogêneo, os resultados foram sempre ultrapassados.

# Revista da Cavalaria

## CONVERSANDO SOBRE

A Coreia deu também outra lição. É que o agrupamento dá, não só maior poder como uma melhor oportunidade de sobrevivência através do combate.

Eis por que os americanos preconizam *se deve procurar, sempre, possuir esta combinação de potência*, quando se entra em combate.

Contudo — e isto é ponto importante a frisar — o agrupamento *não deve* tomar o lugar das obrigações de cada um dos seus elementos como *combatentes individuais*.

São sempre os soldados que ganham as batalhas e não os seus armamentos. São os homens que combatem e não as máquinas.

O agrupamento só é realmente potente, quando cada um dos seus componentes procura fazer um pouco mais daquilo que se espera que ele realize.

— O *atirador* não pode esperar que a Artilharia e os Carros forneçam *todo* o fogo no combate, pois tem uma poderosa arma nas suas mãos: a espingarda. Precisa de utilizá-la para que o agrupamento não seja enfraquecido.

— O *cavaleiro blindado*, numa situação que não seja ideal para a acção dos Carros, não pode tomar uma atitude de inacção, dizendo ou pensando: — «Isto é uma missão para a Infantaria».

— O *artilheiro* num ataque, deve sempre procurar empurrar os seus canhões para diante, colocando-os em condições de atingir os seus alvos na frente da infantaria que avança.

Por outras palavras: — *Não deve existir* no agrupamento de Infantaria-Carros-Artilharia, o *espírito de «deixar que o outro faça»*.

Esta espécie de pensamento fracciona o agrupamento nos seus elementos separados e, então, o «agrupamento» só o será no nome. Num verdadeiro agrupamento, cada componente tem de dar à tarefa comum o *máximo* do seu esforço como «Arma» e como combatente individual.

Um verdadeiro agrupamento provará o seu valor no combate. Os seus elementos permanecerão juntos e combaterão juntos, apoiando-se e compensando-se mutuamente.

E, quanto isto melhor se fizer, mais rápido e seguro será o prémio da vitória.

### 6 — Conclusões

1) — O êxito em combate do agrupamento Infantaria-Carros-Artilharia, seja qual for o escalão em que se verifique, depende, essencialmente, *do espírito e do trabalho em equipe dos seus componentes*.

## Revista da Cavalaria

E este trabalho não se realiza falando simplesmente nele. Também não se improvisa facilmente, mas adquire-se através da compreensão do seu valor, da instrução adequada e da prática quer individual quer em conjunto.

Inicia-se quando o soldado aprende a sua missão individual e aquela que diz respeito ao grupo de que faz parte.

É aperfeiçoada quando os infantes, os cavaleiros blindados e os artilheiros, percebem e apreciam o trabalho de cada um dos outros elementos do agrupamento e quando sabem como podem ajudar os seus parceiros e serem por eles ajudados.

2) — Se somos infantes temos de saber que os Carros nos dão o apoio do seu poderoso poder de fogo protegido, o qual quebra o perigo das armas portáteis inimigas; que abre passagem através das minas contra-pessoal e do arame farpado inimigo.

3) — Se somos cavaleiros blindados, temos de saber que os nossos infantes nos dão a devida protecção contra as armas anticarro e os infantes inimigos, e nos ajudam a aproveitar o terreno e a desviar-nos dos obstáculos perigosos.

4) — Se somos artilheiros temos de saber que os infantes podem apoderar-se das alturas das quais os nossos observadores podem ver os alvos inimigos.

Os Carros podem transportar, também, os nossos observadores através das linhas inimigas, proporcionando a colocação dos nossos potentes fogos em alvos situados na retaguarda do adversário.

5) — Assim, e como corolário do que foi demonstrado, verifica-se que, desde o mais pequeno agrupamento, *a íntima cooperação das Armas Terrestres de Combate, combinadas para uma acção comum*, é uma condição essencial do êxito no campo de batalha moderno.

Eis, portanto, uma concepção a estudar e desenvolver entre nós e uma ideia das necessidades que dela derivam de um intenso trabalho, treino e instrução em conjunto, das nossas Armas Terrestres de Combate, a maior parte das vezes, ainda, tão distanciadas e arredadas umas das outras.

# CONVERSANDO SOBRE POLÍCIA MILITAR

pelo Capitão ABRANTES DA SILVA

**N**um Centro de Instrução algures na América, um grupo de Oficiais de nacionalidade americana inquiriu, revelando estranheza, um oficial português pelo facto de, sendo ele de Cavalaria, ter sido nomeado para frequentar um Curso de Polícia Militar.

Não nos parece de certo modo legítima a surpresa, não só porque alguns deles tinham sido pára-quedaistas ou infantes, como também sobre recrutamento para os diversos corpos nascidos da necessidade de especialização, cada país tem a liberdade e o direito de regular esse recrutamento como entender, ainda que, ou porque, a Polícia Militar deva estar permanentemente apta a combater em qualquer situação de campanha como infantaria.

No nosso caso coube, pode dizer-se, a honra à Cavalaria de preencher aquelas necessidades.

Com um pouco mais de um ano de existência este novo corpo de tropas na actualidade indispensável à vida e trabalho de todos os comandos ou unidades de armas ou serviços, pode já considerar-se um agregado consciente, eficaz e orgulhoso da sua missão.

Os serviços prestados, precisamente no momento em que o nosso Exército se demonstra capaz, a despeito de todas as vicissitudes ou dificuldades de carácter económico, de satisfazer integralmente os compromissos tomados num âmbito internacional, são já tão salientes e valiosos que a sua função é tida, no consenso geral e mormente pelos que de perto conheceram a sua actuação, como prestimosa e indispensável.

Aliás, outra opinião não seria de esperar na medida em que todos os países têm criado nos últimos anos corpos de Polícia Militar, que são constituídos por tropas de elite capazes de, pela sua irrepreensível con-

## Revista da Cavalaria

duta, estarem à altura de receber um marcado suplemento de autoridade sobre as restantes tropas.

A outorga dessa autoridade se por um lado resolve totalmente o problema disciplinar no ambiente de uma grande unidade, por outro cria uma elevadíssima responsabilidade aos elementos militares dela investidos, e que os obriga a possuir um grande número de características e qualidades difíceis, mas não impossíveis de encontrar no vulgar da massa a recrutar.

A selecção pela compleição física, ainda que a instrução tenha atingido o mais alto grau de eficiência é insuficiente posto que, entre nós, uma 4.<sup>a</sup> classe a 10 anos de distância não pode ser considerada como o mínimo de habilitações literárias ou estofo intelectual, para um Polícia Militar que deve ser, por definição, um repositório de virtudes militares e um verdadeiro accionador capaz de usar em todas as contingências de uma memória privilegiada, de firmeza, de espírito de justiça, de tacto, de calma e até de polida afabilidade.

O espírito de corpo a inocular-lhe, deve ter como objectivo, por constante estímulo, evitar que possa dizer «não sei» a qualquer pergunta que lhe dirijam e que não implique segredo militar.

O árduo e vasto campo de acção da P. M. algo nos esclarece sobre as características particulares de um elemento dessa P. M., se conhecermos as variadas funções que lhes estão atribuídas e que em regulamento próprio foram sintetizadas:

- a) — Fazer cumprir as leis e regulamentos militares.
- b) — Execução de medidas de regulamentação, direcção e fiscalização disciplinar de tráfego.
- c) — Repressão e investigação do crime.
- d) — Prisão de desertores, ausentes sem licença, prisioneiros militares e vadios.
- e) — Identificação, orientação e fiscalização do movimento de indivíduos.
- f) — Internamento, guarda, tratamento, educação, trabalho e repatriamento dos prisioneiros de guerra estrangeiros, súditos de países inimigos, retidos e refugiados.
- g) — Guarda, cuidado e reabilitação de prisioneiros militares.
- h) — Protecção da propriedade individual e colectiva e impedimento da pilhagem.
- i) — Promover relações públicas favoráveis.
- j) — Promover medidas de segurança.

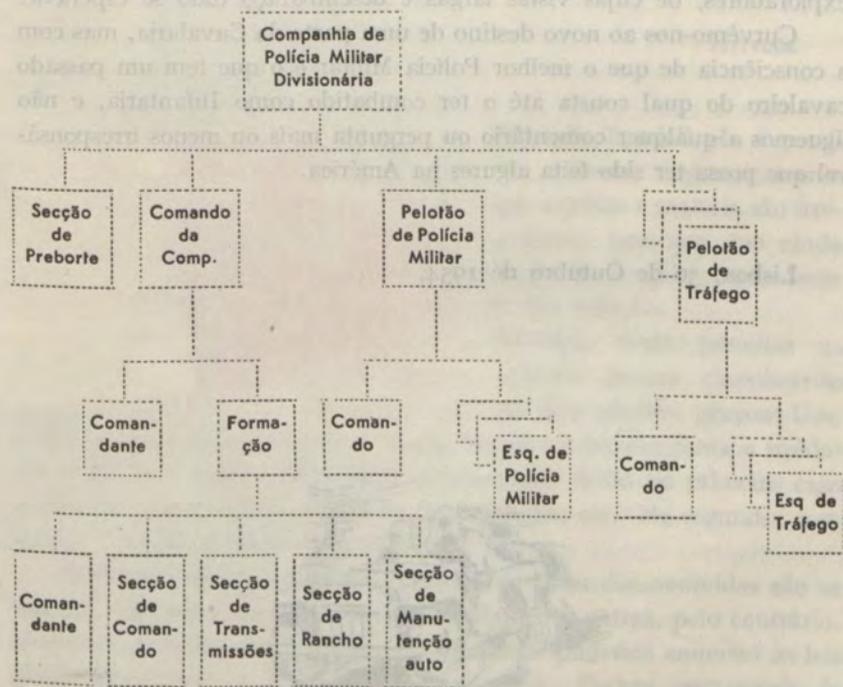
# Revista da Cavalaria

«Como a P. M. tem que actuar tanto em tempo de paz como em campanha, e neste último caso integrada em unidades diferentes trabalhando em regiões diversas, a sua organização variará conforme as necessidades.

A P. M. é organizada de modo a auxiliar os exércitos em campanha constituindo-se em Companhias e Batalhões, os quais farão parte integrante das Divisões, corpos de Exército ou Exército. Outros Batalhões e Companhias são também organizados para missões especiais ou reforço de outras unidades de P. M.

Para tratamento, guarda e manutenção de prisioneiros de guerra são também organizadas unidades especiais de P. M.»

Entre nós a actuação da P. M. está por hora limitada ao trabalho de Companhias de Polícia Militar Divisionárias cuja organização este-mática é a seguinte:



A mobilidade, a flexibilidade e o poder de dispersão são conseguidos ao máximo por esta orgânica onde podemos verificar existir em média uma viatura para três homens.

# Revista da Cavalaria

Se atendermos, portanto, a que por norma estes elementos estão na sua maioria e quase sempre a trabalhar dispersos por uma vasta área que, no mínimo terá à volta de 40 km.<sup>2</sup>, compreendemos até que ponto tem de ser sólida a instrução recebida e qual a qualidade dos elementos que a receberão.

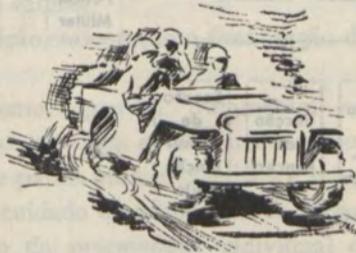
A necessidade de disseminar ordens ou determinações por vezes extensas e prolixas, a elementos tão fora das vistas de quem os comanda e precisa de garantir o cumprimento da matéria emanada, implica uma compenetração total das obrigações individuais e um amor à responsabilidade verdadeiramente excepcional.

Seleção, instrução especializada e cuidada e descentralização são deste modo os factores base determinantes do êxito de quem quer que deseje atingir o fim no cumprimento de uma missão de Polícia Militar.

Entregues a si próprios os elementos actuantes, não estarão em situação idêntica, mas mais espinhosa à dos cavaleiros das patrulhas de exploradores, de cujas vistas largas e desembaraço tudo se esperava?

Curvêmo-nos ao novo destino de uma parte da Cavalaria, mas com a consciência de que o melhor Polícia Militar é o que tem um passado cavaleiro do qual consta até o ter combatido como Infantaria, e não liguemos a qualquer comentário ou pergunta mais ou menos irresponsável que possa ter sido feita algures na América.

Lisboa, 30 de Outubro de 1954.



# A PROPAGANDA ALEMÃ NA GUERRA DE 1939-45

pelo Capitão do C. E. M., SERZEDELO COELHO

*«... Com ela (a Propaganda)  
conquistaremos o Mundo».*

HITLER



Segundo Tyndall não é possível afirmar dogmáticamente que espírito e matéria são irreduzíveis, mas sim que ainda hoje não se sabe como fazer a sua redução.

Partindo desta premissa as ciências podem classificar-se em dois grandes grupos: Um,

constituído por aquelas em que somos forçados a ter em conta a irreduzibilidade de Tyndall; outro com as restantes. Estão no primeiro caso a História, a Psicologia, o Direito, a Sociologia, etc. No segundo, contam-se a Física, a Química, a Botânica, etc.

Como facilmente se verifica, as ciências mais desenvolvidas são as que não dependem da limitação de Tyndall. As outras, pelo contrário, são ainda embrionárias e estão muito longe de poderem enunciar as leis gerais que regem os fenómenos que estudam. Podem, sem receio de exagero, classificar-se de proto-ciências.

A Psicologia e a Sociologia constituem a base da técnica da acção psicológica. Esta não pode por isso furtar-se às consequências da irreduzibilidade de Tyndall. Os fundamentos científicos em que assenta

## Revista da Cavalaria

são, assim, mal definidos e carecem do rigor e da precisão das leis que regem os fenómenos das ciências independentes da limitação de Tyndall.

Chama-se «dinâmica social» ao estudo do comportamento psico-sociológico das massas. Aquele comportamento traduz-se na manifestação colectiva de uma forma de pensar, de agir e de reagir, comum à grande maioria dos indivíduos. É o que cientificamente se designa por «opinião colectiva» ou mais vulgarmente por «opinião pública». Segundo J. Driencourt, autor da obra «A Propaganda, nova arma política», a ciência que estuda as leis da formação e evolução da «opinião colectiva» constitui a «Psicopolítica». Trata-se de uma proto-ciência, muito jovem, cujo campo está ainda mal delimitado em relação à esfera de acção da Psicologia e da Sociologia, ciências das quais deriva e de que procura emancipar-se.

Hobbes, o autor do Leviathan, foi quem pela primeira vez afirmou que a opinião pública é a base de todo o Poder. Loocke e Hume estudaram também a sua formação e procuraram enunciar as respectivas leis. Após a Revolução Francesa, que fez a prova do seu valor e demonstrou a necessidade de a controlar e dirigir, realizaram-se numerosos estudos, todos com o fim de procurar enunciar as leis que presidem à sua formação.

Foi o alemão von Holtzendorf quem lançou as bases da Psicopolítica. As primeiras tentativas de emancipação têm lugar entre 1850 e 1906. Datam deste período os trabalhos que mais fortemente haviam de influenciar o problema. Assim, Karl Marx começou por afirmar que o pensamento é função do movimento dialéctico da matéria. A hipótese acarreta como consequência que as ideias só podem produzir efeito se estiverem ligadas intimamente aos interesses colectivos. Depois, Lenine, partindo da mesma base, elaborou uma teoria racional de Propaganda que foi ensaiada com êxito em 1917 na Revolução Russa. É esta teoria que ainda hoje serve de base à escola russa de acção psicológica. G. Tarde estudou, detalhadamente, os dois elementos fundamentais da Propaganda: a «opinião colectiva» e a «massa».

Gustavo le Bon abordou directamente o problema da «Propaganda» na sua conhecida obra «A psicologia das multidões».

Foi, porém, o sociólogo italiano Pareto quem concebeu a teoria que serve de suporte à Propaganda moderna. Segundo a sua teoria — chamada teoria das «derivações» ou teoria das «constantes psicológicas» — as manifestações verbais do Homem têm a sua origem nos sentimentos a que dão satisfação. Esses sentimentos não são mais do

## Revista da Cavalaria

que «derivações» de determinados *instintos profundos e permanentes*. Têm por isso o carácter de verdadeiras «constantes psicológicas».

Spencer já tinha emitido a opinião de que o mecanismo social *tem por base o instinto e não as ideias*.

Ambas as hipóteses contradizem profundamente o ponto de vista de Le Bon que afirmou: «*As ideias conduzem o mundo*».

A teoria do sociólogo francês está hoje completamente posta de parte. A hipótese de Pareto, pelo contrário, subsiste e dela deriva a técnica da Propaganda moderna.

\*

Quando subiu ao poder na Alemanha o partido «nacional-socialista», Hitler traçou um programa de acção psicológica que sintetizou na seguinte frase proferida no Congresso de Nuremberg em 1936: «*A Propaganda permitiu-nos conquistar e conservar o Poder; a Propaganda dar-nos-á a possibilidade de conquistar o Mundo*».

Deve-se a Goebbells a criação de uma nova escola na técnica da Propaganda. A escola de Goebbells ou escola alemã assenta como a escola russa na hipótese de Pareto.

Com uma base científica coerente, perfeitamente integrada numa doutrina política, concebida e planeada com lógica, a Propaganda alemã foi executada magistralmente. A ela se deve em grande parte a elevação da Propaganda à categoria de *verdadeira e indispensável* arma de Guerra.

Por consequência, parece razoável classificar a escola alemã como uma das escolas fundamentais. O seu estudo detalhado é indispensável.

Antes de o fazermos, vamos apresentar com mais detalhe o seu fundamento científico.

Foi o russo Serge Tchakhotine na obra «A violação das multidões por meio da Propaganda» quem pela primeira vez interpretou do ponto de vista da acção psicológica a teoria dos «reflexos condicionados» do seu compatriota, o fisiologista Ivan Petrovitch Pavlov (1849-1936).

Vejamos em que consiste a teoria dos «*reflexos condicionados*» ou melhor, descrevamos as experiências efectuadas por Pavlov.

A experiência fundamental consiste no seguinte:

Coloca-se diante de um cão previamente imobilizado um pedaço de carne. Como consequência, o cão começa a salivar. Em seguida renova-se a experiência associando a apresentação da carne com o

## Revista da Cavalaria

toque de uma campainha. O cão volta a salivar. Repete-se a experiência um certo número de vezes e, num dado momento, suprime-se a apresentação da carne. Verifica-se então que ao ouvir o toque da campainha o cão saliva como se se lhe tivesse mostrado a carne.

Pavlov deu ao fenómeno o nome de «*reflexo condicionado*» designando a campainha por «*agente condicional complexo*» e a carne por «*agente condicional simples*». Repetiu depois a experiência empregando agentes diferentes dos indicados e obteve resultados idênticos. Verificou ainda que o «*agente condicional complexo*» perde o seu valor e deixa de actuar no fim de determinado tempo. Para não diminuir o seu efeito é necessário, de vez em quando, associá-lo de novo com o «*agente condicional simples*».

Por fim, observou que repetindo a experiência um grande número de vezes, sempre no mesmo ritmo, nem por isso aumentava a salivação do cão, pelo contrário, a partir de certo momento o cão deixava de salivar, isto é, dava-se uma «*inibição*» das funções reflexas. A inibição podia generalizar-se a todo o organismo e provocar um estado de sonolência no animal.

Estes efeitos eram tanto mais acentuados quanto mais violenta era a acção do «*agente condicional simples*» utilizado e, praticamente, não eram influenciados pela maior ou menor intensidade do ritmo da experiência, mas sim pela *repetição*. Por outro lado, o agente condicional complexo» deixava também de actuar se se submetesse o cão à influência de um novo «*agente condicional simples*» *mais intenso* do que o utilizado anteriormente.

Com base nas experiências que realizou, Pavlov concebeu a «*teoria dos reflexos condicionados*», por meio da qual procura explicar, a *partir dos instintos*, os actos e o comportamento do Homem. O seu compatriota Serge Tchakhotine foi mais longe ainda. Viu na teoria de Pavlov um processo científico de influenciar e de orientar o comportamento das massas humanas, isto é, o *fundamento científico da Propaganda*.

A teoria dos reflexos condicionados foi estabelecida a partir do instinto de «*nutrição*».

Podem também obter-se reflexos condicionados actuando sobre os restantes instintos fundamentais. Estes instintos são:

- 1) — O instinto de agressão e de defesa.
- 2) — O instinto de nutrição (alimentação, conservação, acumulação, etc.).

## Revista da Cavalaria

- 3) — O instinto sexual.
- 4) — O instinto de maternidade.
- 5) — O instinto de solidariedade.

Deve notar-se, porém, que o estado psíquico do indivíduo, num dado momento, é função de três variáveis, a saber:

- O meio exterior.
- Os instintos fundamentais.
- A influência no sub-consciente da experiência adquirida em ocorrências anteriores.

A Psicanálise procura explicar o comportamento do homem com base na influência das ocorrências anteriores.

Os biocentristas atribuem aos instintos a origem de todas as emoções.

Qualquer das duas interpretações não abrange, do ponto de vista da psicologia dinâmica, o conjunto do problema, isto é, ambas as hipóteses não explicam cabalmente a influência imediata dos desejos e aspirações de um dado indivíduo, considerado numa situação bem definida, sobre o seu comportamento. O estado psíquico individual varia constantemente em função das três variáveis indicadas que, por sua vez, se interferem mutuamente e dão origem a determinadas tensões tais como os desejos, a angústia, etc.

As modificações do estado psíquico tendem a fazer diminuir as causas conscientes ou inconscientes que as provocaram. É o caso da ansiedade intelectual que aumenta a facilidade de compreensão de um dado facto. Logo que o indivíduo se esclarece, a ansiedade diminui. Mas, quer neste caso, quer no caso do indivíduo não conseguir atingir o seu fim surgem linhas de conduta especiais resultantes da conjugação do meio exterior com as limitações biológicas individuais e com o meio social, donde resultam reacções características tais como a agressão, a repressão, a fuga, a racionalização, etc.

A teoria dos reflexos condicionados não é mais do que um processo de condicionar o campo de variação de uma das variáveis da função complexa «estado psicológico individual».

Porém, é aquela variável que domina e dita o comportamento das *multidões* e das «massas» populacionais. Estas, *que constituem o ver-*

## Revista da Cavalaria

*dadeiro campo de acção da Propaganda, são fundamentalmente gregárias e dominadas pelos instintos.*

Vejamos então a forma como a escola alemã de Propaganda se serviu dos instintos para subjugar e conduzir as massas humanas.

\*

No campo nacional a Propaganda Alemã teve por fim convencer a maioria dos alemães de que a grandeza do Reich e a felicidade do seu povo só podiam ser realizados pelo nacional-socialismo. Neste caso, o agente condicional simples utilizado foi a «grandeza do Reich e o bem-estar do seu povo». A Propaganda substituiu-o lenta e progressivamente não só pelo indivíduo que representava o Partido (Hitler) como também por um símbolo: — A cruz gamada. Criou assim dois agentes condicionais complexos que passou a propagar por todos os processos.

Os instintos foram trabalhados simultâneamente, e em conjunto, em gradações convenientes.

Todas as realizações do nacionalismo-socialismo eram periódicamente agitadas para evitar que os agentes complexos perdessem o seu efeito o que corresponde, na experiência de Pavlov, em consentir que, uma vez por outra, o cão mastigue um pedaço de carne que lhe activou o instinto. É o caso, por exemplo, das sucessivas anexações até à invasão da Polónia.

No campo nacional a actuação sobre o instinto n.º 1 teve duas finalidades: — Fazer reacar e respeitar o poder do Führer e levar o povo a desejar a Guerra.

Os agentes complexos, estribilhos e símbolos, substituíam os agentes simples. Conseguia-se assim fazer temer o Führer e, simultâneamente, fomentar a agressividade. O mesmo instinto pode, pois, dar lugar a duas reacções directamente opostas o que é necessário ter sempre presente a fim de evitar que os efeitos obtidos sejam exactamente ao contrário do que se pretende.

A Propaganda lançava os agentes complexos com uma orquestração completa e ininterrupta no espaço e no tempo. Não dava um momento de descanso às massas. A orquestração era progressiva até atingir o máximo no momento desejado. Certas campanhas psicológicas demoraram anos. É o caso da anexação da Áustria que deu lugar a

## Revista da Cavalaria

uma campanha de 5 anos. Pelo contrário, a invasão da Checoslováquia foi preparada por uma acção rápida e dramática.

No adversário e algumas vezes nas massas nacionais a Propaganda procurou criar um estado de «inibição» e cansaço tais que impossibilitassem a reacção. Citamos como exemplo a acção desenvolvida para cobrir o volte-face brusco da política alemã quando da assinatura do pacto de não agressão com os soviets. Para isso a Propaganda durante os dias que se seguiram ao inesperado acontecimento, não parou de martelar proclamações, estribilhos, apêlos ao combate e aos novos objectivos a atingir. A inibição impediu a reflexão.

Sobre o adversário o instinto trabalhado com mais intensidade foi o n.º 2 (conservação).

Ao estado de inibição Goebells sobrepôs a angústia e o extase. Para o conseguir serviu-se da alternância periódica: Contemporização — ameaça. Foi o que sucedeu em Munique quando Hittler, logo após a assinatura do acordo, faz um discurso brutal e ameaçador. Normalmente, aos discursos e proclamações violentas sucediam-se discursos e proclamações apaziguadoras. Às vezes até no mesmo discurso, notícia ou panfleto alternavam as duas ideias.

Era assim que o instinto n.º 2 produzia no inimigo o terror inibitivo e o instinto n.º 1 levava o povo alemão do estado de agressividade ao êxtase.

Foi nos dois polos terror e agressão que a Propaganda alemã exerceu quase toda a sua acção externa e interna pela excitação do conjunto dos instintos n.º 1 e n.º 2.

Note-se, contudo, que em geral os sentimentos são complexos e resultam do conjunto dos instintos fundamentais excitados em proporções diferentes. A propaganda alemã visou sempre com maior intensidade os instintos n.ºs 1 e 2.

Recorde-se o célebre filme da campanha da Polónia que foi largamente difundido, até nos Países neutros. O filme não foi mais do que um dos agentes complexos destinados a provocar reflexos condicionados do conjunto dos instintos com preponderância para os instintos n.ºs 1 e 2.

A «Nova Ordem» é outro exemplo de actuação sobre o conjunto dos instintos fundamentais. A «Nova Ordem» apregooou um equilíbrio internacional onde todas as Nações viveriam felizes e prósperas sob a batuta germânica. O agente condicional simples «paz, prosperidade e felicidade» foi associado ao agente complexo «vitória da Alemanha». Procurou-se assim condicionar as populações europeias por forma tal

## Revista da Cavalaria

que postas em presença da ideia da vitória da Alemanha, do nacional-socialismo e do seu Chefe, evocassem imediatamente a imagem de uma época futura de paz, abundância e felicidade gerais.

Presentemente, o estribilho «Pão e Paz» não é mais do que o agente complexo com que a Propaganda Soviética condiciona o conjunto dos instintos das massas da Europa Ocidental na campanha psicológica que desencadeou após a guerra.

A Propaganda moderna, técnica de acção e movimento, *serve-se da matéria, para atingir, violar e dominar sem quaisquer escrúpulos, de uma forma científica e racional, os sentimentos colectivos das massas* que, de dia para dia, se tornam cada vez mais instintivas e mais gregárias.

\*

Segundo Edmund Vermeil, na obra «A Alemanha» escrita em 1946, a Propaganda nacional socialista nacionalizou e socializou simultaneamente o povo alemão. Fundamentalmente militarista constituiu um sistema de educação, uma verdadeira obra pedagógica, uma espécie de cultura, simples na concepção e científica dos seus métodos que visavam a aglutinação dos espíritos numa mole comum. É o que se pode chamar armar moralmente o povo, ou melhor, reduzir o indivíduo ao estado de parte integrante da massa. Ela teve um único fim: A acção pura, uma espécie de dinamismo revolucionário sem freio nem limitações. Foi uma ditadura espiritual absoluta e total.

J. Driencourt sintetiza da forma seguinte a Propaganda alemã no campo internacional: «... A Propaganda alemã preparou pela guerra dos nervos e pela acção local a conquista dos países limitrofes englobados por Hitler na Gross Deutschland ou espaço vital do III Reich...». O método do duche escocês foi empregado para liquidar os nervos da vítima e aniquilar a sua vontade de resistir alternando as ameaças com os protestos pacíficos. A uma semana de apaziguamento, deixando entrever a possibilidade de um compromisso e restabelecendo a esperança, seguia-se uma semana de extrema violência e de exigências brutais. Sistemática e cientificamente a Propaganda difundiu o terror, a dúvida e o ódio. Foi uma verdadeira guerra total contra os Aliados para dissociar e paralisar a sua acção.

Hittler traçou a linha de rumo da técnica a adoptar quando disse: «Na sua grande maioria o povo encontra-se numa disposição e num estado de espírito essencialmente feminino e os seus actos são

## Revista da Cavalaria

determinados muito mais pela impressão produzida sobre os seus sentidos do que pela pura reflexão».

Por isso a Propaganda alemã substituiu a explicação pela imagem e o racional pelo instintivo. Foi a ideologia nacional-socialista que serviu de base à Propaganda. Ideologia formada por mitos e alicerçada em dogmas, falha de verdade e de experiência não conseguiu atingir uma maturação doutrinária lógica e coerente. Foi sobretudo uma mística constituída sobre o conceito «a Nação é uma realidade orgânica supra individual». Este conceito conhecido por «Volk» foi defendido por grande número de filósofos alemães entre os quais se contam Hegel e Humboldt. Litz, Nietzsche, Woltmann e outros conceberam a sociedade como um *organismo de ordem biológica* no qual o indivíduo não é mais do que o intérprete fiel da vontade colectiva definida não como a resultante das vontades individuais mas sim como um conceito do que deve ser a vontade de cada um.

O indivíduo é comandado pelos *instintos* e pelos *laços raciais* que o integram na comunidade.

Foi sobre estes conceitos que Hittler levantou o edifício ideológico do nacional-socialismo. Deles resultaram o «Volksgest» ou espírito objectivo das massas dirigido exclusivamente no interesse comum e o «Führerprinzip» segundo o qual o Führer é a *antena que melhor capta aquele espírito e a única entidade capaz de o exprimir e de o materializar*.

Esta solução do problema da interpretação e execução da vontade colectiva foi expressa pelos filósofos Lassale, Spengler e outros. O Führer tinha assim o carácter de um semi-Deus cujo poder é consequência de um conceito abstracto e mitológico que exclui a vontade colectiva e que não resulta de uma construção política racional e lógica.

Desta filosofia nasceu uma Propaganda dirigida essencialmente aos instintos que não fez apelo a qualquer espécie de raciocínio ou lógica por mais elementar que fosse e que se adaptava a todos os fins mesmo contraditórios. Goebells depois de ter feito o elogio de um *racismo anti-cristão* não hesitou em lançar mão do tema «a Alemanha bate-se pela civilização cristã».

A afirmação não tinha qualquer valor concreto e real. Não passou de um agente condicional simples destinado a aumentar o efeito e alargar o campo de acção do agente condicional complexo «vitória da Alemanha».

Em 1919, Hittler aderiu ao «Partido Operário Alemão» tornando-se em breve o chefe e organizador da propaganda do Partido. Desenvolveu uma actividade verdadeiramente prodigiosa.

## Revista da Cavalaria

Adquiriu um jornal, o «Vökischer Beobachter». O seu método consistiu apenas em excitar e desencadear os instintos e os sentimentos das massas populares.

Logo que assumiu a chefia total do Partido crismou-o de «Partido Operário Nacional-Socialista» (N. S. D. A. P.). Depois do fracasso de Munich, em 1923, escreveu o «Mein Kampf» cujas edições atingiram milhões de exemplares. No ano anterior, em 1922, Joseph Goebbells filiara-se no Partido, revelando-se logo de início um organizador e agitador de grande valor. Hittler confiou-lhe a direcção da Propaganda em Berlim. No desempenho desta missão Goebbells alcançou um êxito extraordinário e conseguiu em 3 meses aumentar para o quádruplo o número de filiados no Partido. Em 1927 lançou um novo jornal, o «Angriff». Hittler em face do sucesso obtido nas eleições de 1928 nas quais o Partido obteve 800 mil votos, entregou a Goebbells a direcção do conjunto da Propaganda nacional-socialista.

Goebbells realiza então autênticos prodígios e transforma os 2,5% dos votos alcançados em 1928 em 95% nas eleições de Novembro de 1933. Já no Poder, a 13 de Março de 1933, Hittler criou o «Ministério da Propaganda» e nomeou Goebbells seu Chefe.

Em 4 de Outubro do mesmo ano o Governo legisla e põe em execução o estatuto dos jornalistas transformando a profissão em Serviço Público dependente do novo Ministério.

Em seguida apropriou-se do Cinema. A companhia de radiodifusão alemã (R. R. G.) foi nacionalizada e organizou-se um órgão director denominado «Câmara de Radiodifusão». A rádio foi considerada por Goebbells um dos meios de execução mais importantes. Num discurso pronunciado em Stuttgart em 1933 diz:

*«A rádio será um dia o processo eleito para instruir os povos. A rádio será a ponte espiritual entre as cidades, as províncias, as nações e os grupos sociais. A rádio para nós não é um simples instrumento de transmissão cometido ao serviço diário. Assim como estamos convencidos que nem a política nem a economia, nem a cultura existem sem uma ideia-força também estamos convencidos que na rádio deve necessariamente existir uma vontade, uma impulsão, e que faremos melhor em colocar essa força, esse motor acústico, essa impulsão moral ao serviço da causa do que escondermo-nos atrás dela».*

Foi à rádio que a Propaganda confiou a missão de preparar as conquistas políticas e militares do Reich desencadeando por seu intermédio a ofensiva psicológica contra os países a conquistar e a dominar.

## Revista da Cavalaria

A literatura foi integrada na Propaganda que não só difundiu o «Mein Kampf» apresentando-o de uma forma acessível e agradável como criou também uma nova concepção literária baseada na ideologia do Partido. A arte foi orientada num sentido novo, misto de romantismo, de força e de heroísmo, incarnando a *tradição pagã* em irreductível oposição com tudo mais. A escultura, a arquitectura e a pintura foram transformadas em instrumentos da Propaganda. O teatro foi também coordenado por intermédio da Secção de Teatro da «Câmara de Cultura do Reich».

O Ministério da Educação foi colocado inteiramente ao serviço da acção psicológica.

Do ponto de vista de organização a Propaganda alemã subordinou-se à necessidade de obter a *unidade, quer na concepção, quer na execução*.

Esta condição *indispensável* foi realizada por um artifício que consistiu em colocar as mesmas pessoas na chefia dos vários serviços de Propaganda. Assim, a máquina de Propaganda era encimada por três órgãos fundamentais: «Direcção de Propaganda do Partido», «Câmara de Cultura do Reich» e Ministério para a «Educação do Povo e Propaganda».

À testa das três organizações foi colocado o Dr. Goebbells. O Partido, situado ao nível jurídico do Estado, era quem na realidade dominava o conjunto da organização. Goebbells fazia a ligação e a união da propaganda partidária com o «Ministério de Educação e Propaganda» que era o verdadeiro órgão do Estado.

A R. K. K. subdividia-se em:

«Câmara da Imprensa», «Câmara do Cinema», «Câmara do Teatro», «Câmara da Música», «Câmara das Belas Artes» e «Câmara da Radiodifusão».

No Reichstag, em 1933, Hittler falando da R. K. K., declarou:

*«O Governo procederá a um saneamento completo do organismo social. O conjunto das instituições educativas (teatro, cinema, imprensa, literatura, rádio) consideram-se o meio para atingir aquele fim. O sangue e a raça rejuvenescerão a fonte de inspiração artística».*

Quanto ao «Ministério de Educação e Propaganda», criado dois meses depois da subida do Partido ao poder, o decreto que o organiza define da forma seguinte a sua missão:

*«O Ministério para a educação do povo e propaganda é competente em tudo o que se refira à acção moral e intelectual sobre a Nação, à Propaganda do Estado, à cultura e à economia, à informação da*

# Revista da Cavalaria

*opinião alemã e do estrangeiro e, bem assim, na administração de todas as instituições que sirvam o fim enunciado».*

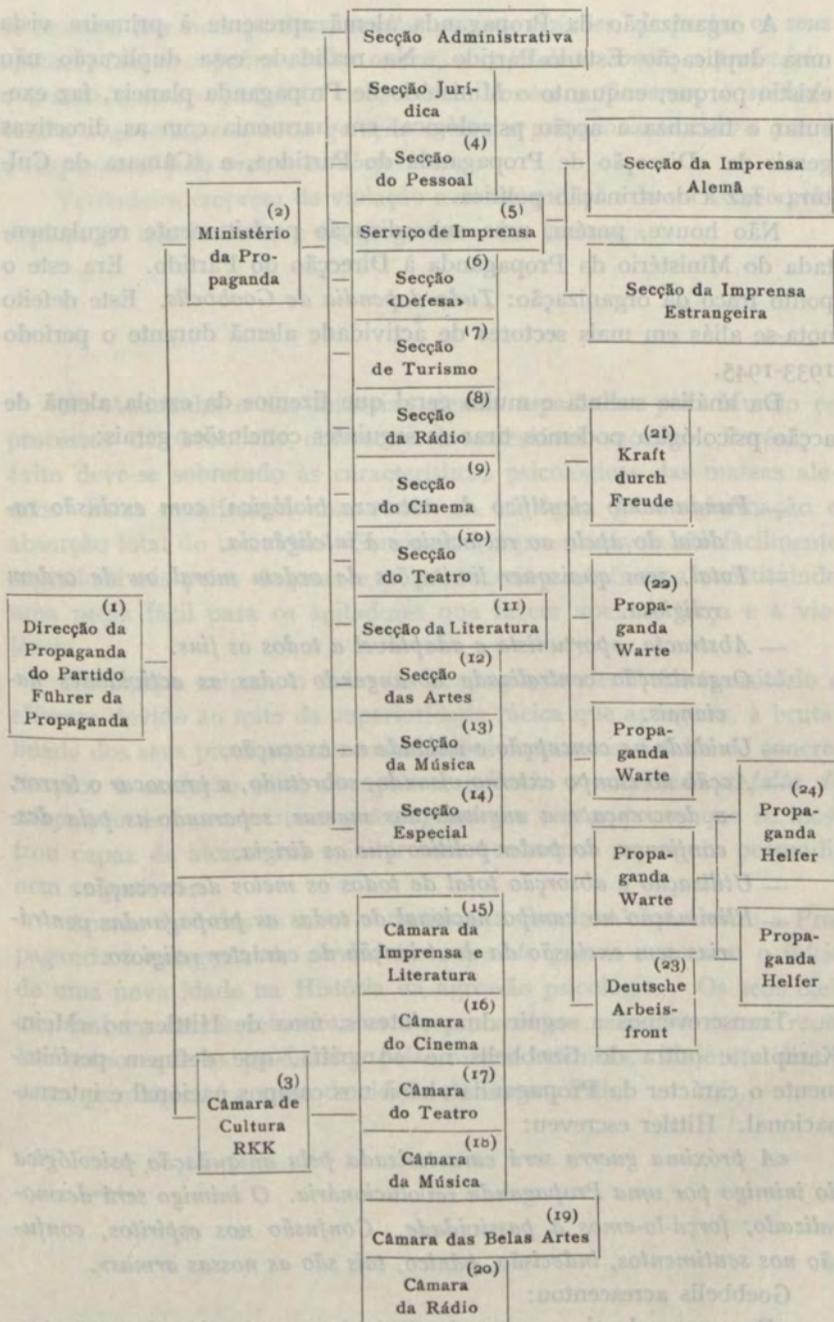
Os Serviços de Imprensa e informação dos restantes Ministérios foram subordinados ao Ministério da Propaganda.

O esquema geral da organização da Propaganda Alemã era o que se apresenta na página seguinte.

Para melhor compreensão há que ter em conta as seguintes atribuições dos seus órgãos fundamentais:

- (1) — Órgão supremo de concepção e direcção directamente subordinado ao Führer. A lei de 1 de Dezembro de 1933 funde o Partido com o Estado: O Partido é proclamado «o intérprete e depositário da concepção alemã de Estado». A missão do Partido consistia em realizar o Volk transformando a Nação num Volksgemeinschaft.
- (2) — Serviço Público, órgão de execução do Estado.
- (3) — Órgão de execução do Partido.
- (4) — Recrutamento dos funcionários.
- (5) — O Serviço de Imprensa tinha a seu cargo toda a propaganda no estrangeiro. Trabalhava em colaboração com a «Repartição de Política Externa» do Partido. Foi chefiada por Resenberg.
- (6) — Tinha a seu cargo o serviço de contra-propaganda.
- (7) — Publicidade turística.
- (8) — Subordinava e dirigia toda a radiodifusão.
- (9) — Dirigia a actividade cinematográfica.
- (10) — Dirigia e censurava a actividade teatral.
- (11) — Dirigia e censurava a actividade literária.
- (12) — Dirigia e censurava a pintura, escultura, etc.
- (13) — Dirigia a actividade musical.
- (14) — Dirigia e fiscalizava a propaganda em todas as associações operárias e intelectuais no que se refere à propaganda racial.
- (15), (16), (17), (18), (19) e (20) — Órgãos de doutrinação política.
- (21) — Organização «Força pela Alegria».
- (22) — Agentes de propaganda local.
- (23) — Frente do trabalho.
- (24) — Adjuntos dos agentes de propaganda local.

# Revista da Cavalaria



ORGANIZAÇÃO DA PROPAGANDA NACIONAL-SOCIALISTA (1939-45)

## Revista da Cavalaria

A organização da Propaganda alemã apresenta à primeira vista uma duplicação Estado-Partido. Na realidade essa duplicação não existiu porque, enquanto o Ministério de Propaganda planeia, faz executar e fiscaliza a acção psicológica, em harmonia com as directivas gerais da «Direcção de Propaganda do Partido», a «Câmara de Cultura» faz a doutrinação política.

Não houve, porém, uma subordinação perfeitamente regulamentada do Ministério da Propaganda à Direcção do Partido. Era este o ponto fraco da organização: *Tudo dependia de Goebbells*. Este defeito nota-se aliás em mais sectores de actividade alemã durante o período 1933-1945.

Da análise sucinta e muito geral que fizemos da escola alemã de acção psicológica podemos tirar as seguintes conclusões gerais:

- *Fundamento científico de natureza biológica, com exclusão radical do apelo ao raciocínio e à inteligência.*
- *Total, sem quaisquer limitações de ordem moral ou de ordem religiosa.*
- *Abstracta, oportunista e adaptável a todos os fins.*
- *Organização centralizada abrangendo todas as actividades nacionais.*
- *Unidade na concepção e unidade na execução.*
- *Acção no campo externo visando, sobretudo, a provocar o terror, a descrença e a angústia das massas, separando-as pela desconfiança, do poder político que as dirigia.*
- *Utilização e absorção total de todos os meios de execução.*
- *Eliminação no campo nacional de todas as propagandas contrárias sem exclusão da doutrinação de carácter religioso.*

Transcrevemos a seguir duas sínteses, uma de Hittler no «Mein-Kampf» e outra de Goebbells no «Angriff», que definem perfeitamente o carácter da Propaganda alemã nos campos nacional e internacional. Hittler escreveu:

*«A próxima guerra será caracterizada pela aniquilação psicológica do inimigo por uma Propaganda revolucionária. O inimigo será desmoralizado; forçá-lo-emos à passividade. Confusão nos espíritos, confusão nos sentimentos, indecisão, pânico, tais são as nossas armas».*

Goebbells acrescentou:

*«Devemos seleccionar com inteligência as minorias descontentes, os chefes ambiciosos e corruptos, os brutos e os fanáticos. Avolumar*

## Revista da Cavalaria

*os motivos das suas queixas, excitar as suas paixões, despertar os seus apetites, lançar o pobre contra o rico, o capitalista contra o proletário, o ariano contra o judeu, o contribuinte contra o Governo, o soldado contra o general, e a nova geração contra a geração antecessora que é a responsável pela ordem estabelecida».*

Verdadeira empresa de violação e de aniquilação da sociedade pela exploração dos instintos e do gregarismo das massas.

\*

Na Alemanha e nas minorias alemãs espalhadas pelo Mundo os processos de Goebells obtiveram incontestável sucesso. Porém, o êxito deve-se sobretudo às características psicológicas das massas alemãs. Estas manifestam uma tendência biológica para aglutinação e absorção total do indivíduo. Sensíveis e impressionáveis são facilmente sugestionáveis pelos dogmas e pelos conceitos abstractos constituindo uma presa fácil para os agitadores que fazem apelo à força e à violência.

No campo externo o êxito da Propaganda alemã foi transitório e efémero devido ao mito da superioridade rática que apregou, à brutalidade dos seus processos, às contradições constantes, à falta de concretização, à exclusão total do apelo à reflexão e sobretudo à *falta de adaptação às características psicológicas dos outros povos* que se mostrou capaz de atemorizar e inibir mas que nunca conseguiu persuadir nem suggestionar.

Apesar de todos os erros cometidos, a Escola Alemã elevou a Propaganda à categoria de *verdadeira arma de guerra* e marcou o início de uma nova idade na História da agressão psicológica. Os seus efeitos, embora menos retumbantes e espectaculares, *não são menos revolucionários* que os produzidos pelas armas atómicas. Hoje em dia, a arma psicológica é a arma de eleição da Guerra Fria.





# HIPISMO

GUSTAV PAU NORUEGA

1912. N. 44

JAN



## SUMÁRIO

Gustav Rau morreu!

Jorge Mathias

O Cavalo Direito

Xénophon



# GUSTAV RAU MORREU!

**D**esapareceu da cena hípica mundial uma das figuras mais discutidas e de mais projecção no já tão grande mundo hípico, o Dr. Gustav Rau.

Internacionalmente conhecido, a partir da época áurea da equitação alemã anterior à guerra, foi ele que com o seu saber, com a forma perfeita como aprofundava os assuntos e com a metodização e persistências próprias dos germânicos, levou essa magnífica pleiade de cavaleiros e concursistas onde brilharam os nomes de Momm, Hæsse, Brinckman, Barnekow e Pollan a triunfar por toda a parte culminando com as vitórias de Momm e Pollan em obstáculos e Ensino nas Olimpíadas de Berlim!

Tendo desempenhado os mais altos cargos ligados com o cavalo, desde Director e Inspector da criação cavalariça na Alemanha, passando por membro da Federação Equestre e Comité Olímpico do seu país, por juiz dos mais variados concursos e exposições quer na Alemanha quer no estrangeiro, até membro da Federação Equestre Internacional, Gustav Rau prestou ao hipismo serviços que o tornaram credor da nossa admiração e nos fazem lamentar profundamente o seu desaparecimento.

Após uma guerra tão prolongada como dolorosa em que a Alemanha fica esfacelada, o nome de Gustav Rau torna a impor-se através da sua frase «todos a cavalo» com que pretendia traduzir o seu ideal de que o resurgimento da juventude alemã se fazia facilmente se a montassem a cavalo pois esta era a forma superior de se formar e moldar o seu carácter bem como revigorar mais e mais o seu corpo.

O seu sonho foi uma premente realidade, pois hoje, na Alemanha, toda a aldeia possui um clube, um centro hípico enfim um grupo de aficionados que praticam equitação!

E ao fechar os olhos teve a consagração da sua obra, do seu esforço, da luta de uma vida inteira por um ideal que levou a sua Alemanha às maiores honras e glórias — mais de cem mil cavaleiros o envolvem e lhe testemunham a sua profunda amizade, gratidão, estima e apreço.

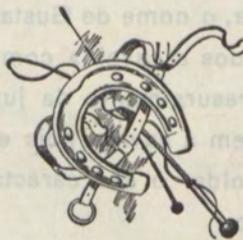
# Revista da Cavalaria

A esses cem mil cavaleiros, produto do seu lema «todos a cavalo» junta-se o Mundo Hípico desde o Chile ao Brasil, da Argentina ao México, de Portugal à Bélgica, da França ao Japão, grato ao estudioso e sabedor Dr. Rau, ao equitador e mentor hípico da juventude alemã!

Curvamo-nos respeitosamente perante a sua memória e reconhecidamente lhe agradecemos, nesta singela homenagem, o muito que lhe ficamos devendo.

Homens como Gustav Rau, fazem escola, honram uma geração e uma raça!

JORGE MATHIAS





# O Cavallo Direito

por XÉNOPHON

**A** posição rigorosamente direita só pode ser obtida por um trabalho perseverante e inteligente, rectificando todas as falsas incurvações e inclinações que se podem produzir da cabeça à garupa.

Quando o cavallo está direito, as ancas funcionam igualmente, o seu jogo combinado com as espáduas é simétrico, os pés seguem exactamente as pistas traçadas pelas mãos, a distribuição lateral do peso é igual.

A noção do cavallo direito está directamente ligada à disposição da garupa. Basta saber-se que é nela que reside a origem das mudanças de direcção. Quando essa disposição se liga com propósito à atitude dada ao ante-mão, na justa medida e na devida impulsão, os mais variados movimentos executam-se com grande facilidade.

Quando se desvia a garupa pela acção da perna de posição, a espádua contrária deverá ser mantida exactamente na direcção que seguia anteriormente, se o cavallo está em andamento; no mesmo lugar, se o cavallo está parado.

# Revista da Cavalaria

O cavalo defende-se da acção que lhe desvia a garupa fazendo participar as espáduas no movimento, cujo deslocamento para o lado reduz a submissão que se pretende impor à garupa.

É necessário contrariar decididamente esta tendência sob pena de jamais dominar a garupa.

«As ancas não deixarão de provocar resistências na mão enquanto a sua submissão não for completa, isto é, enquanto elas se não desviarem com prontidão e facilidade à ligeira pressão de uma e outra perna de posição» (1).

O cavalo procura sempre subtrair-se ao pedido de desvio da garupa, muito especialmente para o lado contrário ao da sua incurvação natural.

A rectificação do cavalo é indispensável. Com o cavalo incurvado para um dos lados, a concentração é impossível. O cavalo entorta-se ou atravessa-se. Assim, o cavalo direito constitui a base da equitação superior.

Os meios práticos que conduzem à rectificação do cavalo variam com a sua assimetria e comportam os exercícios mais indicados para cada caso particular combinados com as ajudas superiores e inferiores que facilitam ou reforçam a sua execução.

Se certas figuras executadas para uma mão são indicadas para remediar defeitos de rectitude, é preciso não esquecer que estas mesmas figuras feitas para a outra mão, confirmam ou acentuam esses defeitos. Por isso é necessário, antes de dar a um cavalo um determinado trabalho, verificar quais os defeitos de assimetria e aplicar, em seguida, a ginástica adequada.

Como o homem, o cavalo nasce com duas metades desiguais, uma mais forte do que a outra. Sendo o lado esquerdo geralmente mais fraco do que o direito, o cavalo apresenta-se normalmente incurvado à direita.

Colocando a garupa na direita, a acção impulsiva do cavalo exerce-se essencialmente no sentido da espádua esquerda, originando resistências do lado esquerdo a todas as acções de mão que tendam a incurvar o cavalo à esquerda. Convém no entanto frisar que, de início, antes do trabalho de sujeição à acção da perna isolada, pode a resistência manifestar-se violentamente do lado direito, quando o cavaleiro pretende deslocar a garupa para a esquerda por meio da rédea direita.

---

(1) General L'Hotte.

# Revista da Cavalaria

O cavalo assimétrico avança mais com a perna do lado onde tem a garupa, desigualdade que se reflecte na boca e na atitude da cabeça do cavalo.

O cavalo dá a face para o lado da perna que avança mais. Por este facto o cavaleiro inexperiente quando verifique que o seu cavalo tende a dar a face mais fâcilmente para um dos lados, já sabe que o cavalo avança mais com a perna desse lado. Nas voltas para esse lado descai na espádua de fora, fugindo à volta; nas voltas para o lado contrário, descai na espádua de dentro, procurando encurtar a volta.

Considerando o cavalo incurvado à direita, a assimetria corrige-se, terminado o desbaste, com o auxílio dos seguintes exercícios:

- 1 — Sujeição à acção da perna isolada (direita) até à pirueta inversa do tipo clássico (domínio total da espádua esquerda por flexão lateral esquerda).
- 2 — Rotação inversa do tipo espádua adentro, para a direita.
- 3 — Volta natural para a esquerda, cavalo direito sobre o círculo.
- 4 — Volta natural para a direita, pela acção determinante da rédea contrária esquerda.
- 5 — Espádua esquerda adentro.
- 6 — Anca esquerda adentro.
- 7 — Trabalho de espádua esquerda adentro seguido de volta de 6 m. de diâmetro e anca adentro.
- 8 — Ladear para a esquerda.
- 9 — Galope para a esquerda em círculo (cavalo direito sobre o círculo).
- 10 — Galope para a direita em círculo sob a acção determinante da rédea esquerda contrária.
- 11 — Zigue-zague em galope para a direita sob a acção determinante da rédea esquerda.

## Revista da Cavalaria

- 12 — Galope para a direita, invertido, sob a acção determinante da rédea esquerda.
- 13 — Zigue-zague em galope para a esquerda sob a acção determinante da rédea esquerda.
- 14 — Espádua esquerda adentro a galope para a direita.
- 15 — Cabeça ao muro, para a esquerda, ao galope.
- 16 — Galope para a esquerda, invertido, sob a acção determinante da rédea esquerda.

Acção determinante de uma rédea significa que a posição do antemão é dada por essa rédea, posição regulada, se necessário, pela da reguladora. Uma vez obtida a posição que caracteriza a acção da rédea, o contacto da mão do cavaleiro com a boca do cavalo deve ser igual nas duas barras. É a prova que a acção impulsiva do cavalo se exerce no sentido do seu próprio eixo.

No trabalho de correcção de uma assimetria, o galope desempenha um papel muito importante pelo facto de ser um andamento assimétrico. Assim, se a incurvação de um cavalo é para a direita, o galope normal, curto ou concentrado para a esquerda auxilia a corrigir a assimetria, especialmente se for empregado sobre o círculo; a direito, há o inconveniente do cavalo se atravessar. Pelo contrário, como o galope para a direita favorece essa assimetria, o galope para esta mão deverá ser executado incurvando o cavalo à esquerda. A rédea esquerda actuará por forma a colocar constantemente as espáduas à frente da garupa.

O trabalho a galope, por ser o mais difícil tanto para o cavalo como para o cavaleiro, é o que exige maior preparação, não sendo conveniente utilizá-lo sem que primeiro se execute correctamente os exercícios indicados a passo e trote.

Na correcção da assimetria, a acção das ajudas inferiores é importante. Se o papel da perna de posição se destaca no desbaste no trabalho de sujeição à acção da perna isolada, o papel de impulsão da outra perna é decisivo no decorrer do trabalho correctivo, no ensino complementar. Obrigando a uma maior adução do posterior do lado onde a sua acção impulsiva se faz sentir, ajuda a combater as resistên-

# Revista da Cavalaria

cias que o cavalo apresenta do lado esquerdo e constitui, na marcha directa, o meio mais eficaz de correcção da assimetria. Trabalhando desta forma com as rédeas numa mão, o cavalo é entalado entre as rédeas e as curvaturas laterais do pescoço são dominadas mais facilmente.

No trote levantado, a mão com a qual se trota contribui igualmente para a correcção da assimetria. Esta diagonal, ganhando mais terreno do que a outra, coloca a garupa desse lado, desviando-a para a esquerda se é com o diagonal esquerdo que o cavaleiro trota.

O que acabamos de expor é de tal maneira evidente que para um cavalo acentuadamente assimétrico, o trote levantado é tão fácil sobre o lado da assimetria como difícil sobre o outro lado.

O princípio mantém-se quando se pretende galopar o cavalo para a mão que ele recusa. Basta trotar com essa diagonal e alongar progressivamente o andamento. Quando o cavalo não o puder conservar, será obrigado a galopar para a mão do lado onde coloca a garupa, isto é, do lado sobre o qual trota o cavaleiro.

Não deve haver receio de insistir no sentido de corrigir a assimetria do cavalo. «O homem de cavalos, com toda a perfeição da arte, passa a vida a corrigir esta imperfeição» (1).



---

(1) Auvergne.

# Jornais revistas livros

## O emprego dos blindados em massa

Pelo Coronel W. M. Darlen Duncan

**D**e novo, como após a I Guerra Mundial, aumenta a impressão na América, não só nos meios civis como, mesmo, entre os militares de todas as graduações, de que a era dos blindados já passou. Esta impressão resulta de dois factos. Em primeiro lugar, a publicidade que se tem feito acerca das nossas armas sem recuo, como sendo a última palavra na destruição dos carros; em segundo lugar, o limitado emprego que se fez dos blindados na Coreia.

É conveniente mencionar, como um aviso, que, durante a II Guerra Mundial, os alemães desenvolveram e puseram em acção dois tipos de armas anticarro sem recuo (1).

«Ainda que existam muitas regiões do Mundo, onde o terreno não permitirá o emprego de blindados em grandes quantidades, no entanto, as zonas críticas do Globo estão localizadas de modo que nelas se podem pôr em prática os métodos da guerra moderna. Os blindados terão um papel ainda mais decisivo numa guerra futura do que aquele que desempenharam na II Guerra Mundial» (2).

«Desde 1945, a despeito da desmobilização em larga escala da infantaria, as unidades de blindados têm aumentado, tanto em absoluto como em proporção» no Exército Soviético. «Da proporção de, aproximadamente, dez divisões de infantaria para uma divisão blindada (de carros ou mecanizada), em tempo de guerra, chegou-se a cerca de duas ou três para uma» (3). Estas divisões blindadas têm sido organizadas em exércitos blindados.

(1) — Guderian, «O chefe Panzer» págs. 277 e 314

(2) — Jacob Devers, «O Futuro dos Blindados»

(3) — Raymond Garthoff, «A Doutrina Militar Soviética» págs. 312

# Revista da Cavalaria

A história dos blindados conta-se por vitórias retumbantes. Estas têm sido alcançadas num tempo mínimo, com fracas perdas em mortos e feridos e com uma reduzida destruição da zona de actuação. Com eles se alcançou a quebra completa da vontade de resistência inimiga (*Fig. 1*).

Na I Guerra Mundial, os ataques de carros, em massa, em Cambrai e Amiens, puseram fim à paralização devida à guerra de trincheiras. Os alemães afirmaram que os ataques maciços de carros, em Novembro de 1917 e Agosto e Outubro de 1918, mudaram o curso da guerra (\*).

Na II Guerra Mundial as forças Panzer foram a base das vitórias alemãs na Polónia, no Oeste Europeu, nos Balcans e na Rússia. Foram os blindados dos E. U. que exploraram a perfuração feita pela infantaria apoiada por carros em S. Lo, em Julho de 1944. Foram, ainda, os blindados dos E. U. que, penetrando nas Ardenas até ao Reno, a norte do Mosela, inflectiram para sul e envolveram o Palatinado alemão e o Sarre. Foram os exércitos Panzer alemães, com os corpos e divisões Panzer, que romperam as linhas americanas e criaram o «Saliente» em Dezembro de 1944. Todas estas foram acções nas quais os maiores ganhos tácticos foram obtidos no mais curto espaço de tempo e com o menor número de baixas para as forças atacantes.

Em consequência destas lições, na Rússia estão aumentando a proporção das divisões blindadas e mecanizadas logo que dispõem do respectivo material. Na Inglaterra estão procedendo de igual modo, como resultado da experiência adquirida na II Guerra Mundial. No entanto, apesar das lições desta guerra, que parece terem sido tão bem aprendidas por aqueles dois países, certos elementos do Exército Americano põem objecções quanto à necessidade da divisão blindada no seu Exército. Numa futura guerra, são os corpos da nossa mocidade que pretendemos enterrar na lama dos campos de batalha ou preferimos enterrar nela o aço dos carros de combate americanos?

O problema consiste, então, em mostrar como o melhor exército blindado pode ser utilizado, numa guerra de maiores proporções, para alcançar a vitória mais cedo e fazer uma maior economia de vidas de heróicos soldados de infantaria americanos. Que Deus os proteja!

O autor estudou elementos de diferentes origens, os quais existem em abundância, e, como resultado, apresenta uma proposta de doutrina para o emprego de blindados em massa, a ser adoptada pelo Exército dos E. U. A doutrina baseia-se nas conclusões e ilações obtidas pelo autor a partir da análise dos casos concretos. Aquelas conclusões e ilações não serão, certamente, as mesmas a que poderá chegar qualquer outra pessoa que analise os mesmos factos.

## Breve história do emprego dos blindados até 1939

Em 1916, os franceses produziam e empregavam contra os alemães pequenos grupos de carros ligeiros e os ingleses produziram e empregaram poucos carros pesados. Os resultados mostraram-se prometedores e ambos os adversários começaram a produzir carros em quantidade. A 14 de Setembro de 1917, o general

(\*) — Sir Albert G. Stern, «Tanks, 1914-1918» págs. 240

Fig. 1 — Comparação das Divisões de Infantaria Americana Tipo com as Divisões Blindadas Americanas Tipo, no Teatro Europeu, na II Guerra Mundial

	Dias de combate no T. O. E	Mortos	Feridos	Diversos	Capturas dos	Total em combate	Fora do combate	Baixas		Prisioneiros de guerra inimigos capturados
								Total	% dos Q. O. e M. capturados	
1.ª Divisão de Infantaria. . . .	292	1973	11448	951	631	15003	14002	29005	205,9	188382
2.ª Divisão de Infantaria. . . .	303	2999	10924	109	1034	15066	10818	25884	183,7	51055
4.ª Divisão de Infantaria. . . .	299	4488	16985	860	121	22454	13091	35545	252,3	75377
29.ª Divisão de Infantaria. . . .	242	3720	15403	462	526	20111	8665	28776	204,2	38912
30.ª Divisão de Infantaria. . . .	282	3435	12960	753	543	17691	8347	26038	184,8	50146
2.ª Divisão Blindada. . . . .	223	1102	5331	253	65	6751	7116	13867	95,9	76963
3.ª Divisão Blindada. . . . .	231	2540	7331	95	139	10105	6017	16122	111,5	76720
4.ª Divisão Blindada. . . . .	230	1238	4246	503	1	5988	4508	10496	98,4	90364
5.ª Divisão Blindada. . . . .	161	547	2768	177	62	3544	3592	7146	67	42756
6.ª Divisão Blindada. . . . .	226	1169	4198	152	7	5526	7290	12816	120	61864
7.ª Divisão Blindada. . . . .	172	887	4147	1050	39	6150	4352	10502	98,4	113041

Efectivos : Div. de Inf. 14089; 2.ª e 3.ª Div. Blind. 14454; Outras Div. Blind. 10670.

# Revista da Cavalaria

Pershing pediu ao Ministério da Guerra para enviar para França, no verão de 1918, as seguintes viaturas blindadas:

- 350 carros pesados ingleses, Mark VI;
- 20 carros do mesmo tipo, para transmissões;
- 40 carros do mesmo tipo, para reabastecimento de gasolina e óleos;
- 50 carros do mesmo tipo tendo montada uma peça de campanha;
- 1.030 carros ligeiros franceses, Renault;
- 130 carros franceses Renault para reabastecimento;
- 40 carros do mesmo tipo para transmissões;
- 300 viaturas de 6 T. com atrelados para transporte de carros Renault.

Este pedido indicava que o general Pershing tinha aceiteado o conceito do emprego dos carros em massa.

Em 20 de Novembro de 1917, os ingleses empregando 473 carros, em conjunto, pela primeira vez, romperam as linhas alemãs em Cambrai, até à profundidade de 10.000 jardas, numa frente de 13.000. Esta penetração teve como resultado a captura de 8.000 prisioneiros e 100 peças com um mínimo de perdas para a infantaria inglesa que apoiava os carros. Teriam sido necessárias várias semanas de bombardeamentos, muitos milhares de toneladas de munições e as vidas de muitos soldados de infantaria para realizar o que estes 473 carros conseguiram num só dia (\*).

Como consequência, aumentaram os planos para o emprego de carros no futuro. Em 6 de Dezembro de 1917, os E. U. e a Grã-Bretanha fizeram um acordo para produzirem, em conjunto, 1.500 carros pesados, Mark VIII, até Outubro de 1918. A 23 de Dezembro de 1917 o Major General S. D. Rockenbach foi indicado para comandar o Corpo de Carros, da Força Expedicionária Americana (\*\*).

Em S. Mihiel e Argonne, a ofensiva do I Exército dos E. U. foi apoiada pelas 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> Brigadas americanas, dispendo de 144 carros Renault, emprestados pelos franceses, e por quatro batalhões franceses, com 300 carros. Em lugar de seguir o método inglês de emprego dos blindados em massa, que tão boas provas tinha dado, o I Exército dos E. U. atribuiu os carros, por companhias e pelotões, aos regimentos e batalhões de infantaria. Os carros, assim dispersos, para esta ofensiva, tiveram uma eficiência muito menor do que aquela que teriam se o mesmo número tivesse sido empregado em massa, como acontecera nas primeiras acções (†).

Em Outubro de 1918, os ingleses tornaram a empregar os carros em massa em Cambrai e S. Quentin, ainda com maior sucesso do que em Cambrai, no ano anterior. Estes ataques de carros, apoiados por infantaria, quebraram a situação estacionária da guerra de trincheiras e tiveram como resultado o armistício de 11 de Novembro de 1918.

(\*) — Stern, *op. cit.*, págs. 195

(\*\*) — Stern, *op. cit.*, pág. 195

(†) — Rockenbach, S. D, *Lecture*. Os carros e a sua acção com o I Exército Americano no saliente de S. Mihiel e em Argonne, 27-12-1918 — págs 6-20

## Revista da Cavalaria

Neste ano, o general Fuller, então coronel e chefe de E. M. do Corpo de Carros inglês, concebeu a ideia das penetrações táticas profundas, levadas a cabo por esquadras destes carros de grande mobilidade. Tal ideia estava compreendida no seu «Plano 1919», uma operação a ser executada por 10.000 carros.

A guerra terminou antes que o plano pudesse ser posto em prática pelo marechal Foch. Este plano do emprego de blindados em massa continuou a ser a doutrina seguida pelos corpos de carros britânicos.

No período seguinte à I Guerra Mundial, os franceses mantiveram o maior exército e a maior força de carros do mundo. A teoria francesa do emprego de carros de combate — a atribuição de batalhões de carros de combate às divisões, para subatribuição aos regimentos e batalhões de infantaria — foi adoptada pela Itália, Japão, Polónia, Rússia e Estados Unidos. Sòmente os ingleses e os Alemães deixaram de aceitar esta doutrina.

Como resultado da aceitação pelos Estados Unidos desta doutrina, foi abolido por decreto do Congresso, em 1920, o Corpo de Carros de Combate em tempo de guerra.

Durante este mesmo período, na Inglaterra a infantaria tentou assimilar o Real Corpo de Carros de Combate Britânico. Este, defendido por homens como Winston Churchill, Liddell Hart, generais Fuller e Martel, conseguiu manter-se como entidade independente, mas foi reduzido a 4 batalhões de carros.

A continuação da existência do Real Corpo de Carros Britânico, proporcionou uma organização aonde eram colocados os oficiais que acreditavam no futuro dos carros. Estes oficiais eram agressivos, imaginativos e de visão, mas a sua acção foi limitada pelas disponibilidades orçamentais e pela falta de apoio da cavalaria e infantaria britânicas.

Durante os anos de 1920 a 1930, o Real Corpo de Carros Britânico, apadrinhou e efectuou ensaios de emprego de carros em massa. Estes ensaios confirmaram as experiências do tempo de guerra e, de novo demonstraram as muitas possibilidades de que dispunha uma força completamente mecanizada.

Observadores militares de todas as grandes potências, incluindo a Alemanha, assistiram a estes ensaios. As experiências realizadas despertaram um novo interesse instantâneo pelos blindados, em todos os países.

Nos E. U., a primeira de uma série de experiências semelhantes, teve lugar em Fort Meade, Maryland, em 1928. Esta foi seguida por outra em Fort Eustis, em 1930. De 1933 a 1940, o general Chaffee levou a cabo outras experiências no Fort Knox, no Kentucky. Contudo, estes estudos deram como resultado a divisão dos carros; os ligeiros, para a cavalaria, para serem empregados como cavalaria mecanizada; os pesados, para a infantaria, como uma arma de apoio<sup>(\*)</sup>.

Durante este mesmo período, os alemães, lembrando-se do método de emprego dos carros que mais eficiente se tinha mostrado contra as suas forças na I Guerra Mundial, aceitaram a doutrina do seu emprego em massa. Eles compreenderam o efeito que poderia ter o fogo das armas anticarro sobre carros deslocando-se de vagar e em pequeno número acompanhando a infantaria e condenam a tendência para subordinar os carros a esta. Inspirados pelo general

(\*) — Richard M. Ogor Kiewicz, «As dez eras do carro de combate», «Armor», Maio, Junho de 1952 pág. 14

# Revista da Cavalaria

Heinz Guderian, os alemães organizaram a primeira divisão Panzer em 1935, combinando infantaria, carros e artilharia numa mesma organização. Sòmente os ingleses, entre todas as outras nações, reagiram imediatamente a esta nova concepção. Organizaram a sua primeira Divisão Britânica Móvel, mais tarde designada por Divisão Blindada, em 1937 (9).

Cerca de Junho de 1939, a Alemanha tinha posto de pé várias divisões e corpos blindados. A Itália dispunha de cerca de duas divisões ligeiras; a Inglaterra de uma; e a França estava, apressadamente, organizando a sua primeira. Únicamente os E. U. e a Rússia não tinham aceitado o conceito estabelecido pelos alemães para o emprego de divisões e corpos blindados e, assim, os seus carros continuavam, ainda repartidos entre a infantaria e a cavalaria e organizados em brigadas, regimentos e batalhões.

## A doutrina alemã para o emprego de blindados

O general Heinz Guderian, o homem a quem coube a maior responsabilidade pela doutrina alemã de emprego de blindados, descrevia esta em termos breves e precisos, com esta expressão: «Klotzen, nich kleckern» (Concentrem-nos, não os dispersem). Em 1936 Guderian escreveu: «O ataque deve... penetrar profundamente no interior das linhas inimigas, para impedir a intervenção das reservas e para transformar o sucesso tático numa vitória estratégica».

Nós «acreditamos que um ataque rápido de carros, bem sucedido, lançado em *largura e profundidade* suficientes para penetrar através de todo o sistema de defesa que se lhe opõe, pode alcançar mais no sentido de assegurar a vitória que o sistema dos avanços limitados» tal como os que a infantaria realiza (10).

O problema que o Alto Comando alemão teve de considerar em 1936 era, se reunir todo o potencial de carros numa força de ataque era uma ideia básica segura, ou se repartindo os carros pela infantaria, dando-lhe, assim, o apoio destes, não era de ter, igualmente, em consideração. O Alto Comando alemão adoptou a sua doutrina sobre o emprego de Blindados baseado no exemplo frequentemente citado «os partidos Vermelho e Azul estão em guerra... O Vermelho tem os seus carros repartidos pelas divisões de infantaria. O Azul tem-nos agrupados em divisões panzer...».

Qual o método de emprego que possui maior poder ofensivo num dado ponto e momento críticos, qual é o mais flexível, e qual deles permite empregar a maior massa num contra-ataque? (11).

Em 1936, os exércitos Francês, Polaco, Russo e Americano aceitaram a doutrina da força vermelha acima exposta. Os alemães aceitaram a doutrina do partido azul. Assim, os alemães estariam aptos a utilizar todo o poder ofensivo dos seus blindados num forte ataque de surpresa num ponto decisivo, a fim de introduzir uma cunha tão profunda e larga que não precisavam de se inquietar.

(9) — Richard M. Ogor Kiewicz, «As dez eras do carro de combate, «Armors», Maio, Junho de 1952, pág. 14.

(10) — Guderian, *op. cit.*, pág. 41

(11) — *Ibid.*, pág. 41

# Revista da Cavalaria

tar com os seus flancos; deste modo os blindados podiam explorar imediatamente o sucesso obtido, sem perder tempo a esperar pela infantaria <sup>(12)</sup>.

Entre 1936 e 1939, os adeptos do emprego de blindados em massa no Exército Alemão, bateram-se à speramente com a infantaria e a cavalaria acerca de qual das duas doutrinas devia ser aceite, e se se devia criar uma nova arma, independente, de blindados <sup>(13)</sup>.

Hitler pronunciou-se pela doutrina da máxima mecanização, emprego de blindados em massa, e pela necessidade de divisões, corpos, grupos e exércitos blindados.

## A campanha da Polónia

O bom critério da aceitação da doutrina do emprego de blindados em massa foi evidenciado em primeiro lugar durante a campanha da Polónia em 1939. O XIV Corpo Panzer, do 4.º Exército, e o XVI Corpo Panzer do 10.º Exército, constituíram a ponta de ataque de invasão para os seus respectivos exércitos. Além disso, o I Corpo, na Prússia Oriental, e o XXVII Corpo em Slovakia, tinham cada um uma divisão blindada <sup>(14)</sup>.

O ataque do XIX Corpo Panzer, foi conduzido pela 3.ª Divisão Panzer, que quebrou as defesas polacas e avançou rapidamente em direcção ao rio Vístula para fechar o flanco sul do Corredor Polaco. O XIX Corpo, deslocou-se então, rapidamente, para o extremo sudeste da Prússia Oriental onde atacou para sul e capturou Brest-Litovsk, evitando, assim, que as forças polacas pudessem estabelecer uma linha defensiva ao longo do Rio Bug.

O objectivo do XV e XVI Corpos Panzer, era atravessar o Vístula ao sul de Varsóvia e evitar que o Exército Polaco estabelecesse uma linha defensiva ao longo deste rio.

Contudo, o avanço dos dois corpos Panzer foi tão rápido, que lograram cercar e destruir o exército Polaco a ocidente do Vístula.

De igual modo, as divisões blindadas dos I e XXIII Corpos, abriram, rapidamente, brechas através das posições polacas e exploraram ao máximo o sucesso.

Foi a profunda e rápida penetração efectuada pelas forças blindadas que quebrou o moral do Exército Polaco e evitou que este estabelecesse novas posições defensivas.

## A campanha do Oeste — 1940

Em Maio de 1940, Hitler decidiu-se pela invasão da França e dos Países Baixos, dispondo o Exército Alemão de um total de 2.800 viaturas blindadas; as forças combinadas Anglo-Francesas e dos Países Baixos, tinham disposto, ao longo da frente estabelecida, cerca de 4.000 viaturas blindadas <sup>(15)</sup>.

<sup>(12)</sup> — Guderian, *op. cit.*, pág. 90.

<sup>(13)</sup> — Hart, B. H. L., «Os generais alemães falam»

<sup>(14)</sup> — Guderian, *op. cit.*, págs. 85-83

<sup>(15)</sup> — *Ibid.*, pág. 94

# Revista da Cavalaria

As forças aliadas possuíam 5 divisões blindadas e 3 divisões ligeiras mecanizadas, com 160 carros cada. Estas unidades tinham sido constituídas à pressa e estavam insuficientemente instruídas. As divisões blindadas e mecanizadas estavam largamente dispersas pela frente.

A reserva de carros aliada, foi distribuída por 34 batalhões independentes de carros, divididos pelos corpos e exércitos para atribuição às divisões de infantaria onde e quando fosse necessário.

«Por isto pode concluir-se que o Alto Comando Francês não quis ou não pôde compreender a importância do carro de combate numa guerra de movimento e não tinha aprendido a lição da queda da Polónia».

Inicialmente, o Alto Comando Alemão, somente pretendia utilizar uma ou duas divisões blindadas para efectuar o seu esforço principal através do Luxemburgo, mas o general Guderian manteve a tese de que tal força era demasiado fraca. Por isso, possuía 3 divisões Panzer e um regimento de infantaria como elementos de combate do seu corpo blindado (16). Assim, no dia 10 de Maio de 1940, a maior concentração de carros jamais vista na guerra, foi reunida contra a fronteira do Luxemburgo. Compunha-se de 3 corpos Panzer, 2 a par, com divisões Panzer, e o terceiro à retaguarda com divisões motorizadas de infantaria. Estes três corpos constituíam um Grupo Blindado. À direita deste grupo blindado estava um corpo Panzer independente. Mais para o norte, duas divisões Panzer operavam a par para explorar a testa de ponte a estabelecer em Maastricht. Assim, a massa de blindados alemães era empregada numa frente estreita mas profunda, através do Luxemburgo (17).

«Quando foi lançada a campanha no Oeste, Guderian tomou o freio nos dentes e soltou as rédeas — o seu galope desenfreado manteve-se à média de 100 milhas diárias, durante alguns dias desde a fronteira do Luxemburgo até ao mar e isolou toda a ala esquerda dos exércitos aliados. Os belgas capitularam; os ingleses a custo conseguiram escapar, por mar, e uma grande parte do Exército Francês foi capturada (18).

As forças blindadas alemãs foram, então, rapidamente desviadas para sul e oeste para um novo golpe e romperam rapidamente através do Somme e do Aisne até à fronteira suíça e ao rio Loire, cortando deste modo a ala direita do Exército Francês e dispersando ou capturando o que dele restava a oeste.

O resultado da campanha alemã a oeste não devia ter deixado quaisquer dúvidas no espírito dos chefes militares mundiais acerca do valor do emprego em massa dos blindados. Todos tiveram ocasião de ver quais os resultados obtidos quando todo um exército nacional descreu do princípio da massa perante um oponente que o utiliza ao máximo. Os franceses pagaram a violação do princípio da concentração do potencial ofensivo que deve ir até à organização das unidades subordinadas. Eles dissiparam muito do seu poder blindado empregando batalhões independentes, e de oito divisões aliadas do tipo blindado de que dispunham os aliados inicialmente, nunca mais de duas foram empregadas no mesmo sector da frente.

(16) — Guderian, *op. cit.*, pág. 95

(17) — Hart *op. cit.* pág. 124

(18) — Hart, B. H. L., «Defesa do Ocidente» pág. 213

# Revista da Cavalaria

## A campanha dos Balcãs e da Rússia

No princípio de 1941, Hitler decidiu que era necessário assegurar-se da Yugoslávia antes de pôr em prática o seu plano de invasão da Rússia. A 6 de Abril, o exército alemão aplicando a doutrina que aprendera na Polónia e no Oeste da Europa lançou o seu ataque contra a Yugoslávia. A operação foi concluída, com o maior sucesso, em nove dias <sup>(20)</sup>.

Apesar dos resultados perfeitamente concludentes das campanhas iniciais, o Supremo Alto Comando Alemão não tinha idênticos pontos de vista acerca do melhor emprego das suas forças blindadas na Rússia. Contudo, a doutrina dos chefes Panzer foi por diante e, a 22 de Junho de 1941, quatro exércitos blindados Panzer invadiram a Rússia, seguidos, tão rapidamente quanto possível, por oito exércitos de infantaria. A pronta exploração dos sucessos iniciais, obtidos pelos exércitos Panzer, obstaram a uma eficiente defesa da Linha Denieper Russa, e tornaram possível a tomada de Smolek e Kiev nas operações iniciais. Cerca de 5 de Dezembro o I Exército Panzer tinha avançado para cima de 725 milhas; o II, mais de 1.500; o III, além de 550; e o IV, tinha coberto uma distância superior a 675 <sup>(21)</sup>. Deste avanço inicial do Exército Alemão resultou a captura de mais de 2.918.000 prisioneiros de guerra; a destruição de 8.800 canhões; e a captura ou destruição de mais de 17.500 carros russos <sup>(22)</sup>.

O número total de divisões Panzer empregadas nas fases iniciais da invasão da Rússia foi de 19; o seu número aumentou para 25 em Novembro de 1941. Uma vez que cada divisão compreendia 180 carros, os alemães empregaram, na invasão, um total de 4.500 <sup>(23)</sup>.

As forças mecanizadas nunca estavam organizadas em brigadas de carros independentes. As estimativas mais moderadas consideravam que a Rússia, na altura da invasão alemã, alinhava de 50 a 60 brigadas mecanizadas, ou seja, para cima de 6.000 carros. A Rússia dispunha de 24.000 carros, dos quais 4.000 pesados. Em geral, estes carros eram superiores aos alemães, mas a organização russa, método de emprego, e a doutrina de blindados não eram tão eficientes como as dos alemães.

Durante toda a campanha russa os alemães mantiveram os seus blindados reunidos em exércitos e corpos Panzer e, sempre que possível, as divisões combatiam aos pares apoiadas por infantaria motorizada. Foi este uso judicioso dos blindados que permitiu aos alemães ganhar as vitórias iniciais e que eles se mantivessem na Rússia durante três anos, a despeito da superioridade desta em infantaria, artilharia e blindados.

## A doutrina russa para o emprego dos blindados

Depois da I Guerra Mundial os russos adoptaram a tese e os princípios franceses de guerra para a reorganização do exército russo. O primeiro plano quinzenal, de 1927, forneceu uma boa base industrial para a produção de armas

<sup>(20)</sup> — Guderian, *op. cit.*, pág. 146

<sup>(21)</sup> — *Ibid.* págs. 141-270

<sup>(22)</sup> — Sarthoff, *op. cit.* págs. 309, 427, 428 e 431

<sup>(23)</sup> — Angústia Guillaume «As armas soviéticas e o poder soviético» págs. 24-25.

# Revista da Cavalaria

de guerra e viaturas blindadas. Os chefes do exército russo exigiram uma combinação favorável de grande poder de fogo e pesada blindagem tanto nos carros médios como pesados, assim como boa mobilidade, baixa silhueta e, além de tudo, pequenas dimensões. A doutrina russa estabelecia a organização de brigadas independentes que seriam atribuídas ao longo de toda a frente das divisões de infantaria. A Rússia não aceitou a doutrina alemã do emprego dos blindados em massa apesar do espantoso sucesso da *blitzkrieg* na Polónia em 1939 e contra os Aliados Ocidentais em 1940<sup>(24)</sup>.

Cerca de Outubro de 1941, o carro russo T34, dispondo de um canhão de 76 mm., e com uma blindagem e mobilidade superiores às dos carros alemães, surgiu nos campos de batalha, constituindo uma desagradável surpresa para os alemães, cujos carros dispunham de um canhão mais ligeiro. Assim, a derrota russa durante o verão e no fim de 1941, e no ano seguinte, resultou, principalmente, da superioridade da doutrina de carros alemã, e não foi devida ao número ou ao tipo dos blindados germânicos.

## A doutrina russa de 1941-1942

Em 1914 o exército russo atribuía as brigadas de carros, ou um, ou mais, dos seus batalhões às divisões de infantaria encarregadas do esforço principal ou para fazer face às acções mais violentas dos alemães. Daí resultou a deslocação das unidades de carros de umas divisões para outras, tão rapidamente quanto possível, para apoiar divisões com as quais eles não tinham sido instruídos. Tornou-se evidente a deficiência de coordenação e a falta de um conhecimento comum acerca das possibilidades dos carros. Os comandantes da infantaria tendiam para restringir a velocidade e a flexibilidade dos carros, sujeitando-os ao compasso da execução dos seus ataques, anulando, assim, duas das características que garantem aos blindados o sucesso da intervenção destes na batalha.

Os chefes do exército russo acabaram por concluir que os carros disseminados ao longo de uma frente não podiam opor-se aos ataques em massa dos blindados alemães. Portanto, o Alto Comando reclamou a concentração das forças blindadas numa G. U. de escalão mais elevado — o corpo de carros. O Corpo de Carros russo da II Guerra Mundial assemelhava-se mais a uma Divisão Blindada dos E. U., com um efectivo de 12.000 homens, compreendendo um Q. G., três brigadas de carros médios (cerca de 450 carros), uma brigada de infantaria motorizada, cinco regimentos de artilharia, armas de apoio e serviços.

Durante o verão de 1942, o corpo de carros russo entrou em combate mas o comando e a ligação eram muito inferiores aos das Divisões Panzer. O oficial de infantaria russa tinha de aprender o conceito do emprego em massa dos blindados e a necessidade de flexibilidade e descentralização do comando. Os russos esforçaram-se duramente para ensinar aos comandantes dos seus corpos de carros a doutrina e a concepção alemã do emprego dos blindados. Mas deu resultado, porque na batalha de Don Mayen, em Dezembro de 1942, três corpos de blindados russos realizaram uma penetração de 150 milhas da qual resultou a completa destruição de um exército italiano.

(24) — Garthoff, *op. cit.* pág. 309

# Revista da Cavalaria

No entanto, de uma maneira geral, as táticas com carros de 1942 eram caracterizadas por uma grande massa de infantaria em ataque frontal, lento e potente, lançado após gigantescas preparações de artilharia. Imediatamente atrás das divisões de infantaria deslocavam-se as brigadas de carros as quais passavam através da infantaria, numa linha de terreno pré-estabelecida, e avançavam até um objectivo limitado. Um novo ataque, também de objectivo limitado, podia, então ser lançado da mesma forma.

Ataques maciços, deste tipo, triturando lentamente, eram indicados para tomar terreno ao inimigo, mas à custa de pesadas perdas da infantaria atacante, de elevado gasto de munições e de carros destruídos. Estes ataques falhavam no sentido de cercarem e destruir em alemães. Impunha-se uma mudança na doutrina e concepção no emprego da massa de infantaria, carros e artilharia.

## A doutrina russa de 1943 a 1945

Um estudo, levado a efeito pelo autor, de documentos de diversas origens, indica que o Exército Russo fez a mudança requerida na sua doutrina e concepção no emprego dos carros. Em 1943, o Alto Comando Soviético, lançou no campo de batalha o exército blindado, semelhante ao exército *Panzer* germânico de 1941-42. Naquele ano, os russos melhoraram o carro médio T34 dando-lhe um canhão de 85 mm. e produziram o modelo inicial dos carros da série IS montando um canhão de 120 mm. (25). Pela primavera de 1943 os russos tinham dominado completamente o emprego de corpos e exércitos blindados. Durante o ano de 1943 os russos estavam em plena ofensiva e conduzindo o esgotado e fatigado exército alemão para fora do território russo. Em Agosto, durante o ataque russo a Karkov, os blindados alemães, contudo, apesar de estarem em inferioridade numérica derrotaram o V Exército Blindado russo e destruíram 420 carros numa batalha de 3 dias. As causas da derrota russa foram, em parte, devidas a falhas de coordenação entre a infantaria, os carros, a artilharia e a aviação, dentro do V Exército, como resultado da falta de experiência dos oficiais russos no emprego dos blindados em massa e, em parte, pela grande habilidade dos condutores de blindados alemães.

Em 1944 os russos tinham aceiteado completamente a doutrina alemã de emprego de carros e empregaram-na com pleno resultado. No avanço russo de Agosto de 1944, os blindados perfuraram a desorganizada frente germânica da Bessarábia e elementos de dez divisões alemãs foram rapidamente cercados próximo de Kisnev. Os carros e as forças mecanizadas russas cobriram 300 milhas, até Bucareste, numa semana e, após breve pausa avançaram ainda mais 200 milhas (26).

Em Janeiro de 1945 os corpos de carros russos exploraram uma perfuração através do XII Exército Alemão no Rio Vístula e cobriram 500 milhas em 18 dias. Ao mesmo tempo, cinco corpos blindados levaram a cabo a exploração desde a

(25) — L. B. Ely «O exército vermelho actual» pág. 34

(26) — W. E. D. Allen e Paulo Muratoff, «As campanhas russas de 1944-45» págs. 163-176.

# Revista da Cavalaria

Polónia até ao Mar Báltico e apanharam na ratoeira milhares de soldados alemães na Prússia Oriental. No seu avanço de 900 milhas desde Moscou até Berlim, os russos executaram, continuamente, profundas penetrações e avanços rápidos com os seus exércitos de carros. Tinham-se tornado peritos em operações de blindados.

## A doutrina russa de 1946-1953

O Exército russo possui hoje em dia técnicos mais competentes na guerra de blindados do que qualquer outra nação. O exército russo aceitou a doutrina consagrada da guerra blindada, de um modo muito mais completo do que qualquer outra potência.

Nas proporções limites blindados-infantaria, o exército russo alterou, a partir de 1945, a proporção de infantaria-carros, de 10 : 1 para a actual 2 : 1.

Os russos possuem 2 tipos de divisões blindadas: a divisão blindada ou mecanizada, semelhante à dos Estados Unidos; e a divisão de carros que é muito forte em carros, mas fraca em infantaria e armas de apoio. As divisões mecanizadas e de carros, podem organizar-se em exércitos mecanizados, compostos cada um provavelmente por duas divisões mecanizadas e duas divisões de carros (Fig. 2). Os blindados devem ser usados... em massa. Desde 1936 que os Regulamentos de Campanha estipulavam que «A utilização de carros, na

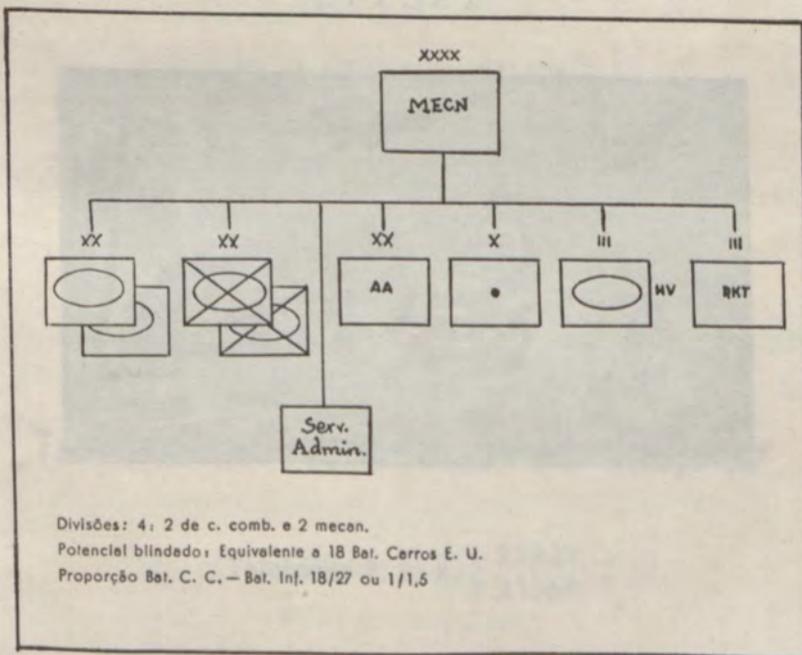


Fig. 2 — Exército Mecanizado Russo (Normal)

# Revista da Cavalaria

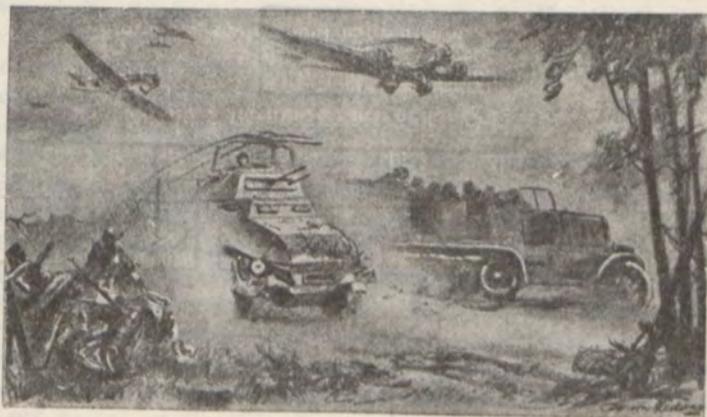
ofensiva devia ser em massa», e tal prescrição manteve-se na regulamentação subsequente. (A doutrina e prática militares dos Estados Unidos, são criticadas pelos Soviéticos, por, declaradamente, não terem reconhecido a importância da utilização de blindados em massa, determinando que ela seria utilizada na Europa somente pelas divisões e no Pacífico pelos batalhões). Depois da batalha de Estalinegrado, os Sovietes utilizaram, especialmente, os carros em massa. Em Estalinegrado, a concentração de carros por milha foi superior a 40. A maior concentração de carros soviética, verificou-se em Berlim, onde, segundo vários testemunhos, foram empregues 4.000 a 6.300 carros em massa.

A doutrina soviética sobre blindados, estabelece que as forças blindadas são empregadas mais eficazmente através da profundidade das defesas inimigas.

Depois de intensa preparação de artilharia, os assaltos da infantaria penetram a posição defensiva inimiga. As forças blindadas atacam, então, na direcção da penetração mais profunda da infantaria, numa frente estreita, com a missão de cercar e destruir as forças inimigas.

(Continua)

(Armor, Março e Abril de 1954)



*Bertrand & Irmãos, L.<sup>da</sup>*

*TRABALHOS  
TIPOGRÁFICOS*

*SIMPLES,  
E DE LUXO,*

*REPRODUÇÕES  
EM FOTOGRAVURA,*

*OFFSET  
E LITOGRAFIA*



*Travessa da Condessa do Rio, 27*

*Telefones P. B. X. { 21227  
                                  { 21368*

*LISBOA*



# Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

TRABALHOS TIPOGRÁFICOS EM TODOS OS GÉNEROS

## MANUAL DE EQUITAÇÃO

I Parte — EQUITAÇÃO ELEMENTAR

Ilustrado com 61 gravuras

Preço Esc. 25\$00

DIRECTIVAS PARA A INSTRUÇÃO DE GINÁSTICA  
A MINISTRAR DURANTE A ESCOLA DE RECRUTAS

Preço Esc. 5\$00

CALÇADA DOS CAETANOS, 18

Telefone 21450

LISBOA



*...Essas poucas páginas brilhantes  
e consoladoras que há na História do  
Portugal contemporâneo escrevemo-las  
nós, os soldados, lá pelos sertões da  
África, com as pontas das baionetas  
e das lanças a escorrer em sangue...*

*Joaquim Mousinho*



# Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

## FUNDADORES

1904

General Carlos Bazílio Damasceno Rosado

Major Fernando Maya

Major Cristovam Ayres de Magalhães Sepulveda

Capitão António Augusto da Rocha de Sá<sup>2</sup>

Tenente Leopoldo Augusto Pinto Soares

1939

Capitão João Gamarro Correia Barrento

Capitão Amadeu Santo André Pereira

Tenente Augusto Casimiro Ferreira Gomes

Tenente António S. Ribeiro de Spínola

Alferes Luís Manuel Tavares



# Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

## DIRECTOR

General Abílio Pais de Ramos  
Director da Arma de Cavalaria

## DIRECÇÃO EXECUTIVA

Major José João Henriques de Avellar  
Capitão António S. Ribeiro de Spínola  
Tenente António Gentil Soares Branco

## SECRETÁRIO

Capitão Manuel de Sousa Vitoriano

## SEDE

DIRECÇÃO DA ARMA DE CAVALARIA  
Calçada da Ajuda — Telef. 63 8167

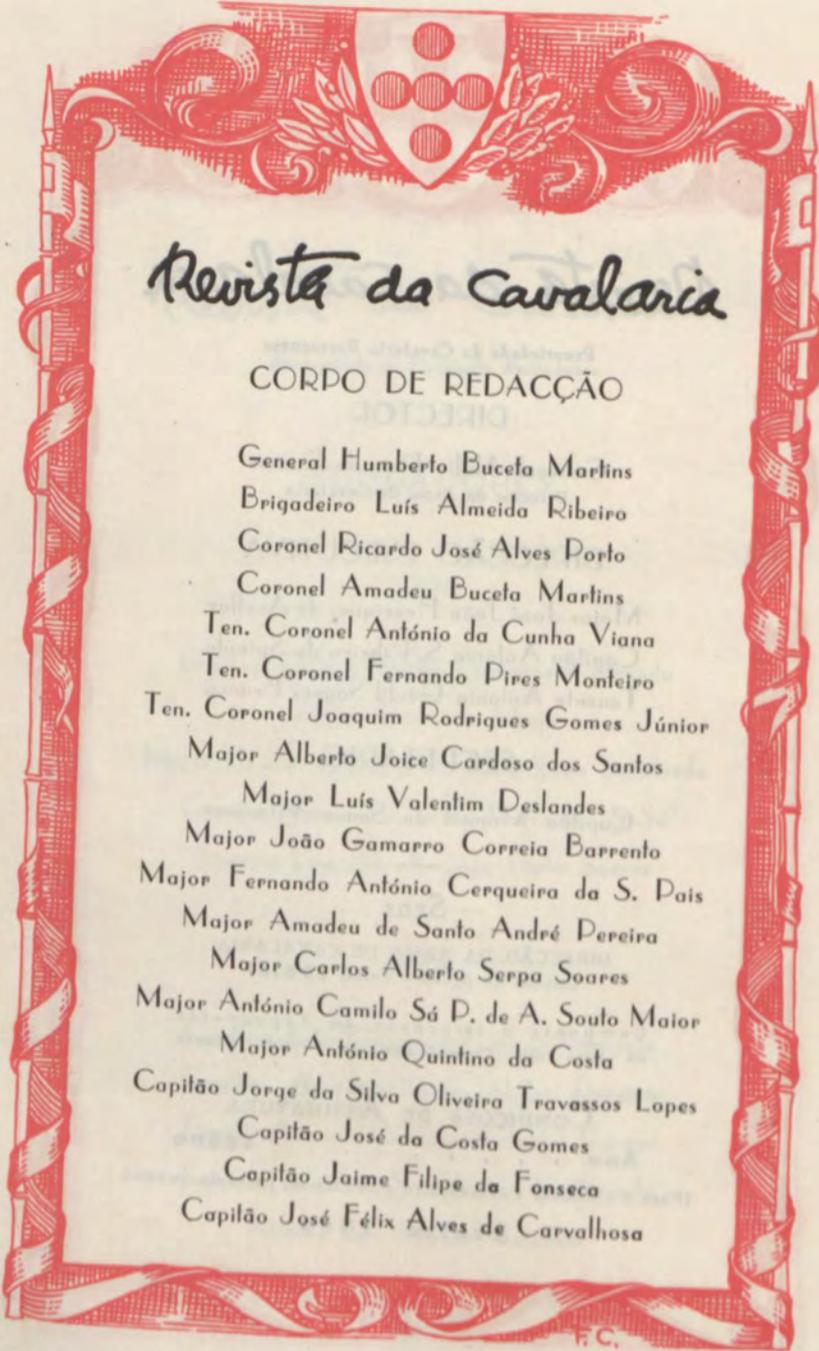
Composta e impressa na Tipografia  
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

## CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano . . . . . 45\$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

**Avulso 7\$50**



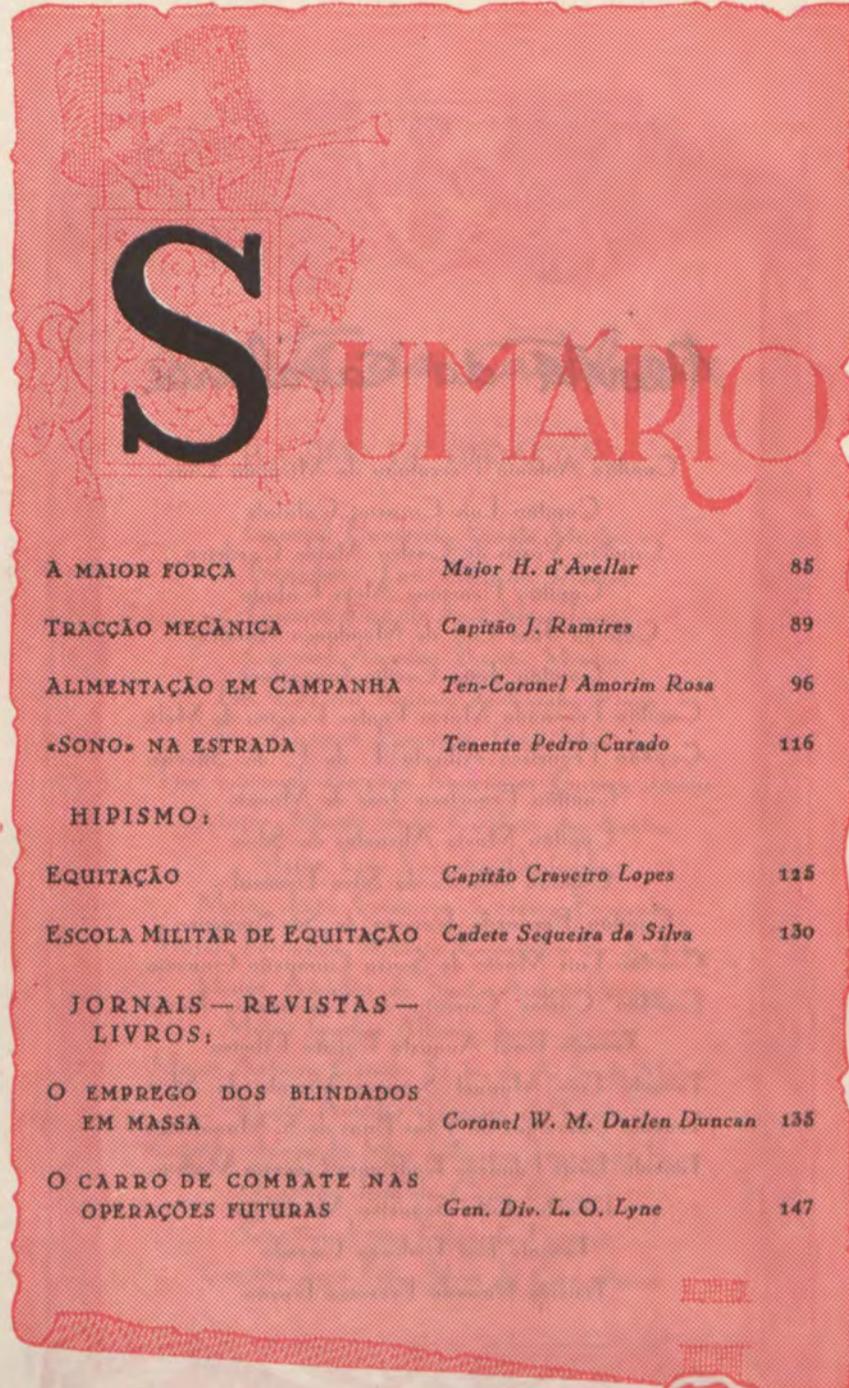
# Revista da Cavalaria

## CORPO DE REDACÇÃO

General Humberto Buceta Martins  
Brigadeiro Luís Almeida Ribeiro  
Coronel Ricardo José Alves Porto  
Coronel Amadeu Buceta Martins  
Ten. Coronel António da Cunha Viana  
Ten. Coronel Fernando Pires Monteiro  
Ten. Coronel Joaquim Rodrigues Gomes Júnior  
Major Alberto Joice Cardoso dos Santos  
Major Luís Valentim Deslandes  
Major João Gamarro Correia Barrento  
Major Fernando António Cerqueira da S. Pais  
Major Amadeu de Santo André Pereira  
Major Carlos Alberto Serpa Soares  
Major António Camilo Sá P. de A. Souto Maior  
Major António Quintino da Costa  
Capitão Jorge da Silva Oliveira Travassos Lopes  
Capitão José da Costa Gomes  
Capitão Jaime Filipe da Fonseca  
Capitão José Félix Alves de Carvalho

# Revista da Cavalaria

- Capitão António Herculano de Miranda Dias  
Capitão Luís Cezarini Calafate  
Capitão Vasco de Castro Ataíde Cordeiro  
Capitão Henrique Alves Calado  
Capitão José Luís de Mendonça Ramires  
Capitão João Cecílio Gonçalves  
Capitão Fernando Maria Fontes Pereira de Melo  
Capitão Francisco Alberto T. de L. da Silveira  
Capitão Francisco José de Moraes  
Capitão Mário Abrantes da Silva  
Capitão Alberto da Silva Benazol  
Capitão Bernardo Raposo de Sá Noqueira  
Capitão Luís Maria de Sousa Campeão Gouveia  
Capitão Carlos Correia de Vasconcelos Porto  
Tenente Raúl Augusto Paixão Ribeiro  
Tenente Luís Manuel Saraiva Vicente da Silva  
Tenente Domingos de Vilas Boas de S. Magalhães  
Tenente Jorge Eduardo Rodrigues Correia Mathias  
Tenente João Sequeira Marcelino  
Tenente Rui Pedrosa Curado  
Tenente Ricardo Ferreira Durão



# SUMÁRIO

A MAIOR FORÇA	<i>Major H. d'Avellar</i>	85
TRACÇÃO MECÂNICA	<i>Capitão J. Ramires</i>	89
ALIMENTAÇÃO EM CAMPANHA	<i>Ten-Coronel Amorim Rosa</i>	96
«SONO» NA ESTRADA	<i>Tenente Pedro Curado</i>	116
HIPISMO:		
EQUITAÇÃO	<i>Capitão Craveiro Lopes</i>	125
ESCOLA MILITAR DE EQUITAÇÃO	<i>Cadete Sequeira da Silva</i>	130
JORNALS — REVISTAS — LIVROS:		
O EMPREGO DOS BLINDADOS EM MASSA	<i>Coronel W. M. Darlen Duncan</i>	135
O CARRO DE COMBATE NAS OPERAÇÕES FUTURAS	<i>Gen. Div. L. O. Lyne</i>	147



# Revista da Cavalaria

16.º ano-n.º 2

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Março - Abril

BIBLIOTECA DO EXERCÍTO

(Antiga Biblioteca do E. M. E.)

N.º 1204 Custo \_\_\_\_\_

Aumentado em 15-11-55

Livre N.º 1011x Pag. 95

## A MAIOR FORÇA



través dos tempos, as condições de vida dos povos têm sofrido sucessivas transformações, que é costume definir — talvez para maior facilidade de estudo — como tantas outras eras da História da Humanidade. Esta acaba de entrar, com o advento da energia termo-nuclear, em mais uma dessas eras.

À parte a tendência que há sempre para considerar a época da nossa geração, pelo menos, diferente das que nos precederam, o que é facto é que talvez não seja exagerado dizer-se que dos fins do século passado até hoje — em pouco mais de cinquenta anos, portanto, — a Humanidade experimentou uma das maiores evoluções, diremos mesmo, uma das maiores transformações na sua assaz já longa existência.

Consequência da profunda modificação das condições económicas, e são estas que, fundamentalmente, influem na existência dos povos — pelo aproveitamento de novos meios de produção de

## Revista da Cavalaria

energia e conseqüente possibilidade de criação de maquinismos e de equipamentos industriais de maior rendimento — em todos os outros campos — social, político, cultural e artístico — se tem feito sentir aquela transformação.

É facto que o predomínio da máquina não se poderá considerar benéfico, em valor absoluto. A sua excessiva interferência desumanizou o Homem, digamos assim, fazendo-o perder muito da sua personalidade e individualidade para o integrar e sujeitar às exigências dessa mesma máquina.

No campo militar, o desenvolvimento técnico — dos processos de produção, da realização de novas ligas metálicas e da aplicação de novos materiais — permitiu pôr à disposição dos combatentes, dos países fortemente industrializados, quer sobre rodas quer sobre navios, todos aqueles meios cuja utilização só se considerava, até então, nas zonas da retaguarda.

Mas, enquanto que nesta zona, o técnico pode não ter condições para ser um combatente, na frente de batalha tal não é de admitir e, deste modo, as tropas tiveram de ser fortemente especializadas.

Por outro lado, o desenvolvimento industrial permitiu, ainda, realizar armamentos mais aperfeiçoados mas, também, dispendo de órgãos mais complexos cuja manipulação não era possível senão por um pessoal com elevada preparação técnica.

Reflexo, portanto, de um fenómeno mais geral — o elevado grau de desenvolvimento que as indústrias adquiriram — o combatente teve de se tornar, cada vez mais, num técnico. Entrou-se, assim, em escala elevada, no caminho do domínio do Material sobre o Homem.

Não podemos deixar de reconhecer que, como em todas as eras, foram sempre os povos mais desenvolvidos os que tiveram maior influência, estivesse o Mundo circunscrito aos territórios das margens de um Rio, abrangesse os povos ribeirinhos de um Mar interior, ou compreenda os Continentes separados por Oceanos. Em dimensões diferentes e com meios diferentes, também,

## Revista da Cavalaria

o fenómeno é idêntico. Temos estado, portanto, encarando o problema no seu aspecto mais geral.

Indiferentes às consequências que daí lhe possam advir ou às dificuldades que isso lhe possa acarretar a Humanidade vive a hora de desenvolvimento técnico actual. Tudo é grande, imenso; tudo se avalia em milhões, ou quando muito em fracções de milhões — o que se produz, o que se consome, o que se destroi.

E é nesta euforia de grandeza, que o Homem procura ultrapassar-se a si próprio e encontrar em novas formas de energia a solução dos seus problemas, com todas as interrogações sobre as consequências que poderão ter tais empreendimentos.

Neste caminho incessante, agora sob a égide do cogumelo atómico, a presença humana passaria cada vez mais a ser eliminada ou a confundir-se com as peças e os mecanismos que accionava.

Mas, felizmente ou infelizmente, as máquinas, tornando-se cada vez mais complexas, exigem uma maior especialização e adaptação, tendendo para um limite em que as faculdades e possibilidades humanas — o poder de adaptação à máquina — se vão reduzindo sucessivamente.

Isto é, acabará por não ser possível, ou extremamente difícil, dominar a máquina que o cérebro humano concebeu, porque as condições físicas e intelectuais já se não adaptam às exigidas pelo funcionamento mecânico daquela.

Por outro lado, se em dado momento foi possível admitir que os engenhos termo-nucleares constituiriam a solução total dos conflitos mundiais, reduzindo ou mesmo eliminando a intervenção das forças armadas clássicas, a breve trecho, porém, diversas ordens de razões — em que a ameaça da retaliação ocupa lugar de destaque — levaram a transferir parte da acção daqueles engenhos no campo estratégico, em grande volume, para o campo tático, sujeita a diversos condicionamentos. Voltou-se, assim a considerar o emprego dos diferentes tipos de tropas, ainda que estas disponham de armas clássicas mais aperfeiçoadas e o seu

## Revista da Cavalaria

articulado orgânico tenha sofrido alterações devidas à dispersão imposta pelas bombas A.

E, então, o Homem voltou a ter que palmilhar — com mais contador de Geiger, menos contador de Geiger — o campo de batalha e as vitórias a serem alcançadas com «sangue, suor e lágrimas».

Não se mostra, também, viável, através de todos os dispositivos de direcção mecânica criados — com todos os milagres da electrónica — substituir o Homem para dirigir as máquinas e engenhos. Estas continuarão a valer, ainda hoje — tanto quanto as descobertas actuais conhecidas permitem avaliar — o que valerem aqueles que as conduzam e accionem.

Deste modo, fazendo apelo aos mais elevados sentimentos — audácia, bravura, espírito de sacrificio, amor ao solo pátrio — ou excitando os seus mais baixos instintos, malbaratando os valores da pessoa humana, consoante a parte do Mundo onde se encontre e os princípios de moral que enformem quem o dirija o Homem — a sua força anímica — continua a ser, hoje como ontem, a maior força das que poderão alinhar no campo de batalha.

Major H. D'AVELLAR

# TRACÇÃO

# MECÂNICA

pelo Capitão J. RAMIRES

## DISTÂNCIA DE VISIBILIDADE

### I — Justificação:

**N**o momento em que se escrevem estas notas tem sido assunto da época tudo o que se tem dito e comentado sobre o diploma vindo a público com o título de *Código da Estrada* e respectivo *Regulamento*. Apesar de todas as críticas que surgiram sobre o caso tudo leva a crer que tal diploma não possa sofrer grandes alterações na sua estrutura e como ele é extensivo na sua grande parte a todos os condutores militares achamos oportuno focar quaisquer problemas com ele relacionados na parte respeitante ao *trânsito*.

Da sua leitura infere-se que o legislador pretendeu a todo o transe pôr termo aos constantes abusos que se verificam a todo o momento por uma grande parte de condutores, e assim foi que se passaram a exigir limites máximos de velocidade em variadas circunstâncias com constantes referências à *distância de visibilidade*.

Sem pretendermos fazer doutrina sobre o assunto nem instituir a obrigação de todos interpretarem a expressão atrás sublinhada da forma que vamos expor, manifestamos o nosso interesse pelo caso, tal como o interpretamos, conscientes de que a sua compreensão e execução é de grande utilidade para o ensino da condução, para o próprio condutor, para o averiguante ou perito sobre acidentes, para a segurança de todos e até para evitar repetidas frases do próprio

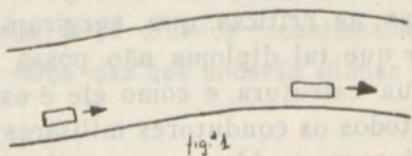
# Revista da Cavalaria

Código, que bem mais simples e assimilável seria em questões de trânsito se previamente definisse à nossa maneira de ver a *distância de visibilidade*.

## 2 — Definições:

A todo o veículo em marcha pode a certa altura surgir um obstáculo, ante o qual o respectivo condutor terá de executar uma manobra para evitar um choque. Se examinarmos o problema pelo lado do obstáculo poderemos considerar as seguintes hipóteses:

- a) — Obstáculo deslocando-se no sentido da nossa marcha (*fig. 1*).
- b) — Obstáculo fixo (*fig. 2*).
- c) — Obstáculo deslocando-se em sentido contrário ao da nossa marcha (*fig. 3*).



Encarando agora o problema pelo lado da manobra que o condutor pode executar depois de ter avistado o obstáculo há a considerar os casos:

- a) — Manobra de volante para contornar livremente o obstáculo com ou sem diminuição de velocidade, mas sem nunca exceder a *aderência* ao pavimento (Vd. os n.ºs 3 e 4 de 1954 desta Rev. sobre *aderência-patinagem-derrapagem e capotagem*) (*fig. 4*).
- b) — Manobra de freios a fim de o condutor ter espaço e tempo para imobilizar o veículo antes de atingir o obstáculo, sem também exceder os limites de *aderência* (*fig. 5*).

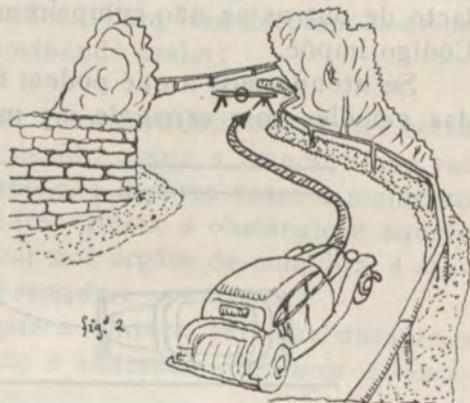
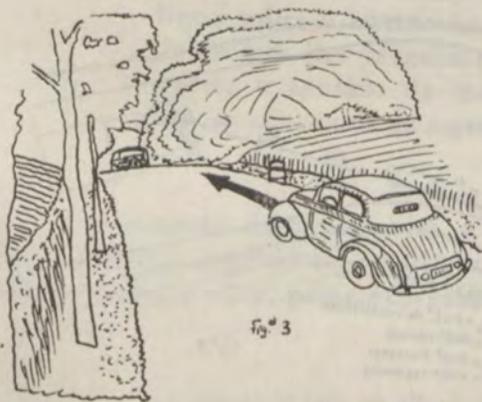
# Revista da Cavalaria

A realização de qualquer das manobras expostas ou outras por que o condutor se decida no momento, só podem ser eficientes se este na sua frente *garantir* um espaço *livre e visível*, suficiente para essas manobras.

Considerando as hipóteses de manobra e de obstáculo atrás referidas, é fora de dúvida que aquela que exige maior espaço *livre e visível* é a que implica o obstáculo nas condições *c)* e a manobra nas condições *b)*. Como esta é a mais desfavorável para o condutor,

a segurança e a prudência aconselham-nos a sua adopção.

Sendo assim definiremos como *distância de visibilidade*, o espaço *livre e visível* em toda a sua extensão que devemos *garantir* na nossa frente para podermos *imobilizar* o veículo ante um obstáculo móvel que possa surgir em sentido contrário ao nosso (fig. 5).



Esta definição aplica-se a uma via onde se possa transitar nos dois sentidos e cuja largura não comporta com segurança duas viaturas lado a lado, partindo da hipótese que o condutor da viatura contrária vem animado dos mesmos

sentimentos, noções de distância de visibilidade e ambos os condutores marchando à máxima velocidade compatível com aquela distância.

É claro que se o condutor da viatura contrária não observar os cuidados referidos, não pode resultar segurança,

# Revista da Cavalaria

mas pode ao menos responsabilizar-se aquele que não tomou tais medidas e pelo menos atenuarem-se os efeitos do choque e muitas vezes evitá-lo. Daí, não tomarmos como regra a justificação do não cumprimento das medidas de precaução pelo facto de outros as não cumprirem como seria seu dever e o Código impõe.

Se atendermos a que podem transitar nas nossas estradas veículos com cerca de 2,5 metros de largura, se aten-

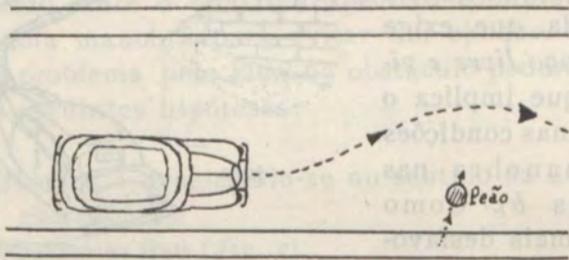


fig.ª 4

dermos ao fenómeno da inscrição dos veículos em curvas de pequeno raio e à largura média da maior parte das faixas de rodagem, podemos considerar bastante prudente a definição atrás dada à distância de visibilidade.

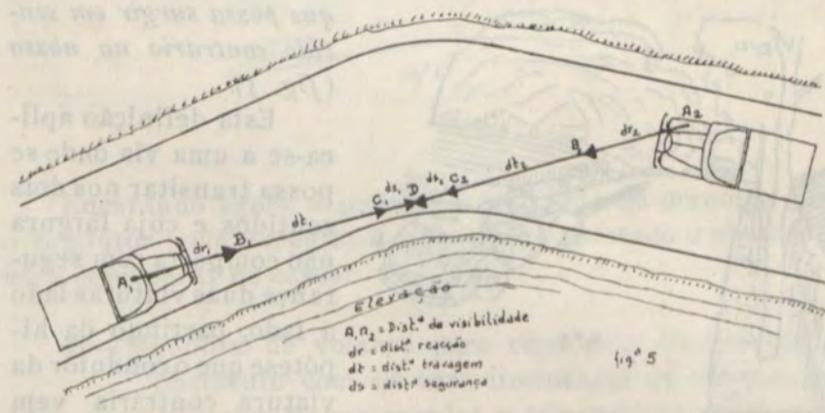


fig.ª 5

Para muito boas estradas com divisória longitudinal para os sentidos do tráfego poderíamos ser mais confiantes e considerar como *distância de visibilidade* o espaço livre e visível em toda a sua extensão que devemos garantir na nossa frente para podermos imobilizar o veículo ante um obstáculo fixo que se nos depare.

# Revista da Cavalaria

## 3 — Decomposição da distância de visibilidade:

Definida a distância de visibilidade, vejamos então como devemos avaliá-la em grandeza. Para isso decompô-la-emos em *distâncias parciais*, raciocinando assim:

a) — Quando o condutor vê o obstáculo tem de ter certo tempo para se decidir sobre a manobra que vai efectuar. O tempo que decorre entre o momento em que o condutor avista o obstáculo e aquele em que vai actuar nos órgãos de manobra, é chamado «*tempo de reacção*».

O espaço que a viatura percorre durante o tempo de reacção é chamado «*distância de reacção*» (*dr*).

b) — Decorrido o tempo de reacção, o condutor terá então de começar a travar (pior hipótese) até o veículo parar. A distância percorrida pela viatura desde o momento em que se inicia a frenagem até à paragem é chamada «*distância de travagem*», (*dt*).

c) — Parada a viatura é sempre necessário que ela não fique sobre o obstáculo, mas sim a uma distância deste que lhe permita contorná-lo sem ter de inverter o sentido da marcha. Esta distância chama-se «*distância de segurança*» (*ds*).

Decomposta desta maneira a distância de visibilidade, *dv*, podemos exprimi-la analiticamente tal como a consideramos verbalmente, pelas expressões:

$$dv = 2 (dr + dt + ds) \dots (1) \text{ ou}$$

$$dv = dr + dt + ds \dots (2)$$

A última expressão aplicar-se-ia apenas à definição dada no final do número anterior. Posto isto, analisemos detalhadamente cada uma das distâncias parciais.

# Revista da Cavalaria

## 4 — Distância de reacção:

Como esta, é aquela que a viatura percorre, durante o tempo de reacção, dependerá evidentemente das duas variáveis:

a) — Tempo de reacção do condutor:  $tr$ .

b) — Velocidade da viatura:  $v$ .

Esta distância será tanto mais pequena quanto menor for o tempo de reacção do condutor. Este tempo depende por sua vez do grau psicotécnico do condutor («tempo de reacção simples», que tem um limite máximo determinado e fixado pelos psicoanalistas), da sua maior ou menor prática de conduzir, do seu estado de fadiga e do seu grau de atenção. É, portanto, um factor bem variável na verdadeira acepção da palavra e o pouco que se disse no período anterior prestar-se-ia a bastantes considerações sobre a sua importância no que respeita a *treino* e *causas de accidentes*, já que sob o ponto de vista selectivo o facto se encontra resolvido, pelo menos teòricamente.

Apesar de variável, os vários autores dentro dos costumados limites de segurança, atribuem ao tempo de reacção os valores de 0,5 segundos para condutores nas melhores condições e de 1,5 segundos para a hipótese oposta.

Para nós tomemos como *valor prático*: 1 segundo.

Quanto à velocidade da viatura,  $v$ , tomaremos esta como constante na apreciação da distância de reacção. Claro está que corrigiremos os resultados a que chegarmos por excesso, se a velocidade for crescente e por defeito no caso inverso.

Apresentaremos a seguir um quadro em que se mostram os diferentes valores em *metros* da distância de reacção para diferentes valores das outras duas variáveis.

### Distância de reacção em metros

VELOCIDADE v		DISTÂNCIA DE REACÇÃO (met.)			OBS.
Km. p. h.	m/seg = $\frac{\text{Km. p. h.}}{3,6}$	Para t = 0,5 seg.	Para t = 1 seg.	Para t = 1,5 seg.	
20	5,6	2,8	5,6	8,4	$m$ $dr = Vm/seg \times t$ (seg)
25	7	3,5	7	10,5	
30	8,4	4,2	8,4	12,6	
35	9,7	4,8	9,7	14,5	
40	11,1	5,5	11,1	16,6	
45	12,5	6,3	12,5	18,8	
50	13,8	6,9	13,8	20,7	
55	15,3	7,6	15,3	22,9	
60	16,8	8,4	16,8	25,2	
65	18	9	18	27	
70	19,4	9,7	19,4	29,1	
75	20,8	10,4	20,8	31,2	
80	22,3	11,2	22,3	33,5	

(Continua)

# ALIMENTAÇÃO EM CAMPANHA

pelo Tenente-Coronel, do S. A. M., AMORIM ROSA

**A**o iniciar este artigo para a *Revista da Cavalaria*, não resistimos à tentação de o encimar com a seguinte «*Receita de Cozinha*», com que o coronel de blindados americano W. Bradley amenizava, à laia saxónica, a primeira lição da sua cadeira de «*Tropas Blindadas*» na Escola Militar de Fort Lee (Virgínia):

## ESPECIALIDADE DA CASA <sup>(1)</sup>

### «O Grupo Misto da Divisão Blindada»

«Um prato activo, forte, bem temperado, combinando os condimentos bem conhecidos da mobilidade, poder de fogo e acção de choque: quando convenientemente cozinhado e servido bem quente, agrada ao mais esquisito comilão marciano.

#### *Ingredientes:*

Grupo de carros médios;  
Grupo de carros pesados;  
Batalhão de infantaria blindada;  
Pelotão de engenharia blindada.

(1) Quartermaster Regular Advanced Cours 53 — 1 — Armored Divisions.

# Revista da Cavalaria

## Receita:

Tomam-se as quantidades disponíveis de grupos de carros médios e pesados e batalhões de infantaria blindada. Misture-se tudo muito bem até formar um agrupamento taticamente bem equilibrado e aqueça-se com o calor da audácia de um verdadeiro comandante de blindados. Coloquem-se estes agrupamentos num terreno meticulosamente estudado; polvilhem-se com bons planos, guarneçam-se com o apoio de toda a artilharia disponível e prepare-se para violenta execução.

Serve fielmente todos aqueles que o empreguem a preceito.

E apresentado este «*Recipe*», um tanto caro talvez — mas «o que é bom custa dinheiro» — passemos a comida mais comezinha: — a do nosso soldado.

A boa ou má alimentação dos exércitos em campanha, desempenha um papel primacial sobre a eficiência das tropas; de facto, só um homem bem alimentado, mantém o vigor físico e a força moral capazes de esforços contínuos e repetidos; enquanto que a má nutrição gera a fome, precursora da fraqueza, da desmoralização e da indisciplina, que conduzem ao roubo, à pilhagem e à deserção.

É que a alimentação, embora à primeira vista nos pareça pouco verosímil, exerce sobre o combatente uma influência extraordinária. No interessante estudo americano «*Rations Development — Operations Studies N.º 1*» lê-se o seguinte: «Os civis, em tempo de guerra, poucas ou nenhuma restrições sofrem nos seus divertimentos; mas, na zona de combate, apesar dos esforços da Cruz Vermelha e dos Serviços Recreativos dos Exércitos, não há desportos, cinemas, bibliotecas ou outros entretenimentos, para os homens metidos nas trincheiras. Comer, é o seu grande prazer e, muitas vezes os letreiros das conservas, são a única coisa para ler que eles têm à mão. Para um paisano, a ideia de que um simples rótulo comercial tenha algum interesse para um homem sujeito ao cruel dilema de matar ou ser morto, deve parecer ridículo...».

Por estas e outras, os nossos velhos aliados ingleses, sempre práticos, puseram, em versais, à testa do seu «*Army Catering Services Manual — RASC*», o seguinte:

«*O primeiro dever de um oficial, seja qual for a Arma ou Serviço a que pertença, é assegurar-se de que os homens colocados sob as suas ordens recebem uma ração conveniente. Um dos factores essenciais do successo é uma alimentação sadia, penhor da saúde e da aptidão para o combate.*».

# Revista da Cavalaria

Nos países onde a ciência e a técnica exercem uma acção preponderante na vida humana, a alimentação racional do soldado tem prendido a atenção de sábios e peritos.

Os nossos aliados americanos, que durante a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial tinham de idealizar, fabricar e distribuir mais de 900 milhões de rações acondicionadas, dedicaram a este problema todo o seu carinho, e estabeleceram certos *factores e princípios* que, pelo seu valor e universalidade, não devem ignorar-se. Conforme dissemos há pouco num artigo similar (2), há 3 *factores* principais para que os americanos chamam especialmente a atenção:

- 1.º — *O que exige a situação militar;*
- 2.º — *O que o soldado quer ou necessita;*
- 3.º — *O que a Nação pode fornecer para satisfazer tais necessidades.*

Os ingleses que, aliás como os franceses, seguiram na pegada dos americanos em tais estudos, no seu «R. A. S. C. — Training — Vol. III — Supplies — 1952», juntam-lhe mais um factor... europeu:

— *O custo dos géneros...*

Evidentemente, entre o que ao soldado apeteceria comer — *apetitosas e lutas iguarias regadas a bom vinho* —, e aquilo que o Serviço de Intendência preferiria enviar-lhes — *alimentos concentrados em pilulas* —, vai um abismo...

Por isso os técnicos alimentares têm de procurar a solução do problema de ração das tropas, entre estes dois extremos:

- a melhor comida que seja possível arranjar para os militares em campanha;
- a mais conveniente, menos complicada, menos volumosa e menos trabalhosa que se lhes possa enviar.

(2) Artigo publicado na «Revista Militar» n.º 2-3 de 1955.

# Revista da Cavalaria

E aqui, como quase sempre, — *in medio virtus*...

O Laboratório Militar Americano de Estudos e Pesquisas Alimentares elaborou 4 *princípios* basilares em que deve assentar a ração do soldado; princípios que, evidentemente, são aplicáveis a qualquer exército:

- 1.º — *Adequado valor militar* — O homem tem necessidade de ingerir, diariamente, alimentos cujo valor energético varia, segundo as situações, de 2.000 a 5.000 calorias. Há que fornecer-lhos, tendo em atenção, quanto possível, um adequado doseamento de prótidos, lípidos, glúcidos, sais minerais e vitaminas.
- 2.º — *Aceitação* — A ração tem de agradar ao soldado, pois é evidente que, se ele não gosta dela e a não come, ela lhe não serve de proveito.
- 3.º — *Estabilidade* — A ração deve conservar-se comestível, apaladada e apresentável através de todas as delongas, vicissitudes e manipulações que a situação militar imponha.
- 4.º — *Utilidade Militar* — A ração tem que ser adequada à situação militar para que foi estudada, e fácil de obter, economicamente, nas quantidades e nos prazos que o reabastecimento das tropas exija.

Lançado este rápido golpe de vista sobre os factores e princípios que regulam o planeamento das rações, examinemos agora os diferentes tipos necessários às tropas — corolário daqueles.

Existem, por assim dizer, 3 tipos «clássicos»:

- a. — *A ração de campanha* — que constitui a alimentação normal do militar no campo de batalha. Os trens de viaturas hípo e — passe o neologismo — bousmóveis, que seguiam na cauda das legiões de César; as manadas que acompanhavam os exércitos de Napoleão, são exemplos frisantes, legados pela História, deste tipo de ração;
- b. — *A ração de combate* — que se pode definir como a comida fornecida aos homens e destacamentos isolados que operem fora do raio de acção da corrente normal dos reabastecimentos. O chouriço de carne e a bolsa de farinha que transportavam em suas incursões os «extremadores» do Major Ro-

# Revista da Cavalaria

gers, no teatro norte-americano da Guerra dos Sete Anos; o *talogo* — o saquinho de retalhos de chita, de muitas e garridas cores — com 3 dias de mantimentos, prescrito pelas Ordenações Afonsinas; revelam que já não é novo este tipo de ração.

c. — *A ração de emergência* — é fornecida individualmente, e constitui o último recurso do soldado para não morrer de fome. A ordem de Gengis-Cão para que cada um dos seus soldados levasse consigo uma palha de centeio, a fim de que, quando se visse sem mais recursos, pudesse sugar o sangue do seu próprio corcel, é um exemplo histórico, velho de quase 8 séculos, deste tipo de ração.

Até à guerra de 1939-45, a evolução das rações foi lenta, podendo mesmo afirmar-se que foi nula, pelo menos desde a Guerra Peninsular.

Efectivamente, a ração que em Novembro de 1807 o General D. Juan Carrafa exigiu da Câmara Municipal de Tomar, para os seus 7.593 homens, pouco difere daquelas em vigor no «período entre as duas guerras» que indicamos no Quadro I, pois tinha a seguinte composição:

Pão . . . . .	1	arrátel	( 459 grs. )
Carne . . . . .	1	arrátel	
Feijão . . . . .	1/2	selamim	( 336 grs. )
Toucinho . . . . .	2	onças	( 57 grs. )
Vinho . . . . .	1	quartilho	( 3 1/2 decl. )

As rações de campanha actualmente ainda em vigor no nosso Exército, são as que prescrevem as Instruções para o Serviço de Alimentação das Tropas em Campanha, de 1941; constam de *ração normal* (que, com uma ração complementar se pode transformar em ração forte) e *ração de reserva*.

Qualquer destas duas rações, à data da sua aprovação, encontrava-se perfeitamente adequada às exigências coevas da tática e da estratégia, e era em tudo semelhante às utilizadas pelos exércitos dos principais países ocidentais, pois, como as deles, era filha de experiência e estudos derivados da 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial.

Se tivermos em linha de conta os gostos e costumes peculiares a cada povo — os quais influem grandemente no planeamento de ra-

# Revista da Cavalaria

ções — vemos como essa identidade de princípios básicos ressalta, flagrantemente, destes dois quadros:

**Quadro I — RAÇÃO NORMAL**

GÉNEROS	PAÍSES					
	Portugal	Espanha	França	Itália	Alemanha	Inglaterra
Pão . . . . .	500 gr.	500 gr.	750 gr.	700 gr.	500 gr.	453 gr.
Carne com osso . . . . .	400 »	200 »	400 »	200 »	250 »	453 »
Legumes secos . . . . .	220 »	150 »	60 »	50 »	50 »	—
Arroz . . . . .	160 »	—	—	150 »	80 »	—
Massa . . . . .	—	—	—	180 »	—	—
Batatas . . . . .	—	250 »	—	100 »	300 »	—
Toucinho ou Margarina . . . . .	50 »	30 »	30 »	—	55 »	28,3 »
Azeite . . . . .	—	60 »	—	15 »	—	—
Vinho . . . . .	0 <sup>1</sup> ,5	0 <sup>1</sup> ,25	0 <sup>1</sup> ,5	—	—	—
Aguardente . . . . .	—	—	0 <sup>1</sup> ,0625	—	—	—
Leite condensado . . . . .	—	—	—	—	—	42,5 »
Café . . . . .	15 gr.	20 gr.	24 gr.	10 »	—	—
Chá . . . . .	—	—	—	—	—	17,5 »
Cacau . . . . .	—	—	—	15 »	—	—
Açúcar . . . . .	30 »	50 »	32 »	45 »	35 »	84 »
Compota . . . . .	—	—	—	—	—	57 »
Queijo . . . . .	—	—	—	10 »	7 »	—
Sal . . . . .	25 »	15 »	20 »	20 »	15 »	7 »

**Quadro II — RAÇÃO NORMAL**

GÉNEROS	PAÍSES				
	Portugal	Espanha	França	Inglaterra	Est. Unidos
Bolacha . . . . .	600 gr.	500 gr.	450 gr.	453 gr.	178 gr.
Conservas de carne ou peixe . . . . .	400 »	450 »	300 »	340 »	453 »
Chocolate . . . . .	50 »	—	—	—	42 »
Vinho . . . . .	0 <sup>1</sup> ,5	—	—	—	—
Chá . . . . .	—	—	—	17,5 »	—
Açúcar . . . . .	—	—	80 »	56 »	33,6 »
Café . . . . .	—	1 comp.	36 »	—	8,4 »
Frutas secas ou queijo . . . . .	—	100 gr.	—	—	—
Aguardente . . . . .	—	—	0 <sup>1</sup> ,0625	—	—

## Revista da Cavalaria

Mas a última Grande Guerra, lançando mão de todos os poderosos recursos da técnica do século XX, criou novas situações táticas e estratégicas, novos métodos de combate, a exigir novos tipos de ração — as *rações especiais*, pré-cozinhadas, e acondicionadas; rações aliás já previstas no nosso Regulamento de Campanha — III Parte — Serviços, de 1949, e novamente citadas no actual Regulamento de Campanha — Serviço de Intendência, 1.<sup>a</sup> parte, de 1955, mas ainda não criadas, nem definidos os seus tipos e características.

Justificando a introdução deste tipo de ração, dizem os ingleses nos seus regulamentos «*Specifications for Supplies — RASC — 1947*» e «*RASC — Training — Vol. III — Supplies — 1952*» que «a distribuição de ração normal, contendo géneros putrescíveis tais como o pão, carne fresca e hortaliças, não é praticável nas primeiras fases de uma operação, pelo que se tornou indispensável a criação de rações especiais, pré-cozinhadas e empacotadas, que são essenciais para:

1. — Fornecer rações adequadas e variadas, em embalagens de tamanho apropriado, para operações especiais, tais como: operações anfíbias, operações na selva ou no deserto, patrulhas de grande raio de acção, etc.
2. — Permitir uma rápida distribuição dos víveres nas primeiras fases de uma operação.
3. — Poupar espaço nos transportes que, sem tais rações, teria de ser ocupado por material de padarias, material frigorífico, gado vivo, etc.
4. — Garantir uma alimentação conveniente, em situações em que a alimentação das tropas e a confecção do rancho por subunidades seja praticamente impossível.
5. — Permitir que o peso e o volume da ração transportada quer pelos homens quer pelos trens, seja reduzido a um mínimo compatível com a eficiência para o combate.

O desenvolvimento da doutrina da ração especializada levou ao exagero, criando-se em todos os países beligerantes um ror de tipos de rações acondicionadas, um para cada fim.

Os ingleses criaram 10 tipos, os americanos nada menos de 14!

Mas, a necessidade, quer económica, quer industrial, quer militar, de reduzir ao mínimo os tipos de ração, aliada às experiências da *Coreia* e da *Indochina*, conduziu, no dealbar da segunda metade deste século,

# Revista da Cavalaria

ao regresso aos 3 tipos clássicos de rações, a que já nos referimos, nos «Três Grandes» Ocidentais, tipos de ração que desde 1953 se encontram assim estandardizadas:

**Quadro III — RAÇÕES DE CAMPANHA ACTUAIS**

SITUAÇÕES	PAÍSES		
	França	Inglaterra	Estados Unidos
<p><b>I — Normal</b> Quando possam funcionar as cozinhas e seja possível a alimentação por sub-unidades:</p> <p>a) Havendo meios frigoríficos</p> <p>b) Não havendo meios frigoríficos</p>	<p>Ração normal de base n.ºs 1, 11, 12 ou 13, com frescos</p> <p>Idem, com géneros desidratados</p>	<p>Ração normal de campanha, com frescos</p> <p>Idem, com géneros enlatados ou secos</p>	<p>Ração de campanha, tipo A</p> <p>Ração de operações, tipo B</p>
<p><b>II — Combate</b> Quando não possam funcionar as cozinhas ou seja impossível a alimentação por sub-unidades:</p> <p>a) Se é possível a alimentação por pequenos grupos</p> <p>b) Se só é possível a alimentação individual</p>	<p>Ração de combate colectiva n.º 21 para 5 homens. (1 caixa)</p> <p>Ração de combate individual n.º 20 (1 pacote)</p>	<p>Ração composta para 10 homens (divisível em 2 para 5, ou 3 para 3 homens) (1 caixa)</p> <p>Ração para 24 horas (1 pacote)</p>	<p>Ração de combate, tipo 5 em 1 (1 caixa)</p> <p>Ração individual de combate, tipo C (1 pacote)</p>
<p><b>III — Emergência</b></p>	<p>Ração de amparo n.º 40 (1 pequeno pacote)</p>	<p>Ração de emergência, tipo chocolate (1 pequeno pacote)</p>	<p>Pacote individual de assalto (1 pequeno pacote)</p>

## Revista da Cavalaria

Os princípios que levaram à adopção destes tipos de ração são, como já vimos, de carácter universal, pelo que seria de grande utilidade applicá-los entre nós. Mas... de vagar! Caso contrário, veremos, em breve, avieiros e campinos a comer hamburgers e cheeseburgers; gaibéus e saloios a beber sumos de toranja e de ananaz; ratinhos e serranos a tasquinhar talos de aipo e quartos de cenoura, crus...

A História, dizia Cícero, é mestra da Vida; ela apresenta-nos contemporaneamente duas lições flagrantes sobre este assunto.

Na guerra da Coreia, segundo se lê na *Quartermaster Review* de 1951, em que os Estados Unidos tiveram de reabastecer com as suas próprias rações tropas inglesas, francesas, holandesas, gregas, suecas, turcas, canadianas, australianas, filipinas, tailandesas e coreanas, viram-se e desejaram-se com o difícil problema dos gostos e costumes alimentares próprios de cada nação, de cada raça e até de cada religião.

Os canadianos e britânicos, solicitavam chá e mais batatas; os franceses, queriam maior porção de pão e reclamavam vinho; os holandeses, também se queixavam que o pão era pouco, e exigiam leite e queijo; os gregos, protestavam contra a falta de condimentos; os filipinos e tailandeses, pediam comidas mais fortes e chá e café fortísimos; os indianos berravam por pimenta em pó, e arroz; quanto aos turcos, esses foi ainda pior: de acordo com o Alcorão, não comem carne de porco, pelo que houve de elaborar para eles ementas especiais, empregando como gordura a sua, tão apetecida, manteiga de vaca rançosa.

«Cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso...».

Mas, antes disso, já os americanos se tinham defrontado com idêntico problema, na Grécia:

Desde 1947 que o QM americano substituiu o RASC britânico no reabastecimento em víveres ao exército grego.

A extenuante guerra contra a Itália; a invasão alemã; o desembarque e o reembarque inglês; o desembarque aliado e a reconquista; e, para coroa de tanto martírio, o assalto comunista; tinham arruinado completamente a economia grega. E por isso os seus aliados, primeiro os ingleses e depois os americanos, viram-se na obrigação moral de chamar a si o fornecimento de géneros para a alimentação das tropas helénicas.

O regime alimentar do camponês grego é simples e pouco variado. Baseia-se em pão, legumes secos, macarrão, queijo, leite desnatado, azeitonas e azeite; lá de vez em vez, peixe, fresco, seco ou fumado; carne, só por festa. A comida é uma espécie de sopa espessa ou guisado, geralmente em esturgido de azeite. O pão, parte-se aos bocados para fazer

## Revista da Cavalaria

sopas no molho. O pequeno almoço, quando o há, é uma refeição ligeira, composta de chá ou café e pão com mel, marmelada ou queijo. Uma alimentação tipicamente mediterrânica, semelhante à de grande parte dos nossos camponeses.

A ração de guarnição do exército grego, diz-nos o Major do QM americano John Coulter num artigo publicado no número de Fevereiro de 1952 de *Quartermaster Review*, donde estamos respigando estas notas, é baseada neste regime alimentar, já que a grande massa dos soldados é oriunda de tal classe social. Por isso as tabelas fornecem uma ração cientificamente desequilibrada, com largo predomínio de amiláceos e gorduras. Esta ração, no início da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, foi melhorada com uma dose diária de carne ou peixe.

O rancho, tal como o nosso, é normalmente servido em refeições de prato único, na maioria, guisados.

Embora tal regime alimentar causasse engulhos aos anglo-saxónicos, o certo é que o soldado helénico se mostrava satisfeito com a comida que lhe davam e que era, afinal, o tipo, melhorado, da sua comida caseira.

Mas, pelas razões expostas, os aprovisionamentos para o exército grego passaram a vir dos depósitos de subsistências americanos, aproveitando as sobras das reservas de guerra. Por isso, foi necessário proceder a inúmeras substituições nas tabelas gregas de rancho. Passou-se, por exemplo, a dar aos soldados, em vez de feijão branco, ervilhas secas partidas; em vez de macarrão, flocos de milho; em vez de batatas, batatas desidratadas, etc.

As tropas helénicas, porém, não aceitavam tais géneros, por estranhos aos seus hábitos e tradições; e os levantamentos de rancho sucediam-se em ritmo apavorante.

Outros géneros, continua o Major Coulter, tais como salsichas congeladas, chouriço de fígado e salame, embora recomendados pelo Comando Grego, não tiveram melhor sorte...

Em muitas guarnições da província, as unidades continuaram a comprar grandes quantidades de borregos e outras carnes verdes indígenas, com grave prejuízo do precário reabastecimento da população civil, porque o soldado grego antipatizava com as carnes congeladas ou enlatadas. Dois anos depois, em 1949, os depósitos revelaram um excedente de mais de mil toneladas de carne congelada, devido à impossibilidade em conseguir-se que o exército se conformasse com a ração estabelecida.

Só foi possível arranjar uma ração aceitável pelas tropas helénicas, ao cabo de três anos de porfiados esforços. E isto conseguiu-se, não,

## Revista da Cavalaria

adoptando os hábitos gregos à ração tipo americano, *mas* sim, *adaptando a ração americana aos hábitos gregos, e constituindo-a com géneros iguais aos dos gregos.*

Que isto sirva de prevenção contra quaisquer veleidades de «tradução». Lá dizem os italianos: *traduttore, traditore* — o que, se è *vero* na «língua» também o é no «paladar»...

Aliás, parece-nos que não temos necessidade de traduzir, *mas* sim de adaptar a nossa actual ração, aos cinco tipos universais que satisfazem às exigências das variegadas situações militares hodiernas, sem quebra dos outros princípios já enunciados.

Como ração normal de campanha, temos a nossa de 1941, que satisfaz plenamente.

Quando não haja meios frigoríficos empregamo-la no tipo *ração de desembarque*, tendo o cuidado de evitar as hortaliças, e substituindo as carnes frescas por chouriço, bacalhau, cabeça de porco ou atum em salmoura.

Como rações de combate podemos, como os franceses, partir da ração de reserva. Mas é preciso melhorá-la, sobretudo na colectiva, com frutas secas (como, efemeramente, figurou nas tabelas das Instruções Provisórias para a Alimentação das Tropas em Campanha, de 1940), queijo ou marmelada. Substituir o cacau por café solúvel, hoje comum no comércio. Adicionar à colectiva uma sopa desidratada (tipo Knorr ou Maggi). E, sobretudo, acabar com a monotonia da lata de sardinha e da lata de atum.

«Nem sempre galinha, nem sempre sardinha», diz a sabedoria popular, muito menos «nem sempre atum»...

Há necessidade de criar várias ementas, bem apaladadas, que «*varietas delectat*» e o moral do soldado tem de ser mantido o que não será fácil, dando ao pobre cavaleiro blindado durante 10 ou 15 dias seguidos, bolacha com atum ao almoço, e bolacha com sardinha ao jantar...

Graças a Deus, a nossa indústria conserveira, mercê de excelente organização corporativa, está hoje suficientemente apetrechada, e possui a técnica necessária, para poder abastecer em condições militares e económicas favoráveis o nosso exército com conservas de agrado certo para o nosso soldado, como seriam, por exemplo: carneiro guisado com batatas e feijão carrapato; lulas ou chocos de caldeirada; chispe e orelheira de porco com feijão branco e cabeça de nabo; meia desfeita de bacalhau com grão; favas ou ervilhas guisadas com chouriço mouro; dobrada à moda do Porto; mão de vaca à jardineira; vaca guisada com

## Revista da Cavalaria

massa ou arroz; etc.; em latas que não excederiam o custo das actuais de atum, e nos livrariam do «365» do dilema atum e sardinha, sardinha ou atum...

É claro que há que acondicioná-las e embalá-las convenientemente, podendo para isso servir-nos de guia o que os franceses hoje praticam nas Fábricas da Intendência Militar de NEVERS (rações individuais) e de ANGERS (rações colectivas), que a embalagem e acondicionamento hodiernos revestem aspectos técnicos e científicos tais que «tem que se lhes diga» (3).

Para o tipo de rações de emergência, a nossa indústria de chocolates pode fornecer-nos facilmente em condições económicas e militares (preço razoável, quantidades bastantes) paus de chocolate com leite, amêndoas, avelãs ou mel; e o Algarve, de bom grado nos abastecerá com as suas pastas de figo e amêndoa.

O que se nos afigura urgente, é criar estas ou idênticas rações, a fim de podermos fazer face a todas as situações que a guerra hoje impõe, e ombrear, no que respeita à alimentação das tropas, com os nossos aliados atlânticos, como o fizemos sempre até 1941, tanto mais que, se amanhã tivermos de combater a seu lado, de acordo com os nossos compromissos internacionais, tal situação coloca-nos em pé de desigualdade e pode representar um aborrecido handicap.

Acresce que a falta de tipos de rações modernizadas pode causar-nos sérios embaraços numa emergência que surja em qualquer ponto do Império como, aliás, demonstraram claramente as manobras de 1953 e as de 1954, onde a falta de rações acondicionadas muito se fez sentir... por mais «Ersatz» que se improvisassem. E é mister ter em conta que rações especiais acondicionadas em quantidade razoável, não se arranjam do pé para a mão. Os ingleses, cuja indústria se não compara com a nossa, chamam para o caso a atenção de quem tem de planear operações (4) dizendo entre outras coisas:

«Planear com muita antecedência é essencial (quando se trata de rações especiais) pois a produção dos pacotes de rações acondicionadas

---

(3) Vidé, a este respeito, o artigo do Intendente Militar Abric e do capitão Pinto, «*Quelques aspects actuels du Service de l'Intendance — Emballages e Conditionnement*», publicado no n.º 32 da *Revue de l'Intendance Militaire* de 1954.

(4) RASC — Training — Vol. III — Supplies — 1952, já citado, Sec. 14, § 7. — *Production lags and the importance of early planning.*

## Revista da Cavalaria

envolve muitos e complicados factores. Há muitas casas comerciais e fábricas envolvidas na produção dos seus componentes; os tipos de caixas empregados são diferentes dos usados no comércio; os géneros têm de ser de excelente qualidade, e em muitos casos produzidos ou fabricados especialmente para o Exército. Há necessidade de grandes quantidades de folha de Flandres, de chapas de fibra e de materiais especiais para empacotamento, tais como chapas metálicas, papel Kraft, celofane e celulose. O uso de latas de tamanho especial e de comidas peculiares tende a causar falhas na produção. Acresce que o simples atraso do fornecedor de um dado componente, acarreta necessariamente delongas sérias no empacotamento total».

Diz-se às vezes que a ração pré-cozinhada é só para os povos ricos. Não é assim, já que é indispensável em muitas situações, o que levou quase todos os exércitos a adoptá-la. Aliás o seu emprego é mais restricto, do que muita gente supõe.

Numa divisão, com carácter permanente, apenas necessitam ração especial uma parte da companhia de Polícia Militar e uma parte da companhia de Transmissões — para os homens em serviço fora do raio de acção das suas cozinhas rodadas — umas escassas centenas.

Mesmo em operações activas, o seu emprego não é tão lato como a primeira vista parece. Lembremo-nos que numa situação defensiva normal, se se adoptar o dispositivo «clássico», de toda a infantaria divisionária, apenas oito companhias de atiradores estarão em contacto directo com o inimigo e necessitarão ração especial.

Os blindados, necessitam ração especial colectiva, sempre que têm de entrar em acção — mas só então. O mesmo sucede com os sapadores. Quanto à artilharia e aos serviços, raro necessitam dela.

Acresce que, com excepção dos blindados, raro se consome uma ração especial completa. Em muitos casos, basta apenas um terço (a 2.<sup>a</sup> refeição) tomando-se a primeira, normal, de madrugada, e a 3.<sup>a</sup> quente, ao cair da noite, tanto em ataques, como em contra-ataques ou defesa. Na exploração do sucesso já o caso é mais difícil, mas os americanos, com a autoridade que lhes dá a dura experiência de 2 guerras, afirmam que, por mais difícil que seja a situação militar, é sempre possível dar aos homens — e deve dar-se-lhes — uma refeição quente, ainda que tenha de ser acondicionada.

Quanto ao custo, evidentemente que uma ração pré-cozinhada enlatada e acondicionada é mais cara do que uma ração normal. Mas isso não se afigura argumento para a não utilizarmos. Acaso o carro de combate não é mais caro que o cavalo, a G. M. C. e o «jipão» mais caros

## Revista da Cavalaria

que os carros de esquadrão e de companhia? E foi o seu custo motivo para os não utilizarmos?

O preço da ração especial é, afinal, uma gota de água no *mare magnum* de gastos que a conservação e manutenção do moderno equipamento dos exércitos acarretou, e faz parte integrante de tais despesas, como meio indispensável à máxima eficiência dos exércitos bem apetrechados.

Podemos ainda acrescentar, já que estamos escrevendo para cavaleiros, que a ração especial está para as outras rações como a cavalaria blindada está para as outras Armas:

*Inovação cara, mas preciosa e indispensável.*

É interessante examinar rapidamente como evoluíram as rações desde o início da II Guerra Mundial até à fase actual.

O desenvolvimento dos blindados levou desde muito cedo à necessidade de dotá-los com um número de rações de reserva muito superior aos habituais 1 a 3 dias. Porque — o que a transformou automaticamente em *ração de combate*, como diz Lindell Hart citando o General alemão Manteuffel, «*para as operações de guerra uma divisão blindada deve bastar-se a si própria, e levar consigo tudo o que lhe é necessário, para não depender, enquanto durar a acção, de um serviço de reabastecimento*».

Por isso as Panzerdivisionen de Rommel, em França, em 1940, as de von Manteuffel, na Rússia, em 1943, e as armored divisions de Eisenhower, em França, em 1944 (\*) levaram consigo 8 a 15 dias de ração de reserva.

Está-se a ver o que diriam aqueles arrojados cavaleiros, que necessitavam de um alto moral, tal o esforço e audácia que se exige dos homens dos blindados, dias e dias reduzidos àquela ração de reserva, sempre igual e pouco atractiva, que apenas para *reserva* tinha sido criada!

Por isso os americanos, sempre decididos e progressivos, criaram imediatamente as rações especiais C, D, E e K. Seguiram-se-lhe na peugada os ingleses, cujas *rações de combate*, depois de aperfeiçoadas e estandardizadas, como já indicámos — e que são a única alimentação

---

(\*) «*Le Service de l'Intendance à l'Echelon Division*», Intendente militar Badoy, 1952.

# Revista da Cavalaria

possível da cavalaria blindada em acção — são hoje fabricadas em 3 tipos, A, B e C, cujos principais componentes são os seguintes:

**Quadro IV — RAÇÕES DE COMBATE INGLESAS**

REFEIÇÕES	TIPO DE EMENTAS		
	A	B	C
Almoço	Salsichas com feijão, compota, chá	Presunto com feijão, marmelada, chá	Picado de presunto, compota, chá
Lanche	Chocolate com biscoitos, bolos secos, passas	Chocolate com biscoitos, bolos secos, passas	Chocolate com biscoitos, bolos secos, passas
Jantar	Carne assada Salada de vegetais, pudim de frutas, queijo, chá	Presunto com vaca, salada de batata, pudim de caramelo queijo, chá	Fígado com toucinho entremeadado, macarrão, pudim de arroz, queijo, chá

Quanto aos americanos, reduzidas as rações acondicionadas como já vimos, às rações C e «5 em 1», estas são abonadas em nada menos de 6 saborosas ementas (dizêmo-lo por experiência própria) de que damos os principais componentes, mas que, além disso, dispõem de bolacha, frutas, rebuçados, caramelos, dropes, compotas, bolos e artigos de higiene, toucador e purificação de águas:

**Quadro V — RAÇÕES DE COMBATE AMERICANAS**

Refeições	EMENTAS					
	1	2	3	4	5	6
Almoço	Ovos com presunto e batatas	Vaca com macaronete	Carne de porco com arroz	Carne de porco com feijão	Vaca com massa	Presunto com favas de Lima
Jantar	Vaca guisada com feijão	Feijão com salsichas	Esparguete com picado de vaca	Esparguete com picado de vaca	Vaca estufada	Feijão com salsichas
Ceia	Frango à jardineira	Carne de porco com arroz	Vaca estufada	Presunto com favas de Lima	Ovos com presunto e batatas	Frango à jardineira

## Revista da Cavalaria

Os franceses, mais ciosos das suas tradições, só em 1948 se resolveram a modificar a sua ração de reserva, denominada já «*de combate*», o que teve a vantagem de acabar com a confusão entre *rações de reserva* e *reserva de rações*, onde a ordem dos factores não é arbitraria.

Assim, criaram também 3 ementas, A, B e C, contendo, respectivamente, carne estufada e atum em azeite (tipo A); vaca picada e carne de porco frita (tipo B) e vaca estufada e sardinhas em azeite (tipo C); sem contudo alterar os demais componentes da antiga ração de reserva, que as circunstâncias haviam levado a adoptar, à falta de melhor, como ração de combate.

Mas, é claro, o francês, «*bon gourmand*» que conhecia e ainda possuía em stock os belos pitéus das rações de combate inglesas e americanas que usara na campanha de 1944-45, não podia ficar por ali. Por isso, em 1952, entraram em vigor as novas rações de combate n.º 20 (individuais) e 21 (colectivas), em tudo semelhantes às saxónicas, fabricadas em variadas e bem apaladadas ementas, e designadas pela letra M (muçulmanos) as que não têm carne de porco e podem ser comidas por todos os soldados da União Francesa, e E (europeus) as que, por conterem carne de porco, não podem ser distribuídas aos seguidores de Maomé.

Mas, se estava resolvido o problema alimentar dos blindados, não estava o da infantaria. Esta não podia ir para o assalto (como se preconizava no período entre as 2 guerras), atafalhada com 3 ou 2, ou mesmo 1 dia de víveres de reserva, cujo peso e volume eram incompatíveis com a agilidade de movimentos que a sua actuação exigia. Por isso se criou a ração de emergência, pesando cerca de  $1/2$  kg., e constituída por barras ou paus que pouco espaço ocupam no bernal, não prejudicam a liberdade de movimentos do combatente e «entretêm a debilidade» pelo espaço de 30 horas.

Já temos a história das rações. Como elas chegam até ao combatente é outra e longa história de que vamos tentar fazer um brevíssimo resumo, só para dar uma pálida ideia das suas dificuldades.

Outrora a coisa era fácil. Vivia-se dos recursos locais. A guerra, como soia dizer-se, alimentava a guerra. O que não significa que os bons Chefes não tomassem as suas medidas para fazer face a qualquer falha de víveres no teatro de operações, ou não organizassem a exploração dos recursos locais.

*Alexandre*, na conquista das *Índias*, e *Aníbal*, na campanha de *Itália*, são, na Antiguidade Clássica, protótipos de cada um destes dois métodos.

## Revista da Cavalaria

Mas, durante toda a Idade Média e até mesmo nos Tempos Modernos, na maioria dos exércitos a exploração dos recursos locais era sinónimo de pilhagem; haja em vista os excessos cometidos pelas tropas de Wallenstein e de Tilly durante a Guerra dos Trinta Anos.

Foi precisamente nessa grande conflagração europeia do século XVII que Gustavo Adolfo da Suécia fez uma revolução no sistema de reabastecimentos, regulamentando rigorosamente a exploração dos recursos locais e combinando o reabastecimento pela frente com remessas da retaguarda.

Este sistema foi-se aperfeiçoando sucessivamente sob Filipe o Grande e Napoleão, tomou grande incremento na Guerra de 70, com a utilização militar do caminho de ferro, e teve o seu epílogo na guerra estática de 1914-18.

Esta, apresentou as características de uma luta de grandes efectivos estabilizados durante anos. O caminho de ferro atingia então o apogeu, e a estrada vivia ainda a «época do macadame»; por outro lado, o automóvel estava na infância, e o avião ensaiava os primeiros voos.

Resultado: os recursos locais esgotaram-se rapidamente, e os exércitos passaram a viver quase exclusivamente da retaguarda. Aí, amontoavam-se em grandes depósitos, os abastecimentos, que à medida das necessidades eram transportados para a frente por «comboios de reabastecimento quotidiano» que chegavam a escassos quilómetros das linhas de contacto, com aquela segurança que lhes dava a pequena mobilidade das tropas, o curto alcance das bocas de fogo e a quase ausência de aviões de bombardeamento.

No intervalo entre as duas grandes guerras mundiais, embora se soubesse de antemão que não há duas guerras iguais, estudaram-se e aperfeiçoaram-se os métodos e doutrinas de 14, como se o próximo conflito não fosse mais do que uma 2.<sup>a</sup> edição do primeiro. Como diz o Brigadeiro inglês J. F. Benoy, na sua edição actualizada do *Lindsell's Military Organisation and Administration*, «criou-se o conceito de se manter uma força em operações somente por meio de comboios ferroviários. Tal conceito, consequência do prolongado período da guerra estática no primeiro conflito europeu, resultou num movimento quotidiano de reabastecimentos, geralmente aplicável à remessa para a frente de víveres, forragens, combustíveis, material de engenharia, correio e material de artilharia, desde os depósitos de base ou de estação reguladora, até às tropas combatentes...».

Foi o reinado do vagão e das estações de reabastecimento.

## Revista da Cavalaria

Mas a 2.<sup>a</sup> Grande Guerra surge com a sua motorização, as suas auto-estradas de asfalto, os seus V2, as suas fortalezas voadoras e stukas e os seus blindados.

E a máquina a vapor, agarrada às rígidas e frágeis vias férreas, vulnerável aos ataques dos aviões, então em toda a sua pujança, sujeita às incursões profundas dos carros de combate e sabotagens de pára-quedistas, é relegada lá para as zonas do interior e de comunicações, vencida pelo motor de explosão, mais flexível, e agora em pleno desenvolvimento.

E lá se foi por água abaixo o *dolce far niente* dos Serviços, «cachapinando» na retaguarda, a despachar sossegadamente, qual factor, comboios de reabastecimento quotidiano para a frente. O pior é que o profeito foi-se, e a fama ficou...

Começa o reinado do camião e dos centros de reabastecimento.

Se não fossem as viaturas auto e a boa e densa rede de estradas da Planície Europeia, como teria sido possível reabastecer as Panzerdivisionen na Blitzkrieg, quando umas dúzias de bombas de avião teriam bastado para paralisar, por muito tempo, toda a rede ferroviária da frente, impedindo o afluxo de comboios?

Então, como diz o Brigadeiro Benoy no seu citado livro, «a necessidade de manter reservas de abastecimentos bem à frente, em oposição ao sistema de ante-guerra de localizá-las, na sua quase totalidade, na Base, levou à introdução do sistema de zonas de manutenção, que se estabelecem em bases temporárias, bases avançadas e instalações de linhas de comunicações...».

Assim nasceu o sistema actual, que estabelece uma rede de depósitos, escalonados desde a zona do interior até à frente, dotados de reservas suficientemente potentes para manter permanentemente a corrente dos abastecimentos, mesmo durante os períodos em que, devido à acção inimiga, as linhas de comunicações estejam interrompidas. Cada depósito é constituído por vários armazens, dessiminados por vasta área, a fim de que a inutilização de um deles não impeça o depósito a que pertença de prosseguir a sua missão abastecedora. Isto porque a cadeia de abastecimentos não pode ser quebrada sem graves riscos para os combatentes da frente, pois que, devido ao princípio de *permanência*, que é apanágio do reabastecimento de víveres, estes têm de fornecer-se todos os dias, seja qual for a situação, sejam quais forem as dificuldades — porque todos os dias se come.

Com a aparição da bomba atómica, prevê-se um aumento substancial das reservas na rede de depósitos da cadeia de reabastecimentos, e

# Revista da Cavalaria

maior pulverização dos armazens, o que implica ainda maior empenho de pessoal, material e abastecimentos. Onde tal nos levará não é fácil de calcular, se pensarmos naquilo a que obrigaram, no final da Guerra de 1939-45, apenas as armas convencionais.

Os exércitos alemães, na campanha da Rússia, mantiveram, de acordo com a dura lição da experiência adquirida, só na zona de combate, as seguintes reservas de víveres:

Nas divisões . . . . .	5 dias
Nos exércitos . . . . .	10 »
Nos grupos de exército . . . . .	15 »

Por seu turno os americanos, chegaram a ter no teatro do Pacífico 120 dias de reserva de víveres e, na Europa, no final do conflito, esse nível era o seguinte:

Nas divisões . . . . .	3 dias
Nos CR V. . . . .	5 »
Nos depósitos de exército . . . . .	15 »
Nos depósitos de zonas de comunicações . . . . .	30 »
<i>Total</i> . . . . .	<u>53 dias</u>

Se nos lembrarmos que os Estados Unidos tinham, nessa altura, 4 milhões de homens na Europa, para fazermos uma ideia do que representariam esses 212 milhões de rações, vamos «traduzi-los» nos géneros da nossa ração normal das Instruções de 1941. E obteremos estes números fantásticos:

Farinha . . . . .	1.200.000 sacas
Carne . . . . .	425.000 bois
Feijão e grão . . . . .	780.000 sacos
Arroz . . . . .	560.000 »
Vinho . . . . .	212.000 pipas

E toda esta enorme quantidade de víveres constituindo, segundo os princípios de Frederico o Grande, «provisões móveis», num movimentar constante, dos navios para os portos de desembarque; dos portos de desembarque para os depósitos de base; dos depósitos de base para os depósitos de retém; dos depósitos de retém para os depósitos abastecedores; dos depósitos abastecedores para os depósitos de exército; dos depósitos de exército para os centros de reabastecimento; dos centros de reabastecimento para os locais de reabastecimento; dos locais de reabastecimento para os locais de distribuição; dos locais de distribuição para as cozinhas; e, *post tot tantisque labores*, das cozinhas para os locais de rancho!

## Revista da Cavalaria

Não admira portanto que, como diz o tenente-coronel Frank W. Moorman, o General Eisenhower tivesse tido na Europa 20 divisões que não combateram: os 380.000 homens empenhados na gigantesca faina dos reabastecimentos, de que os víveres — apesar de tamanhos — constituíram apenas 12% da tonelagem total!

Tanta gente, tanto capital empenhados, tantos géneros e materiais imobilizados, para garantir ao combatente da frente os meios necessários à sua existência e actuação!

Mal imaginará ele, pertinaz infante ou audaz cavaleiro, que para lhe conservar a vida que ele a todo o momento oferece em holocausto pela Pátria, outras vidas se arriscam e se perdem nas trevas e no silêncio da retaguarda, já que, como diz o coronel do C. E. M. espanhol Gonzalez de Mendoza no seu livro *El Cuerpo de Ejercito*, «por um fenómeno que em medicina se chama cenestesia, a sensação da não existência dos Serviços é a melhor prova do seu bom funcionamento».

Por isso, ignoradas por uns, esquecidas por outros, mas cónscias da importância primacial da sua missão, e confortadas com o sentimento do dever cumprido, as forças de Intendência lutam, esforçam-se e dão a vida, combatendo contra as 5.<sup>as</sup> colunas, os sabotadores, os «comandos», os submarinos e os aviões inimigos, a crise económica e a falta de meios, para que ao combatente da frente não falte «o pão nosso de cada dia». Que a estrada de reabastecimento já não é hoje o caminho chão atapetado de cravos e rosas da quadra popular, mas ínvia e tétrica vereda, empapada em sangue, suor e lágrimas. E quando as circunstâncias o impõem, como na recente campanha da Indochina, ei-los ali, lado a lado dos combatentes, dando-lhe o seu conforto moral e sofrendo, como eles, os ataques directos do inimigo, tal como no campo intrincheirado de Na-Sau (6) onde o sangue generoso dos homens da Intendência se misturou com o dos seus heróicos companheiros, infantes, cavaleiros e artilheiros, provando assim também eles serem bons soldados, já que, como há 2.400 anos dizia Sófocles:

Πόλεμος οὐδέυ' ἀνδρ' ἐκίω  
αἰρεῖ πονηροῦ, ἀλλὰ τοὺς χρηστοὺς αἰεὶ (7)

(6) Intendente Militar de 1.<sup>a</sup> classe Bunel, *A Intendência na Indochina — O Serviço de Intendência em Na-Sau*. «Revue de l'Entendance Militaire» n.º 29, de 1954.

(7) «A guerra ceifa, de preferência, os bons, raro os maus».

# «SONO» NA ESTRADA

pelo Tenente RUI PEDRO CURADO



Dada a diversidade de opiniões que temos escutado sobre o assunto, conjugadas com a boa quantidade de quilómetros que temos percorrido — e percorreremos possivelmente — desde o pôr ao nascer do sol, nasceu a ideia de abordar o assunto de que vamos tratar.

Estreante nas letras com o presente trabalho, informamos sobre ele não termos tido qualquer preparação anterior, nem conhecimento de outros congéneres, pelo que a tempo solicitamos e aceitamos de bom grado possíveis esclarecimentos ou contestações fundamentadas.

Justificação para que o assunto seja ventilado numa revista militar, julgamos não ser necessária, e quanto à mesma para a ousadia em tratar o assunto, ela aí vai.

As curtas tréguas na actividade profissional do militar obrigam este a tirar o máximo proveito dos seus «dias» disponíveis. Como, normalmente, esse «rendimento» só é obtido a grandes distâncias do local da sua Unidade, tanto as idas como os retornos são feitos nos espaços mortos para a vida de relação e da família: a noite. E é assim que, dentro desta ordem de ideias, o autor tem algumas dezenas de milhar de quilómetros de condução à luz dos faróis embora, nem sempre, com a companhia das estrelas.

\*

Na Escola do Exército... já namoravamos. O domingo era curto para os longos e talvez fantasiados projectos, sonhados «a dois» quase a duas centenas de quilómetros para norte de Lisboa. Por outro lado,

## Revista da Cavalaria

a vida intensiva da E. E. não deixava grandes margens a repouso supérfluos. E foi assim que tudo começou.

Uma possante moto de dois cilindros e, nas noites de sábado, rumo a casa e nas de domingo, regresso à indispensável realidade.

Num desses domingos numa recta da estrada o motociclista *acorda* na valeta do lado esquerdo, ileso e com o equilíbrio assegurado pelos estribos que fortemente se haviam cravado nas paredes de um e de outro lado da valeta, providencialmente ali existente com uma configuração tão adequada.

Porquê?

Havíamos saído sem sono, e dormiramos um bom período nessa tarde, o que — sem condução — nos costumava garantir um longo período de vigília. Porém o acidente deu-se.

Porquê?

Tem sido este «porquê» uma das nossas preocupações durante estes últimos seis anos. Temos continuado a conduzir de noite, quase sempre de noite — desde essa data em automóvel — e sempre aparece o «sono».

Chegamos a provocar em nós próprios estados de excitação e de superexcitação, e sempre sem resultados satisfatórios. Conseguimos demorar a aproximação do tal «sono», mas não evitá-lo. Outros métodos tentámos, tendo sido cobaia de nós mesmos, mas supomo-nos já em condições de entrar numa fase de experiências decisivas.

Porém, tudo falta, incluindo o tempo, as possibilidades materiais, e a disposição espiritual para se poder levar a bom termo tal categoria de ensaios.

Nesta altura dos trabalhos solicita-nos a *Revista da Cavalaria* a nossa colaboração. Aqui a damos, restando-nos a esperança que outros com mais possibilidades, quer materiais quer intelectuais, se interessem pelo assunto, tão útil para a sociedade como para nós militares, segundo supomos.

A teoria apresentada é — repete-se — baseada única e exclusivamente na fraca cultura geral do autor e num aturado estudo introspectivo levado a cabo em largo período de tempo. A ligação dos efeitos com as causas é raciocínio puro, com ou sem análise de relação, consoante se verificava em experiência alheia ou pessoal.

\*

Para uma total compreensão das ideias que se apresentam em completo deste trabalho, necessárias se tornam algumas explicações preli-

# Revista da Cavalaria

minares, tendentes a informar aqueles porventura esquecidos de determinados assuntos.

Assim, algumas palavras sobre magnetismo animal e hipnotismo, nomes que vulgarmente se empregam para significar determinados fenómenos psíquicos, obtidos por qualquer desses processos. Interessa-nos deixar claro, para compreensão futura de outras explicações que, se os fenómenos magnéticos e os hipnóticos são em parte idênticos, os processos determinantes e a causa produtora são diferentes.

O magnetismo animal baseia-se e refere-se a uma radiação de indivíduo para indivíduo, tal como a do sapo para a doninha, e a da giboia para outros pequenos seres, o que está cientificamente provado também se dar no género humano. Os processos magnéticos actuam na sensibilidade geral, em equilíbrio perfeito.

O hipnotismo, segundo os partidários dessa doutrina, em especial Braid, é um estado particular do sistema nervoso, determinado por manobras artificiais, tendendo a destruir o equilíbrio nervoso pela paralisia dos centros nervosos.

Se, como dissemos, os diversos fenómenos magnéticos são obtidos pela influência de um indivíduo sobre outro, sem necessidade de meios estranhos, o mesmo não se dá com os fenómenos hipnóticos, que podem ser obtidos por variados processos. Resumem-se geralmente no sistema único de fazer convergir fixamente a vista do passivo sobre um objecto brilhante, colocado ligeiramente à frente e acima do nível dos olhos, do que resulta inicialmente fadiga ou cansaço do órgão visual, com consequente perturbação do cérebro e entrada num dos estados hipnóticos.

Torna-se indispensável esclarecer quais são esses estados, para que depois se possa entrar abertamente no assunto que aqui nos trouxe.

Os estados magnéticos ou hipnóticos classificam-se vulgarmente em cinco grupos que são:

— *Estado de fascinação ou de credulidade* — é o grau elementar do sono magnético ou hipnótico. Neste estado o passivo apresenta todos os caracteres do indivíduo acordado, com os olhos abertos, se bem que em certos casos se apresentem com as pálpebras um pouco pesadas. Os movimentos são voluntários e fáceis; as faculdades intelectuais mostram-se lúcidas e funcionam com regularidade.

É certo que neste estado se conservam os olhos abertos, e que no sentido rigoroso da palavra não se está a dormir,

## Revista da Cavalaria

está-se fascinado, e pode haver um adormecimento psíquico transitório de determinados órgãos ou faculdades.

— *Estado letárgico* — é o segundo grau do sono magnético ou do hipnótico, embora seja o primeiro que se manifesta nitidamente. O aspecto é o de uma pessoa que dorme profundamente. A insensibilidade é completa, e ainda que o dormente tenha consciência do que se passa à sua volta não pode falar nem mover-se porque a sua vontade não tem acção alguma sobre os seus músculos. Este sono difere muito do normal, não só pela sua natureza como também pela sua maior intensidade.

— *Estado cataléptico*.

— *Estado de exteriorização da sensibilidade*.

— *Estado sonambúlico*.

\*

Interessa-nos, em especial, o estudo da letargia, não por ser mais importante que qualquer dos outros, mas por ser mais definido, e por ser aquele que mais fácil e vulgarmente se consegue. Deixando para trás os algo complicados processos magnéticos — vulgarmente desconhecidos fora dos meios científicos — vejamos rapidamente como se consegue o estado letárgico pelos métodos hipnóticos.

Coloca-se uma mira hipnótica em frente dos olhos do passivo, afastada da testa 5 a 6 centímetros e 4 a 5 centímetros acima da linha das sobrancelhas; deve fazer-se incidir a luz nela, por forma a que os raios reflectidos vão bater nos olhos do paciente, pedindo a este que a *fite sem pestanejar*, embora isso lhe custe.

Segundo outros Mestres, basta fazer convergir fixamente a vista do passivo sobre um objecto brilhante, colocado a uns 25 a 40 centímetros de distância do passivo e numa posição superior ao nível dos olhos.

Por tudo isto conclui-se que a hipnose pode ser provocada por meios estranhos ao indivíduo, sem a colaboração de terceiros, e que para tal basta fitar sem pestanejar um objecto brilhante em posição tal que, por incómoda, produza cansaço do órgão visual, com a consequente perturbação do cérebro.

\*

Do estudo feito e das experiências a que nos submetemos, nasceu uma teoria que constitui o trabalho seguinte, ainda inconsistente —

## Revista da Cavalaria

como já dissemos — por falta de meios e possibilidades de uma verificação que lhe permita a generalização.

O «sono» na estrada manifesta-se em todos os indivíduos que conduzem, a partir de determinada altura, mais ou menos intensamente, segundo a sua constituição física e psíquica, e deve ser atribuído a uma, ou simultaneamente, a diversas das seguintes causas:

- esgotamento físico ou sono normal;
- efeitos magnéticos exteriores exercidos sobre o condutor;
- efeitos hipnóticos da estrada.

Atendendo a que é fácil evitar os efeitos da primeira das causas apontadas com o repouso normal indispensável, e ainda que na impossibilidade deste é relativamente fácil o domínio do sono pela vontade do indivíduo, resta-nos tratar mais atentamente, e em separado, as duas restantes alíneas.

Porém, os efeitos, são a maior parte das vezes resultado de diversas causas, pelo que interessa ter isto presente, quando se tratar do modo de evitar o «sono» na estrada.

Os efeitos magnéticos exercidos sobre o condutor, podem ser diversos, mas, por mais importante, só nos interessa o dos passageiros com sono ou mesmo dormindo dentro da mesma viatura.

É do domínio de todos a frase — «o sono pega-se» — utilizada quando nos referimos a tais circunstâncias. O facto verifica-se, e não está no âmbito deste trabalho a sua explicação, uma vez que ela não interessa para a resolução do problema.

Bastará, tanto quanto possível, eliminar a possibilidade do facto se verificar, e — sempre que tal seja completamente impossível — opor uma forte vontade contra o efeito magnético apontado, que é bastante débil.

Uma solução com resultados quase sempre satisfatórios consiste em, durante determinado espaço, fazer uma condução cuidadosa que permita aos outros um sono e dormir tranquilos, despertando-os dez ou quinze minutos depois com uma paragem e saída fora da viatura. Normalmente não voltam a adormecer.

Contudo, o perigo maior não é esse; ao fim dessas dúzias de quilómetros o condutor está mais que nunca predisposto para ser dominado pelo «sono» provocado pela hipnose da estrada.

O cansaço físico de um dia possivelmente movimentado, aliado ao cansaço que provoca a condução, obrigam o indivíduo que conduz a

## Revista da Cavalaria

tomar e a procurar no assento uma posição que lhe seja cómoda, o que se traduz num relaxamento muscular bastante próprio para sofrer a acção da faixa luminosa que constante e progressivamente «lhe vai entrando pelos olhos dentro».

Assim, sem dar por isso, lenta mas inexoravelmente, vai entrando no estado de fascinação, com um ligeiro adormecimento psíquico das suas faculdades de reflexão.

O cérebro vai-se «esvaziando» progressivamente, e o relaxamento dos músculos aumenta insensivelmente. Quase sempre como consequência, a curvatura do pescoço aumenta e a estrada passa a ser vista sob um novo ângulo: o ponto lá longe onde batem os faróis — o ponto brilhante — está ligeiramente acima da linha normal de visão.

Tempos depois, se não houver reacção, é a passagem ao estado letárgico, o qual normalmente nunca se atinge por o desastre ocorrer imediatamente.

São difíceis e já tardias as reacções depois da fascinação; normalmente, segundo temos verificado, essas reacções são incompletas e conseguem somente evitar a passagem ao estado letárgico, por um regresso à fascinação anterior.

Nestas condições, o condutor «guia» a viatura «dentro» da estrada, aborda as curvas e com certa segurança — às vezes mais do que no seu estado normal — mas sucede muitas vezes que a sua faculdade de percepção do pormenor está embotada ou adormecida na totalidade, e nessas condições não observa obstáculos anormais como pedras ou buracos na via, etc.

É melhor evitar do que remediar... pelo que o condutor deve sempre procurar não chegar a esse estado de fascinação, que se nada de anormal ocorrer, levará quase fatalmente com a continuação à fatal letargia.

No entanto, todos ou quase todos se referem à hipnose da estrada como se fosse sono e por isso não lhe atribuem o devido valor. Essa despreocupação já tem custado bastantes vidas, e continuará a custar, até que — surpreendidos pelas estatísticas — se resolvam a estudar o assunto, isto quando se não for movido, como nós, pelo medo e pelo interesse de saber (diga-se a verdade que nos abona).

O assunto, por mais importante nos países das grandes estradas sem povoações — na América, por exemplo, — tem levado diversas pessoas a pretender inventar dispositivos de segurança que permitam alertar o condutor da aproximação do «sono».

Têm sido apresentados diversos dispositivos, mais ou menos complicados, que são postos de lado mais rapidamente do que o tempo gasto

## Revista da Cavalaria

na sua concepção. Quase todos são de funcionamento mecânico ou electrónico, e não resultaram totalmente.

Não pretendemos ter descoberto o «ovo de Colombo», mas talvez por termos duvidado do sono e termos considerado ser outro o «sono», visto o problema por outros prismas, consideramos o assunto do seguinte modo.

O sono na estrada é um fenómeno hipnótico produzido quase totalmente pela concentração da luz dos faróis numa faixa restrita, o que conduz rapidamente a um cansaço visual, com todas as suas consequências.

Para evitar a hipnose produzida pelos factos apontados torna-se necessário, portanto, e em primeiro lugar, alargar o campo de visão nocturna de modo a que a vista do condutor, recreando-se tal como sucede durante o dia, ou pelo menos tanto quanto possível, não se fatigue com a observação *fixa e prolongada* da estrada.

É do conhecimento de todos que nas estradas pavimentadas por processos modernos o «sono» chega mais rapidamente. Justifica-se o facto por haver menor dispersão da luz dos faróis e, devido ao contraste do preto do pavimento com o claro das bermas, estas se apresentarem mais brilhantes — «como duas fitas, cada uma das quais pretende enfiar-se por seu olho».

Para obstar a este e mais importante de todos os factos, sugere-se que se adopte novo processo de iluminação, quer pela regulação dos filamentos em posição relativa ao foco da parábola, quer pela adopção de vidros de configuração especial ou ambas em conjunto, sempre tendentes a alargar tanto quanto possível o campo de visão durante a noite.

Andavamos a experimentar, e deu-nos bons resultados, a adopção de mais um par de faróis, cada um dos quais se destinava não a iluminar a estrada mas sim tudo quanto ficava fora dela, a um e outro lado.

Para terminar: deve haver a preocupação, por parte do condutor, de não «deixar cair» a cabeça sobre o peito, para que a sua observação se faça sempre no seu eixo normal de visão, a fim de evitar o cansaço imediato dos órgãos de visão.

Finalmente, para os que chegaram até aqui, um pedido: se mais souberem, ou conseguirem, e com resultados satisfatórios, não demorem na sua divulgação, no interesse de todos quantos têm que percorrer as estradas à luz, nem sempre boa, dos faróis de uma viatura.



# HIPPISTMO



## SUMÁRIO

Equitação

Capitão Craveiró Lopes

Escola Militar de Equitação

Cadele Sequeira da Silva



# EQUITAÇÃO

pele Capitão CRAVEIRO LOPES

## Considerações sobre o seu desenvolvimento actual e futuro



Há aproximadamente dois anos escreviamos nesta publicação — *Revista da Cavalaria* de Setembro de 1953 — «que as entidades oficiais ainda manifestavam particular interesse em manter a Equitação como actividade desportiva necessária aos quadros do Exército e em especial aos da Cavalaria». Para tanto estava regulamentada uma série de competições e eram dados aos cavaleiros os meios necessários para nelas tomarem parte.

Mal pensaríamos então que, passado tão pouco tempo, se acabaria por restringir em larga escala as possibilidades e meios indispensáveis para a prática e desenvolvimento da Equitação.

*Examinemos os motivos que julgamos terem dado origem a tais medidas restritivas dando a seguir o nosso parecer sobre cada uma delas:*

Há razões, por assim dizer, inevitáveis em virtude de a vida, de uma maneira geral, se ter modificado; vida profissional, distraíndo a atenção do cavalo em favor dos motorizados, especializações diversas, alargamento de conhecimentos tácticos e técnicos, etc.; e vida particular à base do automóvel, futebol, cinema e outras distrações. No entanto, existem também razões, e muitas, que levam a considerar os próprios cavaleiros culpados da situação em que agora se encontram, pois não souberam ou não quiseram aproveitar as oportunidades e facilidades que lhes foram concedidas.

# Revista da Cavalaria

Senão vejamos:

## 1 — *Instituição de Cursos de Equitação*

A fim de dar desenvolvimento à equitação e conseguir uniformidade na maneira de montar, foram criados cursos de aperfeiçoamento, primeiro na Escola de Cavalaria de Torres Novas, que deu o primeiro impulso, depois no extinto Depósito de Remonta, onde se teve de recommençar e se alcançaram resultados muito apreciáveis, e, mais tarde, na Escola Militar de Equitação onde a par do director dos cursos e do grupo de instrutores que ali ensinavam, trabalhou ainda um oficial estrangeiro que também contribuiu em boa medida para se atingir a finalidade acima mencionada.

Aconteceu, porém, que os oficiais diplomados só raramente foram empregados na instrução de equitação dos quadros do Exército, não se atingindo assim a principal finalidade da instituição dos cursos, verificando-se que os mesmos apenas resultavam em proveito pessoal dos cavaleiros, que na qualidade de especializados, obtinham direito a montadas de desporto e se encontravam, pelos conhecimentos adquiridos, em condições de tirar bons resultados no ensino e emprego dos seus cavalos.

Também o número de oficiais concorrentes aos cursos tem vindo sucessivamente a diminuir, apesar de se ter aberto a todas as Armas a possibilidade de admissão, o que é devido certamente não só à modificação nas condições de vida acima indicadas como também a dificuldades na autorização para a saída de oficiais das unidades para esse efeito, e talvez até pelas incompletas condições em que os cursos se realizam, onde nem tudo se desenrola num sentido agradável e de relativo bem estar, especialmente no que diz respeito à falta de alojamentos privativos da Escola e alimentação adequada às exigências do trabalho e energia dispendida.

## 2 — *Regulamentação de competições equestres*

As provas equestres a que já fizemos referência e que foram regulamentadas com o fim de desenvolver a prática da equitação, nas quais apesar de aos cavaleiros vencedores e classificados serem concedidas algumas vantagens como, referenciação dos prémios nas folhas de matrícula, direito a viagens para tomar parte em concursos hípicas e outras, não tiveram o estímulo necessário da parte de algumas Unidades nem o

# Revista da Cavalaria

interesse da maioria dos oficiais e sargentos que a elas eram obrigados a concorrer, servindo-se estes de todos os pretextos para se eximirem e aquelas alegando motivos vários para não as realizar.

Diga-se de passagem que o citado Regulamento exigia um número relativamente elevado de provas, o que não veio facilitar grandemente o objectivo a atingir.

Enfim, o resultado foi que por determinações recentes algumas provas foram eliminadas e as poucas que ficaram, terão de futuro carácter voluntário, o que nos leva a crer que mais tarde ou mais cedo passarão ao esquecimento...

### 3 — Compra de montadas de desporto

O Estado adquiriu no estrangeiro, nos últimos dez anos, aproximadamente duzentos e cinquenta cavalos destinados a desporto. Ainda que alguns destes, principalmente os da remonta inicial, fossem de fraca categoria, mantêm-se presentemente apenas uns cinquenta cavalos em boas condições de utilização, o que temos de concordar, não serem muitos.

Embora o critério de distribuição de montadas de desporto seja sempre muito discutido e admitindo que ele tem sido bom, verifica-se por vezes que alguns cavaleiros mudam com frequência de cavalos, e outros não os ensinam convenientemente não lhes dando o trabalho necessário ou o mais indicado, ou ainda exigindo-lhes esforços exagerados, do que resulta que vários cavalos se arruinam prematuramente.

Estes inconvenientes talvez pudessem ser atenuados com uma fiscalização mais frequente ao estado físico, ensino e utilização dos cavalos em treinos e provas.

Apesar de tudo, ainda este ano foram comprados no estrangeiro mais cavalos, verificando-se que felizmente as restrições determinadas ainda não atingiram este aspecto do problema.

\*

Julgamos que não só em resultado dos motivos que apresentámos como também à inconveniência que se julga haver para o serviço das Unidades e Escolas em permitir que os oficiais e sargentos tomem parte em concursos hípicas, foram ultimamente determinadas várias restrições que certamente não deixarão de conduzir ao desinteresse pelo hipismo

# Revista da Cavalaria

por parte de elevado número de cavaleiros, e consequentemente, a um abaixamento do nível equestre:

- Redução do número de montadas de desporto a distribuir a cada cavaleiro.
- Redução do número de Concursos Hípicos Oficiais.
- Redução do número de dias dos Concursos Hípicos Nacionais.
- Redução a uma única prova, e esta com carácter facultativo, das indicadas no Regulamento de Provas Hípicas Regimentais.
- Remodelação do Concurso Hípico Militar com eliminação da Taça Ministério do Exército, sendo mantida, no entanto, a prova de Selecção para concursos internacionais.
- Limitação a inscrição facultativa no Campeonato Equestre Militar que passa a ser realizado em Mafra.
- Eliminação da Prova de Selecção para o Campeonato Equestre Militar que se realizava nas Unidades.
- Eliminação da Taça Dr. Oliveira Salazar para equipas de Cavalaria.
- Impossibilidade de distribuição de montadas de desporto a cavaleiros com mais de 48 anos.

Dentre estas restrições, a que julgamos irá ter consequências mais dolorosas pelo sentido de parcialidade a que pode conduzir e por não se ver a necessidade que a obriga — visto que se tem continuado a comprar cavalos e há outros por distribuir na Escola Militar de Equitação — é a que se refere à *redução do número de montadas a distribuir a cada cavaleiro. Só esta restrição coloca os cavaleiros da Arma em pé de desigualdade, o que não sucede com as restantes que atingem a todos igualmente.* Mesmo a falta de uma prova de Selecção, que aliás parece continuar regulamentada, poderá ser atenuada pelos resultados obtidos no ano anterior; mas para isso é indispensável que o cavaleiro se encontre provido das montadas para se poder revelar, e não é apenas com um cavalo que isso se consegue.

Em resultado da nova determinação a que aludimos, observa-se que este ano não houve Prova de Selecção, tendo sido todos os oficiais da Escola Militar de Equitação incluídos nas equipas representativas do País e reservas, os quais, com mais três cavaleiros não pertencentes àquela Escola, constituem a totalidade dos que podem ter duas montadas distribuídas, sendo assim muito poucos os beneficiados em relação

# Revista da Cavalaria

ao elevado número de cavaleiros especializados em franca actividade, a muitos dos quais só falta o «complemento» cavalo para revelarem as suas qualidades e o seu valor e poderem conseguir também um lugar na equipa internacional, objectivo este que nunca lhes deveria ser vedado alcançar.

\*

Ao terminar estas breves considerações, lamentamos que outrém, com mais experiência e conhecimentos, não tivesse antes revelado públicamente o sentir da grande maioria dos cavaleiros em face das restrições e da nova orientação dada ultimamente à Equitação. O assunto aliás tem sido muito discutido, perdendo-se em comentários qualquer coisa de útil e construtivo que deles pudesse resultar. Foi este aspecto *construtivo* que nos levou à iniciativa de escrever estas linhas, procurando sempre manifestar a nossa opinião desapaixonadamente e relatar os factos como na realidade são, sem qualquer outra espécie de intenção.

Se de qualquer modo este trabalho puder merecer a atenção das entidades competentes, ousamos dar por bem empregada a iniciativa que tivemos, mas se assim não acontecer, ao menos que seja considerado como manifestação de boa vontade e como prova de interesse pela Equitação.





# ESCOLA MILITAR DE EQUITAÇÃO

pelo Cadete SEQUEIRA DA SILVA

**A** Escola Militar de Equitação, hoje a funcionar em Mafra, apresenta-se-nos com um passado longo, sofrendo através dos tempos, imensas metamorfoses tanto na organização e função assim como no que respeita ao local onde tem estado instalada.

Datam do princípio do século XIX os primeiros esforços para a criação de uma Escola de Equitação os quais se concretizam com o aparecimento dos Depósitos de Cavalaria. Contamos, nesta época, com o Depósito de Cavalaria na Ilha Terceira; cinco anos mais tarde surge o Depósito Geral de Cavalaria em Belém anotando-se, ainda, a existência dos Depósitos de Torres Novas, Évora e Alcobaça.

Tinham estes Depósitos por função aperfeiçoarem os conhecimentos equestres dos oficiais, para depois ministrarem a equitação nas respectivas unidades; tinham ainda por incumbência a formação de picadores e a preparação dos cavalos que viriam a ser distribuídos às tropas.

Os Depósitos satisfaziam, em primeira análise, à ideia de elevar o nível equestre no exército. Porém, não se podia parar, havia que aperfeiçoar a obra iniciada para que dela se pudessem colher os melhores frutos.

Em 15 de Julho de 1836, cria-se em Lisboa uma Escola Militar de Equitação com funções idênticas às dos Depósitos anteriormente criados.

## Revista da Cavalaria

Contudo, as condições económicas do País não permitiram que a sua existência fosse longa e, onze anos mais tarde foi esta Escola extinta alegando-se que os resultados obtidos não estavam em conformidade com as despesas feitas pela Fazenda Pública na sua manutenção.

Foram infrutíferos os trabalhos para o prosseguimento de uma obra ainda em embrião que necessitava de carinho e bom acolhimento para se formar. Embora frente a inúmeras dificuldades procurou-se uma conjugação de esforços para que se atingisse o almejado fim — a oficialização de uma Escola Militar de Equitação.

Os Depósitos continuam, entretanto, exercendo a sua benéfica acção e é anotada a existência de um Depósito de Garanhões, onde actualmente se encontra a Escola Militar de Equitação cujos reprodutores se destinavam à cria cavalar, não só no meio militar como nas herdades dos lavradores.

Finalmente, por volta da guerra de 1914-18 ressurgiu o ensino da equitação com o Curso de Mestres de Equitação que passa a funcionar na Escola Prática de Cavalaria em Torres Novas.

Aproximadamente em 1930 as coudelarias de Alter e Fonte Boa recolhem os garanhões do Depósito de Mafra e este passa a constituir um Depósito de Remonta.

Não tem o curso de equitação criado na «Casa da Cavalaria» um futuro risonho e, assim, é interrompido poucos anos após a sua formação para reaparecer mais tarde, já em 1941, mas desta vez no Depósito de Remonta.

Com a transferência do Curso de Equitação para aquele local pretende-se a centralização dos trabalhos referentes à equitação no Exército para se conseguir uma melhor coordenação de esforços.

Aparece-nos, finalmente, estabilizada a situação do ensino equestre, mas continua a sentir-se a necessidade premente de criar uma verdadeira Escola de Equitação.

Surge, por fim, em 1952 uma determinação ministerial que veio dar vida a essa pretendida Escola, modificando a designação de Depósito de Remonta para Escola Militar de Equitação, fixando-lhe a sua orgânica e definindo-lhe as normas do seu funcionamento.

A sua orgânica compreende:

- Comando e Estado-Maior.
- Formação do Comando.
- Um Grupo a 2 Esquadrões, destinados à instrução equestre.

# Revista da Cavalaria

São funções da Escola:

- ensinar a equitação geral e especial para a formação de instrutores e munitores de todas as armas e serviços;
- ensinar a aclimatar os solípedes adquiridos pelas comissões de remonta;
- preparar, através do ensino, as montadas de desporto e os cavalos de oficiais;
- preparar as representações hípicas internacionais em que o País estiver interessado.

Para alguns, a manutenção da Escola representará, talvez, um luxo, uma vez que o cavalo-aveia foi destronado pelo cavalo-vapor na guerra moderna, mas para nós, cavaleiros, uma vez que a táctica nos limita o contacto com o cavalo sentimos a necessidade de manter e aperfeiçoar os poucos locais onde o homem consiga uma convivência íntima com esse grande amigo. Mafra representa, na verdade, o reduto militar onde ainda não se fez ouvir o barulho dos poderosos motores dos carros de combate.

Não poderemos esquecer que a actividade equestre no exército é um meio de educação física e psíquica insubstituível e lamentamos que nos centros de instrução de blindados que a guerra moderna nos impõe, não se possa ministrar simultaneamente a equitação. Tal não é possível e, deste modo, a Escola Militar de Equitação apresenta-se como uma necessidade.

O militar jamais pode alhear-se totalmente do cavalo porque ele representa o instrumento mais adequado para lhe manter o desembaraço físico e moral. E nós, cavaleiros, poderemos renunciar a ele?

Seria apagar da nossa memória todas as tradições da Cavalaria que se formaram com o seu auxílio. Na hora que põe termo ao reinado do cavalo nos exércitos modernos, cumpre-nos olhá-lo com a maior admiração dando-lhe o seu justo e merecido valor.

Lembre-mos que graças à sua dedicada colaboração se escreveram páginas gloriosas na história dos povos; que foi, em contacto com ele, que os nossos antecessores formaram as nobres tradições da nossa arma, que adquiriram um conjunto de qualidades que definem o «Espírito Cavaleiro» que se transmite de geração em geração.

Poderemos nós olvidar quanto contribui o cavalo para o prestígio de um chefe?

## Revista da Cavalaria

Ele, por si só, representa um símbolo de autoridade.

Embora muitas vezes as condições não sejam favoráveis, não deixemos perder o contacto com esse amigo e sigamos a todo o custo a lei «amar e praticar o cavalo».

O cavalo para nós é mais do que um simples quadrúpede; além de um elemento desportivo, além de uma arma, é acima de tudo um fiel companheiro.

Do amor pelo cavalo e da prática dos desportos equestres derivam três postulados fundamentais da vida do cavaleiro:

- Amar a luta, os perigos e a aventura.
- Seguir em qualquer circunstância as leis da honra.
- Saber viver, combater e morrer com elegância.

Cultivemo-los e teremos a certeza de que seremos bons Cavaleiros.

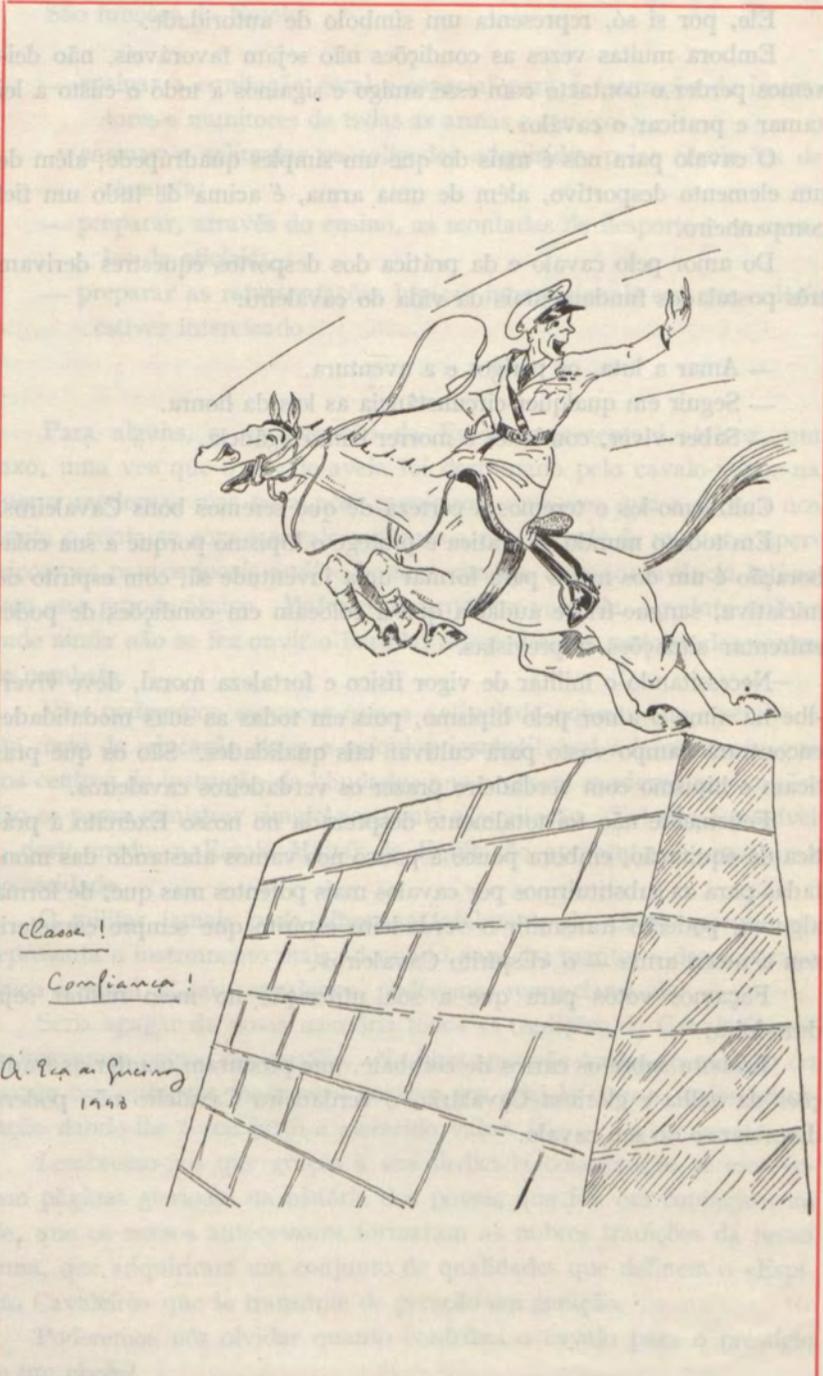
Em todo o mundo se pratica e protege o hipismo porque a sua colaboração é um dos meios para formar uma juventude sã, com espírito de iniciativa, sangue-frio e audácia que a colocam em condições de poder enfrentar situações imprevistas.

Necessitando o militar de vigor físico e fortaleza moral, deve viver-lhe na alma o amor pelo hipismo, pois em todas as suas modalidades encontrará campo vasto para cultivar tais qualidades. São os que praticam o hipismo com verdadeiro prazer os verdadeiros cavaleiros.

Felizmente não foi totalmente desprezada no nosso Exército a prática da equitação, embora pouco a pouco nos vamos afastando das montadas para as substituímos por cavalos mais potentes mas que, de forma alguma, poderão transmitir o verdadeiro espírito que sempre caracterizou a nossa arma — o «Espírito Cavaleiro».

Façamos votos para que a sua utilização no meio militar seja duradoira.

Embora sobre os carros de combate, que procuram manter as tradições da velha e gloriosa Cavalaria, o verdadeiro Cavaleiro não poderá divorciar-se do seu cavalo.



Classe!

Confiança!

A. Paes de Figueira  
1948

## O emprego dos blindados em massa \*

pelo Coronel W. M. Darlen Duncan

### A doutrina dos Estados-Unidos para o emprego de blindados

#### A doutrina de 1941-1953

Em 1941, sob o impulso do general Chaffee, os Estados Unidos tinham organizado duas divisões blindadas fracamente equipadas, e tinham estabelecido uma grande escola e centro de instrução em Forte Knox, Kentucky. Os Estados Unidos tinham, sòmente, uns tantos comandantes e oficiais de estado-maior instruídos no conceito do emprego de unidades blindadas. A doutrina alemã sobre blindados, que provou ser tão eficiente de 1939 a 1941, foi aceite pelos comandantes das forças blindadas dos Estados-Unidos. Foram organizados quatro corpos blindados sob controle do comando das Forças Blindadas em Forte Knox, para superintender e conduzir a instrução de grandes unidades blindadas.

Contudo, o Ministério da Guerra sentiu que todos os comandantes superiores deviam estar aptos a empregar unidades blindadas e, adoptou o expediente de atribuir divisões blindadas aos corpos normais, a fim de instruir os comandantes superiores e seus estados-maiores no emprego correcto de unidades blindadas, tornando, assim desnecessários os corpos de blindados. Em Outubro de 1943, com dois anos, apenas, de existência, o Ministério da Guerra determinou que os II, III e IV Corpos Blindados fossem reorganizados e tomassem a nova designação de XVIII, XIX e XX Corpos. De tal determinação resultou a eliminação dos corpos blindados do Exército dos E. U. O I Corpo Blindado tinha sido prèviamente transformado, no Norte de África, passando o seu pessoal a constituir o Q. G. do VII Exército.

Estas disposições diluiram as divisões blindadas nos corpos de infantaria, da mesma forma que os carros polacos, dos aliados ocidentais e dos russos tinham

\* Continuação do artigo publicado no n.º de Janeiro-Febrero.

# Revista da Cavalaria

sido distribuídos ao longo das frentes, no período de 1939 a 1941. Os Comandantes daqueles C. E. de infantaria podiam ter aprendido a bem empregar a sua divisão blindada em conjugação com as restantes forças do corpo, mas nem um único oficial de E. M. sabia como empregar os blindados em massa. Em parte alguma se treinaram duas ou mais divisões blindadas na actuação em conjunto constituindo um corpo, no qual o seu comandante e os oficiais de E. M. fossem de blindados e tivessem a concepção e o sentimento blindado. Em vez disso, as divisões blindadas foram integradas em corpos de infantaria, normalmente, uma por cada um.

A maioria das Div. Blind. americanas que havia em França, no período de 1944-45, foram empregadas pelo III Exército do general Patton na fase da exploração da brecha de S. Lo, em Junho de 1944 (Fig. 3). Mesmo nesta grande acção de blindados o emprego de duas divisões constituindo um só corpo, constituiu uma excepção, e não era a regra geral. As divisões avançaram isoladas

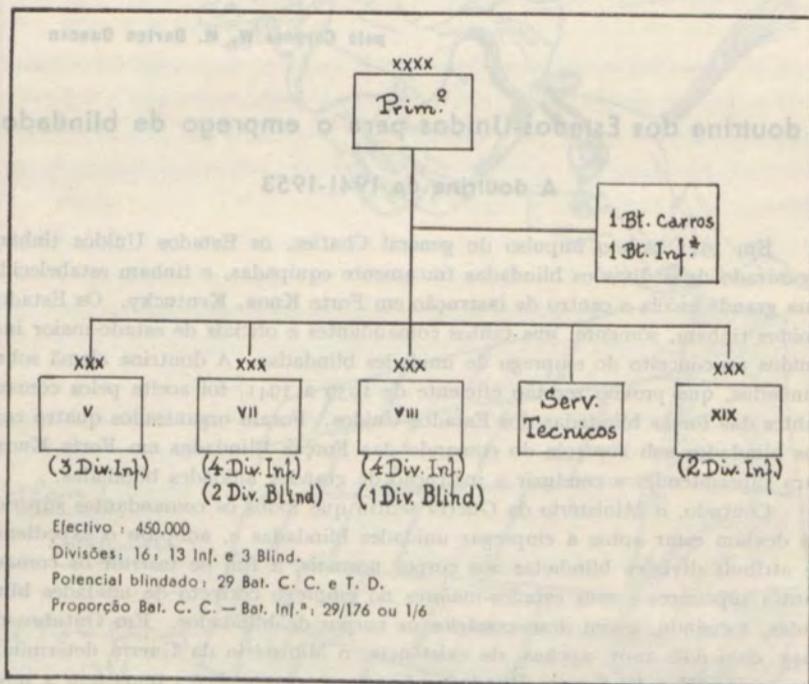


Fig. 3 — Primeiro Ex.º dos E. U. — 24/Julho/1944 (Antes da Op. COBRA)

numa frente larga. Se o inimigo tivesse tido as reservas móveis de que os russos passaram a dispor mais tarde, os avanços americanos teriam sido destruídos pouco a pouco. Para realizar uma penetração contra um inimigo forte em reservas móveis é essencial que o corpo disponha de duas divisões atacando a par numa frente estreita suficiente para assegurar a flexibilidade necessária para manobrar.

# Revista da Cavalaria

Depois de terminada a remetida do III Exército até ao Rio Mosela e a do I até à fronteira alemã, o ponto mais lógico para o emprego da massa blindada, em toda a frente aliada, era entre Aachen e Geilenkirchen, na Alemanha, na zona de progressão do XIX Corpo. A partir desta linha, a este do Reno, abria-se a planície quase sem árvores da Renânia. Era o caminho mais directo para o Ruhr e para os terrenos planos do Norte da Alemanha. Entre 2 e 4 de Outubro de 1944, a 30.<sup>a</sup> Div. Inf.<sup>a</sup> seguida pela 21.<sup>a</sup> Div. Blind. rompeu a linha Siegfried numa frente e profundidade de 5 milhas. Tal rotura poderia ter sido, e devia ter sido, facilmente explorada por uma massa blindada. Em vez disso foi parada, devido à falta de ligação entre o corpo e a reserva de exército, à distância entre as duas divisões e ao desejo de tomar Aachen em lugar de a ultrapassar. Se ao XIX Corpo tivessem sido dadas duas ou mais divisões blindadas, do I e III Exércitos — as quais estavam à espera de penetrar no terreno montanhoso e arborizado das Ardenas e do Palatinado Alemão, ou procurando reduzir Metz — o Reno poderia ter sido atingido desde Nijmegen, na Holanda, até Bonna, na Alemanha, em poucos dias, com um número insignificante de baixas. Uma tal rotura teria ameaçado as posições inimigas nas Ardenas e no Palatinado, cujo envolvimento a partir do Norte teria feito cair a frente alemã. Em vez disso, escolheu-se a luta através das florestas das Ardenas, dos terrenos alagadiços da Holanda e à roda de Metz e de Aachen para as forças blindadas. *Tudo isto devia ter sido ultrapassado pelos blindados. Falhou o sentimento carrista. Não se ultrapassaram os pontos fortes e não se aproveitaram todas as oportunidades para penetrar, profunda e rapidamente, no dispositivo adverso.*

Na operação levada a cabo pelo III Exército de Patton, entre 26 de Fevereiro e 21 de Março de 1945, contra as Ardenas e o Palatinado, pode ver-se o melhor exemplo do emprego dos blindados em massa, feito pelo Exército Americano na II Guerra Mundial, em que o terreno não fosse ideal para o emprego de carros. O III Exército iniciou a operação com cinco divisões blindadas e nove de infantaria. A proporção entre batalhões de carros e de infantaria era de 1 para 2,2. O ataque foi lançado num terreno de péssimas condições para os carros, com colinas cobertas de florestas e grandes arbustos e muitas linhas e cursos de água cruzando o eixo de progressão. Todavia os blindados foram empregados agressivamente e em massa contra o inimigo e foram extremamente felizes nos resultados (*Fig. 4*).

Em conclusão, pode estabelecer-se que o emprego feito pelos americanos, dos blindados em massa, durante a II Guerra Mundial, se não pode comparar com aquele que fizeram os alemães ou os russos. O método seguido no Exército Americano violou o princípio da concentração da massa de manobra e teria sido, possivelmente, inútil, contra um inimigo semelhante ao russo, o qual mantém uma massa blindada móvel, pronta a contra-atacar qualquer penetração que tenha lugar.

## **Uma proposta de doutrina a ser seguida nos E. U. para o emprego dos blindados em massa**

A actual doutrina para o emprego dos blindados, tal como se pode concluir de artigos vindos a lume em publicações semi-oficiais e em Revistas, não prevê o emprego de blindados em massa nos escalões superiores à Div. e estabelece o emprego normal de uma Div. Blind. por cada Corpo. Não se considera o em-

# Revista da Cavalaria

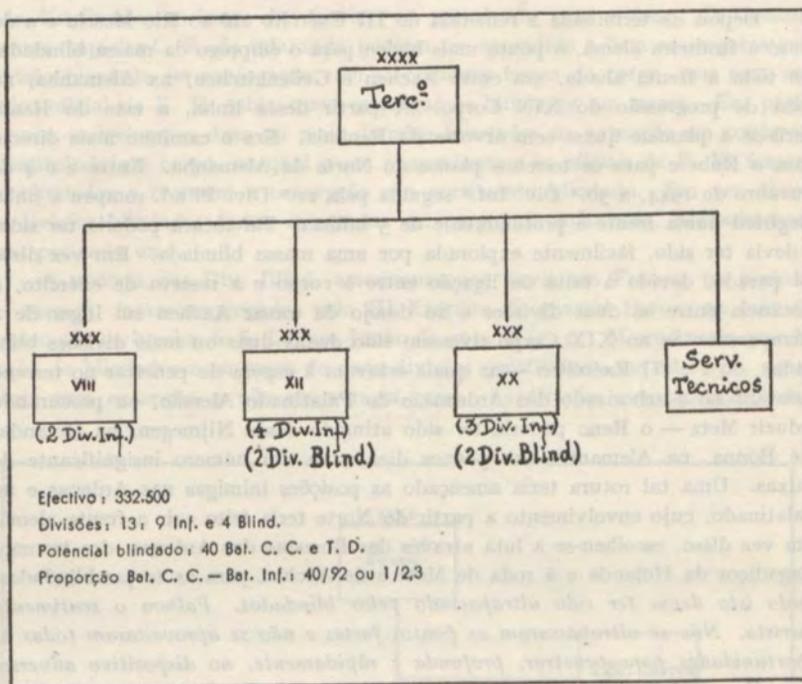


Fig. 4 — Terceiro Ex.º dos E. U. — 23/Março/1945 (Depois do Palatinado)

prego nem de corpos nem de exércitos blindados. O potencial blindado da maior parte dos C. E. americanos é considerável, porém, 73% dos seus batalhões de carros estão diluídos através da infantaria e em pequenas unidades blindadas independentes (Fig. 5). Dentro do exército, a proporção entre batalhões de carros e batalhões de infantaria é, normalmente de 1 para 2,5, com 81% dos batalhões de carros dispersos pelas Div. Inf.<sup>a</sup> e P. U. independentes (Fig. 6).

A G. U. exército da II Guerra Mundial não dispunha de forte reserva do seu escalão. O comandante de exército, se desejava empregar os blindados em massa para explorar uma situação, era forçado a reorganizar os seus C. E. em contacto com o inimigo, para poder dispor das necessárias forças de contra-ataque ou de exploração. As acções do I e II Exércitos na batalha do Saliente são disso um claro exemplo. Essas reorganizações exigem tempo. Os problemas de coordenação e o tempo necessário para essa reorganização podem influenciar profundamente o sucesso da manobra. Se um exército, tipo II Guerra Mundial, se encontrar sob a pressão de um forte ataque inimigo lançado ao longo de toda a frente de combate e for realizada uma penetração profunda na zona de acção de um dos seus C. E., o comandante de exército teria de lançar mão de uma divisão blindada ou de infantaria, de um dos corpos, para contra-atacar a penetração, deixando, deste modo, esse corpo desprovido da necessária reserva.

Da mesma maneira, a doutrina seguida na II Guerra Mundial não considerava uma reserva conveniente à disposição do comandante de grupo de exércitos. Assim, se este pretendesse influir na manobra, teria de reorganizar os seus

# Revista da Cavalaria

Fig. 5 — Para ilustrar a dispersão do potencial blindado

Proporção normal blindados-infanteria num corpo de exercício			
Unidades	Batls. de carros *	Batls. de Inf. *	Notas
Div. de Inf. . . . .	6	27	11 dos 15 Batls. de carros ou 73,3 % estão dispersos pelas divisões de infantaria ou constituem unidades independentes, de corpo.
Reg. de Cav. Blind.	2	1	
Grupo Blind. . . . .	3	0	
Divs. Blind. . . . .	4	4	
Total . . .	15	32	Proporção de 1 Btl. de carros para 2,1 Batls. Inf.
Proporção blindados-infanteria no corpo de infantaria proposto			
Unidades	Batls. de carros *	Batls. de Inf. *	Notas
Div. de Inf. . . . .	4	36	6 dos 10 Batls. de carros ou 60 % estão dispersos pelas divisões de infantaria ou constituem unidades independentes, de corpo.
Reg. de Cav. Blind.	2	1	
Grupo Blind. . . . .	0	0	
Divs. Blind. . . . .	4	4	
Total . . .	10	41	Proporção de 1 Btl. de carros para 4,1 Batl. inf.
Proporção blindados-infanteria no corpo blindado proposto			
Unidades	Batls. de carros *	Batls. de Inf. *	Notas
Divs. de Inf. . . . .	2	18	4 dos 16 Batls. de carros ou 25 % estão dispersos pelas divisões de infantaria ou constituem unidades independentes, de corpo.
Reg. de Cav. Blind.	2	1	
Grupo Blind. . . . .	0	0	
Divs. Blind. . . . .	12	12	
Total . . .	16	31	Proporção de 1 Batl. de carros para 2 Batls. inf.
* ou equivalente.			

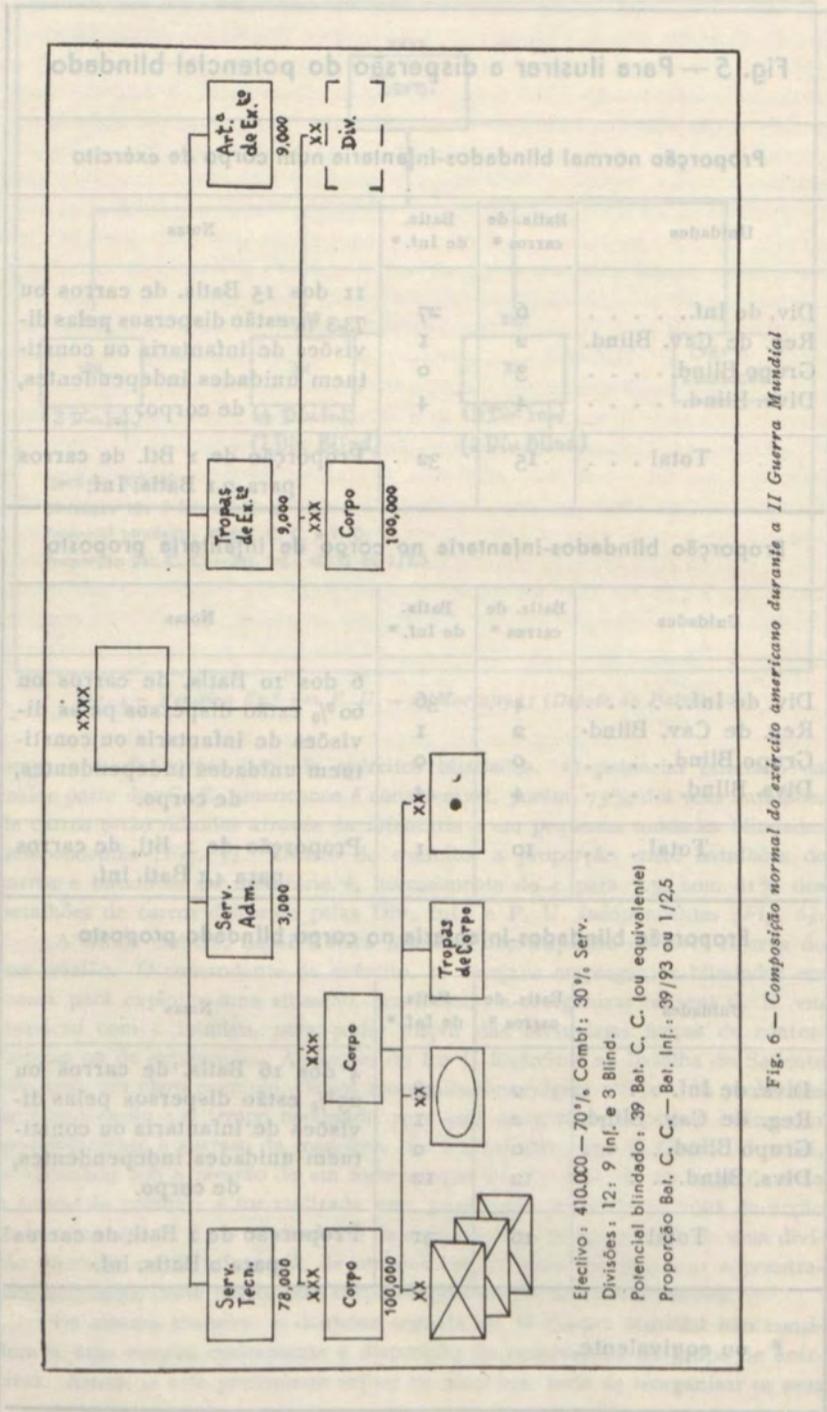


Fig. 6 — Composição normal do exército americano durante a II Guerra Mundial

# Revista da Cavalaria

exércitos ou reajustar todo o dispositivo, em contacto com o inimigo, o que seria perigoso, oneroso e ineficiente de realizar contra um inimigo mais forte em blindados, infantaria e artilharia. Foi o processo que Hitler forçou o Alto Comando Alemão a adoptar na Rússia em 1944-45, quando não permitiu que se constituíssem as reservas convenientes de corpo e de exército destinadas a contra-atacar em força as penetrações russas. O Estado-Maior Alemão deu isso como uma das principais razões pelas quais os alemães se mostraram impotentes para deter os avanços russos durante o período indicado.

A experiência da II Guerra Mundial mostra que um comandante de exército pode dirigir e accionar de quatro a seis C. E., sem dificuldade, e que o mesmo se dá com um comandante de C. E. em relação a cinco ou seis divisões. Também, com base nos exemplos dos polacos, aliados ocidentais e russos de 1939 a 1941, se pode afirmar que, o emprego de batalhões, regimentos e brigadas de carros independentes fazendo parte de corpos ou exércitos, é ruinoso para os blindados e de valor duvidoso. O grande aumento na eficiência das armas anticarro à disposição da infantaria, substitui parcialmente a acção idêntica desempenhada pelos blindados das companhias de carros regimentais. Isso permitiria que a Div. Inf.<sup>a</sup> fosse reorganizada no sentido de serem eliminadas as companhias de carros regimentais, e que o batalhão de carros divisionário fosse aumentado para quatro companhias (Fig. 5).

A adopção destas alterações que se propõem para a organização normal do exército e da divisão de infantaria americanos, se forem aplicadas a uma força de vinte e cinco divisões, economizariam os efectivos equivalentes a duas divisões de infantaria, quanto a pessoal, e o número de carros suficiente para equipar cinco divisões blindadas (Figs. 7 e 8). Esta organização incluiria um corpo blindado em cada exército, como reserva deste, considerando que o exército está actuando num terreno propício ao emprego do corpo blindado (Fig. 9). Um exército blindado compreendendo um corpo aerotransportado, com três divisões aerotransportadas, e um corpo blindado, com três divisões blindadas e uma motorizada, poderia ser considerado para um teatro de operações. Uma tal reserva de teatro poderia ser usada para se assegurar de um objectivo profundo, ou para contra-atacar as penetrações inimigas de grande envergadura como as que foram realizadas nas Ardenas em 1940 e de novo em Dezembro de 1944. Poderá ainda ser atribuído a um grupo de exército para uma exploração profunda ou para a defesa dentro da zona de acção do grupo de exércitos.

Esta organização habilitaria os comandantes de escalão exército ou grupo de exércitos com uma massa de manobra, sem interferência com a orgânica dos exércitos e corpos em contacto com o inimigo, e permitiria uma defesa móvel em profundidade.

A doutrina táctica proposta para o emprego dos blindados em massa no Exército dos E. U. pode melhor ser definida pelas citações de três chefes militares:

«Klotsen, nicht kleckem» (Concentrem-nos, não os espalhem) — *Guderian*.

«Há três princípios de guerra: Audácia, audácia e audácia» — *Patton*.

«Para o Diabo com os meus flancos; eu faço é com que os Heinies<sup>(21)</sup> se preocupem com os deles» — *Patton*.

(21) — N. T. — Do nome Heine Guderian.

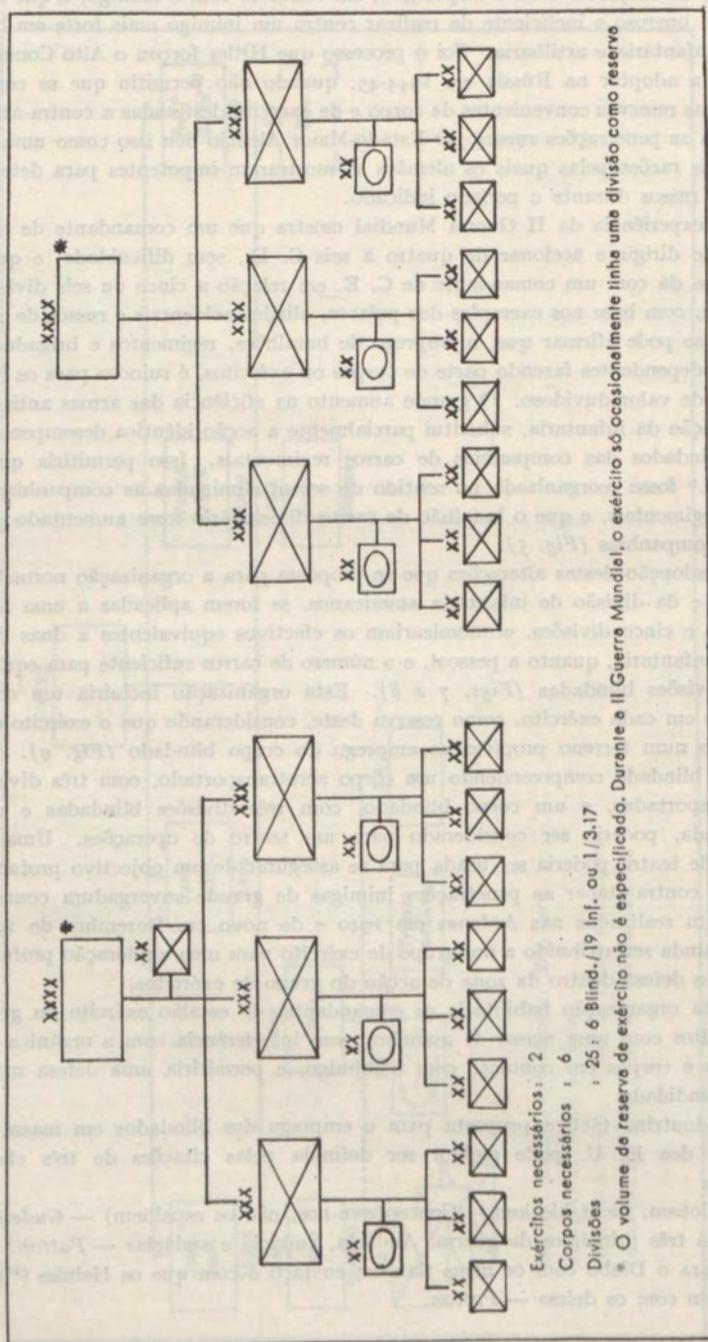


Fig. 7 — Comando de 35 Div. com base na composição do exército americano

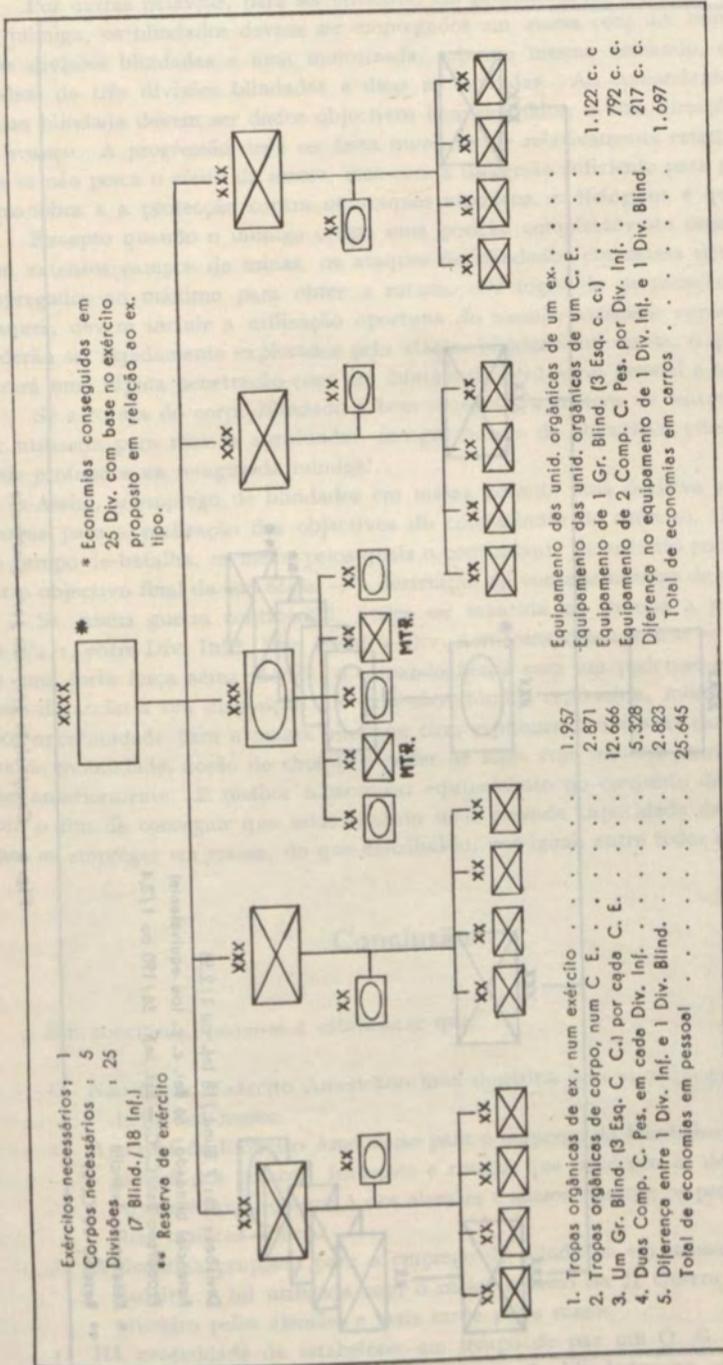


Fig. 8 — Comando de 25 Div. com base no exército proposto



Por outras palavras, para ser eficiente, em profundidade, contra a resistência inimiga, os blindados devem ser empregados em massa com um mínimo de duas divisões blindadas e uma motorizada, sob um mesmo comando, ou com o ideal de três divisões blindadas e duas motorizadas. Ao comandante desta massa blindada devem ser dados objectivos bem definidos, e uma direcção geral de avanço. A progressão deve ser feita numa frente relativamente estreita para que se não perca o efeito da massa, mas com a dispersão suficiente para permitir a manobra e a protecção contra os ataques atómicos, radiológicos e químicos.

Excepto quando o inimigo ocupa uma posição completamente organizada, com extensos campos de minas, os ataques de blindados em massa devem ser empregados ao máximo para obter a rotura. Os fogos de preparação destes ataques, devem incluir a utilização oportuna do canhão atómico, cujos efeitos poderão ser rapidamente explorados pelo ataque blindado em massa, o que assegurará uma rápida penetração com um mínimo de perdas em pessoal e material.

Se a rotura do corpo blindado é bem sucedida, a reserva de teatro poderá ser utilizada para mais a aprofundar, assegurando-se de objectivos vitais ainda mais profundos na retaguarda inimiga.

Assim, o emprego de blindados em massa permite uma decisiva acção de choque para a realização dos objectivos do comandante de exército. Fornece, no campo de batalha, os meios pelos quais o comandante de exército pode alcançar o objectivo final da sua acção — a destruição da vontade inimiga de se bater.

Se, numa guerra continental, puder ser mantida na Europa a proporção de 8/4/1, entre Div. Inf.<sup>a</sup>, Div. Blind. e Div. Aerotransportadas, e se se dispuser de uma forte força aérea táctica, o comando ficará com um poderoso e flexível meio de acção à sua disposição. A explosão atómica representa, mesmo, a melhor oportunidade para a massa blindada tirar rendimento das suas características de mobilidade, acção de choque e poder de fogo, com maiores vantagens do que anteriormente. É melhor economizar equipamento no conjunto das forças, com o fim de conseguir que estas tenham mais elevada capacidade de choque, para as empregar em massa, do que distribuí-lo, por igual, entre todas as forças.

### Conclusão

Em conclusão, poder-se-á estabelecer que:

1. Não há no Exército Americano uma doutrina para o emprego de blindados em massa.
2. A actual do Exército Americano para o emprego de blindados ajusta-se mais à dos polacos, franceses e russos, que conduziu às derrotas de 1939 até 1941, do que à dos alemães e russos durante os períodos das suas maiores vitórias.
3. A doutrina proposta para o emprego de blindados em massa é a verdadeira, e foi utilizada com o maior sucesso na II Guerra Mundial, primeiro pelos alemães e mais tarde pelos russos.
4. Há necessidade de estabelecer em tempo de paz um Q. G. de corpo blindado para a instrução de oficiais de blindados no comando e

# Revista da Cavalaria

emprego de grandes unidades blindadas, e para o desenvolvimento da doutrina e conceitos de operações, incluindo a logística.

5. O actual plano de mobilização deverá ser revisto, para incluir quatro divisões blindadas por cada nove de infantaria ou aerotransportadas, e um corpo blindado por cada quatro tipo normal, para que, assim, a doutrina do emprego de blindados em massa possa ser posta em prática.

6. O corpo blindado poderá ter o mesmo quadro orgânico e de equipamento que um corpo normal, mas deverá ser dotado com um comando e estado-maior de oficiais de blindados os quais estão melhor instruídos e doutrinados na concepção blindada das operações.

(Armor, Março e Abril de 1954)

J. A.



# O CARRO DE COMBATE NAS OPERAÇÕES FUTURAS

pelo Gen. Div. L. O. LYNE

A firma-se frequentemente que nenhuma guerra é semelhante à anterior. O que talvez não seja perfeitamente apreciado é que nenhuma delas tem início onde termina a anterior. A nova guerra começa quando a cultura militar e os ensinamentos da precedente já alcançaram um estágio superior durante o período intermediário. É claro que isto resulta da acção combinada do militar, do cientista e do engenheiro. Só dessa maneira, a aplicação dos ensinamentos colhidos poderá proporcionar novos métodos de conduzir a guerra, novos materiais adequadamente fabricados e, acima de tudo, homens convenientemente treinados para manusear esse material e explorar o sucesso que se pode esperar nos primeiros estágios do conflito.

Na 1.<sup>a</sup> Grande Guerra, a nossa experiência na campanha da África do Sul já nos havia revelado que a moderna munição e as armas leves do nosso Exército haviam alcançado um poder defensivo jamais atingido anteriormente.

Todavia, tanto os alemães como nós próprios não percebemos integralmente que, como corolário natural, um número reduzido de armas automáticas, habilmente manejadas por homens abrigados em posições cobertas e protegidas por arame farpado, tornaria o movimento da infantaria altamente dispendioso e difícil. Foi esse factor que finalmente eliminou a cavalaria como arma ofensiva. Desenvolvemos o carro de combate, para sobrepujar esse factor, que originara a prolongada estabilização da frente ocidental.

Entre as duas guerras, os alemães, pressentindo a possibilidade de obter rápidos resultados com forças blindadas de grande mobilidade, desenvolveram o carro de combate e aperfeiçoaram o seu emprego.

Em 1939, ao invés de empregá-lo como arma de apoio destinada apenas a auxiliar a progressão da infantaria, como ocorrera em 1917, transformaram-na na principal arma das suas divisões móveis. Todas as outras armas, inclusivé a infantaria, existiam apenas para auxiliar a progressão dos carros e evitar que fossem imobilizados.

Uma das principais preocupações da última guerra era destruir e limitar a acção dos carros de combate. O seu emprego, apoiado por uma infantaria móvel e altamente instruída e por um poder aéreo dominante, proporcionou aos alemães, nas fases iniciais, a necessária mobilidade e potência para dominar a Europa. Do mesmo modo, o avanço final dos aliados, após os desembarques na Normandia, e a perseguição através da Alemanha só foram possíveis com o emprego de blindados apoiados por grande superioridade aérea e infantaria móvel.

# Revista da Cavalaria

## O CARRO DE COMBATE

A campanha do Deserto Ocidental proporcionou um exemplo particular da guerra blindada, que mais se assemelhava à tática naval do que à luta terrestre normal, em virtude dos problemas particulares impostos pelo deserto; mas também neste caso, o carro foi a arma dominante.

Na frente oriental, apreciámos igualmente operações de forças blindadas numa escala muito maior do que em outros teatros, e o resultado da campanha dependeu quase inteiramente dessas forças.

Sòmente em regiões montanhosas, como na Itália e nos pântanos e selvas de Burma, o carro desempenhou um papel secundário de apoio.

O carro de combate foi, portanto, um dos principais factores da vitória na última guerra, só igualado talvez pelo apoio aéreo às forças terrestres. Depois do êxito inicial dos exércitos alemães, o quadro foi quase sempre o mesmo: luta intensa para sobrepujar os obstáculos anticarros e para abrir uma brecha nas posições organizadas, através da qual as formações blindadas pudessem utilizar ao máximo a sua mobilidade e actuar nas regiões da retaguarda, tornando insustentáveis as posições ocupadas pelo inimigo. Nessas batalhas de ruptura, a infantaria era arma principal, apoiada pela artilharia, aviação e blindados; mas logo que o combate se tornava elástico, permitindo a mobilidade, o carro predominava. Assim ocorreu em El Alamein, na Normandia, no ataque alemão às Ardenas e no ataque final aliado através do Reno.

O carro, adequadamente apoiado pelas outras armas, restaurou a mobilidade que por mais de um século desaparecera do campo de batalha.

Não é de estranhar, portanto, que a produção de armas e obstáculos anticarros tenha recebido uma alta prioridade e alcançado grande progresso.

### O carro de combate

Sem entrar em muita minúcia técnica, pode dizer-se simplesmente que o carro de combate é uma plataforma móvel provida do canhão mais pesado que puder suportar; dispõe de um sistema de lagartas que permite bom rendimento em qualquer terreno e possui uma couraça que protege adequadamente a guarnição. Existem muitos factores antagónicos; assim, por exemplo, o peso da blindagem ou de outra protecção necessária à segurança e integridade moral da guarnição está em conflito com a velocidade de deslocamento sobre lagartas e com a capacidade de travessia de pontes. A fadiga é um factor que precisa ser sempre considerado, em vista da grande importância de manter o ímpeto da acção depois do lançamento das forças blindadas. O raio de acção, que depende do suprimento de gasolina e de munições, deve ser o maior possível. Os meios de comunicações devem ser tão simples e seguros quanto possível. A precisão do armamento e o poder explosivo da granada têm importância preponderante. A preocupação fundamental no emprego dos blindados deve ser a disposição do carro de tal maneira que o seu canhão possa actuar decisivamente.

Só uma nação altamente industrializada pode produzir e aperfeiçoar os carros de combate. São engenhos altamente vulneráveis e necessitam de imediata substituição quando perdidos. Este problema originou muita dor de cabeça para os órgãos de suprimento alemães e aliados durante a última guerra.

O progresso geral das armas, inclusivé das atómicas, restringe o número de países do mundo que podem ter esperança de conduzir com êxito uma guerra

# Revista da Cavalaria

agressiva contra a União Soviética e os Estados Unidos ou contra uma coalizão que incluía um desses países. Nessa eventualidade, como poderia o desenvolvimento das armas anticarros reduzir o poder ofensivo dos blindados e qual seria a probabilidade destes sobrepujá-las?

## Meios anticarro

*O canhão anticarro.* — Este pode ser do tipo semimóvel, necessitando de um tractor para rebocá-lo, ou do tipo autopropulsado, com uma plataforma sobre lagartas. No último caso possui, é claro, muitas características semelhantes ao CC, embora a protecção blindada da sua guarnição seja provavelmente muito reduzida e o seu raio de acção muito menor.

Alguns aperfeiçoamentos futuros devem ser aqui lembrados. O poder de penetração dos projectéis dos canhões sem recuo e dos foguetes será provavelmente tão grande quanto o dos mais poderosos canhões da última guerra. Actualmente, a principal desvantagem dessas armas talvez seja a falta de precisão. Isto será sobrepujado e o peso muito inferior do equipamento permitirá a fabricação de canhões menores e de maior mobilidade. É claro que a redução do tamanho e do peso do armamento facilitará a construção dos carros de combate.

Quanto à resistência à penetração, é possível que o desenvolvimento de novas ligas e plásticos mais resistentes proporcione melhores resultados e menor peso do que as chapas blindadas actuais.

*Projecteis lançados por aviões.* — Na última guerra, o êxito no lançamento de foguetes por aviões em voo baixo dependia sobretudo da nossa superioridade aérea.

Não se deve supor, entretanto, que o foguete seja a última palavra no ataque aéreo contra os carros de combate. Todos os informes confirmam que o emprego das bombas de *napalm* foi eficaz na Coreia e, partindo da premissa de que os aviões terão capacidade para descobrir e atacar os carros, certamente surgirão novos métodos e novas armas.

*Armas anticarro de pequeno alcance.* — O desenvolvimento de armas portáteis de pequeno alcance, do tipo lança-rojão, oferece possibilidades ilimitadas. Todavia, exigirão sempre dois factores importantes: um terreno adequado à frente e soldados intrépidos para manejá-las.

*Minas.* — A mina anticarro é uma arma exclusivamente defensiva e como tal possui as limitações peculiares a essa característica. Pode retardar e restringir o deslocamento dos carros, mas só quando complementada pelo fogo. Os cuidados impostos pelo receio das minas são tão eficazes no retardamento dos carros quanto as próprias minas. Esse engenho será provavelmente aperfeiçoado, mas nada alterará a sua característica defensiva e passiva.

*Outros obstáculos.* — Quanto aos obstáculos naturais, como montanhas e rios, pensamos que serão superados com muito mais facilidade pelos CC do futuro. Num território como o europeu, a capacidade de carga do sistema de pontes tem, actualmente, uma influência decisiva no peso dos carros de combate, que está limitado agora a 70 ton. Todavia, não parece estar muito longe o dia em que se inventará um novo processo de transposição de cursos de água, por meio do qual o carro seja catapultado para a margem oposta com o auxílio de foguetes.

# Revista da Cavalaria

Já mencionámos que a produção de novos canhões, foguetes e couraças leves poderá reduzir grandemente o peso geral do carro. Isto, só por si, facilitará o deslocamento dos CC em terrenos montanhosos e inconsistentes.

*Armas atómicas.* — Não é provável que o uso de armas atómicas no campo táctico tenha muito efeito sobre o emprego dos blindados, pelo menos por alguns anos. Se a tendência actual está concentrada nos projecteis dirigidos de longo alcance, é claro que o mais importante é a captura das suas posições, possivelmente a dezenas ou centenas de quilómetros do campo de batalha, para o que será necessária a mobilidade dos blindados. Não parece provável que as concentrações de blindados venham a constituir alvos compensadores para as armas atómicas, excepto em muito poucos casos, como, por exemplo, as concentrações realizadas no Deserto Ocidental. Alvos compensadores serão as concentrações de todas as armas, como as realizadas na Normandia e na Batalha do Reno. É possível, portanto, que essas concentrações se tornem mais raras, dando lugar a operações mais dispersas e móveis. Isto favorecerá os carros de combate.

*Outras considerações.* — Nas operações blindadas, têm primordial importância a superioridade aérea e o elevado moral das guarnições dos carros. Este último factor depende, sobretudo, do grau de invulnerabilidade dos blindados.

Embora, actualmente, os projecteis de perfuração e as armas anticarros portáteis representem o maior perigo para os blindados, pensamos que o armamento anticarro pode sofrer uma mudança radical, recebendo engenhos de maior precisão e poder de penetração, embora de menor peso. Isto tornará a arma anticarro mais leve e manobradora, mas o mesmo poderá ocorrer com os carros.

As novas ligas leves e os plásticos de grande solidez e resistência podem mudar novamente o curso da interminável disputa entre a blindagem e o canhão, favorecendo temporariamente a blindagem.

A redução do peso aumentaria muito a eficiência dos carros através do campo, bem como a sua capacidade para transpor obstáculos e operar em terrenos montanhosos e acidentados. Não parece impossível que se venha a inventar uma força de sustentação especial, para transportar os carros através de obstáculos fluviais, por meio de foguetes ou outro aperfeiçoamento semelhante.

A superioridade aérea é importantíssima nas operações blindadas, sobretudo à medida que as linhas de suprimento se prolongarem. O ataque aéreo directo aos blindados pode ser aperfeiçoado. Por ser um meio de defesa passivo, é provável que a mina jamais constitua um factor decisivo.

Não é de esperar que as armas atómicas afectem directamente os blindados, embora o seu efeito indirecto talvez exija maior dispersão, tornando menos provável a organização de posições preparadas e fortemente defendidas. Isto favorecerá o emprego dos carros.

## A missão do carro de combate

Não cremos que se possa lutar resolutamente dentro de um carro de combate considerado apenas «à prova de estilhaços e projecteis de armas portáteis». Todavia, se o carro leve se transformar na arma principal da divisão blindada, terá que lutar com denodo. A nossa experiência após a travessia do Reno e durante a progressão para o Elba demonstrou que mesmo um inimigo derrotado pode combater resolutamente em defesa do seu território. Se cada centro de resis-

# Revista da Cavalaria

tência só puder ser dominado depois de trazermos da retaguarda os carros mais pesados, o ímpeto e a pressão imediata, que seriam necessários para subjugar-lo, estarão completamente perdidos.

Talvez seja necessária uma viatura de reconhecimento blindada, dotada de lagartas, para suplementar os carros, os quais estão mais amarrados às estradas. Mas tal viatura deve ser empregada apenas nos reconhecimentos e não no combate; devemos denominá-la viatura blindada com lagartas ou coisa semelhante, mas nunca chamá-la carro leve.

Estamos convencidos de que a arma principal da divisão blindada deve ser o carro de combate do tipo entre o médio e o pesado, tal como o *Centurion*, que, além de potência combativa, dispõe de alta capacidade de manobra, segurança e velocidade. Como já assinalámos, os aperfeiçoamentos tendem a reduzir o peso do carro, embora ele continue a ser dotado de uma poderosa arma e proporcione segurança à guarnição. Existe, actualmente, uma forte polémica a respeito da conveniência de dotar a divisão blindada de um regimento de carros mais pesados, com maior potência de choque, para enfrentar situações particularmente difíceis e para proporcionar defesa anticarro contra os mais fortes contra-ataques.

Assim, a solução que nos ocorre é a escolha de um carro do tipo entre médio e pesado, tal como o *Centurion*, para servir de arma principal da divisão blindada. Esta receberia ainda um regimento de carros pesados, dotados do canhão mais potente possível, para operações ofensivas especiais e para a defesa. Se for necessária uma viatura blindada leve para reconhecimentos, deverá ser adicionada ao regimento de carros, sem receber, porém, a denominação de carro de combate.

No que se refere a um ataque centralizado a uma posição defensiva organizada, parece-nos necessária mais íntima cooperação entre todas as armas — blindados, artilharia, infantaria, engenharia e aviação — além de cuidadoso planeamento. Isto dependerá sobretudo dos meios de instrução disponíveis para desenvolver o trabalho conjunto das guarnições dos carros e da infantaria. Recordamo-nos de exemplos da última guerra em que este factor foi decisivo e de outros em que os resultados foram negativos, quando faltou a confiança mútua, que só é obtida pela instrução conjunta da infantaria e das guarnições dos carros. Desejaria destacar, ainda, que essa cooperação estreita, particularmente entre os carros e a infantaria, é igualmente necessária nas operações móveis da divisão blindada.

Nunca haverá carros suficientes para todas as unidades, de modo que a adopção de um único tipo regulamentar simplificará a organização, a instrução e os reforços. Além disso, essa providência permitirá o emprego máximo de todas as formações blindadas, quando a batalha se tornar elástica e os agrupamentos blindados puderem ser retirados do apoio às divisões de infantaria para se reunirem às divisões blindadas em operações móveis.

Não acreditamos que o *Centurion* seja tão inferior em armamento e blindagem a ponto de ser considerado inadequado para cooperar intimamente com a infantaria, pois apresenta muitas outras vantagens. Já destacámos que os aperfeiçoamentos futuros tenderão mais para o carro médio do que para o ultra-pesado. Talvez seja necessário dispormos actualmente de alguns regimentos dotados de carros mais pesados e armados com o mais potente canhão possível, semelhantes aos que estão sendo cogitados para a divisão blindada, mas para

# Revista da Cavalaria

serem empregados em certas emergências. Não estamos inteiramente convencidos de que os ataques nocturnos sejam a melhor solução para vencer as defesas anticarro. O desenvolvimento dos aparelhos infravermelhos permitirá que o artilheiro anticarro veja e atire tão bem à noite como de dia.

Com referência à Corcia, embora o seu território seja, na maior parte, impróprio para o emprego de carros, o *Centurion* parece ter-se portado a contento. É claro que sempre haverá limitações ao movimento de um carro desse tamanho e peso, num território em que as condições sejam desfavoráveis. Mas tal território, embora inadequado ao emprego generalizado das unidades blindadas, permitirá que se empregue um ou dois carros em apoio à infantaria.

## Conclusões

1. — Qualquer guerra futura em que o carro de combate seja provado eficazmente em todas as suas missões, incluirá inevitavelmente a União Soviética e os Estados Unidos e o conjunto dos países que forem atraídos para um ou outro lado. Será então uma guerra global.

2. — Os progressos de pós-guerra, inclusivé as armas atómicas, não diminuiram a importância do carro. As armas anticarro foram aperfeiçoadas, mas em futuro próximo talvez seja possível construir um carro mais leve, com igual armamento e que ofereça a mesma protecção; do mesmo modo, surgirão novos meios para superar os obstáculos.

3. — Deverá haver um carro médio ou pesado regulamentar, que possa apoiar o ataque da infantaria a posições fortemente organizadas ou constituir a arma principal das divisões blindadas nas operações móveis. O *Centurion* preenche este papel satisfatoriamente, e a recente declaração do Gabinete da Guerra sobre a produção e experiências com um novo modelo sucessor do *Centurion*, que disporá de melhor blindagem, motor mais potente e maior rendimento através do campo, terá sem dúvida grande repercussão. Impõe-se, actualmente, a adopção de um carro mais pesado, armado com o canhão mais potente possível, para apoiar tanto as operações centralizadas como as móveis. Serviria para apoiar e não para substituir o *Centurion*. Não há necessidade de um carro leve, excepto para o reconhecimento.

4. — O sucesso de todas as operações que comportem o emprego de carros depende, em grande parte, da íntima cooperação entre todas as armas. Os ataques nocturnos podem tornar-se mais difíceis, em vista do desenvolvimento dos raios infravermelhos e de outros meios para evitar a surpresa na obscuridade.

Acreditamos que, actualmente, só o *Centurion* proporcionará potência de choque e inspirará confiança às guarnições. Julgamos o *Centurion*, ou o seu anunciado sucessor, um carro adequado tanto para as acções previamente preparadas como para as operações móveis, embora em ambas precise, actualmente, do apoio de um número limitado de carros pesados, armados com o canhão mais potente possível. Não cremos que o carro leve seja necessário, a não ser para reconhecimentos.

«The Army Quarterly»

Janeiro de 1954

# Bertrand & Irmãos, L.<sup>da</sup>

TRABALHOS  
TIPOGRÁFICOS

SIMPLES,  
E DE LUXO,  
REPRODUÇÕES  
EM FOTOGRAVURA,  
OFFSET  
E LITOGRAFIA



Travessa da Condessa do Rio, 27

Telefones P. B. X. { 21227  
21368

LISBOA



# Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

TRABALHOS TIPOGRÁFICOS EM TODOS OS GÉNEROS



## MANUAL DE EQUITAZÃO

I Parte — EQUITAZÃO ELEMENTAR

Ilustrado com 61 gravuras

**Preço Esc. 25\$00**



DIRECTIVAS PARA A INSTRUÇÃO DE GINÁSTICA  
A MINISTRAR DURANTE A ESCOLA DE RECRUTAS

**Preço Esc. 5\$00**



CALÇADA DOS CAETANOS, 18

Telefone 21450

**LISBOA**



*...Essas poucas páginas brilhantes  
e consoladoras que há na História do  
Portugal contemporâneo escrevemo-las  
nós, os soldados, lá pelos sertões da  
África, com as pontas das baionetas  
e das lanças a escorrer em sangue...*

*Joaquim Mousinho*

BIBLIOTÉCA DO EXERCITO

(Antiga Bibliotéca do E. M. E.)

N.º 1.204 Custo  
Aumentado em 9-1-56  
Livro N.º 1 Aux. Pag. 35



# Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

## FUNDADORES

1904

General Carlos Bazílio Damasceno Rosado

Major Fernando Mayo

Major Cristovam Ayres de Magalhães Sepulveda

Capitão António Augusto da Rocha de Sá

Tenente Leopoldo Augusto Pinto Soares

1939

Capitão João Gamarro Correia Barrento

Capitão Amadeu Santo André Pereira

Tenente Augusto Casimiro Ferreira Gomes

Tenente António S. Ribeiro de Spínola

Alferes Luís Manuel Tavares

F.C.

LISBOA



# Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

DIRECTOR

General Abílio Pais de Ramos  
Director da Arma de Cavalaria

DIRECÇÃO EXECUTIVA

Major José João Henriques de Avellar  
Capitão António S. Ribeiro de Spínola  
Tenente António Gentil Soares Branco

SECRETÁRIO

Capitão Manuel de Sousa Vitoriano

SEDE

DIRECÇÃO DA ARMA DE CAVALARIA  
Calçada da Ajuda — Telef. 63 8167

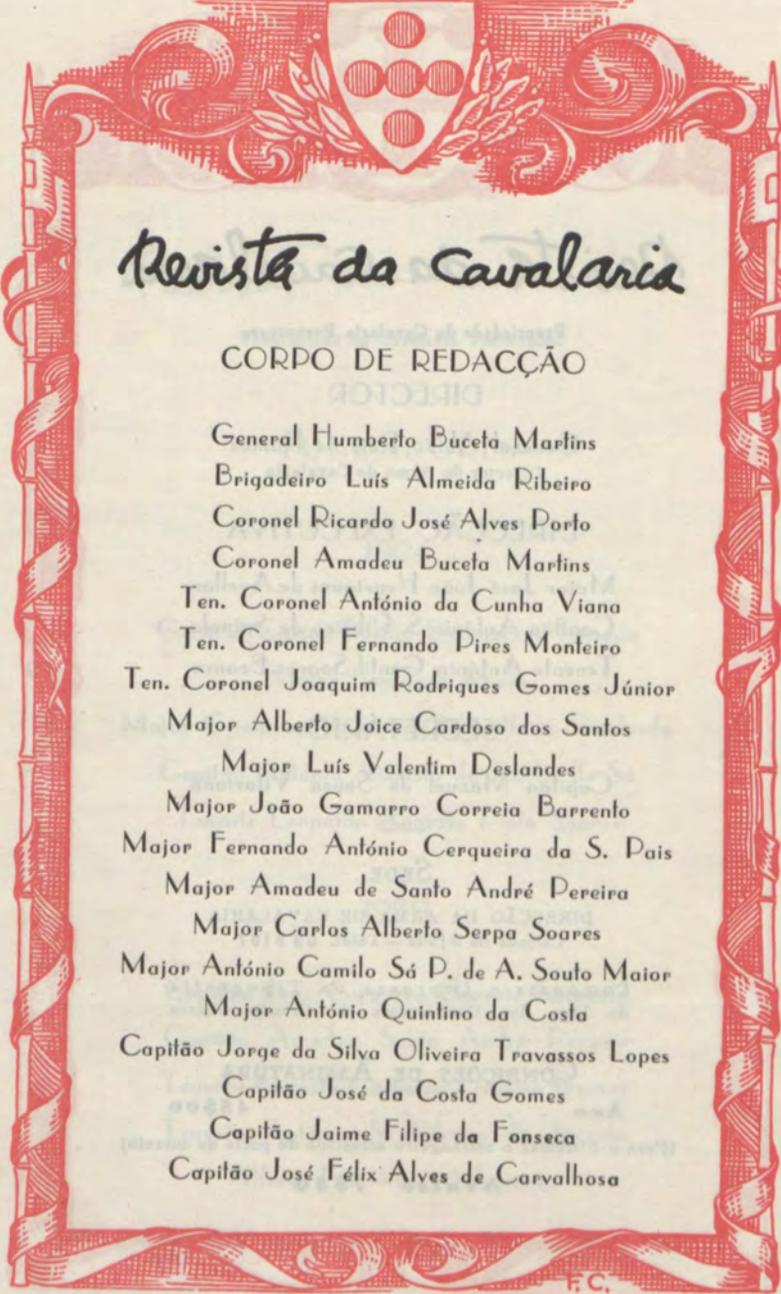
Composta e impressa na Tipografia  
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano . . . . . 45\$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

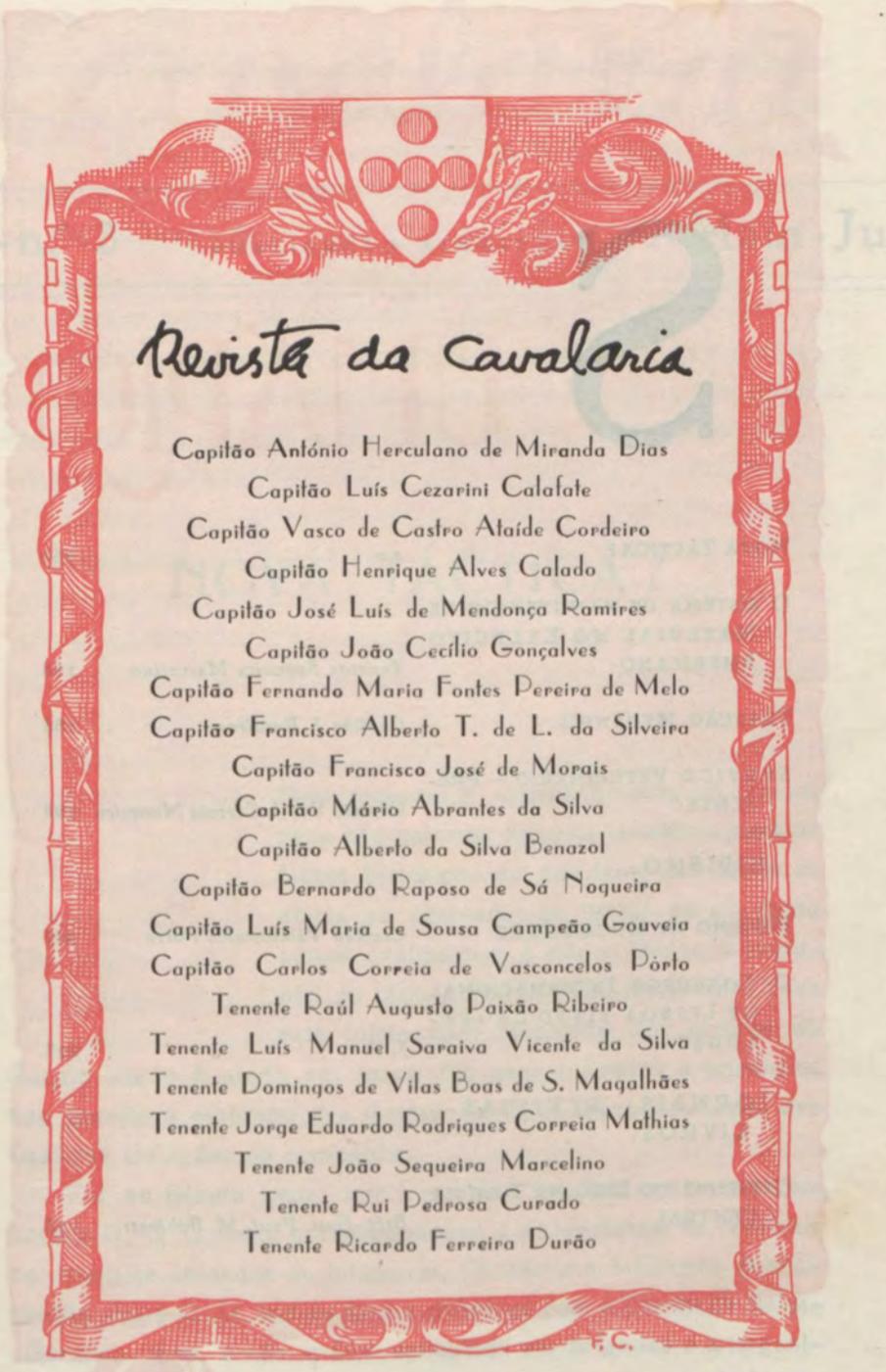
Avulso 7\$50



# Revista da Cavalaria

## CORPO DE REDACÇÃO

General Humberto Buceta Martins  
Brigadeiro Luís Almeida Ribeiro  
Coronel Ricardo José Alves Porto  
Coronel Amadeu Buceta Martins  
Ten. Coronel António da Cunha Viana  
Ten. Coronel Fernando Pires Monteiro  
Ten. Coronel Joaquim Rodrigues Gomes Júnior  
Major Alberto Joice Cardoso dos Santos  
Major Luís Valentim Deslandes  
Major João Gamarro Correia Barrento  
Major Fernando António Cerqueira da S. Pais  
Major Amadeu de Santo André Pereira  
Major Carlos Alberto Serpa Soares  
Major António Camilo Sá P. de A. Souto Maior  
Major António Quintino da Costa  
Capitão Jorge da Silva Oliveira Travassos Lopes  
Capitão José da Costa Gomes  
Capitão Jaime Filipe da Fonseca  
Capitão José Félix Alves de Carvalhosa



# Revista da Cavalaria

Capitão António Herculano de Miranda Dias  
Capitão Luís Cezarini Calafate  
Capitão Vasco de Castro Ataíde Cordeiro  
Capitão Henrique Alves Calado  
Capitão José Luís de Mendonça Ramires  
Capitão João Cecílio Gonçalves  
Capitão Fernando Maria Fontes Pereira de Melo  
Capitão Francisco Alberto T. de L. da Silveira  
Capitão Francisco José de Moraes  
Capitão Mário Abrantes da Silva  
Capitão Alberto da Silva Benazol  
Capitão Bernardo Raposo de Sá Noqueira  
Capitão Luís Maria de Sousa Campeão Gouveia  
Capitão Carlos Correia de Vasconcelos Pôrto  
Tenente Raúl Augusto Paixão Ribeiro  
Tenente Luís Manuel Saraiva Vicente da Silva  
Tenente Domingos de Vilas Boas de S. Maçalhães  
Tenente Jorge Eduardo Rodrigues Correia Mathias  
Tenente João Sequeira Marcelino  
Tenente Rui Pedrosa Curado  
Tenente Ricardo Ferreira Durão

# SUMÁRIO

NOVA TÁCTICA ?	??	161
O SISTEMA DE MANUTENÇÃO DE MATERIAL NO EXÉRCITO AMERICANO	<i>Tenente Sequeira Marcelino</i>	165
TRACÇÃO MECÂNICA	<i>Capitão J. Ramires</i>	183
SERVIÇO VETERINÁRIO — PRESENTE!	<i>Capitão Vet. J. Correia Monteiro</i>	193
HIPISMO:		
HIPISMO EM MOÇAMBIQUE	<i>Capitão Vasconcelos Porto</i>	201
O CONCURSO INTERNACIONAL DE LISBOA VISTO DA «PELOUSE»	<i>J. A.</i>	208
JORNAIS — REVISTAS — LIVROS:		
OFENSIVA DO EIXO NA TUNÍSIA CENTRAL	<i>Brig.-Gen. Paul. M. Bobinett</i>	223



# Revista da Cavalaria

16.º ano - n.º 3

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Maio-Junho

## NOVA TÁCTICA?



Sem recuarmos excessivamente no tempo, para não cairmos naquela tendência para os factos históricos de que tanto por vezes se abusa ao pretender-se tratar de um facto actual, analisemos, a traços largos, a evolução da táctica nos tempos modernos. Teve esta início com Napoleão nos alvares do

Século XIX e é ainda em torno dos seus conceitos e princípios que gravita o emprego das Armas clássicas e a organização das Grandes Unidades de campanha.

Foi no Século XVIII, com Louvois e Vauban que se concretizou a G. U. Divisão, correspondendo à necessidade de conduzir no combate unidades de Infantaria, Cavalaria e Artilharia. A concepção desta G. U. tomou forma definitiva com o Conde de Saint-Germain. Era, então, a Div. articulada em brigadas e a organização destas permitia o seu emprego mesmo fora do ambiente

## Revista da Cavalaria

da Div. Ao lerem-se as campanhas do Império lá se encontra a acção de brigadas e até de meias brigadas, — agrupamentos com base num regimento de Infantaria —.

A Brigada do Minho teve, entre nós, a sua história na guerra de 14-18 e ainda hoje vemos os ingleses empregar tal tipo de unidade, de escalão Inferior à Divisão.

Mas a tendência, a partir de 1800, foi para o aumento do volume das forças em operações e, com a necessidade de descentralizar o comando para as poder accionar, veio surgindo uma organização cada vez mais complexa em que o C. E., o exército de campanha, e o grupo de exércitos marcam os níveis dos diferentes escalões.

É claro que, entre nós, se estudamos e consideramos as acções dessas grandes massas de tropas e meditamos sobre conceitos e formas do seu emprego, por aí nos temos de quedar, pois o potencial humano e económico não nos permite realizar tanto.

Assistimos, assim, como espectadores conhecedores e interessados na matéria, a toda esta vasta evolução, procurando acompanhá-la naquilo que nos vai sendo possível.

Constatamos assim, através do estudo, a modificação que, no campo logístico, sofre o velho conceito de se «viver sobre o campo de batalha» e como, cada vez mais, o abastecimento das tropas em campanha se tem de fazer a partir de uma zona do interior ou de bases fortemente equipadas, pondo em jogo meios de produção e de transporte cada vez numa escala mais elevada.

Por outro lado, as organizações sempre mais complexas das G. U. impunham, ou pareceriam impor, meios de comando e de ligação, também, mais pesados e fortemente dotados.

Isto é, a clássica impedimenta foi aumentando progressivamente até se tornar, por vezes, incómoda, à força das comodidades e facilidades que pretendia fornecer no campo de batalha.

Foi, assim, possível, dentro deste critério, encontrar nas zonas da frente ou através de toda a profundidade da zona de acção

## Revista da Cavalaria

de um Grande Exército moderno, meios de acção ou de apoio de serviços postos sobre rodas, ou abastecimentos levados até à frente através de condutas e em meios aéreos, numas condições que não teriam sido previsíveis anos antes da II Guerra Mundial.

Na luta entre a Terra e o Mar — num antagonismo geográfico que, desde sempre, tem dividido o Mundo — este último — o conjunto das potências marítimas — foi obrigado a constituir grandes massas de aprovisionamentos, concentrados nos portos de embarque e de desembarque, e as linhas de comunicações marítimas e terrestres, para o carreamento destes abastecimentos, adquiriram um enorme desenvolvimento especial.

Deste modo, tanto no campo da táctica como da logística — interdependentes e influenciando-se mutuamente — assistimos a um pejamento cada vez maior das retaguardas, com a consequente dificuldade de manobra para os grandes volumes de tropas em presença. Como estavamos, assim, longe das pequenas e rápidas Divisões Napoleónicas da campanha de Itália!...

Mas eis que, numa madrugada de um dia de Junho de 1945 — já lá vão dez anos — uma nuvem rutilante se elevou no ceu e, à sua luz, os conceitos existentes tiveram de ser revistos.

Perante a nova ameaça que se desenvolveu no campo de batalha moderna, procurou-se estudar as disposições que permitissem o emprego das tropas clássicas.

Verificou-se, então, que haveria de ter em conta a dispersão como medida para fazer face ao poder das novas armas.

É, assim, que as acções em grandes frentes adquirem foros de situação normal para o emprego das tropas e se mostrou conveniente alargar a autonomia dos agrupamentos tácticos, conferindo-lhe uma liberdade de acção superior àquela que anteriormente fora prevista para esta articulação da Divisão.

Deste modo, perante uma arma moderna voltou-se a considerar uma táctica que está longe de o ser.

Simplesmente nos fica uma dúvida. É se o emprego das armas modernas ainda admitirá o das armas clássicas e se aquelas

# Revista da Cavalaria

terão ou não restringido, à força de o alargar, o conceito da própria guerra.

Neste momento, porém, constata-se o facto do retorno a princípios que pareciam ter perdido o seu valor. A dispersão implicará a necessidade de mobilidade para a concentração rápida e esta não se coaduna com a existência de meios pesados e complexos.

Por outro lado, o abastecimento de tropas naquelas condições leva a admitir processos de vida mais sóbrios e mais simples do que aqueles que se estavam considerando.

De novo se terão de aligeirar as impedimentas e no valor de pequenos núcleos, ou fracções de tropas, se baseará a actuação futura.

Mas, repetimos, isto no caso das guerras em grande escala. Porém, será nas «pequenas guerras» que tais sistemas se terão de ensaiar. E estes, mesmo dentro das complexas técnicas modernas, deverão primar pela simplicidade para serem eficientes, o que também não constituirá uma novidade.

\* \*



# O SISTEMA DE MANUTENÇÃO DE MATERIAL NO EXÉRCITO AMERICANO

pele Tenente SEQUEIRA MARCELINO

*O problema da Manutenção de Material é hoje mais do que nunca um problema básico para a actuação de qualquer exército.*

*De país para país, conforme o equipamento utilizado, conforme a orgânica em voga ou o conjunto geral em que estão integradas as forças em operações, o sistema diverge.*

*Estando Portugal integrado na N. A. T. O. e tendo, portanto, parte das suas Forças Armadas que viver num sistema próximo da Organização Americana, julgamos interessante trazer até aos leitores da Revista, somente com espírito de informação, os elementos que por dever de ofício tivemos que procurar nos estudos das publicações oficiais das Forças Armadas dos E. U. A.*

## I — Generalidades

**P**ara que sejam compreendidos os textos oficiais e não subsistam dúvidas na sua interpretação, são dadas no «Dictionary of United States Army Terms», as definições de todos os termos básicos necessários à leitura de Manuais e outras publicações técnicas. Apresentemos aqui, à guisa de preâmbulo, quatro termos fundamentais:

- a) — *Manutenção* — É qualquer acção tomada para conservar o material em condições de utilização ou para o tornar utilizável quando não esteja em condições.
- b) — *Reparar* — É tornar o material que não está em condições de utilização, em utilizável, recuperando ou substituindo peças, componentes ou conjuntos danificados ou inutilizados.

# Revista da Cavalaria

- c) — *Beneficiar* — Tornar a colocar o material como novo, desmontando os conjuntos, para determinar as condições de cada uma das suas peças componentes e montando essas peças componentes ou conjuntos que estão em condições ou os que foram recuperados ou substituídos. É sinónimo de «revisão geral e reconstrução» e «recondicionar».
- d) — *Manutenção Preventiva* — É o cuidado sistemático, o tratamento e a inspecção do equipamento, com o fim de o manter em condições de serviço. É pesquisar e corrigir avarias que exijam pequeno volume de trabalhos.

## II — Categorias e Escalões de Manutenção

As funções da manutenção variam das simples operações de Manutenção Preventiva, efectuadas pelo pessoal que utiliza o material, até às complexas técnicas de reparação e beneficiação empregadas nas oficinas de Manutenção de Depósito. A experiência indicou que as operações de manutenção executadas num determinado conjunto de material, devem ser autorizadas às unidades de acordo com a missão principal, característica e mobilidade destas e com a distribuição económica de verbas, mão de obra, direcção técnica, ferramentas, equipamento de oficina, peças de reserva e demais materiais. A fim de poder ser dado um apoio efectivo a operações de treino e de combate, as verbas para manutenção não são dissipadas por instalações e unidades orgânicas, cujas capacidades de trabalho, de disponibilidade de equipamento e de pessoal, e de «stock» em peças de reserva, não conduzam a um funcionamento económico e eficiente. Baseado neste conceito foram definidas pelo «Departamento de Defesa» e adoptadas pelo Exército, Marinha e Aviação, três categorias de Manutenção (Orgânica, de Campanha e de Depósito) a fim de facilitar a repartição das missões de manutenção e a sua responsabilidade nas Forças Armadas.

Com o fim de dar maior flexibilidade e exactidão na definição das operações de manutenção, no Exército foram subdivididas as três categorias de modo a obterem-se cinco escalões numerados de um a cinco. A designação desses escalões é usada sempre que se torna necessário indicar com a maior exactidão o campo de acção, a mobilidade e as possibilidades das formações ou instalações de manutenção ou o pessoal,

# Revista da Cavalaria

o tempo, as ferramentas, o equipamento e as peças de reserva disponíveis ou ainda o trabalho autorizado ou necessário, em relação a uma determinada operação de manutenção.

As reparações são efectuadas no mais baixo escalão de manutenção possível, de acordo com a natureza do trabalho, a autorização para reparar determinados órgãos ou conjuntos, as ferramentas, o equipamento, o tempo disponível, a aptidão do pessoal e a situação tática. De qualquer modo, nenhum escalão de manutenção executa trabalhos atribuídos a um escalão superior com prejuízo das suas próprias funções. Cada escalão executa qualquer das funções de manutenção do escalão inferior sempre que tal seja conveniente.

Os abusos evidentes e as faltas de Manutenção Preventiva são comunicados ao comando da unidade que utiliza o material, para acção correctiva, de modo a que sejam cumpridas rigorosamente as instruções em vigor. A manutenção «by cannibalization» (formação de «vacas leiteiras») isto é, a remoção de peças de um conjunto que se encontram em bom estado, para reparação de outro, não pode ser feita, excepto:

- em casos de extrema urgência na zona da frente, em que o contacto com as unidades de apoio não pode ser estabelecido imediatamente;
- quando especificamente autorizado pelo comando responsável pela Manutenção de Depósito respeitante ao equipamento em questão.

## Manutenção Orgânica

A Manutenção Orgânica é aquela que está autorizada para execução sob a responsabilidade de uma unidade, no seu próprio equipamento. Esta manutenção consiste normalmente em inspecções, limpeza, trato, preservação, lubrificação e ajuste quando necessário, podendo também consistir em substituição de peças ou conjuntos que não exija alta aptidão técnica. No Exército normalmente esta categoria compreende o 1.º e 2.º Escalões. As suas atribuições são as seguintes:

- 1.º Escalão — É o grau de manutenção executado por quem usa, consome ou opera o equipamento, de modo a cuidar, usar, operar, limpar, preservar, lubrificar e por vezes ajustar, veri-

# Revista da Cavalaria

ficar, reparar e substituir peças quando lhe for permitido pelo Manual Técnico respectivo, pela ferramenta e pelas atribuições no catálogo de peças.

— 2.º Escalão — É o grau de manutenção executado por pessoal especializado, treinado para este fim e dentro da unidade. As publicações correspondentes a cada tipo de material, indicam as ferramentas adicionais de 2.º Escalão, as peças necessárias em «stock», o equipamento de verificação e o pessoal habilitado para executar a Manutenção Orgânica, acima das possibilidades do 1.º Escalão.

## *Manutenção de Campanha*

A Manutenção de Campanha é aquela que está autorizada para execução por unidades de manutenção em apoio directo às unidades que utilizam o material. Esta categoria limita-se normalmente a executar a substituição de peças, componentes ou conjuntos que não se encontrem em condições de utilização. No Exército normalmente a Manutenção de Campanha compreende o 3.º e 4.º Escalões, estando as suas instalações divididas em de classe I e de classe II. As suas atribuições são as seguintes:

— 3.º Escalão — É o grau de manutenção autorizado por publicações técnicas especiais, para execução por unidades especialmente treinadas no apoio directo das unidades que utilizam o material. Normalmente uma unidade de 3.º Escalão é dada em apoio de manutenção de um determinado número dessas unidades. Em casos especiais, por vezes, o 3.º Escalão pode ser executado pelas formações de Manutenção Orgânica dentro das unidades.

A manutenção de 3.º Escalão possui um maior sortido de peças e componentes e conjuntos de ferramenta e equipamento de verificação, mais perfeitos que as formações de Manutenção Orgânica das unidades.

As organizações de 3.º Escalão reparam componentes e conjuntos e bem assim aquilo que lhes é enviado pelos escalões baixos, dentro dos limites impostos pela natureza do trabalho,

# Revista da Cavalaria

ferramentas, equipamento de verificação e peças de reserva. Também apoiam os escalões baixos, fornecendo assistência técnica e equipas móveis de reparação e ainda peças de reserva.

— 4.º Escalão — É o grau de manutenção autorizado por publicações técnicas especiais, para execução por unidades organizadas com oficinas semi-fixas ou permanentes, para servir os escalões de manutenção mais baixos, dentro de uma área determinada.

A manutenção de 4.º Escalão possui um maior sortido de peças, componentes e conjuntos de reserva e um número adicional de ferramentas e equipamento mais precisos que os escalões mais baixos. Pode fornecer equipas móveis de reparação ou elementos de reforço para os escalões baixos quando necessário.

A principal função do 4.º Escalão é reparar componentes, conjuntos e equipamento para voltarem para utilização nos escalões mais baixos.

## *Manutenção de Depósito*

A Manutenção de Depósito é a destinada a reparar o material que necessita de revisão geral ou de beneficiação quer total quer de peças, componentes ou conjuntos.

Deste modo, esta categoria destina-se a aumentar o «stock» de equipamento utilizável ou a apoiar os escalões de manutenção mais baixos, pelo uso de melhor equipamento oficial, de pessoal mais altamente especializado que o utilizado nas formações de Manutenção Orgânica ou nas unidades de Manutenção de Campanha. No Exército esta categoria compreende o 5.º Escalão que é o escalão mais elevado de manutenção. As suas atribuições são as seguintes:

— 5.º Escalão — É o grau de manutenção autorizado a beneficiar material, conjuntos, peças, acessórios, ferramentas e equipamento de verificação. Normalmente trabalha em proveito dos depósitos, beneficiando material e enviando-o para «stock». As operações de 5.º Escalão são efectuadas, sempre que possível, empregando métodos de fabrico e de montagem em série.

# Revista da Cavalaria

## III — Responsabilidades dos Comandos

A responsabilidade pela manutenção do equipamento está distribuída do seguinte modo:

— *Responsabilidade de Comando*: Todos os Comandantes devem certificar-se de que todo o equipamento, entregue à sua unidade ou que lhe está distribuído, se encontra convenientemente conservado e em condições de serviço e ainda que é utilizado com os cuidados requeridos e tratado após o uso.

— *Responsabilidade Directa*: Distinta da Responsabilidade de Comando, a Responsabilidade Directa diz respeito aos indivíduos a quem o equipamento está distribuído para seu uso pessoal ou dos seus subordinados. Isto pode envolver:

— Responsabilidade pessoal, como no caso do equipamento entregue a um indivíduo para o seu uso próprio e habitualmente ao seu cuidado, ou

— Responsabilidade de direcção, como no caso do comandante de pelotão, de secção ou de esquadrão no que diz respeito ao equipamento pertencente à sua formação.

### *Na Manutenção Preventiva*

Os comandantes são responsáveis pelo rigoroso cumprimento por todo o pessoal sob as suas ordens, das instruções e processos de Manutenção Preventiva. São ainda responsáveis pelo treino na Manutenção Preventiva apropriada de todo o equipamento que cada indivíduo utiliza, usa ou opera e bem assim pelo tempo suficiente que se torne necessário atribuir para a sua completa efectivação.

É da responsabilidade dos Comandantes das Unidades tomar as medidas necessárias para evitar os abusos com o material que se encontra sob as suas ordens. Os abusos evidentes são investigados e aplicada uma acção correctiva. Os mais comuns que as publicações oficiais do Exército Americano prevêem, são:

— Má operação, uso negligente ou impróprio do material ou ainda falta de cuidado na sua utilização;

# Revista da Cavalaria

- Falta de lubrificação, lubrificação excessiva ou uso de lubrificantes não autorizados;
- Falta de inspecções adequadas ao material;
- Manutenção diferente da regulamentada, incluindo falta dos cuidados e ajustamentos convenientes;
- Realização de reparações por pessoal não qualificado ou uso de equipamento e ferramentas impróprias ou inadequadas.

## *Na Manutenção Orgânica*

O nível de eficiência da Manutenção Orgânica é da responsabilidade da unidade que utiliza o material.

Os comandos exercem o controle sobre as formações de Manutenção Orgânica através das vias competentes.

## *Na Manutenção de Campanha*

Os Comandantes dos Exércitos Continentais e o General Comandante do Distrito Militar de Washington são responsáveis pela Manutenção de Campanha nas instalações das classes I e II. As instalações da classe II eram anteriormente a Julho de 1953 da responsabilidade dos Chefes dos Serviços Técnicos a que pertenciam, portanto de direcção centralizada, tendo passado a partir daquela data para a das entidades mencionadas no período anterior.

Não é autorizada a transferência de missões de manutenção entre oficinas já existentes, nem a criação de eventuais, salvo se razões de necessidade de maior eficiência ou de economia o justifiquem.

## *Na Manutenção de Depósito*

Os Chefes dos Serviços Técnicos são responsáveis pela Manutenção de Depósito do equipamento e abastecimentos que lhe tenham sido distribuídos para utilização pelo Departamento do Exército.

As Chefias dos Serviços Técnicos estão autorizadas a empreender quaisquer acções julgadas necessárias, para garantir um apoio imediato

# Revista da Cavalaria

do 5.º Escalão à Manutenção de Campanha e ordenar o descongestionamento de trabalho dos escalões baixos para as oficinas de Manutenção de Depósito.

## IV — Responsabilidades Técnicas

### *Instruções e Doutrinas Técnicas*

As Chefias dos Serviços Técnicos são responsáveis pela elaboração da doutrina técnica de manutenção, isto é, a preparação de Manuais e Boletins técnicos, de Ordens de Modificação, Cartas de Lubrificação e Catálogos de Peças, cobrindo todos os escalões e categorias de manutenção. São ainda responsáveis pela preparação de instruções sobre a utilização das ferramentas, equipamento de verificação e de oficinas, e pelo desenvolvimento de técnicas de manutenção e métodos e normas de trabalho officinais.

A existência das Instruções Técnicas nas unidades é da responsabilidade dos Comandos e estas ficam na sua posse, para consulta do pessoal, excepto as Cartas de Lubrificação, ou Manuais, de Operação e outras publicações semelhantes, quando for possível transportá-las ou fixá-las ao equipamento a que pertencem.

Se não for possível, estarão guardadas junto ao local onde funciona a Manutenção Orgânica, para poderem ser consultadas. Durante as Inspeções Técnicas e Inspeções por Lotes Parciais, deve ser verificada a existência daquelas publicações, mencionando-se sempre nos respectivos relatórios.

### *Supervisão Técnica*

As Chefias dos Serviços Técnicos, além das suas responsabilidades na Manutenção de Depósito, são responsáveis pela Supervisão Técnica da Manutenção em todo o Exército. Esta Supervisão inclui o estabelecimento de normas gerais de serviço, dos gastos máximos permissíveis com reparações e o estabelecimento de processos de inspecção uniformes que se tornem necessários para garantir a eficiência da manutenção em todos os escalões e a aptidão para o serviço do equipamento.

As Chefias de Serviços prestam assistência técnica aos Altos Comandos, elaborando informações sobre assuntos de Manutenção Orgânica

# Revista da Cavalaria

e de Campanha e quando aplicável de Manutenção de Depósito. Efectuam visitas e inspecções quando necessário, para se certificarem da eficiência da manutenção executada, quer no equipamento quer nos abastecimentos em «stock» que se encontrem sob a sua responsabilidade. Essas visitas são sempre culminadas por relatórios de que mais adiante falaremos.

## V — Funcionamento das Oficinas

É da responsabilidade dos Comandos a eliminação da desnecessária duplicação de equipamento de oficinas, de pessoal e de actividades de manutenção dentro da jurisdição do seu comando, excepto quando se trate de um Exército que mantenha unidades em treino de campanha e quando essa eliminação se traduza num prejuízo para o treino dessas unidades.

### *Officinas de Manutenção Orgânica*

As Oficinas de Manutenção Orgânica não podem funcionar conjuntamente com quaisquer outras de Manutenção de Campanha ou de Depósito, excepto nalgumas destas últimas indicadas na regulamentação em vigor.

As Oficinas de Manutenção Orgânica podem estar localizadas conjuntamente com quaisquer outras de Manutenção de Campanha ou de Depósito quando determinado pelo Comando do Exército ou pela Chefia dos Serviços desde que seja economicamente mais conveniente. Esta conjugação de oficinas não inibe, a unidade que utiliza o material, da sua responsabilidade na Manutenção Orgânica nele efectuada.

A amplitude da Manutenção Orgânica executada por unidades fixas com instalações das classes I e II, é limitada pelas peças que são autorizadas a consumir. As formações de Manutenção Orgânica das unidades fixas, são algumas vezes qualificadas para executar operações normalmente atribuídas à Manutenção de Campanha. A sua execução deve contudo ser feita com a aprovação e sob a supervisão do órgão de Manutenção de Campanha, sem que a formação de Manutenção Orgânica prejudique a execução da sua missão principal. Neste caso, o órgão de Manutenção de Campanha fornece ao de Manutenção Orgânica, dos seus

# Revista da Cavalaria

«stocks», as peças necessárias para efectuar as reparações. As formações de Manutenção Orgânica não podem nunca possuir em «stock» peças para reparações de escalão mais elevado que o seu.

Quando sejam autorizadas reparações de Manutenção de Campanha em oficinas de Manutenção Orgânica, os Comandantes dos Exércitos e o General Comandante do Distrito Militar de Washington quando lhe diga respeito, não poderão excluir delas a sua responsabilidade.

## *Oficinas de Manutenção de Campanha*

Nenhuma oficina de Manutenção de Campanha pode ser formada, posta fora de trabalho ou transferida, nem nenhuma missão poderá ser aumentada ou interrompida, sem aprovação superior do Departamento do Exército. As missões de cada oficina de Manutenção de Campanha estão determinadas por regulamentação especial.

O pedido para formar, fazer cessar ou transferir oficinas de Manutenção de Campanha ou suas missões, é processado de acordo com regulamentos especiais e é sempre acompanhado por um relatório com as suas características e a razão justificada da proposta. As ordens gerais que põem em funcionamento ou cessam a actividade de instalações da classe I não são extensíveis às de Manutenção de Campanha da mesma classe, tornando-se portanto necessário também para estas o pedido atrás indicado.

Não podem ser pedidas instalações adicionais de Manutenção de Campanha para equipamento ou abastecimentos em «stock» de um determinado serviço técnico, onde existam já instalações de outro qualquer serviço, incluindo Postos de Reparação de Engenharia ou Oficinas Gerais que sejam capazes de executar as reparações. As oficinas de Manutenção de Campanha que tenham sido aprovadas pelo Departamento do Exército para executar reparações no equipamento pertencente a outro serviço, estão autorizadas a requisitar peças, da mesma maneira que as Oficinas do mesmo escalão desse serviço.

## *Oficinas de Manutenção de Depósito*

Nenhuma oficina de Manutenção de Depósito pode ser formada, cessar o funcionamento ou ser transferida, nem nenhuma missão poderá ser aumentada ou interrompida, sem a aprovação prévia do Departamento do Exército.

# Revista da Cavalaria

mento do Exército. As missões de cada uma destas oficinas são definidas por regulamentos especiais.

Os pedidos para formar, cessar a actividade ou transferir as oficinas de Manutenção de Depósito, são feitos de acordo com instruções especiais e sempre acompanhados por um relatório com as suas características e as razões justificativas da proposta.

## *Utilização de outras instalações do Estado*

Em certos casos, em virtude da localização geográfica das instalações em relação às possibilidades de manutenção, pode ser aconselhável e de interesse para o Estado, utilizar as possibilidades de outra instalação, comando ou departamento militar. Nesses casos, os comandos podem trabalhar fora das linhas normais de manutenção em cooperação e acordo mútuo com essa entidade estranha.

Existindo instalações que sejam propriedade do Estado ou por ele utilizadas, poderão estas reparar equipamento do Exército, na base de Serviços Compensados desde que assim permitam uma solução mais económica, sem embalagens excessivas ou transportes onerosos.

Não podem ser formadas instalações adicionais de manutenção, com base na impossibilidade de obter o necessário na indústria local a custo razoável, desde que existam instalações do Estado ou por ele utilizadas que as possam suprir.

Isto não será efectuado desde que esteja em desacordo com os quadros orgânicos, nem se traduza em prejuízo para as disponibilidades em pessoal militar treinado, para envio para o ultramar.

## *Trabalho para outras entidades do Estado*

As instalações de manutenção que sejam propriedade ou utilizadas pelos Estabelecimentos de Campanha do Exército, podem executar manutenção para outras entidades do Estado, na base de Serviços Compensados quando possuam capacidade suficiente.

## *Serviços Compensados*

O modo de financiamento dos Serviços Compensados entre Departamentos, instalações ou entidades do Departamento da Defesa, estão regulados por disposições especiais. Existe regulamentação para opera-

# Revista da Cavalaria

ções do mesmo género entre o Departamento do Exército e os Departamentos Federais e entidades que lhe pertencam.

## *Reparações na Indústria Particular*

Os Comandos Superiores e as Chefias dos Serviços Técnicos podem recorrer a contratos comerciais para executar as suas atribuições de Manutenção de Campanha ou de Depósito quando os trabalhos necessários excedam a capacidade das instalações do Estado ou quando o seu custo na indústria particular se torne mais barato. Isto sem prejuízo para o estabelecido nas instruções superiores, nem para o treino do pessoal militar.

## *Reparação e armazenagem de equipamento pertencente a particulares*

Excepto quando seja especificamente estabelecido por directiva do Departamento do Exército, não pode ser tratado, reparado ou manufacturado em qualquer oficina, garage, parque automóvel ou Depósito do Estado, qualquer equipamento, órgão, peça ou acessório de particulares, senão através da «Organização de troca de serviços do Exército». As ferramentas, equipamento ou «stocks» do Estado, não podem ser usados para tratar ou reparar quaisquer propriedades particulares. Não pode ser recolhido ou armazenado equipamento pertencente a particulares em qualquer oficina ou edifício em que se encontre equipamento do Estado.

## *Registos*

Os registos dos serviços nas oficinas são mantidos em ordem, escriturados de acordo com as normas e nos impressos em vigor, e verificados periódicamente para determinar a eficiência dos serviços e a necessidade de reduzir, expandir ou interromper a operação daquelas.

## *Evacuação de material inapto para o serviço*

Geralmente o material que necessita de trabalhos inacessíveis a determinado escalão de manutenção de uma unidade, ou que não pode ser reparado dentro do tempo que se dispõe, é evacuado para o escalão imediatamente superior, a não ser que haja ordem para ser reparado no

# Revista da Cavalaria

local. As peças a substituir nas reparações da Manutenção Orgânica, são obtidas por troca directa, excepto quando são classificadas como não possuindo valor que o justifique.

As organizações de Manutenção de Campanha recebem equipamento avariado ou ainda não classificado e reparam-no, devolvendo-o às formações de manutenção das unidades ou para «stocks» locais autorizados.

O equipamento avariado cuja recuperação seja economicamente aconselhável para «stock» em depósitos gerais, é objecto de relatório ou automaticamente enviado para as convenientes instalações de manutenção ou de armazenagem. Os envios são feitos de maneira rápida mas económica.

## VI — Inspeções e Relatórios

Todas as inspeções do equipamento são conduzidas sob uma autoridade responsável. Elas são o modo como os Comandos de todos os escalões actuam com o fim de, dentro da sua missão, assegurar a aptidão do seu equipamento e a eficiência da manutenção. Os três tipos de inspeções do equipamento são:

— Inspeções dos Comandos.

— Inspeções por Lotes Parciais.

— Inspeções Técnicas.

### *Inspeções dos Comandos*

As Inspeções dos Comandos, asseguram a utilização correcta do equipamento, abastecimento económico e o cumprimento dos preceitos de Manutenção Orgânica, de acordo com o determinado nas publicações próprias do Departamento do Exército e avaliam ainda da sua aptidão para o serviço. Os Comandantes das subunidades e os seus superiores hierárquicos executam inspeções periódicas ao material, de modo a obter-se um alto nível de treino e de disciplina dentro de cada unidade. A frequência das inspeções é determinada pelo comando de cada unidade.

# Revista da Cavalaria

## *Inspecções por Lotes Parciais*

As Inspecções por Lotes Parciais mostram a existência e actuação apropriada da Manutenção Orgânica.

Estas inspecções são reguladas por instruções especiais e preparadas pelo Serviço Técnico respectivo. Os Comandos que têm responsabilidade de Manutenção de Campanha, prescrevem Inspecções por Lotes Parciais periódicas, nas unidades que utilizam o material, com pessoal técnico competente que esteja sob as suas ordens e sob a supervisão directa de oficiais qualificados. A frequência deste tipo de Inspecções e a percentagem de equipamento a inspecionar, são determinadas pelo comando que tem à sua responsabilidade a Manutenção de Campanha. Como mínimo devem ser inspecionadas duas vezes por ano as instalações de Manutenção Orgânica e 10% de cada tipo de equipamento, excepto para pequenas unidades quando o custo da inspecção for proibitivo.

## *Inspecções Técnicas*

As Inspecções Técnicas têm o fim de se certificarem das condições de serviço do equipamento e determinar a futura manutenção e as mudanças necessárias. São feitas de acordo com instruções técnicas do serviço respectivo.

Os Comandantes dos Exércitos Continentais e o do Distrito Militar de Washington, têm por dever assegurar-se que todo o equipamento e instalações de manutenção sob o seu controle, são sujeitos a uma inspecção técnica pelo menos uma vez por ano, por pessoal técnico qualificado que se encontra sob o seu comando.

## *Relatórios*

Os relatórios das inspecções são enviados às entidades competentes o mais rapidamente possível. São preparados pela entidade que inspeciona e revistos pelo Comando imediatamente superior, para que a acção correctiva seja iniciada, caso necessário. Os relatórios das Inspecções por Lotes Parciais e Inspecções Técnicas, são preparados de acordo com instruções especiais e conforme o caso particular de cada Inspecção. Fica em poder de cada unidade inspectora uma cópia do último relatório referente a cada organização inspecionada.

# Revista da Cavalaria

Os Comandantes das unidades são obrigados a tomar providências para que se efectuem as inspecções regulamentares.

Os membros de departamentos das Chefias de Serviços ou o pessoal creditado dos depósitos quando efectuam visitas de inspecção ou de assistência aos Comandos das Unidades no Ultramar, a instalações da classe I ou a actividades que digam respeito a manutenção de equipamento ou de abastecimentos em «stock», efectuam sempre relatórios escritos sobre a instalação visitada ou inspecionada, através dos Comandantes dos Exércitos ou das Chefias dos Serviços para o «Assistant Chief of Staff, G-4», do Departamento do Estado em Washington.

## *Eliminação de Inspecções Duplicadas*

Todo o pessoal deve fazer os esforços necessários para que as inspecções se efectuem de acordo com os regulamentos. Os Comandantes que efectuem Inspecções de Comando devem tomar completo conhecimento delas, determinando previamente e com a devida antecedência, Inspecções por Lotes Parciais.

Deve ser explorada ao máximo pelos Comandantes, de acordo com o interesse económico e a eficiência, a oportunidade para fazer Inspecções Técnicas quando o equipamento é enviado para as oficinas para reparação.

## **VII — Modificações em Material**

Para fins administrativos, as modificações são divididas em dois tipos:

— Modificações que alteram as características militares do equipamento ou requeiram mudanças nas especificações. São modificações que conduzem a pesquisas e aperfeiçoamentos e reque-rem o acordo de um Comité-Técnico e aprovação prévia do Estado-Maior do Exército.

— Modificações que não alteram as características militares estabelecidas. O plano de acção que regula este tipo de modificações, indica-se a seguir:

# Revista da Cavalaria

## *Fim das modificações*

O material é modificado por uma razão qualquer como seja para aumentar a segurança do pessoal, reduzir uma manutenção excessiva, aumentar a aptidão para o combate ou a eficiência de funcionamento, ou ainda para facilitar a produção.

## *Iniciação e aprovação dos projectos de modificação*

Cada indivíduo ou entidade pode sugerir modificações através das vias oficiais competentes.

O Chefe da entidade produtora, tendo a responsabilidade principal por um determinado equipamento, deve verificar as necessidades de modificações sob o ponto de vista técnico e promover a informação técnica inicial para a efectivação de modificações que ele julga desejável, dentro das suas possibilidades económicas e em pessoal. Os projectos de obra que levem a modificações desejáveis no material, quando não alterem as características militares ou levem a fins diversos devem ser iniciados pela entidade produtora e ser apresentados para aprovação ao Comité-Técnico próprio.

## *Preparação de ordens de trabalho de modificações e suas alterações*

As instruções para realização de modificações no equipamento existente nos depósitos do Exército, são preparadas pelo chefe da própria entidade produtora e expedidas para as tropas pelo Ajudante General, como «Ordem de Trabalhos de Modificação» do Departamento do Exército.

Por vezes torna-se necessário enviar instruções adicionais para a modificação do material que está já abrangido por Ordem de Trabalhos de Modificação e então envia-se uma alteração com essas instruções.

As alterações têm o mesmo número que a ordem de modificação original mais a palavra «Change» e o seu número de ordem.

## *Responsabilidades nas modificações de material*

O Chefe da entidade produtora que tenha responsabilidade da planificação dos trabalhos que seja necessário efectuar no material a modi-

# Revista da Cavalaria

ficar, designará na própria «Ordem de Trabalhos de Modificação», os estabelecimentos e as categorias de manutenção para os quais está autorizada, ou necessários para a execução da modificação.

Nenhuma modificação que possa afectar as peças de trabalho do material poderá ser feita sem aprovação prévia da entidade produtora responsável, excepto aquelas modificações vitais para a segurança ou essenciais para as operações, que podem ser feitas dentro dos Comandos no Ultramar ou «Força Tarefa».

Neste caso deve ser imediatamente enviado para a entidade produtora, um relatório completo, cobrindo totalmente cada modificação efectuada.

## *Sistema de classificação*

As ordens de modificação são classificadas em «Urgentes» e «Normais».

— *Urgentes* — são aquelas que devem ser efectuadas imediatamente em todas as peças do equipamento quer nas instalações de Depósito quer de Campanha, excepto aquelas que o chefe da entidade produtora responsável está autorizado a excluir, por estarem em «stock» nos Depósitos ou em Canais de abastecimento. Estas excepções estão claramente indicadas nas Ordens de Trabalhos de Modificação. O Chefe da entidade produtora deve pedir periodicamente relatórios, para avaliar a execução pelas organizações das modificações prescritas.

— *Normais* — são aquelas que são efectuadas quando for praticável, dentro dos recursos normais. As peças de equipamento que estão preservadas ou empacotadas, não são afectadas senão quando especificamente indicado pelo chefe da entidade produtora.

## *Normas para modificações no material inimigo capturado*

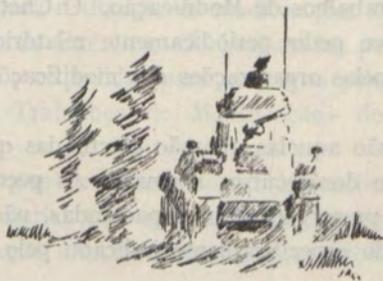
— Para que possa ser completamente explorado e em larga escala o material inimigo capturado, é frequentemente necessário modificar esse material.

# Revista da Cavalaria

Aplica-se a estas modificações o mesmo procedimento acima indicado para o do Exército Americano, excepto que as «Ordens de Trabalhos de Modificação» são identificadas com a letra E e entre parêntesis (E) em seguida ao número.

*Da leitura das linhas acima, podemos concluir que o Sistema de Manutenção de Material do Exército Americano, abrangendo todo o equipamento utilizado para dar eficiência às suas forças de combate, e a todas as outras instalações e organizações militares, está estabelecido de modo a instruir o pessoal, definir responsabilidades e fiscalizar o cumprimento das normas estabelecidas, garantindo o maior rendimento dos meios, cada vez mais complexos, à disposição daqueles que têm por missão garantir a integridade do Hemisfério Ocidental.*

*Aqui encontrará o leitor ainda leigo no assunto, o suficiente para poder integrar-se no esquema da organização e perceber, portanto, a discriminação dos trabalhos de manutenção indicados nos manuais de utilização do material americano que tem sido fornecido ao nosso Exército.*



# TRACÇÃO

# MECÂNICA

pelo Capitão J. RAMIRES

## DISTÂNCIA DE VISIBILIDADE

### 5 — Distância de travagem:

Sendo esta distância a percorrida pela viatura entre o início da frenagem e a paragem, ela dependerá das seguintes variáveis:

- a) — velocidade instantânea da viatura,  $v$ ;
- b) — coeficiente de aderência longitudinal da estrada;
- c) — inclinação da estrada.

Com efeito, para que o veículo venha a parar por acção dos freios (que supomos actuarem a todas as rodas e em condições normais), a sua energia cinética terá de ser absorvida pelo trabalho correspondente à acção dos travões e à da componente do peso segundo a direcção do pavimento. (A somar no caso de uma subida, a subtrair quando das descidas e nula no terreno horizontal).

Igualando as expressões analíticas das energias já apontadas, chegaríamos com suficiente rigor à seguinte fórmula válida para o caso geral de travões a todas as rodas:

$$dt = \frac{v^2}{2gf \pm 2gi} \quad (3)$$

# Revista da Cavalaria

em que:

$v$  = velocidade em metros por segundo =  $\frac{v}{3,6}$  Km. p. h.

$g$  = aceleração da gravidade =  $9,8$  m/seg<sup>2</sup>.

$f$  = coeficiente de aderência longitudinal =  $0,30$  a  $0,60$

$i$  = inclinação da estrada em centéssimos (para  $5\%$   $i = 0,05$ ; para  $15\%$   $i = 0,15$  etc).

Para uma estrada horizontal será  $i = 0$  e então a fórmula fica:

$$dt = \frac{v^2}{2 \times 9,8 \times f} = \frac{v^2}{19,6 \times f} \quad (4)$$

Analisando esta fórmula vemos a grande influência que a velocidade da viatura tem na distância de travagem e que a variação do coeficiente de aderência também é importante, partindo já da hipótese que os freios andam regularmente afinados.

Como já se disse também em trabalhos anteriores, o coeficiente de aderência varia com:

a) — natureza e qualidade do rodado;

b) — pressão dos pneus;

c) — natureza do pavimento;

d) — estado do tempo;

e) — velocidade.

Portanto, todos estes factores intervêm indirectamente na distância de travagem e, portanto, na de visibilidade.

Transformemos agora a fórmula anterior para a hipótese de querermos exprimir a velocidade em Km. P. H.

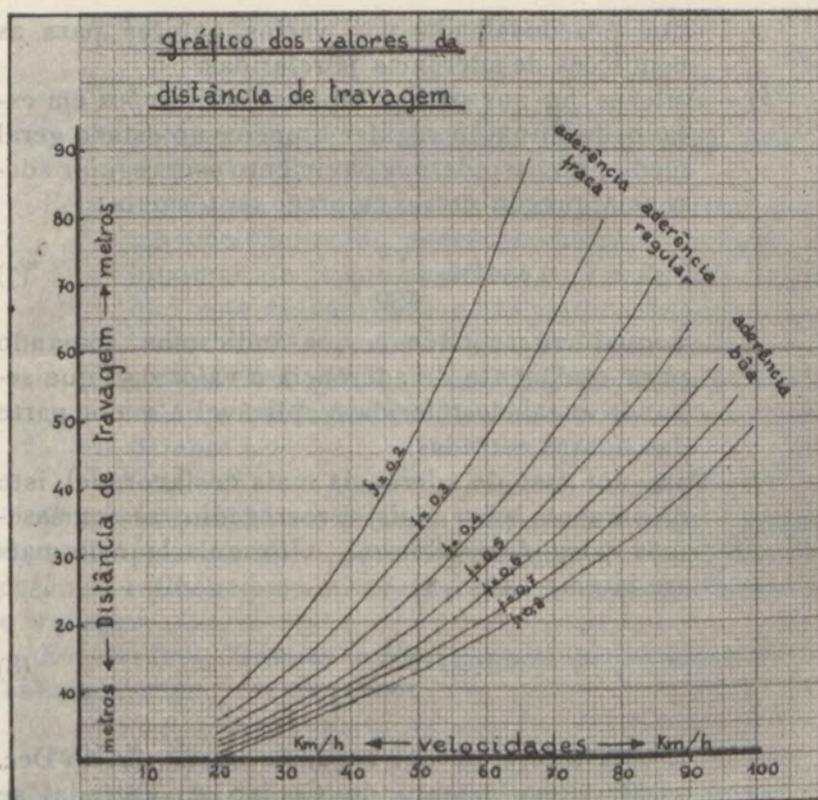
Substituiremos  $v$  por  $\frac{v}{3,6}$  e então:

$$dt = \frac{\left(\frac{v}{3,6}\right)^2}{19,6 \times f} = \frac{v^2}{250 \times f} \quad (5)$$

# Revista da Cavalaria

Com esta fórmula podemos, portanto, apreciar com suficiente rigor o valor em metros, da distância de travagem entrando com a velocidade em km. p. h.

O maior cuidado que devemos ter é no valor que dermos ao coeficiente de aderência que varia com as condições



atrás expostas e que pode tomar os valores da tabela inserta no n.º 3 da Rev. Cav. de 1954.

Vejamos alguns casos:

- a) — Se, por exemplo tratássemos um caso de pavimento seco com muito boa aderência e com pneus de muito bom piso e travões muito bem afinados,

## Revista da Cavalaria

poderíamos exceder até o máximo valor da tabela já referida (0,70) e tomarmos 0,80. Então a fórmula ficaria assim transformada:

$$dt = \frac{v^3}{250 \times 0,8} = \frac{v^3}{200} \quad (6)$$

que é aconselhada por vários autores para as condições de aderência já referidas.

- b) — Autores há que para a hipótese de travões em estado de afinação regular e pneus no estado geral médio, no caso de um pavimento com regular aderência, preconizam o emprego da fórmula:

$$dt = \frac{v^2}{130} \quad (7)$$

a qual corresponde à que indicamos, tomando para coeficiente de aderência o valor 0,52 que segundo a tabela referida é aplicável à maior parte das nossas estradas.

- c) — Para um caso de aderência mais desfavorável, isto é, para um piso mais escorregadio, se tomássemos para  $f$  o valor 0,4, a fórmula transformar-se-ia em:

$$dt = \frac{v^2}{100} \quad (8)$$

É esta a fórmula que segundo o art.º 18.º do Dec. 39.987 (Regulamento do Código da Estrada) se deve aplicar para apreciar a eficiência do travão de serviço dos veículos e, portanto, o valor «regulamentar» da distância de travagem.

O facto da mesma obrigar a medir pelo mesmo diapasão a distância de travagem, sem se referir às condições de aderência que tanto influem, como acabamos de demonstrar, levam-nos a aceitá-la só por imposição, visto que não é racional.

Sugerimos portanto que cada um, quando livremente tiver de apreciar o valor da distância de travagem,

## Revista da Cavalaria

se guie mais pelo raciocínio do que pelo «empirismo» das fórmulas. Só assim haverá conhecimento «consciente» das possibilidades das viaturas.

d) — O artigo 18.º do Dec. 39.897 preconiza o emprego da fórmula

$$dt = \frac{v^2}{50} \quad (9)$$

para se avaliar a distância de travagem obtida com o auxílio do travão de mão.

Pela teoria que apresentamos, equivalia a entrar com um coeficiente de aderência baixíssimo (0,2) na hipótese de a sua acção ser às 4 rodas. Uma vez que este travão em muitas viaturas actua só a 2 rodas ou à transmissão, já não lhe é aplicável a fórmula que apresentamos podendo, por isso, equivaler a condições de aderência diferentes do coeficiente 0,2.

O que não está bem certo, mesmo neste caso, é a generalização pela fórmula descrita, quando as condições de aderência influenciam em tão alto grau o valor da distância de travagem.

Em resumo, diremos que a distância de travagem é influenciada por:

- 1 — Velocidade
- 2 — Actuação do travão a todos os rodados ou a parte
- 3 — Grau de afinação dos travões
- 4 — Natureza do pavimento
- 5 — Estado de secura ou de humidade do pavimento
- 6 — Estado dos pneus e sua pressão
- 7 — Inclinação da estrada.

A influência de todos estes factores é que deve ditar ao condutor qual a distância que deve garantir na sua frente ante a emergência de uma travagem; de todos o mais importante é a velocidade, visto entrar na fórmula respectiva

# Revista da Cavalaria

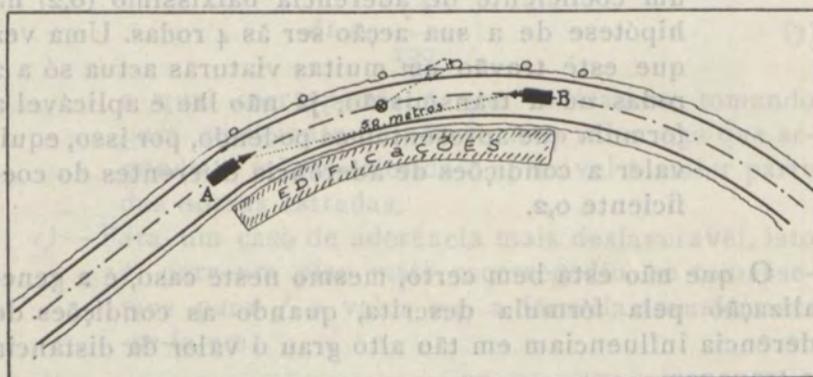
com o expoente 2, o que de resto se verifica com o gráfico que a seguir se apresenta.

## 6 — Distância de segurança

Costuma tomar-se como constante e de valor aproximadamente igual a 5 m.

## 7 — Interpretação de acidentes

Muitos acidentes têm a sua origem no facto dos condutores esquecerem a distância visível que devem garantir na



sua frente para dominarem perfeitamente os veículos que conduzem. Assim, a maior parte deles dão-se junto a cruzamentos, curvas, lombas de estrada, etc., e as pretensas justificações surgem sempre por «desobediência da direcção», «mau funcionamento dos travões», «derrapagem ao tentar efectuar a manobra» ou justificações semelhantes. Dentro da teoria que acabamos de expor é possível tirar conclusões tendentes a apreciar o grau de atenção, velocidade ou imperícia no modo de conduzir. Pode proceder-se da seguinte maneira:

a) — Interrogar o condutor ou testemunhas e inquirir qual a distancia a que este avistou ou sentiu aquilo que na sua opinião foi a causa do acidente.

## Revista da Cavalaria

- b)* — Medir essa distância e comprovar se ela corresponde à realidade ou concluir logo que o condutor *ia distraído* quando disse que avistou o obstáculo a distância inferior à real.
- c)* — Averiguar por inquirição comprovada, a velocidade da viatura (ou atribuí-la dentro do máximo limite razoável).
- d)* — Em função dessa velocidade, das condições de aderência da estrada, do estado dos pneus e de travões determinar, como se expôs no n.º 5, qual o valor da distância de travagem.
- e)* — Em função da mesma velocidade, do grau de atenção e do desembaraço do condutor, determinar qual a distância de reacção.
- f)* — No caso de ter havido derrapagem, determinar se ela era possível dentro da velocidade considerada e das condições de aderência, como se expôs no n.º 4 desta Revista de 1954.
- g)* — Determinar, finalmente, qual a distância de visibilidade necessária à custa dos valores de *d)* e *e)* e compará-la com a medida em *b)*.
- h)* — Considerar o condutor culpado se a distância de visibilidade necessária for superior à que realmente existe ou se a velocidade tiver sido a causa determinante da derrapagem.

### 8 — Exemplo

Suponhamos que se deu um acidente nas condições da *figura 1* entre dois veículos pesados *A* e *B* e que se apuraram as seguintes circunstâncias:

*Declarações do condutor A:* ao abordar a curva verificou que o condutor *B* trazia o seu veículo pelo meio da estrada em grande velocidade e sem dar sinal de se aproximar mais da sua mão, pelo que no ponto *X* ao tentar chegar-se mais à direita para facilitar o cruzamento teve de fazer uma manobra de redução de velocidade e de mudança de direcção que originou a derrapagem da sua viatura. Disse que ia devagar e com prudência, a cerca de 45 Km. p. h. e que não

## Revista da Cavalaria

conseguiu evitar a derrapagem, congratulando-se até com a sua acção visto ter assim conseguido evitar o choque com a viatura *B*, a qual nada sofreu. Em contra-partida a sua viatura foi de encontro a uma árvore, que derrubou e desse choque resultaram avarias e ferimentos, etc., etc.

*Declarações do condutor B:* relatou que vinha na sua mão e a cerca de 50 Km. p. h. e que mal avistou o veículo *A*, marchando pelo meio da estrada, ainda se encostou mais à direita reduzindo pouco a sua velocidade por ver que o veículo *A* tinha na sua frente espaço suficiente para ir para a sua mão de forma a cruzar consigo em condições normais. Também referiu que o veículo *A* perto do ponto *X* começou a descrever zig-zags e que depois derrapou sem lhe haver tocado.

*Circunstâncias locais:* estrada alcatroada, humedecida por ter chovido pouco tempo antes do acidente, horizontal com largura suficiente para as viaturas se poderem cruzar. Apareceram indícios de forte travagem a cerca de 5 metros do ponto *X*. Ambas as viaturas eram do tipo pesado com caixa fechada a *B*, transitando a *A* sem qualquer carga. A viatura *A* pesava 1.500 Kgs., e apurou-se que os seus órgãos de direcção e frenagem funcionavam normalmente, antes do acidente se ter dado.

Não se conseguiram testemunhas que esclarecessem o assunto e mantém-se, como se vê, contradição entre os condutores.

Apliquemos então o que atrás dissemos:

- a) — Ambos os condutores dizem que se avistaram mutuamente a cerca de 50 metros.
- b) — Medida no local durante a reconstituição a que se procedeu, verificou-se ser realmente de 50 metros a máxima distância a que os condutores se poderiam avistar no local do acidente.
- c) — Acreditando no condutor *A* atribuímos à sua viatura a velocidade de 45 Km. p. h.
- d) — *Distância de travagem:* do gráfico do n.º 5 tiramos para  $V = 45$  e para  $f = 0,3$  (piso com má aderência por ter chovido no alcatrão): 27 metros.
- e) — *Distância de reacção:* do quadro do n.º 4 para  $V = 45$

## Revista da Cavalaria

e  $t = 0,5$  seg. (partindo da hipótese que o condutor deveria ir atento): *6 metros*, quando muito.

f) — *Distância de visibilidade necessária*: como a estrada era de duas vias e cabiam, portanto, dois veículos a par, entraria com a última das fórmulas do n.º 3 e teria: (para uma distância de segurança de 5 metros)  $27 + 6 + 5 = 38$  metros, inferior aos 50 metros existentes, comprovando-se assim que o condutor *A* não abordou a curva com excesso de velocidade, em relação à prudência necessária.

g) — Vistas, porém, as coisas por outro lado, é de admitir que o condutor *A* ao ver o veículo *B*, afrouxasse a sua velocidade a fim de efectuar o cruzamento e nesse caso não apareceriam os indícios de forte travagem apenas a 5 metros do ponto de choque, pois que nessa altura deveria a viatura estar quase parada e se o não estava era porque o seu condutor ia *menos atento* ou com velocidade superior à que declarou:

Vejam os entretanto as condições de aderência: o valor da aderência ( $f \times P$ ) seria:  $0,3 \times 1500 = 450$  Kgs. Tendo medido o raio da curva constatou-se que este era de 80 metros e a força centrífuga desenvolvida ao fazer a curva a 45 Km. p. h. (12,5 m/seg.) seria, como foi dito na Revista n.º 4 de 1954:

$$F = \frac{P \times v^2}{G \times R} = \frac{1500 \times 12,5^2}{9,8 \times 80} \approx 300 \text{ Kg} < 450 \text{ Kg.}$$

Portanto, a derrapagem não poderia ter existido nas condições da declaração, mas sim se o condutor sem ter afrouxado tivesse executado uma manobra com a direcção, descrevendo repentinamente uma trajectória de tão pequeno raio que à velocidade que trazia (tudo levando a crer superior à que declarou), tivesse originado a perda de aderência que o conduziu à derrapagem.

Também esta poderia ter sido originada por ter efectuado sobre a curva descrita uma travagem tal que tivesse desenvolvido nas rodas um esforço retardador que excedesse

# Revista da Cavalaria

a aderência conduzindo o veículo à derrapagem na direcção da tangente à curva descrita e no ponto desta em que se verificou a falta da dita aderência. Em summa: *imperícia*.

*Resumindo*: dentro da teoria que expusemos conseguimos não só dar uma explicação da forma como o acidente se poderia ter dado como também justificar a culpa que atribuímos a um dos condutores (imperícia, falta de atenção ou excesso de velocidade).

## 9 — Interpretação e utilidade na aprendizagem de condução

Introduzindo nos aprendizes noções exactas da distância de visibilidade e aproveitando as lições de condução para justificar os afrouxamentos de velocidade que aí se exigem, conseguem-se sãos resultados e, sobretudo, condutores prudentes e conscienciosos na forma de conduzir. É muito mais lógico justificar ao instruendo por esta teoria as reduções de velocidade impostas pelo trânsito do que habituá-los a *decorar empiricamente os locais onde na sua zona de aprendizagem devem reduzir a velocidade*. É de boa norma habituar o instruendo a saber onde deve andar devagar, apontando-lhe sempre em cada curva, cruzamento ou lomba qual a velocidade a que os deve abordar dentro dos limites impostos pela *visibilidade e aderência*.

Sempre baseado na mesma teoria e com explicação da justificação, dá também muito resultado obrigar o aprendiz a conhecer os sítios onde pode andar mais depressa. Temos obtido bons resultados com a *exigência do conhecimento e execução* do contraste entre os sítios a andar devagar e a andar depressa. É mais útil esse contraste do que o ensino sob o princípio da *extrema prudência*, modalidade de onde saem os mais incautos, ignorantes e prevaricadores, desde quando deixam de estar sob a vista do monitor.

(Continua)



## PRESENTE!

pelo Cap. Vet. J. CORRÊA MONTEIRO

**C**ompanheiros de sempre dos cavaleiros não admira que seja na sua Revista que os veterinários militares lancem, pela mão e responsabilidade de um dos seus elementos, um brado de presença e de fé no seu futuro que em todos os países e exércitos modernos se apresenta desanuviado e operoso.

Nós fomos e seremos, enquanto houver hipismo, o auxiliar valioso, o amigo pronto e compreensivo, o socorro urgente do cavaleiro em crise por acidente ou doença da montada que — tantas vezes! — levou anos a preparar. Compreendendo a ansiedade dele e amparando o seu temor grangeámos a sua confiança e a sua amizade. Conquistámos o seu coração. Um e outros homens de cavalos, usando a mesma linguagem típica e vibrando semelhantemente perante o mesmo motivo, um elo forte nos enlaça: o cavalo. Não admira, por isso, que seja daqui, desta tribuna donde tanto de idealismo tem saído, que uma voz de veterinário se eleve e, considerando-se da família, venha gritar:

Amigos: a motorização crescente parecia que ia diminuir a nossa importância e nós os veterinários que tínhamos também os nossos louros ganhos ao vosso lado pelos arraiais do mundo chegámos a empalidecer vendo cortada uma tradição que já existia! É que nós tivemos também os nossos heróis através dos tempos.

Primeiro, e durante séculos, esses heróis obscuros mais ou menos empíricos mas que na arte de curar acompanharam a cavalaria de sempre onde ela teve de bater-se. Depois, vieram os diplomados, de

## Revista da Cavalaria

cultura já universitária, e aí vão eles para África nas campanhas da ocupação, para só falar dos portugueses, onde muitos se distinguiram e um deles, o Tenente Francisco Pereira, chamou a si a honra de carregar de espada desembainhada na célebre carga do Mufilo.

Conhecem-no vocês os cavaleiros que já passaram por Cavalaria 3 onde Benjamim Luazes, oficial de cavalaria companheiro dele no Mufilo, lhe inaugurou o retrato, quando ali comandante. Francisco Pereira terminada a refrega, ao atravessar o quadrado para ir tratar os cavalos feridos, foi apanhado por uma bala perdida que, atingindo a coluna vertebral, lhe provocou a morte passadas horas.

Esse retrato inaugurado, num acto de justiça e de saudade, por um companheiro de armas é um símbolo da camaradagem que nos liga a nós cavaleiros e veterinários.

A fotografia desse morto honroso que é glória nossa e vossa porque «carregou» convosco está, também, na Biblioteca da Escola do Serviço Veterinário por oferta ainda devida a cavaleiros!

Foi o Regimento de Lanceiros 2 que a ofereceu. Pelo braço do seu Comandante, o Coronel Ivens Ferraz, e na presença de altas individualidades, a irmã do herói do Mufilo, velhinha de 92 anos, vinda expressamente de Ourique onde vivia e está sepultado seu irmão, inaugurou em cerimónia singela, mas com clarins vibrando na marcha de continência e soldados de lança, perfilados, o retrato que fica bem ali na Casa dos Veterinários Militares.

Depois das campanhas da ocupação foi a 1.<sup>a</sup> guerra mundial. E, quer em África, quer em França, dos humildes servidores até aos oficiais, algumas «Cruzes de Guerra» de lá trazidas, mostram que não foi vã e inútil a sua presença na contenda.

Passaram anos. Vem a 2.<sup>a</sup> guerra mundial. Portugal mantém-se neutro mas tem necessidade de guarnecer e ocupar militarmente territórios seus. Não é com a cavalaria e outras armas que antigamente usavam o cavalo que agora marchamos. Vamos com a gloriosa infantaria que menos conheciamos. Lá estamos com ela na Madeira, nos Açores, em Cabo Verde, Moçambique e Timor, cumprindo, como ela, o nosso dever.

Não trouxemos «Cruzes de Guerra», não houve heróis. Era apenas ocupação pacífica. Mas os louvores conquistados e as amizades sólidas ali firmadas provam-nos que valeram a pena alguns sacrifícios que fizemos.

Cumprimos bem. Trabalhámos na clínica dos animais, como sempre, e na inspecção de alimentos de origem animal, inspecção que nos

## Revista da Cavalaria

locais onde não existia veterinário municipal serviu também as populações civis. E quantas vezes estas, pela boca dos seus representantes, nem «muito obrigado» nos disseram!

Mas os anos passam de novo. Há, em crescendo, uma onda de motorização que vem perturbar e confundir os arraiais cavaleiros. Não se sabe ao certo para onde se caminha, o que irá acontecer. Nós, veterinários, fomos até olhados como gente a mais! Quase empalidecemos. Poderia ser?

— Não, queridos amigos, não podia ser. Não é!

Em todos os exércitos modernos a motorização se deu. É inevitável, embora em muitos casos, não possa, nem deva ser total. Mas nem por isso o veterinário desapareceu. Pelo contrário! O seu campo de acção alargou-se e da função clínica quase exclusiva que era a sua, ele passou a dedicar-se e a ser utilizado com carácter sistemático na inspecção de alimentos de todas as origens.

É que os exércitos perceberam que mais valia evitar a doença que curá-la. A medicina preventiva aplicada às tropas atingiu níveis nunca antes sonhados. Apareceram poderosos insecticidas, fizeram-se vacinações em massa e conseguiram-se resultados surpreendentes. As terríveis epidemias, que acompanharam a 1.<sup>a</sup> guerra mundial, não apareceram na segunda.

A saúde e o bem estar do combatente tornaram-se preocupação imperiosa. Passou a fazer-se a inspecção sistemática dos alimentos, locais de fabrico, depósitos e armazéns evitando e localizando a alteração e a fraude. O veterinário passou a ser o grande colaborador do Serviço de Saúde nessa acção de medicina preventiva que atacou e venceu as possibilidades perigosas e extensas das toxi-infecções alimentares com as suas terríveis consequências para as tropas. Foi verificada ao veterinário a sua utilidade e eficácia e aproveitada a sua acção.

Assim o compreenderam os Comandos também em Portugal e depois da estadia de dois veterinários nos Estados Unidos da América, frequentando Escolas de especialização em Bromatologia, cursos intensivos se têm realizado de forma a actualizar tènicamente todo o quadro dos veterinários militares portugueses. E, apesar da descrença de alguns, podemos já, consoladoramente, afirmar serviços prestados neste campo de acção.

Desde 1953, em que estive em Santa Margarida a 1.<sup>a</sup> Equipe de Inspeção de Alimentos, até hoje, não tem havido ali manobras importantes em que a presença das equipas de inspecção não se tenha feito sentir. Do seu esforço, do seu trabalho, do resultado da sua actuação

## Revista da Cavalaria

falam alto os louvores concedidos, a quem, só teve em mira, como sempre, bem servir.

Firmámos a nossa posição. Aguardamos agora que as equipas actuem não apenas em manobras mas também nos pontos em que a presença de tropas o exija como, por exemplo, na Índia.

Mas não só no campo da Bromatologia e da Medicina Preventiva reside agora a nossa actuação. O hipismo não desapareceu nem pode desaparecer como forma de preparação militar; não desapareceu nem desaparece a Cavalaria da Guarda Nacional Republicana quer na cidade quer nos campos. A motorização, num país de zonas de operações variadas, não pode ser total. A função clínica continuará, portanto, a existir. Mas, para além dela, para além das funções atrás citadas, há uma que espera em Portugal a nossa utilização: é o Serviço de Cães de Guerra.

Na França e na Inglaterra são os veterinários militares quem tem a seu cargo este serviço quer no que diz respeito à clínica dos cães quer no que respeita a treino de homens e de animais. Assim, eles chefiam os centros de treino e comandam as unidades de cães.

Visitámos em 1954 dois centros de treino em Inglaterra. Lá nos foi dito que a utilização do cão representava uma grande economia em pessoal. Por isso os ingleses prestam tanta atenção aos cães de guerra e as suas unidades de cães se estendem da Alemanha à Coreia, passando pelo Kénia, Médio Oriente, Birmânia, Singapura e Hong-Kong. Na Indochina a acção dos cães franceses foi notável e lá estiveram eles agora, também, em operações em Marrocos.

Em Inglaterra perguntaram-nos se já tínhamos cães na Índia. Finjimos não saber. Foi-nos afirmado a seguir por quem tinha estado ali com uma Secção de Cães, no tempo da ocupação inglesa, que os indianos têm o pavor dos cães. Em locais onde existissem «cães de guerra» não aparecia um.

Com o conhecimento que temos feito do assunto ousamos afirmar que na Índia, por exemplo, uma forte polícia militar bem guarnecida de cães convenientemente treinados, pelo que pouparia de pessoal, traria à nação uma economia difícil de prever. Está provado e escrito que um cão sentinela bem treinado faz o serviço de 6 a 8 homens e com uma eficiência inegalável.

Aguardemos confiantes que as instâncias superiores acabem por reparar, como aconteceu lá fora, nas vantagens deste serviço e que, como lá fora, também, ele seja considerado com a importância que merece.

## Revista da Cavalaria

E se, como em Inglaterra e em França, for a nós veterinários que nos caiba a honra do Serviço de Cães de Guerra, tenhamos a certeza que havemos de cumprir tão bem como os melhores ingleses e franceses que constantemente lemos nas revistas militares veterinárias serem citados e condecorados por operações de guerra. Não nos faltam para isso, como portugueses, longos séculos de história a darem-nos dignidade e amor próprio, tradição e fé. Não nos falta boa vontade, nem material humano capaz de o desempenhar.

Mas outras podem ser ainda as nossas missões:

- nos laboratórios militares de bacteriologia, colaborando com o Serviço de Saúde nas análises e nas produções de Soros e Vacinas;
- nas fábricas de pólvora, munições e armamento para a necropsia de animais de experiência;
- na elaboração e fabrico de rações de campanha, como bromatólogos em colaboração com os nutricionistas, higienistas e tecnologistas;
- na mobilização industrial, colaborando, do ponto de vista técnico, evidentemente, na ocupação das indústrias de interesse militar ou nacional ligadas à alimentação e à saúde quer das tropas quer da população civil;
- na guerra A B Q, colaborando na defesa, detecção e combate aos agentes ofensivos empregados contra os alimentos, contra os homens ou contra os animais.

É toda uma variedade e multiplicidade de trabalho e de utilização que surpreende quem a não tenha pensado.

Por tudo o que sucintamente expusemos, e que lá fora já existe em escala grandiosa, verificamos que não nos faltam tarefas e ocupações. Por isso, com entusiasmo e fé no futuro do nosso quadro, podemos jubilosamente daqui bradar:

— Amigos! Corações ao alto! Com a evolução dos tempos o Serviço Veterinário não morreu, transformou-se! E no nosso caso, em que a transformação também já começou, aguarda e confia. Estará presente nos seus variados campos de acção onde for preciso e, pronto como sempre, para bem servir.





# Hippismo



## SUMÁRIO

Hipismo em Moçambique

*Capitão Vasconcelos Porto*

O Concurso Internacional de Lisboa  
visto da «Pelouse»

J. A.



# HIPISMO EM MOÇAMBIQUE

pelo Capitão VASCONCELOS PORTO



Apesar do desporto hípico ter perdido, para muitos elementos da nossa Arma aquele interesse que antigamente lhes merecia e levava alguns deles a servir-se de todos os meios para ficar entre nós, o certo é que a nossa Revista mantém a sua secção de Hipismo onde este assunto não aparecerá descabido e merecerá a atenção daqueles para quem o cavalo ainda não é «história antiga», relembrando a outros um passado saudoso. Uma e outra razões nos levaram a dizer qualquer coisa sobre as actividades hípcas na Província Ultramarina de Moçambique.

\*

Tem o desporto hípico, apesar da época que corre, um incremento grande não só em Lourenço Marques como na cidade da Beira. Isto depois de um período de apatia, que se seguiu àquele em que os nossos cavaleiros com tanto sucesso iniciaram o intercâmbio com a África do Sul.

O muito que anteriormente se havia conseguido, especialmente em prestígio hípico, — já lá vai um bom par de anos! — ia-se perdendo, pois era em bases pouco sólidas e instáveis que assentava a sua estrutura e tudo o que dizia respeito a este desporto. Dependia-se em abso-

## Revista da Cavalaria

luto da «carolice» dos que passavam pelo Grupo de Esquadrões de Moçambique e do entusiasmo do seu comandante por coisas de cavalos, limitando-se os locais, quando muito, a assistirem às provas que porventura se realizassem.

Havia, portanto, que dar novo rumo à orientação seguida que o quase total desaparecimento dos cavalos do Grupo de Esquadrões de



*A sede do Centro Hípico*

Moçambique tornou mais premente, a fim de o hipismo ter futuro assegurado e continuasse a ser elemento de excepcional importância nas boas relações com os nossos vizinhos, para quem, como cavaleiros, apresentamos uma faceta muito lisongeira. Exigia-se, portanto, a criação de um Centro Hípico o que se conseguiu em 1948, o qual aceitando a colaboração e amparo de todos, lançou as suas raízes entre os habitantes de Lourenço Marques criando-lhes o gosto pelo cavalo e desportos afins, chamando novos entusiastas, fazendo surgir novas dedicações, viesse a garantir continuidade...

Tem o Centro Hípico, felizmente, progredido com acerto e segurança, incitando outras cidades moçambicanas, onde, para alguns, o cavalo era impossível sobreviver, a seguir o seu exemplo. Entre estas

# Revista da Cavalaria

destacou-se a cidade da Beira que acaba de criar o seu Centro Hípico e dispõe já de um hipódromo de futuro.

\*

Claro está que não tem faltado o sentido de uma boa colaboração e se tem sabido aproveitar tudo quanto, a experiência, o conhecimento e o entusiasmo dos oficiais de cavalaria, possa dar para o incremento do Hipismo. A muitos deles se deve já bastante do que há feito pelo Centro Hípico, sem que a saída deste ou daquele ponha em risco a sua continuidade.

\*

O Centro Hípico criou uma Escola de Equitação. Funciona esta Escola sem grandes pretensões técnicas mas com objectivos concretos: alargar o âmbito do hipismo, torná-lo acessível a todos, e, principalmente, dar a conhecer as suas virtudes ao desenvolvimento físico e moral da Juventude, a quem tão bem faz.

O desenvolvimento e aumento crescente das necessidades e exigências do Centro Hípico tem permitido a execução do plano completo do Hipódromo, o qual tem vindo a realizar-se, dentro das nossas possibilidades financeiras, por fases, correspondentes à progressão da nossa expansão.

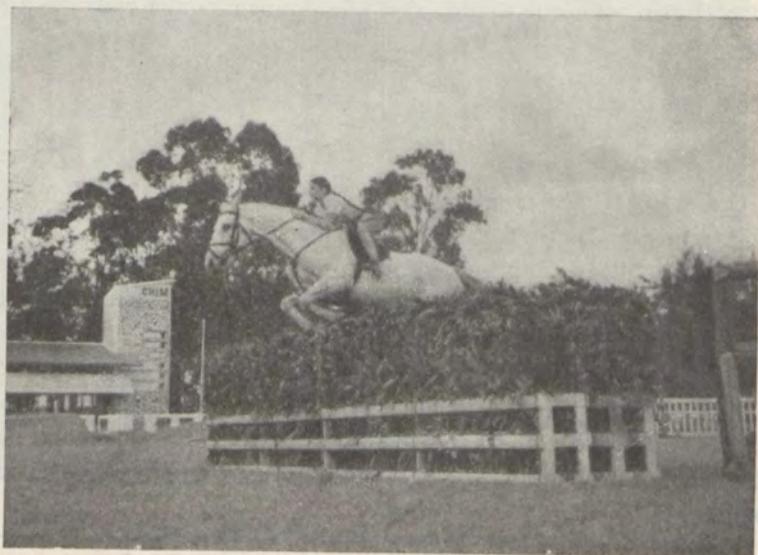
Depois de construído o campo de provas, o campo de treinos, quase com idênticas medidas, as pistas de galope, plana e com obstáculos, o picadeiro, a sede e secretaria do Centro, as cavalariças em boxes individuais, a enfermaria, a casa de arreios, a casa para o guarda, o armazém para rações e a graciosa tribuna de júri, restava-nos adquirir cavalos para a escola, o que se fez, e que com os cavalos propriedade dos sócios enchem, neste momento, por completo as 52 «boxes» de que o Centro dispõe.

Construídas à primeira vista folgadoamente, já hoje não se integram na ideia que presidiu à sua construção pois, para lá se meterem os cavalos estrangeiros durante os concursos internacionais, um dos objectivos para que se construíram, têm de se recolher os cavalos da Escola de Equitação a outros locais.

Cerca de metade dos cavalos instalados no Centro Hípico são propriedade dos sócios, alguns deles razoáveis cavalos de obstáculos.

# Revista da Cavalaria

Os restantes são os cavalos utilizados no funcionamento das turmas da Escola de Equitação, que funcionam diariamente e com um movimento elevado de alunos cujo número atingiu, só no mês de Junho, os noventa, na sua maioria com duas lições semanais o que para o nosso país constitui sem dúvida «record». Não se deixará de dizer que por vezes, aos domingos e feriados, as cavaliças ficam desertas, constituindo o meio cento de cavalos em passeio um conjunto de certo vulto que pelo menos traduz uma ideia em marcha.



*Uma aluna da Escola de Equitação, filha da respectiva instrutora do Centro Hípico*

Antes de se fazer referência à actividade hípica de carácter internacional, falemos daquilo que o Centro Hípico considera sua actividade própria.

Para um clube hípico como este, em que os sócios na sua maioria cavaleiros e com uma categoria hípica, que, exagerando, poderemos considerar média, mal se estaria se se circunscrevesse a actividade hípica à Equitação de Obstáculos ou ao ensino, já levado a um grau muito além do que se podia exigir a amadores... muito amadores. Realizam-se, claro está, provas de obstáculos para vários graus e categorias de cavalos e cavaleiros, umas com vista à preparação e manu-

## Revista da Cavalaria

tenção em forma dos já concursados, outras destinando-se a meter em obstáculos novos cavalos. Actualmente por intermédio de «poules», no mínimo mensais, estão em disputa duas taças. Uma a atribuir ao melhor conjunto «cavalo-cavaleiro»; outra destinada ao melhor cavalo de obstáculos estreante no ano em curso. Esta última prova, despertando talvez mais entusiasmo do que a outra pelo despique posto, pelos diferentes proprietários de cavalos, na luta a fim de alcançarem para o seu cavalo o título de campeão.

Além destas provas, há também as destinadas aos cavaleiros principiantes, as quais começam a disputar-se não em Julho, como as restantes, mas sim em Janeiro para findarem tal como as outras em Julho, altura em que se encerra o ano hípico.

Não é, como se disse, a Equitação de Obstáculos aquela a que o Centro Hípico, pela sua Escola de Equitação, dá maior importância. O Centro Hípico tem especialmente interesse em aumentar o número de cavaleiros sem se preocupar exageradamente com a sua qualidade. Não se faz qualquer restrição em idade, peso ou altura aos que começam pois há cavaleiros não só exageradamente novos fazendo já volteio com muito desembaraço, como até pesados em idade. Não faltam também aqueles que regressaram ao prazer da Equitação, para matar saudades da «arte de bem cavalgar toda a sela».

Para todo este conjunto de cavaleiros, têm-se organizado pequenas gincanas, passeios e festas hípicas onde sempre, com ternura, os papás vêm ver os seus meninos e onde por vezes alguns meninos vêm ver os seus papás!...

Em Março deste ano foram apresentados, em público, os alunos da Escola de Equitação. O grupo dos mais cavaleiros apresentou-se numa prova de desembaraço, a que não faltava certa correcção a saltar os obstáculos fixos e sebes. Os mais pequenos, quase trinta, em volteio, tendo feito sensação, pelo conjunto, tamanho de alguns, à-vontade e correcção, o que lhes valeu, da parte da assistência, um entusiástico aplauso. A segunda parte deste festival foi preenchida com a apresentação da Escola de Senhorinhas e meninas dirigida por uma senhora e pela prova de obstáculos da série em curso.

Feita a traços largos alusão à movimentação do Centro Hípico com a «prata da casa», façamos uma referência, ainda mais ligeira, às provas de carácter internacional em Lourenço Marques e àquelas da África do Sul em que os nossos cavaleiros tomaram parte.

O mais importante concurso hípico que tem lugar em África, ao sul do Equador, é sem dúvida alguma, pela categoria das suas provas, pelo

## Revista da Cavalaria

elevado número e qualidade dos seus concorrentes, o Concurso Hípico da Páscoa realizado em Joannesburgo, uma das mais importantes cidades da União da África do Sul. É já tradicional a participação dos cavaleiros portugueses neste concurso, onde sempre têm deixado boa impressão.

Este ano a preparação dos nossos cavaleiros foi, talvez, pouco metódica e até deficiente, mas a sorte não os abandonou e os resultados foram francamente bons. Moçambique fez-se representar em Joannes-



*Uma vista dos boxes do Centro Hípico*

burgo por sete cavaleiros, dos quais só seis se mantiveram até ao fim, e destes, dois cavaleiros civis, uma senhora e seu marido.

Os melhores resultados foram obtidos pelo capitão Dores, o grande vencedor do «Campionship», proeza pela primeira vez alcançada por um cavaleiro português, e pelo Tenente Brandão de Brito que se evidenciou pela sua regularidade e pela maneira como apresentou os seus cavalos, fruto de um trabalho sério e persistente.

No mês de Maio realizava-se em Lourenço Marques o IX Concurso Hípico Internacional com a participação de uma equipe sul-africana de valor em que se distinguiu Georgina Peerman, que os cavaleiros portugueses que há dois anos estiveram em Londres devem ter conhecido,

## Revista da Cavalaria

a qual alcançou, mais uma vez, a maioria dos primeiros prémios, com os três cavalos muito bons de que dispõe. O Grande Prémio e a Prova de Equipes foram no entanto ganhos pelos cavaleiros de Moçambique.

Em Junho, uma equipe de Lourenço Marques, deslocou-se a Nelspruit a tomar parte no seu Concurso Hípico anual, tendo-se classificado na maioria das provas. Um pouco mais tarde, uma outra equipe ia à Suazilândia onde, em Mbabane, obtinha todas as classificações do Concurso.

Em Agosto, realizaram-se na União, o chamado Concurso da Primavera de Joannesburgo e o Nigel Show. A estes dois só se deslocou o Capitão Trigo de Sousa, que obteve vários prémios, entre eles o Grande Prémio de Nigel.

Pelo que se vê, não foi um ano de inactividade para os cavaleiros de Moçambique. O aparecimento do Centro Hípico da Beira mais animação virá dar ao hipismo, para o que muito contribuirá o intercâmbio entre as duas cidades, logo que possível. No próximo ano, prevê-se a primeira visita à Rodésia dos cavaleiros de Lourenço Marques onde o novo caminho de ferro do Limpopo permite chegar sem dificuldades.

A visita de Sua Excelência o Presidente da República no próximo ano, exige que o Centro Hípico de Lourenço Marques mostre o que já realizou e se associe com todo o entusiasmo às manifestações que Moçambique prepara ao seu Chefe de Estado. Prepara-se a direcção do Centro Hípico para, além da apresentação dos seus cavaleiros, a realização de uma prova nos moldes da Taça das Nações com a participação dos cavaleiros da União da África do Sul e da Rodésia.



# O Concurso Internacional de Lisboa

visto da «Pelouse»

por J. A.



Depois da magna reunião hípica que constituiu o C. I. O. L. de 1954, não era possível, no nosso acanhado meio e dispondo de um público restrito, repetir tal procedimento no ano seguinte. Aquela tinha sido viável, também, devido a um conjunto de circunstâncias que não tiveram lugar este ano.

Deste modo, voltou-se às proporções normais da organização mas, mesmo assim, ainda vieram até nós duas

equipas estrangeiras, uma espanhola e outra francesa, que serviram, até certo ponto, para animar e dar réplica aos cavaleiros nacionais.

É um esforço, digno de maior compensação, aquele que a S. H. P. vai realizando para pôr de pé, no mesmo nível de dignidade e elegância, o Internacional de Lisboa. Não se poupa a esforços a Direcção da Sociedade e, assim, o concurso teve agora a organização material a que todos — público e concursistas — já se habituaram.

No entanto, temos a impressão de que a concorrência desse mesmo público foi inferior à dos anos anteriores e houve, talvez, menos entu-

## Revista da Cavalaria

siasmo pelas provas. Estará o público cansado de um género de espectáculo que não pode, em si, ter grandes variações? Ou, os tempos modernos, as gerações que vão aparecendo, têm um menor interesse por ele?

Tanto quanto a nossa sensibilidade nos permitiu observar, constatámos que, tendo havido, inclusivamente, umas óptimas condições de tempo para a realização do concurso, não foi tão sensível a presença de público.

É possível que esta impressão seja consequência, também, da diferença de escala, até nas próprias instalações do campo, do ano anterior para este ano.

Dentro das restrições de vária ordem que as actividades equestres militares têm sofrido e as que impendem sobre a organização de concursos internacionais, reuniram-se somente cinquenta cavalos e pouco mais de metade desse número de cavaleiros, nesta semana hípica de Lisboa.

De salientar, desde já, a presença entre aqueles de D. Ana Ribeiro Ferreira, que com *Gay-boy* e *Nuit d'Avril* marcou uma agradável presença e manteve uma tradição, ainda que não tenha sido feliz.

Mas, o que constituiu — independente da vontade dos homens — um factor que devia contribuir para favorecer o ambiente em que as provas se realizaram, foi o tempo primaveril que somente no último dia se mostrou menos agradável. Mas, nos outros dias não podia servir de justificação para o afastamento do público das provas. Poucas vezes nos lembramos daquelas se terem realizado em condições atmosféricas tão propícias como as deste ano. Bem nos temos aqui queixado do vento frio que em outros anos ali costuma fazer.

O calendário compreendia seis jornadas assim dispostas: dia 15 de Maio, a clássica «Omnium» — prova «S. N. I.»; dia 16, «Turf Club» e «Federação Equestre Portuguesa», esta de dificuldades progressivas e digressivas; dia 18, «Direcção Geral dos Desportos», de estafetas e a tradicional pugna ibérica, a «Taça de Ouro da Península»; dia 19, a prova de caça, «Capitão José Beltrão» e a das «6 barras», «Ministério do Exército»; dia 21, o sábado elegante do *Grand Prix*, prova «Câmara Municipal de Lisboa»; e, finalmente, dia 22, a prova «Equipagem de S.<sup>to</sup> Huberto», de percurso à escolha do concorrente e a *Taça das Nações*, prova «General Craveiro Lopes», que deveria fechar com chave de ouro esta semana de reunião daqueles que praticam ou são admiradores desse esplêndido amigo do Homem que é o Cavalo.

As equipas estrangeiras apresentadas este ano no relvado do velho campo do «Jockey» — e por quantos anos mais isso ainda acontecerá? —

## Revista da Cavalaria

eram constituídas por alguns já conhecidos «habitues» e por outros elementos que vinham pela primeira vez até nós.

Assim, da equipa espanhola faziam parte: Tenente-Coronel D. Joaquim Nogueras, chefe, com *Fogarata*, um esplêndido anglo-normando; Comandante D. Pedro Dominguez Manjon, com *Jawohl* (alemão) e *Incierto* (francês); Comandante D. Marcelino Gavillan, com *Friso* e *Very-Hot* (ambos irlandeses), já muito nossos conhecidos e bastante



*A Equipa Nacional que ganhou a Taça de Ouro da Península constituída pelo Major Fernando Pais, Capitão António de Spínola, Capitão Rodrigo Silveira, Capitão Henrique Calado e Tenente Neto de Almeida*

perigosos; Capitão D. Juan Nardiz, com *Sad-Prince* (P. S. I. E.) e *Mister B* (irlandês); Tenente D. Luiz Cabanas, cujo apelido tem tradições nos meios hípicas, com *June* (espanhol) e *Cavaquino* (argentino); e, por último, o *habit rouge* D. Carlos Lopes Quezada, que com *Tapatio*, constituiu um dos conjuntos mais agradáveis em campo e que muito se distinguiu durante as provas. Indicamos, entre parênteses, a origem das montadas da equipa do país vizinho, por constatar-mos que, aparte uma delas que é de origem espanhola, todas as outras são estran-

## Revista da Cavalaria

geiras. O caminho seguido é idêntico ao nosso e os resultados, de uma maneira geral, também.

Continuamos a não aceitar como bom o critério seguido de remontar no estrangeiro, mas, certamente, devemos ser nós que estamos errados, porque nele se insiste. Agora, cremos mesmo, que já será tarde para mudar. Mas, talvez, ainda valesse a pena tentar gastar, pelo menos, algum desse dinheiro que sai para fora do País, para obter, entre nós, cavalos nacionais com categoria. O que é facto é que não possuímos, de qualquer modo, *ferramenta* para nos batermos em condições de desafogo.

Não se trata de um nacionalismo piegas, que aqui não tem cabimento, mas da constatação dos resultados que se têm vindo obtendo com os métodos seguidos. Se é possível ou não mudar deles, desconhecemos, mas que não têm resultado como se desejaria, isso é facto. Continuamos, sebastianicamente, à espera de cavalos que nos permitam marcar uma posição de destaque. As vitórias que obtemos ainda são mais um produto do esforço pessoal em tirar rendimento de cavalos que estão longe de ter as qualidades que seriam de admitir em «internacionais». O nosso melhor conjunto ainda continua a ser Calado com *Caramulo*. Isto diz tudo.

Fica-nos, mesmo, a dúvida, como este ano ainda aconteceu, se fomos nós que impusemos marcas difíceis de bater ou se foram os outros que não podiam ultrapassá-las.

Cremos que este estado de coisas contribui em grande parte para o desinteresse que sentimos, como dissemos. Compreendemos que a nossa falta de meios para lutar em boas condições com fortes equipas estrangeiras conduza a aceitar a vinda daquelas que forem possíveis na ocasião. Mas, deste modo, entramos num ciclo vicioso em que o nível do espectáculo vai baixando. Há, portanto, que cortar aquele ciclo em qualquer ponto, sob pena de vermos o público ir-se afastando, irremediavelmente.

De França vieram, chefiados pelo Tenente-Coronel Cavaille: o Capitão Fombelle, com *Un bel oiseau* e *Acrobate*, um cavalo cujo nome corresponde à forma de saltar; Capitão Bouteiller, com *Tango* e *Topinambour*; Capitão Lefrant, com *Djico* e *Zinzolin*; e Tenente Moreau, com *Urgelle* e *Eros*.

A «Omnium», no primeiro dia, proporcionou uma boa intervenção do Tenente Moreau, que classificou *Eros* em 1.º lugar e *Urgelle* em 9.º

A prova inicial de um concurso é sempre a de pior rendimento para os cavalos, pela estranheza que o campo lhes dá, quer pelo piso, quer

## Revista da Cavalaria

pelos obstáculos. Contudo, os da equipa espanhola estiveram particularmente infelizes, não tendo entrado em classificação, ainda que se tenham destacado alguns dos seus percursos, em especial de *Tapatio* com Lopez Quezada. Os sete percursos classificados cobriram o percurso sem faltas, e o mais rápido foi o de *Urgelle* com um toque.

No segundo dia, com concorrência inferior ao do anterior, a prova «Turf-Club» proporcionou uma boa vitória a Henrique Calado. Só Dominguez Manjon se classificou em 5.º lugar, com *Incierto*.

A segunda prova do programa, «Federação Equestre Portuguesa», compreendeu uma eliminatória sobre uma linha de 7 obstáculos — 1 simples, 1 duplo, 1 triplo, 1 quádruplo, e depois, a *escala* descendente semelhante à inicial. Doze cavaleiros — seis portugueses, cinco espanhóis e um francês — passaram à *barrage* em que triunfou Álvaro Sabo com *Licorne*.

O terceiro dia compreendeu a prova de estafetas como aperitivo da «Taça de Ouro da Península». A primeira prova resulta, por vezes, com certo movimento, mas não se torna suficientemente emotiva, como a sua concepção poderia fazer prever, porque o *segundo* das equipas nunca está na melhor posição para avaliar da sua intervenção em caso de derrube do companheiro que está correndo. Daqui resultam perdas de tempo, a prova tornar-se extensa e a assistência perder a atenção a breve trecho.

A Taça de Ouro foi, este ano, disputada pelas seguintes equipas: por parte da Espanha, Tenente-Coronel Noguerras, com *Fogarata*; Capitão Juan Nardiz, com *Sad-Prince*; Comandante Manjon, com *Jawohl* e Comandante Gavilan, com *Very-Hot*; por Portugal, Capitão Spínola, com *Achiles*; Capitão Silveira, com *Impecável*; Tenente Almeida, com *Imperatriz* e Capitão Calado, com *Caramulo*.

Do nosso lado Spínola e Neto de Almeida fizeram a mesma pontuação (8,0) nas duas mãos. *Impecável*, tocou em ambas (4,4) e *Caramulo* ainda foi o melhor de todos (0,4).

Do lado dos nossos competidores, *Fogarata* e *Very-Hot* igualaram-se, também, pois somaram os mesmos pontos, nas duas mãos (12,0 e 8,4); seguiu-se *Sad-Prince* (0,8) e *Jawohl* foi penalizado no tempo por ter feito ambos os percursos devagar em demasia. Ganhámos, assim, por uma escassa margem de dois pontos e alguns décimos.

A prova deste ano tinha particular interesse porque decidiria da posse, para nós, de mais uma Taça, a sétima em disputa. Com a nossa vitória averbámos a quarta taça nesta pugna tradicional entre as Cavalarias peninsulares.

## Revista da Cavalaria

No 4.º dia, a prova de caça constituiu um bom triunfo para o conjunto Neto de Almeida com *Impecável* em dia particularmente feliz. Seguiu-se a prova das «6 barras» em que não estivemos à altura das circunstâncias. Este tipo de provas só se torna interessante depois da primeira eliminatória. Esta, no corrente ano, reduziu os vinte e quatro competidores iniciais a onze. Saiu vencedor Dominguez Manjon, seguido de perto pelo Capitão Fombelle em *Acrobate*. Calado com *Martingil* ficou na 3.ª barrage.

O sábado do «Grande Prémio» teve o ambiente de elegância costumeado e a concorrência de público aumentou. Teve a assistência de Sua Ex.ª o Presidente do Conselho e diversos membros do Governo e dos embaixadores de Espanha e de França.

Antes da prova grande do dia, a juventude marcou o seu lugar nas provas «Júniors» para cavaleiros de menos de 18 anos e «Diana» para senhoras que não tomaram parte nas provas oficiais.

A primeira das provas referidas reuniu 17 cavaleiros. Alguns dos apelidos destes — Pais, Sobral, Falco Pereira, Barrento, Reis, entre outros — mostram que a tradição se mantém e os «filhos de peixe procuram saber nadar»... Guilherme de André Reis, o último concorrente a entrar em campo, foi, com o *Janotinha*, o vencedor da prova.

A «Diana» reuniu apenas quatro concorrentes, montando cada uma dois cavalos. Foi vencedora a nossa já conhecida D. Martine de Stoop, a quem já pouco falta para se abalançar às provas grandes. Como o tempo passa!...

Dos 50 cavalos inscritos na «Omnium» só sete *faltaram à chamada* para o Grande Prémio — *Gay Boy, Marlborough, Hannover, Nuit de Avril, Ephrayne, Congo II e Corsário* —. Ainda que mais alguns dos inscritos não tivessem chegado a entrar em campo, não há dúvida que foi interessante a frequência à *prova grande*.

A deste ano tinha o volume, a extensão e as dificuldades que usualmente lhe são inerentes e marcam o ponto mais alto do conjunto das provas. Lá estavam — o muro encarnado, compacto e imponente; o duplo de «oxers», largos e altos, com carros de feno; as barras verticais com as suas distâncias variáveis, a obrigar a medições; e aquela fatal «cancelinha», causa de tantas arrelias. Enfim, não faltaram nenhum dos obstáculos em cuja transposição são postas à prova as qualidades das montadas e dos ginetes. Por isso, para alguns, já muito bom é chegarem ao fim de um grande prémio desta categoria.

Logo de início *Tapatio* limpou, num bom percurso que impressionou a assistência e o creditou para a «barrage» que definiu o primeiro

# Revista da Cavalaria



*O Capitão Henrique Calado montando Caramulo em que ganhou  
o Grande Prêmio de Lisboa*

## Revista da Cavalaria

classificado; *Caramulo* foi obrigado a limpar o percurso e viria a ser 2.º; *Incierto*, com Manjon fez, em tarde de sorte, também um percurso limpo. Da mesma natureza foram os de *Very-Hot* e *Acrobate* mas penalizados em 1/2 ponto por excesso de tempo.

Já a meio da prova, novamente Henrique Calado realiza um bom percurso sem faltas com *Martingil* que foi o vencedor por ter limpo a «barrage» de desempate para o primeiro lugar.

Deste modo, Calado conseguiu duas marcas notáveis e interessantes. Venceu, pela terceira vez consecutiva, o Grande Prémio de Lisboa e desceu à pista com os dois cavalos com que entrou em prova, classificados em primeiro e segundo lugar. Valha-nos isso! É manifesto que foi uma notável vitória pessoal de alguém que deverá estar hoje classificado entre os primeiros cavaleiros europeus. É incontestável e absolutamente certo o seu valor e, portanto, os resultados que venha a obter são sua natural consequência.

Só é pena que, como aqui aconteceu, os restantes elementos nacionais tanto dele se distanciassem. Na verdade, Quezada, Manjon, Gavillan e Fombelle interpuzeram-se entre ele e os nossos mais próximos classificados, marcando o seu valor e posição, mas definindo também uma situação que não é favorável para nós.

Tal situação ficaria marcada, também, nas provas do último dia. Deu a impressão que os nossos cavalos se foram *apagando* à medida que a semana ia decorrendo.

Este último foi desagradável sob diversos aspectos. Para não deixar os seus créditos por mãos alheias a chuva marcou a sua presença e desforrou-se dos dias anteriores em que não tinha feito sentir a sua acção. Os nossos cavaleiros da equipa internacional actuaram em nível extraordinariamente baixo. Foi um triste fim de festa.

A última reunião do concurso iniciou-se com a «S.<sup>to</sup> Huberto», em percurso livre, que deu aso a mais uma brilhante vitória de Calado com *Martingil*. D. Caetano de Lencastre, no *Invento*, a quem nos referiremos ainda em especial e Álvaro Sabo, com *Licorne*, que marcaram também posição neste concurso, classificaram-se seguidamente.

Com o cerimonial costumado — porta-bandeiras, charanga e escolta de um esquadrão — para cujo brilho contribuiu, largamente, o aprumo e esplêndida apresentação do pessoal da G. N. R. a que pertenciam aqueles elementos, fez-se a apresentação das equipas que tomaram parte na «Taça das Nações».

Na primeira mão desta prova marcou posição *Tapatio* que limpou, repetindo o feito na segundo mão. Não se julgue que é de somenos tal

## Revista da Cavalaria

intervenção pois só houve mais dois percursos limpos em toda a prova: o de *Caramulo* (ainda!), na primeira parte, e os de *Sad Prince* e *Jawohl* na segunda.

Todos os outros componentes das equipas tocaram em maior ou menor escala. Na primeira volta estávamos, com 12 pontos (*Achiles* 8, *Impecável* 4 e *Caramulo* 0) em boa posição, tendo *Imperatriz* (12 pontos) sido eliminada.

A Espanha totalizara  $21\frac{1}{4}$  e a França, a mais infeliz de todas, 36 pontos.

Mas, na segunda volta, o pouco brilhantismo com que estávamos actuando acentuou-se e, então, os quatro toques de *Impecável*, em face dos percursos limpos dos três componentes da equipa espanhola puseram fora de causa qualquer pretensão nossa.

A categoria, bafejada por alguma sorte, pesou nítida no resultado que foi um mau fecho de concurso.

Antes de encerradas estas breves notas, nas quais, sem pessimismo, procuramos traduzir as impressões que este concurso nos deu, não queremos deixar de referir o comportamento correcto e certo de D. Caetano de Lencastre, com *Invento*. Um 2.º na «S.º Huberto» e um 4.º na «Turf-Club» foram justo prémio da sua actuação, em que se vão acentuando as suas qualidades de concursista. Teve, para nós, o mérito também de, com Lopez Quezada, não deixar perder a tradição dos «habit rouge». Pena é que mais não existam.

Alvaro Sabo, com *Licorne*, marcou depois de Calado lugar de destaque entre os concorrentes nacionais.

Ainda que não tivesse sido considerada na *semana hípica de Lisboa*, pois nem sequer veio mencionada no programa *officiel* do Concurso, no sábado anterior ao início deste disputou-se a prova de Ensino, «Jara de Carvalho».

Constituiu uma brilhante vitória para o Ten. Alvaro Sabo que, pelas classificações obtidas nos três anos, acabou por ser seu vencedor absoluto.

Este ano classificaram-se nos três primeiros lugares: Ten. Mathias, com *Núcleo*; Cap. Rhodes Sérgio, com *Fandango*; e Ten. Alvaro Sabo, com *Harmónio*.

E, assim, damos por findas as nossas considerações, desejando que em 1956 se modifique o panorama hípico e melhor sorte bafeje as cores nacionais para bem da propaganda hípica e do desporto equestre nacional, e melhor proveito da organização do XLV Concurso Hípico Internacional de Lisboa.

# Revista da Cavalaria

## RESULTADOS

(15 a 22 de Maio)

### Prova «Secretariado Nacional da Informação Cultura Popular e Turismo» (Omnium)

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	2.000\$00 e Taça SNI	Ten. Moreau	Eros	0 1,05-2
2.º	1.000\$00	Cap. F. Cavaleiro	<i>Cara Linda</i>	0 1,06-1
3.º	700\$00	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	0 1, 0-9
4.º	500\$00	Cap. Rodrigo Silveira	<i>Imperatriz</i>	0 1,09-4
5.º	400\$00	Ten. Neto d'Almeida	<i>Jacaré</i>	0 1,11
6.º	300\$00	Cap. António Spínola	<i>Hannover</i>	0 1,12
7.º	300\$00	Cap. António Spínola	<i>Achiles</i>	0 1,16
8.º	200\$00	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Castiço</i>	3 1,13-4
9.º	200\$00	Ten. Moreau	<i>Urgelle</i>	4 1,01
10.º	200\$00	Cap. Fombelle	<i>Acrobate</i>	4 1,02-1
11.º	200\$00	Ten. Alvaro Sabbo	<i>Cafoné</i>	4 1,03
12.º	200\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Caramulo</i>	4 1,03-2

### Taça «Jara de Carvalho»

1.º	2.000\$00	Ten. Jorge Matias	<i>Núcleo</i>
2.º	1.000\$00	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Fandango</i>
3.º	500\$00	Ten. Alvaro Sabbo	<i>Harmónio</i>

### Prova «Jurf Club»

1.º	2.000\$00 e Min. Taça	Cap. Henrique Calado	<i>Caramulo</i>	0 1,08
2.º	1.000\$00	Ten. Virgilio Raposo	<i>Flama</i>	0 1,10-1
3.º	700\$00	Ten. Neto de Almeida	<i>Impecável</i>	0 1,10-2
4.º	400\$00	D. Caetano Lancastre	<i>Invento</i>	0 1,10-3
5.º	300\$00	Com. Pedro Dominguez	<i>Incierto</i>	0 1,11-1
6.º	200\$00	Cap. Rodrigo Silveira	<i>Imperatriz</i>	0 1,19
7.º		Com. Gavilan	<i>Very-Hot</i>	0 1,21
8.º		Cap. Cavaleiro	<i>Cara Linda</i>	3 1,20-3

# Revista da Cavalaria

## Prova «Federação Equestre Portuguesa»

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	2.000\$00 e Taça	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	0 0,43
2.º	1.000\$00	Com. Pedro Dominguez	<i>Friso</i>	0 0,47
3.º	700\$00	T.-Cor. Joaquim Nogueiras	<i>Fogarata</i>	0 0,49-2
4.º	500\$00	Cap. Pereira d'Almeida	<i>Florentina</i>	3 1,11-1
5.º	400\$00	Carlos Lopez Quesada	<i>Tapatio</i>	4 0,52-3
6.º	300\$00	Cap. António Spínola	<i>Achiles</i>	4 0,55-3
7.º	300\$00	Ten. Neto de Almeida	<i>Limerick</i>	8 0,48-4
8.º	200\$00	Ten. Xavier de Brito	<i>Ephrayne</i>	8 0,53-3

## Prova «Direcção Geral dos Desportos» (Estafetas)

1.º	1.500\$00	Ten. Luís Cabanas	<i>June</i>	22 1,45-2
	1.500\$00	Com. Dominguez	<i>Incierto</i>	
2.º	1.000\$00	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	22 1,50-3
	1.000\$00	Maj. Correia Barrento	<i>Congo II</i>	
3.º	700\$00	Com. Dominguez	<i>Friso</i>	22 1,52-2
	700\$00	Carlos Lopes Quesada	<i>Tapatio</i>	
4.º	500\$00	Ten. Moreau	<i>Urgelle</i>	21 1,43
	500\$00	Cap. Bouteiller	<i>Topinambour</i>	
5.º	300\$00	Cap. Fombelle	<i>Acrobate</i>	21 1,44-3
	300\$00	Ten. Moreau	<i>Eros</i>	
6.º		Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	
		Cap. Pereira de Almeida	<i>Florentina</i>	
7.º		Ten. S. Albuquerque	<i>Febus</i>	
		Ten. V. Raposo	<i>Flama</i>	
8.º		Ten. S. Albuquerque	<i>Bélico</i>	
		Ten. J. Matias	<i>Granada</i>	

## Taça «Ouro da Península»

1.ª	Portugal	Cap. António Spínola	<i>Achiles</i>	8 1,22
		Cap. Rodrigo Silveira	<i>Imperatriz</i>	0 1,20-3
		Ten. Neto de Almeida	<i>Impecável</i>	4 1,17
		Cap. Henrique Calado	<i>Caramulo</i>	4 1,24-2
				8 1,17-2 20 p.
				0 1,16-4
				0 1,30-2
				4 1,28-3

# Revista da Cavalaria

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
Espanha	T.-Cor. Nogueras	<i>Fogarata</i>	12 1,15-3
			0 1,17-2
	Cap. Juan Nardiz	<i>Sad Prince</i>	0 1,20-3
			8 1,21
	Com. P. Dominguez	<i>Jawohl</i>	2 <sup>1</sup> / <sub>4</sub> 1,41-4
		1 <sup>1</sup> / <sub>2</sub> 1,35	22 <sup>3</sup> / <sub>4</sub>
Com. Gavilan	<i>Very-Hot</i>	8 1,30	
		4 1,30-1	

## Prova «Capitão José Beltrão» (Caça)

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	2.000\$00 e Taça	Ten. Néto de Almeida	<i>Impecável</i>	1,15
2.º	1.000\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Caramulo</i>	1,22-1
3.º	700\$00	Cap. Lefrant	<i>Xeres</i>	1,23
4.º	500\$00	D. Caetano Lancastre	<i>Invento</i>	1,27-4
5.º	400\$00	Ten. Luís Cabanas	<i>June</i>	1,28-2
6.º	300\$00	T.-Cor. Joaquim Nogueras	<i>Fogarata</i>	1,29
7.º	300\$00	Ten. Alvaro Sabbo	<i>Cafoné</i>	1,29-2
8.º	200\$00	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	1,31-3

## Prova «Ministério do Exército» (6 barras)

1.º	4.000\$00 e Taça	Com. Pedro Dominguez	<i>Jawohl</i>	4.ª bar. 1,80 m.
2.º	2.500\$00	Cap. Fombelle	<i>Acrobate</i>	
3.º	1.500\$00	Cap. Henrique Callado	<i>Martingil</i>	
4.º	700\$00	Cap. Juan Nardiz	<i>Sad Prince</i>	
5.º	500\$00	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Cara Linda</i>	
6.º	400\$00	Cap. Pereira de Almeida	<i>Florentina</i>	
7.º		Com. P. Dominguez	<i>Friso</i>	
8.º		Cap. A. Spínola	<i>Achiles</i>	

## Prova «Júniczes»

1.º	Objecto de Arte	Guilherme André Reis	<i>Janotinha</i>	0 0,48
2.º	»	Mendes de Almeida	<i>Garboso</i>	0 0,48-1
		António P. Carrelhas	<i>Cutita</i>	0 0,49-2
3.º		Jorge Máximo	<i>Fajardo</i>	0 0,49-2
		Pedro Rasteiro	<i>Deux Louis</i>	0 0,49-2

# Revista da Cavalaria

## Prova «Diana»

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Objecto de Arte	D. Martine de Stoop	<i>Notável</i>	0 0,44
2.º	»	D. Maria Estarreja	<i>Janota</i>	0 0,51-3
3.º	»	D. Anne Marie Teisseire	<i>Farça</i>	0 0,59-3

## Prova «Câmara Municipal de Lisboa» (Grande Prémio)

1.º	7.000\$00 e Taça	Cap. Henrique Calado	<i>Martingil</i>	0 1,17- 3 <sup>3</sup> / <sub>4</sub> 0,47-4
2.º	4.000\$00 e Taça	Cap. Henrique Calado	<i>Caramulo</i>	0 1,14-4 4 0,35
3.º	3.000\$00	Carlos Lopez Quesada	<i>Tapatio</i>	0 1,16 4 0,40-3
4.º	2.000\$00	Com. Dominguez	<i>Incierto</i>	0 1,15-18 <sup>1</sup> / <sub>4</sub> 0,49-3
5.º	1.250\$00	Com. Gavilan	<i>Very-Hot</i>	1/2 1,25-1
	1.250\$00	Cap. Fombelle	<i>Acrobate</i>	1/2 1,25-1
7.º	514\$50	Ten. Neto de Almeida	<i>Limerick</i>	4
	514\$50	Cap. Juan Nardiz	<i>Sad Prince</i>	4
	514\$50	Ten. Neto de Almeida	<i>Impecável</i>	4
	514\$50	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	4
	514\$50	Cap. Lefrand	<i>Xeres</i>	4
	514\$50	Ten. Alvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	4
	514\$50	Cap. Rodrigo da Silveira	<i>Imperatriz</i>	4

## Prova «Equipagem de St.º Huberto»

1.º	2.000\$00 e Taça	Cap. Henrique Calado	<i>Martingil</i>	1,09
2.º	850\$00	D. Caetano Lancastre	<i>Invento</i>	1,17-3
	850\$00	Ten. Alvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	1,17-3
4.º	450\$00	Cap. Fombelle	<i>Un Bel Oiseau</i>	1,21-2
	450\$00	Cap. Duarte Silva	<i>Martinete</i>	1,21-2
6.º	300\$00	Com. Dominguez	<i>Friso</i>	1,23
7.º	300\$00	T.-Cor. Nogueiras	<i>Fogarata</i>	1,29-2
8.º	200\$00	Com. Dominguez	<i>Incierto</i>	1,29-3
9.º	200\$00	Cap. Juan Nardiz	<i>Mister B</i>	1,30-3
10.º	200\$00	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Cara Linda</i>	1,32-2

# Revista da Cavalaria

## Prova «General Craveiro Lopes» (Taça das Nações)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. <sup>a</sup> Espanha	Com. Dominguez	<i>Jawohl</i>	9 <sup>1</sup> / <sub>4</sub> 2,05-3 0 1,54-1
	Cap. Juan Nardiz	<i>Sad Prince</i>	12 1,48-3 21 <sup>1</sup> / <sub>4</sub> 0 1,48
	C. Lopez Quesada	<i>Tapatio</i>	0 1,52-3 0 1,59-2
	Com. Gavilan	<i>Very-Hot</i>	22 <sup>1</sup> / <sub>4</sub>
2. <sup>a</sup> Portugal	Cap. A. Spínola	<i>Achiles</i>	8 1,52-4 8 1,54
	Cap. R. Silveira	<i>Imperatriz</i>	12 1,48 40 20 1,54-2
	Ten. Neto de Almeida	<i>Impecável</i>	4 1,44-3 16 1,50-4
	Cap. H. Calado	<i>Caramulo</i>	0 1,50-3 4 1,50-3
3. <sup>a</sup> França	Cap. Fombelle	<i>Acrobat</i>	8 1,40-3 4 1,42
	Ten. Moreau	<i>Eros</i>	16 1,42-3 60 8 1,48-3
	Cap. Lefrant	<i>Xeres</i>	12 1,38-2 12 1,41-4
	Cap. Bouteiller	<i>Topinambour</i>	44 <sup>3</sup> / <sub>4</sub> 2,16

### «Prémio de Honra do Concurso»

10.000\$00 Cap. Henrique Calado

### Taça «General Vieira da Rocha»

Cap. Henrique Calado *Martingil*

### Taça «Dr. José Domingos Barreiro»

Ten. Alvaro Sabbo

### Taça «Engenheiro Rodrigo de Castro Pereira»

D. Caetano de Lancastrre *Invento*

*Prova de Equitação*

Prova «Generalissimo Lopez»  
(Tudo nas Nozes)

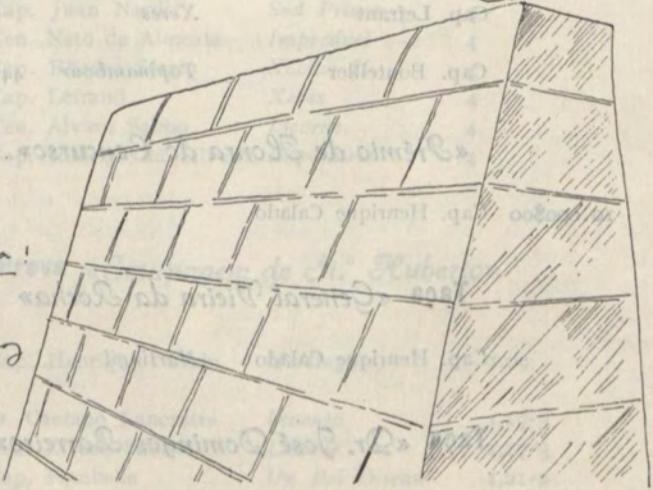
Class.	Nome	Nota
1.º	Cap. R. Portugal	12 1/8
2.º	Cap. R. Portugal	8 1/2
3.º	Cap. R. Portugal	8 1/2
4.º	Cap. R. Portugal	12 1/8
5.º	Cap. R. Portugal	4 1/4
6.º	Cap. R. Portugal	0 1/2
7.º	Cap. R. Portugal	8 1/2
8.º	Cap. R. Portugal	4 1/4
9.º	Cap. R. Portugal	0 1/2
10.º	Cap. R. Portugal	8 1/2
11.º	Cap. R. Portugal	4 1/4
12.º	Cap. R. Portugal	0 1/2
13.º	Cap. R. Portugal	8 1/2
14.º	Cap. R. Portugal	4 1/4
15.º	Cap. R. Portugal	0 1/2
16.º	Cap. R. Portugal	8 1/2
17.º	Cap. R. Portugal	4 1/4
18.º	Cap. R. Portugal	0 1/2
19.º	Cap. R. Portugal	8 1/2
20.º	Cap. R. Portugal	4 1/4
21.º	Cap. R. Portugal	0 1/2
22.º	Cap. R. Portugal	8 1/2
23.º	Cap. R. Portugal	4 1/4
24.º	Cap. R. Portugal	0 1/2
25.º	Cap. R. Portugal	8 1/2
26.º	Cap. R. Portugal	4 1/4
27.º	Cap. R. Portugal	0 1/2
28.º	Cap. R. Portugal	8 1/2
29.º	Cap. R. Portugal	4 1/4
30.º	Cap. R. Portugal	0 1/2



Classe !

Confiança !

A. P. de S. J. 1948



# Jornais revistas livros

## Ofensiva do Eixo na Tunísia Central

Fevereiro de 1943

Pelo Brlg. General Paul M. Bobinett

*O autor, comandante do Agrupamento Tático B, da 1.ª Div. Blindada, relata como os Alemães empurraram as Forças Aliadas para além de «Kasserine Pass» e como estas reagiram ao retrocesso, virando a feição da batalha contra o seu, então, mais experiente inimigo.*

### Situação geral

**C**omo se tivesse perdido a corrida em direcção a Tunes, o Alto Comando Aliado resolveu apoderar-se e manter o «Eastern Dorsal», uma linha de montanhas na direcção Norte-Sul, que serviria como linha de partida para ulterior acção para Este. Os elementos do Exército francês que decidiram retirar-se para oeste após a entrada do Eixo na Tunísia, e outros elementos trazidos do oeste eram as principais forças empregadas no «Eastern Dorsal», a Sul do «Pont du Fahs». Tropas mistas Inglesas e Americanas mantiveram a linha para o norte enquanto os elementos do Exército dos Estados Unidos se deslocavam para o Sul, para apoiar os franceses e para, eventualmente, os aliviar enquanto estes se reequipavam. O equipamento francês era ligeiro e estava obsoleto; havia grande variedade de tipos de metralhadoras, morteiros e artilharia, e os transportes eram na maior parte em meios hipo. Tinham, nas suas tropas, numa proporção bastante elevada, cavalaria a cavalo, mas os animais estavam em precárias condições. Se a situação política o permitisse, os transportes em caminho de ferro, embora em número limitado e deficientes, poderiam ser utilizados para transportar reforços de tropas americanas em vez de tropas francesas.

# Revista da Cavalaria

Os movimentos para a frente eram feitos de um modo metódico, dando a impressão de não haver qualquer preocupação de urgência, o que costuma acontecer sempre que falta um comando com espírito ofensivo.

Por meio de uma série de violentos ataques de objectivo limitado as passagens através do «Eastern Dorsal» caíram gradualmente nas mãos das forças do Eixo. A última a cair foi *Faid*, em 1 de Fevereiro de 1943. Um ataque levado a efeito pelo Agrupamento Tático a (ATA), da 1.<sup>a</sup> Divisão Blindada, com o fim de restabelecer a posição perdida pelos franceses falhou; deste modo, estava terminada a primeira fase de uma operação planeada pelo Alto Comando Alemão que consistia no deslocamento das Forças do Eixo para ocidente antes do 8.<sup>o</sup> Exército Britânico. Isto pôs de parte um duvidoso, embora ambicioso, projecto dos Aliados com o fim de irromper até à costa e evitar a junção das Forças do Eixo na Tunísia sob o Comando do General Juergen von Arnim com as que retiravam da Tripolitânia sob o Comando do Field Marshal Erwin Rommel.

Rommel planeou retirar rapidamente perante o metódico General Bernard L. Montgomery, e, enquanto cobria a sua retaguarda com uma força defensiva, juntar na *linha Mareth* os seus elementos blindados com os do 5.<sup>o</sup> Exército Panzer de Von Arnim. Assim, actuando por linhas interiores, propunha-se dirigir-se para Tebessa bastante à retaguarda das Forças Aliadas na Tunísia e forçá-las a retirar. Desejava então voltar e destruir o 8.<sup>o</sup> Exército Britânico.

Von Arnim tinha outra ideia que consistia numa arremetida mais limitada na Tunísia Central, em direcção a *Le Kef*, e daí um ataque para nordeste em ligação com um ataque para oeste levado a efeito pelo 5.<sup>o</sup> Exército Panzer Alemão com o fim de tornear o flanco direito do 1.<sup>o</sup> Exército Britânico e fazê-lo recuar para oeste.

Estes pontos de vista contraditórios nunca se reconciliaram inteiramente e um defeituoso sistema de comando do lado do Eixo conduziu, subseqüentemente, a atritos e contribuiu para abreviar o colapso da ofensiva planeada.

## O terreno e o clima da Tunísia Central

Antes de se entrar pròpriamente na descrição das operações é melhor lançar uma vista de olhos pelo terreno onde se travou a luta e pelas condições atmosféricas encontradas. Isto é importante visto o terreno, em qualquer zona, ser o tabuleiro de xadrez sobre o qual as operações vão ser conduzidas.

A zona a considerar, para se poder compreender perfeitamente as operações na Tunísia Central, é de um modo geral a região compreendida no sentido Norte-Sul pela cadeia de montanhas «Eastern Dorsal», que domina uma planície costeira para o Este, e a cadeia Ocidental de montanhas mais altas que correm na direcção Sudoeste para Nordeste, o «Great Dorsal». Estas duas cadeias tomam, embora imperfeitamente, forma de um V fechado a Sul por outra massa montanhosa na direcção Este-Oeste com a sua passagem principal perto da cidade oásis de Gafsa. As duas cadeias juntam-se ao Norte em Pont du Fahs.

Ambas as cadeias são extremamente rugosas e escarpadas. São cortadas por desfiladeiros de configuração militar muito importante que devem ser con-

## Revista da Cavalaria

sideradas tanto pelos defensores como pelos atacantes na solução dos seus problemas táticos e estratégicos.

Estes desfiladeiros formaram-se pela erosão provocada pelas correntes dos rios que correm geralmente de oeste para este através do «Eastern Dorsal» e de Nordeste para Sudoeste através do «Great Dorsal».

A acção erosiva das correntes determinou o alinhamento das estradas principais, que rodam normalmente de Este para Oeste no Eastern Dorsal e de Noroeste para Sudeste no «Great Dorsal». As melhores estradas são ligeiramente asfaltadas. Outras são de areia e por conseguinte com lama no tempo de chuva e com poeira no tempo seco. Muitas das linhas vermelhas que se encontram nas nossas cartas militares são meros trilhos para camelos e difíceis de encontrar no terreno.

No lado ocidental, a maior parte das passagens através do «Eastern Dorsal» encontram-se nas massas de colinas isoladas colocadas como sentinelas que dirigem a saída para Oeste. Semelhantemente, para Este do «Great Dorsal» encontra-se uma cadeia de montanhas secundárias que dirigem a aproximação do «Great Dorsal» pelo Este mas com uma importante abertura ao Sul perto de Feriana e outra ao Norte perto de Sbeitla, qualquer delas importante centro rodoviário.

A maior parte do terreno é uma planície frequentemente cortada por linhas de água que tendem a restringir as deslocações através do terreno. É, também, uma região de grandes ventos e tempestades. Existem depósitos de areia formados pelos ventos e dunas em grande número de locais que dificultam os movimentos e em alguns casos, quase os tornam impossíveis.

Perto dos cursos de água crescem algumas oliveiras e amendoeiras, o trigo nas terras baixas e as pastagens para as cabras, burros e camelos nas terras mais altas, e finalmente as plantações de cactos encontram-se em terreno bastante duro ou árido. É esta a agricultura característica da região. Na parte meridional, encontram-se algumas palmeiras, amendoeiras e eucaliptos mas esta região é muito menos fértil do que as zonas mais ao norte. A região não tem florestas excepto nas regiões mais altas do «Great Dorsal» que estão cobertas de vegetação rasteira e alguns pinheiros de boa qualidade. Algumas montanhas atingem a altura de 4.000 pés e Djebel Chambi e Djebel Semmama ao lado de «Kasserine Pass» têm, respectivamente 5.064 e 4.447 pés.

As melhores terras agrícolas estão na posse de agricultores razoavelmente prósperos. A população indígena é formada, na maior parte, por árabes primitivos vivendo com os seus animais e com um nível de vida baixo. Em 1943 estavam numa pobreza extrema. O inverno é a estação das chuvas. Nesta época as planícies que eram um deserto nas outras estações, podem tornar-se em pântanos escorregadios e constituírem um sério embaraço para os movimentos através do terreno. O mês de Fevereiro pode ser considerado como o despontar da primavera na Tunísia Central. Mas nesta região a primavera não é só função da estação, mas também da latitude e da altitude. Durante o período da ofensiva do Eixo, em Fevereiro de 1943, as condições atmosféricas eram muito variáveis. Havia vento, chuva, granizo e neve, mas por vezes os dias estavam suaves e quentes ao Sol e frios no caso contrário. Há sempre frio nas sombras da África do Norte. Há tempestades de areia e pó mas mais vulgarmente chuva e lama. Algumas vezes as tropas deslocavam-se de uma zona de

# Revista da Cavalaria

amendoeiras em flor para outra na montanha com florestas de pinheiros cobertos de neve. As forças blindadas do Eixo com uniforme de verão atacavam desde as terras baixas soalhentas e quentes até às terras mais altas batidas pela chuva. Deve ter sido uma experiência deprimente para as tropas habituadas ao deserto como estavam as de Rommel.

Eis um esboço geral desta estranha região onde se travaram as batalhas da Tunísia Central.

## Situação na Tunísia Central

O Alto Comando Aliado teve conhecimento de um ataque do Eixo em direcção a oeste, nos princípios de Fevereiro, que se esperava fosse dirigido para Fondouk. Em 18 de Janeiro o General Dwight D. Eisenhower, Comandante em Chefe das Forças Aliadas, reconhecendo a necessidade de proteger a zona de eventual junção com o 8.º Exército Britânico na parte meridional da Tunísia, autorizou «pequenos raids e pequenas acções tácticas» mas não deslocamentos que pudessem trazer sérias dificuldades aos Aliados. Nós veremos as consequências disso. Reconhecemos que as tropas francesas, fracamente equipadas, estacionadas no «Eastern Dorsal» só poderiam ser mantidas nas suas posições pelos esforços das tropas dos E. U. e Ingleses.

Esta situação foi devida, inevitavelmente, ao exagero da tendência do General Kenneth A. Anderson para não observar o princípio da unidade táctica e resultou na dispersão das forças das três nações, complicando as vias de comando. Isto em contrapartida contribui para comandar por meio de conferências, para enfraquecer e incompatibilizar as directivas, para um fraco planeamento, para a usurpação sucessiva das prerrogativas normais dos subordinados através das vias de comando e para a interferência dos comandos afastados nos detalhes tácticos. Tudo isto junto mais a falta de encarar de frente a batalha contribuiu para fomentar a incerteza de um comando unificado.

Sòmente duas divisões blindadas incompletas, a primeira do Major General Orlando Ward dos E. U. e a Sexta da Inglaterra estavam disponíveis para o Comando Aliado, que em todos os mais altos escalões carecia de experiência para utilizar estas tropas. A divisão Inglesa estava a mudar os seus carros de combate para carros de combate americanos. Sòmente uma parte destas divisões tinha tido experiência de combate. O Agrupamento Táctico B (A T B) da 1.ª Divisão blindada do Brig. General Paul M. Robinett era quem possuía essa experiência em maior grau. A cooperação ar-terra ou não existia ou era ineficaz.

O centro forte do A T B era uma força intimamente consolidada. Os carros de combate médios do 13.º Reg. Blindado, que geralmente fazia parte do A T B, eram, na sua maior parte, obsoletos M 3. Os restantes da 1.ª Div. Blindada eram M 4. O armamento principal do M 3 era um canhão de 75 mm. de ângulo horizontal limitado. Este carro era muito vulnerável numa acção de movimento ou numa retirada.

Os carros de combate e as peças anticarro dos alemães eram nesse tempo muito superiores aos dos americanos. A cooperação infantaria-carros era mais fraca no A T B do que de facto o era em todo o exército dos E. U. Por outro

# Revista da Cavalaria

lado, a coordenação carros e artilharia estava muito desenvolvida bem como em toda a 1.<sup>a</sup> Div. Blindada.

Em certas ocasiões, o Comando do A T B era na verdade o centro do conjunto do agrupamento tático e todo o especialista tinha sido preparado no ajustamento de tiro.

Os problemas de tática do comando aliado pretendiam manter uma cadeia de montanhas a cerca de 115 milhas com forças relativamente fracas a maior parte delas constituídas por franceses e americanos recentemente chegados. Os desfiladeiros estavam todos nas mãos do inimigo e este poderia tomar a ofensiva em muitos lugares.

A defesa estava organizada e o inimigo tentava atacar com as suas forças móveis. Estas consistiam nas renovadas, mas sem os seus efectivos completos, 10.<sup>a</sup> e 21.<sup>a</sup> Divisões Panzer e um agrupamento de combate constituído por forças do Exército Panzer Germano-Italiano com elementos adidos da Divisão Italiana Centauro comandada pelo Quartel General do D. A. K. (Africa Corps Alemão) e pela Divisão Italiana Centauro. As Divisões alemãs eram comandadas por chefes Panzers experimentados e constituídas por veteranos hábeis de inúmeras lutas de blindados. Os seus melhores canhões, quer de carros de combate quer anticarro, eram superiores aos dos adversários. Fizeram da cooperação carros-infantaria e terra-ar uma verdadeira ciência, mas o apoio de artilharia era notavelmente fraco.

Na noite de 28 para 29 de Janeiro de 1943 o A T B que tinha saído com sucesso da batalha do Vale de Ousseltia, marcha para o Sul e junta-se, pela primeira vez, com a 1.<sup>a</sup> Divisão Blindada na floresta de Bou Chebka a este de Tebessa. A Divisão, excepto o Agrupamento Tático A (A T A) do Brig. General Raymond E. McQuillin, em Sidibou Zid e o Agrupamento Tático D (A T D) do Coronel Robert Maraist, em Gafsa, estava na zona de estacionamento. O A T B já tinha sido posto à prova desde o desembarque, muito distante de Oran, mas estava com os seus efectivos incompletos e o seu equipamento, na maior parte obsoleto, estava muito esgotado e gasto. Contudo, não havia intervalo de descanso que permitisse a sua reorganização; pelo contrário, estava-se em período de intensa actividade. Tinha-se atravessado um período de ligeiríssimo descanso quando se iniciaram uma série de movimentos desordenados, mandados executar pelo Maj. General Floyd R. Fredendall, Comandante do II Corpo de acordo com a ideia do Comando Aliado ter ordenado «pequenos raids e acções táticas de pequena envergadura». Na noite de 30 para 31 de Janeiro, o A T D deslocou-se do Este, em Sened, enquanto o A T C do Coronel Robert I. Stack se deslocou do extremo Norte de Maizila Pass preparado para atacar para o Sul em direcção a Maknassy. O A T D ocupando Sened prepara-se para atacar Maknassy vindo do Oeste em ligação com o ataque do A T C vindo do Norte em 1 de Fevereiro. O A T A contra-atacou o inimigo em Faid mas não alcançou o seu objectivo e os alemães melhoraram a defesa no desfiladeiro assim que o Agrupamento Tático passou à defensiva estática, de acordo com as ordens emanadas do corpo de exército, em Djebel Lessouda e Adjebel Kasira com os carros de combate em apoio perto de Sidi bou Zid.

Na noite de 1 para 2 de Fevereiro o A T B foi mandado repentinamente para as proximidades de Hadjeb el Aioun sob o comando do Corpo de Exército sem missão alguma. Depois de ter feito algum progresso, o ataque do A T C,

## Revista da Cavalaria

em 1 de Fevereiro, a Maizila Pass foi conzelado e foi mandado para as proximidades de Hadjeb el Aioun enquanto o A T B se deslocava, na mesma noite, para Maktar em reserva do 1.º Exército Britânico. O A T D retomou o ataque a Maknassy em 3 de Fevereiro, mas nessa mesma tarde foi detido. Após a defesa da parte Este de Sened, até 5 de Fevereiro, retirou para Gafsa depois de, para isso, ter recebido ordens. A forte arremetida alemã em Faid Pass pôs fim a estes «pequenos raids e acções tácticas de pequena envergadura» e seguia-se um período de operações em maior escala. Para os estudiosos da guerra móvel estas operações serão de grande interesse porque este tipo de guerra foi muito utilizado pelas forças blindadas.

Durante uma inspecção na frente do II Corpo dos E. U., na véspera de ataque iminente, o Comando Aliado encontrou certas coisas que o perturbaram, tais como condescendências, demora no aperfeiçoamento das defesas, falta de instrução e experiência dos comandantes e uma tendência para ignorar os conhecimentos já adquiridos no teatro, conhecimentos esses para os quais a maioria das tropas presentes não tinha contribuído. O comando impôs certas medidas correctivas mas já era muito tarde, porque nessa altura as organizações defensivas limitavam-se à frente das passagens ocupadas pelos alemães. Isto estava, evidentemente, para além das possibilidades da infantaria e artilharia que eram apoiadas por um limitado número de carros de combate. Nas planícies, divididas por barreiras de montanhas, nem mesmo a melhor infantaria poderia demorar apenas o inimigo, sem risco de destruição total, a menos que fosse apoiada por elementos blindados muito fortes e, mesmo assim, poderia tornar-se num magneto que conduziria à destruição dos elementos blindados em missão de apoio.

Uma decisão bastante mais drástica foi tomada, na noite de 13 para 14 de Fevereiro de 1943, pelo General Eisenhower no comando do A T A da 1.ª Div. Blindada, perto de Sidi bou Zid.

O General Eisenhower tinha visitado previamente o Q. G. da 1.ª Divisão Blindada, perto de Sbeitla onde, por mero acaso, o comandante do A T B, então em reserva do 1.º Exército em Matar, estava em conferência com o Comandante da Divisão.

O Comandante do A T B, General Robinett, apresentou a sua estimativa ao General Word, Comandante da Div. e foi-lhe dito que se apresentasse novamente ao General Eisenhower quando este chegasse. Ao expor o seu ponto de vista argumentou que não existiam informações, obtidas pelo reconhecimento do terreno, que indicassem um ataque inimigo em Fondouk como se esperava, mas sim que parecia dar-se um ataque em Faid Pass. Indicou a insustentabilidade da linha do «Eastern Dorsal» nas condições aí existentes e a inutilidade do esforço para o montar, e concluiu que a posição tinha perdido a sua importância por enquanto.

Depois, chamou a atenção para a eficiência das armas alemãs de grande velocidade num terreno aberto como o da Tunísia, a menos que as tácticas aliadas fossem ajustadas para lhe fazer frente. Isto, contudo, era provável e o General Eisenhower ficou de sobreaviso. No outro extremo, talvez, estava o ponto de vista do Comandante Francês, encarregado da defesa do desfiladeiro, que disse «agora que o General Eisenhower está aqui e que os americanos estão fortes, a situação será restabelecida».

# Revista da Cavalaria

## A batalha de Sidi Bou Zid

Como se esperava, o centro da estrada de Sidi bou Zid tornou-se o eixo do ataque alemão lançado através de Faid Pass e de Maizila Pass para o Sul. O Chefe do Estado-Maior do General Von Armin, Major General Heinz Ziegler, deu o comando de operação ao comandante do 5.º Exército Panzer alemão. Disponha da 10.ª Div. Panzer que tinha de se deslocar para baixo, vinda do Norte, e a 21.ª Div. Panzer que se deslocou para o norte vinda do Exército de Rommel.

O conhecimento do terreno e das posições defensivas aliadas era completo e os seus planos foram elaborados de acordo com estas informações. Observou, sem dúvida, que as tropas em Adjebel Lessouda e Djebel Kasira não se apoiavam mutuamente. Planeou destruir o A T A e elementos adidos como preparativo para uma acção a realizar mais tarde em direcção a Oeste.

O ataque a partir de Faid Pass começou às 06,30 de 14 de Fevereiro com os carros de combate da 10.ª Div. Panzer à cabeça. Lessouda foi circundada cerca das 07,00; a artilharia em posição a Oeste de Djebel Kasira retirou rapidamente. Como os elementos móveis da 21.ª Div. Panzer, por meio de uma larga volta através de Maizila Pass, fizessem o envolvimento a partir do Sul, o 3.º Batalhão do 1.º Reg. Blindado do Ten. Coronel Louis V. Hightower contra-atacou primeiro o destacamento misto blindado em direcção ao Norte. As forças envolventes alemãs encontravam-se a Oeste de Sidi bou Zid às 17,30. O resto do A T A reuniu-se perto de Djebel Hamra onde se encontrava próximo um pequeno destacamento misto aí colocado pelo General Word. Ao cair da noite a maior parte dos carros de combate e da artilharia estavam perdidos e as tropas em Bjebel Lessouda e em Djebel Kasira foram cortadas e cercadas.

O comandante alemão enviou ligeiros grupos de reconhecimento e procedeu à limpeza da zona de Sidi bou Zid. Rommel, mais tarde, criticou o 5.º Exército Panzer por não ter perseguido, prontamente, os americanos em direcção a Heitla. «O Sucesso táctico», disse ele, «deve ser explorado desesperadamente. O inimigo que no dia do combate for cercado sem grande esforço, pode amanhã recompor-se com todo o seu poder de combate». Esta falta de Ziegler deu ao II Corpo dos E. U. a oportunidade de chamar as suas reservas para o contra-ataque e conduzir as operações na segunda fase.

O General Eisenhower chegou ao Q. G. do II Corpo do General Fredendall e encontrou aí, também, o General Anderson. Aprovou a decisão de manter a zona de Pichon-Fondouk e de retirar as tropas em Gafsa para Feriana. Numa directiva bastante vaga o General Anderson deu instruções a Fredendall para em 15 de Fevereiro definir a situação em Sidi bou Zid, destruir o inimigo, reunir uma forte força móvel na zona de Sbeitla pronta para entrar em acção em qualquer direcção e consolidar as defesas mandadas organizar em 7 de Fevereiro. Também libertou o 2.º Batalhão, pertencente ao 1.º Reg. Blindado do comando do Tenente-Coronel James D. Alger, do A T B. Este batalhão foi reforçar o A T C por ordem do General Word juntando-se-lhe perto de Hadjeb el Aioun.

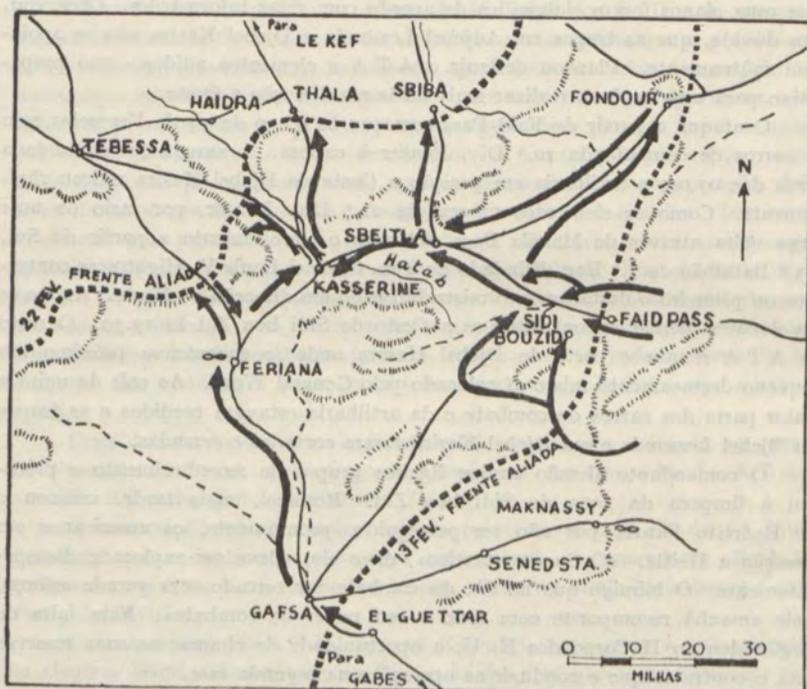
O A T C foi constituído com um certo número de unidades da 1.ª Div. Blindada, juntando-se-lhe muitas outras à medida que progredia para o Sul, para o contra-ataque. O Comandante tinha uma carta deficiente e uma ideia geral do terreno obtida a partir da observação pessoal. Também possuía infor-

# Revista da Cavalaria

mações limitadas da batalha do dia anterior que o fizeram crer que o inimigo tinha aproximadamente 60 carros de combate e tropas de apoio.

A missão prescrita pelo General Word foi a seguinte: esta força (A T C) deverá deslocar-se para o Sul e actuando pelo fogo e pela manobra, destruir as forças blindadas inimigas que impediam as nossas forças de se manter na zona de Sbeitla. Conduzirá, assim, a sua manobra de modo a auxiliar a retirada das nossas forças nas vizinhanças de Djebel Hamra para acção posterior.

O Coronel Stack, comandante do A T C, acreditou sinceramente que era necessário acometer por Sidi bou Zid para desembaraçar as tropas em Djebel



Kasira. O A T C estava concentrado na zona de reunião, perto de Djebel Hamra, antes do meio-dia e lançou o seu ataque às 12.40 de 15 de Fevereiro.

As forças de Ziegler estavam em posição para enfrentar a acção e preparadas para bater os flancos do ataque, quer este viesse do Norte quer viesse do Sul, da vila-oasis de Sidi bou Zid. Stack desdobrou o Agrupamento Tático com os carros de combate em formação de V, seguido da artilharia e infantaria blindada com os *tanks destroyers* cobrindo os flancos. O posto de comando permanecia em Djebel Hamra que dominava toda a região. As unidades inglesas nos «adjebels» distantes forneciam informações sobre o inimigo à 1.ª Div. Blindada; estas eram retransmitidas ao A T C e depois às unidades avançadas.

A força atacante era incessantemente bombardeada e metralhada à medida que manobrava vagarosamente para o seu objectivo. Um observador ficava im-

# Revista da Cavalaria

pressionado pelo poder aparente do agrupamento tático no seu avanço em direcção ao objectivo, deixando fortes trilhos de areia atrás de cada viatura. Cerca das 16.00 a coluna de carros de combate atravessou o terceiro e último barranco e em breve entrou em Sidi bou Zid. O inimigo, então, abriu fogo e pelas 16.45 o 2.º Batalhão do famoso 1.º Reg. de Dragões estava destruído e em direcção ao céu subiram numerosas colunas de fumo motivadas pelos carros de combate incendiados. O restante da fraca estrutura do Agrupamento Tático estava em breve em franca retirada para Oeste.

Um considerável número de homens de Djebel Lessouda e poucos de Djebel Kasira fugiram para Oeste na noite de 15 para 16 de Fevereiro. Outros morreram ou foram capturados quando pretendiam fugir.

Mas, uma vez mais, o Comando alemão falhou o seu objectivo.

## A batalha de Sbeitla

Como o contra-ataque em Sidi bou Zid originou uma paragem e degenerou numa retirada apressada, enquanto os carros de combate eram destruídos, o General Eisenhower aprovou as propostas anteriores do General Anderson para uma retirada aliada para o «Great Dorsal».

Às 17.00 de 15 de Fevereiro foi ordenado ao II Corpo dos E. U. para desembaraçar a infantaria, assegurar Sbeitla, Kasserine e Feriana, e preparar-se para enfrentar o inimigo deslocando-se do Oeste ou do Sudoeste em direcção a Pichon-Fondouk. O A T B foi posto à disposição do II Corpo dos E.U. que prontamente o enviou para a 1.ª Divisão Blindada. O General Frendendall deu instruções ao Comandante do A T B para «deslocar os grandes elefantes para Sbeitla; deslocar-se rapidamente e ir fazendo fogo». O A T B marchou em duas colunas para Sbeitla e chegou à zona de reunião a Nordeste da cidade logo depois do amanhecer de 16 de Fevereiro. Nessa mesma noite as tropas que retiravam de Gafsa estavam em Feriana. No entretanto, quer o A T A, quer o A T C, preparavam-se para se reorganizar.

Em 16 de Fevereiro a 21.ª Div. Panzer deslocou-se para Sbeitla e a 10.ª Div. Panzer para Fondouk. Desta sua zona de reunião o A T B podia ver a poeira, o fumo e a acção aérea de uma grande e rápida batalha que se travava para Sudoeste. Fazia confusão à vista mas era fácil de compreender na carta porque se dirigia para Sbeitla, o mais importante centro rodoviário da Tunísia Central.

Durante o dia, o agrupamento tático deslocou-se através da corrente de circulação e do curso profundo do Rio Sbeitla para uma posição defensiva a Sul da cidade. O General Word decidiu fazer uma defesa activa e o A T B foi designado para tal. O terreno era bem conhecido deste comando pois esteve ali colocado, como reserva do corpo de exército, durante bastante tempo.

Os carros de combate foram colocados em posições desenhadas, nas dunas de areia, com um bom campo de tiro. A artilharia estava colocada numa posição avançada para assegurar o alcance máximo; os *tanks destroyers* cobriam os flancos. As tropas de reconhecimento estavam situadas na parte mais elevada

## Revista da Cavalaria

do terreno, no flanco direito donde poderiam ver e relatar os movimentos inimigos, e o 2.º Batalhão do 6.º Reg. de Inf. Blindada, sob o comando do Ten.-Coronel Elton W. Ringsak, protegia uma passagem secundária no extremo direito do flanco.

O posto do comando estava à retaguarda dos carros de combate num *wadi* e mais tarde numa plantação de cactus donde se podia observar as posições das tropas antes do escurecer. Ao A T A foi determinado que se estendesse para as posições do A T B, ao longo do Rio Sbeitla, para o sopé, enquanto o A T C se reorganizava ao Norte de Sbeitla. A 1.ª Div. Blindada não foi advertida do tempo que devia manter a posição defensiva.

Durante a tarde de 16 de Fevereiro, o comandante alemão ouviu, por intersecção rádio, que os aliados pretendiam evacuar Sbeitla e decidiu atacar com um agrupamento misto da 21.ª Div. Panzer. O ataque foi iniciado durante a noite de 16 para 17 de Fevereiro. Enquanto avançava, os depósitos de munições e reabastecimento e a ponte de caminhos de ferro foram pelos ares no meio de um disparo pirotécnico de primeira grandeza.

Isto deve ter convencido o inimigo de que os aliados estavam a retirar da frente de ataque. O A T A foi desorganizado, retirava em desordem e fugiu com rapidez pelo funil de Sbeitla. Os destacamentos retardadores saíram do campo antes que a sua missão estivesse cumprida. Os elementos do 3.º Batalhão do 13.º Reg. Blindado, do Ten.-Coronel Ben G. Crosby, cobriam a retirada do A T A e retiravam sob o controle táctico do seu Comandante. A Artilharia estava desalentada com falta de segurança própria, devido à acção do inimigo.

Ziegler, então, susteve o ataque da 21.ª Div. Panzer até chegarem reforços de Sidi bou Zid. Às 01.30 de 17 de Fevereiro o General Anderson autorizou a retirada de Sbeitla e Feriana. O II Corpo dos E. U. autorizou a 1.ª Div. Blindada a retirar às 11.00 mas mais tarde mudou esta hora para «depois de receber ordem». O Coronel Alexander Stark, do 26.º Reg. de Inf., devia manter Feriana até às 18.00 de 17 de Fevereiro, mas o agrupamento táctico do «Africa Corps» entrou aí às 12.00 depois de forte luta.

O ataque da 21.ª Div. Panzer a Sbeitla não se resumiu ao amanhecer de 17 de Fevereiro como os americanos esperavam. Mais tarde os alemães exploraram o flanco norte. Ziegler, então, desviou o seu esforço principal para o Sul e apoiado pela força aérea táctica, atacou o A T B às 11.45. O 601.º Batalhão de *tanks destroyers* foi disperso e retirou combatendo. O 27.º Batalhão de Artilharia Blindada estava nessa altura a entrar em posição com as suas baterias e a artilharia de apoio estava em posição pouco favorável. O inimigo incidiu a sua acção sobre a zona onde se encontrava o 2.º Batalhão do 13.º Reg. Blindado em posição desenfreada.

Quando os carros de combate inimigos estavam ao alcance de tiro deste batalhão deliberou-se abrir fogo sob as ordens do seu Comandante, Ten.-Coronel Henry Gardiner, pondo fora de combate ou danificando 15 carros, aproximadamente. O inimigo parou e voltou para trás sob fogo intenso. Então deslocou-se mais para o flanco Sul e continuou o seu ataque.

No entanto, o flanco Norte estava ameaçado e foi enviado para Sbeitla um pelotão de carros de combate médios para manter aquele flanco. O A T B recebeu ordens para retirar às 14.30 e perdeu o contacto, com êxito, às 17.30, mas custou-lhe 9 carros de combate, incluindo o do Coronel Gardiner. Este Ba-

# Revista da Cavalaria

talhão e o seu Comandante foram em grande parte responsáveis pela defesa afortunada de Sbeitla.

O A T B retirou em três colunas sobre Kasserine para onde certos elementos já tinham sido enviados a fim de estabelecer uma defesa que abrangesse a entrada meridional da passagem. As viaturas foram carregadas com o equipamento abandonado por outras tropas Americanas. O inimigo não o perseguiu e o agrupamento táctico reabasteceu-se nos depósitos de gasolina perto de Kasserine antes destes serem destruídos. Deslocou-se em seguida para uma zona de reunião ao longo da estrada de Thala, a Norte de «Kasserine Pass». Outros elementos da 1.ª Div. Blindada tomaram posições em «Sbiba Pass» e cobriam a organização desta passagem por meio de outras tropas do 1.º Exército Britânico.

Em resultado da acção de Sbeitla, em 18 de Fevereiro, o 5.º Exército Panzer reivindicava; 2.876 prisioneiros, 169 carros de combate, 95 viaturas motorizadas, 36 peças autopropulsionadas, 6 aviões. Este número compreende, provavelmente, as perdas perto de Sidi bou Zid e Sbeitla, mas não as de Gafsa.

## A batalha de Kasserine

Em seguida à batalha de Sbeitla, as forças do eixo estavam diligentemente empenhadas no reconhecimento das várias passagens através do «Great Dorsal» de «Ousseltia Valley» para Feriana. O Comando Alemão enviou elementos da 21.ª Div. Panzer para o Norte em direcção a Sbiba e para Sudoeste em direcção a Kasserine, onde foi estabelecido o contacto com o Agrupamento Táctico do Africa Corps.

Rommel enviou a Div. *Centauro* para Este do «Bou Chebka Pass». Mais para o Norte, o destacamento misto alemão deslocou-se para Maktar. Quando os relatórios de reconhecimento foram apresentados, Rommel calculou precisamente que os aliados estavam ainda na defensiva e que não havia receio de um contra-ataque. Passou algum tempo até que pelo Comando Supremo, em Roma, que exercia o controle estratégico e táctico em África, tivesse sido tomada uma decisão importante.

Na expectativa de um ataque, o Comando Aliado estava disposto a enfrentar todas as possíveis ameaças. Receando um envolvimento pelo Sudoeste, a 1.ª Div. Blindada, menos os destacamentos, deslocou-se para a linha Djebel El Ma el Abiod, ao sul de Tebessa, da qual explorava o Sudeste. A Div. Francesa *Constantine* e importantes elementos da 1.ª Div. de Infantaria estavam colocados na zona de Bou Chebka cobrindo a passagem oeste de Thelepte. Uma força variada, e muito fraca, comandada pelo Coronel A. T. W. Moore, o 19.º Regimento de Engenharia, estava colocado em «Kasserine Pass», com a missão de o organizar e defender. O grosso da 34.ª Div. de Infantaria dos E. U. reforçada com o 18.º Destacamento misto adido, a Brigada *Guards* inglesa e um importante apoio em carros de combate e artilharia, estava colocado em Sbida Pass.

Em 18 de Fevereiro o reconhecimento Alemão em «Kasserine Pass» fez alguns progressos. Às 20.00 o General Fredendall ordenou ao Coronel Stark para seguir imediatamente para «Kasserine Pass».

Entretanto Rommel recebeu um relatório de reconhecimento e estava tão optimista que pediu autorização para iniciar o plano de se dirigir para Tabessa

## Revista da Cavalaria

e desbaratar as forças Anglo-Americanas na Tunísia Ocidental. Normalmente, as ideias de Rommel eram favorecidas pelo Field Marshall Albert Kesselring, Comandante em Chefe do Sul, mas o Comando Supremo era menos impulsivo. Modificou o plano mudando o objectivo de Tebessa para Le Kef. Rommel ficou irritado quando às 01.30 de 19 de Fevereiro chegou esta resposta; sentiu que aos seus superiores «lhes faltava coragem para tomarem uma decisão completa». Rommel assumiu o comando das forças do Eixo destinadas às operações, as quais compreendiam as tropas antigamente sobre o comando de Ziegler e, rapidamente, ordenou que o agrupamento tático do Africa Corps atacasse «Kasserine Pass», a 21.ª Div. Panzer atacasse «Sbiba Pass» e a 10.ª Div. Panzer permanecesse em reserva perto de Sbeitla, preparada para explorar o sucesso em qualquer destas localidades. A Div. *Centauro* foi-lhe mandado fazer um ataque de diversão a «Bou Chebka Pass» a partir de Thelepte.

Rommel montou o seu posto de comando em Feriana na manhã de 19 de Fevereiro. O Coronel Stark tinha chegado, somente, a «Kasserine Pass» naquela manhã e o inimigo atacou às 11.00. O Comando não teve oportunidade de visitar os vários comandos subordinados ou de organizar uma rede de transmissões apropriada. Contudo, viu que as suas forças estavam inadequadas e imprópria-mente distribuídas no terreno.

Os campos de minas do lado do inimigo ainda não estavam prontos; somente havia algumas colocadas muito separadas. O Comando instalado do outro lado da passagem, em Dbejel Chambi e Djebel Semmama, estava imprópria-mente situado.

Os alemães sentiam-se confiantes e dirigiam os seus ataques directamente sobre os vales; porém, encontraram um fogo de artilharia bem dirigido e pararam. Rommel que se tinha deslocado para este sector criticou o local por onde o Coronel Otto Menton atacou e ordenou ao Brig. General Karl Buelowius para fazer um ataque de flanco ao desfiladeiro.

O combatente das montanhas na 1.ª Guerra Mundial, que é mais conhecido pelo nome de «Desert Fox» (Raposa do Deserto) escreveu no seu diário que «Menton deveria ter combinado as tácticas dos montes e dos vales e deveria apoderar-se dos montes do outro lado dos desfiladeiros a fim de eliminar os observadores de artilharia inimiga e lançar-se para a retaguarda do inimigo».

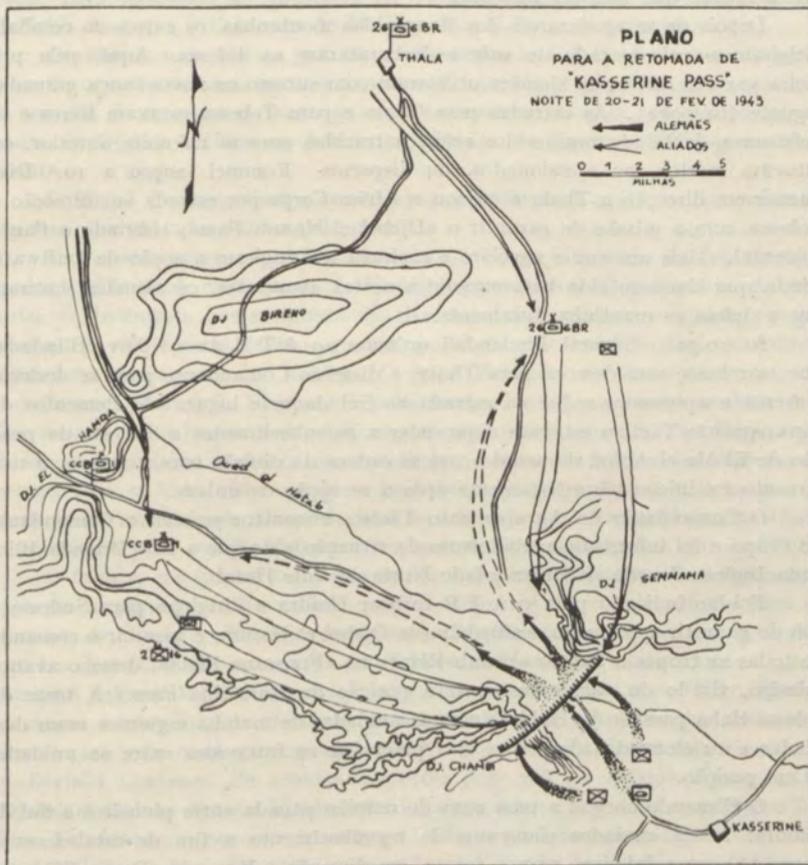
Rommel seguiu então para a 21.ª Div. Panzer em «Sbiba Pass» e descobriu que esta tinha feito o mesmo erro do que o África Corps. Fez mesmo menos progressos do que aquele. Conclui, acertadamente, que os aliados eram mais fracos em «Kasserine Pass» e decidiu fazer aí o seu esforço principal.

A exploração de uma rotura neste ponto deveria, contudo, envolver Rommel num novo problema imposto pelo terreno. Duas estradas importantes confluíam a este desfiladeiro; uma em direcção ao norte através de Thala para Le Kefe e outra para Noroeste através de Tebessa com uma passagem secundária para Haidra. O escarpado rio Hatab dividia, também, a zona ao longo do desfiladeiro em dois compartimentos.

Por razões de segurança Rommel teve de avançar em ambas as estradas. Se pudesse assegurar «Djebel El Hamra Pass» na estrada de Tebessa poderia então seguir através de «Haidra Pass» e de «Thala Pass» com o seu flanco ocidental protegido. Foi o que decidiu fazer.

# Revista da Cavalaria

O Brigadeiro C. V. McNabb, Chefe do Estado-Maior do 1.º Exército Britânico, visitou o Coronel Stark em «Kasserine Pass» a 19 de Fevereiro e interessou-se pela situação que aí encontrou. Estava nevoeiro e chuva e os alemães avançavam apesar da falta de apoio aéreo que habitualmente tinham. Ao fim do dia tinham ganho uma testa de terreno na encosta do desfiladeiro que ameaçava os defensores. O desfiladeiro foi reforçado, na noite de 19 para 20 de Fevereiro.



reio, com unidades diversas tiradas ao II Corpo dos E. U. As tropas americanas e francesas estavam no desfiladeiro e um esquadrão da 26.ª Brigada Blindada Inglesa e o 3.º Batalhão do 6.º Reg. de Inf. Blindado estavam em reserva. Outros elementos da 6.ª Div. Blindada Inglesa estavam, também, em reserva ao Norte de Sbiba.

Ainda um tanto incrédulo da possibilidade de manter «Kasserine Pass», o General Frendall deu uma ordem ao General Robinett, do A T B, que terminava do seguinte modo: «No caso de uma penetração em Kasserine Pass deve-se preparar para deslocar uma parte da sua divisão (sic) para contra-atacar em

## Revista da Cavalaria

direcção a Bekkain (sic) — Dj Hamma (sic) — Haidra ou Thala — Kasserine...». Também fez deslocar o Major General Terry Allen e os elementos da 1.ª Divisão de Infantaria para a floresta de Bou Chebka com uma missão bastante indefinida.

Os alemães continuaram os seus ataques durante a noite, recomeçando-o e reforçando-o ao romper do dia 20 de Fevereiro.

Tinham ordens de Rommel para romper através da posição inimiga e cumprir a missão que lhes era imposta.

Depois de se apoderarem dos flancos das montanhas, os carros de combate dirigiram-se pela estrada do vale e desbarataram as defesas. Aqui, pela primeira vez em África, os alemães utilizaram com sucesso os novos lança granadas foguete (bazooka). As estradas para Thala e para Tebessa estavam livres e os defensores, incluindo muitos dos reforços trazidos para aí na noite anterior, ou estavam mortos, ou aprisionados, ou dispersos. Rommel lançou a 10.ª Div. Panzer em direcção a Thala e enviou o África Corps por estrada em direcção a Tebessa com a missão de garantir o «Djebel el Hamra Pass», cobrindo o flanco ocidental. Mais um vez o nevoeiro e a chuva restringiram a acção da Luftwaff. Ainda que tivessem sido bem sucedidos nestas avançadas, os alemães sentiram que a defesa se mantinha duramente.

As 10.30 o General Fredendall ordenou ao A T B da 1.ª Div. Blindada, que marchasse sem demora para Thala, e disse ao Comandante para se deslocar à frente e apresentar-se-lhe na estrada ao Sul daquele lugar. Os elementos do Agrupamento Tático estavam a proceder a reconhecimentos a Sudeste da posição de El Ma el Abiod de acordo com as ordens da divisão mas, contudo, o movimento foi iniciado imediatamente após a recepção da ordem.

O Comandante do Agrupamento Tático encontrou-se com o Comandante do Corpo e foi informado verbalmente da situação e de que a 26.ª Brigada Blindada Inglesa deveria defender o lado Norte do Vale Hatab.

Foi-lhe indicado para o A T B tornear Haidra e dirigir-se para Sudeste a fim de garantir a posse do desfiladeiro de Djebel el Hamra, e assumir o comando de todas as tropas a Sul do «Hatab River» no «Foussana Plain», deter o avanço inimigo, tirá-lo do vale e restaurar a posição de Kasserine Pass. A testa da coluna tinha passado já Haidra, mas as unidades de marcha seguintes eram desviadas e os elementos da frente iam preencher os intervalos entre as unidades já em posição.

O Comando chegou a uma zona de reunião situada entre pinheiros a Sul de Haidra; foram enviados elementos de reconhecimento a fim de estabelecer o contacto com o inimigo, para a frente, em direcção a Kasserine Pass. Foi estabelecida uma linha de extraviados em frente de Djebel el Hamra com o fim de recolher os elementos que conseguiram retirar depois do avanço alemão.

O Brigadeiro Charles A. L. Dunphie, da 26.ª Brigada Blindada Britânica e o General Robinett, do A T B, encontraram-se com o Brigadeiro McNabb em Thala à meia noite de 20 para 21 de Fevereiro. Só estavam presentes os três. McNabb declarou que a situação na Tunísia era desesperadamente crítica.

Informou-os de que os comandos tinham todos os carros de combate disponíveis e que qualquer operação empreendida deveria ter em conta salvaguardar os carros. Atendendo a isto, pediu sugestões do que se deveria fazer. O Comandante Americano propôs uma linha de acção que indicava o emprego

## Revista da Cavalaria

da infantaria no terreno alto em ambos os lados do Vale Hatab e o emprego de carros de combate no Vale à frente das passagens, apoiadas por artilharia e *tanks destroyers*. Sugeriu que se deixasse o inimigo atacar e que quando estivesse desorganizado fosse, então, expulso do Vale. Depois deveria seguir-se a recuperação de Kasserine Pass.

Esta sugestão foi aprovada e a conferência terminou depois de se fazer um transparente. O Brigadeiro Cameron Nicholson da 6.<sup>a</sup> Div. Blindada foi designado para coordenar as operações no Vale Hatab mas por não ter chegado, McNabb disse que o Comando do II Corpo dos E.U. seria o coordenador.

Durante a noite de 20 para 21 de Fevereiro o A T B deslocou-se vagorosamente através de uma estrada lamacenta, cortada a pique, e ao amanhecer de um dia de nevoeiro a maior parte dos elementos tinham tomado posição à frente de Djebel el Hamra cobrindo as estradas de Haidra e Tebessa no Vale Hatab.

O oficial de transmissões estava apto a melhorar o trabalho das redes de algumas das unidades adidas pela manhã.

Entre estas estava o 2.<sup>o</sup> Batalhão do 16.<sup>o</sup> Reg. Infantaria do Ten.-Coronel James B. Crawford, colocado no desfiladeiro secundário de Bou Chebka. As unidades de Infantaria que retiraram de «Kasserine Pass» foram rendidas, reorganizadas e reequipadas, tanto quanto possível, e colocadas nas montanhas cobrindo a passagem para Haidra. O 894.<sup>o</sup> Batalhão de *tanks destroyers* do Ten.-Coronel Charles P. Eastburn e duas companhias de carros de combate médios retiraram em boa ordem. A Comp. de Reconhecimento do 13.<sup>o</sup> Regimento Blindado estabeleceu contacto com o inimigo e informou acerca dos seus movimentos para o Vale. Entretanto o Brigadeiro Dunphie deslocou os carros de combate da sua Brigada Blindada bem em direcção da estrada Kasserine-Thala e estabeleceu uma posição defensiva no terreno algumas milhas a Sul de Thala.

O inimigo continuou a deslocar-se em direcção a Kasserine Pass durante a noite de 20 para 21 de Fevereiro e enviou elementos de reconhecimento para as estradas de Thala e Tebessa perseguindo fortemente as tropas em retirada. Aquelas deslocando-se na estrada de Tebessa encontraram muita lama e diminuíram a velocidade. Ao amanhecer o movimento continuou: a 10.<sup>a</sup> Div. Panzer encontrou a 26.<sup>a</sup> Brigada Blindada e de tarde tinha-a, praticamente, destruído. Alguns carros de combate fugiram para Norte. O África Corps com elementos da Divisão *Centauro*, de reforço, avançou pelo Sul do «Hatab River» para «Djebel el Hamra Pass». Finalmente, às 16.30 lançou um ataque pelo desfiladeiro. Entretanto, o nevoeiro levantou. O ataque em breve desencadeou-se vindo por três lados o fogo da artilharia pesada, dos carros de combate e dos *tanks destroyers*. O inimigo tentou, sem sucesso, cortar as comunicações do A T B. A artilharia americana foi bombardeada e metralhada em voo mergulhante. Contudo, pela primeira vez, os alemães encontraram um potente fogo antiaéreo das armas ligeiras. Dois aviões atacantes foram derrubados e outros atingidos. O ataque terrestre inimigo foi detido e repellido. O inimigo tentou, então, contornar o flanco esquerdo do A T B, mas falhou. Uma força de reconhecimento alemã foi, também, repelida numa passagem secundária que conduzia a Bou Chebka. O dia terminou com as tropas alemãs a 4 milhas dos seus objectivos.

No sector Britânico do Vale, contudo, a 10.<sup>a</sup> Div. Panzer atravessou a posição defensiva a sul de Thala, ao anoitecer. Numa batalha confusa e violenta,

## Revista da Cavalaria

de luta corpo a corpo, os alemães apoderaram-se da maior parte dos restantes carros de combate ingleses e mataram, capturaram ou dispersaram a infantaria e as tropas anticarro que defendiam a passagem. Fizeram 571 prisioneiros e destruíram 38 carros de combate, 12 peças anticarro, 1 peça antiaérea, 16 morteiros pesados, 3 peças autopropulsionadas, 9 viaturas motorizadas e 2 aviões.

Rommel tinha agora uma nova decisão a tomar. Sabia que Thala tinha sido reforçada e que estavam a caminho mais tropas. Mas tinha razões que o levaram a acreditar que poderia ultrapassar a cidade e continuar o ataque. Tinha, contudo, observado pessoalmente o poder terrível da artilharia americana a sul de Hatab River e «os homens de «Buelowius» tinham ficado aterrados com a sua flexibilidade e exactidão». Um grande número de carros de combate do Eixo foi posto fora de combate e quando eram forçados a retroceder, a infantaria americana seguia-os de perto e tornava este retrocesso numa custosa retirada. Sòmente, «por a defesa americana ser executada tão hàbilmente», Rommel decidiu manter-se na defensiva em Thala e continuar o ataque ao A T B com o fim de flanquear o «Djebel el Hamra Pass». Durante a noite de 21 para 22 de Fevereiro o 1.º Exército Britânico recebeu mais tropas, especialmente, na zona de Thala onde a artilharia da 9.ª Div. de Infantaria do Brigadeiro General Stafford LeR. Irwin, entrou em posição depois de uma marcha forçada desde Tlemcen, na Algéria, mostrando o que um alto comando arrojado poderia fazer. Por outro lado, num momento de timidez, as tropas que estavam em Sbiba Pass retiraram. A 21.ª Div. Panzer não as perseguiu. Ao Sul o A T B da 1.ª Div. Blindada melhorou as suas posições. O 2.º Batalhão do 6.º Reg. de Inf. Blindado, à sua direita, estava numa posição da qual poderia cooperar com o 2.º Batalhão do 16.º Reg. de Infantaria, e cobrir a artilharia naquela zona. O agrupamento tático ficou surpreendido, contudo, quando o 1.º Batalhão do 16.º Reg. Infantaria tomou uma posição defensiva flanqueando o seu posto de comando em Djebel el Hamra naquela noite. Se em lugar disso o batalhão tivesse sido mandado para uma posição da qual ele pudesse assegurar o terreno ao Sul de Kasserine talvez pudesse desempenhar um bom papel nos acontecimentos subsequentes.

O A T B não estava informado da situação no sector Britânico do Vale Hatab durante o dia 21 de Fevereiro. Nem os Britânicos informados das suas actividades. A viatura e o rádio do oficial de ligação foram destruídos num bombardeamento do posto de comando de Dunphie e o próprio oficial foi ferido. Mas o pior ainda foi não ter havido coordenação no Vale de Hatab em 21 de Fevereiro. Aparentemente o Q. G. do II Corpo dos E. U. não tinha conhecimento algum da decisão do Brigadeiro McNabb na conferência de Thala.

As forças do Eixo renovaram o ataque contra o A T B em 22 de Fevereiro.

Durante uma noite de nevoeiro, um destacamento misto inimigo, formado por infantaria, carros de combate e artilharia deslocou-se para a posição de ataque mas foi demorado pela lama e perdeu-se. Ficaram surpreendidos ao amanhecer por se encontrarem perto de 4 milhas a Sudeste do seu objectivo — Bou Chebka Pass. O 2.º Batalhão do 16.º Reg. de Infantaria e o 2.º Batalhão do 6.º Reg. de Infantaria Blindado apoiados pelo 33.º Grupo de Artilharia de Campanha estavam em posição para enfrentar este ataque. O inimigo atacou agressivamente a artilharia de campanha e capturou uma parte do batalhão. A infantaria apoiada pelos carros de combate da Companhia G do 13.º Reg. Blindado

## Revista da Cavalaria

foi mandada contra-atacar. O inimigo recuou e as peças de artilharia perdidas foram recuperadas em condições de serviço. O inimigo estava então em franca retirada para Kasserine Pass. Alguns elementos retiraram em direcção ao 2.º Batalhão do 13.º Reg. Blindado e foram capturados. Ao cair do dia o «Bersaglieri Battalion» foi disperso pelos carros de combate americanos e deixou para trás muitas viaturas. Foram capturados catorze carros de combate italianos.

Durante o dia 22 de Fevereiro, sob melhores, mais ainda más, condições atmosféricas, a força aérea americana, actuando a partir do campo de aviação de Youks les Bains, efectuou 114 sortidas em apoio dos britânicos em Thala. O seu apoio ao A T B foi incompleto e não coordenado com a acção terrestre. Perdeu-se um avião e as instalações aliadas em Souk el Arba a mais de 100 milhas para o norte foram bombardeadas.

Na tarde de 22 de Fevereiro, Rommel visitou as suas tropas nas proximidades de Thala onde encontrou o Coronel Fritz von Broich a planear um ataque para aquela tarde. Desencorajado com a falta de sucesso em «Djebel el Hamra Pass» cancelou o ataque e passou à defensiva a 10.ª Divisão Panzer. Numa conferência entre Rommel, Kesselring e outros foi resolvido abandonar a ofensiva e que as tropas retirassem gradualmente para Este.

Era a altura dos Aliados exercerem grande pressão sobre o inimigo, mas o General Robinett, recordando-se ainda das instruções do Brigadeiro McNabb que não tinham sido modificadas, ordenou, somente, um avanço limitado. Era necessária uma decisão importante mas não existia quem tivesse autoridade para a tomar. A oportunidade do momento, a sorte dourada, logo fugiu para sempre, assim que se verificara mudanças no comando aliado.

Mesmo antes da ofensiva alemã ter alcançado o seu desenvolvimento estavam em perspectiva mudanças importantes no Comando Aliado. Estas mudanças criaram uma incerteza em toda a linha e conduziram a uma falta de controle e à perda de todas as possibilidades de acção agressiva precisamente no momento em que Rommel perdeu a iniciativa.

O Field Marshal Harold Alexander assumiu o comando do novo grupo de exército em 18 para 19 de Fevereiro. Teve pouca influência nas acções que detiveram a ofensiva do Eixo na Tunisia Central. As decisões que ele pensava que tivessem tido influência no êxito, tais como a concentração dos blindados britânicos em Thala e a rapidez do ataque do 8.º Exército à linha Mareth, foram demasiado tardias para influenciarem os acontecimentos. Nessa altura Rommel estava já em retirada para a linha Mareth antes que Montgomery entrasse em acção.

A utilização da RAF por Alexander na última fase das operações não foi coordenada com a acção terrestre não se podendo tirar partido dela. Falhou ao tentar tirar vantagem da situação quando Rommel perdeu a iniciativa e permitiu-lhe efectuar a retirada ainda que em fracas condições. Era o momento da perseguição mas o modo de a fazer não foi correcto. Melhor teria sido se a 34.ª Div. de Infantaria se dirigisse para Sbiba e a 1.ª Div. de Infantaria, em Djebel el Hamra, tivesse libertado o A T B da 1.ª Div. Blindada para, num movimento rápido em direcção a «Bou Chebka Pass», atacar à retaguarda de Rommel. No entanto, devemos-nos recordar que para um Comandante em campanha a situação nunca é tão clara como para um historiador com profundo conhecimento das situações em ambos os campos.

# Revista da Cavalaria

As 14.15 de 22 de Fevereiro, o General Ward foi designado para o Comando das Tropas no Vale de Hatab e o General Allen para o de todas as unidades ao Sul de «Foussana Plain» excepto para os elementos de reforço do A T B. A missão de Ward era «manter a linha geral de Djebel Hamra — Thala e cobrir o flanco esquerdo do Corpo evitando que os Alemães se deslocassem para Oeste». Também lhe foi indicado para proceder a acções ofensivas, sempre que possível, a fim de recuperar «Kasserine Valley». O General Ward estabeleceu, dificilmente, o seu posto de Comando em Haidra e pediu um relatório da situação, quando foi deslocado pelo Major General Ernest Harmon que tinha chegado de avião de Marrocos. O General Ward estava quase a fornecer os planos que tinha executado quando chegou Harmon. Como Comandante do II Corpo dos E. U. Harmon apossou-se do Q. G. e do Estado-Maior do General Ward e deixou-o nominalmente Comandante da Divisão sem Estado-Maior nem transmissões com que pudesse exercer o Comando. Durante a noite o General Ward levou a sua tenda para perto do posto de comando do A T B e permaneceu naquele lugar até à recuperação de Kasserine Pass.

Enquanto tinham lugar estas mudanças, o A T B levava a cabo, metódicamente, o seu plano primitivo, proposto por Robinett, sem encontrar qualquer oposição séria. Rommel abandonou todo o «Great Dorsal» ao longo da linha e retirou sem interferir poderosamente em qualquer ponto. Obstruído apenas por minas, o A T B reocupou «Kasserine Pass» na manhã de 25 de Fevereiro e enviou reconhecimentos em direcção a Kasserine e Sbeitla. Rommel continuou a sua retirada até que as suas tropas reocuparam o «Eastern Dorsal» donde tinha sido lançada a ofensiva do Eixo.

Os reveses em campanha foram seguidos de um exame às qualidades profissionais dos comandos que os sofreram. Ainda que as forças do Eixo não tivessem alcançado os seus objectivos na Tunísia Central nenhum chefe tinha cometido faltas. Mas, Rommel foi, de facto, promovido para o comando de um grupo de exércitos que aceitou com relutância.

Do lado dos Aliados, contudo, o resultado foi diferente. Na verdade tiveram sorte aqueles que sobreviveram à prova da ligação em combate na África do Norte.

A campanha da Tunísia, como as campanhas iniciais de outras guerras, pode ser estudada, com considerável proveito, por quem se possa ver envolvido em operações futuras semelhantes. Pode tornar-se num cemitério profissional para aqueles que estiverem situados na parte superior da cadeia do Comando.

Neste caso alguns foram castigados por causa de relatórios errados elaborados, por terem um conhecimento imperfeito da situação nesse momento; outros, também, foram apanhados em situações impossíveis que não era da sua própria iniciativa; e, o que é de maior infelicidade, alguns caíram, inocentemente, na teia de personalidades, interesses e ambições que se chocavam.

## Resumo

O General Eisenhower fez uma lista das seguintes causas como sendo as que levaram os Aliados a sofrer estes reveses na Tunísia Central em Fevereiro de 1943:

# Revista da Cavalaria

1. falha na colocação das tropas francesas sob o comando do General Anderson, logo no início da Campanha da Tunísia;
2. grande extensão das frentes e consequente dispersão das forças;
3. grande extensão do sector, no flanco meridional, no qual estava prevista a actuação em força do II Corpo dos E. U.;
4. falha em manter a 1.<sup>a</sup> Divisão Blindada reunida para realizar contra-ataques activos e poderosos;
5. informações imperfeitas incluindo ideias preconcebidas das intenções do inimigo e avaliação defeituosa, para menos, das suas possibilidades;
6. deficiente instrução das tropas e inexperiência dos Comandos.

Rommel atribuiu o seu fracasso na Tunísia Central ao seguinte:

1. a decisão do «Comando Supremo» de fazer de Le Kef o objectivo, colocando assim as suas tropas ao alcance das reservas aliadas;
2. demoras em vários desfiladeiros devidas a tácticas defeituosas empregadas pelos comandantes alemães;
3. a chegada tardia das unidades do 5.<sup>o</sup> Exército Panzer, o que o impediu de efectuar uma rotura de surpresa e deu tempo aos Aliados para fazer avançar as suas reservas;
4. má chefia da parte de certos comandantes alemães;
5. ausência de elementos blindados mantidos à retaguarda pelo 5.<sup>o</sup> Exército Panzer;
6. fracasso na limpeza das tropas americanas (A T B) em «Hamra Plateau» o que o impossibilitou de libertar o seu flanco ocidental.

Nem um nem outro parece, contudo, irem até ao fundo do problema — a fraqueza inerente à guerra de coligação e as defeituosas vias de comando, que eram concumitantes com isso. Os Comandos de Div., de corpo e de exército, fracassaram no desimpedimento das vias de comando e das missões e embulharam-se num problema difícil que ninguém tinha autoridade para resolver. Isto conduziu à usurpação progressiva das prerrogativas dos subordinados, a uma mistura de comandos e, consequentemente, a um sentimento de mal estar entre os comandos superiores.

O problema foi, finalmente, resolvido com a nomeação do General Alexander para comandante das forças terrestres Aliadas na África do Norte. Mas esta mudança foi efectuada demasiado tarde para influenciar no resultado das operações na Tunísia Central e para salvar a reputação profissional de alguns. Felizmente, para a causa Aliada os arranjos de comando nas forças do Eixo eram, provavelmente, ainda menos eficientes.

Isto, mais os meios insuficientes, uma força aérea diminuta, e a impossibilidade de controlar as águas entre a Tunísia e a Itália, afectaram adversamente a ofensiva do Eixo na Tunísia Central e conduziram finalmente à eliminação das forças do Eixo na África do Norte.

Para o estudante da guerra móvel, a ofensiva do Eixo na Tunísia Central permite-lhe muitas lições. Entre as lições de táctica, nenhuma é mais interes-

## Revista da Cavalaria

sante do que a do ataque e defesa de uma linha de montanhas. Clausewitz, o filósofo da guerra, disse: «Um general que se permite ser derrotado numa posição extensa de montanhas merece ser conduzido a um conselho de guerra». Mas, talvez isto seja um pouco severo para os métodos e equipamentos modernos que podem ter modificado o problema.

O modo vulgar de defender uma linha com estas características tem sido manter fortemente os pontos principais ou de fácil penetração e mais ligeiramente o terreno de difícil penetração, ao mesmo tempo que se dispõe de uma reserva forte e móvel, numa posição central, preparada para contra-atacar, destruir ou repelir as forças inimigas que hajam penetrado na barreira formada pelas montanhas. Tal era a concepção antes da aviação, dos carros de combate e de outros modernos equipamentos mecanizados.

Os carros de combate actuando em ligação com a infantaria podem ser melhor empregados na defesa de uma linha de montanhas se forem colocados na encosta do lado do inimigo, adiantados em relação aos pontos de fácil penetração, com os flancos firmemente mantidos pela infantaria e com a artilharia em apoio tanto aos carros de combate como à infantaria. Desde que um ponto de fácil penetração seja tomado e os carros de combate passem através dele para o lado dos defensores, o inimigo está preparado para uma penetração ofensiva.

Estas considerações foram demonstradas pela derrota das forças Americanas em Faid e Kasserine Pass, quando os carros de combate foram colocados em reserva atrás da linha de defesa e, ainda, pela defesa vitoriosa levada a cabo pelas forças americanas em «Sbeitla Pass» e «Djebel el Amra Pass» quando os carros foram colocados à frente da linha de montanhas.

Porém, os carros de combate ingleses colocados à frente do desfiladeiro Sul de Thala foram destruídos. Mas isto foi devido a outras causas, tais como a ineficiência dos carros de combate ingleses e a falta de coordenação entre os carros de combate, a artilharia e a infantaria.

O comando do Eixo, na ofensiva na Tunísia Central, demonstrou duas vezes a maneira correcta de tomar uma linha de montanhas: a primeira durante uma delicada ofensiva devido à falta de meios, tomando o «Eastern Dorsal» com uma série de ataques a objectivos limitados; e a segunda, enquanto mantinham a iniciativa táctica, por meio de ameaças simultâneas a todas as passagens do «Great Dorsal», seguida de uma rotura em «Kasserine Pass» a posição natural mais forte mas a mais fracamente mantida.

A táctica empregada por Rommel ao tomar «Kasserine Pass», ainda que não fosse conduzida com grande agressividade, ao princípio seguiu o modelo aprovado de passar os desfiladeiros com a infantaria e então atacar com carros de combate ao longo da estrada do vale.

Tanto o comando do Eixo como o Aliado fracassaram em manter o contacto e perseguir um inimigo derrotado e desorganizado. O Eixo falhou duas vezes em Sidi bou Zid e em Thala. O comando Aliado falhou depois de Rommel ter sido derrotado em «Djebel el Hamra Pass».

A superioridade dos carros de combate e canhões anticarro alemães e a coordenação das armas combinadas foram largamente demonstradas. Mas a coordenação da artilharia e carros de combate efectuada pelo A T B da 1.ª Div. Blindada foi muito superior à do Eixo. A superioridade das peças de grande velocidade determinou a adopção pelos Aliados de precauções na táctica blindada,

## Revista de Cavalaria

ainda que algumas vezes dispusessem de maior número de carros de combate. O fracasso redundou em sérias e rápidas perdas como aconteceu em Sidi bou Zid e Thala. Estes exemplos demonstram, uma vez mais, que as armas têm efeito determinado sobre a doutrina táctica.

Os comandos Aliados estavam decididos a localizar os seus postos de comando bastante longe para a retaguarda e raramente se mostravam na frente. Por outro lado os alemães estavam muito mais perto da frente onde podiam exercer uma influência directa nas suas tropas. Os métodos tácticos do Alto Comando Aliado reflectiam o conhecimento perfeito das operações estáticas da 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial mas não o do extraordinário desenvolvimento das modernas forças móveis.

(*Armor*, Maio-Junho de 1954)

S. B.





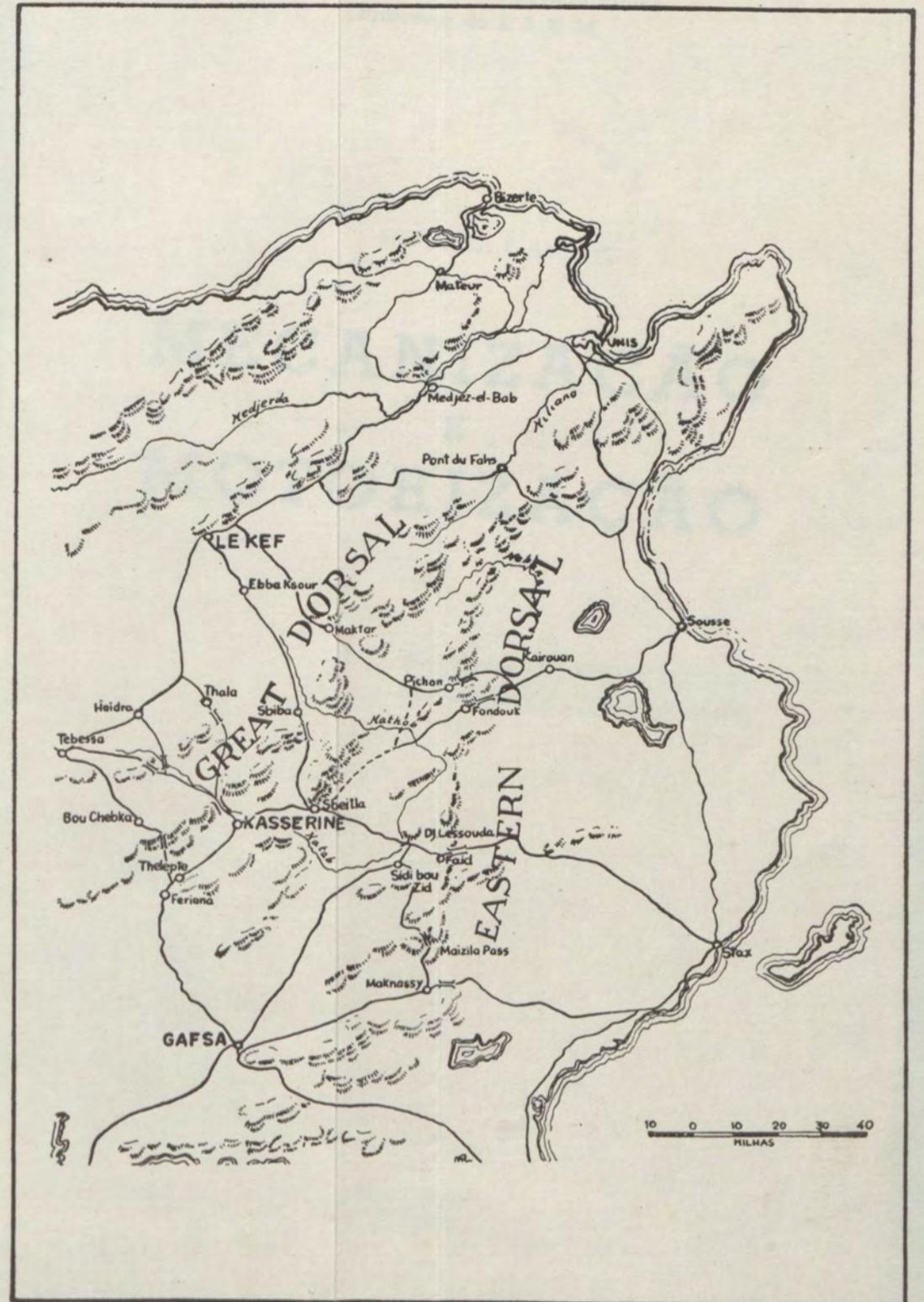
Bertrand & Irmãos, L.<sup>da</sup>

TRABALHOS  
TIPOGRÁFICOS  
SIMPLES  
E DE LUZ  
REPRODUZIDAS  
EM FOTOGRAFURA  
OFFSET  
E LITOGRAFIA

Travessa da Condessa do Rio

Telefones P. B. X.

LISBOA





**Bertrand & Irmãos, L.<sup>da</sup>**

TRABALHOS  
TIPOGRÁFICOS

SIMPLES,  
E DE LUXO,

REPRODUÇÕES  
EM FOTOGRAVURA,

OFFSET

E LITOGRAFIA



Travessa da Condessa do Rio, 27

Telefones P. B. X. { 21227  
                                  { 21368

LISBOA



# Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

TRABALHOS TIPOGRÁFICOS EM TODOS OS GÉNEROS



## MANUAL DE EQUITAZÃO

I Parte — EQUITAZÃO ELEMENTAR

Ilustrado com 61 gravuras

**Preço Esc. 25\$00**



DIRECTIVAS PARA A INSTRUÇÃO DE GINÁSTICA  
A MINISTRAR DURANTE A ESCOLA DE RECRUTAS

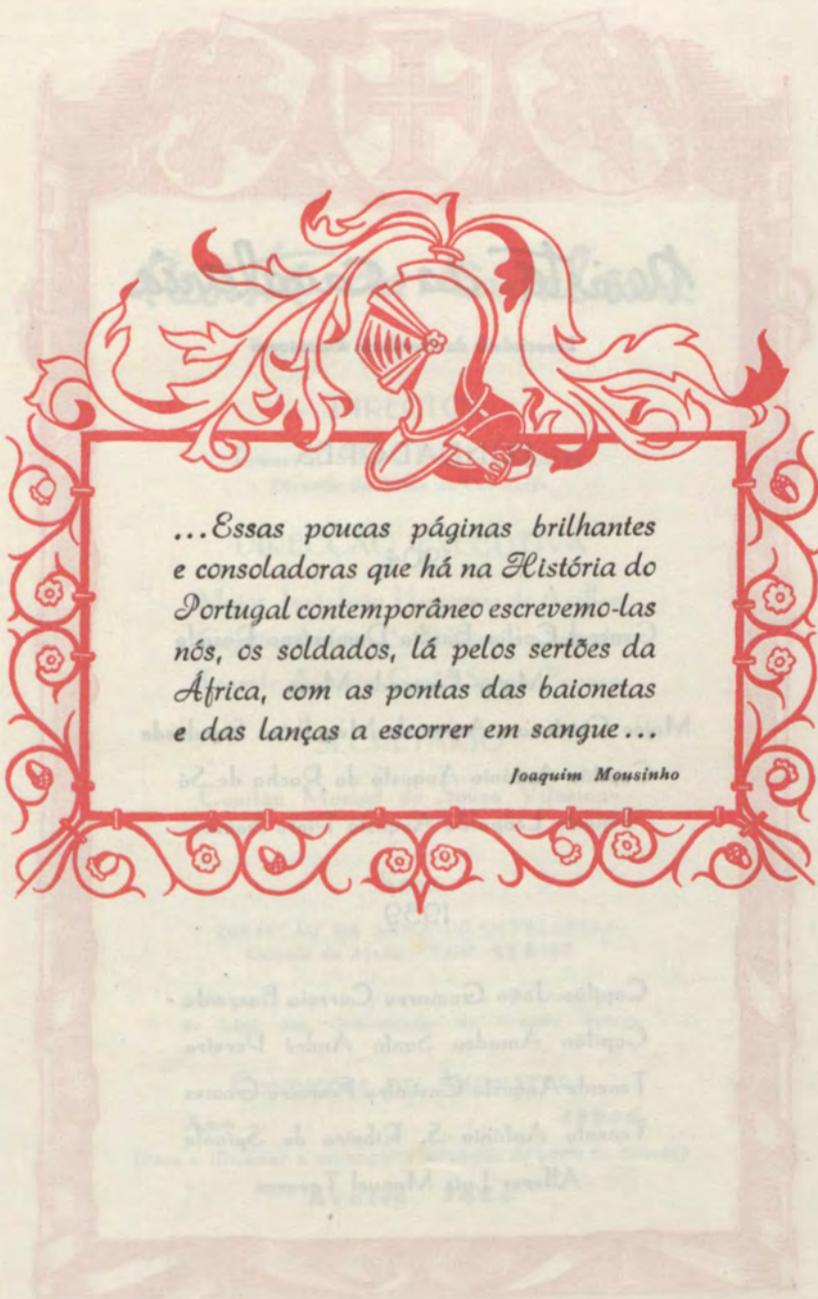
**Preço Esc. 5\$00**



CALÇADA DOS CAETANOS, 18

Telefone 2 1450

**LISBOA**



...Essas poucas páginas brilhantes  
e consoladoras que há na História do  
Portugal contemporâneo escrevemo-las  
nós, os soldados, lá pelos sertões da  
África, com as pontas das baionetas  
e das lanças a escorrer em sangue...

Joaquim Mousinho



# Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

## FUNDADORES

1904

General Carlos Bazílio Damasceno Rosado

Major Fernando Maya

Major Cristovam Aypes de Magalhães Sepulveda

Capitão António Augusto da Rocha de Sá

Tenente Leopoldo Augusto Pinto Soares

1939

Capitão João Gamarro Correia Barrento

Capitão Amadeu Santo André Pereira

Tenente Augusto Casimiro Ferreira Gomes

Tenente António S. Ribeiro de Spínola

Alferees Luís Manuel Tavares

F.C.



# Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

## DIRECTOR

General Abílio Pais de Ramos  
Director da Arma de Cavalaria

## DIRECÇÃO EXECUTIVA

Major José João Henriques de Avellar  
Capitão António S. Ribeiro de Spínola  
Tenente António Gentil Soares Branco

## SECRETÁRIO

Capitão Manuel de Sousa Vitoriano

## SEDE

DIRECÇÃO DA ARMA DE CAVALARIA  
Calçada da Ajuda — Telef. 63 8167

Composta e impressa na Tipografia  
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

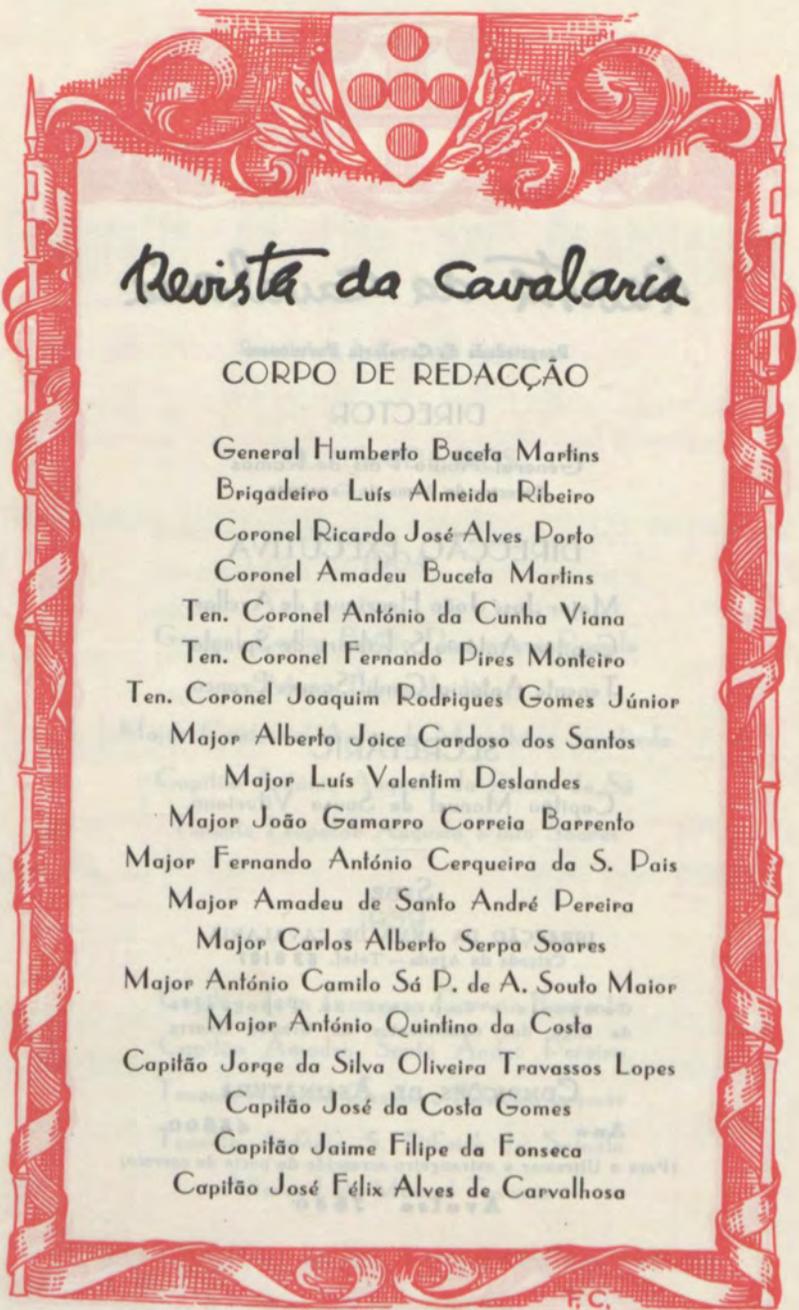
## CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano . . . . . 45\$00.

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 7\$50





# Revista da Cavalaria

## CORPO DE REDACÇÃO

DIRECTOR

General Humberto Buceta Martins

Brigadeiro Luís Almeida Ribeiro

Coronel Ricardo José Alves Porto

Coronel Amadeu Buceta Martins

Ten. Coronel António da Cunha Viana

Ten. Coronel Fernando Pires Monteiro

Ten. Coronel Joaquim Rodrigues Gomes Júnior

Major Alberto Joice Cardoso dos Santos

Major Luís Valentim Deslandes

Major João Gamarro Correia Barrento

Major Fernando António Cerqueira da S. Pais

Major Amadeu de Santo André Pereira

Major Carlos Alberto Serpa Soares

Major António Camilo Sá P. de A. Souto Maior

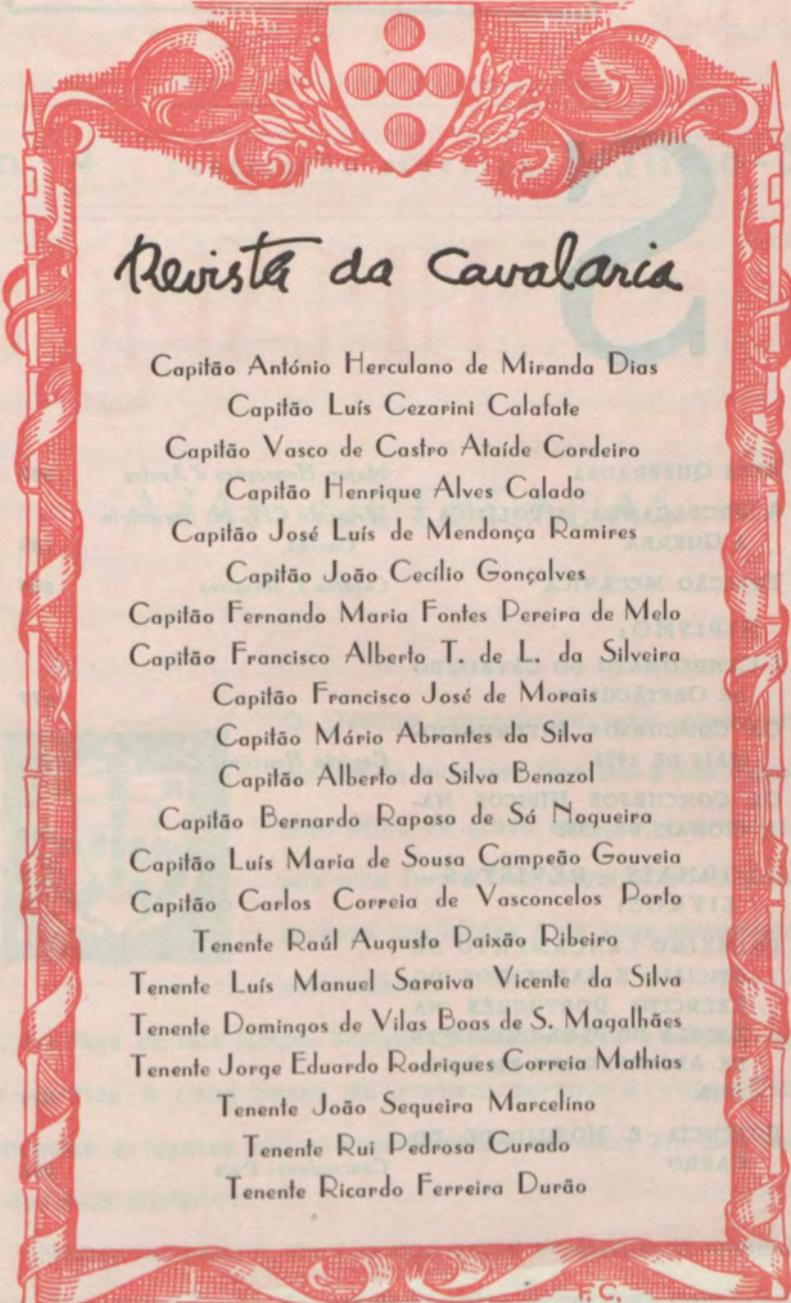
Major António Quintino da Costa

Capitão Jorge da Silva Oliveira Travassos Lopes

Capitão José da Costa Gomes

Capitão Jaime Filipe da Fonseca

Capitão José Félix Alves de Carvalhosa



## Revista da Cavalaria

Capitão António Herculano de Miranda Dias  
Capitão Luís Cezarini Calafate  
Capitão Vasco de Castro Ataíde Cordeiro  
Capitão Henrique Alves Calado  
Capitão José Luís de Mendonça Ramires  
Capitão João Cecílio Gonçalves  
Capitão Fernando Maria Fontes Pereira de Melo  
Capitão Francisco Alberto T. de L. da Silveira  
Capitão Francisco José de Moraes  
Capitão Mário Abrantes da Silva  
Capitão Alberto da Silva Benazol  
Capitão Bernardo Raposo de Sá Noqueira  
Capitão Luís Maria de Sousa Campeão Gouveia  
Capitão Carlos Correia de Vasconcelos Porto  
Tenente Raúl Augusto Paixão Ribeiro  
Tenente Luís Manuel Saraiva Vicente da Silva  
Tenente Domingos de Vilas Boas de S. Magalhães  
Tenente Jorge Eduardo Rodrigues Correia Mathias  
Tenente João Sequeira Marcelino  
Tenente Rui Pedrosa Curado  
Tenente Ricardo Ferreira Durão

# SUMÁRIO

AZAS QUEBRADAS	<i>Major Henriques d'Avolar</i>	253
A PROPAGANDA, A POLÍTICA E A GUERRA	<i>Major do C. E. M. Serzedelo Coelho</i>	259
TRACÇÃO MECÂNICA	<i>Capitão J. Ramires</i>	265
HIPISMO:		
I CAMPEONATO DO CAVALEIRO DE OBSTÁCULOS		277
OS CONCURSOS INTERNACIONAIS DE 1955	<i>Capitão Henrique Calado</i>	278
OS CONCURSOS HÍPICOS NACIONAIS DE 1955		287
JORNAIS — REVISTAS — LIVROS:		
PRIMEIRO LANÇAMENTO DE OFICIAIS E SARGENTOS DO EXÉRCITO PORTUGUÊS NA ESCOLA DE PARA-QUEDISTAS DE ALCANTARILHA EM ESPANHA		329
POTÊNCIA E MOBILIDADE DO CARRO	<i>Comandante Puja</i>	331



# Revista da Cavalaria

16.º ano - n.º 4

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Julho - Setembro

## AZAS QUEBRADAS



O Destino compraz-se, por vezes, em marcar na vida dos Homens e dos Povos, momentos de grave emoção, que surgem sob uma forma imprevista, a pôr à prova as suas qualidades e os seus sentimentos mais nobres.

É, em face de tais factos, brutais na momentânea irrupção, que se verifica o fraco poder do Homem perante a Vida. Quão modestas e fugazes são as possibilidades humanas em face dela e dos seus mistérios!

Nesses momentos, em que algo acaba bruscamente, sente-se que é preciso dispor de um forte valor moral para continuar a caminhar e que bem mesquinhas são as lutas, as glórias e as

## Revista da Cavalaria

derrotas do dia à dia, se as não insuflar o sentimento de um ideal superior.

É, então, que se define amplamente a diferença que existe entre a carreira das armas e qualquer outro serviço público. E todos aqueles que envolvem espírito de sacrifício e abnegação pelo dever cumprido, muito dela se aproximam, seguindo-lhe o exemplo na forma e no espírito que os orienta.

Perante, mesmo, o problema da defesa nacional, cada vez mais — dentro do conceito da nação em armas — todas as actividades, qualquer que seja a sua natureza, se devem integrar, dentro das suas possibilidades e faculdades, na estrutura que é mister estabelecer para garantia da sobrevivência dos povos.

As instituições militares constituem, assim, — com a orgânica e éticas características — um padrão e um modelo, para o qual, pela força das circunstâncias, se verifica que têm de caminhar todas essas actividades.

Só deste modo será possível, no momento próprio, poder dispor da totalidade dos recursos humanos ou materiais para os integrar na luta pela defesa do património comum.

Mas, para isso, é preciso que cada um de per si, onde quer que se encontre, se mantenha pronto a levar a cabo a missão que lhe competir, sejam quais forem as dificuldades que se lhe anteponham, dentro do sentimento de dedicação a uma causa comum, alicerçado na forte convicção do cumprimento do dever.

Entre os componentes das Forças Armadas — espelho onde se reflectem as mais nobres qualidades de um Povo — tal sentimento deve existir, no mais alto grau.

## Revista da Cavalaria

Na madrugada de 2 de Julho, ele foi, mais uma vez, posto à prova.

Desde essa manhã nevoenta — na qual dois irmãos, a bordo de uma aeronave de estranho perfil, conseguiram elevar-se alguns metros acima do solo e, assim, percorrer umas tantas centenas deles — até hoje, passaram cinquenta anos.

Na história da humanidade, foi um curto espaço de tempo. Mas aquele facto marcou o início de uma nova conquista — a dos caminhos dos céus — que encurtavam as distâncias.

Durante este meio século, fruto do labor, da dedicação e da perda de sucessivos pioneiros, a nova descoberta foi-se, pouco a pouco, desenvolvendo.

Dos primeiros tempos, da aventura e das descobertas, a maior parte delas obtida à custa de pesados sacrifícios, passou-se ao período da consolidação dos conhecimentos e dos processos. Para eles deram os portugueses o seu contributo que ficou como um marco miliar no caminho percorrido.

À medida que maior potência e segurança iam obtendo os modelos produzidos, a Aviação foi perdendo o aspecto de coisa irreal e aventureira para entrar nos costumes correntes. Montaram-se indústrias e o aspecto comercial surgiu ao traçarem-se rotas cruzando o Mundo.

Parecia ter-se atingido um nível já inultrapassável. Mas o Homem nunca se pode considerar satisfeito e o espírito da aventura, a ultrapassagem de barreiras de qualquer natureza, atrai-o sempre.

# Revista da Cavalaria

O Século em que vivemos nasceu sob o signo da velocidade. A Aeronáutica não podia fugir a essa determinante.

E, então, lançando mão de novos processos de propulsão, foi possível realizar um impossível — voar mais depressa do que o próprio som — ultrapassar a barreira deste. Mas, para atingir esta, muitas outras, talvez bem mais difíceis, houve necessidade de serem ultrapassadas.

Esse facto marcou o renascimento do espírito de aventura. De novo apareceram os pioneiros e o progresso foi conseguido à custa de tenacidade, de perseverança e de mais sacrifícios.

Dentro das actividades militares, os jactos vieram dar aos pilotos de caça uma nova arma. Requisitos específicos se definiram para estes cavaleiros do ar mais rápidos que o som.

.....  
No dia 2 de Julho a Aeronáutica Portuguesa festejava uma data que lhe era grata — o Dia das Forças Aéreas.

Pouco tempo duraria a alegria que reinava nos corações que pulsavam debaixo das azas bordadas nos peitos das fardas.

Quantos sacrifícios, quantas lutas não tinham custado a cada um deles a conquista desse emblema. É possível que, nesse dia, cada um para si recordasse os duros tempos da aprendizagem — as horas de incerteza, as preocupações e o prazer de ter atingido a almejada meta —.

Mas, tudo isso já tinha ficado para trás no tempo. Agora, se preocupações havia, seriam somente derivadas do cumprimento do programa estabelecido para as comemorações festivas. Mal

## Revista da Cavalaria

cada um deles sabia que, dentro de poucas horas, tudo teria terminado, inopinadamente.

Neste dia, como é natural, procurou-se que o céu de Portugal fosse percorrido por diversas esquadilhas, para que, em todo o território continental se sentisse a presença da Aviação Militar.

Foi uma missão normal, de rotina. Sòmente, dela não voltariam oito aparelhos. As suas fuselagens ficaram retorcidas e calcinadas a juncar um vale risonho e simples no sopé de um monte de nome tão desconhecido, até então, como o do vale.

Estava consumada a tragédia que decorreu em escassos segundos. O dia de festa transformou-se em dia de luto e nos anos que vierem, naquele vale simples e risonho, flores vindas do ar irão juncar o local onde oito jovens perderam a vida num lance do destino.

Nós na Cavalaria não podemos ficar, a todos os títulos, indiferentes à mágoa dos camaradas aviadores, tanto mais que, em épocas passadas, muitos cavaleiros foram atraídos pela Arma nova e dela fizeram parte. É, pois, com profundo desgosto, que sentimos a perda que acabam de sofrer.

.....

Aqueles rapazes, nessa manhã, cumpriram o seu dever. Ao sentimento de mágoa e desgosto, que pungiu os corações dos amigos e dos camaradas de todas as horas, boas ou más, que tinham vivido juntos, outro mais forte se sobrepôs.

Outras azas se elevaram no céu. As fileiras rotas, por momentos, tornaram-se a unir e os lugares vazios foram preenchi-

# Revista da Cavalaria

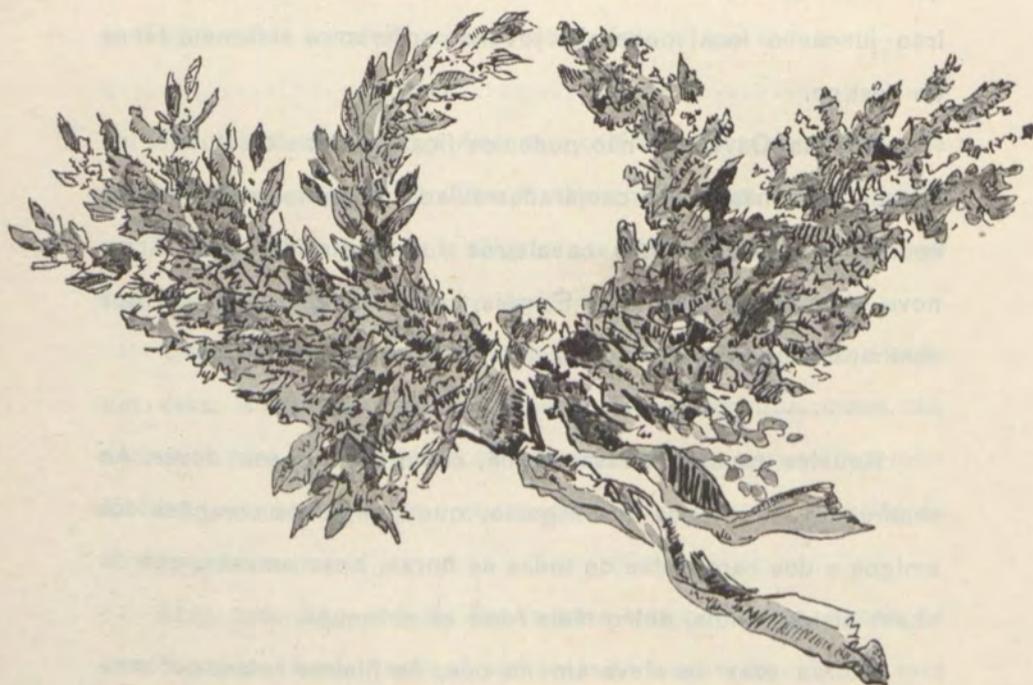
dos por outros, animados do mesmo ardor, da mesma abnegação, do mesmo devotamento e da mesma íntima alegria de bem cumprir.

Já o Poeta escrevera :

*Olhai, que ledos vão por várias vias;*

como então, como hoje, como amanhã — na paz ou na guerra — a caminho da Glória ou da Morte.

Major HENRIQUES D'AVELLAR



# A PROPAGANDA A POLÍTICA E A GUERRA

Pelo Major do C. E. M. SERZEDELO COELHO

«**S**e a descoberta da energia atómica implica a perspectiva de uma revolução na técnica militar, as novas formas de acção psicológica constituem uma transformação revolucionária nos velhos processos de desintegração moral que foram utilizados no passado» (1).

Segundo Clausewitz «a guerra nasce e recebe forma, das ideias, dos sentimentos e dos acontecimentos que dominam a época em que se trava». A História prova a asserção do grande pensador. Em 1792, a Europa foi surpreendida pelo conceito de guerra saído da Revolução Francesa: *a Guerra Nacional*. Em 1914, as forças postas em jogo e o volume assumido pelo conflito, deram à Guerra Nacional um carácter totalitário. Em 1939, Hitler levou ao extremo a aplicação daquele conceito, libertando-o das últimas limitações de ordem moral e jurídica.

O conceito de Guerra Nacional está hoje ultrapassado pela nova concepção que os doutrinários comunistas aplicam em todo o Mundo: a Guerra Revolucionária. Para fazer a Guerra Revolucionária, Lenine concebeu um exército «sui-generis», cujos combatentes se encontram espalhados por toda a parte, por todas as latitudes, unidos por uma ideologia alicerçada no ódio e no antagonismo das classes sociais. Este novo tipo de Exército, diz Lenine, na sua obra «Que fazer?», escrita em 1902, «permitirá que nós tenhamos homens em toda a parte... em todas as classes sociais, em todas as posições...». No período decorrente, a ideia do apóstolo comunista materializa-se na existência legal ou clandestina dos partidos comunistas que prolíferam com maior ou menor intensidade em todos os Países.

---

(1) General P. Jacquot — «Ensaio de estratégia ocidental».

## Revista da Cavalaria

Na referida obra, Lenine preconiza ainda:

«É necessário aprofundar e alargar a influência sobre as massas; este trabalho é indispensável em todas as épocas... Ele deve formar sem cessar novos militantes; deve ser capaz de seduzir os seus representantes menos dotados... saber falar-lhes, saber aproximar-se deles, saber cultivá-los com firmeza e paciência... sem transformar a nossa doutrina num dogma sem vida, sem usar sòmente os livros, mas participando na luta quotidiana, vital, nos meios mais atrasados e ignorantes .....

Aproximemo-nos também do baixo povo, das massas, dos empregados, dos agricultores, não apenas nos que nos são favoráveis, mas também dos que nos servem, dos sem partido e dos inconscientes. A nossa primeira e mais importante missão é contribuir para a formação de revolucionários.....».

Na obra, «O cérebro do Exército», publicada em 1927, o marechal Boris Chaposnikov, inspirado nas ideias de Lenine, diz:

«As Guerras são realizadas pelos Estados e não apenas pelas Forças Armadas. As Guerras não podem confinar-se ao campo da estratégia militar, porque a guerra é uma *forma definida de relação social* e não apenas uma luta armada para aniquilar o inimigo».

Na prática, segundo Ellis M. Zacharias, antigo chefe do Serviço de Informações da Armada dos E. U. A., o proletariado de todo o Mundo deve lutar pela Rússia. Esta mantém o seu poder militar como factor de potência e como instrumento de persuasão a utilizar sòmente como último argumento».

A Guerra Revolucionária foi ensaiada, pela primeira vez, na Rússia, em 1917. A Guerra Civil Chinesa, fornece-nos outro exemplo da aplicação local do novo conceito de Guerra. Mao-Tsé-Toung, antigo aluno das Academias soviéticas, aplicou magistralmente, ao caso particular da China, as doutrinas de Lenine. A condução política e militar da Guerra da China merece estudo e ponderação. Os métodos aplicados por Mao não podem deixar de reflectir, em grande parte, os processos gerais de que os dirigentes soviéticos se servem para fazer a Guerra. Na obra «A estratégia da Guerra Revolucionária na China», publicada em 1941, Mao dá a seguinte definição de Guerra:

«A Guerra é uma das formas mais elevadas da luta para regular as contradições entre as classes, as Nações, os Estados ou os grupos políticos que atingiram um certo grau de desenvolvimento na sociedade por classes... Uma Guerra Revolucionária obedece não só às

# Revista da Cavalaria

leis gerais da Guerra, mas também a leis específicas que lhe são próprias».

A definição harmoniza-se perfeitamente com o conceito de Chavoshnikov.

As principais consequências da aplicação da concepção revolucionária da Guerra são as seguintes:

- Qualquer acção do Estado, quer interna, quer externa, pode sempre reduzir-se a um acto de agressão.
- A Guerra, além de total, passa a ser permanente.
- A Guerra não pode já considerar-se como a continuação da Política por outros meios (Clausewitz), porque a Política identificou-se com a Guerra.

A Política deve então fazer a Guerra permanente. A Paz é uma utopia. Na realidade, o que há são períodos de Guerra «Limitada», em que as Forças Armadas não intervêm, e períodos de Guerra «generalizada», nos quais aquelas Forças são chamadas a tomar parte. Nos períodos de Guerra Limitada, ou «Guerra Fria», a Política recorre às «Forças Económicas», às «Forças Psíquicas» e à «Diplomacia» para consumir a agressão. As primeiras corresponde a «Guerra Económica», às segundas a «Guerra Psicológica», e à terceira «A Guerra Diplomática». Em todos os campos, em todas as actividades, a finalidade é sempre a mesma: Fazer a «Guerra Revolucionária».

De todas as formas de Guerra, a mais geral, é a «Guerra Psicológica» por ser aquela cuja intensidade sofre variações menos sensíveis quando se passa do estado de Guerra Limitada à Guerra Generalizada. Na escala dos valores representativos da sua intensidade não entra o valor zero. Os objectivos que visa conferem-lhe, por sua vez, um valor superior ao das restantes modalidades de agressão visto que, o seu fim, é a destruição do elemento fundamental do adversário: A coesão moral e a vontade de lutar, suportes sem os quais as outras formas de Guerra são irrealizáveis.

«A mais eficiente das estratégias é aquela que provoca a desagregação moral do inimigo e só se serve da Força Armada quando a acção militar for facilmente realizável», escreveu Lenine.

## Revista da Cavalaria

A Propaganda soviética é orquestrada pelo conjunto dos partidos comunistas; serve-se de todos os processos para levar a confusão, a descrença, o medo, a sabotagem moral e material ao seio das Nações inimigas procurando reduzi-las à desorientação, à dúvida e ao caos. A «Guerra Psicológica» é uma das armas principais da estratégia do Kremlin.

As características fundamentais da «Guerra Psicológica» são:

- É comum aos períodos de Guerra Generalizada e aos períodos de Guerra Limitada.
- Não admite nem a neutralidade, nem as tréguas, nem os armistícios.
- O seu objecto, essencialmente humano, confere-lhe um valor superior ao das restantes modalidades de agressão, para cujo êxito constitui factor fundamental.
- É nos períodos de «Guerra Limitada» que atinge maior intensidade e que a sua acção se torna mais eficaz e mais perigosa.
- Adapta-se e é praticável em todas as situações.

A possibilidade do emprego maciço e generalizado das armas atómicas, num futuro conflito, vem dar ainda maior importância e extrema acuidade ao problema da agressão psicológica. Já Maquiavel dizia que «a única razão lógica que pode explicar uma Guerra é enriquecer-se... Portanto, se acontecer que a tua vitória te empobreça e a tua conquista te enfraqueça, o objectivo que te levou a emprender essa Guerra deve, necessariamente, ter sido ultrapassado ou não ter sido atingido».

A profecia de Einstein: «No fim deste caminho distingue-se, cada vez mais nitidamente, o espectro da destruição total», — não parece ser de molde a entusiasmar um agressor, por mais forte que seja, a desencadear uma Guerra em escala mundial.

O progresso extraordinário da ciência e da técnica colocou nas mãos do Homem um poder destruidor em escala tão elevada que ultrapassa os limites da sua imaginação e parece exceder as dimensões dos tradicionais campos de batalha.

A simples existência potencial das novas armas, a ameaça latente do seu emprego, o seu aperfeiçoamento constante e o aumento diário do seu número, não podem deixar de alterar profundamente as velhas condições em que a Guerra evoluía e se processava. A mudança foi dema-

## Revista da Cavalaria

siado brusca para permitir qualquer preparação. Ainda mal se tinha apagado o clarão da modesta explosão atômica de Hiroshima e já brilhava sobre o ilhéu de Eninvetok, nas Ilhas Marshall, o sol resplandecente da bomba termonuclear. O Homem viu-se, assim, detentor de um dia para o outro, de um poder mágico, capaz de lhe permitir fazer desaparecer da crosta terrestre uma grande cidade, com os seus habitantes, com a mesma facilidade com que um prestidigitador escamoteia, aos olhos do público embasbacado, um simples baralho de cartas.

A medida dos efeitos destruidores de um tal poder exige uma unidade que excede as possibilidades da compreensão e da imaginação humanas, demasiado sujeitas, ainda, às tradicionais dimensões do seu horizonte pré-atômico, muito acanhado, para nele caber, de jacto, uma energia da ordem da libertada na explosão de 50 milhões de toneladas de T. N. T. Esta incapacidade, a relutância em pôr de parte os conceitos tradicionais, as enormes dificuldades a remover para proceder a uma adaptação às novas e revolucionárias condições, fazem com que, se sofisme o problema e, só timidamente, se vá procurando vencer a distância que separa a Guerra clássica — a Guerra que não volta mais — da Guerra da idade atômica — a realidade presente. A Guerra Armada, total, sem limitações — a terrível interrogação — é preparada ainda com fundamento na experiência e nos moldes da defunta II Grande Guerra. O emprego das armas atômicas é encarado somente como um argumento «in articulo mortis». Quando muito, corre-se o risco de procurar atingir alguns objectivos secundários, por meio de acções armadas de padrão reduzido, reeditadas no antigo modelo e cautelosamente localizadas de antemão. Bruscamente surpreendido, o Homem hesita, tem medo e interroga-se: *Como fazer a Guerra Atômica de uma forma rendosa e lucrativa sem correr o risco de ser também destruído?* Daqui resulta, que uma das consequências imediatas do aparecimento, da generalização e do incremento da arma atômica se traduz por uma renúncia tácita a uma Guerra Armada em escala mundial, envolvendo directamente os seus detentores. Parece, assim, que o poder das novas armas, conjugado com a facilidade do seu emprego, veio criar um desequilíbrio tão profundo entre o ataque e a defesa *que impôs uma limitação*, pelo menos temporária, na própria natureza da Guerra. Paradoxalmente, porém, nunca houve, talvez, na História, tantos motivos capazes de justificar um conflito geral como os que hoje existem e se vão acumulando dia a dia. A situação justifica, assim, plenamente, o recurso a outras formas de agressão menos radicais e decisivas, é certo, mas muito menos arriscadas. Entre elas, a mais

# Revista da Cavalaria

importante, quer pela facilidade com que pode ser realizada, quer pelos efeitos que produz, é, sem dúvida, a Guerra Psicológica. Para o Bloco Oriental, ela oferece ainda a vantagem de se integrar perfeitamente na doutrina, nos métodos e na estratégia do comunismo internacional.

No limiar da civilização atômica, a Guerra não pode ser considerada apenas como uma luta armada e sangrenta. Pode haver Guerra sem haver destruição de vidas humanas. Nunca, como hoje, houve tantas probabilidades de vir a verificar-se a profecia enunciada, em 1926, por J. Fuller:

*«É de admitir que os processos até agora seguidos para uma Nação impor a sua vontade a outra, venham a ser constituídos pela Guerra puramente psicológica, na qual as armas não serão utilizadas, nem mesmo no campo de batalha... mas na qual, a corrupção do espírito, o embrutecimento intelectual e a desintegração moral sejam os meios preferidos».*



# TRACÇÃO

# MECÂNICA

pelo Capitão J. RAMIRES

## DISTÂNCIA DE VISIBILIDADE

10 — A utilidade da noção de distância de visibilidade na interpretação do Código da Estrada :

O Decreto 39.672, do Código da Estrada, tem imensas passagens que no fundo se resumem no conhecimento exacto das noções de distância de visibilidade.

Consideramos por isso que o conhecimento racional dessa teoria dispensaria suficientemente grande parte das regras de trânsito com que muitos munitores perdem imenso tempo, ensinando sem entusiasmo ou compreensão dos aprendizes, antes introduzindo nessas instruções uma monotonia e sonolência no auditório, dignas de nota, ou então conseguindo o conhecimento mecânico das palavras sem que os alunos saibam o seu significado quando as dizem ou as apliquem na vida prática.

Eis então várias passagens do citado Decreto, a que todos os condutores são obrigados, perfeitamente integrados na teoria que se expôs em números anteriores, ou com ela relacionados.

11 — Interpretação das regras gerais de trânsito :

a) — O n.º 3 do art. 5.º do Decreto 39.672, diz: «Os veículos e animais transitarão sempre o mais próximo possível das bermas ou passeios, mas a uma distância destes que permita evitar qualquer acidente».

N. R. : Continuação do artigo do N.º 3 de Maio-Junho.

## Revista da Cavalaria

A segunda parte do parágrafo é para nós talvez mais importante que a primeira e constitui a principal determinante da zona da estrada em que se deve transitar.

Com efeito, a segurança contra acidentes obriga-nos a garantir para os lados um certo espaço para, em melhores condições, se fazer face a qualquer eventualidade que surja no veículo, nas bermas ou passeios e é claro que a prudência aconselha-nos a que essa distância seja máxima. Ora esse máximo só se atinge quando se marchar no eixo da estrada, zona que além de gozar desse privilégio, reúne

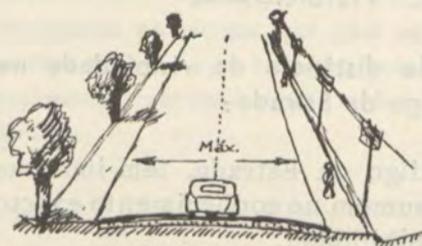


Fig. 1

ainda a vantagem da maior comodidade e da melhor distribuição de peso sobre os rodados, devido ao perfil abaulado da estrada no sentido transversal. (Fig. 1)

Porém, sempre que o condutor deixe também de garantir na sua frente a distância de visibilidade re-

querida para a sua velocidade e condições de aderência, deverá sacrificar então a segurança lateral, reduzindo convenientemente a velocidade e deslocando-se para a direita. É evidente que nestas condições interpretamos correctamente a ideia do legislador, baseando-nos na nossa teoria e não caindo nos excessos perniciosos para a comodidade e segurança. Sempre baseados na mesma teoria, podemos muito bem distinguir o modo de satisfazer à lei, no caso para nós pouco comum, das estradas excepcionalmente largas, com perfil transversal quase rectilíneo e até com pistas de trânsito nitidamente demarcadas.

b) — O n.º 5 do art. 5.º do Decreto 39.672 diz: «Os veículos em marcha devem guardar entre si a distância necessária para que possam fazer qualquer paragem rápida sem perigo de acidente».

É bem evidente que este parágrafo se enquadra na noção dada sobre distância de visibilidade, com todas as variáveis que a influenciam e que tantas vezes são esquecidas, em especial as condições de aderência, muito importantes na determinação do comprimento da distância de travagem.

# Revista da Cavalaria

## 12 — Interpretação de sinais :

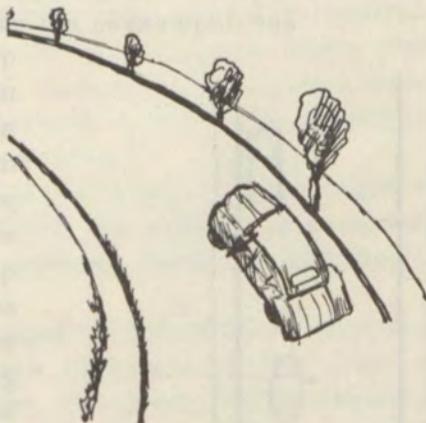
Diz o n.º 1 do art. 6.º do Código da Estrada, o seguinte: «Quando um veículo diminuir a sua velocidade, parar, mudar de direcção, iniciar uma ultrapassagem ou inverter o sentido de marcha, o condutor é obrigado a fazer com o braço ou com adequado dispositivo mecânico ou luminoso o sinal regulamentar correspondente».

Uma vez que a obrigatoriedade destes sinais foi determinada para a segurança do trânsito não podemos deixar de os considerar dentro da teoria da distância de visibilidade e por isso, sem pretensões doutrinárias sobre o assunto, comentá-la-emos, apontando alguns inconvenientes que podem resultar dessa obrigação:

a) — *Porque no caso da mudança de direcção a ideia do legislador é pouco clara:*

Com efeito, quando é a própria estrada que muda de direcção e o veículo acompanha essa mudança há alguém que faça o respectivo sinal? (*Fig. 2*)

Quando a mudança de direcção for executada com tal disfarce de trajectória que a variação de curvatura seja quase da mesma ordem da que resulta da marcha que na prática se considera a di-



*Fig. 2*

reito, será lógico que se obrigue a sinal quando o próprio condutor nem sequer se apercebe de tal variação? Quem vier atrás de um condutor naquelas condições precisará ainda do sinal para adivinhar a intenção de quem o precede? E correrá

# Revista da Cavalaria

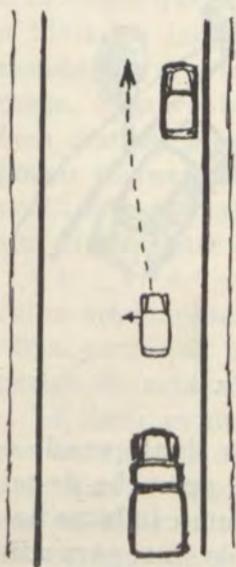
algum risco se vier a distância tal para poder fazer face a uma emergência?

b) — Porque a lei, apesar de geral, não é sistematicamente cumprida por alguns veículos sem que do facto resulte grande perigo: é o caso dos carros eléctricos que sem dispositivos especiais para sinais de qualquer ordem, não os fazem, obrigando mais atenção a quem os segue e até exigindo que se adivinhe de longe a intenção do seu condutor ou o traçado da via: curvas, paragens, agulhas, etc.

Não seria mais seguro para um automobilista raciocinar sobre o que pode fazer o carro da frente do que estar à espera de um sinal deste para afoitamente proceder e não ter previamente coordenado as suas reflexas para fazer face às eventualidades do trânsito? É dentro deste critério que com algum êxito temos sempre incutido aos instruidos que a segurança do condutor reside precisamente no conhecimento racional da falta de segurança do trânsito.

c) — Porque a obrigatoriedade de certos sinais poderia ser dispensada em casos flagrantes: por exemplo,

quando dois veículos seguem um atrás do outro em marcha normal (embora a velocidades diferentes) e o da frente depara com um obstáculo (visível também do carro detrás) que tem de ultrapassar, não seria lógico dispensar o sinal ao primeiro, quando o segundo deve compreender que aquele não deve ter vontade de se suicidar? (*Fig. 3*)



*Fig. 3*

d) — Porque a obrigatoriedade de sinais é perigosa para os que conduzem baseados na segurança que daí resulta: com efeito, quando um condutor se esquece de um sinal luminoso

## Revista da Cavalaria

aberto no seu carro ou quando estes andam avariados sem conhecimento do condutor que perigos não resultarão para aqueles que conduzem fiados nos sinais? São factos vulgaríssimos certos senhores descreverem curvas para a direita abrindo sinal contrário, seguirem em frente com sinal aberto, (Fig. 4) descreverem curvas sem fazerem sinal, apesar de accionarem o respectivo comando, etc. Será por isso lógico que se conduza dando aos sinais o crédito que eles não merecem?

e) — Outros perigos resultantes dos sinais: na maior parte dos carros pesados e muitos ligeiros os comandos dos sinalizadores implicam quase sempre a utilização do volante com uma só

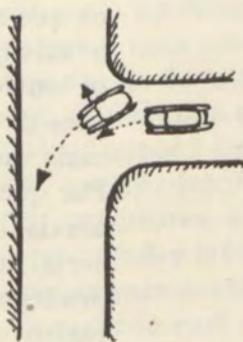


Fig. 4

mão. Não constituirá isto um perigo, pois que se o sinal implica manobra e esta se executa com uma só mão, não se aumenta assim o risco do resultado da manobra? Não se agravará isto muito mais em face de perigo eminente que requeira maior concentração de atenção e segurança nos órgãos de direcção e de travagem?

A obrigatoriedade dos sinais não implica para os aprendizes menos treinados dificuldades de execução para si e perigo para os restantes utentes das vias?

Temos verificado com mágoa a ciosidade com que quase todos os condutores procuram obrigar logo de início os aprendizes a fazerem complicadíssimos sinais de trânsito! Não lhes importa o resto; o que é preciso é que o aprendiz se transforme em automático. Pode não ver o que está a fazer, pode subir aos passeios, chocar com outros, contrair-se ou executar mal uma mudança... desde que não deixe de fazer o sinalzinho. Esta espécie de má vontade com que aceitamos a imposição dos si-

## Revista da Cavalaria

nais resulta também de termos verificado que em muitos condutores se incutiu a convicção do direito de *prioridade*, pelo facto de os efectuarem, caindo-se assim naqueles erros que a tempo se corrigiram no que respeita ao uso de sinais acústicos. Em nosso ver, além de serem incómodos pelo ruído, eram sobretudo fonte de abusos para os que se convenciam que o buzinar bem alto era a salvaguarda para adquirirem prioridade sobre os outros. Remediu-se esse mal com as limitações de todos conhecidas, passando-se a conduzir mais racionalmente e com respeito pelo próximo. Por que se não fazem limitações semelhantes nos sinais luminosos ou nos seus equivalentes? Não seria mais lógico ensinar a manobrar à base da prudência do que à custa dos sinais? Não seria mais lógico que se ensinasse a fazer a previsão do que pode acontecer a quem nos precede (e nessa conformidade guardar a respectiva distância de visibilidade) do que aguardar o tão falível sinal? Será necessário avisar quem vem atrás de que vamos virar para fora da mão no próximo cruzamento (já nem pomos a hipótese de virar para o lado da mão) quando o Código já aí não permite a ultrapassagem?

Por tudo o que expusemos nestas alíneas, aconselhamos a maior ponderação na interpretação e execução dos sinais que o Código impõe, de forma a que todos os instruendos e monitores possam ver os perigos resultantes de sinais que podem tornar demasiadamente rígidos e sujeitos a erradas interpretações, assuntos tão maleáveis e adaptáveis a tantas situações como são os problemas de trânsito. Tal rigidez nesta matéria só é nociva por transformar os condutores menos sagazes em máquinas semelhantes às que conduzem, o que para nós militares só pode trazer más consequências nas ocasiões em que cada um mais precisa de cabeça para conduzir a máquina.

# Revista da Cavalaria

## 13— A distância de visibilidade interpretada no Código da Estrada :

O n.º 7 do art. 6.º do Decreto 39.672 fixa como sendo de 50 metros o limite mínimo da distância de visibilidade. Seria lógico que assim fosse quando tais locais fossem abordados em velocidade muito reduzida? Medite-se na rigidez do diploma oficial para assunto tão flexível como é a distância de visibilidade. Se dois veículos abordarem uma curva com uma visibilidade de 40 metros (inferior aos 50 da lei) e a 20 kms/hora (podendo estacar em 5 ou 6 metros) que segurança resulta de buzinares como o Código impõe? Exagero muito semelhante tenho encontrado em condutores militares, que, quando acompanhados de superiores e a transitarem em estradas sinalizadas para velocidades muito superiores à que levam, diminuem exageradamente a velocidade ao encontrarem um sinal de perigo, quando esse sinal já era desnecessário para a nossa velocidade primitiva...

## 14— A velocidade :

O n.º 1 do art. 7.º do Código da Estrada considera como excessiva a velocidade de todo o veículo cujo condutor não o possa fazer parar no espaço livre visível á sua frente. Isto não é mais do que aquilo que expusemos sobre distância de visibilidade, porém no n.º 2 do mesmo artigo aparecem várias hipóteses especiais que não são mais que citações das zonas de visibilidade reduzida, como curvas, cruzamentos ou lombas, etc., etc. Repete-se, portanto, o que está dito anteriormente caindo-se em detalhes sem necessidade de serem decorados pelos instruendos, pois leva muitos a supor que só naqueles casos especiais se deve reduzir a velocidade, quando afinal tal se deve fazer em todos os casos que não tenham garantida a necessária distância de visibilidade.

## 15— A prioridade de passagem :

O art. 8.º do Código da Estrada sobre prioridade, afigura-se-nos incompleto e pouco preciso, originando por isso

# Revista da Cavalaria

variadas interpretações na prática, consoante as conveniências de cada um.

Analisando bem as coisas, o problema da prioridade de passagem existe quando as trajectórias de dois veículos são tais que estes se contactem ao percorrê-las. Os interesses do tráfego e os direitos de cada condutor ficam então em jogo e o Código procura resolver o caso com as regras que cita para algumas hipóteses, esquecendo porém um factor, que, a nosso ver, é de grande interesse e que se poderia resolver dentro da teoria que estamos expondo: é a velocidade relativa dos veículos em causa, pois a sua diversidade pode levar a conclusões inversas sobre a quem competiria o direito de prioridade. Há casos em que o choque de dois veículos se dá no meio de um cruzamento e em que ambos ulteriormente se deslocam (*Fig. 5*) do ponto de choque. Depois assiste-se a debates em Juízo onde peritos menos com-

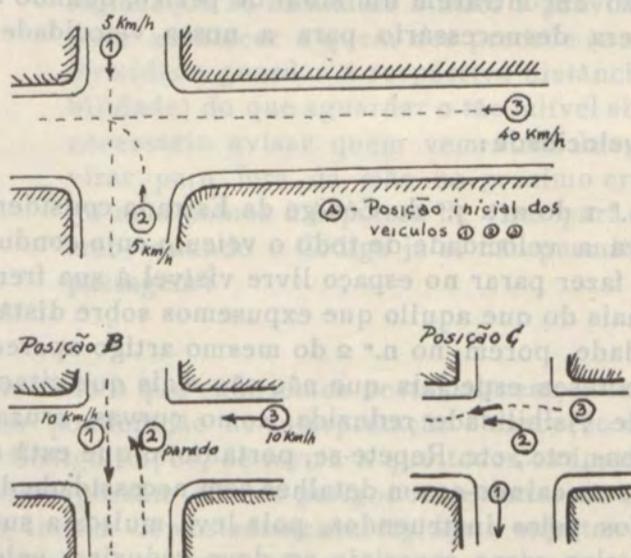


Fig. 5

petentes ou figuras com inflamados discursos, baseados na análise dos danos e na opinião de testemunhas incompetentes, incutem nos julgadores a ideia da culpa ser daquele que se apresentava pela esquerda apesar de possivelmente ter abordado o cruzamento com toda a precaução e ter sido

esmagado pelo que da direita surgiu muito antes a maior velocidade, que não reduziu sequer, por egoísmo ou confiança na força viva da sua viatura!

Quer isto dizer que a prioridade seria um problema a pôr, desde que os respectivos condutores efectuassem a manobra ou cruzamento dentro da velocidade compatível com a visibilidade do local. Como porém o nosso Código é omisso sob o aspecto das posições relativas dos veículos no instante em que se põe a questão da prioridade teremos de nos resignar com a lei e aconselhamos todos os leitores a ensinarem a abordar cruzamentos inculcando no condutor a grandeza da velocidade de acordo com o espaço que se vê... deixando passar os atrevidos que não respeitam os direitos de prioridade (mesmo que sejam os habituais delinquentes dos carros eléctricos) e rogando a Deus que eles não venham sobre nós quando parados na nossa mão nos entregamos nos braços da Providência!

### 16 — Outras passagens do Código da Estrada evidenciadas nesta teoria:

É tão evidente a dedução de várias regras de trânsito a partir da noção que demos sobre distância de visibilidade que nos abstemos de as comentar, tão relacionadas elas estão.

Terminaremos o assunto apontando mais algumas delas:

- n.º 2 do art. 10.º: «Os condutores de veículos ou animais não devem iniciar uma ultrapassagem sem se certificarem de que a podem fazer sem perigo de colidir com um veículo ou animal que transite no mesmo sentido ou em sentido contrário».
- n.º 5 do art. 10.º: «É proibida a ultrapassagem nas lombas e passagens de nível, bem como nas curvas, cruzamentos ou entroncamentos de visibilidade reduzida e, de um modo geral, em todos os lugares de largura ou visibilidade insuficientes».
- art. 11.º: «... em caso algum se deverá iniciar uma mudança de direcção, sem que os condutores se

# Revista da Cavalaria

asseguem que dessa realização não resulta perigo ou embaraço para o restante tráfego».

— n.º 1 do art. 12.º: «A inversão do sentido de marcha deverá ser feita em local e por forma que não prejudique o trânsito».

— n.º 2 do art. 12.º: «É proibido inverter o sentido de marcha nas curvas, cruzamentos ou entroncamentos de visibilidade reduzida, nas pontes, passagens de nível ou túneis e, de um modo geral, onde quer que a visibilidade ou a largura da via sejam insuficientes para esse efeito ou se verifique grande intensidade de tráfego».

## Nota final:

Para todos aqueles que não tenham acompanhado a sequência dos artigos publicados nesta Revista sobre «Distância de visibilidade», diremos que o assunto de hoje, sem pretender fazer doutrina ou constituir objecto de crítica, visa apenas algumas considerações resultantes de uma teoria exposta sob a forma como se poderia ensinar a conduzir viaturas automóveis, dentro da legislação vigente.







## SUMÁRIO

I Campeonato do Cavaleiro de Obstáculos

Os Concursos Internacionais de 1955

Capitão Henrique Calado

Os Concursos Hípicos Nacionais de 1955



I CAMPEONATO DO CAVALEIRO  
DE OBSTÁCULOS



*Capitão Cruz de Azevedo*

*Campeão de Portugal em 1955, afagando  
a égua «Fagulha» em que ganhou brilhantemente  
o primeiro Campeonato do Cavaleiro de Obstáculos  
realizado em Portugal*



# OS CONCURSOS INTERNACIONAIS DE 1955

pelo Capitão HENRIQUE CALADO

**P**ortugal fez-se representar este ano nos concursos internacionais de Nice, Madrid e Paris. Em todos eles, mais uma vez, o nome do País se viu em destaque e foram honradas as tradições da Cavalaria portuguesa.

Em Nice, representou-nos uma equipe chefiada pelo major Fernando Paes, constituída, além de nós, pelos capitães Rodrigo da Silveira e Pereira de Almeida e pelo tenente Neto de Almeida.

Houve-se bem com a sua missão e só a diferença mínima de um derrube lhe não permitiu repetir a vitória portuguesa do ano anterior na «Taça das Nações». O 2.º lugar obtido, foi, contudo, de muito valor se atendermos a que à nossa esquerda alinharam as fortes representações da Alemanha e da França e que a Espanha como vencedora em nada se pôde queixar da sorte.

Individualmente as classificações foram muitas e de mérito, destacando-se especialmente a vitória do tenente Neto de Almeida no *Limerick*, na prova de Potência. As provas desta natureza são sempre as de maior realce e quando os três obstáculos da última volta chegam a 1<sup>m</sup>,80, 1<sup>m</sup>,90 e 2<sup>m</sup>,00, como desta vez, o eco da vitória ressoa por muito tempo. Também nos parece que teve interesse o 3.º lugar que obtivemos na classificação geral individual, por pontos.

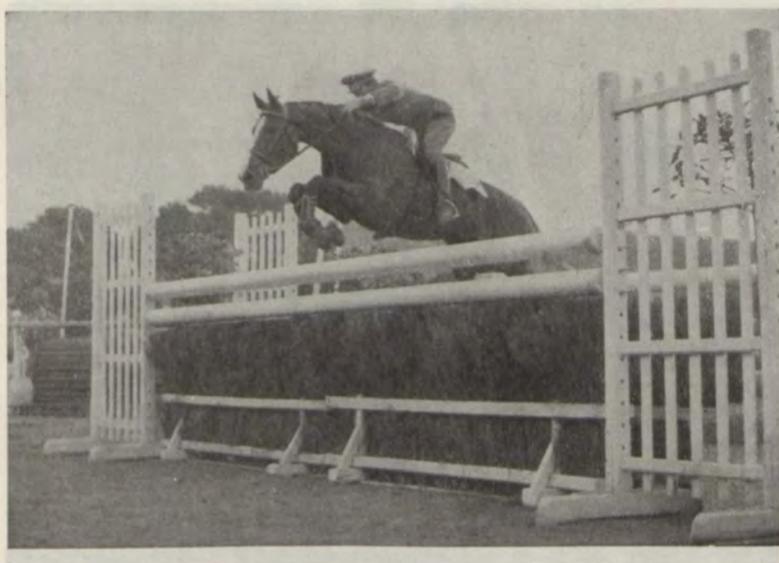
Em Nice é já tradicional a participação dos cavaleiros portugueses que de longa data vêm conseguindo honrosos resultados. Assim se explica o interesse e simpatia do público pela nossa actuação.

# Revista da Cavalaria

A organização geral do concurso continuou a ser impecável, com alto nível técnico na concepção dos percursos.

Depois do Concurso Internacional Oficial de Lisboa, foi a equipe nacional até Madrid, onde realizou uma das suas melhores exibições no estrangeiro. Ainda chefiada pelo major Fernando Paes, na constituição da equipe, de que também fizemos parte, entravam o capitão Rodrigo da Silveira e os tenentes Neto de Almeida e Semedo de Albuquerque.

Duas vitórias individuais e a conquista da sempre tão cobiçada



*Capitão Pereira de Almeida na «Florentina», componente da equipa portuguesa, em Nice*

«Taça das Nações», além de muitas outras importantes classificações, premiam uma actuação brilhante dos cavaleiros portugueses.

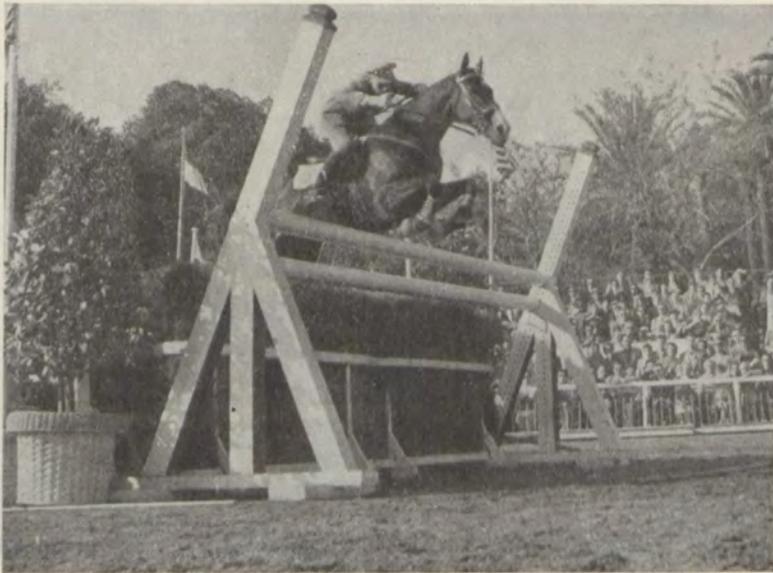
De 1953 para cá, Portugal conseguiu 6 vezes sair vitorioso em «Taça das Nações». Atendendo ao reduzido número de concursos hípicas internacionais oficiais em que tomámos parte e às fortes equipes que a eles concorreram, aqueles resultados são bastante interessantes.

Comparando-os com os do passado, mostram uma subida de valor no campo internacional. Este valor é mais sensível nas provas de equipe, o que demonstra um razoável nível de cavalos muito trabalhados e bem aproveitados donde lhes advém natural regularidade.

## Revista da Cavalaria

Faltam, é certo, os grandes «Cracks» que conduzem com frequência às grandes vitórias individuais. Fazemos votos por que eles apareçam a completar o conjunto já existente.

Consequimos, individualmente, ser o cavaleiro português mais em destaque no Concurso de Madrid com as vitórias da prova «Vandeen», com *Caramulo* e da «Taça Generalíssimo» com *Martingil*. Nesta última prova cujo trofeu está em disputa desde 1943, é a terceira vez que um estrangeiro inscreve o seu nome. Anteriormente só o italiano Piero



*O Tenente Netto de Almeida no «Limerick», foi o brilhante ganhador de uma importante prova de potência no Concurso de Nice*

D'Inzeo e o alemão Buchwald o haviam conseguido. Que nos perdoem a referência.

O tenente Netto de Almeida, menos favorecido pela sorte, teve um comportamento regularíssimo no concurso e perdeu um primeiro lugar por derrubar com um pé o suporte do penúltimo obstáculo de um percurso de caça emocionante. Madrid, ciosamente mantém para o seu concurso a característica de um dos mais fortes do calendário internacional.

Daquela cidade seguiu a equipe para Paris onde voltou a disputar-se o tradicional certame do Grand-Palais.

## Revista da Cavalaria

Em recinto fechado e muitas vezes de noite, o ambiente não era o mais favorável para os nossos cavalos que estranharam um pouco umas condições que lhes não são habituais.

Contudo, obtiveram-se 12 classificações apesar de só haver prémios até ao 5.º lugar. O capitão Rodrigo da Silveira foi dos nossos cavaleiros o que mais vezes (cinco) alinhou na pista a receber as recompensas. Além doutras classificações, ficámos em segundo numa potência montando *Caramulo* e os tenentes Neto de Almeida e Semedo de Albuquerque.



*A equipa que brilhantemente representou Portugal no Concurso de Madrid, onde conquistaram a «Taça das Nações». Nessa prova os cavaleiros portugueses montaram: o Cap. Henrique Calado, o «Caramulo»; o Cap. Rodrigo da Silveira, a «Florentina», o Ten. Semedo de Albuquerque, o «Fébus» e o Ten. Neto de Almeida, o «Limerick».*

que qualificaram-se e disputaram a final da prova mais importante do concurso, o Grande Prémio de Paris, na qual obtiveram o 3.º e 5.º lugares, respectivamente em *Impecável* e *Fébus*.

Depois deste breve relato das três deslocações da equipe nacional, parece-nos interessante fazer algumas considerações sugeridas pelo que vimos.

Portugal, nestas competições, defrontou as equipas da Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Inglaterra, Irlanda, Itália e Suíça, que praticamente representam todo o hipismo europeu.

# Revista da Cavalaria

Não saímos diminuídos deste confronto, muito antes pelo contrário.

A categoria dos nossos cavaleiros equipara-se à dos melhores estrangeiros e mesmo os que menos ganharam, marcaram o seu mérito garantindo à equipe um alto nível de conjunto.

Pela proximidade dos Jogos Olímpicos onde certamente virão a actuar todas as Nações atrás citadas, julgamos oportuno fazer um exame sobre o seu valor.



*Na presença do Chefe do Estado Espanhol, o Capitão Henrique Calado no «Martingil», venceu a «Taça do Generalissimo», uma das provas mais importantes do Concurso de Madrid*

## *Alemanha*

Equipe fortíssima com cavaleiros de muito valor, servidos por uma boa cria cavalar que já conhecemos e onde não faltam poderosos saltadores.

Trabalhando com muito método e utilizando largamente o ensino de picadeiro, os cavaleiros alemães apresentam-se regularíssimos nos percursos. Esta característica, aliada ao poder dos seus cavalos, torna-os adversários perigosíssimos nas provas fortes (grandes prémios e potência) e nas do tipo «Taça das Nações». É uma equipe com verdadeiras possibilidades nas Olimpíadas.

# Revista da Cavalaria

## Bélgica

Compunham a equipe três amazonas e um cavaleiro. Este último de boa categoria, só dispunha de um cavalo de valor, para provas em velocidade. Aquelas, bastante jovens, revelaram pouca experiência.

Como equipe mista não pode concorrer às Olimpíadas, onde também não teria grandes possibilidades.



*Tenente Semedo de Albuquerque sobre «Fêbus», com o qual tomou parte nos Concursos de Madrid e Paris*

## Espanha

É bem conhecido entre nós o valor do hipismo espanhol. Parece-nos que presentemente não está no apogeu a sua equipe representativa. Alguns factos como o *Quorum* já não correr, o *Boémio* e o *Quoniam* começarem a acusar idade avançada e Goyoaga só dispor de cavalos demasiado jovens, fazem com que se verifique uma relativa crise que poderá resolver-se até Junho de 1956.

Assim, o comportamento da Espanha em Estocolmo dependerá da evolução que se verificar e da forma como forem resolvidos os problemas pendentes.

# Revista da Cavalaria

## França

País onde o gosto pelo cavalo é enorme e o número de concursistas extraordinário, tem sempre vastos recursos a que pode recorrer. Nota-se, como deficiência, a falta de coordenação de esforços e de homogeneidade de processos e conceitos que permitam conseguir todo o rendimento num mesmo sentido. Não faltam os valores individuais, mas não correspondem a eles o valor de conjunto. Dada a grande importância dos Jogos



*O Capitão Rodrigo da Silveira na «Imperatriz», um dos animais que melhor se adaptou ao Concurso de Paris*

Olimpícos pode ser que esta característica se atenua, permitindo à França aspirar a, como equipe, conquistar os mesmos louros que individualmente já tem tido.

## Holanda

Em Nice e Paris não estiveram equipes completas deste país, que possui cavaleiros conscientes e com muita prática.

O baixo nível dos seus cavalos não lhes permite grandes resultados no campo internacional.

# Revista da Cavalaria

## *Inglaterra*

País vencedor das últimas Olimpíadas, tem elementos à altura do seu título. As provas normais inglesas, sem velocidade e sempre em barrage, são uma boa preparação para a disputa olímpica. Há a juntar a este factor a extraordinária categoria dos seus cavalos, de origem irlandesa ou inglesa, sem dúvida dos melhores do mundo. Ainda que os seus modelos não sejam, às vezes, muito perfeitos, a qualidade é esplêndida, suprindo, juntamente com a prática, as normais deficiências de ensino.

## *Irlanda*

Um dos países que melhores cavalos cria, não tem ainda os seus jovens cavaleiros a fazê-los brilhar tanto quanto a sua excepcional categoria pode permitir. Nota-se a falta de ensino de picadeiro, na generalidade tão indispensável ao bom aproveitamento e regularidade nos obstáculos. Não é de prever que possam conseguir um resultado de relevo na competição olímpica.

## *Itália*

Pátria de Caprilli, onde nasceu a moderna «monte» de obstáculos, possui actualmente uma fortíssima equipe que brilhantemente honra o passado glorioso dos cavaleiros italianos. Sob a direcção de ten.-coronel Gutierrez, antigo campeão do mundo do salto em altura, o conjunto italiano alia ao valor individual dos seus componentes, a força de uma escola e de um trabalho de conjunto profundo e bem orientado.

Quem em Lisboa apreciou as qualidades de Salvatore Oppes, pode fazer bem ideia da categoria da equipe italiana, se se lembrar que a constituem, além daquele cavaleiro, os irmãos D'Inzeo, que lhe são claramente superiores.

Os valores individuais e a força de conjunto, aliados à grande categoria das montadas, fazem prever à equipa italiana muito bons resultados olímpicos.

## *Suíça*

Nas últimas competições olímpicas os cavaleiros suíços concorreram apenas em ensino e campeonato, com muito bons resultados.

# Revista da Cavalaria

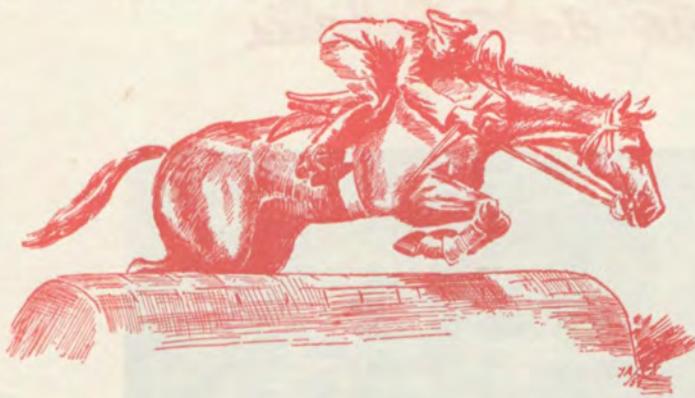
A equipa de obstáculos não possui cavalos de grande categoria e os seus cavaleiros, ainda que conhecedores, não podem considerar-se extraordinários.

A concorrerem em obstáculos nas Olimpíadas, não são de esperar grandes resultados.

Destas considerações resultam, em nosso critério, os seguintes grupos quanto a possibilidades olímpicas:

1.º grupo	{ Alemanha Inglaterra Itália	2.º grupo	{ Espanha França Portugal	3.º grupo	{ Bélgica Holanda Irlanda Suíça
-----------	------------------------------------	-----------	---------------------------------	-----------	--





# CONCURSOS HÍPICOS NACIONAIS DE 1955

**C**om as corridas do Outono, levadas a efeito pela Sociedade Hípica Portuguesa, terminou a temporada Hípica de 1955, que ficou assinalada com a realização de 10 concursos e 6 dias de corridas, além de duas poules da S. H. P., o Campeonato alentejano de cavalo de sela e as duas reuniões hípicas anuais das Quintas dos Cedros e da Princesa.

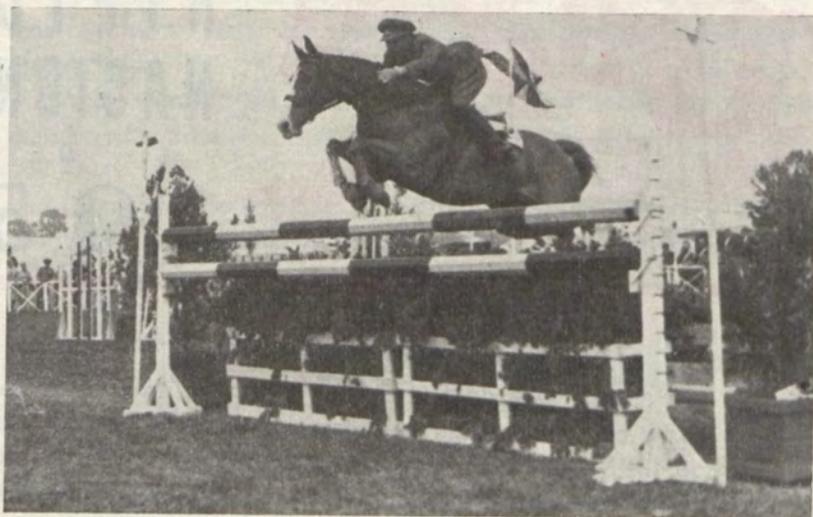
Em relação ao ano de 1954, há a registar o concurso hípico da Figueira da Foz, no qual se realizou pela primeira vez em Portugal o Campeonato nacional do cavaleiro de obstáculos.

Este concurso que não se realizava desde 1939, reatou assim com invulgar brilho as suas antigas tradições no quadro das realizações hípicas do país.

Dificuldades inerentes a um meio essencialmente avesso a funções jornalísticas, o elevado número de concursos realizados e o facto dos vários periódicos desportivos e a nova publicação da S. H. P. *Ano hípico português*, se referirem em pormenor às diferentes organizações hípicas do ano, dispensa-nos de pormenorizar o aspecto executivo dos vários concursos, limitando-nos a apresentar os resultados técnicos da temporada e a relacionar os cavalos mais classificados no conjunto das provas realizadas em 1955.

## Cavalos mais classificados em 1955

1.º — Impecável	8.º — Bélico	15.º — Helminto
2.º — Caramulo	9.º — Nocivo II	16.º — Limerick
3.º — Martingil	10.º — Invento	17.º — Ephrayne
4.º — Achilles	11.º — Imperatriz	18.º — Fébus
5.º — Licorne	12.º — Castiço	19.º — Lotus
6.º — Martinete	13.º — Marrafa	20.º — Jacaré
7.º — Fagulha	14.º — Florentina	21.º — Vénus



## *Capitão Neto de Almeida*

*montando "Impecável"*

### **Principais classificações obtidas por «Impecável» em 1955**

*Nice* — Prix Vicomte Christian de l'Hemut, 2.º

*Lisboa* — Turf Club, 3.º; Taça de Ouro, 1.º; Capitão José Beltrão (Caça), 1.º

*Madrid* — Governador Civil, 3.º; Vendeen, 3.º

*Paris* — Grand Prix International de Paris (Final), 3.º

*Cascais* — Caça, 3.º

*Figueira da Foz* — Omnium (2.ª série), 1.º

# Revista da Cavalaria



## Capitão Henrique Calado

montando "Caramulo"

### Principais classificações obtidas por «Caramulo» em 1955

*Nice* — Grand Prix de France (conjunto), 3.º

*Lisboa* — Turf Club, 1.º; Taça de Ouro, 1.º; Cap. José Beltrão (Caça), 2.º; Grande Prémio, 2.º

*Madrid* — Vendeen, 1.º; Grande Prémio, 3.º; Taça das Nações, 1.º

*Paris* — Grand Prix International de Paris (Potência), 3.º; Prix Longchamp (Potência), 3.º

*Pedras Salgadas* — 6 Barras, 3.º; Taça de Honra, 1.º

*Cascais* — Grande Prémio, 1.º; Taça Marechal Carmona, 1.º

*Figueira da Foz* — C. P. C. O. (Potência), 1.º; C. P. C. O. (Grande Prémio), 1.º

# Revista da Cavalaria



*Capitão Henrique Calado*

*montando "Martingil"*

**Principais classificações obtidas por «Martingil» em 1955**

*Nice* — Grand Prix de France (1.º prova), 3.º; Conjunto, 3.º;  
Prix de Monaco, 3.º

*Lisboa* — 6 Barras, 3.º; Grande Prémio, 1.º; Equipagem de  
St.º Huberto, 1.º; Taça General Vieira da Rocha, 1.º

*Madrid* — Copa Generalíssimo, 1.º

*Paris* — Prix de Fremblaux, 3.º

*Pedras Salgadas* — 6 Barras, 1.º; Taça de Honra, 3.º

*Cascais* — Omnium, 3.º; Taça Marechal Carmona, 2.º

*Figueira da Foz* — C. P. C. O. (Potência), 1.º Final.

# Revista da Cavalaria



*Capitão António de Spínola*

*montando "Achilles"*

## Principais classificações obtidas por «Achilles» em 1955

*Lisboa* — Taça de Ouro, 1.º

*Madrid* — Quorum, 2.º; Ministério da Agricultura, 3.º; Ministério das Obras Públicas, 3.º

*Évora* — Grande Prémio, 1.º

*Pedras Salgadas* — 6 Barras, 3.º; Grande Prémio, 2.º

*Caldas da Rainha* — Grande Prémio, 1.º; Taça de Honra, 1.º; Taça General Craveiro Lopes, 1.º

*Figueira da Foz* — C. P. C. O. (Grande Prémio), 3.º

*Elvas* — Taça de Honra, 2.º; Grande Prémio, 1.º

# Revista da Cavalaria



*Tenente Álvaro Sabo*

*montando "Licorne"*

## Principais classificações obtidas por «*Licorne*» em 1955

- Concurso Militar de Mafra* — Omnium (2.ª série), 3.º; Escola Prática de Cavalaria, 1.º
- Lisboa* — Federação Equestre Portuguesa, 1.º; Estafetas, 2.º; Equipagem de St.º Huberto, 2.º; Taça Dr. José Barreiro, 1.º
- Évora* — Omnium (3.ª série), 2.º; Grande Prémio, 3.º; Pa-relhas, 1.º; Taça de Honra, 1.º
- Mafra* — Grande Prémio, 1.º
- Pedras Salgadas* — Taça D. Fernando Arlelep, 1.º
- Caldas da Rainha* — Federação Equestre Portuguesa, 2.º
- Cascais* — 6 Barras, 1.º
- Figueira da Foz* — Estafetas, 1.º
- Elvas* — Omnium (2.ª série), 1.º; Regularidade, 1.º; Taça de Honra, 1.º

# Revista da Cavalaria

RESULTADOS DE 1955



*Capitão Duarte Silva*

*montando "Martinete"*

**Principais classificações obtidas por «Martinete» em 1955**

*Santarém* — Grande Prémio, 2.º

*Évora* — Grande Prémio, 2.º; Parelhas, 2.º; Taça de Honra, 2.º

*Pedras Salgadas* — Caça, 3.º; Grande Prémio, 1.º; Taça de Honra, 2.º; Taça D. Fernando Arlelep, 1.º

*Caldas da Rainha* — Grande Prémio, 2.º

*Cascais* — Taça Marechal Carmona, 2.º

*Figueira da Foz* — C. P. C. O. (Final)

# Revista da Cavalaria



*Capitão António Romeiras  
montando "Fagulha"*

## Principais classificações obtidas por «Fagulha» em 1955

- Elvas (Regional)* — Omnium, 1.º; Caça, 1.º; Regularidade, 3.º  
*Badajoz* — Governador Civil, 1.º  
*Sintra* — Grande Prémio, 3.º  
*Pedras Salgadas* — Taça Cilinha, 1.º  
*Caldas da Rainha* — Federação Equestre Portuguesa, 1.º  
*Cascais* — Estafetas, 2.º  
*Figueira da Foz* — C. P. C. O. 1.ª prova, 2.º; Potência, 1.º;  
Grande Prémio, 2.º; Final  
*Elvas* — Omnium (2.ª série), 2.º

# Revista da Cavalaria

## RESULTADOS DE 1955

### Concurso Hípico Militar de Mafra

#### Prova «Omnium»

##### (1.<sup>a</sup> Série)

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. <sup>o</sup>	O. A.	Cap. Rodrigo da Silveira	<i>Granja</i>	0 1,03-30 32-2
2. <sup>o</sup>	O. A.	Alf. Bivar	<i>Natural</i>	0 1,03-38 34
3. <sup>o</sup>	O. A.	Alf. João Mateus	<i>Néscio</i>	4 1,00-3
4. <sup>o</sup>	Laço	Maj. Correia Barrento	<i>Oxalá</i>	4 1,02-4
5. <sup>o</sup>	Laço	Ten. Ricardo Durão	<i>Helicita</i>	4 1,09-4

##### (2.<sup>a</sup> Série)

1. <sup>o</sup>	O. A.	Cap. F. Cavaleiro	<i>Grandioso</i>	0 1,07-2
2. <sup>o</sup>	O. A.	Ten. Ferreira Cabral	<i>Cová</i>	0 1,08-4
3. <sup>o</sup>	O. A.	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	0 1,13
4. <sup>o</sup>	Laço	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Grani</i>	4 1,11
5. <sup>o</sup>	Laço	Cap. Craveiro Lopes	<i>Helsinquia</i>	4 1,12-4

#### Prova «Escola Prática de Infantaria»

1. <sup>o</sup>	O. A.	Cap. Henrique Calado	<i>Grã Duque</i>	0 1,05
2. <sup>o</sup>	O. A.	Alf. Luiz Sequeira	<i>Dragão</i>	0 1,06
3. <sup>o</sup>	O. A.	Ten. Ricardo Durão	<i>Helicita</i>	0 1,13-1
4. <sup>o</sup>	Laço	Ten. Coelho da Silva	<i>Mon Premier</i>	0 1,13-4
5. <sup>o</sup>	Laço	Maj. Correia Barrento	<i>Oxalá</i>	4 1,03

#### Prova «Escola Militar de Equitação»

1. <sup>o</sup>	O. A.	Ten. Martins Rodrigues	<i>Iole</i>	4 1,06-3
2. <sup>o</sup>	O. A.	Alf. João Sequeira	<i>Indian Arrew</i>	4 1,09-4
3. <sup>o</sup>	O. A.	Dr. Correia de Mendonça	<i>Capicua</i>	11 1,28-1
4. <sup>o</sup>	Laço	Alf. Duarte Pinto	<i>Infiel</i>	12 1,10-4
5. <sup>o</sup>	Laço	Alf. Lobo da Costa	<i>Freches</i>	13 1,32-3

#### Prova «Escola Prática de Cavalaria»

1. <sup>o</sup>	O. A.	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	8 1,12-4 4 1,05-4
2. <sup>o</sup>	O. A.	Cap. F. Cavaleiro	<i>Grandioso</i>	8 1,10-3 4 1,07-4
3. <sup>o</sup>	O. A.	Ten. Ferreira Cabral	<i>Cová</i>	8 1,04-3 19 1/2 1,31-2
4. <sup>o</sup>	Laço	Ten. Ferreira Cabral	<i>Ibéro</i>	12 1,03-2
5. <sup>o</sup>	Laço	Cap. Craveiro Lopes	<i>Helsinquia</i>	12 1,20-1

# Revista da Cavalaria

## Concurso Hípico de Santarém

(2, 4 e 5 de Junho)

### Prova «Juventude»

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo	
1.º	Taça	Nuno Botelho	<i>Jumarte</i>	0	1,02 0 0,38
2.º	Taça	D. Anne Marie Teisseire	<i>Janotinha</i>	0	1,02 0 0,42-3
3.º	Taça	João Caldeira	<i>Bambu</i>		0 1,05
4.º	Taça	Jorge Máximo	<i>Napista</i>		0 1,06-2

### Prova «Director da Arma de Cavalaria»

1.º	Taça	Asp. R. Pessoa de Amorim	<i>Ferral</i>		0 1,23-2
2.º	Taça	Asp. João Mendes Paulo	<i>Obsecante</i>	4	1,20-2
3.º	Taça	Asp. Correia de Araújo	<i>Cuangar</i>	4	1,29-3
4.º	Taça	Asp. A. Gonçalves Ribeiro	<i>Come Gente</i>	4	1,32

### Prova «Clube de Santarém»

1.º	Taça	Vasco L. Ramires	<i>Mimi</i>		0 1,08-4
2.º	Taça	Rogério de Macedo	<i>Liger</i>		0 1,12-3
3.º	Taça	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>		0 1,17
4.º	Taça	Vicente Caldeira	<i>Abanico</i>	4	1,06
5.º	Taça	Dr. J. Sousa Pereira	<i>Felow</i>	4	1,11-4
6.º	Taça	D. Caetano de Lancastre	<i>Invento</i>	4	1,12-1
7.º	Taça	Francisco Caldeira	<i>Onisco</i>	4	1,20-1

### Prova «Comissão Municipal de Turismo» (Omnium 1.ª Série)

1.º	800\$00	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Nico</i>		0 0,57
	e Taça				
2.º	600\$00	D. Ana Ribeiro Ferreira	<i>Janota</i>		0 0,58-4
3.º	400\$00	Ten. Fernando Ferreira	<i>Folgado</i>		0 0,59-3
4.º	300\$00	Vasco L. Ramires	<i>Mimi</i>		0 1,00-1
5.º	200\$00	Cap. Leão Correia	<i>Fataça</i>		0 1,01
6.º	200\$00	Cap. Correia de Freitas	<i>Notável</i>		0 1,03-1
7.º	200\$00	Ten. Ricardo Durão	<i>Cantil</i>		0 1,05-1
		Alf. Costa Ferreira	<i>Mariola</i>		0 1,05-1

# Revista da Cavalaria

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
9.º	200\$00	D. Ana Ribeiro Ferreira	Gay Boy	0 1,07
10.º	200\$00	Asp. Pimenta da Gama	Faz Tudo	0 1,07-2
11.º	200\$00	Cap. Carvalho Simões	Fadado	0 1,08-2
12.º	200\$00	Vicente Caldeira	Abanico	0 1,08-3
13.º	200\$00	Dr. J. Sousa Pereira	Felow	0 1,08-4
14.º	200\$00	Cap. António Damião	Coquelicot	0 1,13-3
15.º	200\$00	António Braz	Janota II	0 1,17-3
16.º	200\$00	Asp. Pimenta da Gama	Ilheu	3 1,16-2



*Capitão Rhodes Sérgio montando «Castiço» em que ganhou as principais provas do Concurso Hípico de Santarém*

## Prova «Câmara Municipal de Santarém» (Omnium 2.ª Série)

1.º	1.200\$00	Cap. Rhodes Sérgio	Castiço	0 1,06-2
	e Taça			
2.º	800\$00	Ten. Xavier de Brito	Ephrayne	4 1,04-4
3.º	600\$00	Cap. Fernando Cavaleiro	Cara Linda	4 1,07
4.º	350\$00	Maj. Correia Barrento	Congo II	4 1,08-3
		Cap. Leão Correia	Caifaz	4 1,08-3
6.º	200\$00	Ten. Jorge Matias	Jacaré	4 <sup>3</sup> / <sub>4</sub> 1,16

# Revista da Cavalaria

## Prova «Grémio da Lavoura de Santarém» (Nacional)

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	1.500\$00 Taça e Taça ao Lavrador	António Barrento	<i>Oxalá</i>	0 1,03
2.º	900\$00	Alf. Costa Ferreira	<i>Mariola</i>	0 1,03-3
3.º	800\$00	Ten. Engrácia Antunes	<i>Nacional</i>	0 1,06-1
4.º	700\$00	Luiz Sobral	<i>Jumarte</i>	0 1,09-1
5.º	600\$00	D. Caetano de Lancastra	<i>Invento</i>	3 1,01-1
6.º	400\$00	Ten. Jorge Matias	<i>Marrafa</i>	3 1/4 1,11-2
7.º	200\$00	Cap. Correia de Freitas	<i>Notável</i>	3 1/2 1,12-1
8.º	200\$00	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	4 0,57
9.º	200\$00	D. Ana Ribeiro Ferreira	<i>Janota</i>	4 0,57-3
10.º	200\$00	Ten. Jorge Matias	<i>Jacaré</i>	4 0,59
11.º	200\$00	Dr. J. Sousa Pereira	<i>Felow</i>	4 1,01

## Prova «José Rodrigues Santo» (Caça)

1.º	1.000\$00 e Taça	Asp. Pimenta da Gama	<i>Ixia</i>	0,59-3
2.º	700\$00	Ten. Fernando Ferreira	<i>Folgado</i>	1,00-1
3.º	600\$00	Ten. Ricardo Durão	<i>Cantil</i>	1,00-2
4.º	300\$00	Ten. Alvaro Sabbo	<i>Panoplia</i>	1,05-3
		Ten. Souto Pires	<i>Caixas</i>	1,05-3
		Cap. Duarte Silva	<i>Baluarte</i>	1,05-3
7.º	200\$00	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Clonsila</i>	1,05-4
		Ten. Xavier de Brito	<i>Marlborough</i>	1,05-4
9.º	200\$00	Vasco L. Ramires	<i>Honesto</i>	1,06
10.º	200\$00	D. Ana Ribeiro Ferreira	<i>Janota</i>	1,07
11.º	200\$00	Ten. Carlos de Moraes	<i>Amarante</i>	1,07-1
12.º	200\$00	Ten. Guimarães da Costa	<i>Grou</i>	1,07-3
13.º	200\$00	Vasco L. Ramires	<i>Mimi</i>	1,08
14.º	200\$00	Ten. Engrácia Antunes	<i>Bonança</i>	1,08-2
		Francisco Caldeira	<i>Bambu</i>	1,08-2
16.º	200\$00	Cap. Leão Correia	<i>Fataça</i>	1,22

## Prova «Junta de Provincia do Ribatejo» (Grande Prémio de Santarém)

1.º	3.000\$00 e Taça	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Castiço</i>	0 1,22
2.º	2.000\$00	Cap. Duarte Silva	<i>Martinete</i>	0 1/4 1,30-4
3.º	1.000\$00	Ten. Xavier de Brito	<i>Ephrayne</i>	8 1,26

# Revista da Cavalaria

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
4.º	800\$00	Ten. Santos Leite	<i>Farsola</i>	8 3/4 1,32-4
5.º	700\$00	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	15 1/4 1,31
6.º	500\$00	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Cara Linda</i>	15 1/2 1,47-3
7.º	300\$00	Ten. Xavier de Brito	<i>Hannover</i>	16 1,24-3
8.º	300\$00	Ten. Virgílio Raposo	<i>Flama</i>	16 1,28-3

## Prova «Regimento de Cavalaria 4»

1.º	600\$00 e Taça	Ten. Aguiar	<i>Ali Bâbá</i>	0 0,51-2
2.º	400\$00	Cap. Cruz Azevedo	<i>Martagão</i>	0 0,56-3
3.º	300\$00	Ten. Leopoldo Severo	<i>Florá II</i>	0 0,57-3
4.º	200\$00	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>	0 1,01-2
5.º	200\$00	Cap. António Damião	<i>Feldherr</i>	0 1,03
6.º	200\$00	Cap. Cruz Azevedo	<i>Rama</i>	3 0,57-3
7.º	200\$00	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	3 0,58
8.º	200\$00	Ten. Leopoldo Severo	<i>Ariane</i>	4 0,49
9.º	200\$00	Ten. Carlos de Morais	<i>Agregado</i>	4 0,49-1
10.º	200\$00	Cap. Luiz Figueiredo	<i>Dare Dare</i>	4 0,49-3
11.º	200\$00	Ten. A. Pereira Coutinho	<i>Come e Cala</i>	4 0,51

## Concurso Hípico de Évora

(25 a 28 de Junho)

### Prova «Escola de Regentes Agrícolas de Évora» (Omnium 1.ª Série)

1.º	800\$00 e Taça	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Panóplia</i>	0 0,59-1
2.º	500\$00	Cap. Vasco Ramires	<i>Cinderella</i>	3 1,17-4
3.º	300\$00	Cap. António Seródio	<i>Otelo</i>	4 0,56-1
4.º	300\$00	Cap. José Carvalhosa	<i>Granadeiro</i>	4 1,06-0
5.º	200\$00	Alf. Amadeu Duarte	<i>Lusitano</i>	4 1,10-1
6.º	200\$00	Cap. António Seródio	<i>Dinar</i>	8 0,58-0

### Prova «Cidade de Évora» (Omnium 2.ª Série)

1.º	900\$00 e Taça	Asp. Pimenta da Gama	<i>Ilheu</i>	0 1,02-1
2.º	600\$00	Ten. A. Pereira Coutinho	<i>Come e Cala</i>	0 1,14-4
3.º	300\$00	Ten. Carlos A. Morais	<i>Amarante</i>	4 1,12-2

# Revista da Cavalaria

Clas.	Prêmios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
4.º	300\$00	Cap. Craveiro Lopes	<i>Helénico</i>	7 1,20-4
5.º	200\$00	Ten. Fernando Ferreira	<i>Neléboro</i>	7 1,21-2
6.º	200\$00	Cap. Cruz Azevedo	<i>Martagão</i>	8 1,15-2

## Prova «Dr. Almeida Margiochi» (Omnium 3.ª Série)

1.º	1.000\$00 e Taça	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	0 1,04-4
2.º	700\$00	Ten. Alvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	0 1,07-4
3.º	500\$00	Cap. Duarte Silva	<i>Baluarte</i>	0 1,09 0
4.º	300\$00	Ten. Jorge Mathias	<i>Jacaré</i>	3 <sup>3</sup> / <sub>4</sub> 1,14-3
5.º	200\$00	Ten. Jorge Mathias	<i>Marrafa</i>	3 <sup>3</sup> / <sub>4</sub> 1,14-5
6.º	{ 200\$00 200\$00	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Castiço</i>	4 1,04-2
		Alf. João Sequeira	<i>Lanceiro</i>	4 1,04-2

## Prova «Ministério da Economia» (Nacional)

1.º	1.000\$00 e Taça	Ten. Jorge Mathias	<i>Marrafa</i>	0 0,58-1
2.º	800\$00	Alf. João Sequeira	<i>Lanceiro</i>	4 0,56-4
3.º	600\$00	D. Caetano de Lancastre	<i>Invento</i>	4 0,57-1
4.º	400\$00	Cap. Correira de Freitas	<i>Notável</i>	4 1,02-2
5.º	300\$00	Cap. Augusto Lage	<i>Borlista</i>	4 0,05-0
6.º	200\$00	Cap. Vasco Ramires	<i>Honesto</i>	4 1,07-0
7.º	200\$00	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>	4 1,08-1
7.º	200\$00	Asp. Pimenta da Gama	<i>Ilheu</i>	7 1,08-4
9.º	200\$00	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	8 0,57-2

## Prova «Francisco de Barahona Fragoso e Mira» (Caça)

1.º	800\$00 e Taça	D. Caetano de Lancastre	<i>Invento</i>	0,51-3
2.º	500\$00	Vasco Luiz Ramires	<i>Mourisco</i>	0,52-2
3.º	300\$00	Alf. João Sequeira	<i>Lanceiro</i>	0,52-4
4.º	300\$00	Ten. A. Pereira Coutinho	<i>Come e Cala</i>	0,56-3
5.º	200\$00	Ten. Alvaro Sabo	<i>Panóplia</i>	0,57-0
6.º	200\$00	Ten. Jorge Mathias	<i>Marrafa</i>	0,57-4
7.º	200\$00	Cap. Craveiro Lopes	<i>Helsinquia</i>	0,58-0
8.º	200\$00	Ten. Fernando Ferreira	<i>Folgado</i>	0,59-3
9.º	{ 200\$00 200\$00	Rogério de Macedo	<i>Ligér</i>	0,59-4
		Cap. António Seródio	<i>Dinar</i>	0,59-4

# Revista da Cavalaria

## Prova «Casacas Encarnadas»

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	800\$00 e Taça	D. Caetano de Lancastré	<i>Invento</i>	0 0,54-1
2.º	500\$00	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>	0 0,57-3
3.º	300\$00	Manuel Lima Garcia	<i>Florim</i>	3 1,06-4
4.º	200\$00	Rogério de Macedo	<i>Ligér</i>	4 0,54-1

## Prova «IV Região Militar»

(Grande Prémio)

1.º	3.000\$00 e Taça	Cap. António Spínola	<i>Achiles</i>	0 1,13-2 0 0,39-2
2.º	2.000\$00	Cap. Duarte Silva	<i>Martinete</i>	0 1,11-4 4 0,41-1
3.º	1.000\$00	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	0 1,13-1 4 0,44-0
4.º	800\$00	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	4 1,06-0
5.º	600\$00	Ten. Rui Abrantes	<i>Faial</i>	4 1,06-4
6.º	400\$00	Ten. Xavier de Brito	<i>Ephrayne</i>	4 1,16-3
7.º	300\$00	Cap. Craveiro Lopes	<i>Helénico</i>	4 1,19-4
8.º	300\$00	Ten. Xavier de Brito	<i>Radieux</i>	8 1,05-0

## Prova «Forças do Ministério do Interior»

(Parelhas)

1.º	Obj. Arte	700\$00	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	0,55-1
		700\$00	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	19 ob. 1,30-0
2.º	Obj. Arte	400\$00	Cap. Duarte Silva	<i>Martinete</i>	22 ob. 1,30-0
		400\$00	T.-Cor. Ribeiro de Carvalho	<i>Farçola</i>	0,59-0
3.º	Obj. Arte	300\$00	Ten. Xavier de Brito	<i>Marlborough</i>	0,54-4
		300\$00	Cap. José Carvalhosa	<i>Granadeiro</i>	18 ob. 1,30-0
4.º	Obj. Arte	200\$00	Ten. Rui Abrantes	<i>Gambosino</i>	0,50-4
		200\$00	Ten. Helder Matias	<i>Bambi</i>	13 ob. 1,30-0
5.º	Obj. Arte	150\$00	Ten. Xavier de Brito	<i>Ephrayne</i>	1,00-4
		150\$00	Cap. Cruz Azevedo	<i>Martagão</i>	20 ob. 1,30-0
6.º	Obj. Arte	100\$00	Asp. Pimenta da Gama	<i>Ixisa</i>	1,01-1
		100\$00	Alf. Amadeu Duarte	<i>Lusitano</i>	18 ob. 1,50-0

# Revista da Cavalaria

## Prova «Joaquim J. de Matos Fernandes» (Despedida)

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	500\$00 e Taça	Ten. Martins Rodrigues	<i>Radis-Rose</i>	0 0,52-2
2.º	300\$00	Ten. Santos Leite	<i>Nababo</i>	0 0,53-3
3.º	200\$00	Cap. Freire de Andrade	<i>Ardent</i>	0 0,54-1
	200\$00	Manuel Lima Garcia	<i>Palanco</i>	0 0,54-1
5.º	200\$00	Alf. Lobo da Costa	<i>Grandioso</i>	0 0,56-3
6.º	200\$00	Alf. Ruben de Andrade	<i>Barba-Azul</i>	0 1,03-0
7.º	200\$00	Ten. Andrade e Silva	<i>Curveu</i>	3 0,58-5
8.º	200\$00	Alf. Duarte Pinto	<i>Ivo</i>	4 0,55-4
9.º	200\$00	Cap. António Damião	<i>Feldherr</i>	4 0,56-0
10.º	200\$00	Cap. António Damião	<i>Coquelicot</i>	4 1,01-1

## Prova «Governador Civil» (Taça de Honra)

1.º	Taça	Ten. Alvaro Sabbo	<i>Licorne</i>
2.º	Taça	Cap. Duarte Silva	<i>Martinete</i>
3.º	Obj. Arte	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>

## Concurso Hípico de Mafra

(7, 9 e 10 de Julho)

### Prova «Juventude»

1.º	O. A.	José Carlos Carvalhosa	<i>Janotinha</i>	0 0,58-3
-----	-------	------------------------	------------------	----------

### Prova «Direcção da Arma de Infantaria» (Aspirantes de Infantaria)

1.º	O. A.	Lopes Pereira	<i>Tabu</i>	12 0,56-2
2.º	O. A.	Souva Alves	<i>Tabu</i>	12 0,58-1
3.º	O. A.	Vilão	<i>Cinzel</i>	12 0,59-3

### Prova «Homenagem — Habits Rouges»

1.º	O. A.	D. Caetano de Lancastré	<i>Invento</i>	0 0,59-4
2.º	O. A.	D. Ana Ribeiro Ferreira	<i>Gay Boy</i>	0 1,02
3.º	O. A.	Fernando Cavaleiro	<i>Clonsila</i>	4 1,01-1

# Revista da Cavalaria

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
4. <sup>o</sup>	O. A.	D. Henrique de Mendia	<i>Czapska</i>	4 1,04-1
5. <sup>o</sup>	O. A.	Rogério de Macedo	<i>Liger</i>	4 1,04-2
6. <sup>o</sup>	O. A.	Freire de Andrade	<i>Ardent</i>	4 1,05-1

## Prova «Sargentos»

1. <sup>o</sup>	2. <sup>o</sup> Sarg. F. Caetano	<i>Lacaio</i>	0 1,03-3
2. <sup>o</sup>	1. <sup>o</sup> Sarg. José Marques	<i>Nabão</i>	0 1,14-1
3. <sup>o</sup>	1. <sup>o</sup> Sarg. José Marques	<i>Vouga</i>	4 1,03-2
4. <sup>o</sup>	2. <sup>o</sup> Sarg. F. Caetano	<i>Candidato</i>	4 1,05-2
5. <sup>o</sup>	F. Rodrigues	<i>Infiel</i>	4 1,08-4

## Prova «Escola Militar de Equitação» (Omnium 1.<sup>a</sup> Série)

1. <sup>o</sup>	700\$00	Ten. Ferreira Cabral	<i>Ibero</i>	0 1,02-1
2. <sup>o</sup> {	400\$00	Cap. F. Cavaleiro	<i>Marte</i>	0 1,03-2
	400\$00	Ten. S. d'Albuquerque	<i>Marte</i>	0 1,03-2
4. <sup>o</sup>	200\$00	Cap. Correia de Freitas	<i>Notável</i>	0 1,05-1
5. <sup>o</sup>	200\$00	Cap. Pereira de Almeida	<i>Ocioso</i>	0 1,06
6. <sup>o</sup>	200\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Grã Duque</i>	0 1,07
7. <sup>o</sup>	200\$00	Alf. João Sequeira	<i>Ídria</i>	0 1,07-1
8. <sup>o</sup>	200\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Helmineto</i>	0 1,08-1
9. <sup>o</sup>	200\$00	Ten. Helder Matias	<i>Bambi</i>	0 1,08-2
10. <sup>o</sup>	200\$00	Manuel L. Garcia	<i>Florin</i>	0 1,09-2
11. <sup>o</sup>	200\$00	Cap. F. Cavaleiro	<i>Clonsila</i>	0 1,12

## Prova «Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas» (Omnium 2.<sup>a</sup> Série)

1. <sup>o</sup>	1.000\$00	Ten. Jorge Matias	<i>Granada</i>	0 0,59-1
2. <sup>o</sup>	700\$00	D. Caetano Lancastre	<i>Invento</i>	0 1,00
3. <sup>o</sup>	400\$00	Alf. João Sequeira	<i>Lanceiro</i>	0 1,01-3
4. <sup>o</sup>	300\$00	Maj. Correia Barrento	<i>Congo II</i>	0 1,02-2
5. <sup>o</sup>	200\$00	Ten. Virgilio Raposo	<i>Flama</i>	0 1,03-4
6. <sup>o</sup>	200\$00	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Castiço</i>	0 1,04-4
7. <sup>o</sup>	200\$00	Cap. Rodrigo Silveira	<i>Vénus</i>	4 1,01-3

# Revista da Cavalaria

## Prova «Direcção Geral dos Serviços Decuários» (Nacional)

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	1.000\$00	Ten. Rodrigues Mano	<i>Gambosino</i>	0 0,58-2
2.º	700\$00	Ten. S. d'Albuquerque	<i>Hércules</i>	0 0,58-3
3.º	500\$00	Vasco L. Ramires	<i>Mimi</i>	0 0,59
4.º	400\$00	Cap. Correia de Freitas	<i>Notável</i>	0 1,02-4
5.º	300\$00	Cap. Vasco Ramires	<i>Honesto</i>	0 1,13-3
6.º	300\$00	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	4 0,57-4
7.º {	200\$00	Cap. António Romeiras	<i>Nocivo</i>	4 0,58-4
	200\$00	Ten. Neto de Almeida	<i>Jacaré</i>	4 0,58-4
9.º	200\$00	Ten. Ferreira Cabral	<i>Ibero</i>	4 0,59-1

## Prova «Direcção da Arma de Cavalaria» (Aspirantes de Cavalaria)

1.º	O. A.	Mendes Paulo Soares Pessoa de Amorim	<i>Marvão</i>	8 1,46-1
2.º	O. A.	Bruno Pessoa de Amorim Almendra	<i>Brioso III</i>	8 1,52-1

## Prova «Escola Prática de Infantaria» (Caça)

1.º	800\$00	Alf. João Sequeira	<i>Lanceiro</i>	1,07-3
2.º	500\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Harcolí</i>	1,14
3.º	300\$00	Ten. Xavier de Brito	<i>Marlborough</i>	1,15
4.º	200\$00	Vasco L. Ramires	<i>Mourisco</i>	1,16
5.º	200\$00	António Seródio	<i>Dinar</i>	1,17-1
6.º	200\$00	Ten. Ferreira Cabral	<i>Ibéro</i>	1,18
7.º	200\$00	Cap. Duarte Silva	<i>Baluarte</i>	1,18-3
8.º {	200\$00	Ten. Lemos Pires	<i>Moreno</i>	1,18-4
	200\$00	Ten. Rodrigues Mano	<i>Gambosino</i>	1,18-4
10.º	200\$00	Maj. Correia Barrento	<i>Martha</i>	1,19
11.º	200\$00	Cap. Pereira de Almeida	<i>Ocioso</i>	1,19-3
12.º	200\$00	Luiz Sobral	<i>Helix</i>	1,22
13.º {	100\$00	Alf. João Sequeira	<i>Idria</i>	1,22-1
	100\$00	Ten. Jorge Matias	<i>Marrafa</i>	1,22-1

# Revista da Cavalaria

## Prova »Câmara Municipal de Mafra« (Grande Prémio)

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	2.000\$00	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	0 1,07-2
2.º	1.200\$00	D. Caetano de Lancastré	<i>Invento</i>	0 1,07-3
3.º	800\$00	Ten. Rui Abrantes	<i>Faial</i>	4 1,09-2
4.º	600\$00	Ten. Jorge Matias	<i>Granada</i>	4 1,10
5.º	400\$00	Ten. Xavier de Brito	<i>Ephrayne</i>	4 1,12
6.º	300\$00	Cap. António Spínola	<i>Achiles</i>	4 1,14
7.º	300\$00	Cap. Duarte Silva	<i>Martinete</i>	4 1,15-3

## Prova «Despedida»

1.º	500\$00	Ten. Martins Rodrigues	<i>Corsário</i>	4 1,02
2.º	400\$00	Ten. Virgílio Raposo	<i>Invasor</i>	4 1,07
3.º	300\$00	Cap. José Carvalhosa	<i>Granadeiro</i>	4 1,08-4
4.º	200\$00	António C. Barrento	<i>Eclairéur</i>	4 1,10
5.º	200\$00	Lopes Mateus	<i>Democrate</i>	4 1,21
6.º	200\$00	António C. Barrento	<i>Oxalá</i>	7 1,23-1
7.º	200\$00	Manuel L. Garcia	<i>Palanco</i>	7 1,35-2

## Concurso Hípico de Sintra

(30 e 31 de Julho)

### Prova «Omnium»

(1.ª Série)

1.º	800\$00	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Panóplia</i>	0 1,02-1
2.º	500\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Harkoli</i>	0 1,04-4
3.º	400\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Grão-Duque</i>	0 1,05
4.º	300\$00	Dr. Sousa Pereira	<i>Felow</i>	0 1,05-1
5.º	200\$00	Cap. António Romeiras	<i>Djin</i>	0 1,09-1
6.º	200\$00	Manuel L. Garcia	<i>Palanco</i>	0 1,10
7.º	200\$00	Cap. Correia de Freitas	<i>Notável</i>	0 1,10 1
8.º	200\$00	Cap. Rodrigo Silveira	<i>Granja</i>	0 1,11
9.º	200\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Helminto</i>	0 1,11-3
10.º	200\$00	A. Correia Barrento	<i>Eclairéur</i>	0 1,11-4
11.º	200\$00	Alf. Luiz de Sequeira	<i>Allermeist</i>	0 1,14-2

# Revista da Cavalaria

## Amazonas

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. <sup>a</sup>	Taça	Anne Marie Teisseire	<i>Cantil</i>	0 1,11-4

## Discipulos

1. <sup>o</sup>	Taça	Guilherme André Reis	<i>Janotinha</i>	0 1,01
2. <sup>o</sup>	»	Diogo Sobral	<i>Pandora</i>	0 1,01-3
3. <sup>o</sup>	»	Fernando Picão Caldeira	<i>Abanico</i>	4 1,01

## Prova «Omnium»

(2.<sup>a</sup> Série)

1. <sup>o</sup>	1.000\$00	Ten. Jorge Matias	<i>Marrafa</i>	0 1,08	0 0,39
2. <sup>o</sup>	700\$00	Ten. Jorge Matias	<i>Jacaré</i>	0 1,4-2	4 0,39
3. <sup>o</sup>	500\$00	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	0 1,08	8 0,40-1
4. <sup>o</sup>	400\$00	Cap. António Spínola	<i>Achiles</i>	3 1,29-3	
5. <sup>o</sup>	200\$00	Ten. Jorge Matias	<i>Granada</i>	4 1,04-2	

## Prova «Regularidade»

1. <sup>o</sup>	800\$00	Manuel Lima Garcia	<i>Palanco</i>	41 1,27-2
2. <sup>o</sup>	500\$00	Cap. Rodrigo Silveira	<i>Granja</i>	40 1,33-4
3. <sup>o</sup>	400\$00	Cap. José Carvalhosa	<i>Granadeiro</i>	38 1,31-2
4. <sup>o</sup>	300\$00	D. Henrique de Mendia	<i>Czapska</i>	31 1,19-1

## Prova «Caça»

1. <sup>o</sup>	1.000\$00	Cap. Cruz Azevedo	<i>Faneca</i>	1,17-4
2. <sup>o</sup>	700\$00	Ten. Jorge Matias	<i>Marrafa</i>	1,19-3
3. <sup>o</sup>	500\$00	Cap. Miranda Dias	<i>Corsário</i>	1,21-3
4. <sup>o</sup>	300\$00	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Marte</i>	1,23-3
5. <sup>o</sup>	200\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Harkoli</i>	1,24-2
6. <sup>o</sup>	200\$00	Vasco L. Ramires	<i>Honesto</i>	1,24-3
7. <sup>o</sup>	200\$00	A. Correia Barrento	<i>Oxalá</i>	1,26-3

# Revista da Cavalaria

## Prova «Grande Prémio de Sintra»

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	3.000\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Helminto</i>	0 1,36-2
2.º	2.000\$00	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	3 1,30-2
3.º	1.000\$00	Cap. António Romeiras	<i>Fagulha</i>	4 1,17-4
4.º	600\$00	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	4 1,25-3
5.º	500\$00	D. Caetano Lancastré	<i>Invento</i>	7 1,34



*Capitão Henrique Calado, montando o cavalo «Helminto» em que ganhou o Grande Prémio de Sintra*

## Prova «Parelhas Mistas»

1.ª	Taça	D. Ana Ribeiro Ferreira	<i>Gay Boy</i>	0 0,50
		D. Caetano Lancastré	<i>Invento</i>	
2.ª	Taça	D. Teresa Santa Iria	<i>Liger</i>	0 1,06-2
		Rogério de Macedo	<i>Dinar</i>	
3.ª	Taça	D. Anne Marie Teisseire	<i>Cantil</i>	11 1,12-2
		A. Correia Barrento	<i>Eclairéur</i>	

## Prova «Caetano de Lancastré»

1.º	Taça	Henrique Benetes	<i>Tarih</i>	0 0,55
2.º	»	José Caldas de Almeida	<i>Cisne</i>	0 1,19
3.º	»	Manuel Queiroz Pereira	<i>Dardo</i>	0 1,21
4.º	»	Maria Izabel Rodrigues	<i>Tordo</i>	0 1,44

# Revista da Cavalaria

## Prova «*Família Caldeira*»

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Taça	Francisco Picão Caldeira	<i>Favorita</i>	0 1,00
2.º	»	Belém Pina	<i>Begionário</i>	0 1,47
3.º	»	Gisele Barbosa Araújo	<i>Ally</i>	3 1,12
4.º	Laço	Christovão Beck	<i>Shmrock</i>	3 1,20

## Prova «*João Mena*»

1.º	Taça	João Furtado Antas	<i>Jogador</i>	0 1,27
2.º	»	Maria Tereza de Carvalho	<i>Guapo</i>	0 1,43
3.º	»	M. Madalena Carvalhosa	<i>Lotus</i>	0 1,46
4.º	Laço	Carlos da Cunha	<i>Dardo</i>	0 1,56

## Prova «*Rogério de Macedo*»

1.º	Taça	Diogo F. do Amaral	<i>Jovial</i>	0 1,37
2.º	Laço	Pedro de Albuquerque	<i>Garça</i>	0 1,47
3.º	»	Rose Mary Hatherly	<i>Cisne</i>	0 2,07
4.º	»	Luiz Mourisca	<i>Calvero</i>	0 2,13

## Prova «*Ana Ribeiro Ferreira*»

1.º	Taça	João L. Picão Caldeira	<i>Janota II</i>	0 0,41-2
2.º	»	Diogo Sobral	<i>Honesto</i>	0 0,45
		Fernando Picão Caldeira	<i>Bambu</i>	0 0,45
5.º	Laço	Fernando Picão Caldeira	<i>Abanico</i>	0 0,45
		Diogo Sobral	<i>Helix</i>	0 0,46-2
6.º	»	Anne Marie Teisseire	<i>India</i>	0 0,50

## Prova «*Rodrigo de Castro Pereira*»

1.º	Taça	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>	0 0,59
2.º	»	Vicente Caldeira	<i>Abanico</i>	0 1,00
3.º	»	D. Henrique de Mendia	<i>Czapska</i>	0 1,05
4.º	Laço	Rogério de Macedo	<i>Dinar</i>	0 1,10
5.º	»	Ana Ribeiro Ferreira	<i>Gay Boy</i>	3 1,02
6.º	»	D. Caetano de Lancastre	<i>Invento</i>	4 0,51
7.º	»	Dr. Sousa Pereira	<i>Fellow</i>	4 0,56-4

# Revista da Cavalaria

## Concurso Hípico de Pedras Salgadas

(13 a 21 de Agosto)

### Taça «Ten. Manuel Candeias» (Omnium 1.<sup>a</sup> Série)

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. <sup>o</sup>	800\$00 e Taça	Cap. António Romeiras	<i>Djin</i>	0 1,07-3
2. <sup>o</sup>	600\$00	Ten. Alvaro Sabbo	<i>Panóplia</i>	0 1,11-3
3. <sup>o</sup>	500\$00	A. Lopes Mateus	<i>Democrate</i>	0 1,21
4. <sup>o</sup>	400\$00	D. Henrique de Mendia	<i>Czapska</i>	3 1,24-2
5. <sup>o</sup>	400\$00	Ten. C. Miravent	<i>Squalus</i>	3 + 1 4 1,33-2
6. <sup>o</sup>	300\$00	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Gay Boy</i>	4 1,06-4
7. <sup>o</sup>	300\$00	Ten. A. Pereira Coutinho	<i>Caixas</i>	4 1,08-3
8. <sup>o</sup>	300\$00	Cap. F. Cavaleiro	<i>Clonsila</i>	4 1,08-4
9. <sup>o</sup>	200\$00	Cap. F. Cavaleiro	<i>Nico</i>	4 1,09-3
10. <sup>o</sup>	200\$00	Ten. Ferreira Cabral	<i>Ibéro</i>	4 1,10-2
11. <sup>o</sup>	200\$00	Cap. José Carvalhosa	<i>Granadeiro</i>	4 1,10-3
12. <sup>o</sup>	200\$00	Ten. S. d'Albuquerque	<i>Marte</i>	4 1,11-2
13. <sup>o</sup>	200\$00	Cap. José Carvalhosa	<i>Mustard</i>	4 1,15
14. <sup>o</sup> {	100\$00	Ten. Sousa Sanches	<i>Jovial</i>	4 1,18
	100\$00	Ten. Ferreira Cabral	<i>Grã-Duquesa</i>	4 1,18

### Prova «Juventude»

1. <sup>o</sup>	Taça	Diogo Sobral	<i>Fubraio</i>	8 1,04-3
2. <sup>o</sup>	»	José Carlos Carvalhosa	<i>Mustard</i>	9 1,41-3

### Taça «Engenheiro Azantes e Oliveira» (Omnium 2.<sup>a</sup> Série)

1. <sup>o</sup>	1.200\$00 e Taça	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	0 1,08-3
2. <sup>o</sup>	900\$00	Ten. Xavier de Brito	<i>Ephrayne</i>	0 1,09-2
3. <sup>o</sup>	700\$00	Ten. Santa Pau	<i>Accum</i>	0 1,10-1
4. <sup>o</sup>	600\$00	T.-Cor. C. Carpinteiro	<i>Chibuto</i>	0 1,11-2
5. <sup>o</sup>	500\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Helminto</i>	0 1,20
6. <sup>o</sup>	400\$00	Cap. Augusto Lage	<i>Borlista</i>	0 1,22
7. <sup>o</sup>	400\$00	Cap. Rodrigo da Silveira	<i>Imperatriz</i>	3 1,19-3
8. <sup>o</sup>	300\$00	Ten. Jorge Matias	<i>Granada</i>	4 1,04-3
9. <sup>o</sup> {	200\$00	Ten. S. d'Albuquerque	<i>Bélico</i>	4 1,06-2
	200\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Caramulo</i>	4 1,06-2

# Revista da Cavalaria

## Taça «Capitão Herminio Carneiro» (Nacional)

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	1.200\$00 e Taça	D. Caetano Lancastre	<i>Invento</i>	0 0,58-3
2.º	800\$00	Cap. F. Cavaleiro	<i>Nico</i>	0 0,59-2
	800\$00	Ten. Ferreira Cabral	<i>Ibéro</i>	0 0,59 2
4.º	500\$00	Cap. Pereira de Almeida	<i>Ocioso</i>	0 1,00-1
5.º	300\$00	Ten. Rodrigues Mano	<i>Gambosino</i>	0 1,00-3
6.º	300\$00	Cap. Correia de Freitas	<i>Notável</i>	0 1,05
7.º	200\$00	Cap. Augusto Lage	<i>Maxixe</i>	0 1,11-1

## Taça «H. Jenning's»

1.º	900\$00 e Taça	Cap. Lopez Perez	<i>Frisar</i>
2.º	800\$00	Cap. F. Cavaleiro	<i>Gay Boy</i>
3.º	600\$00	Ten. Engrácia Antunes	<i>Come e Cala</i>
	600\$00	Cap. Almeida Santos	<i>Melro</i>
5.º	300\$00	Ten. Semedo Albuquerque	<i>Marte</i>
	300\$00	Ten. Rui Abrantes	<i>Helix</i>
	300\$00	Alf. Branco Ló	<i>Marão</i>
	300\$00	Ten. Souto Pires	<i>Caixas</i>

## Taça «Dr. Trigo de Negreiros»

1.º	1.250\$00 e Taça	Cap. Henrique Calado	<i>Helminto</i>	0-0-0-0
	1.250\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Martingil</i>	0-0-0 0
3.º	700\$00	Cap. António Spínola	<i>Achiles</i>	0-0-0-4
	700\$00	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	0-0-0-4
	700\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Caramulo</i>	0-0-0-4
6.º	400\$00	Ten. S. d'Albuquerque	<i>Bélico</i>	0-0-0-8
7.º	300\$00	Maj. Fernando Paes	<i>Impecável</i>	0-0-0-15
	300\$00	Cap. Rodrigo Silveira	<i>Imperatriz</i>	0-0-0-15

## Taça «Junta de Turismo das Pedras Salgadas» (Regularidade)

1.º	900\$00 e Taça	Ten. Ferreira Cabral	<i>Ibéro</i>	22 4 23 0,46-3
2.º	700\$00	Ten. S. d'Albuquerque	<i>Marte</i>	22 4 19 0,41-3
3.º	550\$00	Ten. Ferreira da Cunha	<i>Framboesa</i>	21 4
4.º	550\$00	Cap. F. Cavaleiro	<i>Clonsila</i>	21 8

# Revista da Cavalaria

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
5. <sup>o</sup>	400\$00	Ten. Martins Rodrigues	<i>Iole</i>	20 0
6. <sup>o</sup>	300\$00	Cap. António Romeiras	<i>Djin</i>	20 8
7. <sup>o</sup>	300\$00	Cap. Lopez Perez	<i>Frisar</i>	20 12
8. <sup>o</sup>	233\$50	Ten. Martins Rodrigues	<i>Maio</i>	19 8
	233\$50	Ten. Alvaro Sabbo	<i>Panóplia</i>	19 8
	233\$50	Cap. Cruz Azevedo	<i>Martagão</i>	19 8
11. <sup>o</sup>	200\$00	Ten. Rui Abrantes	<i>Helix</i>	19 12
12. <sup>o</sup>	200\$00	Cap. Freire de Andrade	<i>Ardent</i>	19 16
13. <sup>o</sup>	100\$00	Manuel Garcia	<i>Palanco</i>	18 8
	100\$00	Cap. Vasco Ramires	<i>Cinderela</i>	18 8

## Taça «Governador Civil de Vila Real» (Caça)

1. <sup>o</sup>	1.200\$00 e Taça	Ten. S. d'Albuquerque	<i>Bélico</i>	1,15
2. <sup>o</sup>	900\$00	Ten. Jorge Matias	<i>Marrafa</i>	1,20 1
3. <sup>o</sup>	800\$00	Cap. Duarte Silva	<i>Martinete</i>	1,21-3
4. <sup>o</sup>	600\$00	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Castiço</i>	1,23 2
5. <sup>o</sup>	400\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Caramulo</i>	1,24-4
6. <sup>o</sup>	300\$00	Ten. Xavier de Brito	<i>Ephrayne</i>	1,26-2
7. <sup>o</sup>	200\$00	Cap. António Romeiras	<i>Fagulha</i>	1,30
8. <sup>o</sup>	200\$00	D. Caetano Lancastre	<i>Invento</i>	1,30-1
9. <sup>o</sup>	200\$00	Ten. Alvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	1,32-4

## Prova «Echo» (Estafetas)

1. <sup>a</sup>	e O. A.	700\$00	Ten. Souto Pires	<i>Caixas</i>	23 1,50-4
		700\$00	Ten. Engrácia Antunes	<i>Come e Cala</i>	
2. <sup>a</sup>	500\$00	Ten. Fernando Ferreira	<i>Heléboro</i>	22 1,53	
	500\$00	Ten. A. Pereira Coutinho	<i>Bambu II</i>		
3. <sup>a</sup>	400\$00	Cap. Vasco Ramires	<i>Cinderela</i>	22 2,09	
	400\$00	Cap. António Damião	<i>Felther</i>		
4. <sup>a</sup>	300\$00	Ana Ribeiro Ferreira	<i>Gay Boy</i>	21 1,51-3	
	300\$00	Cap. F. Cavaleiro	<i>Clonsila</i>		
5. <sup>a</sup>	250\$00	Ten. Rui Abrantes	<i>Helix</i>	21 1,55	
	250\$00	Ten. Sousa Sanches	<i>Jovial</i>		
6. <sup>a</sup>	250\$00	Cap. António Seródio	<i>Otelo</i>	21 2,02	
	250\$00	Cap. Freire de Andrade	<i>Ardent</i>		

# Revista da Cavalaria

## Taça «Cilinha»

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	1.500\$00 e Taça	Cap. António Romeiras	<i>Fagulha</i>	0 0,52-4
2.º	1.200\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Helmino</i>	0 1,00-1
3.º	900\$00	Ten. S. Albuquerque	<i>Bélico</i>	4 0,47
4.º	700\$00	Cap. Duarte Silva	<i>Martinete</i>	4 0,54-2
5.º	600\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Caramulo</i>	8 0,48-4
6.º	500\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Martingil</i>	8 0,52-3
7.º	400\$00	Cap. António Spínola	<i>Achiles</i>	8 0,58-3
8.º	300\$00	Maj. Fernando Paes	<i>Impecável</i>	8 1,01

## Taça «Palace Hotel de Vidago» (Caça)

1.º	700\$00 e Taça	D. Caetano de Lancastre	<i>Invento</i>	1,15-2
2.º	500\$00	Ten. A. Pereira Coutinho	<i>Nacional</i>	1,20-1
3.º	400\$00	Ten. S. Albuquerque	<i>Marte</i>	1,24-2
4.º	300\$00	Ten. Martins Rodrigues	<i>Maio</i>	1,26
5.º	300\$00	Ten. Engrácia Antunes	<i>Come e Cala</i>	1,27-4
6.º	300\$00	Ten. Ferreira Cabral	<i>Grã-Duquesa</i>	1,28-2
7.º	200\$00	Cap. Augusto Lage	<i>Borlista</i>	1,29
8.º	200\$00	D. Henrique de Mendia	<i>Czapska</i>	1,29-3
9.º	200\$00	Ten. Rodrigues Mano	<i>Gambosino</i>	1,31
10.º	200\$00	Cap. F. Cavaleiro	<i>Nico</i>	1,31-1
		T.-Cor. C. Carpinteiro	<i>Chibuto</i>	1,31-1
12.º	200\$00	Manuel Garcia	<i>Palanco</i>	1,32-4
13.º	200\$00	Alf. Branco Ló	<i>Marão</i>	1,33
14.º	200\$00	Ten. Leopoldo Severo	<i>Ariane</i>	1,33-2
15.º	200\$00	Ten. A. Pereira Coutinho	<i>Bambu II</i>	1,34-1
16.º	200\$00	Cap. Augusto Lage	<i>Ganso</i>	1,34-3
17.º	200\$00	Cap. Lopez Perez	<i>Frisar</i>	1,36-2
18.º	200\$00	Asp. Pimenta da Gama	<i>Ilheu</i>	1,38
19.º	200\$00	Ten. Santa Pau	<i>Afim</i>	1,38-4
20.º	200\$00	Cap. Freire de Andrade	<i>Ardent</i>	1,39

## Taça «Myriam» (Grande Prémio)

1.º	3.000\$00 e Réplica	Cap. Duarte Silva	<i>Martinete</i>	0 1,24
2.º	2.000\$00	Cap. António Spínola	<i>Achiles</i>	4 1,30-1

# Revista da Cavalaria

Clas.	Prêmios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
3.º	1.200\$00	Cap. Pereira de Almeida	<i>Florentina</i>	4 1,31-2
4.º	900\$00	Cap. Rodrigo Silveira	<i>Vénus</i>	8 1,17-1
5.º	800\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Martingil</i>	8 1,19-4
6.º	700\$00	Ten. S. Albuquerque	<i>Bélico</i>	8 1,20-3
7.º	600\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Helminto</i>	8 1,24
8.º	500\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Caramulo</i>	12 1,19-4
9.º	400\$00	Maj. Fernando Paes	<i>Impecável</i>	12 1,25-2
10.º	300\$00	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	15 1,50-2

## Prova «Romanas»

1.º	500\$00	Com. Larraz	<i>Blason</i>	0 0,46
2.º	350\$00	Ten. Leopoldo Severo	<i>Ariane</i>	0 0,47
	350\$00	Cap. Caldeira Carvalho	<i>Prusse</i>	0 0,47
4.º	300\$00	António Braz	<i>Marahajah</i>	0 0,51-4
5.º	250\$00	Ten. Minas da Piedade	<i>Canário</i>	0 0,57-2
6.º	250\$00	Alf. Roberto Durão	<i>Come Gente</i>	1 1,04
7.º	200\$00	Asp. Pimenta da Gama	<i>Ilheu</i>	4 0,44-3
8.º	200\$00	Cap. Vallejo	<i>Aljarafe</i>	4 0,45-3
9.º	200\$00	T.-Cor. A. Margarido	<i>Pequenino</i>	4 0,49
10.º	200\$00	Cap. L. Fernandes	<i>Atlantide</i>	4 0,50
11.º	200\$00	Ten. Minas da Piedade	<i>Belle Meuniere</i>	4 0,52-3
12.º	200\$00	Alf. Amadeu Duarte	<i>Lusitano</i>	4 0,55
13.º	200\$00	Cap. Caldeira Carvalho	<i>Grandola</i>	4 0,56-2
	200\$00	Ten. Antunes Palla	<i>Felix</i>	4 0,56 2
15.º	200\$00	Ten. R. Pereira Coutinho	<i>Canças</i>	7 0,56
16.º	200\$00	Asp. Pimenta da Gama	<i>Ixia</i>	8 0,43-2
17.º	200\$00	Cap. Vallejo	<i>Calambuco</i>	8 0,46-1
18.º	200\$00	Rogério de Macedo	<i>Dinar</i>	8 0,54-3
19.º	200\$00	Alf. João Sequeira	<i>Martinica</i>	8 0,52-3
20.º	200\$00	Alf. Luiz Sequeira	<i>Allermeist</i>	8 0,53-2
21.º	200\$00	Ten. Sousa Sanches	<i>Hélice</i>	8 3/4 1,02-3
22.º	200\$00	Francisco Caldeira	<i>Bambu</i>	12 1/4 1,04-1
23.º	200\$00	Cap. Cruz Azevedo	<i>Faneca</i>	14 1,03-1
24.º	200\$00	Com. Larraz	<i>Agareno</i>	16 1/2 1,14
25.º	200\$00	Alf. Duarte Pinto	<i>Impávido</i>	20 0,51
26.º	200\$00	Cap. Alvaro Frazão	<i>Audacieux</i>	21 1/2 1,41-3

## Taça «Vidago Pedras-Salgadas»

1.º	Taça	Cap. Henrique Calado	<i>Caramulo</i>	0-0-0
3.º	»	Cap. Duarte Silva	<i>Martinete</i>	0-0-1-4-0
3.º	»	Cap. Henrique Calado	<i>Martingil</i>	0-4-0

# Revista da Cavalaria

## Concurso Hípico das Caldas da Rainha

(25 a 28 de Agosto)

### Prova «Regimento de Infantaria 5» (Omnium 1.<sup>a</sup> Série)

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. <sup>o</sup>	800\$00	D. Henrique de Mendia	<i>Czapska</i>	0 1,07
2. <sup>o</sup>	600\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Gran-Duque</i>	0 1,07-2
3. <sup>o</sup>	500\$00	D. Ana Ribeiro Ferreira	<i>Gay Boy</i>	0 1,08-2
4. <sup>o</sup>	400\$00	Cap. José Carvalhosa	<i>Granadeiro</i>	0 1,08-4
5. <sup>o</sup>	300\$00	Cap. Craveiro Lopes	<i>Helsinguia</i>	0 1,09-4
6. <sup>o</sup>	300\$00	Cap. Augusto Lage	<i>Ganso</i>	0 1,11-2
7. <sup>o</sup>	200\$00	Cap. António Seródio	<i>Otelo</i>	0 1,16-4
8. <sup>o</sup>	200\$00	Cap. José Carvalhosa	<i>Mustard</i>	3 1,16-3
9. <sup>o</sup>	200\$00	Ten. Semedo Albuquerque	<i>Hércules</i>	4 1,03
10. <sup>o</sup>	200\$00	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Nico</i>	4 1,04-4

### Prova «Grémio do Comércio» (Omnium 2.<sup>a</sup> Série)

1. <sup>o</sup>	1.200\$00 e Taça	Cap. Rodrigo da Silveira	<i>Vénus</i>	0 1,04-2
2. <sup>o</sup>	900\$00	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	0 1,05
3. <sup>o</sup>	700\$00	Cap. Duarte Silva	<i>Martinete</i>	0 1,06-2
4. <sup>o</sup>	550\$00	Ten. Semedo Albuquerque	<i>Marte</i>	0 1,07-1
		Ten. Álvaro Sabbo	<i>Cafoné</i>	0 1,07-1
6. <sup>o</sup>	400\$00	Cap. António Spínola	<i>Achúles</i>	0 1,11-1
7. <sup>o</sup>	300\$00	Cap. António Romeiras	<i>Djin</i>	0 1,14-3
8. <sup>o</sup>	200\$00	Cap. Vasco Ramires	<i>Honesto</i>	0 1,18-2
9. <sup>o</sup>	200\$00	Cap. Miranda Dias	<i>Corsário</i>	3 1,21
10. <sup>o</sup>	200\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Helminton</i>	3 1/4 1,29

### Prova «Juventude»

1. <sup>o</sup>	Taça	João Picão Caldeira	<i>Bambu</i>	0 1,16-1
2. <sup>o</sup>	»	Diogo Sobral	<i>Honesto</i>	3 1,24-2
3. <sup>o</sup>	»	José Carlos Carvalhosa	<i>Nico</i>	3 1,27

### Prova «Diana»

1. <sup>o</sup>	Taça	D. Tereza Santa Iria	<i>Liger</i>	0 1,11-3
-----------------	------	----------------------	--------------	----------

# Revista da Cavalaria

## Prova «Sociedade Alpica Portuguesa»

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavaleiros	Pontuação e Tempo
1.º	Taça	D. Ana Ribeiro Ferreira	<i>Gay Boy</i>	0 1,05-4
2.º	»	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>	0 1,18-1
3.º	»	D. Caetano Lancastré	<i>Invento</i>	4 1,04-2
4.º	»	Francisco Caldeira	<i>Bambu</i>	4 1,07
5.º	»	Vasco L. Ramires	<i>Mourisco</i>	4 1,09

## Prova »Hospital Rainha D. Leonor» (Caça)

1.º	1.000\$00	Vasco L. Ramires	<i>Mourisco</i>	0,56-3
2.º	800\$00	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Nico</i>	0,59-3
3.º	700\$00	Ten. Fernando Ferreira	<i>Heléboro</i>	1,01-1
4.º	500\$00	Ten. Pereira Coutinho	<i>Nacional</i>	1,02-1
5.º	400\$00	J. Moura Neves	<i>Frívolo</i>	1,03-2
6.º	300\$00	Cap. Freire de Andrade	<i>Ardent</i>	1,03-3
7.º	300\$00	Cap. Pereira de Almeida	<i>Ocioso</i>	1,04-3
8.º	200\$00	D. Caetano de Lancastré	<i>Invento</i>	1,07-2
9.º	200\$00	Cap. Craveiro Lopes	<i>Helsinquia</i>	1,11
10.º	200\$00	Alf. Luiz Sequeira	<i>Allermeist</i>	1,18
11.º	200\$00	Cap. António Seródio	<i>Otelo</i>	1,18-1
12.º	200\$00	Alf. Branco Ló	<i>Marão</i>	1,21
13.º	200\$00	Cap. António Damião	<i>Feltherr</i>	1,28-1

## Prova «Direcção Geral dos Serviços Pecuários» (Regularidade)

1.º	1.000\$00	Cap. José Carvalhosa	<i>Mustard</i>	39 —
2.º	800\$00	Cap. José Carvalhosa	<i>Granadeiro</i>	38 1,33
3.º	700\$00	Cap. L. Fernandes	<i>Atlantide</i>	36 1,31-2
4.º	500\$00	Vasco L. Ramires	<i>Mimi</i>	36 1,35
5.º	400\$00	Cap. António Damião	<i>Coquelicot</i>	34 1,31-2
6.º	300\$00	Cap. Vasco Ramires	<i>Honesto</i>	34 1,33
7.º	300\$00	Alf. Lobo da Costa	<i>Grandioso</i>	27 1,09
8.º	200\$00	Ten. Fernando Ferreira	<i>Folgado</i>	25 1,02-1
9.º	200\$00	Alf. Luiz Sequeira	<i>Canário</i>	25 1,07
10.º	200\$00	Cap. Craveiro Lopes	<i>Brilhante II</i>	25 1,14-3
11.º	200\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Gran Duque</i>	21 0,53-1
12.º	200\$00	D. Ana Ribeiro Ferreira	<i>Gay Boy</i>	15 0,34-1

## Prova «Comissão Municipal de Turismo» (Grande Prémio)

1.º	3.000\$00 e Taça	Cap. António Spínola	<i>Achiles</i>	0 1,19-4
2.º	2.000\$00	Cap. Duarte Silva	<i>Martinete</i>	4 1,15-2

# Revista da Cavalaria

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
3. <sup>o</sup>	1.200\$00	Cap. Cruz Azevedo	<i>Martagão</i>	4 1,17-2
4. <sup>o</sup>	800\$00	Ten. S. d'Albuquerque	<i>Marte</i>	4 1,23
5. <sup>o</sup>	700\$00	Ten. Jorge Matias	<i>Granada</i>	7 1/2 1,26-3
6. <sup>o</sup>	600\$00	Cap. Rodrigo Silveira	<i>Vénus</i>	8 1,11-2
7. <sup>o</sup>	500\$00	Ten. Jorge Matias	<i>Jacaré</i>	12 1,14-4
8. <sup>o</sup>	400\$00	Ten. Xavier de Brito	<i>Ephrayne</i>	12 1,17
9. <sup>o</sup>	300\$00	Cap. António Romeiras	<i>Fagulha</i>	15 1/2 1,26-4
10. <sup>o</sup>	300\$00	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Cafoné</i>	16 1,12-1
11. <sup>o</sup>	200\$00	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	16 1,14-2
12. <sup>o</sup>	200\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Helminto</i>	16 3/4 1,47-2

## Prova «Federação Equestre Portuguesa»

1. <sup>o</sup>	900\$00	Cap. António Romeiras	<i>Fagulha</i>	0 1,04-1
2. <sup>o</sup>	700\$00	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	0 1,04-3
3. <sup>o</sup>	600\$00	D. Caetano Lancastré	<i>Invento</i>	0 1,07-1

### Taça FEP

4. <sup>o</sup>	500\$00	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Panóplia</i>	0 1,09
5. <sup>o</sup>	400\$00	Cap. Cruz Azevedo	<i>Martagão</i>	0 1,10
6. <sup>o</sup>	300\$00	Cap. António Romeiras	<i>Djin</i>	0 1,11
7. <sup>o</sup>	200\$00	Asp. Pimenta da Gama	<i>Ilheu</i>	0 1,12
8. <sup>o</sup>	200\$00	Alf. Luiz de Sequeira	<i>Allermeist</i>	0 1,16-3
9. <sup>o</sup>	200\$00	Rogério de Macedo	<i>Liger</i>	4 1,09
10. <sup>o</sup>	200\$00	Luiz Sobral	<i>Fubraio</i>	4 1,10
11. <sup>o</sup>	200\$00	Vicente Caldeira	<i>Abanico</i>	4 1,12-2
12. <sup>o</sup>	200\$00	Cap. Caldeira Carvalho	<i>Grandola</i>	4 1,15-2
13. <sup>o</sup>	200\$00	T.-Cor. C. Carpinteiro	<i>Chibuto</i>	8 1,07
14. <sup>o</sup>	200\$00	Ten. Neves do Ó	<i>Désirée</i>	8 1,09
15. <sup>o</sup>	200\$00	Ten. Rui Abrantes	<i>Helix</i>	8 1,12-3

## Prova «Câmara Municipal das Caldas da Rainha» (Taça de Honra)

1. <sup>o</sup>	Taça	Cap. António Spínola	<i>Achiles</i>	0 0 0 4 1,80
2. <sup>o</sup>	»	Ten. S. d'Albuquerque	<i>Marte</i>	0 0 0 8 1,70
3. <sup>o</sup>	»	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	0 0 4 1,70

## Prova «José Malhca»

(Campeonato do Salto em Comprimento)

1. <sup>o</sup>	Taça	Cap. Duarte Silva	<i>Baluarte</i>	0-0-0-0-20-222
2. <sup>o</sup>	»	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Cafoné</i>	20-0-220-0-222
3. <sup>o</sup>	»	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Castiço</i>	0-0-0-220-22D

## Taça «General Craveiro Lopes»

Cap. António Spínola *Achiles*

# Revista da Cavalaria

## Concurso Hípico de Cascais

(3 a 11 de Setembro)

### Prova «Francisco José Paulo de Carvalho» (Omnium — Júniores e Amazonas)

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Taça	Sanches Osório	<i>Ervado</i>	0 1,00-4
2.º	»	João Paes	<i>Iva</i>	0 1,05-3
3.º	»	Fernando P. Caldeira	<i>Peão</i>	0 1,08-4
4.º	O. A.	Armando Paes	<i>Cinzel</i>	3 1,17-4
5.º	»	Diogo Sobral	<i>Neptuno</i>	3 1,22

### Prova «Sociedade Propaganda de Cascais»

1.º	Taça	Ten. Ruy P. Coutinho	<i>Magriço</i>	4 1,02
-----	------	----------------------	----------------	--------

### Prova «Dr. Filipe de Vilhena»

1.º	Taça	Vasco L. Ramires	<i>Mimi</i>	0 1,03-2
2.º	»	Manuel Garcia	<i>Palanco</i>	0 1,09
3.º	»	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>	0 1,10-4
4.º	»	Lopes Mateus	<i>Democrate</i>	0 1,12-3

### Prova «Dr. José Barreiro»

1.º	1.500\$00 e Taça	Ten. Jorge Matias	<i>Jacaré</i>	0 1,10-3
2.º	800\$00	Cap. Almeida Santos	<i>Melro</i>	4 1,09-1
3.º	600\$00	Cap. Pereira Almeida	<i>Ocioso</i>	8 1,06
4.º	400\$00	Ten. Jorge Matias	<i>Marrafa</i>	8 1,06-2
5.º	300\$00	Cap. António Seródio	<i>Otelo</i>	8 1,09-2

### Prova «Junta de Turismo de Cascais» (Omnium)

1.º	700\$00 e Taça	Cap. Craveiro Lopes	<i>Helsinquia</i>	0 0,59-4
2.º	500\$00	Cap. Craveiro Lopes	<i>Brilhante II</i>	
3.º	400\$00	Cap. Correia de Freitas	<i>Notável</i>	0 1,02
4.º	300\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Gran Duque</i>	0 1,02-4
5.º	300\$00	Cap. Almeida Santos	<i>Brilhante</i>	0 1/2 1,08-2
6.º	200\$00	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>	0 1/2 1,09
7.º	200\$00	Ten. Antunes Palla	<i>Felix</i>	0 1 1/4 1,11-3
8.º	200\$00	Ten. Alvaro Sabbo	<i>Martha</i>	4 0,59

# Revista da Cavalaria

## Prova «Federação Equestre Portuguesa» (Omnium)

Clas.	Prêmios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	1.000\$00 e Taça	Cap. Rodrigo Silveira	Vénus	0 1,02-4
2.º	800\$00	Cap. Rhodes Sérgio	Castiço	0 1,07-3
3.º	600\$00	Cap. Henrique Calado	Martingil	0 1,08-4
4.º	400\$00	Maj. Fernando Paes	Impecável	0 1,09-3
5.º	300\$00	Ten. Jorge Matias	Marrafa	0 1,09-4
6.º	250\$00	Ten. Jorge Matias	Jacaré	0 1,10
		Cap. Rodrigo da Silveira	Imperatriz	0 1,10
8.º	200\$00	Cap. Freire de Andrade	Ardent	0 1,13-3

## Prova «Estoril» (Caça)

1.º	700\$00 e Taça	Ten. S. d'Albuquerque	Hércules	1,18
2.º	500\$00	Cap. Henrique Calado	Gran-Duque	1,21-1
3.º	400\$00	Ten. Martins Rodrigues	Estrela Abril	1,23
4.º	400\$00	Cap. Craveiro Lopes	Brilhante II	1,23-2
5.º	300\$00	Alf. Luiz de Sequeira	Allermeist	1,24
6.º	200\$00	Cap. Correia de Freitas	Notável	1,26-2
7.º	200\$00	Ten. Álvaro Sabbo	Martha	1,27
8.º	200\$00	Cap. Fernando Cavaleiro	Freches	1,27-3

## Prova «Capitão José Beltrão» (Caça)

1.º	1.000\$00 e Taça	Cap. Rhodes Sérgio	Nocivo II	1,11
2.º	800\$00	Ten. Álvaro Sabbo	Canoné	1,12-1
3.º	600\$00	Maj. Fernando Paes	Impecável	1,13
4.º	500\$00	Cap. Rodrigo da Silveira	Imperatriz	1,13-4
5.º	400\$00	Cap. Rhodes Sérgio	Castiço	1,15-3
6.º	300\$00	Ten. Jorge Matias	Granada	1,16
7.º	200\$00	Cap. Rodrigo da Silveira	Vénus	1,17
8.º	200\$00	Cap. Henrique Calado	Martingil	1,17-1

## Prova «José Manuel dos Santos Luiz» (Caça — Júniores e Amazonas)

1.º	Taça	Armando Paes	Cinzel	0 0,50-3
2.º	»	Nuno Botelho	Jumarte	0,52
3.º	»	João Paes	Iva	0,53-3
4.º	O. A.	D. Margarida R. Ferreira	Janota	0,55
5.º	»	D. Tereza Santa Iria	Liger	0,57

# Revista da Cavalaria

## Prova «Gandarinha» (Regularidade)

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	800\$00 e Taça	Cap. Cruz Azevedo	<i>Djin</i>	38 1,32-2
2.º	600\$00	Cap. Craveiro Lopes	<i>Helsinguia</i>	38 1,33-2
3.º	500\$00	Ten. Martins Rodrigues	<i>Iole</i>	36 1,32-2
4.º	400\$00	Francisco Caldeira	<i>Bambu</i>	36 1,33
5.º	300\$00	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>	36 1,37
6.º	300\$00	Cap. Correia de Freitas	<i>Notável</i>	35 1,35
7.º	200\$00	Alf. Luiz Sequeira	<i>Canário</i>	31 1,16
8.º	200\$00	Cap. Craveiro Lopes	<i>Brilhante II</i>	31 1,21-3
9.º	200\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Gran Duque</i>	21 0,52-3

## Prova «José Florindo de Oliveira» (Seis barras)

1.º	1.500\$00 e Taça	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	0-0-0-0-0-0-1,90
2.º	850\$00	Com. Dominguez	<i>Friso</i>	0-0-0-0-0-4
	850\$00	C. Lopez Quesada	<i>Tapatio</i>	0-0-0-0-0-4
4.º	500\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Caramulo</i>	0-0-0-0-4
5.º	350\$00	Cap. António Spínola	<i>Achiles</i>	0-0-0-0-7
	350\$00	D. Caetano Lancastre	<i>Invento</i>	0-0-0-0-7
7.º	200\$00	Ten. Jorge Matias	<i>Granada</i>	0-0-0-0-8
8.º	200\$00	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Castiço</i>	0-0-0-0-D

## Prova «Câmara Municipal de Cascais» (Grande Prémio de Júniores e Amazonas)

1.º	Taça	Anne Marie Teisseire	<i>India</i>	0 1,00
2.º	»	Martine de Stoop	<i>Notável</i>	0 1,00-3
3.º	»	Armando Paes	<i>Cinzel</i>	0 1,03-1
4.º	»	Diogo Sobral	<i>Neptuno</i>	0 1,10-2
5.º	O. A.	Margarida R. Ferreira	<i>Janota</i>	4 0,59-3

## Prova «Cidadela de Cascais» (Sargentos)

1.º	600\$00 e Taça	Francisco Caetano	<i>Lacaió</i>	0 0,56-2
2.º	400\$00	Francisco Caetano	<i>Cinzel</i>	0 1,00-3
3.º	300\$00	José Marques	<i>Vouga</i>	0 1,01-1

# Revista da Cavalaria

Clas.	Prêmios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
4.º	200\$00	Orestes Chaves	<i>Ideal</i>	0 1,06-3
5.º	200\$00	João Vieira	<i>Jardineira</i>	4 1,01
6.º	200\$00	José Marques	<i>Nabão II</i>	4 1,06

## Prova «Duque de Palmela»

1.º	1.500\$00 e Taça	Cap. Miranda Dias	<i>Corsário</i>	0 0,59
2.º	1.000\$00	Ten. Jorge Matias	<i>Marrafa</i>	0 1,03-1
3.º	800\$00	Cap. Freire de Andrade	<i>Ardent</i>	0 1,06
4.º	600\$00	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Panóplia</i>	0 1,06-4
5.º	400\$00	Ten. Martins Rodrigues	<i>Iole</i>	0 1,07-2
6.º	400\$00	Cap. Craveiro Lopes	<i>Brilhante II</i>	0 1,08
7.º	300\$00	Cap. Craveiro Lopes	<i>Helsinguia</i>	3 1,14-4
8.º	300\$00	Ten. Martins Rodrigues	<i>Maio</i>	3 1,21

## Prova «El-Rei D. Carlos I»

1.º	4.000\$00 e Min. Taça	Cap. Henrique Calado	<i>Caramulo</i>	0 1,24-2
2.º	2.500\$00	Carlos Lopez Quesada	<i>Tapatio</i>	3 1,46
3.º	1.200\$00	Ten. S. Albuquerque	<i>Bélico</i>	4 1,30-2
4.º	900\$00	Cap. Rodrigo Silveira	<i>Imperatriz</i>	4 1,31-3
5.º	700\$00	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	4 1,33-1
6.º	600\$00	Cap. Rodrigo Silveira	<i>Vénus</i>	8 1,25-1
7.º	500\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Martingil</i>	8 1,26-2
8.º	500\$00	Com. Dominguez	<i>Cardinal's Robe</i>	8 1,30 2

## Prova «Marquês de Fayal» (D. António)

(Estafetas)

1.º	750\$00	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Panóplia</i>	0 2,15-2
		Cap. Henrique Calado	<i>Gran-Duque</i>	
2.º	500\$00	Cap. Cruz Azevedo	<i>Fagulha</i>	4 2,02-1
	500\$00	Ten. Semedo Albuquerque	<i>Marte</i>	
3.º	400\$00	Alf. Lobo da Costa	<i>Grandioso</i>	4 2,06-1
	400\$00	Cap. Cruz Azevedo	<i>Djin</i>	
4.º	400\$00	D. Caetano Lancastre	<i>Invento</i>	4 2,08-3
	400\$00	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Marte</i>	
5.º	300\$00	Ten. Semedo Albuquerque	<i>Hércules</i>	4 2,14
	300\$00	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Oxalá</i>	
6.º	200\$00	Alf. João Sequeira	<i>Martinica</i>	6 2,34-3
	200\$00	Alf. Luiz Sequeira	<i>Allermeist</i>	

# Revista da Cavalaria

## Prova «Marechal Carmona» (Potência)

Clas.	Prêmios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	1.000\$00 e Taça	Cap. Henrique Calado	<i>Caramulo</i>	0-0-0
2.º	583\$00	Cap. Duarte Silva	<i>Martinete</i>	0-0-4
	583\$00	Carlos Lopez Quesada	<i>Tapatio</i>	0-0-4
	583\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Martingil</i>	0-0-4
5.º	400\$00	Ten. Semedo Albuquerque	<i>Bélico</i>	0-0-8
6.º	400\$00	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>	0-0-D

## Concurso Hípico da Figueira da Foz

(14 a 18 de Setembro)

### Prova «Guarnição Militar da Figueira da Foz» (Omnium 1.ª Série)

1.º	900\$00 e Taça	Cap. António Damião	<i>Feltherr</i>	0 0,59
2.º	700\$00	Alf. Duarte Pinto	<i>Impávido</i>	0 1,00-2
3.º	500\$00	Ten. Martins Rodrigues	<i>Maio</i>	0 1,07-4
4.º	400\$00	Manuel Garcia	<i>Palanco</i>	4 1,00
5.º	300\$00	José Manuel Andrade	<i>Junco</i>	4 1,01-4
6.º	300\$00	Cap. Luiz Figueiredo	<i>Dare Dare</i>	4 1,02-1

### Prova «Companhia dos Carvões e Cimentos do Cabo Mondego» (Omnium 2.ª Série)

1.º	1.200\$00 e Taça	Maj. Fernando Paes	<i>Impecável</i>	0 0,53-3
2.º	900\$00	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Castiço</i>	0 0,53-4
3.º	700\$00	Alf. Lobo da Costa	<i>Grandioso</i>	0 0,58
4.º	500\$00	Ten. Jorge Matias	<i>Marrafa</i>	3 1,04-4
5.º	400\$00	Ten. S. Albuquerque	<i>Marte</i>	4 0,54-3
6.º	300\$00	Cap. Caldeira Carvalho	<i>Prusse</i>	4 1,00-3

# Revista da Cavalaria

## Prova «Direcção Geral dos Serviços Decuários» (Nacional)

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	1.200\$00 e Taça	Cap. F. Cavaleiro	<i>Invento</i>	0 0,51
2.º	700\$00	Cap. Almeida Santos	<i>Melro</i>	0 0,53-2
		Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	0 0,53-2
		Ten. Jorge Matias	<i>Marrafa</i>	0 0,53-2
5.º	400\$00	Cap. Almeida Santos	<i>Brilhante</i>	0 0,55-3
6.º	300\$00	Manuel Garcia	<i>Palanco</i>	0 0,58-1

## Prova «2.ª Região Militar»

### 1.ª Prova classificativa do Campeonato de Portugal do «Cavaleiro de Obstáculos»

1.º	1.500\$00 e Taça	Ten. S. Albuquerque	<i>Bélico</i>	4 1,11
2.º	1.000\$00	Cap. Cruz Azevedo	<i>Fagulha</i>	4 1,14-1
3.º	750\$00	Ten. S. Albuquerque	<i>Febus</i>	4 1,15-2
4.º	500\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Martingil</i>	4 <sup>3</sup> / <sub>4</sub> 1,23-3
5.º	400\$00	Cap. Rodrigo Silveira	<i>Imperatriz</i>	7 <sup>3</sup> / <sub>4</sub> 1,23-4
6.º	400\$00	Cap. Duarte Silva	<i>Martinete</i>	7 + 1 = 8 1,25

## Prova «Estaleiros Navais do Mondego» (Caça)

1.º	1.200\$00 e Taça	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Castiço</i>	0 0,59-4
2.º	900\$00	Ten. Leopoldo Severo	<i>Atlantide</i>	0 1,00-3
3.º	700\$00	Ten. Rui Abrantes	<i>Helix</i>	0 1,00-4
4.º	500\$00	Ten. Jorge Matias	<i>Marrafa</i>	1 1,04
5.º	400\$00	Cap. Luiz Figueiredo	<i>Dare Dare</i>	0 1,05
6.º	300\$00	Cap. Almeida Santos	<i>Melro</i>	1 1,06-1
7.º	300\$00	Maj. Fernando Paes	<i>Impecável</i>	1 1,06-2
8.º	200\$00	Cap. Craveiro Lopes	<i>Brilhante II</i>	0 1,07-1
9.º	200\$00	Cap. António Damião	<i>Feltherr</i>	1 1,08-2

## Prova «Discina Praia» (Amazonas e Discipulos)

1.º	O. A.	Nuno Botelho	<i>Prusse</i>	0 0,53-1
2.º	»	Marina de Beck	<i>Maió</i>	0 0,54-2
3.º	»	Anne Marie Teisseire	<i>Come e Cala</i>	0 0,59
4.º	Laço	José Carlos Carvalhosa	<i>Ariane</i>	0 1,00

# Revista da Cavalaria

## Prova «Ministério do Exército»

(Potência)

2.<sup>a</sup> Prova Clas. do C. P. C. O.

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. <sup>o</sup>	1.500\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Caramulo</i>	0 58-4 0 55-4
2. <sup>o</sup>	1.500\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Martingil</i>	0 1,04-1 0 1,02-2
3. <sup>o</sup>	1.500\$00	Cap. Cruz Azevedo	<i>Fagulha</i>	0 56-3 0 1,00-4
4. <sup>o</sup>	625\$00	Ten. S. Albuquerque	<i>Bélico</i>	0 56-2 4 1,00
5. <sup>o</sup>	625\$00	Ten. Jorge Matias	<i>Granada</i>	0 58 1 4 1,04
6. <sup>o</sup>	50\$00	Cap. Cruz Azevedo	<i>Mariagão</i>	4 0,59-3
7. <sup>o</sup>	50\$00	Cap. Rodrigo Silveira	<i>Imperatriz</i>	4 0,49-2
8. <sup>o</sup>	50\$00	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	4 0,59-3
9. <sup>o</sup>	50\$00	Cap. António Spínola	<i>Achiles</i>	4 0,57-4
10. <sup>o</sup>	50\$00	Cap. Duarte Silva	<i>Martinete</i>	4 0,56-3
11. <sup>o</sup>	50\$00	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	4 0,54
12. <sup>o</sup>	50\$00	Ten. S. Albuquerque	<i>Febus</i>	4 0,57-3
13. <sup>o</sup>	50\$00	Cap. Rodrigo Silveira	<i>Vénus</i>	4 0,48-2

## Prova «Comissão Municipal de Turismo»

1. <sup>o</sup>	2.000\$00 e Taça	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Castiço</i>	0 1,01-2
2. <sup>o</sup>	1.200\$00	Ten. Martins Rodrigues	<i>Iole</i>	0 1,04-3
3. <sup>o</sup>	800\$00	Cap. Craveiro Lopes	<i>Helsinguia</i>	0 1,05-3
		T.-Cor. C. Carpinteiro	<i>Chibuto</i>	0 1,05-3
5. <sup>o</sup>	500\$00	António Braz	<i>Marahajah</i>	0 1,07-3
6. <sup>o</sup>	400\$00	Cap. António Damião	<i>Feltherr</i>	0 1,08-3
7. <sup>o</sup>	300\$00	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>	0 1,11-3
8. <sup>o</sup>	200\$00	Ten. Antunes Palla	<i>Felix</i>	0 1,14
9. <sup>o</sup>	200\$00	Ten. Rui Abrantes	<i>Helix</i>	4 1,04

## Prova «Grande Casino Peninsular»

(Casacas Encarnadas)

1. <sup>o</sup>	Taça	Vasco L. Ramires	<i>Mimi</i>	0 0,51
2. <sup>o</sup>	»	António Braz	<i>Marahajah</i>	0 0,55
3. <sup>o</sup>	»	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>	0 0,56-2
4. <sup>o</sup>	»	Manuel Garcia	<i>Palanco</i>	3 1,04-4
5. <sup>o</sup>	»	Cap. Almeida Santos	<i>Brilhante</i>	4 0,48-3
6. <sup>o</sup>	Laço	J. Moura Neves	<i>Indigo</i>	8 0,56-2
7. <sup>o</sup>	»	A. Lopes Mateus	<i>Democrate</i>	12 1,03-2

# Revista da Cavalaria

## Prova «Câmara Municipal da Figueira da Foz»

(Tipo Grande Prémio)

3.<sup>a</sup> Prova Clas. do C. P. C. O.

Clas.	Premios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. <sup>o</sup>	2.500\$00 e Taça	Cap. Henrique Calado	<i>Caramulo</i>	0 1,04-2
2. <sup>o</sup>	2.000\$00	Cap. Cruz Azevedo	<i>Fagulha</i>	0 1,06-4
3. <sup>o</sup>	1.500\$00	Cap. António Spínola	<i>Achiles</i>	0 1,07-4
4. <sup>o</sup>	1.000\$00	Ten. S. Albuquerque	<i>Bélico</i>	4 1,03-1
5. <sup>o</sup>	750\$00	Ten. Jorge Matias	<i>Jacaré</i>	4 1,04-4
6. <sup>o</sup>	500\$00	Cap. Henrique Calado	<i>Martingil</i>	4 1,12-1
7. <sup>o</sup>	500\$00	Cap. Duarte Silva	<i>Martinete</i>	8 1,05-2
8. <sup>o</sup>	500\$00	Ten. S. Albuquerque	<i>Febus</i>	6 1,08-2

## Prova «Quinta de Foja»

(Regularidade)

1. <sup>o</sup>	900\$00 e Taça	Cap. Almeida Santos	<i>Grani</i>	34 —
2. <sup>o</sup>	700\$00	Ten. Martins Rodrigues	<i>Maio</i>	32 1,31-2
3. <sup>o</sup>	500\$00	Cap. António Damião	<i>Coquelicot</i>	32 1,32-3
4. <sup>o</sup>	300\$00	Cap. Vasco Ramires	<i>Cinderela</i>	28 1,31
5. <sup>o</sup>	300\$00	Ten. Antunes Palla	<i>Felix</i>	26 —
6. <sup>o</sup>	300\$00	Ten. Martins Rodrigues	<i>Iole</i>	15 0,47-4

## Prova «Governo Civil de Coimbra»

(Estafetas)

1. <sup>o</sup>	1.000\$00	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Castiço</i>	28 2,17-3
	1.000\$00	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	
2. <sup>o</sup>	750\$00	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Cafoné</i>	27 2,20-1
	750\$00	Ten. Jorge Matias	<i>Marrafa</i>	
3. <sup>o</sup>	500\$00	Ten. Engrácia Antunes	<i>Come e Cala</i>	27 2,28
	500\$00	Ten. Leopoldo Severo	<i>Ariane</i>	
4. <sup>o</sup>	400\$00	Cap. F. Cavaleiro	<i>Invento</i>	26 2,11-2
	400\$00	Ten. Jorge Matias	<i>Jacaré</i>	
5. <sup>o</sup>	300\$00	Alf. Lobo da Costa	<i>Grandioso</i>	26 2,31-2
	300\$00	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>	

# Revista da Cavalaria

## Prova «Taça Defesa Nacional» (Final do C. P. C. O.)

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo			
				B	A	D	C
1.º	1.875\$00	Cap. Cruz Azevedo	<i>Fagulha-B</i>	8	0	7	0-15
2.º	1.875\$00	Ten. S. Albuquerque	<i>Bélico-D</i>	7	13	0	8-28
3.º	1.875\$00	Cap. H. Calado	<i>Martingil-C</i>	8	12	4	8-32
4.º	1.875\$00	Cap. D. Silva	<i>Martinete-A</i>	8	33	8	7-56

## Concurso Hípico de Elvas

(21, 22 e 23 de Setembro)

### Prova «Governo Militar de Elvas» (Omnium)

1.º	1.000\$00	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	0	1,02
	e Taça				
2.º	800\$00	Cap. Cruz Azevedo	<i>Fagulha</i>	0	1,02-2
3.º	600\$00	Cap. Freire de Andrade	<i>Ardent</i>	0	1,04
4.º	400\$00	Vasco Luiz Ramires	<i>Janota II</i>	0	1,04-2
5.º	300\$00	Cap. Cruz Azevedo	<i>Martagão</i>	0	1,07-2
6.º	300\$00	Cap. António Spinola	<i>Achiles</i>	3	1,18
7.º	200\$00	Cap. Cruz Azevedo	<i>Faneca</i>	3	1,18-2
8.º	200\$00	Cap. Correia de Freitas	<i>Notável</i>	3	1,21-4
9.º	200\$00	Ten. Xavier de Brito	<i>Ephrayne</i>	4	0,58-1
10.º	200\$00	Ten. Rui Abrantes	<i>Helix</i>	4	1,00
		Cap. Caldeira de Carvalho	<i>Prusse</i>	4	1,00
Sup.	200\$00	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Nico</i>	8	1,02-3

### Prova «Omnium» — Jovens e Amazonas

1.º	Taça	Diogo Sobral	<i>Nico</i>	0	0,38
2.º	»	João Caldeira	<i>Fellow</i>	0	0,38-3
3.º	Laço	Joaquim Picão Fernandes	<i>Mimoso</i>	0	0,41-4
4.º	»	Fernando Caldeira	<i>Bambu</i>	0	0,42-1

# Revista da Cavalaria

## Prova «Hotel Alentejo»

Clas.	Prêmios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Taça	Fernando Couto	<i>Quinga</i>	0 0,47-1
2.º	»	Ten. Xavier de Brito	<i>Centaurus</i>	3 0,56-3
3.º	»	Vicente Caldeira	<i>Allard</i>	3 1,00

## Prova «Secretariado Nacional da Informação» (Casacas Encarnadas)

1.º	Taça	Vasco L. Ramires	<i>Mourisco</i>	0 0,39-1
2.º	»	Vasco L. Ramires	<i>Janota II</i>	0 0,40-4
3.º	»	Cap. Freire de Andrade	<i>Ardent</i>	4 0,41-2
4.º	»	M. Lima Garcia	<i>Palanco</i>	4 0,42
5.º	»	J. Sousa Pereira	<i>Felow</i>	4 0,42-3

## Prova «Caça» — Jovens e Amazonas

1.º	Taça	João Luiz Caldeira	<i>Janota II</i>	0,39-1
2.º	»	Fernando Caldeira	<i>Curveu</i>	0,40-3
3.º	»	Fernando Caldeira	<i>Peão</i>	0,43-3
4.º	Laço	Joaquim Picão Fernandes	<i>Mimoso</i>	0,44-2
5.º	»	Francisco Pereira	<i>Hélio</i>	0,44-3

## Prova «Lavoura de Elvas» (Nacional)

1.º	1.500\$00 e Taça	Ten. Rui Abrantes	<i>Marrafa</i>	0 0,57-4
2.º	900\$00	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>	0 1,09-1
3.º	700\$00	M. Lima Garcia	<i>Palanco</i>	3 1,12-3
4.º	500\$00	Vasco L. Ramires	<i>Mimi</i>	3 1,15-2
5.º	400\$00	Vasco L. Ramires	<i>Janota II</i>	4 0,59-3
6.º	300\$00	J. Sousa Pereira	<i>Felow</i>	4 1,01-3

## Prova «Coronel Mário Vitorino Mendes» (Regularidade)

1.º	800\$00 e Taça	Ten. Alvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	43 1,28-1
2.º	600\$00	Cap. Correia de Freitas	<i>Notável</i>	40 1,31-2
3.º	400\$00	J. Sousa Pereira	<i>Felow</i>	40 1,32-3
4.º	300\$00	Cap. Cruz Azevedo	<i>Djin</i>	40 —
5.º	200\$00	Ten. Xavier de Brito	<i>Ephrayne</i>	33 1,04-2

# Revista da Cavalaria

## Prova «Cidade de Elvas»

Clas.	Prémios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	700\$00 e Taça	Luiz Sobral	<i>Neptuno</i>	4 1,48-4
		Luiz Sobral	<i>Fubraio</i>	
2.º	500\$00	Ten. Virgilio Raposo	<i>Invasor</i>	4 1,52
		Ten. Virgilio Raposo	<i>Flama</i>	
3.º	300\$00	Cap. Caldeira de Carvalho	<i>Grandola</i>	12 1,47
		Cap. Caldeira de Carvalho	<i>Prusse</i>	
4.º	200\$00	Cap. Cruz Azevedo	<i>Faneca</i>	19 1,47-3
		Cap. Cruz Azevedo	<i>Martagão</i>	
5.º	100\$00	J. Sousa Pereira	<i>Mimoso</i>	20 1,39-2
		J. Sousa Pereira	<i>Marlborough</i>	

## Prova «Câmara Municipal de Elvas»

(Taça de Honra)

1.º	1.000\$00 e Taça	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	0-0-0-0-0
2.º	700\$00 e Taça	Cap. António Spínola	<i>Achiles</i>	0-0-0-0-3
3.º	500\$00 e Taça	Ten. Virgilio Raposo	<i>Flama</i>	0-0-4
4.º	400\$00	Ten. Rui Abrantes	<i>Marrafa</i>	0-0-7
5.º	200\$00	Ten. Xavier de Brito	<i>Ephrayne</i>	0-4
		Cap. Cruz Azevedo	<i>Fagulha</i>	0-4

## Prova «Comércio de Elvas»

(Caça)

1.º	800\$00 e Taça	Vasco L. Ramires	<i>Mimi</i>	1,09
2.º	600\$00	J. Sousa Pereira	<i>Marlborough</i>	1,24-2
3.º	400\$00	Vasco L. Ramires	<i>Mourisco</i>	1,27-1
4.º	300\$00	Luiz Sobral	<i>Neptuno</i>	1,28-2
5.º	200\$00	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Nico</i>	1,29-3
Sup.	200\$00	António Barrento	<i>Eclairneur</i>	1,30-2
		Ten. Martins Rodrigues	<i>Estrela Abril</i>	1,52-3

# Revista da Cavalaria

## Prova «Estafetas» — Jovens e Amazonas

Clas.	Prêmios	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Taça	Diogo Sobral	<i>Neptuno</i>	0 1,12-1
	»	Fernando Caldeira	<i>Bambu</i>	
2.º	Taça	Diogo Sobral	<i>Djin</i>	0 1,23-2
	»	Fernando Pereira	<i>Helio</i>	

## Prova «Sociedade Hipica e Lebreira de Elvas» (Grande Prémio dos Vencedores)

1.º	2.500\$00 e Taça	Cap. António Spínola	<i>Achiles</i>	4 — 0
2.º	1.000\$00	Ten. Xavier de Brito	<i>Ephrayne</i>	4 — 4
3.º	1.000\$00	J. Sousa Pereira	<i>Felow</i>	8 — 0
4.º	600\$00	Ten. Alvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	10 — 0
5.º	500\$00	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>	12 — 7



# Jornaes revistas livros

## Primeiro lançamento de oficiais e sargentos do Exército Português na Escola de Pára-quedistas de Alcantarilha em Espanha

**N**o passado dia 27 de Maio, às onze horas, na Base de Alcantarilha, onde se encontra instalada a Escola Militar de Pára-quedistas, efectuou-se o primeiro lançamento de oficiais e sargentos do Exército Português, que naquela Escola estão frequentando o Curso de Pára-quedistas Militares.

Para presenciar as provas chegaram, de Madrid, o Director Geral de Instrução do Ministério do Ar Espanhol, coronel Vives e o coronel Pombo, como também o Adido Militar à Embaixada de Portugal em Espanha, tenente-coronel do E. M. Franco. De Lisboa e em avião especial, foi um grupo de oficiais dos Ministérios da Defesa e da Aeronáutica, dirigidos pelo capitão de fragata Trindade de Sousa.

De Murcia assistiram o Governador Militar, General Don Luiz Aranaz Conrado; secretário geral do Governo Civil, Don António Albaladejo; coronel Comandante do 18.º Regimento de Artilharia, Don Luiz Beotas; tenente-coronel Director da Fábrica Militar de Pólvoras, Don Manuel Romeo Octavio e de Alcantarilha o Alcaide Presidente da Junta, Don Martinez Beltran.

Os lançamentos dos alunos portugueses foram levados a cabo com grande precisão e espectacularidade tendo-se verificado o seu elevado grau de instrução e desembaraço.

À frente destas patrulhas lançaram-se os capitães Videira e Robalo, primeiro e segundo comandantes da Unidade portuguesa em instrução. Os saltos foram dirigidos com notável precisão e habitual perícia pelo comandante Director da Escola, Don Ramon Salas Sarrazabal, o qual, juntamente com os tenentes Piñon, Rituerto e Gacias, se lançaram em conjunto com os alunos portugueses. A chegada a terra destas patrulhas efectuou-se sem novidade sendo depois todos os seus elementos muito felicitados pela perícia com que haviam levado a cabo o brilhante exercício.

Pouco depois efectuou-se um lançamento simultâneo de quatro aviões, no qual tomaram parte patrulhas das Bandeiras de Pára-quedistas dos Exércitos

# Revista da Cavalaria

de Terra e Ar Espanhóis, deslocados dos seus aquartelamentos de Alcalá de Henares para participar junto dos seus camaradas de armas portuguesas nesta emotiva jornada de irmandade militar. A patrulha da Bandeira de Terra Espanhola esteve sob o comando do seu chefe, senhor Palás e a patrulha do Ar sob o comando do comandante senhor Gomez Muñoz.

Igualmente tomaram parte nos lançamentos das patrulhas constituídas por professores e instrutores da Escola de Alcantarilha sob as ordens dos capitães Villegas e Noval. O lançamento das ditas patrulhas foi feito em «torrente», adquirindo o exercício extraordinária vistosidade. Como nos anteriores lançamentos o contacto com o solo fez-se com felicidade pela totalidade das patrulhas.

Terminados os lançamentos, na Sala de Oficiais da Escola, os oficiais portugueses ofereceram aos seus camaradas de Espanha, autoridades e convidados — entre os quais se encontrava um numeroso grupo de gentilíssimas Senhoras e Meninas — um animado beberete. O capitão Videira e o comandante Salas pronunciaram algumas palavras exaltando a grande camaradagem existente entre os Exércitos de Portugal e de Espanha, irmanados na defesa comum da Península Ibérica. No decorrer da festa foi várias vezes focada a grande cordialidade e a profunda amizade entre as duas Nações irmãs.

Do Jornal *La Verdad*  
de 28 de Maio



## POTÊNCIA E MOBILIDADE DO CARRO

Comandante de esquadrões  
PUJA

«A aptidão para executar as missões tradicionais da Arma Blindada depende, antes de tudo da escolha dos materiais».

General LEHR — «O Exército Blindado»  
*Revue des Forces Armées*, Janeiro de 1954

Afirmam alguns pensadores militares que o material blindado potente, que tão eficaz se mostrou durante os últimos conflitos, não aparecerá mais no campo de batalha.

Para o substituir citam-se mitos pomposamente técnicos: distância crítica de emprego, engenho blindado ligeiro poderosamente armado, etc... cuja invocação bastaria, parece, para provar que o carro não sobreviveria na sua forma clássica.

Sem dúvida, o aparecimento eventual de novas armas, especialmente atômicas, no campo de batalha, é susceptível de provocar transformações na concepção dos materiais blindados. Todavia, potência e mobilidade, características essenciais do carro, parecem dever assegurar a sua perenidade e encontrar o seu equilíbrio mais harmonioso no carro potente como arma da rotura.

\*

*Armamento e protecção* definiram por muito tempo os materiais blindados aos quais era atribuída a mobilidade por excesso. Distinguiam-se então carros pesados, médios e ligeiros <sup>(1)</sup> conforme a maior ou menor importância do seu armamento e da sua protecção. Há pouco, um armamento potente (*puissant*) era reconhecido como necessário, mas por ser discutível o valor da blindagem, pensou-se em diferenciar simplesmente «carros aligeirados» e «carros potentes» <sup>(2)</sup> dotados de uma mobilidade mecânica equivalente e de um armamento potente mas os primeiros ligeiramente e os segundos fortemente blindados <sup>(3)</sup>.

(1) Ver na «Vie Militaire» de 27-4-51: «O carro em 1951».

(2) cf. «Revue de Défense Nationale», de Abril de 1952: «Para o carro potente».

(3) Exemplos: carro aligeirado (*allégé*) — carro francês AMX 13 — carro potente (*puissant*) — carro francês AMX 50, carro de 50 ton.

# Revista da Cavalaria

Hoje apenas são considerados os elementos de potência e mobilidade porque a protecção até aqui simples factor, mesmo algumas vezes rejeitado, da potência, torna-se mais um elemento principal da mobilidade, devido ao aparecimento das armas atómicas.

Com efeito, vastos espaços tornam-se perigosos, pelo emprego de armas nucleares, e serão acessíveis somente aos materiais blindados os quais ai se poderão mover tanto mais tempo quanto mais blindados forem. Além do que, a dispersão, parada contra as explosões atómicas, torna necessário o reagrupamento rápido dos materiais o qual só poderá realizar-se graças à grande mobilidade destes.

*Arma da potência*, o carro nasceu para executar a rotura, rotura que ele executou em 1918 emparelhado com a artilharia, em 1940 acoplado com o avião. O carro realiza a rotura *porque é a única arma capaz de levar mais próximo do inimigo um fogo potente e preciso e dele próprio lhe explorar imediatamente os seus efeitos*. É essencialmente um meio ofensivo; seria renunciar à sua missão primária considerá-lo como um simples instrumento de defensiva anticarro. Esta missão secundária não lhe é dada senão porque o carro constitui o inimigo mais perigoso do carro.

A potência do carro resulta da combinação do armamento e da protecção.

O *armamento principal* compreende actualmente uma arma muito potente exigida pela luta anticarro e pelo tiro contra rotura. O infante vê o carro ameaçá-lo cada vez mais longe e o engenho blindado pouco protegido circula sob a ameaça constante do canhão do carro potente. Os combates de carro contra carro que se desenrolavam a 400-800 metros de distância em 1940 e à de 1.000-1.500 em 1945 podem para o futuro ter lugar a alguns quilómetros de distância. A grande velocidade inicial dos canhões actuais que excede 1.000 m/s., o peso dos projecteis que atinge 25 kg., o emprego dos telémetros, limitam as dimensões do campo de batalha só ao horizonte visível; não há, «à priori», distância além da qual o combate seja impossível. Nestes combates de carro contra carro a vitória será a do armamento potente: a 1.000 m. o projectil perfurante de 120 atravessa duas vezes mais blindagem do que um obus de 7,5 cm. lançado com a velocidade inicial de 1.000 m/s.

O próprio *armamento secundário* participa na potência do carro e a diversidade deste armamento conduzirá talvez a voltar à fórmula do carro com armamento múltiplo que muito cedo tinha sido condenada. O calibre das metralhadoras de tiro terrestre junta-se ao das armas da D. C. A. que excede já 20 mm.; os lança-fumos estendem uma cortina protectora e os morteiros fornecem uma cobertura próxima, enquanto que o lança-chamas de napalm vai, pelo fogo e pelo óxido carbono, limpar o terreno de todos os bazookas, até 150 m.

Para empregar o seu armamento ligeiro, *deve o carro ser protegido*. Se uma blindagem de quarenta milímetros protege das armas automáticas e dos projecteis explosivos de artilharia, até das bombas de aviões que caem na proximidade, resta proteger o carro dos carros adversos, dos bazookas, das minas e dos foguetes de avião.

Como o mostraram os combates de 1945 e, mais recentemente, a guerra da Coreia, as grandes distâncias a que se travam os combates de carros contra carros fazem com que, com armamento igual, o carro mais blindado ganhe o combate. Ora, uma blindagem de 300 mm., espessura de que já são dotados

# Revista da Cavalaria

os carros, pelo menos nalgumas faces, está reconhecida como necessária a 1.000 m. de um obus de 120, com a Vo de 1.000 m/s., ou a toda a distância de um 105 com carga ôca.

A blindagem, repartindo o calor libertado pelo napalm tanto melhor quanto mais espessa ela for, permite sair o carro rapidamente do jacto de fogo, parada cuja eficácia os combates na Coreia mostraram. Seria preciso, a fim de colocar a equipagem ao abrigo do óxido carbono libertado pela combustão de napalm, que o carro se torne estanque aos gases como tinha sido realizado em França antes de 1939. Contra os foguetes de avião, é preciso proteger realmente o teto dos carros, parte que as explosões atómicas aéreas ameaçam particularmente.

O engenho blindado é provávelmente a arma menos sensível às acções atómicas. Efectivamente a equipagem protegida dos efeitos térmicos pela blindagem ficará ao abrigo dos efeitos do sopro se o carro for estanque. Além disso se se admite que uns vinte milímetros de aço absorve 30% das radiações, um carro blindado com 200 mm. colocará a sua equipagem ao abrigo de 98% das radiações directas. Bastarão 100 mm. de blindagem para assegurar a mesma taxa de protecção contra a contaminação residual a seguir a uma explosão atómica no solo (1). *O carro potente será capaz de sobreviver a uma explosão atómica próxima dele e de atravessar uma zona infectada de venenos rádioactivos.*

Assim, a blindagem espessa que protege o carro potente da maior parte dos efeitos das armas atómicas convencionais, protege-o também das armas anticarro e a sua mobilidade permite-lhe desde então levar toda a potência do seu armamento entre o inimigo.

A *Mobilidade* dá à equipagem a possibilidade de fazer circular o carro em estrada e de o fazer manobrar à vontade em terreno variado. Esta mobilidade é determinada por elementos tácticos (velocidade, mudanças de direcção, aderência, transposição e obstáculos, raio de acção, qualidade da equipagem) condicionada pelas características mecânicas do carro considerado.

A protecção figura em todo o primeiro plano destas características pois que a blindagem espessa permite que o carro atravesse as zonas atomizadas e que circule com perdas reduzidas sob os tiros dos engenhos atómicos tácticos. Lá onde as outras armas forem detidas ou destruídas o carro potente continuará o combate e a *cavalaria totalmente blindada e com lagartas* permanecerá a arma da mobilidade.

Eis-nos longe do sonho da protecção oferecida pela mobilidade, porque uma viatura que se desloca no campo de batalha a algumas dezenas de km/h. não é colocada ao abrigo, pela sua velocidade, das armas potentes apontadas horizontalmente com 25°/s cujos projecteis levam 1 ou 2 segundos a atingi-la (2). Agora pelo contrário, é a blindagem que se torna um factor da mobilidade.

---

(1) No momento do rebenamento de uma bomba atómica convencional a 600 m. do solo, a intensidade das radiações no solo, a 400 m. do ponto zero seria de 5.000 r. A equipagem de um carro blindado com 30 mm. receberia 3.000 r. e a de um carro blindado com 200 mm. 100 r. Ora a dose mortal é de 400 r., mas a eficácia no combate de uma equipagem que recebe 100 r. não é reduzida.

(2) Consideremos um carro situado a 1.000 m. de um canhão sob torre blindada e tendo que percorrer sob seu fogo um espaço de 200 m. Se ele marcha a 40 km/h. será

# Revista da Cavalaria

Não há que recluir que a blindagem espessa, tornando o carro pesado, lhe prejudique a mobilidade. Por certo que, embora haja carros potentes que têm um raio de acção de 300 km. comparável ao dos carros ligeiros, a sua *mobili-  
dade estratégica* parece menor porque o seu consumo de carburante é superior.

Pelo contrário a *mobili-  
dade táctica* dos carros potentes é melhor do que a dos carros ligeiros.

A velocidade instantânea máxima influi pouco na mobilidade porque a velocidade média das colunas blindadas com lagartas excede pouco 30 km/h., velocidade nitidamente inferior à que atinge um carro isolado, potente ou ligeiro. A potência específica directamente proporcional à potência do motor e inversamente ao peso do carro, situa-se actualmente, para todas as classes de carros, em cerca de 18 cav/t. A pressão unitária, que cresce com o peso do material e diminui quando as dimensões da largata, isto é, do carro, aumentam, varia pouco com os tipos dos carros; ela não deveria exceder 800 a 900 g/cm<sup>2</sup> para que o material não se entere muito em terreno frouxo.

Mas o carro «engole» tanto melhor os obstáculos quanto maiores forem as suas dimensões, os sistemas de direcção mais maneáveis são volumosos e, por consequência, mais adaptados aos carros potentes. Finalmente, o conforto da equipagem, factor importante da mobilidade, é superior num carro potente.

Assim, a mobilidade do carro, praticamente independente do seu peso, será, em caso de operações atómicas, determinada principalmente pela sua protecção.

*Arma de potência* graças ao seu armamento que se opõe a todas as armas inimigas e à sua protecção, que assegura a sua penetração no seio do dispositivo inimigo, o carro vê, no momento em que alguns julgam que a arma nuclear é a prova do regresso às guerras de posição, a mobilidade continuar a ser a sua qualidade primária graças à blindagem.

O carro não é somente um engenho defensivo ou um meio de exploração, é *uma arma de rotura*. A mobilidade pode bastar para explorar, a potência é necessária para romper. Potência e mobilidade são as duas qualidades que, harmoniosamente equilibradas no carro potente, asseguram a perenidade do carro sob todas as suas formas. O carro potente, em especial, será a ossatura das Grandes Unidades blindadas capazes ainda amanhã de criar «a surpresa» no campo de batalha, se elas forem potentes e móveis, isto é, se elas comportarem poucas viaturas mas uma grande proporção de carros, e de *carros potentes*.

Da «Revue Militaire d'Informations»  
Outubro de 1954

B. V.

---

visto durante 18 segundos, e se marcha a 20 km/h. será visto durante 36 segundos. Ora, uma torre blindada de canhão potente de  $V_0 = 1.000$  m/segundos, rodando á razão de 360° em 15 segundos levará 1/2 segundo a rodar do ângulo necessário e o projectil levará cerca de 1 segundo para chegar ao alvo. A 40 km/h. em terreno variado, a equipagem não veria certamente donde provinham os tiros.

**Bertrand & Irmãos, L.<sup>da</sup>**

---

---

*TRABALHOS  
TIPOGRÁFICOS  
SIMPLES,  
E DE LUXO,  
REPRODUÇÕES  
EM FOTOGRAVURA,  
OFFSET  
E LITOGRAFIA*



**Travessa da Condessa do Rio, 27**

Telefones P. B. X. { 21227  
21368

**LISBOA**



# Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

TRABALHOS TIPOGRÁFICOS EM TODOS OS GÉNEROS



## MANUAL DE EQUITACÃO

I Parte — EQUITACÃO ELEMENTAR

Ilustrado com 61 gravuras

**Preço Esc. 25\$00**



DIRECTIVAS PARA A INSTRUÇÃO DE GINÁSTICA  
A MINISTRAR DURANTE A ESCOLA DE RECRUTAS

**Preço Esc. 5\$00**



CALÇADA DOS CAETANOS, 18

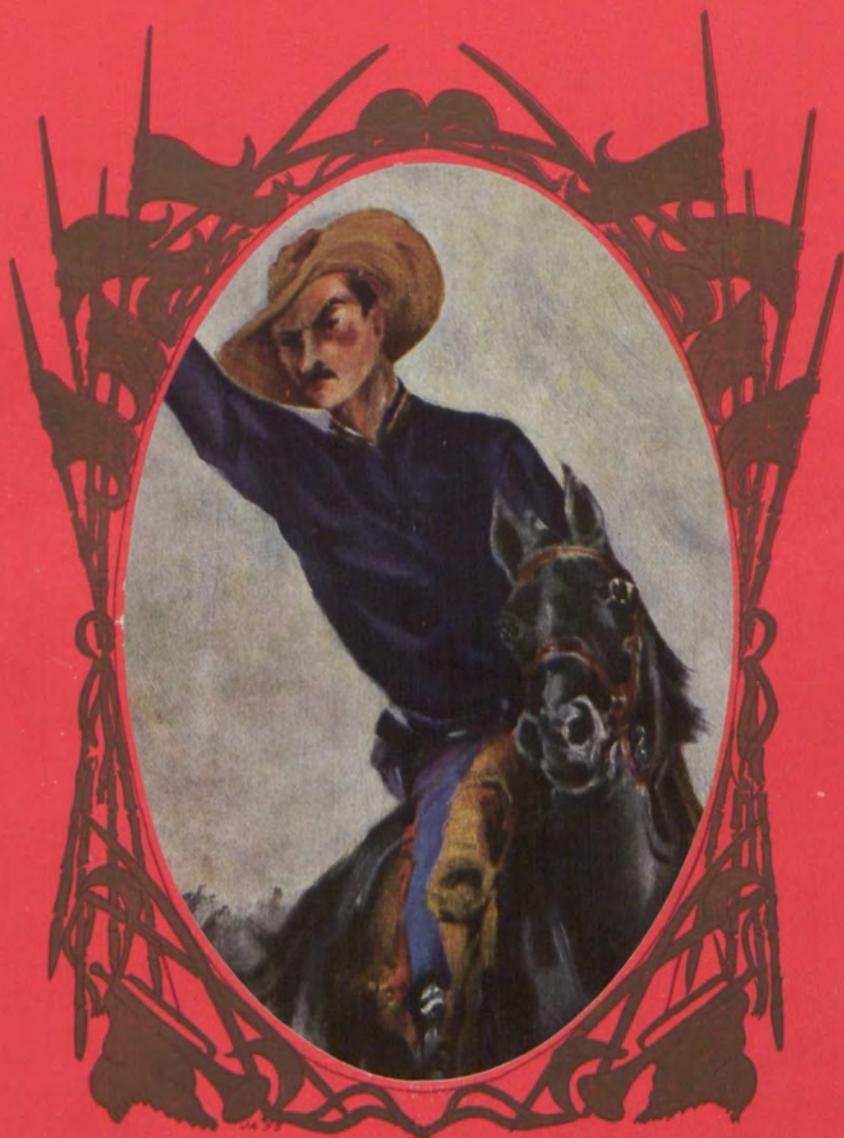
Telefone 2 1450

**LISBOA**

BIBLIOTECA DO EXERCÍTO  
(Antiga Biblioteca de E. M. F.)

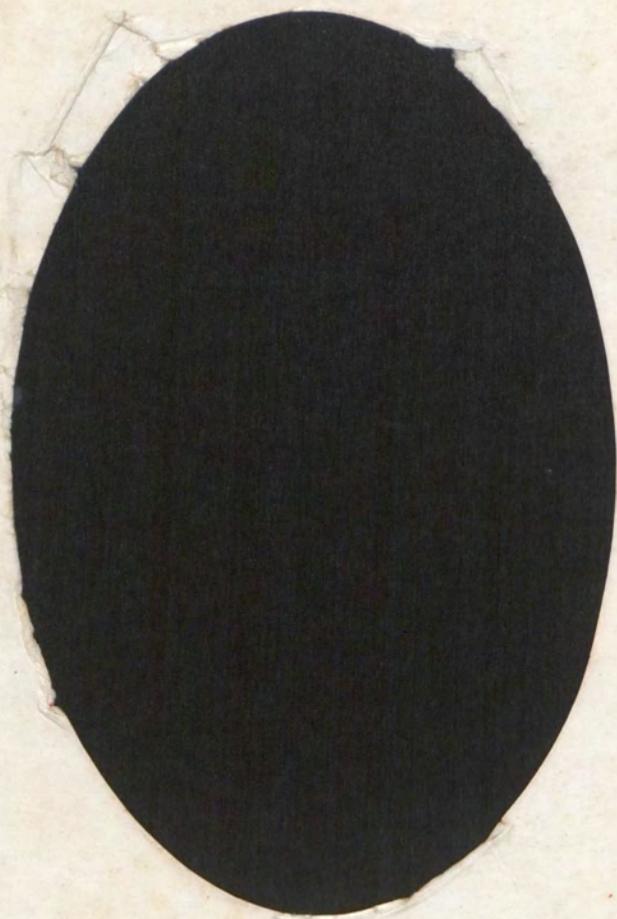
1204

# CENTENÁRIO DE

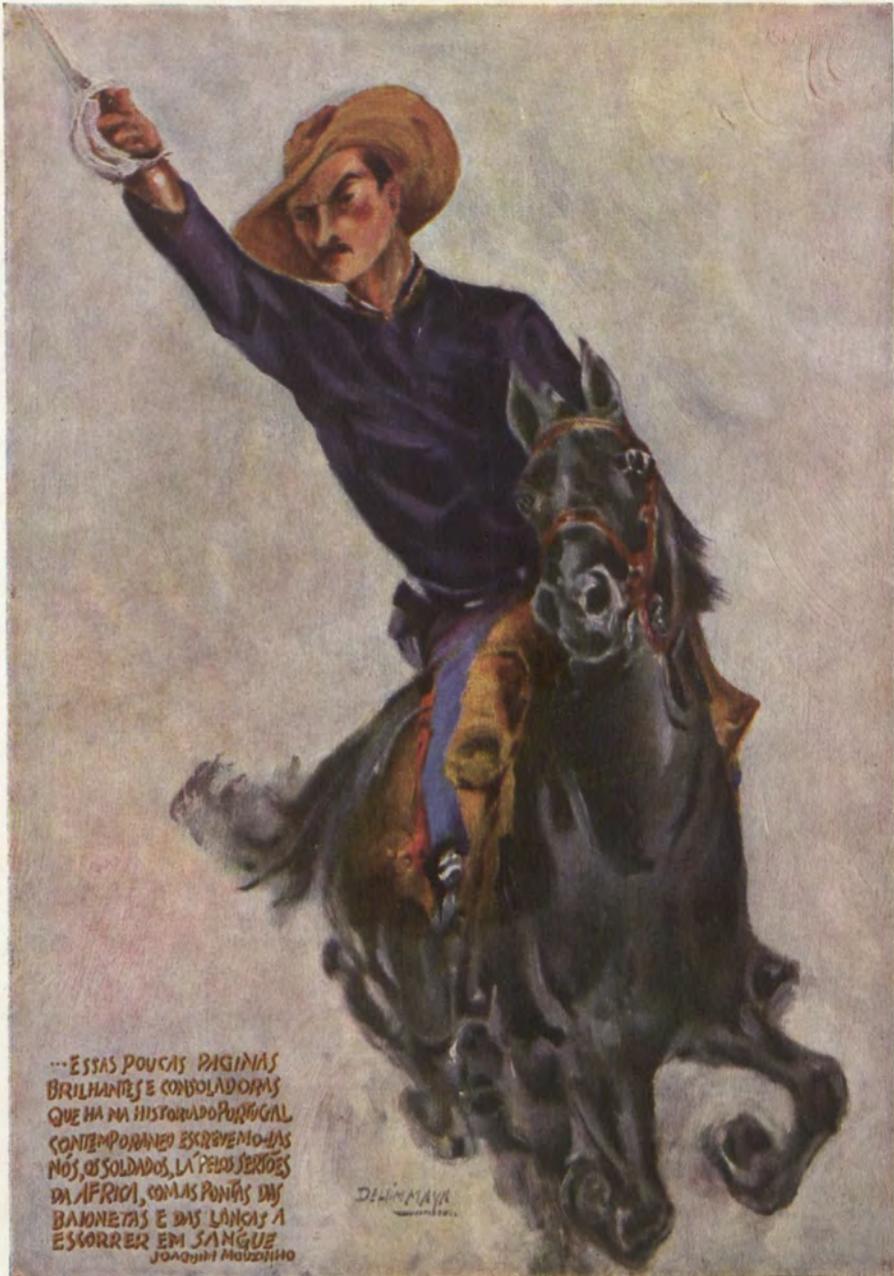


# MOUSINHO D'ALBUQUERQUE

1855-1955



# Revista da Cavalaria

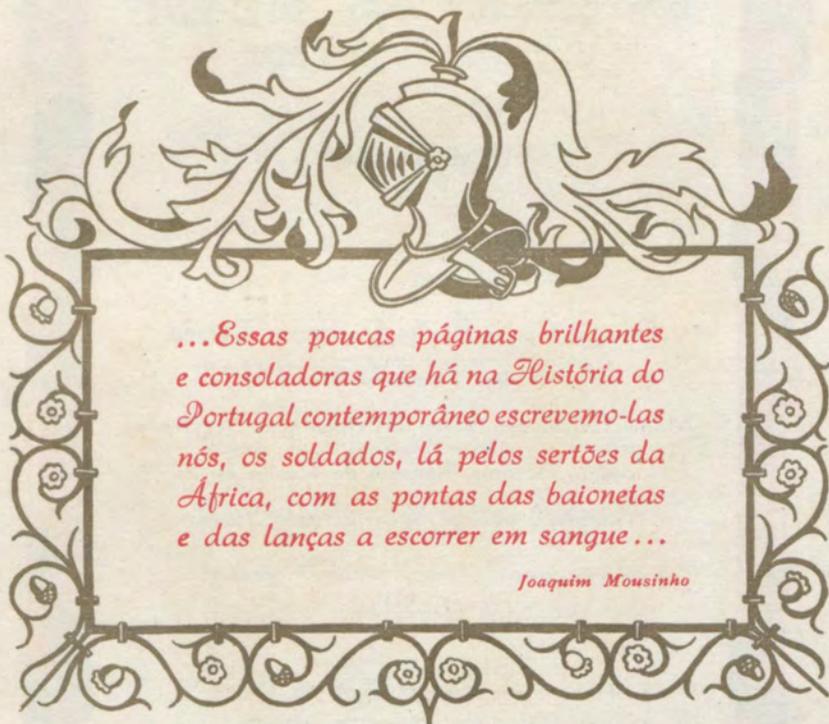


Regimento de Comandos  
BIBLIOTECA

outubro-dezembro

1955





*...Essas poucas páginas brilhantes e consoladoras que há na História do Portugal contemporâneo escrevemo-las nós, os soldados, lá pelos sertões da África, com as pontas das baionetas e das lanças a escorrer em sangue...*

*Joaquim Mousinho*





# Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

## FUNDADORES

1904

General Carlos Bazílio Damasceno Rosado

Major Fernando Maya

Major Cristóvam Ayres de Magalhães Sepúlveda

Capitão António Augusto da Rocha de Sá

Tenente Leopoldo Augusto Pinto Soares

1939

Capitão João Gamarro Correia Barrento

Capitão Amadeu Santo André Pereira

Tenente Augusto Casimiro Ferreira Gomes

Tenente António S. Ribeiro de Spínola

Alferes Luís Manuel Tavares



# Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

## DIRECTOR

General Abílio Pais de Ramos  
Director da Arma de Cavalaria

## DIRECÇÃO EXECUTIVA

Major José João Henriques de Avellar

Capitão António S. Ribeiro de Spínola

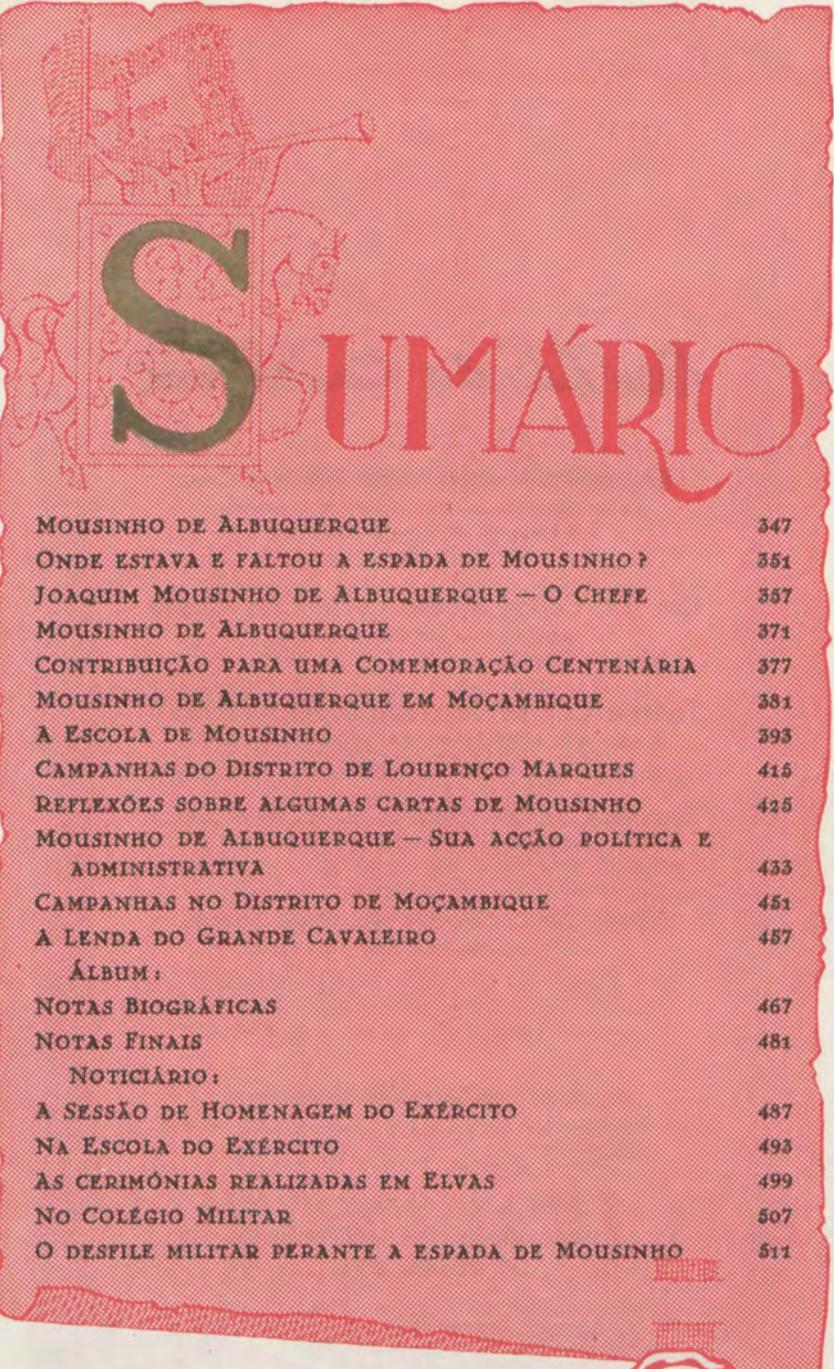
Tenente António Gentil Soares Branco

## SECRETÁRIO

Capitão Manuel de Sousa Vitoriano

## SEDE

DIRECÇÃO DA ARMA DE CAVALARIA



# SUMÁRIO

MOUSINHO DE ALBUQUERQUE	347
ONDE ESTAVA E FALTOU A ESPADA DE MOUSINHO ?	351
JOAQUIM MOUSINHO DE ALBUQUERQUE — O CHEFE	357
MOUSINHO DE ALBUQUERQUE	371
CONTRIBUIÇÃO PARA UMA COMEMORAÇÃO CENTENÁRIA	377
MOUSINHO DE ALBUQUERQUE EM MOÇAMBIQUE	381
A ESCOLA DE MOUSINHO	393
CAMPANHAS DO DISTRITO DE LOURENÇO MARQUES	415
REFLEXÕES SOBRE ALGUMAS CARTAS DE MOUSINHO	425
MOUSINHO DE ALBUQUERQUE — SUA ACÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA	433
CAMPANHAS NO DISTRITO DE MOÇAMBIQUE	451
A LENDA DO GRANDE CAVALEIRO	457
ÁLBUM :	
NOTAS BIOGRÁFICAS	467
NOTAS FINAIS	481
NOTICIÁRIO :	
A SESSÃO DE HOMENAGEM DO EXÉRCITO	487
NA ESCOLA DO EXÉRCITO	493
AS CERIMÓNIAS REALIZADAS EM ELVAS	499
NO COLÉGIO MILITAR	507
O DESFILE MILITAR PERANTE A ESPADA DE MOUSINHO	511



# Revista da Cavalaria

16.º ano - n.º 5-6

Outubro - Dezembro



*m Outubro de 1855 nasceu na Vila da Batalha, Joaquim Mousinho de Albuquerque, que por suas obras e seus feitos bem mereceu da Pátria e do seu Rei.*

*Pela nobreza do coração e pelo valor das acções cometidas, é um alto exemplo de Cavaleiro de eleição e a sua figura agiganta-se entre aqueles que souberam amar e cujos braços fortes ajudaram a continuar Portugal.*

*No centenário do nascimento, com este número especial da sua Revista, a Cavalaria Portuguesa presta uma bem modesta homenagem a Alguém que tanto a soube honrar e enaltecer.*



**JOAQUIM MOUSINHO DE ALBUQUERQUE**

10-XII-1855 ♦ 8-I-1902

*Oficial da Real Ordem Militar de S. Bento de Aviz*

*Medalha de Ouro da Classe de Valor Militar*

*Medalha de Prata «Rainha D. Amélia»*

*Medalha de Ouro «Rainha D. Amélia»*

*Medalha de Ouro da Classe de Serviços Distintos no Ultramar*  
*«Feito heróico de Chaimite, prisão do Gungunhana»*

*Comendador da Antiga e Muito Nobre Ordem da Torre e Espada,*  
*de Valor, Lealdade e Mérito*

*Grande Oficial da Antiga e Muito Nobre Ordem da Torre e Espada,*  
*de Valor, Lealdade e Mérito*

*Medalha de Ouro da Classe de Valor Militar*

*Medalha de Ouro da Classe de Serviços Distintos no Ultramar*  
*«Operações de guerra do Distrito de Gaza, 1897»*

*Comendador da Real Ordem Militar de S. Bento de Aviz*

*2.ª Classe da Ordem da Águia Vermelha da Prússia, com Espadas*

*Comendador da Ordem de S. Miguel e S. Jorge, de Inglaterra*

*Oficial da Legião de Honra, de França*

*Comendador da Ordem de S. Maurício e S. Lázaro, de Itália*

*Comendador da Ordem de Leopoldo I, da Bélgica*

*Comendador da Ordem de Carlos III, de Espanha*



*Retrato a óleo existente no  
Município de Lourenço Marques  
Obra de José Malhoa*





## Mousinho de Albuquerque



sr. general Abílio Pais de Ramos, director da Arma de Cavalaria, em cuja pessoa illustre saúdo as tradições heróicas da Cavalaria portuguesa, teve a bondade de manifestar-me o desejo de que eu escrevesse, na *Revista* que dirige, algumas palavras sobre Mousinho de Albuquerque, glória da Nação e da sua Arma.

Nenhum título, além da benevolência de Sua Ex.<sup>a</sup>, justificava tão amável convite. Faltou-me, porém, a coragem para o declinar, em tão primorosos termos ele foi feito. Eu já tinha, aliás, escrito acerca de Mousinho duas vezes. A primeira em 1902, logo em seguida à sua morte; a segunda em 1914, no meu livro *Pátria Portuguesa*, onde lhe consagrei um capítulo que ainda hoje não leio sem comoção. O último destes escritos é muito conhecido. Tão conhecido, que alguns vestígios dele se notam em obras ulteriormente publicadas. Quanto ao primeiro, pouca gente sabe que é meu. Apareceu em editorial no n.º 105 da *Paródia*, de 15 de Janeiro de 1902, sob o título *A Sombra* e com o pseudónimo de Tirso, que eu, jovem médico havia um ano saído da Escola, então usava na minha honrosa e audaciosa colaboração com o grande Rafael Bordalo Pinheiro. Nada posso acrescentar — porque nada mais sei — ao que nesses dois trabalhos disse de Mousinho. Recor-

## Revista da Cavalaria

dar, porém, o estado de espírito colectivo que produziu *A Sombra* é, ainda, ocupar-me dele.

Eu não conheci pessoalmente Mousinho de Albuquerque. Nunca lhe falei. Admirei-o como toda a gente; mais, talvez, do que toda a gente, pelo muito que me contava dele meu tio, o general Pereira d'Eça, seu companheiro de armas em África e seu amigo. Vi-o algumas vezes na rua, e — pelo menos uma delas — tive ensejo, não só de o observar demoradamente, mas de colher as impressões que essa grande figura militar e mundana deixava nas pessoas que passavam. Foi — lembro-me bem — dois ou três meses antes de ele morrer. Descia eu, com um amigo, a Avenida da Liberdade, numa daquelas tardes de Outono em que uma ligeira névoa, de um vago tom de lilás, tocada dos últimos raios do sol, parecia coalhada e adormecida sob o arvoredado, quando, um pouco abaixo da Rua das Pretas, o amigo que me acompanhava — o malgrado e talentoso Manoel Penteadado — chamou a minha atenção para um oficial alto, esbelto, trigueiro, anguloso, desdenhoso, de monóculo, a espada no gancho, o képi para a nuca, que se encontrava parado quase à beira de uma das placas centrais, com o ar de quem esperava alguém:

— Está ali o Mousinho.

Olhámo-lo discretamente e passámos. Por quem esperaria ele? Por um amigo, por um carro, por uma mulher? Manoel Penteadado, espírito cintilante e irrequieto, quis voltar para trás. O algarvio curioso que ele era — muito mais do que eu, que também sou algarvio — viu logo um romance na coisa mais natural do mundo. Retrocedemos e sentámo-nos num banco. Pude então observar Mousinho, a sua fisionomia fechada e dura, a cicatriz do lábio, o traço mongol dos malares, a elegância natural, a figura bem lançada, a calça de equitador justa à perna, o tipo de marialva que caracterizava então um certo grupo de oficiais portugueses de cavalaria. Corresponhia aos cumprimentos em gestos sacudidos, com ar distraído e displicente. Quase toda a gente que passava se voltava para o ver. Era o tributo silencioso que o «homem da rua» pagava à glória. Esse tributo, porém, sendo sempre de admiração, raras vezes — a não ser nas mulheres — me pareceu de simpatia. Mousinho não realizou o tipo comunicativo e brilhante do herói popular; era frio, retraído, concentrado, orgulhoso; não atraía, — repelia quem não conhecesse (e poucos conheceram) a delicadeza e o encanto do seu trato íntimo. Passaram-se alguns minutos. Entretive-me a conversar com o meu amigo. Quando voltei a olhar Mousinho, já o não vi.

## Revista da Cavalaria

A minha observação, apesar de rápida, esclareceu-me sobre algumas coisas que eu não tinha ainda compreendido bem. Tecia-se por esse tempo em volta de Mousinho uma vasta intriga política cujo principal foco parecia encontrar-se no Paço e que procurava eliminá-lo, atingindo-o no seu prestígio para que a eliminação pudesse realizar-se sem consequências perigosas. Mousinho de Albuquerque era grande de mais para caber na sociedade portuguesa de então, que não sabia o que havia de fazer dele. Tinham pretendido domesticar o leão da floresta africana fazendo-o criado de príncipes. Mas o seu orgulho reagia; a sua personalidade forte não se adaptava; e embora a lealdade desse «*chevalier sans peur et sans reproche*» estivesse acima de todas as dúvidas, temiam-no. Era a *Sombra*. E essa sombra incómoda pesava sobre os políticos, sobre a corte, sobre o Rei, aliás, no fundo, seu amigo. Felizmente para os grupos sociais em que se enquadrava e onde ele já se sentia um corpo estranho, Mousinho não era simpático e, sobretudo, não era ambicioso. Se o fosse, outro teria sido o desfecho do drama. Mas ao carácter desse homem de bem, claro e rijo como um diamante, repugnava a ideia sequer de uma traição. Não tirou a espada da bainha. Preferiu sacrificar-se — e, estoicamente, meteu uma bala na cabeça. Nessa noite, em S. Carlos, sentiu-se um ambiente de alívio e quase de satisfação. A *Sombra* tinha desaparecido.

Eis o que então se murmurou. Eis o que eu desassombradamente disse, há cinquenta e três anos, no meu editorial da *Paródia*, mal escrito — ai de mim! — mas bem pensado e vibrante de sentimento, porque o tracei ao sair do Hospital da Estrela onde, já quase médico militar, passara alguns momentos junto do cadáver de Mousinho. Quanto aos aspectos humanos do drama, creio que, depois deste artigo e das páginas da *Pátria Portuguesa*, pouco se terá acrescentado, quer no livro, quer na Imprensa, ao que escrevi então. Eu próprio nada tenho de novo a dizer. Permitir-me-ei apenas, a respeito deste último trabalho — *pœnitet me!* — uma confissão. Como se sabe, a *Pátria Portuguesa* não é rigorosamente uma obra de história; é simples literatura; ou, quando muito, na expressão do meu saudoso amigo Antero de Figueiredo, «história posta em arte». Como tal, assistia ao autor a liberdade de associar aos factos que narrava quaisquer pormenores de composição literária susceptíveis de os esclarecer, de os completar ou de os resumir numa expressão simbólica. Várias vezes o fiz. No capítulo consagrado a Mousinho, porém, tudo é verdadeiro, até as informações aparentemente mais insignificantes, com excepção apenas de um pormenor que parece ter particularmente impressionado as sucessivas gera-

## Revista da Cavalaria

ções que nos últimos quarenta anos leram a obra. Mousinho, no dia em que se matou, esteve — antes do almoço no Palácio das Necessidades — primeiro no *Turf*, onde escreveu uma carta; depois num armeiro da Baixa, onde comprou carregadores para o seu revólver *bull dog*; e, por último, na Livraria Ferin. Para quê, na Livraria? Para comprar um livro? Verosimilmente, não. Um livro não é objecto de primeira necessidade para um suicida. Mas a minha imaginação trabalhou livremente, e, ao descrever a morte do herói — o tiro que se ouve, os cavalos que param, o povo que acorre, o corpo de Mousinho resvalando inanimado sobre as almofadas do *coupé*, com um fio de sangue a escorrer-lhe da têmpora direita — lá estava o livro caído aos pés do cadáver, «brochura amarela em cuja capa se liam estas palavras: *Cruel Enigma*». O título do romance célebre de Bourget dera-me, de uma forma sintética, a impressão do mistério que ficou pairando sobre o acto desesperado de Mousinho de Albuquerque. O efeito literário era transparente. Mas a candura de alguns historiadores tomou-o a sério — e, daí por diante, o *Cruel Enigma* aparece quase sempre nas obras que se publicaram acerca deste extraordinário chefe militar. Haverá alguma vantagem em restabelecer a verdade? Nenhuma. Passou tanto tempo, que eu próprio já me convenci de que o livro lá estava. Assim se escreve a história.

Doutor JÚLIO DANTAS





## Onde estava e faltou a espada de Mousinho?



e notável ascendência nas armas e nas letras, Joaquim Mousinho de Albuquerque, soube honrar, como poucos, as gloriosas tradições familiares não se apagando com o tempo o brilho dos seus incomparáveis feitos militares e desassombrada acção governativa que o impuseram ao país, a que tanto queria, como um dos maiores portugueses da história contemporânea.

Quem estudar a infelizmente curta vida de Mousinho terá dificuldade em pronunciar-se sobre qual teria sido a faceta mais brilhante do seu espírito. Estudioso, trabalhador infatigável e inteligente, orgulhoso, modesto, escritor de sentimento e crítico de talento, soldado de incomparável mas reflectida bravura, chefe exemplar e austero, dotado de excepcionais qualidades de comando, homem de forte personalidade e de carácter impoluto, era dotado de uma lealdade a toda a prova e de tão elevado espírito de civismo que nele se amorteceram todas as vilanias da política de que foi vítima.

## Revista da Cavalaria

Soldado, primeiro que tudo era amante da verdade e a verdade quis servir, tanto nos ardores das refregas como nas canseiras da administração, com o incomparável espírito de devoção inerente às grandezas e servidões das virtudes militares que no mais elevado grau possuía.

Esposo amante e carinhoso sacrificou sempre o remanso do lar à paixão superior de bem servir o seu Rei e o seu País honrando o Exército e a Administração da melhor forma que podia e que tão profícua foi.

Revelou sempre aversão pela política no que esta tem de artificial e de inferior e mesquinho, enredo e perfídia.

Partidário acérrimo da descentralização governativa ultramarina Mousinho entendia que os domínios ultramarinos se deviam administrar por si dando-se aos governadores a maior autoridade e responsabilidade. O que queria para ele distribuía-o pelos governos subordinados a quem sempre concedeu a maior autoridade e responsabilidade. Todo o segredo da fórmula consistia, dizia-o, em escolher as pessoas mais indicadas para o exercício das funções superiores da administração.

E assim procedeu promovendo que fosse investida nos mais altos cargos administrativos moçambicanos uma plêiade de homens de reconhecido valor e dos mais experientes e conhecedores da vida colonial daquele tempo como não tornou a haver: Azevedo Coutinho, Governador do distrito da Zambézia, Gomes da Costa do de Gaza, Mascarenhas Gaivão do de Lourenço Marques, Soveral Martins do de Inhambane, Baptista Coelho do de Moçambique, Aires de Ornelas e Andrade Velez, chefe e subchefe do Estado-Maior, Jorge Alves Dias, Comandante dos portos de Moçambique, Conde da Ponte e Vieira da Rocha, ajudantes de campo, etc., os quais com Mousinho se solidarizaram quando este pediu a exoneração de Comissário Régio de Moçambique que todos tanto tinham bem servido, consolidado e prestigiado!

Mousinho começou a sua carreira colonial servindo na Índia. O governo de Serpa Pimentel, constituído depois do Ultimatum, nomeou-o Governador de Lourenço Marques no momento mais incerto e angustioso da vida de Moçambique. O primeiro episódio da sua carreira administrativa foi a expedição do Batalhão de voluntários a Macequece comandado pelo intrépido Major Caldas Xavier, que Mousinho havia conhecido na Índia, para vingar a afronta de que o distinto colonialista Paiva de Andrade e outros tinham sido vítimas quando aprisionados pela British South Africa Company. Por desinteligências com o Governo Geral de Moçambique, Mousinho regressou à Metrópole para de novo, volvidos três anos, regressar a Moçambique na expedição para ali enviada depois de António Enes ser nomeado Comissário Régio, quando

## Revista da Cavalaria

a situação de Moçambique era muito grave devido, em particular, às revoltas latentes e cada vez mais agressivas.

Mousinho comandou então um esquadrão de Cavalaria a quatro pelotões. Prestigiando, como nenhum outro, na guerra de África a linhagem da Arma, a que tanto queria, ele procurou reservar sempre para o momento oportuno e no local apropriado a intervenção da Cavalaria na acção decisiva.

E explicava que, se, mesmo como Governador e Comandante de Coluna, reservava para si o Comando da Cavalaria na fase mais aguda da batalha era porque sendo esta a acção decisiva lhe devia pertencer a responsabilidade dela e que, ao proceder assim, nunca fora movido por intencional espírito de exibicionismo temerário.

Mousinho era audacioso mas de uma audácia reflectida e metódica e pecará por injustiça quem lhe negar tais atributos. Foi, quanto a nós, devido a tais predicados — audácia e método — que todas as brilhantes campanhas feitas por Mousinho em Moçambique se podem considerar como modelares sob o ponto de vista da excelente concepção estratégica e oportuna e bem delineada intervenção táctica.

A partir da incorporação da Cavalaria de Mousinho na Coluna Norte do Comando do Coronel Galhardo, na campanha de 1895 para a submissão do distrito de Gaza e do potentoso régulo Gungunhana, tudo foi acção vigorosa posta ao serviço de uma linha firme de preconcebida e inigualável coerência militar e política que revelou Mousinho como chefe de incomparável capacidade e administrador de surpreendente visão.

A campanha de 1895 terminou com a vitória de Coolela. A derrota do império vátua teria, de certo, sido completa se pudesse ter havido a exploração da vitória que a forçada impotência derivada dos diminutos efectivos da cavalaria de Mousinho então não permitiu. Com que pesar o teria reconhecido! O plano da campanha fora delineado por Mousinho; era muito semelhante ao que Caldas Xavier concebera e fora aceite por António Enes.

Convidado depois para Governador do distrito de Gaza, Mousinho aceitou esta ingrata missão, de preferência a outras mais apetecíveis que lhe foram oferecidas, por amor da Cavalaria!

Naquele território, afirmou-o, «tinha fundadas esperanças de poder demonstrar praticamente que a Cavalaria, mais do que nenhuma outra Arma, podia e devia prestar grandes serviços em África» o que, por motivos alheios à sua vontade, não pudera fazer na campanha de 1895.

## Revista da Cavalaria

E se bem o pensou melhor o fez o futuro herói de Chaimite. A prisão do Gungunhana consistiu num inolvidável e glorioso «raid» de Cavalaria. Depois seguiu-se a pacificação de Maputo tendo Mousinho percorrido intemeratamente todo o Sul da Colónia numa acção metódica e rápida em que a sua diminuta e amada Cavalaria desempenhou papel de excepcional relevo.

Depois da saída do Comissário Régio António Enes, Mousinho assumiu o Governo Geral de Moçambique e logo revelou a justificada e imperiosa ambição de «tornar efectiva a posse do domínio português em todo o território que de direito a Portugal pertencia».

Neste pensamento resolveu Mousinho começar a ocupação pelo Norte — o distrito de Moçambique — naquele tempo directamente subordinado ao Governador Geral. Desenvolveu neste sentido uma notável acção militar e política em defesa da soberania portuguesa que pode, sem favor, considerar-se como fase do alicerçamento da nossa continuidade na África Oriental.

As campanhas dos Namarras e do Marave, com a famosa retirada de Mujenga, os combates de Naguema, Mucuto-Muno, etc., são vivos exemplos desta orientação prosseguida mais decisivamente ainda depois da nomeação de Mousinho para Comissário Régio em Novembro de 1896.

A revolta do Maguiguana, considerado o melhor chefe de guerra do deposto Gungunhana, que Gomes da Costa difficilmente conseguira derrotar, vitória que, por exiguidade de meios não pudera explorar, deu nova oportunidade a Mousinho para pessoalmente dirigir uma decisiva acção destinada a dominar definitivamente o distrito de Gaza com o emprego das forças libertadas da Campanha dos Namarras. Foi no segundo e glorioso combate de Macontene em que Mousinho derrotou o Maguiguana que a Cavalaria teve em África uma das suas mais brilhantes acções, quer na carga comandada por Mousinho que decidiu a sorte do combate, quer na perseguição que se seguiu das Mangas inimigas. Com a prisão do Maguiguana terminou a Campanha de Gaza que, no conceito unânime dos críticos militares, revelou Mousinho como brilhante chefe militar dotado de todas as qualidades que verdadeiramente distinguem o bom general — concepção estratégica perfeita, apreciável espírito de organização, grande poder de decisão, quer na preparação da acção quer na direcção do combate quer, ainda, na perseguição em qualquer das modalidades de emprego peculiares à guerra de África.

## Revista da Cavalaria

Ao serviço de tudo isto punha Mousinho o carácter denunciador da sua forte personalidade, do enorme sentimento da responsabilidade, do inveterado gosto de bem servir o país com sacrifício da própria vida — que a morte não temia.

Vindo à Metrópole, foi, como poucos, homenageado e laureado pelo Rei, Governo, Câmaras e Povo. Dos soberanos estrangeiros recebeu as maiores dádivas honoríficas que era desuso conferir a estranhos.

Apesar de tudo, dois meses ainda não decorridos após o seu regresso a Moçambique, eram-lhe cerceados, por decreto, os poderes que Mousinho considerava como imprescindíveis à continuidade de acção do seu governo e que levou o grande Capitão e insubstituível governador a demitir-se. A política — artificiosa e pérfida — mais uma vez obtivera uma vitória passageira sobre um Homem que só por devoção servia o seu país e que, por isso mesmo, talvez, não convinha à camaradagem dos que só o faziam por conveniência numa época de corrupção político-administrativa.

Foram baldados os seus apelos «Aqui d'el-Rei» dirigidos ao Soberano a quem tanto queria, advertindo-o dos perigos que a Nação corria. Leal, com grande espírito de civismo, sofreu calúnias e agravos sem pretender desembainhar a espada que o encheria de glória e prestígio o que poderia ter evitado os lances dramáticos por que a Nação depois passou na última década da Monarquia agonizante.

D. Carlos nomeou-o seu ajudante de Campo e oficial-mor da Casa Real e fê-lo ainda Aio do Príncipe Real pedindo-lhe que o moldasse à sua imagem — educando-o nas virtudes de um grande soldado que um dia teria de ser Rei. A Missão era honrosa e a intensão lisongeira e significativa mas Mousinho sofria, em silêncio, ao ver empalidecer o seu real valor em flagrante contraste com o de tantos homens públicos medíocres que com enorme facilidade medravam na vida política sem imposição de servidões ou exigências de responsabilidades. E, assim, foi Mousinho estiolando na vida palaciana até que certamente desesperou ao não conseguir ver, ao menos, realizadas as suas últimas aspirações: partir, como observador, para os campos de batalha da China e da guerra anglo-boer, no Sul da África.

A sua última carta ao Príncipe Real D. Luís Filipe constitui um monumento de previsão e de advertência para quem tivesse de governar o país de futuro ou no clima da política de então.

Não foi ouvido. E num coupé da praça — Mousinho, o Grande inconformista das ilusões perdidas, o herói de Chaimite, o vencedor ou organizador, entre outras, das vitórias da Mujenga, Naguêma, Ibrahim,

## Revista da Cavalaria

Mucuto-Muno, Macontene, Mapulanguene, Calaputi, campanhas de 97 e 98 na Zambézia, etc. — pôs termo à existência, dando, naquele trágico dia, episòdicamente razão aos maus políticos que o apodavam de tresloucado.

E quando o Rei, tardiamente, quis reagir contra a anarquia política que corroía o país, balas assassinas prostraram-no e ao Príncipe Real. Poucos anos depois a Monarquia ruía.

Onde estava e faltou a espada de Mousinho?

General JÚLIO BOTELHO MONIZ





JOAQUIM MOUZINHO DE ALBUQUERQUE

## O Chefe



Joachim Mouzinho de Albuquerque — *Mouzinho* — é o «herói nacional» que, «pelas suas obras valorosas» Portugal de há 60 anos elegeu e o de agora consagra, cem anos passados sobre seu nascimento nesta velha terra portuguesa! E assim, para a Nação, n'Ele «poder não teve a morte»!

Prestar homenagem, recordar o *Herói* e as suas «obras valorosas» é acto de consagração e dever de gratidão, premente para aqueles que nasceram neste País que Ele tanto amou e cujo nome tanto prestigiou em difícil e amargurado momento da nossa história, com a projecção que previu e de que tantos não suspeitavam nem cuidavam.

Analisar o *Chefe* e o seu carácter, pela sua obra, será acto de devoção e de educação para com a mocidade de hoje que serão homens de amanhã.

Será história, não de saudosismo e de melancolia, mas sim de heroísmo e de incentivo. Será acto útil e oportuno nos conturbados e demolidores tempos por que passa a velha, mas brilhante e prestante civilização de que os portugueses foram obreiros, dos melhores.

## Revista da Cavalaria

«Por que estamos na Índia?», perguntava-se há pouco a um humilde soldado de agora — «Por causa da História, senhor!».

Celebremos Mouzinho! Aprendamos com Mouzinho!

\*

Foi por certo a intenção e a ideia daqueles que, de alto lugar e em boa hora, orientaram e animaram no ano de 1955 o centenário de Mouzinho. E assim foram na verdade as felizes realizações da ilustre Comissão Executiva das Comemorações a que tão emotivamente assistimos.

Na Avenida da Liberdade, frente ao Monumento aos Mortos da Guerra, em 27 de Novembro, que arrepio de patriotismo nos ergueu, de coração ao alto, no momento em que a nossa velha «Marcha de guerra» — Ele adorava-a — e que a charanga desse Regimento de Cavalaria — da pura Cavalaria que ele tanto enalteceu — trouxe perante nós a Espada de combate do Herói! Como nos sentimos então bem portugueses quando os atabales dessa charanga bateram para que vibrassem os primeiros acordes da «Marcha de continência» perante o Símbolo do Chefe que foi o grande Mouzinho! Grandioso momento! Relembramos:

«De pé nos estribos» a espada em direcção ao mato, as balas sibilando-lhe em redor, à frente de um punhado de homens .....» (António Bandeira, 1898).

\*

A *Revista da Cavalaria*, órgão da Arma que a Mouzinho tanto deve, celebra nas suas páginas o herói como é mister fazê-lo.

Todos os «cavaleiros» saberão ler e meditar, vibrar e idealizar!

As humildes palavras com que colaboramos neste propósito são demasiado modestas, sabêmo-lo. Mas não poderíamos faltar a prestar homenagem perante aquele que tivemos a felicidade de ver e tocar e de perante ele pasmar. Que nos perdoem!

\*

Mouzinho, herói nacional, foi homem extraordinário pelos seus triunfos militares e nacionais, triunfos, é certo, quase milagrosos mas em verdade êxitos consequentes das suas virtudes estranhas mas huma-

## Revista da Cavalaria

nas. Teria sido errado supor visão milagrosa ou força providencial a clareza e alcance da sua visão ou a valentia e energia da actuação nos momentos decisivos da sua vida de militar ou da sua vida de colonial. É natural tendência humana ter como «iluminados» ou «milagrosos» os extraordinários chefes militares ou nacionais, tais como Nuno Álvares ou Joana d'Arc. Assim foi com Foch que, ele próprio não negava, sentiria estranhos estados de espírito nos momentos de crise e decisão da sua vida de «Chefe». O «milagre» encontrará no «mistério» a explicação do êxito!

Mas Mouzinho não foi um «iluminado» na expressão divina e os seus triunfos têm perfeita explicação nas virtudes humanas do «Chefe»; e em verdade o título de «herói» — com a natural «divinização» — não era por ele aceite. Foi, sim, um grande português idealizando servir o Rei e a Grei, um português com a consciência de grandeza e nobreza de um glorioso passado histórico. E — como dizia Gonzaga de Reynolds: «o que sempre estimulou os portugueses para o heroísmo e para a grandeza foi o «ideal», foi a necessidade imperiosa de cumprir uma elevada missão. «Dilatar a Fé» é bem certo ter sido o ideal que animou os portugueses na colonização de meio mundo. Foi essa «política de missão» que fez surgir e actuar os valores espirituais ao ponto de fazer «cruzados» e acalentar «apóstolos». Entre os portugueses entendeu S. Francisco Xavier encontrar a «sua gente», A Fé em Portugal, a ideia enraizada de dilatar a sua glória e o seu império, olhos em Deus, leal ao Rey e à sua Ley, amor profundo pelo Soldado e pela Grey, fizeram do menino nascido, com bom sangue nas veias, no clima de Aljubarrota, sob o signo de S. Jorge, na Várzea da Batalha — símbolo da Terra e da Pátria — um português da melhor têmpera, um soldado da Fé e do Império! A «missão» foi dolorosamente curta e mesquinha, mas a «glória» essa ecoou e perdurou. E uma vez mais se viu:

*«Não vos hão-de faltar, gente famosa.  
Honra, valor e fama gloriosa».*

\*

Que teria sido a meninice e a mocidade de Joaquim Mouzinho é já mistério impossível de descortinar e menos ainda de afirmar. Muito se pôde supor do bom sangue e das tradições de sua família e alguma

## Revista da Cavalaria

coisa também do ambiente que por vezes viveu e da influência santa do reinado de D. Pedro V, em que nasceu. Que não haja fama de seus estudos não é para admirar, pois muito acontece serem apagadas e sem interesse as retinas escolares daqueles que mais tarde em situações prementes ou estimulantes revelam génios insuspeitados. Mas, entre outros factores que desconhecemos, será de supor como motivo de entranhadas meditações de heróicas consequências, o acto mais que simbólico de sua Avó, D. Ana Mascarenhas de Ataíde, dando-lhe a contemplar as insígnias da «Torre e Espada» de seu valente marido Luiz Mouzinho e entregando-lhas para guardar dizendo «É para ti... Faz por ganhá-la. És Mouzinho e és soldado!».

A longa doença de Mouzinho em sua mocidade, teria servido a longos estudos e meditações sobre a história pátria, «Os Lusíadas» e a Índia, que tanto o perturbava, por certo agitaram e informaram o inato espírito do herói e do chefe.

Na «tropa», no dia a dia de vida regimental daquele tempo, Joaquim Mouzinho, espírito concentrado talvez engendrando altos ideais, provavelmente não seria o banal «oficial disciplinado e disciplinador» com que infelizmente se retratam oficiais em banais louvores. Também não seria um modelo da «Servitude et Grandeur Militaire» tal como o viu e sofreu Alfredo de Vigny. É bem possível que já então ele fosse como seu «par» Lyautey, o futuro marechal: um homem de ideias novas que não eram, providencialmente, as da sua época! Lyautey, nascido apenas um ano antes de Mouzinho, oficial de Cavalaria como ele e que, de mentalidade inadapável à vida militar daquele tempo, «emigrou» para longínquas paragens, tal como ele o fez, veio a ser «construtor de impérios» que Mouzinho teria sido, mas, mais afortunado atingiu o «vértice» com uma «mocidade» tal que aos 80 anos se propunha «recomeçar»! J. Mouzinho foi o obreiro dos bons alicerces e soube lançar o esqueleto ideal da Obra, mas não realizou o sonho. Lembra aquele outro «construtor de império» que foi Robert Clive o «clerk» da Companhia das Índias, que largando a pena e pegando na espada, se fez general e após ser o genial vencedor de Plassey, entregou à Inglaterra o Império das Índias! Muitos serão os «paralelismos destes grandes homens com Mouzinho; porém eles viram as suas «obras», Marrocos e Índia. O «nosso» Mouzinho apenas «visionou» o seu ideal! Contudo graças a Deus e aos Homens adivinhou o Moçambique que sonhara! Assim seja!

\*

## Revista da Cavalaria

Soldado aos 16 anos, cadete por muito tempo, alferes aos vinte e tal, estudante de Coimbra para aumentar conhecimentos, vai até ao Colégio Militar ser regente de estudos. Este rapaz, este homem, que considerava ser oficial de exército «honra superior a todas», sentia-se inquieto, no ideal que se lhe conheceu de «Servir a Pátria e o Rei», teve de deixar por um pouco a «farda» para em 1886 largar para a simbólica Índia em função de ordem civil que aliás correcta e distintamente cumpre. Mas o futuro herói já aquece o espírito com as façanhas de antanho — como mais tarde o diz — e o encontro com Caldas Xavier, seu primeiro mentor, nunca esquecido, alvoroça-o para as glórias do ultramar e faz-lhe apetecer os labores da administração colonial.

Então pensa em Moçambique, qual «Cabo de Boa Esperança», e desta sorte nele se esboça o sonho de uma obra, que o ultimatum de 1890 acicata, provocando a necessidade de um «chefe» no governo do distrito de Lourenço Marques. O governador será Joaquim Mouzinho já conhecido de alguns pelas suas virtudes morais e militares. Em boa hora!

Nos incompletos dois anos que Mouzinho governou o difícil e precário distrito de Lourenço Marques, o seu espírito observador foi largo e profundo e logo compreendeu de como era teórico e estava em perigo o domínio português. As ambições britânicas, o sonho de Disraeli e as ousadias dos Rhodes, infiltravam-se procurando aproveitar o potentado vátua e o audaz Gungunhana em maquiavélica manobra.

Mouzinho, o nascente chefe, tudo viu e do que se tratava, e logo a ideia brotou e a intenção se enraizou: agarrar o Gungunhana e destruir o poderio vátua. É sob esta orientação obcecada e feliz que, deixando Lourenço Marques em 1892, desembarca em Lisboa com o «plano de operações» necessário para efectivar a decisão preconcebida. É apenas um capitão de cavalaria e os seus 37 anos não são ainda ponderosos. Contudo, saber-se-á mais tarde, esse «plano» foi, talvez inconfessadamente, aquele que o Comissário Régio António Enes veio a adoptar em 1895 com o qual nos deu Marracuene e Magul, Coolela e Manjacaze. Logo nos poderia ter entregue o famoso Gungunhana, se a prudência — talvez justificada —, «fechando pé em terra» o desfalcado esquadrão de Mouzinho ou empregando-o em inglória — ainda que útil missão — não tivesse impedido que então se realizasse o duplo sonho de Mouzinho — em dia do seu 40.º aniversário —: «Lançar-se com a Cavalaria em África e agarrar o Gungunhana»! Muito teria sofrido no quadrado de Coolela ou na jornada de Manjacaze esse «capitão de cavalos» que constituiria o seu esquadrão de lanceiros com desvelos de

## Revista da Cavalaria

armamento e equipamento e cuidados de melhor fardamento, tudo aproveitando para melhor lhe temperar o moral e por tais modos conseguir uma pequena unidade que ao desembarcar em Lourenço Marques, em momento de crise, produziu feliz reconforto moral para aqueles que então o viram desfilar com prestigioso aprumo militar, «Bela tropa» disse-se nas ruas de Lourenço Marques.

O «Chefe» revela-se não só visionando supremas decisões e architectando grandes planos como também cuidando dos pormenores da organização e forjando o moral da tropa. Recordar-se Frederico o Grande: «Cuidai dos pormenores! Tem a sua glória e são o primeiro passo para a vitória».

\*

O plebeu «teima que vences» teve a sua vitória e que glória! O grande dia não se fez esperar!

Aceite — pelo melhor — a derrota vátua, criado o distrito militar de Gaza é Mouzinho o governador. E ao «Chefe» bastam duas breves semanas para pôr em prática a ideia enraizada de «ou dou cabo de Gungunhana ou deixo lá os ossos». Seria seu ideal fazê-lo a cavalo, mas se cavalos não lhe dão? «Exército e Nação desprestigiados?... Não! «A empresa não é daquelas que demandavam prudência: era um jogo: ou ficamos lá todos ou agarra-se o régulo!»! Era preciso andar depressa, sem hesitações!»! Então o «cavaleiro» lança mão de quarenta e tal infantas e artilheiros febris de malária e de patriotismo e, com eles a pé em velocidades estranhas, produz o esforço supremo e decisivo que lhe dá a vitória e a glória de apanhar às mãos e humilhar ao máximo o famoso potentado negro, terror dos povos, acolhido à sua «cidade santa», sob a protecção dos seus melhores guerreiros, de armas na mão, mas moralmente inermes.

Esta foi a «valorosa obra» de Chaimite e por ela o Chefe existirá além da morte!

Mas não foi «a loucura de Chaimite» como alguns lhe chamaram — que não aqueles que a apodaram de fácil passeio —. «Chaimite» foi o fecho de um plano em três anos concebido e enraizado, plano cuja decisão se desencadeou em duas breves semanas de mando e em três dias de acção, maduramente ousada, bravamente desfechada e, por fim, heróicamente rematada!

— Chaimite é o Símbolo de um Chefe e um Dia da Nação!

# Revista da Cavalaria

\*

Não foi concedido o merecido repouso ao Chefe nem ele o aceitaria, mesmo para colher em Lisboa a coroa de aplausos que os portugueses anseavam por lhe conceder mas que ele parecia não ambicionar.

O Maputo, a sul de Lourenço Marques, era ainda uma das múltiplas regiões insubmissas de Moçambique. E então recorreu-se a Mouzinho, que ainda aureolado por Chaimite e ardendo em febre, é lançado na repressão dos insubmissos em terras que não eram de sua responsabilidade. Mais uma vez se verificaram as «virtudes do Chefe»: o carácter, o espírito de obediência, a aptidão para bem servir em todas as circunstâncias, a abnegação. E eclodiu mais uma «obra valorosa». O «Capitão de África» com duas ou três dezenas de cavaleiros e alguns cipais, apoiado num posto guarnecido por uns cinquenta infantes, batendo o mato sem descanso e vivendo do que encontrava, provou que, com a Cavalaria em África tudo era possível fazer: rebeldes em fuga, largos despojos pagando amplamente as despesas da punição e a submissão de um território de uns 8.000 quilómetros quadrados num breve mês.

Alcançada a plena vitória logo se propõe e se lançam os fundamentos administrativos da região. O «Chefe Militar» revela-se já o «Chefe Administrador».

\*

Joaquim Mouzinho, major por distinção, é nomeado governador da província de Moçambique — quase por imposição real — em Maio de 1896. Mas ferve já a intriga nos bastidores metropolitanos como reacção contra o seu feitio de «homem de um só parecer, de um só rosto e de uma fé, de antes quebrar que torcer.....». Assim sucedera com os capitães da Índia de XVI como mais tarde com o glorioso Robert Clive no parlamento da sua pátria a quem dera a Índia. De resto, parece insolúvel a tradicional, a mútua incompreensão do militar e do político.

Se Mouzinho em Lourenço Marques não tolerara a insubmissão dos negros e a dominara, ainda menos podia admitir que em frente da cidade de Moçambique, então capital da província, a insubmissão igualmente fosse provocante e desprestigiante, chegando os potentados inimigos a pisar os sobrados do Palácio do Governador.

Mouzinho, sempre chefe, preparou conscienciosamente a acção que daria realidade naquela região dos namarrais à soberania portuguesa. Mas o adversário era mais subtil e infiltrante que os vátuas e não falta-

## Revista da Cavalaria

vam na Capital de província aqueles que temiam, para os seus interesses de traficante, a «Ordem e a Verdade» que Mouzinho, pretendia entronizar. Desta sorte a coluna de repressão do Namarral, lançada no continente em Outubro de 1896, foi espiada e atraçoada e por pouco a expedição não terminou em mal. Contudo salvou-se a honra e muito bem, graças à disciplina da Infantaria e à bravura da Cavalaria que pôde inscrever as cargas de Mujenga entre as suas glórias. O «Chefe» foi como sempre exemplar e valente criando novo prestígio entre a sua gente.

Mouzinho, como homem superior, confessa que se enganou com o poder e qualidade do inimigo e, bem contrariado, tem de recorrer à metrópole pedindo reforços para dominar os namarraes. E assim mesmo é então nomeado Comissário Régio! «Ninguém os entende» diz Aires de Ornelas nas suas «Cartas» à mãe. Entretanto, por pouco que não resigna o alto cargo quando por ordem do Governo da metrópole tem de ir a Lourenço Marques apresentar desculpas a um cônsul alemão que ali se julgou maltratado aliás por própria culpa. Cumpriu a ordem governamental, por modo tão insólito que as desculpas mais foram uma manifestação de altivez. Para o Governo dizia «Cumprirei as ordens de V. Ex.<sup>a</sup>, mas perante tanta inépcia e cobardia peço a demissão!». Ficou, porém, a pedido real. Mal iam as «coysas de Moçambique».

\*

Para o «Chefe» não cessavam os amargores. Chegados em Janeiro de 1897 os reforços da metrópole com eles vinha uma Companhia de Marinha com que se não contava e de tal resultaram mais algumas intrigas e dificuldades. O patriotismo de quase todos dominou e a segunda parte da campanha dos namarraes foi modelarmente preparada pela boa organização da coluna, especialmente sob o ponto de vista administrativo. E a tal ponto que Mouzinho — o «administrador» — tomou à conta da província muitas das despesas que nas campanhas anteriores eram custeadas pela metrópole. Mas as más relações com o Governo não melhoraram.

Em fim de Fevereiro a coluna expedicionária lançada no continente namarral, em manobra táctica interessantíssima, realiza os objectivos previstos, entre eles a tomada de Ibrahimo, e em princípio de Abril a região está pacificada, estradas em construção, comércio em marcha

## Revista da Cavalaria

e os indígenas em confiança com os brancos e com o governo da Província, sob o conceito de «Ordem e Verdade» que é lema do «Chefe». Assim se fazia a ocupação honesta e humana de mais um distrito de Moçambique. Infelizmente Mouzinho não rematava a operação, como era sua intenção, capturando o Marave, um dos principais chefes indígenas. É que estalara nova revolta nas terras de Gaza e uma ordem de Lisboa determinava a Joaquim Mouzinho que seguisse para Lourenço Marques. Seria necessário que o Terreiro do Paço, a tantos milhares de quilómetros de Moçambique mandasse no que o alto Comissário tinha a fazer?! Interferências escusadas!

\*

A nova revolta tinha causas ou pretextos múltiplos, mas em verdade, era o arrogante espírito vátua a razão. Complicava-se a situação com o jogo de influências da Inglaterra e da Alemanha pelo Transval.

O morticínio da gente do heróico alferes Chamusca, um dos «primeiros» da «escola de Mouzinho» que procurou fazer outro «Chaimite» agarrando o Maguiguana foi o desencadear da sublevação em Maio de 1897. Mas o «Chefe» não se atrasa e nomeia para Gaza o valente e decidido capitão Gomes da Costa — outro da «escola» — e logo este reforça a ocupação, razia em punição os sublevados e repele o principal chefe inimigo, o Maguiguana, num recontro em Macontene. Tudo são acções de preparação e de reconhecimento para a operação decisiva que Mouzinho concebe e desfecha, com o habitual e característico dinamismo de chefe inato. Em meados de Julho o Chefe larga de Lourenço Marques à frente de meia centena de cavaleiros — a sua «tropa ideal». Em dois dias, 180 quilómetros de marcha, com travessia de um largo rio, em terras de África! A Fé! Por mar e rio foi a Caridade, a Senhora do Chefe e duas irmãs de S. José de Cluny, para que em Gaza falte o menos que possível for aos soldados, gente de Portugal que Mouzinho arrisca, mas que adora! No vaporzito, numa espécie de camarote, um altar de N. S. da Conceição. Depois o hospital de sangue e as carícias incomparáveis da Mulher portuguesa!

Em 21 de Julho do Chibuto a Macontene, marcham 400 homens —  $\frac{1}{4}$  eram negros —. O inimigo ataca, forma-se o «quadrado», a artilharia e infantaria, abrem claros num inimigo que arrogantemente valente continua o envolvimento. Há perigo! O «Chefe» ..... «de pé nos estribos» ..... «domina o quadrado como um Deus de Guerra

## Revista da Cavalaria

.....» ..... «Cavalaria para a frente» ..... «Em forrageadores!»  
..... «O efeito foi imediato» refere Mouzinho — que nem a espada desembainhou. O inimigo repellido, foge em desordem, Macontene arde, o Maguiguana desaparece. «Rapazes, por hoje, está ganha a partida», grita Mouzinho!

Mas para o «Chefe» não bastava: era preciso agarrar o Maguiguana, que não em acto de loucura, como tantos pensariam. A ocupação, base de acção, continua e assim prossegue a coluna que seguramente atinge Palule, onde se presta homenagem às ossadas do alferes Chamusca e da sua infeliz gente e por fim se ocupa, sólidamente, Guijá. Mas é forçoso não deixar escapar o Maguiguana. Em 8 prossegue a Cavalaria e numa marcha rápida de dois dias — em que Mouzinho sempre cioso do bem dos seus soldados escolhe o itinerário que melhor sirva para a água e para a alimentação — devoram-se mais umas centenas de quilómetros, avista-se Mapulanguene e topa-se enfim com o Maguiguana. Este arrogante inimigo defende-se valentemente a tiro, mas a bala de um cipai e a lançada de um cavaleiro acabam-lhe com a vida. Finda o poderio vátual!

A vitória — perfeita — e a glória da Cavalaria acabara a segunda campanha de Gaza e consolidara prestigiosamente a soberania de Portugal. Fora a última vitória do Chefe militar.

«Morra o homem, fique a fama» diz o velho Povo português!

\*

Abre-se outra fase da vida do Chefe, a derradeira! Não lhe serão essenciais as puras virtudes militares, doutras precisará e tê-las-á. Só uma lhe virá a faltar .....

O «Chefe» é agora o «administrador colonial» que nunca esquece os seus deveres em todo o sentido do bem do Rei e da Grei. É obra admirável aquela que fez em Moçambique: alicerces sólidos e esqueleto bem lançado sustentam hoje uma das melhores joias do Império, a Província que é o orgulho de todos os portugueses.

A sua própria obra literária que é «Moçambique» embora escrita no ocaso da vida é reveladora exacta da obra real materializada, e porque maneira, nas terras de África.

## Revista da Cavalaria

Seria longo e deslocado nestas páginas focar, para mais se ver, a obra do «Chefe» colonial. Se mais fosse preciso para demonstrar que «Chaimite» e «Macontene» não foram «espadeiradas de um doido», se não bastasse observar de como o Maputo e o Namarral foram pacificados, de como entre marchas e bivaques saíram sábias medidas administrativas, teríamos de sobejo motivos de admiração nos dois curtíssimos anos de governo que se seguiram à última vitória militar. Joaquim Mouzinho estudou profundamente a «província» pela qual se apaixonou; pensou, concebeu, decidiu tanto sobre o trabalho de indígenas e europeus como sobre a agricultura, o comércio e a indústria; as grandes companhias magestáticas preocuparam-no com razão, convencido de que eles não trabalhavam a bem do País. À administração e à organização da província, dedicou-se profundamente sob todos os aspectos — o factor militar na base como era essencial — e é estranho de como um simples oficial de cavalaria — como ele o era a valer — fosse perito, como praticamente se verificou, em matéria de fazenda pública e pormenores financeiros, em circulação monetária e em impostos, nas alfândegas e assuntos ferroviários ou portuários. É admirável de como criando o equilíbrio e elevando a situação financeira, em breve tempo, não provocou, por ele próprio, qualquer reacção que fosse honesta ou sublevação que fosse justificada.

As «obras valorosas» de Joaquim Mouzinho, o «Administrador» foram fecundas e tanto que, a 60 anos de distância, proporcionaram a brilhante situação e o auspicioso futuro da província portuguesa de que tanto nos orgulhamos, Moçambique.

A demissão pedida por Mouzinho em Julho de 1898, após a limitação das funções de Alto Comissário, com que o Governo da Metrópole correspondeu ao seu esforço, foi um acto de lealdade para com o Rei e para com o povo de Moçambique. Não foi acto de rebeldia, foi acto de verdade para com o Rei e com a Grei.

\*

Do que foi Mouzinho na vida de «cortes e grandes lugares» — de que fala D. Francisco Manuel de Melo — será melhor nada referir e antes procurar esquecer. Foi honroso o alto cargo de preceptor do Príncipe que o Rei seu leal amigo lhe confiou e que Mouzinho obediente

## Revista da Cavalaria

subdito conscienciosamente cumpriu. Mas não era em tais «lugares» de rivalidades tão mesquinhas que o generoso e cavalheiresco Mouzinho pôde servir o «Rei e a Grei». Outra demissão se seguiu!

\*

«Aprendamos com Mouzinho», ousámos pedir no princípio destas desataviadas e modestas recordações. E com quem teria aprendido Mouzinho? Supomos que ele próprio nos disse na primeira página do seu «Moçambique».

«Fazei muita cristandade. Fazei justiça. Conquistai tudo quanto puderdes. Tirai cobiça dos homens e favorecei os que pelejarem. Tende cuidado da minha fazenda. E para tudo vos dou meu poder. Se o fizerdes assim, muito bem, far-vos-ei mercê; e se o fizerdes mal mandar-vos-ei castigar. Se alguns Regimentos forem em contrário destas coisas suponde que me enganaram e por isso não haja nada que vos estorve isto».

Esta é a carta de El-Rei D. Sebastião ao Vice-Rei da Índia D. Luiz de Ataíde, em 12 de Março de 1568. Pois três séculos e um quarto mais tarde Joaquim Mouzinho, em tudo, repare-se bem nas suas obras de Chefe, a observou e cumpriu. Mas, por tal, não mereceu o castigo!

\*

O tenente-coronel Joaquim Mouzinho, major por distinção aos 40 anos, tinha todas as virtudes militares exemplares e tinha as qualidades que são apanágio dos grandes chefes. Mouzinho não era herói no sentido vulgar do termo, não era o tal «louco» feliz com que muitos explicavam Chaimite ou Macontene, mas sim o «Chefe ousado que, pode ser feliz, mas que não será feliz se não for ousado» como dizia Napoleão. Tinha a personalidade indispensável ao Chefe, isto é, sabia e queria, tinha coragem e decisão para o alcançar, espírito combativo, vontade de ganhar. Conhecia os homens e as suas forças, tinha a intuição do possível e do impossível, baseava o comando militar em segura preparação administrativa, e, não se deixando enredar pelos regulamentos nem estorvar pelas peias burocráticas, decidia com génio e fulminantemente arrancava a vitória!

## Revista da Cavalaria

Pelo conhecimento dos homens ele formou aquilo que um dos seus jovens oficiais chamou a «escola de Mouzinho». Do seu amor pelo soldado, cujo conforto material e moral tanto se preocupava reza a formosa carta ao Príncipe D. Luiz Filipe onde ele afirma que as glórias de Portugal têm a sua razão «no homem do povo de Portugal onde se encontram as qualidades do soldado ..... a anulação do interesse individual perante o da colectividade».

Joaquim Mouzinho foi grande chefe, teria sido um grande general se tivesse sabido e querido esperar. As suas relações com os governos não foram boas e terminaram em mal. O prestígio de Mouzinho gerava forças contrárias: era chefe profundo e consciente e procedeu como tal mais pelo bem do país do que por si próprio.

Foram sempre difíceis as relações entre os Chefes militares e os homens de Estado e as culpas são mútuas. Muitos processos se têm procurado para o evitar, sem que os resultados sejam famosos. Um dos ministros de então, Barros Gomes, dizia que «só o poder central pode decidir as questões, não só pelo carácter de muitas delas como por conhecer o estado geral do país .....». É uma afirmação unilateral, aparentemente sensata, mas que só em parte é exacta. Napoleão, em Santa Helena, afirmava: «Uma ordem militar mesmo não exige obediência passiva, a menos que seja dada por um superior presente no momento em que ela é dada com plenos conhecimentos da situação e em contacto com o subordinado». Napoleão foi mesmo mais longe sobre a ordem que deu a Soult para invadir Portugal e que entendeu depois que era «ordem sem valor em face dos obstáculos existentes que ele desconhecia. Como conciliar? A política e a guerra são ramos da mesma arte, mas tão cientificamente especializados que é quase impossível a competência simultânea nas duas modalidades. Dir-se-á como alguém escrevia sobre disciplina, que o êxito na guerra resulta da harmoniosa e compreensiva síntese do governo político e do comando militar, síntese que tem de resultar de uma sólida educação cívica e de um luminoso patriotismo. Convergindo — diremos hoje em Portugal — a bem da Nação!

No tempo de Mouzinho, os governos políticos, além do mais viviam em carência de recursos — materiais e morais — e em precária situação internacional. Adivinhe-se a mentalidade de então. Mouzinho por seu turno, intemerato, português visionando glorioso Portugal que era seu ideal, estudava, meditava, concebia e queria realizar o que se lia e adinvinhava na carta de D. Sebastião a D. Luiz de Ataíde.

## Revista da Cavalaria

Infelizmente, para ele e para Portugal «perdeu a última da batalha porque da derrota se convenceu».

Apesar disso na Dedicatória ao Rei, no seu livro «Moçambique» ele ainda tem fé porque solta o tradicional brado de «Aqui d'El-Rei» e fá-lo em nome dos soldados e em nome do povo português.

Os romanos escreveram na estátua de um general que os salvou em momento de crise «Por não ter desesperado da República».

Em futura estátua de Joaquim Mouzinho ficará certo gravar em bronze «Por confiar no soldado e no povo de Portugal».

General AFFONSO BOTELHO





## Mousinho de Albuquerque



Desaja o ilustre Director da Arma de Cavalaria, General Abílio Pais de Ramos, que firme algum trabalho sobre a personalidade do ínclito Herói nosso contemporâneo, tenente-coronel Joaquim Augusto Mousinho de Albuquerque, para ser publicado num número especial da *Revista da Cavalaria*, por ocasião das Comemorações Centenárias do nascimento desse cavaleiro, símbolo da honra e do dever patriótico.

Agradeço a sua bondade em me honrar com o seu convite, tanto mais que o meu espírito se encanta ao falar de Mousinho, embora reconhecendo eu que os meus pobres e limitados meios dificilmente poderão dar a cor, sugestão e sentimento devidos ao incomensurável esforço da sua vida iluminada pelo ardor de vigoroso patriotismo e em cuja personalidade pulsavam as mais altruistas e enobrecedoras virtudes militares, a par de uma bondade e grandeza de espírito inexcedíveis.

Moralmente não podia recusar, pois o Exército, mais do que em qualquer outra profissão, tem de animar espiritualmente o amor de cidadão e patriota para retemperar a alma e o carácter nacional, a fim de que se possam confundir num só affecto Pátria e Forças Armadas.

## Revista da Cavalaria

Mousinho, como oficial de cavalaria, acalentava o *Ideal* que a Arma sempre teve e a que já me referi no meu artigo «Decadência?!», de Maio de 1946: «esse ideal, revestido de uma vontade combativa sempre prestante e oportuna, forma o *Moral* da sua tropa, a sua pronta voluntariedade, seja para o ataque, seja para o sacrifício, com quaisquer meios, em todas as circunstâncias». Ainda nele se evidenciaram «os factores morais que animaram sempre a Arma e a levaram a uma sublime admiração», factores em que fomos educados, o que «nos faculta viver com orgulho, dando-nos as ideias e os sonhos que nos estimulam para bem servir, tornando-nos prestantes cidadãos em tudo e para tudo».

Mas é sobre a personalidade de Mousinho que o Senhor Director da Arma me pede para escrever, e a isso me quero submeter. De resto, como foi essa faceta que foquei nas palavras que proferi na Sessão solene da Sociedade de Geografia de Lisboa, como presidente da Comissão Executiva das Comemorações Centenárias, me limito a transcrever para estas páginas os períodos que pròpriamente a definem.

«É já bastante vasta e conhecida a bibliografia dedicada à memória gloriosa de Mousinho.

Ele próprio nos deixou o admirável relatório «Moçambique — 1896 a 1898», publicado em 1899, inspirado com ardência, e escrito num estilo vivo de forma e varonil.

Nessa obra se evidencia a sua alta personalidade como dirigente, daqueles de quem se exige honra, saber e energia, a par das grandes virtudes militares como sejam o carácter, justiça, abnegada confiança e elevado espírito.

São bem nítidos esses atributos em Mousinho como se constata desse relatório, do «Livro das Campanhas» que reúne outros relatórios seus, da genial «Carta a Sua Alteza o Príncipe Real D. Luís de Bragança» e da dirigida ao Presidente do Conselho de Ministros, José Luciano de Castro. Reconhece-se a sua grande estatura moral como militar e homem de Governo, o seu aprumo e inteireza de carácter num conjunto de talento e virtudes, virtudes estas bem fundadas numa elevada concepção de ideias e largos horizontes, a que a sua máscula energia inculia sempre o cunho dinâmico da necessidade de execução.

Os seus conhecimentos sobre problemas coloniais eram profundos, destacando-se a sua clarividência das realidades e soluções apropriadas e firmeza do seu querer, nunca abdicando das responsabilidades — nem medo de as tomar, nem receio físico de as executar.

## Revista da Cavalaria

Homem de rija t mpera, índole desassombrada, de aberta coragem, exemplo das virtudes integrantes da honra e vencer e alcançar glória para o seu País, Mousinho de Albuquerque foi uma bem alta expressão do modelo de um chefe, imolando-se por si próprio pela ideia da Pátria, com desprendimento voluntário dos interesses e comodidades da vida, abnega o sublime para bem servir.

Não tive a suprema honra de estar sob as suas ordens, mas a sua imagem fixou-se para sempre na retina dos meus olhos porque quando o via — era eu então aluno do Colégio Militar — embevecia a minha admira o na sua galharda figura de oficial de cavalaria, cuja fama de brilhantes feitos ecoava retumbantemente por todo o País, iluminando em cheio a mocidade nos seus sonhos de glória, amor pátrio e interesse pela honra nacional.

Soldado valoros ssimo inflamava a nossa imagina o vendo nele um exemplo dos nobres cavaleiros cujas proezas guerreiras e pureza de ideais povoavam o nosso espírito. E, isso, mais entusiasmava a minha paixão de servir aquela Arma.

Como tivesse visto numa publica o francesa um estudo psicológico dos indivíduos através das suas profissões, via em Mousinho transparecer aqueles atributos e atitudes do, ao tempo, oficial de cavalaria: alto, vivo, deliberadamente apressado, correndo velozmente, segura e firmemente, para o objectivo, infatigável, enérgico e bondoso, simult neamente sagaz e prudente, mas incisivo.

Assim se deslumbrava o meu espírito impressionável pelos grandes cometimentos, e, no meu pensamento, se desenvolvia aquela mística medieval tão aliciante da juventude, pois Mousinho, como individualidade viva no nosso tempo, nos lembrava muitos dos nossos heróis de antanho cuja conduta devia trazer à nossa mentalidade o desejo de imitar.

Já o Livro da Vida começara por o predestinar para a glória, fazendo-o receber o primeiro dos sete mandamentos católicos: o baptismo, na Igreja de Nossa Senhora da Vitória, na Batalha, como de batalha foi toda a sua vida.

Mas não são só as virtudes guerreiras que tornam Mousinho uma figura quase lendária da nossa patriótica imagina o.

Organizador consciente e administrador inteligente e activo, sabia escolher para seus colaboradores aqueles que pelas suas aptidões o podiam acompanhar no seu prodigioso esforço, apoiando-os, estimulando-os e fazendo-os compartilhar da sua glória, jamais os esquecendo, quer premiando-os na ocasião própria, quer acompanhando-os através da vida.

## Revista da Cavalaria

Assim conseguia ter os seus subordinados num perfeito estado moral, dirigindo e coordenando a sua acção, condições indispensáveis para se alcançar a vitória. Por isso, quem serviu sob as suas ordens, conservou sempre o orgulho de o ter tido como seu grande chefe.

Mousinho, de forte e pujante inteligência e de poderosa imaginação e voluntariedade de acção, idealizou planos que no momento próprio fazia executar com toda a energia do seu ser.

Se a dura acção de Marracuene, Magul e Coolela formam uma raciocinada cadeia seguida com lógica e segura finalidade — em que, proeminentemente, aparece o talentoso político de grandes virtudes cívicas, admirável escritor e esclarecido administrador ultramarino António Enes, rodeado das marcantes figuras coloniais: o corajoso e de fina tèmpera Caldas Xavier, Eduardo Costa, Aires de Ornelas, Paiva Couceiro, Freire de Andrade e o coronel Galhardo — em Mousinho, o brilhante feito de Chaimite retrata o homem audacioso e sagaz que queria completar essa série de factos gloriosos, pela destituição do poderoso régulo vátua desfazendo o seu poderio militar e o seu império, para assim rematar o áureo ciclo começado em Marracuene.

Já nos numerosos livros publicados sobre Mousinho tendes encontrado páginas eloquentes que em estilo caloroso vos mostram como ele foi um exemplo integral de chefe cujas altas qualidades de comando, próprias de um bom general, foram bem demonstradas na Campanha de Gaza que concebeu, dirigiu e realizou, e na retirada dos namarrais: nele, sempre a bravura esteve a par do talento ao encontro das soluções definitivas. De todos são conhecidos os triunfos dessa epopeia, evocados com tanto brilho em belas conferências, notáveis pela forma, síntese e crítica, e em que foi devidamente focado o feito imorredouro de Chaimite, acto que, incarnando admiravelmente a alma portuguesa, consagrou para sempre, como heróis nacionais, Mousinho e os seus três oficiais: Sanches de Miranda, Costa e Couto e o Dr. Francisco do Amaral, que o acompanharam nessa destemida acção que se pode tomar como símbolo de intrepidez que não olha a sacrificios.

No entanto, antes de terminar, julgo dever apontar, como bom português que sou, qual o alto sentimento, qual a força moral que — a meu ver — elevaram poderosamente Mousinho muito acima da sua natural personalidade.

## Revista da Cavalaria

Indubitavelmente, o seu grande patriotismo, pois só o amor à Pátria ou à família e a religião podem inspirar actos gloriosos ou heróicos que exijam muito boa vontade e muito espírito de sacrifício com a absoluta consciência de cumprir um alto dever. E foi, com essa límpida consciência, que pôde enfrentar vários inimigos: o aguerrido e numeroso gentio que queria continuar os seus costumes bárbaros e cruentos; os europeus que movidos por sórdidos interesses, a soldo de ambições estrangeiras, incitavam a rebeldia das hostes do Gungunhana contra nós e manejavam a intriga entre portugueses; e, ainda, os que levados por despeitos, inveja ou ciumes procuram sempre malsinar, com críticas desordenadas e facciosas, o que de talento ou valor outros fizeram, hostilidade dos que *se servem* contra os que *bem servem*, vício aliás que já vem de longe, como conhecemos pelo legendário exemplo de Afonso de Albuquerque, o primeiro mestre dos governadores e colonizadores.

\*

As homenagens que prestamos neste momento a Mousinho, sejam, pois, consideradas como fazendo parte de um grato culto nacional, e que na nossa imaginação continue bem gravado esse vulto heróico da História contemporânea da nossa Pátria cujo altar cobriu com as mais belas flores e louros da vitória. Assim devemos guardar em nossos corações a grandeza moral dessa alma onde nunca caiu a menor nódoa de interesse mesquinho, pois que, em tudo, foi sublime: sublime, como soldado cujo heroísmo, espírito de sacrifício e patriotismo são uma máxima indicativa do cumprimento do Dever de todo o militar; sublime, como governador colonial em que, sem uma hesitação, sem uma transigência na defesa do património nacional, mostrou, nesse período histórico em que as vontades e as virtudes tinham de ser postas à prova, superior visão em face dos acordos internacionais em que era preciso ocupar — e depressa — o território e valorizá-lo economicamente; e, ainda, sublime como homem no amor à Família, na sua acepção a mais larga e mais generosa, dando-lhe Deus uma amantíssima Esposa, a excelsa Senhora D. Maria José Mascarenhas Gaivão, que o acompanhou em todos os momentos e que com virtuoso carinho de devotada e piedosa enfermeira levava com as suas fidalgas mãos alívio aos soldados doentes ou feridos das tropas de seu marido, suavizando-lhes as dores pela resignação e dando-lhes, como bálsamo da Fé, a promessa da paz da alma, o que poderosamente diminui a angústia no meio dos maiores sofrimentos.

## Revista da Cavalaria

A vida de Mousinho, tão meritória e digna como exemplo de elevado e esclarecido nacionalismo, é tão bela que enobrece com rutilante esplendor as páginas da História de Portugal, reeditando nela os mandamentos da vida e da honra que são timbre do orgulho português. Conservemos assim o reconhecimento sempre vivo daquela brilhante figura da nossa epopeia ultramarina e glorifiquemos eternamente, na fidelidade inquebrantável dos nossos corações, o nome sem mácula de Joaquim Augusto Mousinho de Albuquerque.

General CARVALHO VIEGAS





## Contribuição para uma Comemoração Centenária



ó na iminência de perigo os homens se auxiliam mutuamente e procuram, com a força comum, dominar o mal que os aflige.

É sob a pressão dos acontecimentos, da necessidade ou do risco mortal, que verdadeiramente avaliam as possibilidades de reacção da sua comunidade.

Se o estado de alma do povo, forte no passado, se conforma em dado momento com um ambiente de prostração colectiva, criado tantas vezes por males e violências que injustamente lhe foram impostas, só um facto novo, surpreendente, que reavive energias que parecem adormecidas, virtudes quase esquecidas, o pode reconduzir ao bom caminho, àquele que trilharam os seus maiores, e elevá-lo na hora própria para um feito de colectivo amor pela Pátria.

Surge então, mais belo, mais forte, o espírito de solidariedade; o sentimento da defesa a todo o custo do agregado nacional, afervora-se em cada peito; a confiança renascida, move montanhas.

A nação, reanimada, volta a ser senhora dos seus destinos.

## Revista da Cavalaria

Entre nós, no último decénio do século XIX, assinalado por desditas e desânimos, prevaleceu a mesma lei, com o mesmo poder.

Para o bem da Pátria, produziu-se um facto surpreendente. Surgiu Mousinho.

\*

É a esta figura máxima da pacificação dos nossos territórios de além-mar, símbolo magnífico e sempre lembrado da reacção da alma nacional num dos mais delicados períodos da nossa História Pátria, que se rende homenagem de profunda admiração e respeito, nesta hora alta que a Nação está vivendo.

Era devido este preito de reconhecimento ao excelso Capitão; ao Governador Geral e Comissário Régio, de vistas largas e inconcussa probidade; ao lealíssimo servidor que tendo tantas vezes arriscado a vida ao serviço do rei — ao jeito de épocas distantes — nem por isso alguma vez se apresentou de espinha curvada a pedir recompensa.

A *Revista da Cavalaria*, que com tanto desvelo acompanha sempre os actos grandes que se comemoram no seio do Exército, pertence por direito celebrar com especial entusiasmo e, desta vez, com mais forte razão, os feitos do antigo Camarada da Arma; de Alguém que ocupou, ainda no seu tempo, um lugar de eleição na galeria dos grandes Heróis nacionais e que, à sombra da sua velha Cavalaria — como tantas vezes disse — ensaiou os primeiros passos de estrénuo combatente, e muito a honrou em todas as missões que foi chamado a desempenhar durante a sua curta vida.

Formado na escola das tradicionais e esplendorosas andanças da nobre Arma, ao seu modo efectivamente amoldou as suas notáveis qualidades de bravura e decisão; porém, foi a pureza moral dos seus actos, inteiramente orientados no sentido do dever nacional, a inspiradora da confiança que mereceu como Chefe esclarecido e lhe conferiu autoridade para exigir de todos os que com ele lidaram os mais pesados sacrifícios.

Modéstia, sinceridade extrema, segurança no mando, espírito de justiça, lúcida inteligência, desprendimento pelos bens materiais e corajosa e altiva dignidade perante a maledicência, tais foram as inolvidáveis qualidades do Chefe portentoso que a sua Arma enaltece neste momento.

# Revista da Cavalaria

\*

Presente à chamada, à qual não nos eximiríamos em qualquer circunstância, não sabemos na verdade como desobrigar-nos do encargo que tomamos, tão pesado ele é.

Tantos escritores ilustres têm exalçado e aclamado este insigne Português, que não há qualquer traço de inédita beleza a acrescentar ao quadro histórico em que ele é o protagonista. Não há um caso, ou uma proeza, que tenha escapado aos investigadores.

O que está dito, portanto, em tom alto e autorizado, não iríamos nós repeti-lo aqui; — nem para tanto nos assiste a autoridade dos que viveram e descreveram os mais sugestivos passos dessa epopeia maravilhosa — nem, a dispensá-la, ampara o brilho literário de abalizado narrador. O calor do nosso entusiasmo ao referi-las, nem ao de leve atingiria o ponto alto de qualquer das acções que nós escolhessemos.

A evocação das gestas fulgurantes de Mousinho, exige mais do que o pobre colorido que nós lhe emprestaríamos.

Não iremos, por isto, além do que pensamos ser reconfortante recordar neste momento; do que constitui ainda hoje, decorridos sessenta anos, lição a repetir aos novos em todas as oportunidades, exemplo a frisar sem atavios de linguagem: a benemerência daqueles que, com o grande Mousinho de Albuquerque, desbravaram e ocuparam, sem olhar a sacrifícios, as nossas ricas e vastas terras de Moçambique, e quanto nos deve ainda orgulhar o termos podido afirmar ao Mundo, naquela conjuntura, que as energias nacionais não estavam irremediavelmente obliteradas.

Como em outras épocas da vida da Nação, também dessa vez soubemos substituir, a tempo, fracas possibilidades materiais pelo valor, intrepidez, ilustração e patriotismo de gente lusa que, engrandecendo pelas suas acções o nosso património, nos preparou ao mesmo tempo o caminho para a obra de civilização moderna que estamos empreendendo em todos os pontos do nosso Império.

Na história dos homens ilustres deste País, onde outros irão buscar exemplos para, por sua vez, «servirem» com elevação, registam-se, entre os de maior vulto, os representados pelas empresas — de guerra porfiada, de ocupação firme e de administração inteligente e zelosa — que Joaquim Mousinho levou a cabo apenas em dois anos de governo.

Ali, o genial cometimento de Chaimite, figura já como acto cuidadosamente planeado que, em oportuna combinação com as precedentes

## Revista da Cavalaria

acções de Marracuene, Magul e Coolela e em natural seguimento destas, alcançou um poder muito alto.

Por ele, o povo, imparcial e justo, sentiu que se resgatava um passado recente de vergonhas — uma esperança iluminou-lhe então a alma; no exterior, os abutres que aguardavam apenas o momento propício para retalhar uma presa fácil na medida dos seus apetites, viram frustradas as razões hipócritas que determinariam o seu nefando acto.

Também nas páginas dessa história se lê que os intrépidos batalhadores pensaram, com fé, que tanto sangue não fora derramado em vão, e que, cedo ou tarde, o seu esforço daria aos vindouros o bem-estar, moral e material, que eles, por mal dos homens, não tinham podido usufruir.

Grande foi o activo de um período curto mas admirável. Se o surto não foi depois aproveitado em toda a sua grandeza, não vem agora a propósito rememorar as razões.

Se é certo que, por despeitos e invejas, fautores de baixas lutas de partido e de mando, se deram desde logo ao diabólico intento de denegrir a fama do Herói, e o valor dos seus empreendimentos, a parte sã da Nação não o pôde esquecer mais.

Disse Ayres de Ornelas, grande português também e um dos mais esforçados e competentes companheiros de Mousinho, que o governo deste fora a «luta da verdade com o erro» e que as suas cutiladas, mais do que nos rebeldes, «foram assentes nas convenções, nas ficções, no enredo de falsidades com que o País pretendia iludir-se a si próprio, ou melhor, com que o Estado pretendia iludir a Nação». E profetizou: «se ele acabou por sucumbir na luta, abriu um tão formidável clarão na nossa administração colonial, deu um golpe tão duro no velho regimen, abalou-o tanto, que este nunca mais se pôde erguer seguro e que não é agora difícil pressagiar que não lhe vem longe a queda».

A semente lançada à terra geraria outras vitórias, porém, a incerteza do clima político nacional não permitiria que o benefício se colhesse tão cedo quanto o desejara Ayres de Ornelas e, com ele, todos os portugueses de boa têmpera.

Só três décadas mais tarde se firmariam as poderosas raízes do tão ambicionado Ressurgimento da Pátria.

Graças a Deus!

General A. NARCISO DE SOUSA



## Mousinho de Albuquerque em Moçambique



Para que possamos fazer uma ideia justa da grande figura nacional de Mousinho de Albuquerque, por forma que ela se apresente a nossos olhos nas suas verdadeiras e impressionantes dimensões, em presença da actuação incontestavelmente genial do heróico Capitão das Campanhas de 1895, 1896 e 1897, brilhantemente valorizada pela sua inteligente e lamentavelmente curta acção administrativa, as quais, sem sombra de dúvida, firmaram para todo o sempre, e por forma decisiva, a soberania portuguesa na Província de Moçambique, torna-se imprescindível que enquadremos a sua personalidade e os seus gloriosos feitos, quer na situação geral em que se encontravam aqueles territórios ultramarinos, resultante da sua evolução histórica a partir da época dos descobrimentos e da conquista, quer no ambiente de descrença, abandono e pessimismo de que enfermava a nossa política colonial, quando, por graça de Deus, Mousinho surgiu, no firmamento onde brilha o «Cruzeiro do Sul», qual estrela de primeira grandeza, para honra e glória da nossa Pátria!

A história da Província pode dividir-se em três períodos com características diferentes: o primeiro, de 1498 a 1590, o da descoberta e con-

## Revista da Cavalaria

quista — a idade do ouro; o período da decadência, que se alastra até 1895, o qual durou mais de três séculos, e, finalmente, o terceiro, de 1895 aos nossos dias, a que podemos chamar franca e orgulhosamente o período da reabilitação.

Nos fins do século xv, os navegadores portugueses, que se dirigiam para o Oriente em procura da figura lendária de Prestes João, não se preocuparam muito com as costas africanas, na ânsia inteligente e meritória de desviarem de Veneza e do Levante o tráfego da Índia, interessando-lhes apenas alguns portos de abrigo — simples pontos de passagem para as suas longínquas viagens. A conquista propriamente dita só foi iniciada, depois de 1500, por Vasco da Gama que, com uma armada de vinte navios, se dirigiu para Moçambique e daqui, ele próprio, para Sofala, onde fez um resgate de ouro importante e reconheceu as circunstâncias em que tal comércio se fazia. Segue depois para a Índia e aproveita a ocasião para avassalar o sultão de Quilôa.

Seguem-se as armadas de António Saldanha, de Francisco e de Afonso de Albuquerque. D. Francisco de Almeida, em 1505, dá o primeiro passo da conquista efectiva, fortalecendo a vassalagem de Quilôa e tomando Mombaça.

Constroem-se as fortalezas de Sofala e Moçambique e, pouco a pouco, o nosso domínio foi-se estendendo pela costa africana, apoiado em meia dúzia de fortalezas bem construídas e artilhadas. Eram então os mouros os nossos maiores inimigos. Eram eles que faziam o comércio no sertão, trocando os algodões da Índia pelo ouro, âmbar e marfim. Toda esta riqueza saía pelos nossos portos, onde os preços eram regulados pelos portugueses, segundo as instruções da Metrópole.

A guerra aos muçulmanos continua entretanto em todo o Oceano Índico, e, nos fins do século xvi, são castigados por expedições portuguesas todos os sultões que haviam favorecido os corsários rumes e turcos.

É nesta ocasião que aparecem as tribos ferozes dos Zimbus que assolaram toda a nossa costa, fazendo centenas de vítimas: saquearam Quilôa, atacaram Melinde, invadiram a Zambézia e aniquilaram a expedição que partiu de Moçambique para vingar a morte dos capitães de Sena e Tété.

Termina nesta época o período áureo do nosso domínio no Oriente, coincidindo com a unificação dos Reinos de Portugal e Espanha.

Começam os ataques à nossa soberania. É memorável a derrota infligida por Estêvam de Ataíde à esquadra holandesa de Paul van Caerden, quando, pela segunda vez, atacou a fortaleza de Moçambique.

## Revista da Cavalaria

Apesar de tudo, os nossos mais temíveis inimigos eram os macuas do interior que, a partir de 1585, nos haviam repellido muitas vezes, inutilizando várias expedições e conservando-se em atitude hostil.

A Metrópole não podia proporcionar a defesa eficaz de que Moçambique tanto carecia, em virtude de outros acontecimentos históricos, tais como as guerras de Flandres, Milanez, a revolta de Nápoles e a derrota da Grande Armada.

A decadência acentua-se ainda mais pelo desvio da corrente de emigração dos portugueses para o Brasil, e, enquanto os nossos valentes soldados eram desviados para as guerras europeias, as tropas na África começavam a ser constituídas por pretos, mestiços e canarins. Depois da Restauração, era tarde para remediar o mal: eramos poucos para a defesa do Reino, contra os espanhóis, e do Brasil, contra holandeses e franceses.

As medidas de ordem económica adoptadas não melhoravam a situação e algumas delas resultaram desastrosas, como sucedeu com a permissão da saída de escravos para o Brasil, em 1650, e com a criação, na Índia, da Companhia dos Baneanes, em 1686, à qual foi dado o exclusivo do tráfego entre Diu e Moçambique, pondo na mão dos indianos a chave do comércio de toda a África Oriental, onde ainda hoje os encontramos em concorrência connosco.

A derrocada aumenta em pleno século XVIII com a corrupção dos nossos representantes. Perde-se em seguida Mombaça, ao mesmo tempo que ingleses e holandeses disputavam Lourenço Marques e os franceses se estabeleciam em Querimba e Zanzibar. Legislam-se depois os «Prazos da Coroa» favorecendo o estabelecimento dos europeus na Zambézia com resultados quase nulos.

Sucedem-se os pronunciamentos e as revoltas.

Para maior infelicidade, o Sul da Província é invadido pelos vátuas que, com formidáveis razias, se apoderavam de tudo quanto era nosso, chegando mesmo a lançar impostos sobre certas povoações.

E, assim, no segundo período a que nos referimos, a nossa soberania era pouco mais que nominal. Se ainda nos mantinhamos nalguns pontos, devêmo-lo ao facto de presentearmos os régulos que mais temíamos, concedendo-lhes prerrogativas excepcionais em troca da assinatura de termos de vassalagem à coroa portuguesa, que não passavam de meras ficções. As nossas fortalezas da costa eram ainda respeitadas, mas outro tanto não sucedia em Sena, Tete e no Zumbo, onde apenas eramos *tolerados*.

## Revista da Cavalaria

Pode dizer-se, sem exagero, que chegámos a ter sòmente meia dúzia de soldados europeus em toda a Província, e as pequenas forças de que dispunhamos, compostas de indígenas condenados e asiáticos, não possuíam valor táctico apreciável. Sem uma tropa armada que desse força e prestígio às nossas autoridades, estas viam-se na necessidade de recorrer a expedientes pouco lisonjeiros para que, pelo menos, a nossa soberania se mantivesse nominal, já que não podia ser efectiva.

Por toda a parte se nomearam autoridades cafriais e, no distrito de Moçambique, principalmente, foi grande o número de régulos que figuraram nas colunas do Boletim Oficial. Fácil se torna compreender que, sem qualquer europeu junto deles, tornavam-se ainda mais perigosos, porque o seu poderio aumentava agora com a nossa aquiescência e sanção legal, contribuindo assim para agravar a desordem e aumentar o nosso desprestígio.

Lourenço Marques era alvo de apetites estranhos. A bandeira inglesa é hasteada na Inhaca — ilha fronteira à Baía de Lourenço Marques. Depois do primeiro tratado de comércio com a República Sul-Africana, os ingleses voltam à carga, reservando-se a posse daquela ilha e da margem sul do rio Espírito Santo. É então que o Presidente da República Francesa, Marechal Mac-Mahon, resolve a questão por arbitragem a favor de Portugal.

Entretanto, os vátuas continuam a efectivar o seu domínio, não só no Sul, como para o Norte do rio Save, impondo-se às outras raças indígenas pelas suas qualidades guerreiras indiscutíveis, ameaçando-nos cada vez mais.

Na Zambézia, sofremos tremendos reveses quando tentavamos submeter o «Bonga». A expedição organizada em Moçambique, sob o comando do Tenente Coronel Portugal, foi completamente massacrada. Só nos fins do século XIX a aringa de Massangano foi arrasada pelo Governador Castilho, sendo os «bongas» deportados para a costa ocidental.

No Norte, não eramos mais felizes com os namarrais. Na região do Nyassa, as missões escocesas estendiam a sua influência a territórios que nos pertenciam de direito e, depois de vários incidentes lamentáveis, surge o *ultimatum britânico*. Organiza-se nova expedição, comandada pelo bravo Major Caldas Xavier, para vingar a afronta que nos era feita nos territórios de Manica pelos aventureiros da Chartered.

Ainda indecisa a luta, foi assinado o tratado com a Inglaterra que lhe pôs termo e no qual ficaram definidos os limites da Província, com

## Revista da Cavalaria

o rio Rovuma ao Norte, com excepção dos territórios de Kionga, cedidos à Alemanha, os quais só depois da 1.<sup>a</sup> Grande Guerra foram incorporados nos nossos domínios, como recompensa do esforço português na Campanha contra o Leste Africano Alemão.

Podemos agora avaliar melhor o grau de decadência a que chegou a nossa Província de Moçambique, até 1894.

As tribos assoladas pelos vátuas, que pouco a pouco se haviam tornado senhores de toda a região ao Sul do Save, não lhes puderam resistir, porque a invasão destes descendentes directos dos Zulus, guerreiros sem igual, para quem o extermínio era o maior dos prazeres, atingiu proporções catastróficas. Este era agora o nosso inimigo número um — aquele que tinha de ser aniquilado, sob pena de se comprometer irremediavelmente a nossa soberania.

Os ataques sucedem-se desde 1845 até 1859, data em que Massicune morreu, deixando dois herdeiros à coroa cafreal: Mahuehue e Muzila. Este último viu-se obrigado a emigrar para o Transval onde esperou que o irmão caísse no desagrado dos seus vassallos e grangeasse o ódio dos europeus e dos seus aliados, pela sua crueldade desmedida, despotismo e incrível ferocidade.

Muzila pede, então, auxílio às autoridades portuguesas para fazer guerra ao irmão, comprometendo-se a ser tributário de Portugal. Mahuehue mobilizou 10 a 12 mil homens, que foram batidos em combates sangüinários pelo seu opositor, entre a Matola e Moamba, tendo ficado mortos e feridos 7.000 dos primeiros. Contudo, a vitória não foi decisiva. Muzila vai a Lourenço Marques, e, em 1861, é organizado um exército formidável, composto de 16 a 20 mil indígenas dos nossos régulos tributários e por 4.000 vátuas de Muzila, aos quais distribuimos 2.000 espingardas, cartuchame, munições de guerra e de boca. Assumiu o comando supremo o filho do régulo Maxaquene, Sotêve, que dividiu o exército em cinco colunas, as quais empunhavam todas a bandeira nacional.

Mahuehue dispunha de 25.000 homens. A carnificina resultante do embate destes dois exércitos selvagens, em que não se fizeram prisioneiros, foi espantosa. Muzila foi proclamado rei dos vátuas, tendo morrido 20.000 homens de ambos os lados. Apesar de tudo, os conflitos continuam connosco, pois Muzila apenas se julgava obrigado a cumprir os compromissos tomados em relação aos portugueses de Lourenço Marques e tratava como inimigos os europeus e indígenas dos outros distritos.

## Revista da Cavalaria

Morreu Muzila e succede-lhe seu filho — o Gungunhana.

Com a simples mudança de residência, de acordo com as autoridades de Gaza, do novo rei dos vátuas, das margens do Save para Manjacase, após a assinatura de um tratado de vassalagem, ficaram assolados os distritos de Sofala e Inhambane — os campos devastados, as povoações arrasadas, as mulheres e os gados roubados!

Entretanto, mantinha relações diplomáticas com Lisboa, onde chegou a mandar duas embaixadas, enquanto recebia um grande presente de armamento moderno, transportado pelo vapor *Countess of Carnarvon* — facto que provocou grossa balbúrdia nas nossas relações com o famigerado rei. Justificou-se como pôde, mas, em Outubro de 1890, o referido barco foi apreendido pelo vapor *Mac-Mahon* quando subia as águas do Limpopo. A respectiva carga constava de um segundo presente de armas para o Gungunhana (1.000 espingardas Martini).

Notemos, de passagem, que este aprisionamento constituiu um dos acontecimentos mais notáveis da vida de Mousinho, durante o curto período em que foi Governador do distrito de Lourenço Marques.

Pouco depois, aparecia publicada em documentos oficiais do Cabo e do Natal uma rectificação feita pelo «Rei de Gaza» de um tratado anteriormente concluído com a Companhia Inglesa da África do Sul.

Todos estes factos provavam à evidência que a política de Gungunhana, além de tortuosa e embrulhada, era uma política de traição.

Sob o ponto de vista internacional, a situação era melindrosíssima.

Ao jogo de interesses das grandes potências devemos nós o equilíbrio da nossa soberania. O Sul da Província, pelo menos, conseguia resistir, talvez mais pela rivalidade e força dos pretendentes estrangeiros, do que pela consideração e reconhecimento dos nossos incontestáveis direitos.

Neste final do segundo período — o da decadência — Gungunhana empurrava-nos traiçoeiramente para o Índico, pondo em grave risco a população de Lourenço Marques — dessa heróica e encantadora cidade, cuja população já noutras ocasiões se havia encontrado na dura necessidade de se defender com armas na mão, por não dispor de força militar suficiente para a proteger.

Eramos acusados pelas outras nações, e com razão, de que, impotentes para manter em respeito as hostes guerreiras dos vátuas, não podíamos garantir a segurança dos estrangeiros estabelecidos naquela cidade, não tendo por consequência direito a manter a sua posse. Foi

## Revista da Cavalaria

esta a situação que, apresentando-se insofismável e claramente definida, fez com que a Metrópole acordasse sobressaltada do sono lamentável em que jazia adormecida, como se miraculoso despertador lhe ferisse os ouvidos. Organiza-se, então, sob o comando do Coronel Galhardo, a expedição de 1895: punhado de heróis a quem a Pátria tanto deve!

Para a Província de Moçambique, foi facho de luz que, rompendo as trevas de uma longa noite de naufrágio, a salvou, como sol que nasce fulgurante e jamais se põe, e, para o valor da raça lusa e prestígio da Força Armada, uma indiscutível ressurreição!

A campanha contra os vátuas atinge limites inexcedíveis de glória. Os combates sucedem-se: Marracuene e Magul, Coolela e Manjacase, são páginas brilhantes e inigualáveis da nossa história militar. O soldado português afirma exuberantemente ao mundo, pela sua incontável bravura e patriotismo, que naquelas paragens longínquas só a bandeira portuguesa tinha direito a tremular! A mesma bandeira que há séculos ali fora hasteada pelos nossos Grandes Capitães, que andaram pelas sete partidas do mundo dilatando a Fé e o Império!

Foi uma verdadeira escola de virtudes aquela campanha. Os vátuas foram batidos e escorraçados com manifesto assombro de todo o mundo. E Gungunhana — o Rei de Gaza — o potentado mais temível de toda a África do Sul — fugia pouco a pouco, resistindo sempre, acossado indômitamente pela gente lusa, assistindo ao desabar tremendo do seu império, a desfazer-se na ponta das baionetas dos nossos infantes! Gungunhana ouve com horror o ribombar dos canhões nas margens do Limpopo! As hostes aguerridas dos vátuas esfacelam-se com o embate da nossa Cavalaria!

A vitória foi estupenda e alcançada numa desproporção tão grande, que a Europa não acreditava nela. Em Londres duvidava-se que os vátuas pudessem ter sido derrotados em Magul por 300 homens e em Coolela por 600. Efectivamente, *nunca tão poucos fizeram tanto!*...

António Ennes voltava já para Portugal com a satisfação do dever cumprido, aureolado de glória e confiante no futuro. Deixara lá ficar alguém em quem podia confiar; alguém que, como em todas as ocasiões difíceis para a nossa nacionalidade, surgiu inesperadamente, encarnando as virtudes da Raça. Alguém que atingiu as proporções dos heróis que Camões cantou! Alguém que, na ocasião mais oportuna para garantir a nossa soberania, numa acção de estoicismo, bravura e heroicidade inexcedíveis, demonstra e confirma, ecoando estrondosa-

## Revista da Cavalaria

mente por todas as capitais da Europa, a indiscutível valentia dos nossos soldados — a capacidade inegável da nossa Força Armada para manter a soberania de Portugal naquelas paragens do Ultramar!

Rasgou a atmosfera de dúvida que, até mesmo em Lisboa, começava a toldar o conjunto das espantosas vitórias de Marracuene, Magul e Coolela. Esse *alguém*, que marcou na nossa história um lugar inconfundível como grande Chefe militar, foi Mousinho de Albuquerque!

Mousinho compreendeu, e muito bem, que a campanha não estava completa: era preciso *explorar o sucesso* — não perder a oportunidade — agir com audácia, mas com cabeça — prender o Rei dos Vátuas; fazer prisioneiro de guerra esse imperador formidável e temível; obrigá-lo a *sentar-se no chão*, antes que pudesse refazer-se das derrotas sofridas e, finalmente, mandá-lo de presente para Lisboa, como «*resto sem valor*» de um império que os portugueses, *sem auxílio de ninguém, podiam* aniquilar para todo o sempre! E Mousinho, se bem o pensou, melhor o pôs em execução. Quando António Ennes chegou a Lisboa, já a prisão de Gungunhana era um facto: a esplêndida jornada de Chaimite, levada a cabo por Mousinho, acompanhado por três valentes oficiais, cinquenta soldados europeus, um soldado da Polícia indígena, 207 auxiliares desarmados e 76 carregadores, electrizou Portugal de Norte a Sul e assombrou o Mundo inteiro!

Mas Mousinho não era apenas um brioso e valente oficial da Arma de Cavalaria. Não era aquele audacioso, irreflectido e imprudente Capitão, que muitos dos seus inimigos e detractores criticavam injustamente.

É preciso trazer a verdade à tona de água: Mousinho, quando se incorporou, como simples capitão, nas forças expedicionárias a Moçambique, já tinha atrás de si uma brilhante carreira colonial.

Em 1886 havia partido para a Índia, a fim de desempenhar ali uma modesta comissão civil. De tal forma se houve no exercício das suas funções, que, dois anos mais tarde, desempenhava o lugar de Secretário Geral do Governo.

Depois do *ultimatum*, em 1890, é nomeado Governador do distrito de Lourenço Marques pelo Governo de Serpa Pimentel, tendo demonstrado possuir excepcionais qualidades de energia e de inteligência, quer como governador, quer como diplomata.

Compreende-se muito bem que os conhecimentos adquiridos, durante o tempo em que governou o distrito de Lourenço Marques, tives-

## Revista da Cavalaria

sem servido de base segura para a brilhante actuação de Mousinho na Campanha de 1895.

Tais conhecimentos tinham-lhe dado efectivamente uma autoridade especial para apresentar, ao ministro da Guerra de então, um plano de operações militares, destinado a pôr termo definitivamente às actividades agressivas de Gungunhana contra a nossa soberania.

António Ennes, consultado pelo ministro sobre o plano que Mousinho apresentara, fez, entre outras considerações, as seguintes: «Li-o atentamente e acheio-o em tudo conforme com as minhas próprias ideias, já expostas ao Governo e já em grande parte desenvolvidas no meu relatório sobre Moçambique, publicado em 1893».

E, assim, António Ennes informou o ministro da Guerra de que tomaria em consideração o plano que lhe havia sido apresentado e cujas linhas gerais lhe pareciam bem delineadas.

Não era, pois, sòmente um capitão de cavalaria, *sans peur et sans reproche*, mas também um colonial distinto, inteligente e experimentado, já com relevantes serviços prestados, não só na Índia, como em especial em Moçambique.

Em Março de 1896 é nomeado Governador Geral de Moçambique, e, em Outubro do mesmo ano, com uma coluna de operações do seu comando, inicia a campanha de ocupação contra os namarrais, tendo, como primeiro objectivo, bater o Marave, xeque de Mantibane, o chefe Ahula — principais rebeldes do continente fronteiro à ilha de Moçambique. É ferido no combate de Mujenga. Seguem-se os combates de Naguema, Ibrahimio e Mucutu-Muno, todos eles vitoriosos para as nossas armas.

Durante a segunda fase desta campanha, foi Mousinho nomeado Comissário Régio.

Entretanto, haviam-se tornado tensas as relações entre a Inglaterra e o Transval. Mousinho recebe ordem para concentrar as suas forças em Lourenço Marques.

Surge a ameaça da revolta do régulo Jambul de Gazalândia, tio do Gungunhana. O caso era sem dúvida muito grave, quer sob o ponto de vista interno, quer sob o aspecto internacional.

Jambul, tio do Gungunhana, ambicionava, nada mais, nada menos, ser proclamado sucessor do sobrinho. Para isso, escolheu para chefe das hostes sublevadas o célebre Magniguana, que, diga-se de passagem, comandava a cavalo e conservava ainda a sua antiga preponderância militar, por não ter sido ainda batido pelas nossas tropas.

## Revista da Cavalaria

As mangas do Maguiguana engrossavam constantemente e ocupavam, com o efectivo de 7 a 8 mil homens, duas posições de grande valor estratégico: Inchobane e Macontene. Foram primeiro batidos por Gomes da Costa, mas este não pôde fazer a perseguição por não dispor senão de uma pequena força de cavalaria, com os cavalos enfraquecidos pela doença e pelos esforços violentos que lhes haviam exigido.

Mousinho, como se vê, não tinha possibilidade de se dedicar às suas funções administrativas, e, em Julho de 1897, parte para o Chibuto com 52 praças de Cavalaria 4, onde mandara concentrar as forças que ele próprio iria novamente comandar. Realiza em 32 horas a célebre marcha, de duzentos quilómetros, até às margens do Limpopo, apenas com 3 horas de descanso, e, no dia seguinte, em 15 de Julho de 1897, entra no posto de Chibuto, onde três dias antes se haviam concentrado as restantes forças.

A marcha para o inimigo é iniciada em 21, à uma hora da madrugada e o contacto é estabelecido às 8. Forma-se o «quadrado» com os marinheiros em duas das faces e infantaria 4 nas outras duas, com os cipais de Gomes da Costa no interior, a artilharia nos ângulos voltados para a colina e a Cavalaria colocada no centro.

Apesar da intensa metralha que caía, os negros avançavam denodada e ameaçadoramente, armados muitos com espingardas Kropatschek, fazendo fogo certo e provocando-nos baixas apreciáveis.

Ao fim de trinta e sete minutos de fogo, com descargas feitas com a maior regularidade, começam os negros a retirar e verifica-se, da parte do inimigo, um princípio de desmoralização. É então que Mousinho, de cavalo-marinho em punho, sai do quadrado com a Cavalaria e o seu estado-maior e se lança à carga, fazendo a perseguição do inimigo e tornando a vitória decisiva e espectacular.

O entusiasmo foi indescritível quando Mousinho, de regresso ao quadrado declarou aos seus soldados: «Rapazes, a partida está ganha!». E estava de facto.

Mas... Mousinho não era fácil de contentar: tal como havia feito com Gungunhana, entendeu que, conquanto tivessem sido derrotadas as últimas forças vátuas em Macontene, era necessário perseguir e prender a todo o custo o audacioso Maguiguana.

Em 8 de Agosto, inicia a marcha a fim de o aprisionar, e, dois dias depois, o régulo morria heróicamente, perto de Mapulanguene.

Mousinho parte depois para Lisboa, onde desembarcou em Dezembro de 1897, em busca de bem merecido repouso.

## Revista da Cavalaria

No ano seguinte, depois de recebido como um herói sem igual em todo o país, vai em visita às capitais da Europa.

Fora agraciado com as mais altas condecorações pela Alemanha, Inglaterra, França e Espanha, algumas das quais só excepcionalmente eram conferidas a oficiais estrangeiros.

Embarca finalmente para Moçambique, como Comissário Régio, em Abril de 1898.

Mousinho planeia, então, a sua obra notável de ocupação efectiva e de inteligente administração, e organiza as forças militares em toda a Província.

Não vem a propósito, nem seria possível fazer, nesta simples e resumida exposição, quaisquer referências, ainda que a traços largos, aos processos preconizados por Mousinho no seu plano admirável. Direi apenas que esses processos foram idênticos aos seguidos pelo General Gallieni no Tonkim e Madagascar, e, conquanto no distrito de Moçambique não tivesse sido tão feliz como o foi no distrito de Gaza, a verdade é que se esforçou por fazer daquela nossa Província um campo aberto às mais prometedoras iniciativas, por meio de uma eficaz e sã colonização.

Infelizmente, a sua permanência foi lamentavelmente curta: em Julho de 1898, entregou Mousinho o Governo Geral ao Conselho Governativo.

Não era apenas o Comissário Régio — o vencedor do Império Vátua — que deixava a Província como um vencido; era o *Cavaleiro*, o *Grande Capitão* da África Oriental que, afrouxando as rédeas do seu cavalo, depois de embainhar indignadamente a espada, punha o pé em terra e embarcava desiludido!

Moçambique ficava entregue à sua sorte! Eduardo de Noronha diz a este respeito o seguinte: «A inveja, a política e bastos outros factores de igual quilate, os mesmos que tinham aniquilado já a acção de Afonso de Albuquerque, de D. João de Castro e de tantos e tantos na Índia e nas outras Colónias, arrancaram-no de Governador da nossa África Oriental. Foi um grande erro. Que durma na paz eterna concedida aos homens que muito amaram a glória da sua terra!».

Efectivamente, os restos mortais do Herói de Chaimite repousam na paz eterna, em campa rasa, à sombra de um crucifixo, no chão abençoado da Pátria que tanto amou.

## Revista da Cavalaria

Mas o seu espírito de Cavaleiro e a sua alma de Soldado ficaram lá, impregnando de perfume heróico o ar que se respira em toda a Província de Moçambique!

A vida de Mousinho constituiu, para as gerações que lhe sucederam, uma bela lição de patriotismo — um exemplo de sacrifício para a Mocidade do futuro!

Quem alguma vez desembarcou naquelas paragens do Ultramar e por lá andou calcurriando o mato, desbravando a selva ou combatendo, sentiu bem que o espírito de Mousinho está presente por toda a parte! Inspira e inspirará sempre todos os bons portugueses, que, tendo por lema *servir*, têm feito de Moçambique, em especial nos últimos vinte e cinco anos, o que Mousinho pretendia que Moçambique fosse: uma progressiva e próspera Província de Portugal, nas costas africanas do Oceano Índico!

General ABÍLIO PAIS DE RAMOS





## A Escola de Mousinho

*Para os jovens oficiais da Cavalaria  
lerem e meditem*



ada uma das Armas que constituem um Exército tem as suas características particulares; umas, consequência directa do armamento que empregam, outras dos meios de movimento que utilizam e outras, enfim, da mentalidade que lhes cria a própria utilização de uns e outros.

É dessas características que resultam as «*propriedades tácticas*» das diferentes Armas, e quer nas Forças Armadas Terrestres como nas Aéreas ou Navais.

Mas — foquêmo-lo mais explicitamente — as características particulares de uma Arma se resultam, por um lado, das armas e meios de movimento que utilizam, também resultam das qualidades morais que a tradição do seu emprego através da história, ou seja o género de missões que lhe confiaram e o ambiente em que as desempenhou, vem a criar-lhes, forjadas, pois, na luta brava das campanhas.

## Revista da Cavalaria

A massa plástica que é a substância viva de qualquer tropa, essa é sempre a mesma: o Homem, feito de carne e nervos, que uma leve mas dura armação óssea contém e sustenta.

Foram o ambiente e as missões em que através do tempo e da História se viram empregadas a Infantaria e a Cavalaria — para só falar nas matrizes em que as outras Armas se geraram — que lhes deu o seu carácter moral inconfundível e o seu Espírito definitivo.

Seria um erro grosseiro, e estulta pedantice, dizer que a coragem ou a bravura foi apanágio exclusivo da Cavalaria. Mas o que é lícito é reconhecer que a coragem e a bravura se revestem de carácter particular para cada Arma.

A Infantaria é a Arma da coragem fria, perseverante, inquebrantável; a Arma que luta, e rasteja e morde a terra ensopada do seu sangue para conquistar o terreno, palmo a palmo, ou para conservar o que tem ou que conquista, sem ceder uma polegada; que sofre e se resigna sob a metralhada infernal rugindo no ar e tudo avassalando e destruindo no solo, mas que não larga a sua presa, não desvia os olhos do objectivo para que avança. Enterra-se, rasteja, esconde-se; teimosa, sofredora, pachorrenta, mas inflexível nos seus propósitos, temível na sua paciência e vagares.

A Cavalaria, essa é o feixe de nervos, explosivo; é o furacão que passa vertiginosamente. Surge de súbito entusiasta e temerária, audaciosa e indomável, e corre para o perigo voluptuosamente, como se desprezasse ou amasse apaixonadamente a luta com a Morte nesses momentos dramáticos em que tem de lhe disputar a glória de vencer ou sacrificar-se para servir o Comando ou as Armas irmãs que lhe pedem cobertura ou apoio.

É capaz de saber esperar, a coberto, taciturna e sofrendo a custo, sob uma aparência de impassibilidade, os seus corcéis impacientes ou o resfolgar trepidante dos seus motores, a hora em que há de lançar através do brado estridente dos seus clarins ou do trovão altissonante dos seus motores potentes, o desafio supremo: Morte ou Glória!

Quando esse momento chega, todas as suas energias refreadas se distendem; e então tudo é vertiginoso, fulminante, apocalíptico!

Não terá nem mentalidade, nem paciência, nem nervos para suportar acções prolongadas de luta, arrostando com uma presença inimiga que não vê e apenas sente através dos seus projecteis invisíveis e traiçoeiros e da tempestade trovejante de aço que lhe cai em cima; mas quando o adversário se lhe apresenta na frente, quando consegue,

## Revista da Cavalaria

enfim, localizá-lo, então lança os seus fogosos cavalos impacientes ou os seus fiéis motores, com as suas lanças ou os seus potentes canhões enristados e precipita-se, sem olhar ao número e ao poder do inimigo, disposta a dominá-lo ou morrer.

Infantaria e Cavalaria assim são; assim as fizeram os seus meios de acção e as suas façanhas seculares; assim as caldearam os seus chefes legendários e assim se conservaram através de todas as alterações do material que o progresso lhe ofereceu e das adaptações orgânicas que resultaram da evolução da ciência da guerra.

\*

Os Comandantes dos Exércitos e os das Grandes Unidades que os constituem — em qualquer escalão que se encare — só conseguem tirar completo rendimento das Armas e Unidades diversas postas à sua disposição, quando conheçam e tenham sempre presentes no seu espírito as características de cada uma e as correspondentes propriedades tácticas que delas derivam; quando, enfim, e como corolário, saibam utilizá-las conforme o lugar e momento das operações, como pedras diferentes de cuja hábil e oportuna utilização resultará o êxito e a harmonia da manobra. Mas não só isso: quando saibam, também, distinguir e escolher na multidão disciplinada das suas fileiras os que têm o verdadeiro estofo para as comandar, — como Napoleão sabia distinguir os que deviam ser os seus generais de Infantaria ou de Cavalaria, e os que deviam ser os seus marechais; como António Enes soube encontrar e nomear o predestinado que devia levar a cabo a tarefa heróica da ocupação definitiva dos nossos domínios orientais africanos, até ao fim —.

Mal vai dos chefes que o esquecem... e tanta vez isso sucede. Mal vai dos Comandantes que não saibam estimular e vivificar o espírito e carácter peculiar de cada Arma!

\*

A tradição é a mola real do *Espírito de Corpo das Unidades* e, por integração, do *Espírito da Arma*.

## Revista da Cavalaria

Mal vai também aos povos e aos Exércitos que não cuidem de conservar e fazer florescer *as tradições* através das gerações que o rodar do tempo vai criando, para as aproveitar como meio educativo e factor importante de eficiência das suas tropas.

Mal vai de nós militares, e dos exércitos, quando alguns, por irreflectido pedantismo ou por doentia preocupação de vasculhar os escaninhos mais recônditos da história e dos íntimos sentimentos e fugazes desânimos ou dúvidas dos nossos antepassados, se comprazem em derrubar os ídolos e até as lendas, que animam e fortificam os que, nos momentos trágicos da vida das nações e dos exércitos, têm de defrontar a morte!

\*

Estas são as premissas com que abro o artigo de homenagem ao Grande Mousinho, que Sua Ex.<sup>a</sup> o Director da Arma de Cavalaria se dignou solicitar-me para o número da *Revista da Cavalaria* destinado a assinalar o preito de todos os que se honram em ter servido ou servir nesta valorosa Arma, à memória do grande cavaleiro que Ele foi.

A convite do Ex.<sup>mo</sup> General me proponho focar a influência desse prodigioso chefe e cavaleiro na mentalidade das gerações de Cavalaria que se lhe seguiram, até hoje, ainda que com pouca fundamentada autoridade tenha de fazê-lo.

Estas linhas dirigem-se especialmente aos jovens oficiais de Cavalaria, para procurar mostrar-lhes o que significa essa frase que tanta vez na minha geração foi invocada, e que não é nem estulta nem vazia de sentido — a Escola de Mousinho — mas que carece de ser justamente interpretada para não adulterar o seu sentido.

Algumas vezes, através da minha vida de professor e de Comandante, eu senti necessidade de recomendar aos mais novos, que me cumpria orientar ou mesmo educar militarmente, cuidadosa reflexão e elevada compreensão no estudo da personalidade extraordinária desse grande chefe de Cavalaria, alma diamantina de patriota e fiel servidor do reino, cujo espírito se debatia, atormentado, entre as verdades profundas que pressentia no seu subconsciente e no seu cérebro prescrutador por instinto, e as dúvidas que eram geradas e propagadas pela atmosfera deletéria e céptica desse fim lânguido e romântico do alvoçado século XIX em que uma tendência suicida para a descrença, para

## Revista da Cavalaria

o indolente conformismo com as fatalidades e males que nos afligiam, havia de conduzir à tragédia da Monarquia.

É necessário para compreender a Escola de Mousinho não confundir altivez com vaidade, personalidade com arrogância insubmissa, iniciativa com indisciplina.

Qualquer errada interpretação a este respeito, redundaria em ofensa à memória desse homem generoso e fundamentalmente apóstolo da disciplina, ousado e até temerário, mas só depois de fixar, por reflectida e silenciosa ponderação, os seus objectivos.

Vale pois a pena, antes de quaisquer novos comentários sobre Mousinho e a sua Escola, e em homenagem a esse astro fulgurante, que surgiu no deletério ambiente político do fim do século XIX e alvorecer do nosso século, e à influência que passou a exercer na nossa Ética Cavaleira, invocar, ainda que em breves linhas e traços largos, o meio e as condições em que se desenvolveu a sua actividade, a partir da sua chegada ao Continente Africano, em que começa, então e verdadeiramente, a forjar-se a sua figura legendária de Cavaleiro, de chefe e administrador clarividente e honrado, e de patriota impoluto.

\*

O Exército português que abriu o século XVIII com a marcha fulgurante do Marquês das Minas sobre Madrid, em que a cavalaria tão activamente contribuiu para os êxitos que chegou a alcançar, entrara no século XIX já na situação delicada que se gerara no tratado de paz de Basileia, entre a França e a Espanha.

Ao abrir a cortina, e acesas as luzes da ribalta no palco do novo século, logo uma lufada torva e de mau agouro perpassou sobre o país com a desgraçada Campanha de 1801, o tratado de Badajoz, a perda de Olivença e a invasão de Junot.

O Exército de linha, desnacionalizado com a acção dissolvente da política secreta e das espionagens francesa e inglesa que nos minavam com as suas «Quintas Colunas», perdera a mola do seu tradicional valor — a disciplina.

Em breve, porém, veio a Guerra Peninsular arrancá-lo do marasmo, provando-se, uma vez mais, que o valor visceral do soldado português só se estiola e esconde nas sombras da política mesquinha, quando lhe faltam os chefes, mas que logo renasce e se revigora quando

## Revista da Cavalaria

volta a ter quem o dirija e comande e o saiba instruir e lhe queira de verdade, e à sua terra e às tradições do Exército.

Através de todas essas rijas campanhas contra o invasor francês, preparada e temperada por chefes prestigiosos sob a direcção hábil e tenaz do duque de Wellington, e de quadros escolhidos, a nossa cavalaria readquirira de novo a sua força interior, o verdadeiro espírito cavaleiro, de que até o inimigo — a brilhante Cavalaria do Império — recebeu lições magistrais.

Ainda em 1816, se ilustram os nossos 6 esquadrões que, marchando para o Rio de Janeiro, brilham nas planícies do Uruguai aniquilando a cavalaria de Artigas.

Sobreveio, porém, a Guerra Civil entre o regime tradicionalista e o liberalismo gerado pela Revolução Francesa, que encharcando o solo fecundo do reino no sangue de irmãos, de filhos da mesma Pátria, enluta o século XIX e de novo dissolve as velhas energias e a solidariedade que a guerra contra os franceses dera ao nosso exército.

A actividade bélica do nosso exército some-se, então, e fica apenas uma longa e triste sucessão de revoluções e lutas políticas, em que a disciplina se esfacela e o sentimento patriótico se adultera, sem que uma guerra exterior tivesse vindo lançar sobre as nossas tropas e a nossa política um benéfico e viril sopro de regeneração.

Entretanto, no vasto império português em África, Gungunhana, escalando o poder sobre o cadáver de seu nobre irmão, imolado como primeira vítima da desenfreada ambição do matreiro régulo, amplia e consolida a herança de Macicusse — o fundador do império Vátua — e domina como verdadeiro rei o interior dos nossos territórios de Moçambique. A sua organização militar, que lhe consentia mobilizar uma centena de milhares de combatentes, orientada por esse grande cabo de guerra que foi o bravo Maguiguana, já punha a descoberto, pela sua própria imponência, a deliberada intenção do potentado Vátua para quebrar a vassalagem jurada à Coroa Portuguesa, quando soasse a hora propícia.

Esse ambicioso cálculo, estimulava-o a ambição e apetites de estrangeiros que espiavam a nossa derrocada para tombarem de improviso, sobre os negros, e lhe disputarem, então, os cobiçados despojos do nosso império.

Entretanto, os nossos governos, vítimas do ambiente pestilento e triunfante do derrotismo e descrença, de apatia e conformismo com a fatalidade, que cobria grande parte das nações nesse fim de século, e

## Revista da Cavalaria

que ficara como herança funesta do alvoroçado período da Revolução Francesa e do Império Napoleónico, eivados do dissolvente indiferentismo dessa época de líricos e românticos vencidos, sempre absorvidos e obcecados pelas suas lutas e conveniências políticas, deixavam-se viver embalados voluptuosamente nas intrigas mesquinhas, e ignorantes dos nossos distantes interesses do ultramar. As nossas colónias estavam, assim, à mercê da ousadia do Gungunhana — umas vezes arrogante, e ardilosas outras — e dos aventureiros estrangeiros que o apoiavam e manobravam.

É neste panorama desolador, em que agonizava a nossa soberania nas terras de África que ainda nos pertenciam, e a própria dignidade nacional se afundava perante o escárnio das chancelarias, que surge a epopeia desse punhado de honrados portugueses que à custa dos mais espantosos sacrifícios, animados por um patriotismo inquebrantável e de um prodigioso estoicismo ante os perigos e a grandeza da tarefa, tendo sempre presente as façanhas dos nossos descobridores e primeiros ocupadores de quinhentos, implantou de facto a nossa soberania nos vastos domínios africanos.

A epopeia militar dos portugueses do fim do século XIX, em África, é a luta contra o poderoso império Vátua em terras da Coroa de Portugal, é certo, mas é também a primeira viril reacção contra uma época de derrotismo e degenerescência, gerados pela política mesquinha e a ambição de mando de muitos.

\*

Enquanto, em Lisboa, os governos permaneciam nessas doentias indecisão e inacção, alastrava surda a rebelião no interior do distrito de Lourenço Marques.

Com os brancos numa minoria desprezível e, além disso, com o prestígio de raça já minado pelas tolerâncias e fraquezas praticadas, qualquer grito de revolta encontraria fácil eco e alastraria entre as massas negras «como fogo ateadado pela ventania em restolho ressequido».

O grito de guerra partiu do régulo de Magaia, e em 14 de Outubro de 1894 sofria Lourenço Marques o primeiro assalto dos negros revoltados. Não fora a bravura e pronta decisão do capitão Roque de Aguiar e a chacina e os prejuízos seriam já incalculáveis.

## Revista da Cavalaria

Entretanto, o primeiro ataque a Lourenço Marques, ecoando na Metrópole, acabou por convencer o Governo Central e os partidos políticos, de que não poderíamos, sem descalabro, continuar a oferecer o país às arrogantes arremetidas dos seus vassallos e ao escárnio das Chancelarias europeias. Daí resultou a nomeação de António Enes para Comissário Régio em Moçambique, com a missão, que ele próprio traçou ao Governo, de *impor a nossa soberania e reduzir o Gungunhana às suas obrigações de vassalagem ou de o liquidar*.

Com esta decisão governamental e a chegada a África do valoroso Comissário Régio, abre-se a história da epopeia dos portugueses na guerra de imposição da sua soberania efectiva em Moçambique.

O pano vai subir para o prólogo do drama da derrocada do Império Vátua — Marracuene! —.

Entretanto, na Metrópole apresta-se para partir a expedição que António Enes exigira, como instrumento para cumprir a sua missão. Dela viria a fazer parte um esquadrão de Lanceiros 1 de que Mousinho pedira para assumir o Comando.

O Comissário Régio chega à Ilha de Moçambique em 6 de Janeiro de 1895 e logo em 7 tem a notícia da nova tentativa de assalto a Lourenço Marques, que só não se consuma porque o bravo Caldas Xavier sai a fazer-lhe frente.

O negro some-se na selva mas António Enes não perde tempo, como verdadeiro chefe que começa a revelar-se. Segue para o local do perigo e decide logo mandar sair a primeira coluna de operações, para aliviar a pressão sobre Lourenço Marques e dar sinal ao potentado negro de que os portugueses ali estavam de novo, dispostos a reduzi-lo à vassalagem jurada.

Em 28 de Janeiro, a coluna forma ao toque da alvorada com uns escassos 300 homens brancos e outros tantos caçadores africanos — os angolas —, mas leva como oficiais uma mão cheia de homens de primeira ordem: o major Caldas Xavier, Eduardo Costa, Aires de Ornelas, Paiva Couceiro e Roque de Aguiar.

Em 29 a coluna chega a Marracuene, sempre fustigada pela inclemência de um temporal africano. Três dias passados, como o inimigo não aparece, a coluna prepara-se para atravessar o Incomáti e continuar o avanço. Mas na madrugada de 2, já preparada para iniciar a marcha, o inimigo surge, enfim, de surpresa e avança lançando os seus brados gentílicos.

## Revista da Cavalaria

Os angolas desmoralizados perante a massa impetuosa dos landins, cedem e essa face do quadrado é rota.

Num momento tudo parece perdido!... Mas a t mpera dos chefes e a disciplina da tropa europeia estava ali para se pôr à prova. Soldados bisonhos, que aí recebem o seu baptismo de fogo, actuam estoicos e serenos como veteranos, nas suas descargas disciplinadas! Caldas Xavier e os outros oficiais, perante a noção do perigo que ameaça o quadrado, com um flanco aberto, exortam os angolas desvairados, atiram-se para a frente empurrando-os, levando-os diante de si a murro e   cutilada... e os caçadores negros contagiados por essa bravura dos brancos recobram ânimo!

A situa o melhora, os landins que já haviam entrado no quadrado são liquidados em ferozes duelos com as praças brancas.

Perante a muralha de fogo das armas portuguesas e a sebe das suas baionetas, a arremetida vacila, pára e por fim retrocede, refugiando-se na selva misteriosa!

Estava ganha a primeira vitória das armas portuguesas sobre os Vátuas do Gungunhana.

Fizera-se o milagre de Marracuen! «Algumas poucas centenas de homens civilizados, conseguira deter o impulso feroz dessa lava negra do vulcão v tua, com os seus 3.000 bárbaros armados!».

\*

Como para continuar é preciso reorganizar as forças e aguardar a chegada da expedi o, o prudente Comissário Régio manda recolher as tropas a Louren  Marques.

A entrada, o bravo Caldas Xavier exclama para os seus homens vencidos pelo sofrimento e pela fadiga: «Rapazes, vamos ser vistos por estrangeiros!»... E era ver esse punhado de homens, que o clima africano e o rigor das marchas e o esforço do combate, e — porque não? — a depressão do isolamento no sertão traiçoeiro, abatera, era vê-los aprumar os seus pobres corpos vergados e doridos para marchar com garbo e altivez!

Era assim a nossa tropa da epopeia de África!

\*

## Revista da Cavalaria

Em 13 de Abril chegam as forças de artilharia e de engenharia vindas da metrópole. Em 29 de Maio chega o Batalhão de Caçadores 3 seguido de perto pelo esquadrão de Lanceiros 1, comandado por um capitão, esguio, altivo no olhar e no aprumo... Era o capitão Joaquim Mousinho.

Em Abril chegara também, o fleugmático e rígido coronel Galhardo, que ia ser o comandante geral das forças em Moçambique.

Em 25 de Abril é lançada uma coluna de reconhecimento e demonstração que vai fortificar o porto de Incamine e punir as inquietas terras de Mapunga. A 23 de Maio, a coluna, minada de doença e de fadiga, reentra em Lourenço Marques, de novo vitoriada, deixando atrás de si o terror e as ruínas das aldeias rebeldes.

Vai começar, em breve, o primeiro acto do drama de que Marra cuene fora o prólogo.

As forças portuguesas, constituindo uma brigada, articulam-se para a manobra em duas colunas:

- uma, a do Sul, com uns 1.000 homens, destinada a operar no distrito de Lourenço Marques, contando com um bom grupo de oficiais e com o bravo Caldas Xavier;
- outra, a do Norte, comandada pelo próprio Comandante Geral, Coronel Galhardo, com uns 1.300 homens, e entre eles o esquadrão de Mousinho, e contando com o capitão Gomes da Costa, Eduardo Costa, Aires de Ornelas, Passos e Sousa, e outros.

Esta, larga para Inhambane com a missão de estabelecer a Norte dos Rios Inharrime e Chicomo postos militares, próximos quanto possível das suas margens, que pudessem ajudar as terras da Coroa a fazer face a uma invasão dos vátuas e, sendo preciso, a servir de base de operações para uma ofensiva contra o Gungunhana. A coluna do Sul recebe a missão de ocupar vários pontos, nomeadamente Magude e Magul, prevenindo a hipótese do régulo se submeter sem guerra, e devendo preparar-se para atacar no caso contrário.

Prevenido as duas hipóteses, as tropas concentrar-se-iam em Manhissa e Intimañe, para daí actuarem conforme as circunstâncias.

António Enes dá assim início ao seu plano de manobra convergente, operando através do Incomáti até à Cossine, do Limpopo até à

## Revista da Cavalaria

foz do Chengane e de Inhambane e Chicomo, para alcançar Manjacasse, o real covil do Gungunhana.

Preparava-se a tenaz em que o Comissário Régio queria esmagar o Gungunhana!

\*

Os aventureiros estrangeiros, depois do feito de Marracuene e das pequenas demonstrações direitas a Incamine e a Mapunga, começam a aperceber-se de que os ventos estavam a mudar e a acobardar-se nas suas manobras. O Gungunhana revela os primeiros indícios de inquietação e receio, solicitando que não rompesse a guerra e acompanhando a petição de valiosos presentes em libras e marfim.

O espírito penetrante de António Enes capta estes sinais de fraqueza e logo assenta que a situação é já vantajosa para tomar ele a iniciativa do ataque. Aos pedidos do régulo responde com um verdadeiro «ultimatum» em que se afirma inclemente e lógico nas condições que impõe: ou o Gungunhana se submete às inequívocas condições de vassalagem que impõe, e começa por entregar os rebeldes régulos de Zichacha e Magaia que haviam assaltado Lourenço Marques, ou seria a guerra sem mais discussões.

Em 15 de Agosto, data limite para a resposta, o matreiro Gungunhana procura ainda iludi-la e envia mais presentes... Mas a comédia dos presentes e das transigências acabara. «A sorte estava lançada: seria a guerra! A guerra ao temível e invencível Gungunhana, a guerra declarada ao império Vátua do sertão africano, que podia dispor dos seus 50.000 vátuas e seus aliados; a guerra feita por duas colunas, cada uma delas com pouco mais de 1.000 homens!».

O primeiro acto do drama vai agora desenrolar-se e tem dois quadros: Magul e Coolela!

\*

As colunas avançam!

A coluna do Sul encontra enfim o inimigo em Magul! O minúsculo quadrado português aguenta e bate, uma vez mais, a força brutal das treze mangas vátuas que o assalta!

## Revista da Cavalaria

«Enterrara-se a primeira baioneta no coração das terras de Gaza!».

A coluna do Norte, por sua vez, avança sobre Coolela e a bravura de oficiais e soldados há-de arrancar ao fleugmático coronel Galhardo esse comentário sóbrio mas perfeito: — «Tais oficiais e soldados são o orgulho dos chefes que têm a honra de os dirigir, exaltam o seu país e o seu Rei e bem merecem da Pátria».

O inimigo deixa no campo 900 mortos!

Mousinho, erecto sobre a sua montada, o rosto voltado às balas, assiste embevecido a toda essa bravura que se desenrola a seus pés!...

«Chega-se a ter inveja dos mortos», comenta ao ver enterrar os que haviam tombado...

Na sua face altiva devia, contudo, pairar então uma sombra de íntima tristeza: a hora da sua querida cavalaria não ecoara ainda!

\*

A coluna avança agora sobre Manjacasse, o famoso Kraal do régulo vencido.

Mas Gungunhana, desvairado, já deixara a sua corte a caminho de Chaimite!

Manjacasse arde e nesse braseiro imenso de 700 palhotas, que crepita na floresta, vai-se queimando o poderio vátua!».

Entretanto, chega-se à época das chuvas.

Era preciso restaurar e renovar as forças exaustas!

Na Metrópole, porém, a fatídica tara de indiferença e de descrença e comodismo, leva o governo a sentir-se já cansado de tanta beligerância. O que estava feito bastava!...

Estulta utopia!

E António Enes recolhe à Metrópole com o grosso das tropas. Antes, porém, de partir, tem um gesto de insuspeitadas consequências: cria o distrito militar de Gaza e nomeia seu Governador o capitão Joaquim Mousinho.

\*

## Revista da Cavalaria

E Mousinho vai agora entrar em cena, como chefe, no acto final da derrocada vátua, que se desenrola em 3 quadros de deslumbrante projecção e beleza:

- Chaimite!
- Namarrais!
- Macontene!

Até aí actuara como pedra no jogo que os seus chefes manejavam. Ia agora actuar por sua conta e risco!... Ia governar e comandar ele!

\*

A derrota infligida aos vátuas afinal não desarmara ainda o Gungunhana. Do fundo dos seus domínios ele prepara a desforra.

E Mousinho parte para Lunguene já resolvido a aprisioná-lo.

— «Tinha-se enraizado no meu espírito a ideia de que eu havia de prender ou matar o Gungunhana dentro de poucos dias, ou a pouco e pouco o prestígio que resultou para as nossas armas dos combates de Marracuene, de Magul e Coolela, se iria obliterando no ânimo destes povos».

O destino cumpriu-se!

A águia ao soltar o seu primeiro voo, asas plenamente abertas no céu da glória, vai lançar-se sobre o próprio leão da selva no seu covil real!

A falta da Cavalaria que ele queria para essa arrojada empresa em que a velocidade estava na base do sucesso, marchará a pé... marchará de qualquer forma direito ao seu obstinado desígnio! Marchará com os 50 brancos que lhe restavam, apoiados pelas tribos negras que quisessem segui-los!

Durante dois dias, através do sertão hostil, fustigado pela chuva e queimado pelo sol abrasador — surdo a todas as evasivas do régulo, a todos os desânimos e dúvidas — implacável como um destino de Deus, o herói avança sobre o coio do potentado, arrastando na senda gloriosa da sua força indomável os fiéis companheiros da aventura e os negros, receosos ainda do poder do leão de Gaza mas magnetizados pela força imanente desse homem lendário! E a 28 de Dezembro, surge Chaimite!

## Revista da Cavalaria

Cerca com os negros o Kraal, que aparece enfim na clareira... E então, só, à frente dos seus minguados soldados brancos, entra no misterioso covil da fera, como um Deus da Guerra! Os 300 guardas da corte vátua ficam paralisados num espasmo de terror e admiração perante aquele temerário branco, que arrasta consigo por toda a parte a vitória e que ali está avançando imperturbável, brandindo a sua espada gloriosa, para a aringa do seu Rei!

Depois tudo é rápido, fulminante!

O Gungunhana é subjugado e em sinal da sua derrota obrigado a sentar-se aos pés de Mousinho, no chão, como qualquer negro vulgar! Os dois maiores inimigos dos portugueses, Queto e Manhume, são imediatamente fuzilados, para exemplo que complete o assombro dos guerreiros negros.

E às 10 horas Mousinho retira, com a sua gente, levando consigo Gungunhana, com o seu séquito de ministros e favoritos, sem mais sangue, sem, sequer, o vulgar incêndio do Kraal.

Com o Gungunhana leva os seus dois filhos, depois de tranquilizar a velha mãe negra sobre a sua sorte, quando esta lhe implora que lhos não mate... Era assim o coração de Mousinho!

\*

A repercussão deste feito assombroso foi retumbante!

O estrangeiro compreendeu, enfim, que os portugueses continuavam presentes em África e que o rumo da História das suas Colónias não mudaria afinal!

E Mousinho resolve levar a ocupação até ao fim.

Entretanto, o Governo do Reino promove-o por distinção e nomeia o major Mousinho de Albuquerque Governador Geral de Moçambique.

A sua prodigiosa acção de verdadeiro homem de estado desenvolve-se, então, com benefício assinalado para a administração e expansão da Colónia.

Mas no campo militar ele reconhece a urgência de completar a ocupação da província. E, para isso, organiza a expedição contra os Namarrais, no Norte da província.

A coluna cobre-se de glória em Ibrahimo, em Naguema e Mucutumunol...

## Revista da Cavalaria

Quebra-se mais essa lenda do sertão, que considerava invencíveis os Namarrais!... E as baionetas da marinha, brilham, então, no sertão africano!

\*

Entretanto, no Sul estala nova revolta: é o último mas sério arranco dos vátuas.

Mousinho ocorre. Lança o intrépido e seguro Gomes da Costa a organizar a defesa de Chibuto e no dia 10 de Junho de 1897 parte à frente da nova coluna, que vai em Macontene fechar com fecho de diamantes o livro de oiro das campanhas de Moçambique!

São ao todo 29 oficiais, 36 sargentos, 378 praças das quais 110 indígenas; 83 cavalos, 2 bocas de fogo e 33 carros, que marcham para afrontar os 5.000 vátuas, que o grande cabo de guerra Maguiguana comanda em pessoa!

No dia 20 de Julho o comandante da coluna, já na margem do Limpopo, publica a sua ordem de marcha sobre Macontene, determinando que na madrugada seguinte se avance contra o inimigo.

Ia empenhar-se na planície de Macontene o mais sério combate dessa epopeia, em que estava empenhado todo o brio e prestígio de Mousinho. E ia, enfim, soar para ele a hora bendita e ambicionada em que, em pessoa, lançaria a sua Cavalaria à carga, contra o Inimigo!

As 8 horas de 21 de Julho, trocam-se os primeiros tiros com a Guarda Avançada. O quadrado apresta-se e escolhe campo.

As mangas inimigas surgem na colina distante, a uns 2.500 m., e descem-na em som de guerra.

Aos 1.000 m. Mousinho manda à Artilharia abrir fogo.

Aos 400 m. rompe a fuzilaria das 3 faces do quadrado.

Em frente da face esquerda, a uns 200 m., já o inimigo hesita e vacila!

O olhar prescrutador do chefe compreende. Soara a grande hora!

Mousinho manda cessar o fogo, e na sua voz estridente de clarim, empunhando apenas o seu chicote e adiantando-se com o seu Estado-Maior, brada enfim: — «Cavalaria! Para a frente!».

A carga desse punhado de lanceiros parte, trepidante, sobre o inimigo que foge apavorado!

Mousinho, logo que vê os seus rapazes bem embalados, pára, deixa-os continuar a carreira e — como chefe consciente das suas res-

## Revista da Cavalaria

ponsabilidades — regressa ao quadrado tranquilamente ao trote cadenciado da sua montada..

Ao aproximar-se brada: «Rapazes, a partida está ganha! Viva o Reil».

Ao regressar ao Chibuto entre os abraços e os beijos da heróica e fidelíssima companheira da sua vida aventureira, ele comenta: «Ah! Maria José, que bela ocasião eu hoje perdi de morrer!».

E perdera!...

\*

Faltava apenas aprisionar o chefe negro. Aquilo tinha de ir até ao fim.

A sua estrela em breve lho entrega.

O bravo Maguiguana, acolhido no mato, vendo-se descoberto, surge na orla do bosque disposto a morrer matando!

Por fim, cai varado, não sem ter antes ferido o bravo ajudante de Mousinho, o alferes Vieira da Rocha!

Pela terceira vez, esse homem açoitado pelo vendaval das dúvidas instintivas sobre o seu destino, num meio degenerado e torvo, há de comentar referindo-se a esse feito: «a minha pena foi que a bala que foi para o Rocha me não tivesse acertado na cabeça».

A morte do grande cabo de guerra Maguiguana selara, definitivamente, a derrocada do Império Vátua!

\*

Com este episódio o pano desce sobre o poema heróico da epopeia de Mousinho!

Depois dela, o astro refulgente vai, em breve, sumir-se num derraideiro e trágico gesto de renúncia, perante a intriga e a ingratidão dos homens, preferindo a morte a pactuar com a insídia que o cercava, ou com a insubordinação que não podia admitir...

Cada um tem o seu destino e o de Mousinho, afinal, não devia ser outro, no meio em que viveu.

Foi um meteoro que riscou fulgurante e vertiginosamente o céu da nossa História, para logo se sumir no horizonte sombrio da sua época!

## Revista da Cavalaria

A sua morte, se é o desfecho trágico de um deslocado no tempo e no espaço, que se debate entre as suas escondidas e profundas energias e virtudes militares e as taras e vícios da época, empestada de intrigas e lírico derrotismo, é ainda um hino, embora trágico, às suas próprias e puras intenções a que se sacrifica em derradeiro holocausto!

\*

É neste quadro em que acabo de procurar enquadrar a personalidade de Mousinho que ela pode, e deve, encarar-se, para deduzir toda uma teoria de honestidade, de amor pátrio, de coerência através das aparentes contradições, e de lealdade ao seu Rei!

Mousinho e os seus companheiros — os soldados de África — vieram provar que, se a nefasta influência da política interna e as manobras do estrangeiro haviam conseguido, uma vez mais, enfraquecer a austeridade da governação e dos nossos costumes, envenenando o país com os apetites desenfreados dos homens dos partidos e as suas intrigas, fazendo-nos resvalar para um abismo cada vez mais próximo, uma coisa se não perdera ainda: a bravura potencial dos seus soldados, sempre desinteressados, sempre esforçados e sempre fortes perante os sacrifícios que lhe imponham em nome da Pátria; essa prodigiosa capacidade de improvisação e de adaptação às condições hostis de ambiente ou de clima; essa milagrosa força interna da sua Fé, que sempre os fez vencer os obstáculos, por maiores que sejam, as crises morais do país e a superioridade numérica dos adversários, quando a Nação chegou verdadeiramente à beira do precipício.

Todas essas qualidades fundamentais dos nossos soldados, do nosso Exército, definiu-as Mousinho nesse monumento de límpida sinceridade, de altivo patriotismo e, até, de intuição pedagógica surpreendente, que é a carta escrita ao príncipe D. Luiz Filipe, quando El-Rei D. Carlos lho entregou para educar para Rei de Portugal.

Referindo-se amarguradamente ao panorama político da época, quase desalentado, ei-lo que reagindo afirma transbordante de orgulho:

— «Nessa história, entretanto, há algumas páginas que Vossa Alteza pode ler sem que lhes corem as faces de vergonha, sem que lhe subam aos olhos lágrimas espremidas do coração triturado de humilhações.

# Revista da Cavalaria

Essas poucas páginas brilhantes escrevêmo-las nós, os soldados, lá pelos sertões de África, com as pontas das baionetas e das lanças a escorrer em sangue!

Alguma coisa sofremos, é certo; corremos perigos, passámos fomes e sedes, e não poucos prostraram por terra, para sempre, as fadigas e as doenças.

Tudo suportámos de boa mente, porque servíamos El-Rei e a Pátria, e para outra coisa não anda no mundo quem tem a honra de vestir uma farda!...».

E mais adiante:

— «A que devemos esse resultado? A que no homem do povo de Portugal ainda se encontram as qualidades do soldado: a resignação, a coragem fria, a disciplina, a confiança nos superiores e, mais que tudo a subordinação!... ..»

— «Desde os mesteres mais humildes ao mais sublime, avançar de cara alegre direito à Morte, tudo faz, porque todo o trabalho despido de interesse pessoal entra nos deveres da profissão.

Trabalho gratuito sempre; porque o vencimento do militar, seja pré, soldo ou lista civil, nunca é a remuneração do serviço, por não haver dinheiro que pague o sacrifício da vida!».

\*

Mousinho, e os chefes militares que forjaram com o seu sangue e as suas armas a epopeia dos portugueses no continente negro, no fim do século XIX e alvorecer do nosso século, consolidando definitivamente o nosso império africano, fizeram uma Escola. A escola da rude franqueza; da viril resistência à fadiga, ao sofrimento e ao desânimo, sublimada em abnegação e sacrifícios inauditos, perante os superiores interesses da Pátria e os sagrados imperativos da honra militar; da tenacidade inflexível no cumprimento das missões recebidas ou dos objectivos que, por iniciativa própria, nos propomos atingir; da indomável bravura perante o inimigo; da calma imperturbável perante o perigo, que deve afrontar-se com galhardia e altivez; da generosidade caridosa para com os fracos e, em última consequência, da fidelidade que não se avilta com transigências e subterfúgios.

## Revista da Cavalaria

\*

Todos aqueles que tiveram ainda a felicidade de privar com os homens das guerras de África, com os oficiais que ajudaram Mousinho a forjar a sua Escola, particularmente os de Cavalaria, puderam distinguir que, a despeito do feitio diverso, da personalidade, do carácter particular de cada um, alguma coisa existia de comum e típico entre todos eles!

Talvez essa maneira rude e franca de exteriorizar as suas opiniões, talvez esse gosto pelo perigo e pela aventura que procuravam enraizar nos que comandavam e educavam (tão traduzido no «exterior» que era desporto hípico favorito nos meus tempos de subalterno); talvez as atitudes viris de altivez e sacrifício que assumiam nos momentos confusos que tanta vez então todos tínhamos de passar; talvez esse gosto altivo com que gostavam de assumir as responsabilidades e com que gostavam de as ver assumir pelos seus oficiais; talvez o espírito de sacrifício pronto a revelar-se para socorrer um camarada ou para cumprir a palavra dada; talvez a forma compreensiva e elevada como sabiam aceitar a personalidade forte — mesmo que às vezes tocada de irreverência — de um subordinado; e, por fim, com certeza todo esse grande carinho pelos seus cavalos e pelos seus soldados — os seus rapazes — traduzido em verdadeira ternura, que cobriam, por disfarce, com essa avalanche de palavras do pitoresco calão cavaleiro da época.

\*

Nesse punhado de grandes chefes militares, Mousinho chega até nós, através da tradição oral e escrita dos seus companheiros e dos seus biógrafos; dos documentos históricos e militares que se relacionam com as suas façanhas e a sua administração, como o bravo entre os bravos, o «grande capitão» ou «o Africano», como lhe chamaram os seus contemporâneos não enfeudados pelos vícios da política; vem até nós como o príncipe de uma geração de verdadeiros cabos de guerra.

Encarnou em si toda a temerária e aventureira galhardia da velha Cavalaria, que nele era milagrosamente acompanhada por essa lucidez penetrante de verdadeiro estratega e administrador, servida por uma cultura notável e uma intuição pedagógica pouco vulgar; por essa extraordinária capacidade de reflexão, de previsão e de ponderação silen-

## Revista da Cavalaria

cosa sobre os problemas que se propunha resolver, até que, chegado o momento, todas essas energias concentradas se desencadeavam em acção... e então em acção arrojada, indómita e implacável até atingir o objectivo proposto!

Foi bem o espírito de um cavaleiro audaz, temerário, o que concebeu essa façanha lendária de Chaimite. Foi ainda sem contestação a vontade inquebrantável de um cavaleiro explorador do sucesso que o levou a essa decisão imediata, inflexível e rápida, de organizar logo a seguir a expedição contra os Namarrais no Norte e que, pouco depois o precipita de novo, agora para o Sul, direito a Macontene. Foi a alma de um cavaleiro apaixonado pela sua Arma a que, no momento tão longamente aguardado, solta enfim o brado estridente, o ambicionado brado de: «Cavalaria para a frente!...». E foi, por fim, a férrea tenacidade de um legendário chefe de cavalaria, a que não hesitou em levar a perseguição até às últimas consequências, até aprisionar ou matar o próprio chefe das forças rebeldes, o bravo Maguiguana!

Perante a grandeza imponente dessa figura de militar, estou em julgar que até os seus heróicos irmãos de Armas — os mortos e os vivos — quererão que o seu nome cubra e represente o de todos!

Mas para os nossos corações de militares e de portugueses esses todos são o fundo sugestivo e belo desse painel heróico tecido nos sertões africanos, em que Joaquim Mousinho domina em tintas fulgurantes o primeiro plano.

\*

A chave misteriosa do real valor desse chefe, residiu, afinal, nessa aliança notável e muito rara, da inteligência com o carácter, de ponderação e de acção arrojada, de desinteresse pessoal e ilimitada ambição patriótica!...

Mousinho não era perfeito?... Era homem e era um deslocado nessa época mórbida em que viveu e no ambiente insidioso que o cercava.

Mas não era afinal um impulsivo, nem um filho da sorte! Não há heróis sem a sua estrela; mas a estrela dos grandes chefes, são eles que a fazem surgir no seu interior, sem que o vulgo descortine esse trabalho de reflexão silenciosa, do frio cálculo dos riscos a correr e do correspondente interesse e transcendência dos objectivos eleitos.

## Revista da Cavalaria

Não era — nem por feito nem por propósito — um improvisador sem método. Era, antes, um intelectual reflexivo e meditador: punha em equação o problema que tinha a resolver para cumprimento das missões que lhe atribuíam ou das tarefas que se propunha; reflectia sobre os processos e método que deviam conduzi-lo ao êxito: tudo isto era trabalho silencioso de meditação.

Só depois, chegada a ocasião de agir é que faz convergir todas as energias da sua vontade na execução, com uma facilidade que é filha da preparação íntima para a acção, para o cumprimento do fim que se propôs, sem medir mais a grandeza do esforço e muitas vezes do sacrificio.

Há também que não confundir Mousinho — jovens oficiais — com os que para alcançar os seus fins, embora justos, se servem de caminhos tortuosos ou de processos menos dignos! Mousinho nunca transigiu com a indignidade, e quando se viu rodeado de intrigas e lama, e temeu correr o risco de ser arrastado na insídia dos processos que o cercavam, preferiu morrer!

Mousinho nunca atraiçoou uma ordem e só deixou de cumprir aquelas que a distância tornava inadapáveis ao meio; isso mesmo dentro da iniciativa que as suas já elevadas funções lhe consentiam. E nesses casos é um exemplo a singela e disciplinada preocupação com que procurava justificar a sua acção perante o Governo.

Era esse conceito da disciplina que o levou a escrever:

«É preciso que Vossa Alteza, soldado por direito e dever de nascimento, se possua bem da ideia de que a subordinação é a primeira de entre as virtudes militares.

Ora ninguém como o soldado carece de força de vontade, porque mais do que em coisa alguma se demonstra ela na prática da obediência».

Mousinho foi ousado, foi arrojado, mas actuou sempre dentro da iniciativa que lhe concediam os poderes recebidos. Quando quiseram cercear-lhos, não exorbitou, não iludiu a situação — e podia fazê-lo com o prestígio que ganhara na ponta da sua espada —: pediu que lha não tirassem, porque sem ela não poderia governar na distância Africana. E quando, por infelicidade, lha não quiseram manter, falseando a restrição com palavras de louvor e promessas de aceitação das suas decisões, Mousinho ainda então não se insurgiu, não exorbitou: limitou-se a renunciar disciplinadamente.

# Revista da Cavalaria

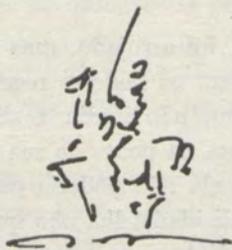
Ao chefe do governo falou então altivamente, justificando a irrevogável atitude, com a sua lógica implacável; mas na despedida aos seus subordinados, nesse momento decisivo da sua vida, as suas palavras são um verdadeiro hino à disciplina e à obediência!

Esta foi a lição que nos deixou Mousinho, e foi ela que criou a mística que teceu a chamada Escola de Mousinho, que tanta influência viria a exercer na ética dos nossos cavaleiros que vieram após ele, até aos nossos dias!

Esta deve ser a Escola que deve guiar-vos, jovens oficiais de Cavalaria. Vós, que tanta vez haveis de vos encontrar sòzinhos perante os vossos sentimentos e consciência, num mundo ocidental que de novo ameaça subverter-se, empurrado para o abismo pela revigorada fúria oriental, deveis aprender nessa Escola que a intrepidez da alma, a cristalina obediência aos deveres da honra e da lealdade, e o patriotismo imaculado, sempre permitiram vencer, ou pelo menos morrer bem, que é ainda glória!

Sede honestos em todos os actos da vossa vida militar; sede disciplinados; sede leais e fidelíssimos cumpridores, sede reflectidos, e reservai a audácia e a temeridade para quando surja o perigo. Então cumpri através dele, por cima dele, o vosso dever de chefes e condutores de homens, com audácia, com férrea vontade, abraçando-vos voluptuosamente às dificuldades e aos perigos!

General BUCETA MARTINS

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Buceta Martins', with a horizontal line underneath.



## Campanhas do distrito de Lourenço Marques

(Combates de Marracuene e de Magul)

*«E o milagre tinha que fazer-se!»*



Palavras de transcendente significado que António Enes pronunciou naquele dia de Janeiro de 1895, quando recebeu os oficiais que acabavam de desembarcar em Lourenço Marques.

Grito ao alto de uma alma, serena e firme, mas torturada pelas incertezas de uma angustiosa situação!

Brado de esperança e de vontade e de esforço, mas que simbolizava um apelo, quase desesperado, aos sentimentos de um punhado de valerosos homens, pertencentes a um povo que parecia adormecido e que parecia descrever das virtualidades da raça e das magníficas realidades do seu património histórico!

Palavras de revelação e impulsão; palavras que foram conforto e fundamento de esperança, e que, oportunamente, numa escala ascendente de sucessos, galvanizaram uma Pátria, levando-a a transcender-se e a revelar-se, mais uma vez, a seus próprios olhos!

## Revista da Cavalaria

Hora alta! Hora milagrosa! Hora de ressurreição, espontânea e triunfal, de uma Pátria que parecia disposta a aceitar as imposições de um derrotismo decadente e fatalista, e a esquecer e a desprezar, para todo o sempre, o extraordinário trofeu das suas glórias, a honra e a nobreza de todo o seu passado!

\*

Era efectivamente grave a situação política e económica de Portugal de àquem e além mar, no fim do século passado.

Vivia-se, de facto, num período calamitoso da história da nossa nacionalidade.

As campanhas napoleónicas e, depois, as lutas civis, encheram de infortúnios toda a vida da Nação.

Era um caos de desorientação, sem mística nacional, sem planos políticos criadores, sem bússola económica e sem quaisquer objectivos positivos a orientar a marcha do país.

A política metropolitana, assoberbada com as estéreis lutas internas e com a astuciosa e perigosa política estrangeira, descuidara e abandonara a um ramerrão desolador, os planos de expansão e fortalecimento económico, em Portugal e nas Colónias. O Tesouro estava exausto.

O Exército e a Marinha sofriam a natural consequência desse estado de coisas, e o seu apetrechamento material era inadequado e praticamente inexistente.

A Conferência de Berlim e, mais tarde, o «ultimatum», viriam agravar, ainda mais, o ambiente deletério nacional, esse ambiente negativista que uma política sem rumo havia criado.

Levingstone, com as suas expedições por terras de África e as narrativas das maravilhas que ali encontrou, parece ter levado, enfim, a Europa a *descobrir*... a África.

O estrangeiro desconhecia, propositadamente, que os portugueses já a conheciam havia séculos e que, os seus homens, a tinham viajado em todos os sentidos desde o princípio do século XIX.

Igualmente o estrangeiro propagandeava, para servir os seus desígnios ambiciosos, a nossa incapacidade para levarmos o progresso a essas terras virgens e ubérrimas, de que eramos donos.

E esta propaganda — temos de reconhecê-lo — foi facilitada por nós mesmos, pelo nosso desleixo, pela nossa dispersão de ideias nacionais, pela improficuidade de uma política desconexa, pois que o estrangeiro não desconhecia, certamente, o derrotismo e o espírito de decadên-

## Revista da Cavalaria

cia, que, infrenes, dominavam as gentes portuguesas, desde os dirigentes aos dirigidos. Certamente não desconhecia também que, no parlamento, tinha havido quem alvitrasse a venda de Moçambique.

Tudo conjugado contra nós e para nosso mal, e apoiado e aceito o princípio assente na Conferência de Berlim, princípio que, em nome de interesse comum da Europa, previa o direito de «expropriar» terras onde se não conseguisse manter a ordem, instalando a paz do europeu sobre a vida do selvagem.

Tudo conjugado contra nós — repetimos — e para nosso mal, a situação era grave nos horizontes baços da política internacional, forjava-se, mal disfarçadamente, um mandato de despejo das terras de África, isto é, da nossa própria casa, da casa que nós, antes que ninguém, ocupamos, civilizamos e cristianizamos.

Mas é na adversidade que se conhecem as almas varonís; e, talqualmente, as nações cujo substractum é feito de grande amor pátrio, grande alma, grande carácter e forte e honesto espírito de independência.

De facto, as tais odiosas ambições e maquinações dos estrangeiros, poderiam ter sido a cova onde se enterraria um povo vil; porém, para Portugal, para as almas de Viriatos, Afonso Henriques, Nuno Álvares e Albuquerque, elas só foram um grito que os alertou.

Essas desonestas maquinações, tiveram contudo o grande mérito de chamar a atenção do país para as suas colónias, para aquilo que tantos sacrificios lhe custara.

Elas levaram-nos a enfrentar, já sem vendas nos olhos, as falsas realidades que uma política acéfala ou negligente, havia criado.

Portugal inteiro ouviu o rebate da consciência nacional, reconhecendo que a nossa política ultramarina estava vazia de sentido e que se tornara fruste, desarticulada e carregada de impotências.

A magnitude do nosso problema africano, impunha o dilema: *vencer* ou *morrer*.

\*

De facto, depois de 1880, as coisas em África, em Moçambique, estavam neste pé:

A nossa soberania era praticamente inexistente. O chefe nativo Gungunhana era o senhor incontestado da situação, o árbitro astucioso e velhaco, a soldo do estrangeiro.

A seu respeito, Mousinho dizia: «Todas as considerações eram prestadas ao misterioso potentado, cujas boas graças se desejava conquistar, e de tal modo eram impostas, que, quando Governador de Lourenço Mar-

## Revista da Cavalaria

ques, eu cheguei a mandar perguntar para Lisboa se devia subscrever as ordens que tinha a ditar, «por graça de S. M. El-Rei de Portugal» ou «por graça de S. M. El-Rei Gungunhana».

«Os abusos e imposições do régulo aumentavam com esta subser-  
viência, ao passo que progrediam as suas maquinações».

Estas palavras reflectem bem a vergonhosa e triste situação a que  
tinhamos chegado em Moçambique.

A política, a política dos partidos, havia, por fraquezas e tibiezas,  
criado a desagregação da unidade nacional, dividindo dirigentes e diri-  
gidos, conspurcando os melhores intencionados e os mais austeros  
homens de Estado.

Nesse período de quase desvairo colectivo, apenas o Rei, alguns  
elementos das forças armadas e o povo, se conservavam fiéis às cons-  
tantes tradicionais e gloriosas da Nação Eterna.

Em 1894, aparece finalmente a primeira reacção política digna deste  
nome e que provoca o regresso à nossa tradicional política em África.  
E, com ela, surgem a nomeação de António Enes para Alto Comissário  
e a organização de uma expedição militar com os meios que, de mo-  
mento, foi possível reunir, para a realização do maior empreendimento  
nacional do fim do século passado.

Desse homem e dessa expedição tudo se espera! — Espera-se o  
milagre!

\*

Todavia, a rebelião dos indígenas, desde Agosto de 1894, ameaça  
aniquilar por completo o nosso já enfraquecido prestígio. Sofriam-se os  
maiores vexames e insolências dos indígenas, cujas razias se realizavam,  
frequentemente, às portas de Lourenço Marques. Consumados os actos  
de rebeldia e força; depois de espalharem o terror, eles recolhiam às suas  
terras cheios de orgulho, e o pior, repletos de desprezo pela nossa im-  
potência.

Foi quando o enérgico Major Caldas Xavier soltou a sua decidida  
frase: «É indispensável *ir para cima deles* e demonstrar-lhes que as tro-  
pas brancas podem combater no mato e vencer».

Sim. Era preciso realizar o milagre!

\*

Em Janeiro de 1895, António Enes, político inteligente e sagaz,  
desembarca sem quaisquer pompas ou honras em Lourenço Marques.

## Revista da Cavalaria

Conhecedor dos assuntos de Moçambique, que antes visitara, também conhecia o plano apresentado por Mousinho ao Ministro Pimentel Pinto para aniquilar o Régulo de Gaza.

Esse plano, concebido e delineado por Mousinho durante o seu governo no distrito de Lourenço Marques, tinha tido a preciosa e eficiente colaboração de Caldas Xavier, que, pelos seus vastos conhecimentos e experiência da vida africana, muito deve ter influenciado a preparação colonial de Mousinho. O plano tinha sido considerado *viável* por António Enes, único comentário que lhe fez, para se não comprometer.

Desembarcou António Enes acompanhado do Capitão de Engenharia Freire de Andrade e do Tenente de Artilharia Paiva Couceiro. Brevemente se lhe juntariam os oficiais do Estado-Maior Capitão Eduardo Costa e o Tenente Aires de Ornelas, os quais, com Caldas Xavier — o mais experimentado e conhecedor dos assuntos africanos — haviam de formar o Gabinete, o Conselho de Guerra, do Alto Comissário.

\*

Reunido o Gabinete, no dia 21 de Janeiro, um pensamento unânime e fundamental a todos dominava; o aniquilamento do Régulo de Gaza, principal, único e verdadeiro inimigo.

O plano para a sua derrota comportaria dois aspectos digamos estratégicos: um, indirecto, o primeiro a ser realizado, combater directamente os régulos rebeldes Matibejana (ou Zichacha) e Mahazul, apaniguados de Gungunhana; outro directo, contra o próprio Gungunhana, nas suas terras de Gaza.

Realizar o primeiro objectivo era uma necessidade urgente e, daí, a decisão de alta importância que foi imediatamente tomada nesta reunião do Gabinete: o ataque a Marracuene, o que permitiria, além de tudo, criar uma zona de segurança que «desse ar» à cidade e seus habitantes, que se encontravam asfixiados pela pressão das hordas selvagens, constantemente às portas da cidade.

O plano de operações, rapidamente elaborado, foi apreciado e aprovado por António Enes.

Não cabem aqui referências pormenorizadas a esse plano. Apenas se dirá que o seu inspirador e principal autor foi Caldas Xavier, pelas razões que atrás se aduziram.

A operação contra Marracuene serviria também de experiência de organização militar e disciplina e das instruções para o serviço de campanha em África, até então, inexistentes. De facto, essas instruções

## Revista da Cavalaria

foram elaboradas nessa altura em Lourenço Marques, com completa objectividade, embora lhes faltassem o precioso suporte da experiência e tradição das campanhas coloniais nacionais.

Seria o estofo moral dos homens que iam participar nesse ataque que havia de suprir todas as deficiências e escassez dos meios de então.

\*

O que foi o combate de Marracuene, pode resumir-se assim:

A coluna avança para o seu destino!

Apreensiva, decerto; mas decidida, firme e irredutível nos seus desígnios.

As intempéries, os venenos dos pântanos, os caminhos cruéis através do mato impenetrável, o alto capim onde restejam traições, as constantes alertas, as perigosas explorações aos flancos, à frente e até à retaguarda, nada pôde afrouxar o ânimo viril e o brio profissional das nossas tropas, da pequena coluna em marcha.

Depois de uma penosa marcha, por Anguane e Massinga e sob a inclemência de um violento temporal a coluna bivaca em formação de quadrado no sítio de Marracuene, junto ao rio Incomáti, na noite de 1 para 2 de Fevereiro de 1895.

As quatro da manhã toca a sentida, sinal para todo o pessoal ocupar os seus postos. Segue-se meia hora de silêncio absoluto, mortal.

De repente, dos lados do Incomáti, soou um tiro e logo se generalizou o tiroteio. Eram os landins. «Fogo» — foi ordenado. As peças vomitavam os seus projecteis. As descargas de Infantaria e Caçadores sucediam-se. Mas os landins eram aos milhares e também tinham mil e trezentas espingardas modernas, quase o dobro das nossas. Astuciosos e destemidos, os landins farejavam as faces do quadrado, ladeavam, tentavam a frente acessível. Escolheram a dos soldados de Angola, gritavam-lhes «escamarada angola» e avançavam. De súbito quando o tiroteio era mais intenso em todas as faces, surgiu um clamor medonho no interior do quadrado. A face dos angolas, impotente ante o impulso desordenado mas contínuo dos landins, cedeu. Muitos inimigos entraram de roldão no quadrado. Foram esmagados. As outras três faces do quadrado firmes, inabaláveis e irredutíveis como rochedos compactos, não cediam um palmo. A soco, a pontapé e a empurrões furiosos, os oficiais portugueses reconduziram a face dos angolas ao seu lugar, ainda que um pouco recuada. Caldas Xavier salienta-se em heróica actividade.

## Revista da Cavalaria

Foram minutos de tremenda confusão e angústia, porque os landins, que avançavam e saltavam como feras, arrastavam o peso enorme e negro das suas mangas de guerreiros.

Depois de uma hora e meia de luta pavorosa, estava terminado o combate de Marracuene. A intensidade e a rudeza deste combate é quase indizível. Damos a palavra de comentário a Aires de Ornelas: — «Havia meio século que forças portuguesas regulares se não batiam, e para todos, excepto o Major Caldas Xavier e o Tenente Paiva Couceiro, o combate de Marracuene foi o baptismo de fogo. Qualquer elogio a soldados que debutam no fogo por esta forma, cremos que será superfluo; notemos apenas, que o combate de Marracuene oferece o exemplo *único*, de um quadrado roto de noite e que se reforma debaixo de fogo. Em todo o sertão o efeito da vitória das armas portuguesas foi imenso. Dois meses depois, pudemos, sossegadamente, ocupar o Incomáti, construir uma ponte, e ir a Mapunga, destruir e arrasas a capital do Mahazul, sem que um único inimigo tolhesse a marcha das nossas forças». E, quando mais tarde o Tenente Aires de Ornelas esteve em Gaza, o missionário suíço Liangme confirmou-lhe, como testemunha ocular, o prestígio que esse glorioso triunfo trouxera às armas portuguesas.

*Sim. O milagre tinha-se realizado!*

Havíamos batido os rebeldes, desmoralizando-os e demonstrando-lhes, mais uma vez, que tinham de reconhecer em nós os seus antigos senhores, os senhores seculares daquelas partes de África, Portugal, enfim, cujo povo não era de raça de *mulheres nem de galinhas*.

\*

O primeiro golpe indirecto estava dado. O estrangeiro e a África, sentiram o nosso nervo e a nossa garra. Mas era necessário outro golpe para confirmação do nosso direito e do nosso poder de acção. Torna-se imprescindível fazer aluir o prestígio de Gungunhana, antes de o forçar ao combate e ao desmascaramento da sua política ambígua; política, inludivelmente, de traição.

E o combate de Magul foi a mina que provocou o desmoronamento do grande império dos vátuas.

\*

## Revista da Cavalaria

No grande plaino de Magul, em 8 de Setembro de 1895, às dez horas e meia da manhã e depois de uma marcha de três horas, o quadrado das tropas portuguesas está formado e espera combate. Já se via, na orla de um bosque à direita, grandes massas de inimigos. Prevendo o choque tremendo dessas massas sobre tropas pouco experimentadas, as faces do quadrado foram encurtadas e passaram a ter três fileiras em vez de duas. O quadrado, fica, apenas, com dezassete homens de frente.

Freire de Andrade, com carregadores de Angola, avança no terreno ao encontro das mangas negras e faz algumas descargas de provocação, mas encobrindo a frente do quadrado. As *impi*, havendo recebido as descargas a pé firme, não avançam contudo, contra nós: movem-se e executam uma marcha sobre o flanco esquerdo do quadrado.

Quando as mangas negras saíram da floresta, pôde contar-se o seu efectivo: — eram 13, ou seja, uns 6.000 homens. À esquerda do quadrado, num largo arco de círculo, os negros sentam-se. Já o haviam feito antes na orla da floresta. Parece que não têm pressa. O pequeno magote da nossa coluna, em quadrado, talvez lhe cause receio... ou talvez os queiram fatigar, ali de pé e enervados a uma torreira de sol incandescente.

Para conveniência da segurança do quadrado cortam-se ramadas de árvores que estavam próximas e enlaçam-se com arame farpado, postando-as a uns cinco metros da frente. O inimigo pareceu compreender que lhe estavam a criar uma grande dificuldade. Então surgem os primeiros negros isolados. Avançam e abrigam-se com montículos de muchem. São hora e meia da tarde. E súbito, com oportunidade, rompe o fogo da metralhadora do Tenente Sanches de Miranda, secundado imediatamente por mais duas metralhadoras e fogo de infantaria. E surge o combate impetuoso e densíssimo. Tudo é fumo; homens nossos caem; o quadrado não se vê. Cessa o fogo num instante. Aclara-se o ar e o inimigo, volumoso e intrépido, já está mais perto. «Fogo vivo. Pontarias baixas». Cai mais gente do nosso lado; há falhas na frente; a reserva avança do centro do quadrado. E o combate continua, violentíssimo. Novamente toca a cessar fogo. O ar volta a aclarar-se e vêem-se as mangas inimigas a menos de cem metros. E, então, novo fogo irrompe do quadrado, já em fúria, mas disciplinado, sem arredar pé. Em meia hora de fogo intensíssimo, o inimigo sente-se dizimado e incapaz de desfazer o quadrado. Entretanto, um afamado chefe de guerra, chamado Pope, e que era o grande incitador cai morto a cinquenta metros da nossa frente. Foi o começo da retirada e fuga do inimigo. A fumaceira era tanta que quase se não vêem os seus movimentos.

## Revista da Cavalaria

As duas horas e vinte da tarde o combate findara. Dos nossos morreram um sargento, quatro soldados e havia vinte e seis feridos. Do inimigo, e para lá do quadrado cinquenta metros, jazia no solo estendida, morta e esfacelada, imensa quantidade de indígenas.

\*

Os combates de Marracuene e de Magul marcam o fim irrevogável da suserania de todos os satélites do Gungunhana e capitaneados pelos chefes rebeldes Matibejana e Mahazul.

Marcam o fim de uma rebeldia que dominava o vasto território que se estende para Sul de Limpopo até à fronteira de Catuane; e são o começo e o termo dos verdadeiros combates que constituem a campanha do Distrito de Lourenço Marques em 1895.

À gloriosa aventura de Marracuene, luta desproporcionada, mas desesperadamente necessária e resolutamente heróica, luta de valor militar contra brutas e selvagens forças ancestrais, sucedeu-lhe Magul, desafio soberbo e consciente a essa mesma força que, já reciosa agora, havia de submeter-se para nunca mais se erguer.

Num reduzido número de meses, passamos da miserável situação de encurralados em Lourenço Marques, à apoteose de senhores e dominadores de imensas regiões.

Havia começado a epopeia africana. Ela iria terminar em Chaimite, na façanha gloriosa e extraordinária do grande e heróico cavaleiro de aventura Capitão Mousinho de Albuquerque.

\*

É grato, e muito grato, a quem escreve estas linhas, rememorar estes factos históricos da campanha de ocupação de Moçambique.

São recordações, sempre belas e reconfortantes porque elas são afirmações das altas qualidades da Raça.

Elas são orgulho, são lição e são exemplo.

E estas evocações são tanto mais gratas a quem escreve estas palavras, quanto é certo que ele teve o privilégio de percorrer todas essas regiões, de observar todos os locais onde os homens da Mãe-Pátria escreveram, com o seu sangue, mais alguns capítulos para a nossa Grande História.

São evocações de um soldado e de um romeiro da religião da Pátria.

## Revista da Cavalaria

Com efeito, no mirante da Ponta Vermelha, pareceu-lhe respirar ainda o ar pesado das preocupações de António Enes, naquela angustiosa madrugada de 2 de Fevereiro.

Em Marracuene, ele sente-se dominado pelo halo de exaltação patriótica que nimba a figura altaneira, e já hoje lendária, de Caldas Xavier, halo que havia de confundir-se com o da própria grandeza da Pátria, da qual ele se havia feito símbolo.

Em Magul, goza, o romeiro, a euforia da consciência do dever, da força e da fé inabalável nos destinos da Raça. As heróicas figuras de Freire de Andrade, Paiva de Andrade e Sanches de Miranda por ali pairam, e ali sublimam a essência da forte coragem portuguesa, e ali confirmam a perenidade da Pátria.

\*

Que longe estamos do ano de 1894!

Felizmente, tudo mudou. E tudo é diferente e melhor, graças, sobretudo, ao trabalho infatigável, à indómita energia de servir a grei até ao paroxismo, desses *imperecíveis* construtores do nosso Império.

Portanto, é com viva satisfação que nos associamos à bela e simpática iniciativa da *Revista da Cavalaria* quando resolveu homenagear a memória de Mousinho de Albuquerque.

Os heróis tudo merecem da Pátria, pois que eles a constroem, a fixam, a defendem e a eternizam.

Homenagear Mousinho, no seu centenário, é fazer um preito de admiração e de respeito, pelos nossos maiores.

Relembrando a figura do cavaleiro de Chaimite, relembramos, ao mesmo tempo, a grande figura do pioneiro, de chefe e de guerreiro que foi Caldas Xavier, as belas figuras heróicas de Galhardo, de Paiva Couceiro, de Freire de Andrade, de Aires de Ornelas, de Eduardo Costa, de Sanches de Miranda e de outros de igual estirpe e, finalmente, o vulto prestigioso de António Enes, essa forte figura intelectual que tão bem soube fomentar, acompanhar e alimentar com brio, a gloriosa plêiade que teve às suas ordens.

Brigadeiro MEIRA E CRUZ



## Reflexões sobre algumas cartas de Mousinho



olicitada por S. Ex.<sup>a</sup> o General Director da Arma a nossa colaboração, abordando o tema em epígrafe, no número especial da *Revista da Cavalaria*, comemorativo do centenário do nascimento do Major Joaquim Mousinho de Albuquerque, não podíamos escusar-nos, negando a nossa contribuição, embora muito modesta, tanto mais que a gigantesca figura de Mousinho ficará bem vincada, no seu tríplice aspecto de Chefe Militar, de Administrador e de Literato, pela pena brilhante de ilustres escritores, dentre os mais categorizados, que, assim, honrando a nossa Revista com a sua muito valiosa colaboração, lhe emprestarão o desejado luzimento, à sombra do qual ficarão estas nossas pobres, quanto sentidas, reflexões...

Da leitura de algumas das cartas de Mousinho radica-se e avulta-se em nós uma viva impressão, breve tornada em emotiva admiração, ao constatar-se a prudência, o cuidado, mesmo a minúcia que ele dedicava

## Revista da Cavalaria

ao estudo dos problemas — os mais variados — para, depois, decididamente se lançar na sua resolução, não se lhe negando, ainda, aquele desassombro próprio das consciências bem formadas e incorruptíveis, firmes nas suas convicções, numa bem compreendida ânsia de bem servir sem subserviência.

É assim, que vemos Mousinho, depois de abalado o prestígio do império vátua com as acções de Coolela e Manjacase, sentir que, para o nosso poder se apresentar, de facto, firme e perdurável, imprescindível se tornava a prisão de Gungunhana, e, conseqüentemente, já como Governador do Distrito Militar de Gaza, preparar, cuidadosa e porfiadamente, a arrancada gloriosa de Chaimite.

É assim que o vemos, exercendo já as funções de Comissário Régio, abordar todos aqueles problemas, considerados de momentosa importância, estudando-os profunda e criteriosamente para lhes dar aquela resolução que se lhe apresentava mais consentânea com os superiores interesses da Província e do País.

A longa série desses problemas e a maneira como os encarou e apreciou, sempre nitidamente demonstrando o seu inexcedível desejo de bem servir o seu Rei e a grei, é-nos dada apreciar através o officio que dirigiu ao Conselheiro Álvaro da Costa Ferreira, no intuito, como declara, de

«apenas fornecer-lhe dados e esclarecimentos que, apreciados e corrigidos pelo são critério de V. Ex.<sup>a</sup>, lhe poderão ser por vezes úteis, posto que nunca indispensáveis, na empresa de corresponder por completo à confiança com que S. Majestade El-Rei o honrou, encarregando-lhe a administração de Moçambique».

mas que, na realidade, se apresenta como um minucioso e ponderado «relatório», preciso e conciso mas não isento de elegância e beleza na forma, destinado àquele que o deveria substituir no governo da Província de Moçambique.

Havia-lhe sido concedida a exoneração do cargo de Comissário Régio, deixando-lhe apenas iniciada ou muito incompleta a obra a que

## Revista da Cavalaria

projectara meter ombros, quer sob o ponto de vista da occupação firme e real dos territórios, quer de administração — e bem vasta era e abordando as principais e mais urgentes necessidades da Província — que até mesmo sob aquele aspecto da evangelização do gentio, sempre tão ligado, através os séculos, à nossa missão colonizadora, pois assim confessa em carta dirigida ao II.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> Sr. Bispo de Epifânia, Prelado de Moçambique:

«não podia deixar de comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> a expressão do meu pesar por não me ser dado continuar, como até agora me tenho esforçado por fazer, a prestar o apoio e auxílio possíveis à empresa do alargamento e consolidação da Fé Católica entre estes povos, empresa à qual a presença de V. Ex.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup> veio hoje dar novo alento e probabilidade de progresso e feliz êxito».

Na insistência pela sua exoneração não devemos admitir que Mouzinho houvesse sido movido por pruridos de vaidade ofendida, porquanto, em carta dirigida ao Presidente do Conselho de Ministros, assim se justifica:

«Não me sendo suportável a ideia de que S. M. El-Rei interprete a minha insistência em sair daqui como um sacrificio, que faço, das conveniências do seu serviço, à minha vaidade ou amor próprio ofendidos, e não querendo igualmente, que ela seja a opinião do povo português, que, com razão ou sem ela, me deu, quando aí estive, inequívocas e muito excepcionais provas de estima e consideração, vou expor a V. Ex.<sup>a</sup>, detahadamente, as razões desta insistência .....

.....  
Ao sair para África, na despedida, da própria boca de V. Ex.<sup>a</sup> ouvi novas afirmações de confiança, novos protestos de coadjuvação leal, eficaz e indiscutida por parte do Governo da sua Presidência.

Ora vou agora demonstrar a V. Ex.<sup>a</sup> que, como de costume, os factos não correspondem às palavras».

E, ao referir-se ao decreto que lhe cerceava as suas prerrogativas de Commissário Régio, assim continuava:

## Revista da Cavalaria

«Menos de dois meses depois era, porém, assinado o decreto que me exautorava de toda a autoridade e prestígio, ou antes, que pretendia deles desautorizar-me, pois se hoje não tenho aqui a autoridade do direito, resta-me, contudo, a autoridade moral e o prestígio: esses, intactos, porque, não derivando de favor, ordem ou acto algum de V. Ex.<sup>a</sup>, não são de natureza a ser abalados por quaisquer portarias ou decretos, emanados de qualquer conselho de ministros».

E, cômscio de que o facto se baseava no tortuoso labor dos políticos e, em especial, na influência destes no Ministério do Ultramar, firmemente assim o declarava, nesta mesma carta:

«Há, sem a menor dúvida, entre os homens políticos portugueses, inúmeros que se me avantajam pela instrução e talento; mas, por acanhada que minha inteligência seja considerada, por pequeno como eu julgo o meu valor, conservo, sobre todos esses homens, uma superioridade que não quero perder e é a que aos olhos do povo, e direi aos de El-Rei, me dá um lugar especial. Não tendo nunca sido forçado, pelas exigências da política partidária (de que sempre me conservei afastado), a seguir por sendas tortuosas; não tendo nunca feito ou tratado de eleições, também nunca fiz promessas palavrosas nem falsas lisonjas, nem tampouco me envolvi em compromissos depri- mentes; nunca tive de falsear a verdade para disfarçar a realidade dos factos, nem que afogar num dilúvio de palavras, tão optimistas quanto faltas de sinceridade, a absoluta carência de argumentos baseados no conhecimento dos factos para defender qualquer medida que de utilidade pública apenas tem o nome; cousas estas triviais em política, segundo ouvi, por vezes, da boca de V. Ex.<sup>a</sup>

Em resumo, Ex.<sup>mo</sup> Sr., a minha superioridade consiste em *ter só uma cara*. E deixaria de a ter se aqui ficasse, simples executor do Ministério do Ultramar, isto é, cúmplice da nefanda obra de ruína ou alheação desta Província».

Ora, de facto, estas palavras de Mousinho deixam-nos profunda impressão pelo desassombro com que as dirige numa carta,

## Revista da Cavalaria

«assinada por um simples major de Cavalaria, ao Presidente do Conselho de Ministros, ao grã-cruz da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito, que nessa dupla qualidade tem honras de General!

Verdades como punhos contém ela, e por isso nunca V. Ex.<sup>a</sup> ousará pretender taxá-la de insubordinação para me mandar castigar.

Só quem não deve não teme, Ex.<sup>mo</sup> Sr., por isso eu a ninguém temo».

Na verdade, julgo haver que distinguir entre desassombro de ideias, ou de atitudes, e aquilo que pròpriamente mereça o nome de insubordinação e, sob este aspecto, ainda Mousinho afirmava:

«Mas observador, como sempre tenho sido, dos deveres da subordinação, que mais que o capacete e a espada distinguem o militar do civil, nunca desembainharei a espada movido por paixões pessoais ou políticas, mas só em serviço de El-Rei e do País».

Porém, se, como dissemos, o desassombro de Mousinho nos impressiona, o certo é que supomos ser talvez ainda mais para atentar o extraordinário poder de previsão que encerra tal punhado de palavras, cruas quanto verdadeiras, dirigidas àqueles que tão mal compreendiam a Política, servindo-se, na sua vaidade de mando, que não servindo-a.

Na verdade, podemos verificar hoje, decorrido já quase um século, como foram precisamente esses maus políticos das últimas décadas da Monarquia que, trilhando a «nefanda obra de ruína», fizeram cair o regime, traindo e abandonando o Rei que se diziam servir.

E, proclamada a República — quantos a não receberam, coração em esperança! — foram ainda as velhas lutas partidárias, antepondo o pseudo-prestígio do «grupelho» aos verdadeiros e superiores interesses da Pátria, que continuaram aquela «nefanda obra», afundando o País no descrédito, na quase completa ruína.

E foi preciso que, uma vez mais, còscios do seu Dever, irmanados no mais sublime sentimento — o amor da Pátria — se erguessem os Soldados de Portugal a pôr termo a essa tão mal compreendida polí-

## Revista da Cavalaria

tica, para que Portugal pudesse, refeito no seu problema económico-financeiro, retomar o seu lugar no conceito Mundial, restabelecendo-se aquele dogma sublime da mais sã e verdadeira Política — O Bem da Nação!

— Os Soldados de Portugal!

Como Mousinho os considerava!

— A sua carta, dirigida ao Príncipe D. Luiz Filipe de Bragança, quando nomeado seu Aio por El-Rei D. Carlos, assim nitidamente o afirma, numa linguagem que nos encanta sobremaneira pela elegância e beleza da forma, e em que, com mãos de mestre, soube envolver a austera rigidez dos conceitos num véu de ternura, sensibilizante mas sempre viril:

«Escolhendo um soldado para Vosso Aio que fez El-Rei? Subordinou a educação de Vossa Alteza ao estado em que se acha o país. Nesta época de dissolução, em que tão afrouxados estão os laços da disciplina, entendeu Sua Majestade que Portugal precisava mais que de tudo quem tivesse vontade firme para mandar, força para se fazer obedecer. E como ninguém pode ensinar o que não sabe, o que não tem praticado, foi El-Rei procurar o Vosso Aio à classe única em que se encontra quem obedeça sem reticências e mande sem hesitações.

Por esse motivo o primeiro dos meus deveres é fazer de Vossa Alteza um soldado.

.....  
«Príncipe que não for soldado de coração, fraco Rei pode vir a ser».

.....  
..... «no homem do Povo em Portugal ainda se encontram as qualidades de soldado: a resignação, e coragem fria e disciplinada, a confiança nos superiores e, mais que tudo a *subordinação*. E é preciso que Vossa Alteza, soldado por dever e direito de nascimento, se possua bem da ideia de que a subordinação é a primeira de entre as virtudes militares.

Já a tenho ouvido alcunhar de *renúncia da vontade*. Ora ninguém como o soldado carece de força de vontade, porque mais que em coisa alguma se demonstra ela na prática da obediência.

## Revista da Cavalaria

Renunciar ao capricho, ao egoísmo, à indolência, a tudo quanto o vulgar dos homens mais aprecia e estima, ter por único fim o servir bem, por único enlevo a glória, por único móvel a honra e a dignidade, não é *renúncia da vontade*.

E se nós, que somos soldados somente desde o dia em que nos alistamos e podemos voltar à classe civil de onde saímos, precisamos para tudo de muito o *querer* e saber *querer*, quanto mais um Príncipe para quem nascer foi assentar praça e que só pode ter baixa para a sepultura!».

.....  
«Para semelhante posto só pode ir quem tenha alma de soldado. Porque ser soldado não é arrastar a espada, passar revista, comandar exercícios, deslumbrar as multidões com os doirados da farda. Ser soldado é dedicar-se por completo à causa pública, trabalhar sempre para os outros. E para se convencer, olhe Vossa Alteza para o soldado em campanha. Porventura vê-o só a marchar e a combater? Cava trincheiras, levanta parapeitos, barracas e quartéis, atrela-se às viaturas, remenda a farda, cozinha o rancho e o que tem de seu trá-lo às costas, na mochila. Desde os mesteres mais humildes até ao mais sublime, avançar de cara alegre direito à morte, tudo faz, porque todo o trabalho despido de interesse pessoal entra nos deveres da profissão. Trabalho gratuito sempre, porque o vencimento militar, seja pré, soldo ou lista civil, nunca é a remuneração do serviço, por não haver dinheiro que pague o sacrifício da vida.

É assim que, por mais que espíritos desorientados tenham querido obliterar as tradições de honra do Exército, a profissão entre todas nobre, foi, é e há-de ser sempre a militar, porque nela se envolve tudo que exige a anulação do interesse individual perante o da colectividade. É por isso que ninguém como o Rei tem de se esquecer de si para pensar em todos, por isso que ninguém como Ele tem de levar a abnegação ao maior extremo, ninguém como Ele precisa de ser *soldado*, na acepção mais lata e sublime desta palavra» .....

Meditemos nestas belas palavras e, neste momento difícil de um Mundo, saído dos escombros de catastrófica conflagração e agitado pelas mais confusas e desordenadas aspirações, ergamo-nos todos,

## Revista da Cavalaria

orgulhosos de sermos Portugueses, para homenagear condignamente Aquele que soube ser *Soldado* e a quem, vivendo numa época de visível decadência, lhe foi dado poder escrever, com inteira justiça, aquela bela frase que, orgulhosamente, ostenta esta *Revista da Cavalaria*:

*«Essas poucas páginas brilhantes e consoladoras que há na história do Portugal contemporâneo escrevêmo-las nós, os soldados, lá pelos sertões da África, com as pontas das baionetas e das lanças a escorrer em sangue».*

Cor. Tir. CARLOS CHABY





## Mousinho de Albuquerque

Sua acção política e administrativa



O tema deste trabalho, que nos foi imposto por Sua Ex.<sup>a</sup> o General Director da Arma de Cavalaria, na sua dupla função de Representante do Exército na Comissão Nacional das Comemorações Centenárias de Mousinho de Albuquerque e de Director desta Revista, é de tal forma ingrato e vasto, quão sugestivo, que sentimos o muito que Sua Ex.<sup>a</sup> foi infeliz na escolha, julgando-nos à altura de o tratarmos.

Resta-nos, contudo, a consoladora certeza de que, empregando, neste modesto trabalho, que se segue, toda a nossa boa vontade e minguidos recursos, ele representará o contributo sério e honesto de quem procurou coligir e resumir no âmbito limitado de um artigo tudo o que o seu estudo e fraco saber conseguiram apreender na vasta literatura, que já hoje existe, sobre a vida e Obra deste *Grande Chefe Militar, Herói e Construtor do Império*.

## Revista da Cavalaria

Oxalá que a nossa boa vontade atinja o fim que se propôs, para bem servirmos os desejos de quem nos honrou com esta nomeação de serviço.

\*

Ao recordarmos as notas biográficas deste Grande Português, parece-nos que desde a hora em que pela primeira vez viu a luz do dia, tudo à sua volta quer estimulá-lo e prepará-lo para os mais altos desígnios e cometimentos que conseguiu realizar nos curtos 47 anos da sua existência.

Nascido nos arrabaldes de Leiria é baptizado no Mosteiro da Batalha e é na sua infância que lhe moldam o carácter contando-lhe os feitos dos seus antepassados ilustres, dos quais herdara pelo nome e pelo sangue, uma inteligência viva e um acentuado apego ao estudo, e que as suas educadoras, sua Avó e sua Mãe, não deixariam nunca esmorecer, orientando-o no Dever de Servir o *Rei*, a *Pátria* e *Deus* e incitando-o ao cometimento das mais nobres acções como é exemplo o diálogo que com ele teve sua Avó, quando, pouco tempo antes de se finar, lhe entregou as insígnias da «Torre e Espada» que tinham pertencido a seu marido e que perante a hesitação e admiração do neto que depois de as olhar deslumbrado ia restituir-lhas, lhe disse:

«São tuas; és Mousinho e és soldado! Faz por ganhá-las!».

Mousinho não esqueceu as palavras de sua Avó e bem cumpriu a sua profética vontade.

Apenas com 16 anos assentava praça como voluntário no R. C. 4, iniciando assim a sua carreira militar, que tanto havia de dignificar e que muito amou como Ele mesmo o diz nestes eloquentes termos:

*«Se tanto me orgulho de ser oficial do Exército, título que considero muito acima de todas as veneras e honras que me têm dado ou possam vir a dar, é por ter a certeza de que na corporação militar, nessa grande família, a despeito das influências deletérias do meio em que vivemos, ainda predominam os sentimentos de brio e de dignidade, prontos a patentear-se desde que para isso se lhe ofereça ensejo».*

Por isto se torna muito difícil encarar a biografia de Mousinho suprimindo-lhe a sua Altiva, Distinta e Heróica Figura de Militar para só

## Revista da Cavalaria

nos referirmos ao Homem Público, ao Político e Administrador, facetas da sua Vida de Acção em que foi brilhante, mas que não devemos isolar completamente da primeira.

Não há, por certo, muita gente que conheça uma fotografia de Mousinho que não seja envergando orgulhosamente o seu uniforme, pelo menos nós não sabemos que exista, e esta circunstância vem justificar o que atrás dissemos quanto à tarefa árdua que empreendemos procurando revelá-lo apenas na dualidade de acção que é o tema deste artigo, deixando a outros que o recordem na sua figura Épica de Grande Chefe Militar que foi.

Promovido a alferes em 1878 deixa no ano seguinte a sua vida no R. C. 4 para novamente voltar à vida de estudante, matriculando-se em Coimbra nas Faculdades de Matemática e Filosofia.

Não concluiu, por motivo de grave enfermidade no 4.º ano, o seu curso, mas esta passagem por Coimbra teve grande influência na sua vida futura pois ali travou conhecimentos, firmou amizades e, sobre todas, foi nesse período que se enamorou de sua prima, a Senhora D. Maria José Albuquerque Mascarenhas de Mendonça Gaivão com quem casou e que foi a sua companheira inseparável das boas e más horas de África, apoiando sempre moralmente o Herói e auxiliando-o muitas vezes com os seus criteriosos conselhos.

Já nesta época, o jovem alferes nos revela o seu carácter, quando como estudante assistia a uma reunião académica por ocasião do movimento que em Coimbra ficou conhecido pela *Revolta do Zé Pereira* e na altura em que um dos oradores, na sala, pede para que seja permitida a saída dos estudantes militares, pois a casa estava cercada pela Tropa e seriam graves as consequências se ali fossem encontrados. Mousinho «*sempre fardado e pouco propenso a trocar o rigor militar pelas liberdades de estudante*» como dele dizia Jayme de Magalhães Lima que ali o conheceu, levanta-se e pede a palavra para dizer que sabia que nas leis militares não era permitido a quem vestia uma farda tomar parte em reuniões ou manifestações colectivas, mas que sabia também que sempre que mais do que um militar se achasse envolvido no cometimento de uma mesma falta era ao mais antigo, como chefe, que cabia a responsabilidade dos actos praticados pelos seus subordinados. Ali era ele, alferes, o mais graduado, e nessa qualidade e como seu legítimo superior ordenava aos seus subordinados que ficassem e não consentiria que algum abandonasse aquela sala.

## Revista da Cavalaria

Todos ficaram, os ânimos serenaram, a Tropa retirou e não consta que tivessem havido mais graves consequências.

Há desta atitude, contudo, que tirar a certeza da vontade firme, autoridade e amor à responsabilidade com que se nos apresenta este Alferes, tal como mais tarde nos havia de aparecer o Grande Capitão de África (1).

Outros factos nos virão ajudar a provar que não foi preciso a Mousinho cobrir-se com a Glória de Chaimite para não voltar a cara e se atirar a quem o merecia, com a sua palavra, a sua pena ou a sua espada.

Promovido a Tenente entra Mousinho como Regente de Estudos no Colégio Militar, e nesta época mais um facto vem mostrar-nos outro aspecto do Grande Carácter deste Homem e de sua mulher, a veneranda Senhora D. Maria José.

É o caso que a promoção e a colocação tornando mais desafogada a vida do casal, os levou a pensarem numa viagem de recreio pelo País.

Recordemos que nesta época nascia o Caminho de Ferro em Portugal e que ainda muito se jornadeava em diligência, para o que era preciso fazer grandes preparativos e tomar sérias precauções.

Assente que o passeio seria ao Minho, para o Norte partiu a família Mousinho tendo tido uma paragem em Coimbra para visita a parentes e amigos.

Em passeios e serões familiares decorreu essa demora em Coimbra e em uma dessas reuniões, no mais aceso da conversa, veio a lume a história triste de um pobre leproso que chegara da sua aldeia distante àquela cidade para se dirigir ao Porto a consultar o especialista Urbino de Freitas, procurando alívio para o terrível mal, mas que se via obrigado a regressar à sua terra por ter esgotado os meios para prosseguir na viagem.

Quando recolheram aos seus aposentos, Mousinho e sua mulher, lembrando-se do pobre enfermo decidiram mandá-lo ao Porto.

---

(1) O episódio da vida académica de Mousinho que acabamos de relatar foi-nos contado pelo Ex.<sup>mo</sup> Senhor Filipe Gastão de Moura Coutinho de Almeida Eça, a quem devemos, não só os conhecimentos que em escassos minutos de agradável conversa nos transmitiu e ensinou, mas também a amável generosidade com que nos facultou toda a Bibliografia que nos foi necessária para este modesto trabalho, e que a sua preciosa biblioteca sobre Moçambique encerra.

## Revista da Cavalaria

A viagem foi assim interrompida, mas aqueles generosos corações voltaram à sua casa de Lisboa com a consciência tranquila e legando-nos mais esta iniludível prova da sua extraordinária Grandeza de Alma.

A sua vida que, para todos que com ele privavam, poderia parecer sossegada, vivia-a Ele «Mousinho» na ânsia de uma oportunidade que o chamasse a servir nas Terras Quentes de África prometedoras de altos feitos a quem ali fosse com o sentido de as ocupar e desbravar restituindo-as depois engrandecidas ao seu Rei e à Pátria, que as estavam quase perdendo pois as teorias coloniais da época emanadas do Acto Geral de Berlim faziam prevalecer mais as razões de ocupação prática do que os já seculares direitos históricos.

Moçambique estava condenada a sofrer os efeitos destas teorias por ser a nossa fraca ocupação apenas limitada ao litoral, deixando todo o interior exposto às cobiçosas ambições dos nossos vizinhos.

Estudando e analisando a situação desta nossa Província, que tanto, senão tudo por injustiça dos homens, lhe ficaria devendo, Mousinho foi enraizando em si a ideia de ali ir dar largas às suas energias e saber.

Isto prova a visita que ao tempo fez a casa do seu amigo João de Azevedo Coutinho pedindo-lhe para o acompanhar a Cabo Delgado, quando o julgou nomeado Governador do Niassa, o que não se confirmou.

Mais tarde se juntariam, para grandes cometimentos, nessas longes Terras.

Em 1886 embarca para a Índia para servir na Fiscalização do Caminho de Ferro de Mormugão de onde depois transitou para Secretário Geral do Governo, em Pangim.

Estava estabelecido o seu primeiro contacto com o Ultramar Português mas ainda não satisfeito o seu mais veemente desejo, «A África», onde nessa Era, em contraste com o sossego da Governação da Índia, se anteviam motivos para épicas façanhas que o atraíam.

Na Índia encontrou Caldas Xavier que para ali tinha passado vindo da África para desempenhar funções semelhantes às que primeiro desempenhou, mas que também mudou de situação indo chefiar a Repartição Militar em Pangim.

Era grande já a experiência e conhecimento da nossa África da parte de Caldas Xavier.

Tinha sido ali levado pelo então Major J. J. Machado, que a Índia também conheceu, em uma expedição de Obras Públicas ordenada por Andrade Corvo.

## Revista da Cavalaria

Regressara ao Reino mas, atraído, ali voltava em 81 para uma Comissão Civil na Zambézia onde havia de mostrar a sua energia e valor, batendo-se, quase só, contra milhares de negros durante sete horas.

A permanência de Caldas Xavier na Índia foi curta, mas deste encontro mais se exacerbou em Mousinho o desejo de passar à outra margem do Índico.

Despedira-se, no Cais, do seu amigo com um «Até breve», e ficou aguardando que chegasse a sua vez de correr a essa África que lhe parecia reclamar a sua Inteligência, o seu Saber, a sua Heroicidade e a Força punitiva da sua Espada.

Entretanto as coisas de África iam-se complicando e do Sonho do *Mapa Cor de Rosa* apresentado por Barros Gomes no Parlamento, Portugal acordara aos sons do Hino que hoje nos representa mas ultrajado por um *Ultimatum* humilhante.

Mais uma vez no Reino, Caldas Xavier, prestes a largar para nova Comissão, não esquece o amigo e lembra o seu nome para ir Governar Lourenço Marques sendo essa indicação bem acolhida pelo Ministro da Marinha e Ultramar Júlio de Vilhena.

Estava por unanimidade de votos em Conselho de Ministros iniciado o Rumo de Mousinho de Albuquerque.

Moçambique ia recebê-lo e iria seduzi-lo para se orgulhar de ressurgir pela acção de um dos Maiores, senão o Maior, Português que as suas cálidas areias pisou.

Estavamos em 1890 no dia 10 do mês de Julho quando foi nomeado Governador do distrito de Lourenço Marques, cargo de que tomaria posse a 25 de Setembro do mesmo ano.

Ia ser efémera esta primeira passagem de Mousinho pela Província de Moçambique.

Servia-lhe no entanto esse curto período, de menos de um ano, para se aperceber da situação e traçar um plano de acção que ele próprio define nestes termos: «*Logo que fui para a Africa e vi o estado de coisas do distrito de Lourenço Marques, convenci-me da imprescindível necessidade de bater os Vátuas*».

Esta necessidade obcecava-o e assim, sempre ouvindo a opinião do seu Camarada e Amigo Caldas Xavier, traçou um plano que lhe pareceu de resultados seguros.

A tempo o apresentou a Mariano de Carvalho que ali fora como Comissário Régio, em missão de estudo, que o achou «*Quixotesco*» e se desculpou com a necessidade de um pedido de autorização a Lisboa.

## Revista da Cavalaria

Em nova oportunidade oferece-se ao Governador Geral Capitão Tenente Rafael de Andrade para pôr em prática o seu plano e prender o Mafagaze.

Mas a política seguida na província por quem tinha à sua responsabilidade administrar tão vastos territórios era de Contemporização, Transigência e até Subserviência, que não se coadunava com a política de Acção e de Domínio que muitos alcunhavam de «*Utopia de doidos*» envolvendo nesta designação Mousinho e Caldas Xavier, e opondo-lhe a fórmula de captação, dispensando todas as atenções ao Régulo a fim de ganhar as suas graças, sem trabalho e em sossego, aparentando uma soberania que de facto não existia, e por isso mais uma vez rejeitou o generoso oferecimento.

Isto excitava Mousinho que com ironia perguntava um dia para Lisboa qual das fórmulas seria melhor empregar: *Por Graça de Sua Magestade el-Rei de Portugal* ou *Por Graça de Sua Magestade o Gunguhana*.

A revolta alastrava no mato, surda mas latente ia sempre progredindo e aumentando o poder e orgulho do potentado Vátua.

Mousinho viu-se na necessidade de abandonar o seu cargo e regressar ao Reino, ainda que sacrificando os galões de Major com este seu gesto, pois não completara o tempo de serviço no Ultramar para os manter.

Apresenta-se no Ministério da Guerra em 21 de Abril de 1892 sendo colocado no R. C. 8, já então aquartelado em Castelo Branco.

\*

Como sempre, dedicou Mousinho o tempo livre do Serviço de Guarnição em Castelo Branco ao estudo das coisas do Ultramar, colhendo para si uma bagagem de conhecimentos de que em breve havia de dar provas.

Estudou detalhadamente todas as Campanhas Coloniais e a acção dos Chefes que nelas tinham tomado parte.

Tornou-se conhecedor profundo das acções coloniais de Liautey e Gallieni e defensor do emprego da sua Arma, a Cavalaria, em África, estudando as Campanhas Inglesas contra os Zulos e as acções brilhantes dos Pelotões de Barrow e Weatherley. A sua tribuna eram as colunas do jornal *Novidades*.

## Revista da Cavalaria

A revolta das hordas Cafres na Magaia alarmara o Governo que se socorrera de outro Grande Português, o diplomata e jornalista Conselheiro António Enes para tão grave emergência.

Mousinho, o Capitão de Cavalaria que ainda não era conhecido da sua Pátria, que ainda não tinha atrás de si a Aura de Heroicidade que o havia de fazer aclamar em Viagem Triunfal pelo País e no Estrangeiro, já então da sua Tribuna se insurgia e lançava desassombadamente aos homens da Governação acusando-os de inaptidão para o momento grave que o País atravessava.

O seu Plano de acção para uma Campanha em África fora apreciado pelo Ministro da Guerra de então — o oficial de Cavalaria, Conselheiro Pimentel Pinto — e entregue com especial recomendação ao Comissário Régio António Enes.

Corria o ano de 1894 e no 1.º de Dezembro é colocado no Regimento de Lanceiros 1 o Capitão Mousinho de Albuquerque que em 22 de Abril do ano seguinte embarcava para Moçambique comandando o esquadrão dessa Unidade para ali destacado com as forças expedicionárias.

Seguiu-se essa Gloriosa Campanha de 1895 e em 10 de Dezembro Mousinho é nomeado primeiro Governador do novo Distrito de Gaza, lugar que ocupa cinco dias depois.

Mousinho ia fechar com Chave de Ouro essa feliz Campanha, ia atingir a Glória, mas ainda não é neste Governo que o podemos apreciar como Político e Administrador Colonial, pois a sua Ofuscante Espada ainda brilhava ao Sol desse Moçambique que tanto engrandeceu.

Depois do feito de «Chaimite», a 13 de Março de 1896 é nomeado *Governador Geral de Moçambique*.

«Quando para seguir o impulso formidável erguido sobre esse homem, o Governo o colocara à frente da Província de Moçambique, nesse dia entraram na Administração da Colónia a *Verdade* e a *Ordem*; o seu Governo foi a luta da Verdade com o Erro, as suas Cutiladas foram assentes nas Convenções, nas ficções, enredo de falsidades com que o País pretendia iludir-se a si próprio, ou melhor, com que o *Estado* pretendia iludir a *Nação*».

Estas palavras escritas por Aires de Ornelas são uma perfeita síntese da sua Acção Governativa. Ia começar uma nova época para Moçambique, mas o impulsivo Cavaleiro sempre cauteloso e conhecedor das fórmulas adoptadas por aqueles que de longe, das arcadas do Terreiro

## Revista da Cavalaria

do Paço, queriam interferir no Governo do nosso Ultramar, que muitas vezes desconheciam, responde ao telegrama da sua nomeação com uma recusa a não ser que o Ministério se compromettesse a aprovar imediatamente todas as propostas que lhe fizesse.

Mousinho conhecia os Homens e os processos dos Políticos do seu Tempo.

Aceite esta condição pelo Governo toma posse do seu cargo a 21 de Maio, mais dois meses depois da sua nomeação.

\*

A estrutura moral de Mousinho, que quisemos deixar adivinhar neste esboço biográfico, traçou-lhe uma conduta política antagónica, à acção Governamental da sua Época.

Odiava a mentira e detestava a dualidade de carácter.

Era *Verdadeiro, Altivo e Leal*.

Foram estas *Superiores Qualidades* que o levaram a erguer sobre os alicerces que António Enes, seu antecessor, havia lançado, o edifício Enorme, Grandioso, do Moçambique de hoje.

Foram Elas, ainda, que o levaram a erguer-se diante do Presidente do Conselho de Ministros, fremente de indignação, para lhe lançar em rosto a deslealdade do Governo a que presidia e que tudo lhe prometera e tudo lhe negava.

Não o fez, porém, por espírito de rebeldia. O seu protesto cingiu-se a uma explicação a El-Rei e ao Povo, das razões que o levaram a abandonar o posto onde por vontade de Ambos fora colocado.

Da situação da Província que lhe era confiada, dos erros da Administração anterior a 1896, dos defeitos da centralização e da necessidade de mais amplas atribuições e independência para quem tinha a seu cargo a Administração e o progresso de tão vastos territórios, diz-nos Mousinho, melhor do que ninguém, no seu maravilhoso «Moçambique»:

«As restritas atribuições dos Governadores Gerais nada lhes permitia fazer sem prévia autorização do poder Central e, com raros e curtos intervalos, era norma em Lisboa agradarem e serem bem vistos os Governadores do Ultramar que *não incomodavam* com participações de acontecimentos, ou com propostas tendentes a remediar esse estado de coisas e instantes pedidos de forças e meios indispensáveis».

## Revista da Cavalaria

E acrescenta:

«Não é novo em Portugal este Sestro do Governo Metropolitano, de que dá testemunho o célebre conselho de Tristão da Cunha a seu filho quando este foi nomeado Governador da Índia:

— *Carrega pimenta e deita-te a dormir*».

E depois de fazer Justiça a alguns dos seus predecessores no Governo de Moçambique, continua mais adiante:

«Disto resultava uma Administração anodina, sem plano definido, sem energia e persistência na execução, e como consequência, uma série de desastres que iam conduzindo rapidamente a província à completa ruína ou a uma perda forçada».

É ainda Mousinho quem nos enumera os resultados dessa forma de Administração para concluir que é:

«Condenável o sistema de Centralizar em Lisboa a Administração Colonial e condenáveis os Ministros, não pelos erros que cometem legislando para países que desconhecem por completo, mas pelo pouco escrúpulo que há em geral na escolha dos Governadores, determinada muitas vezes por conveniências de política partidária, empenhos pessoais e outras causas a que são de todo estranhas a competência e idoneidade do indivíduo escolhido».

Depois com as crescentes dificuldades que surgiram em 1894, Mousinho mostra-nos a vantagem do seu ponto de vista e como o Governo se viu na necessidade de nomear um Comissário Régio, deixando a província de ser Governada pela Secretaria do Ultramar.

Enumera os benefícios que tal medida trouxe à Província e acaba por concluir nestes períodos do seu Livro, mostrando-se em toda a sua Grandeza, Justo e Sérió como sempre foi:

«Pode-se portanto dizer que foi no curto e, infelizmente tão agitado período em que o Conselheiro António Enes esteve Governando Moçambique que se fez a primeira tentativa enérgica, para arrancar a Província à rotina Administrativa que lhe atrofiava os elementos de vida e inutilizava os recursos.

Muito por certo restava e ainda resta por fazer neste sentido, mas o primeiro passo deu-se naquela ocasião; seria injusto esquecê-lo».

## Revista da Cavalaria

Ninguém melhor do que Mousinho sintetiza a forma como recebeu o pesado fardo da sua nomeação para Governador Geral nestas palavras:

«Era difícil a situação, cheia de complicações, cercada de perigos. Vira eu com desgosto a saída do Comissário Régio por me parecer que marcava o final do único período em que a província deixara de ser Governada, Administrada de Lisboa e receava por bem fundados motivos que tudo voltasse à antiga.

Fui então nomeado Governador Geral».

E prossegue:

«Plano definido e detalhado de Governo, programa Administrativo e político, na acepção que se dá em geral a esta palavra, não o tinha e não o podia ter ninguém. Muitos factos porém, de todos conhecidos, orientavam-me num sentido de que me esforcei por não me afastar».

De facto Mousinho jamais se afastou da Rota que desde a infância lhe foi apontada — Deus, Pátria e Rei — e nesse caminho o encontramos em todos os passos da sua vida.

O Rumo que imprimiu à sua Administração Colonial, como sempre se orientou na vida, sublinha-o na magnífica carta que escreveu ao Príncipe D. Luiz Filipe.

Nela frisou que o culto pelos interesses do Povo se sobrepunha aos interesses dos Governantes dignos desse nome:

*«Os príncipes não têm biografia. A sua História é — tem de ser — a do seu Povo».*

E adiante afirma:

*«Ser soldado é dedicar-se por completo à causa pública, trabalhar sempre para os outros»;*

E Mousinho foi sobretudo, e sempre, um Grande e Modelar Soldado.

Conhecedor da província, que muito amou, após completar a posse pela ocupação de vastos territórios, e mesmo intercalando tais trabalhos com os árduos Serviços da ocupação, vai reformando a situação financeira e económica da Colónia, agora privada do auxílio da metrópole como vinha vivendo até então, e dominando todas as outras medidas Administrativas, empreende com lúcida Visão Política, Financeira e Económica largos melhoramentos no Porto de Lourenço Marques.

## Revista da Cavalaria

Toma medidas adequadas para melhorar, reformar, reorganizar e substituir o funcionalismo minado por defeitos antigos e enraizados que era necessário corrigir.

Não esquece o Caminho de Ferro, a Alfândega e a Administração interna dos distritos, dando-lhes uma grande autonomia, semelhantemente à que para si desejava, e colocando à sua frente os seus Companheiros de Armas, que compreendiam, admiravam e seguiam, sem objecções, o seu Chefe.

E do que então fez é Ele mesmo quem nos diz quando transcreve da carta que em 1568 El-Rei D. Sebastião escreve ao Vice-Rei D. Luiz de Atayde, esta passagem:

*«Fazei muita Cristandade. Fazei Justiça. Conquistai tudo quanto poderdes. Tirai cubiça dos homens e favorecei os que pelezarem.*

*Tende cuidado da minha fazenda.*

*E para tudo isto vos dou meu poder. Se o fizerdes assim, muito bem, far-vos-ei mercê: e se o fizerdes mal mandar-vos-ei castigar. Se alguns Regimentos forem em contrário destas cousas supponde que me enganaram e por isso não haja nada que vos estorve isto».*

E acrescenta:

«Separaram-nos mais de três séculos da época em que isto foi escrito e um abismo profundo medeia entre os hábitos e desígnios da política actual da de então.

Mas feita a indispensável transposição, encontra-se naquelas instruções tão concisas, tão definidas, tão claras e bem pensadas a explicação de todo o meu proceder no Governo de Moçambique».

\*

Para a execução de toda esta grandiosa obra estava amarrado pela centralização que lhe causava sérios embaraços à sua empreendedora acção e por isso dizia: «Numa possessão que como esta, está no seu período de formação, pela conquista de uma parte, pela colonização de toda ela, a forma de governo tem de ser absoluta...», e por isso instava porque lhe fossem dados os poderes de Comissário Régio. Essa nomeação vem finalmente a 27 de Novembro de 1896.

«Pode bem dizer-se que comecei então a governar a província», diz Mousinho.

## Revista da Cavalaria

É então que dá largas a todas as medidas a que a burocracia e o decreto orgânico por que tinha de regular-se, entravavam o andamento, principiando por conceder amplas medidas descentralizadoras aos seus Subordinados, Governadores de distritos e Chefes de Serviços, aos quais dava largas atribuições e exigia responsabilidade efectiva.

Continua em ritmo acelerado o trabalho da sua nova função, nunca abandonando a preocupação da ocupação e pacificação efectiva do território que lhe estava confiado a qual consegue terminar neste ano que se seguiu à sua nomeação para Comissário Régio.

Mas esta preocupação e necessidade de ocupação militar não é bastante, em seu esclarecido espírito para consolidar o domínio português em África.

E é por isso que imediatamente a esta preconiza e anima a instalação das missões católicas. Como nos tempos de antanho a Cruz e a Espada completariam a Obra.

A sua finalidade foi sempre elevar Moçambique a um nível que a sua posse deixasse de representar um encargo para Portugal, elevando-a a uma fonte de riqueza e prosperidade, e diz:

«Trabalhei sempre por dispor as coisas de molde a que ela se orientasse nesse sentido e não poucos dissabores, não pequenos trabalhos colhi nessa labutação de todos os dias.

Tudo suportei de boa mente com esperança no futuro — *porque após nós virão outros que ganharão muito dinheiro nesta terra onde nós tanto trabalhamos*».

Eloquentes palavras estas a que não falta a oportuna e incisiva citação de uma passagem das «Lendas da Índia» de Gaspar Correia. Ao fim de um ano de intenso Labor vem à Metrópole para, no seu dizer, aplacar dificuldades, vencer resistências, elucidar muitos problemas e tirar dúvidas que sobre diversos assuntos existiam no seu espírito, e após uma recepção triunfal e uma visita às capitais dos países coloniais da Europa, regressa a 22 de Abril de 1898 cónscio da confiança que nele depositava o seu Rei e o bom povo Português, desembarcando em Lourenço Marques a 19 de Maio.

A despeito das opiniões de alguns que o aconselhavam a descansar, de outros que lhe diziam que o seu lugar era já na Metrópole, seguiu a retomar o seu posto pois dizia:

«Como poderia eu querer descanso antes de ter levado a província que governava a navegar com segurança e firmeza no Rumo que a devia

## Revista da Cavalaria

conduzir a porto e salvamento, como se eu pudesse ter ambição mais alta do que ver os resultados dos meus trabalhos! Guardada a enorme diferença de proporções podia responder como Afonso de Albuquerque: — *Portugal he pequeno e esses títulos d'honra que elle tem todos tem donos; e que todos estiverão vagos não ha cousa em Portugal d'honra que valha a metade da grandeza da Governança da Índia. E de meus Serviços, Se são tais comome dizeys, não têmão mais direita mercê que me deixar acabar estes meus poucos dias assy Servindo, e que eu em meus dias não visse na India outro melhor que eu*».

Este era todo o seu grandioso sonho, o ideal da sua vida de Português, igual em grandeza aos maiores que levantaram e ergueram em letras de oiro a Nossa Sublime História, que as pedras sagradas do Mosteiro onde foi baptizado evocam para sempre pela Sua Grandiosidade e pela expressiva frase, que ficou atestando como que a vontade e firmeza deste Povo Português que sempre ressurgue pletórico de energias quando a adversidade o toca, e que Afonso Domingues nos legou:

*A Abóbada não caiu, a Abóbada não cairá!*

Está certo! Desde os alicerces ao fecho a *Obra* de Mousinho em Moçambique foi uma tão sólida construção que nem o Tempo, nem a distância, nem o clima, nem ainda os erros de alguns e a cobiça de tantos, conseguiram abalar.

Profundo e árduo trabalho foi o deste homem que no dizer de outro Cavaleiro e herói de África, na carga fulgurante de Naulila:

*«Ensinou Portugal a Colonizar».*

Mas quem mal não cuida, mal não pensa, e Mousinho não pensava como ia ter a duração de uma despedida esse seu regresso a Moçambique.

Os pequenos atritos e discordâncias que notou existirem da parte do Governo para com as suas propostas e alvitres, e que lhe pareceram desvanecidos na hora da partida, reacenderam-se logo que o barco que o levou se afastou das águas do Tejo.

O Governo sem programa consistente, minado por dissidências internas, preso a interesses pessoais, sem unidade política e sem autoridade, debilitada por excessivo liberalismo, traiu as suas honestas intenções.

## Revista da Cavalaria

A inveja de muitos, a ignorância dos problemas do Ultramar de quase todos e os interesses feridos pelo rigor e justiça da sua Administração que tantos tinham de suportar, opuseram uma desleal barreira à sua manutenção em Moçambique com os poderes de que estava investido.

Um telegrama do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, determinou o seu afastamento.

Esse documento transcrevia o decreto de 7 de Julho de 1898 que restringia os poderes dos Comissários Régios.

Note-se que no momento era Mousinho o único Comissário Régio que existia no Ultramar Português.

O golpe era-lhe dirigido.

A parada veio pronta e rápida.

A sua integridade de carácter, à sua rectidão e firmeza só uma porta ficava aberta — a demissão — e o seu pedido foi imediatamente transmitido ao Governo.

Menos de dois meses depois da sua saída de Lisboa para reocupar o seu lugar, onde como Grande Português serviu, era assinado o decreto que o exautorava de toda a autoridade e prestígio, ou antes, que pretendia deles desautorizá-lo porque como diz na carta que dirigiu a José Luciano de Castro, presidente do Conselho de Ministros:

«Se hoje não tenho aqui autoridade de direito, resta-me contudo, a autoridade moral e o prestígio; esses intactos, porque, não derivando do favor, ordem ou acto algum de V. Ex.<sup>a</sup>, não são de natureza a ser abalados por quaisquer portarias ou decretos, emanados de qualquer Conselho de Ministros. Adquiridos unicamente à ponta da espada e à custa de trabalho, só um acto meu, que destacasse do meu procedimento anterior, os poderia diminuir ou deitar por terra; e, esse, mais de uma vez aqui demonstrei que não praticaria.

O que, em todo o caso, esse decreto fez, foi colocar-me na impossibilidade de permanecer no cargo de que me achava investido».

Porém, ao largar o cargo em que tanto se notabilizou no momento em que Moçambique se ia ver privada *de quem melhor a poderia governar*, sentiu-se Mousinho na obrigação de elucidar o seu sucessor no Governo da Colónia dos trabalhos em curso que maior interesse tinham para a prosperidade daqueles territórios a que tanto se dedicara.

Esse, pouco conhecido, mas valioso documento começa por dizer:

«Em Fevereiro de 1751 embarcou em Goa de regresso a Portugal o Vice-Rei D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, 3.º Conde de Assumar, 1.º Marquês de Castelo Novo e 1.º Marquês de Alorna, depois de

## Revista da Cavalaria

seis anos de feliz Governo em que dilatou as nossas, então quase perdidas, possessões da Índia, cuja administração entregou ao seu sucessor, Vice-Rei D. Francisco de Assis de Távora, 5.º Conde de S. João e 3.º Marquês de Távora. Em observância de uma ordem de El-Rei D. João IV dirigida ao Vice-Rei, Conde de Sarzedas, que dizia «*dareis a posse do dito Governo, e as notícias e informações que julgardes convenientes ao meu Serviço e ao bem e Segurança desse Estado*», elaborou o Marquês de Alorna as instruções que, pela lealdade, bom critério e clareza com que estão escritas, vieram por justos motivos a engrandecer mais ainda a fama do seu autor. Não tenho a pretensão de dar instruções a V. Ex.<sup>a</sup> que conhece bastante esta província e já governou a de Angola; procurarei apenas fornecer-lhe dados e esclarecimentos que, apreciados e corrigidos pelo são critério de V. Ex.<sup>a</sup>, lhe poderão ser por vezes úteis, posto que nunca indispensáveis, na empresa de corresponder por completo à confiança com que Sua Magestade El-Rei o honrou, encarregando-lhe a administração de Moçambique».

Segue-se a ordenada enumeração dos principais problemas em curso que eram a sua preocupação e que a sua súbita saída o impediu de ver concluídos.

Com *Lealdade, bom Critério e Clareza* expõe todos esses problemas, em documento que mais eleva a sua alta figura Moral e que termina por lembrar ao seu sucessor que na política administrativa que vai encetar dois caminhos se lhe oferecem:

«Ser simples executor de ordens do Ministério, dando-lhe as informações de molde a nunca ir de encontro às opiniões correntes lá e interesses ligados à sua administração» ou «dizer as verdades sem rebuço, propor o que parecer melhor em conveniência e não descansar nem fugir à fama de importuno e teimoso».

Seria por este último caminho «sem dúvida mais direito, posto que mais escabroso», que julgava se decidiria o seu sucessor, mas recomendava-lhe cautela pois se por ele seguir pouca demora terá o seu Governo, ao passo que o primeiro processo lhe permitiria eternizar-se no lugar. Ao concluir não resiste a contar uma anedota que lhe ocorreu:

«Estava Henrique V, de Inglaterra, no leito, prestes a acabar, quando se acercaram dele a anunciar que acabava de nascer-lhe, no Castelo de Windsor um filho. O moribundo ouviu, e ainda pôde dizer: Henrique de Mourmont poucos anos reinou, muitas terras ganhou; Henrique de Windsor, largos anos reinará, muitas terras perderá».

## Revista da Cavalaria

Ferido, mortalmente ferido, pela ingratidão com que se via separado da sua Obra, que graças à sua política de *Fundador e Organizador* — como diz Amadeu Cunha — «era já uma realidade capaz de subsistir ao lado de uma União Sul Africana poderosa, que os acontecimentos andavam arquejantemente a elaborar» Mousinho regressa à Metrópole.

Acompanham-no os oficiais com quem fizera as campanhas que comandara e que pediram a exoneração dos cargos que desempenhavam, o que, na expressão feliz do autor citado, se desfez uma *Companhia*, deixava no entanto uma *Escola*.

El-Rei condecora-o com o Grande Oficialato da Torre e Espada e nomeia-o seu Ajudante de Campo efectivo, Oficial-Mor da Casa Real e Aio e perceptor dos Príncipes.

Asfixiado pelas paredes e enredos do Paço ia estiolar-se a vida do Homem Livre da Selva Africana.

O que lhe fora dado como resgate pelo mal que lhe tinham feito, ia, ao contrário das intenções, apressar e provocar o fim do Herói.

A política, na qual se não metia, mas que muito bem conhecia, exasperava-o pelo caminho que tomava e processos que seguia.

Publica o seu livro «Moçambique» e termina a sua dedicatória ao Rei dizendo:

«Sabe Vossa Majestade que em África combati como soldado que sou, trabalhei como os que trabalham e poderia ter errado, mas conservei-me sempre PORTUGUÊS.

É pois em nome dos soldados a cujo lado combati, em nome dos que tanto trabalharam pelo levantamento daquele pedaço da nossa Pátria, em nome do povo português que, com tanta ansiedade, acompanhou de longe os meus empreendimentos, que tanto do coração aclamou o seu êxito feliz, é em nome de todos nós, Senhor, que no momento angustioso em que nos achamos, venho perante Vossa Majestade soltar o grito — AQUI D'EL-REI — certo de que o Neto de D. João I e do Santo Condestável não pode deixar de acudir a este chamamento do seu povo vergado sob o peso da aflição».

Estas eloquentes palavras, além de serem um depoimento justo e verdadeiro, são também uma visão do futuro que os factos vieram a confirmar.

Os erros políticos da época não se limitavam aos males causados aos Servidores que os interesse políticos impunham que fossem afasta-

## Revista da Cavalaria

dos, iam ferir de Morte a própria dinastia reinante e preparar a mudança de Regime.

A sua política, livre e independente, que não se podia misturar com aquela que Alpoim definia por «Muita chuva, muita lama, muita descompostura...» era orientada no mais puro fervor de renovação nacionalista.

Isto o levou a ser um dia indicado para chefiar um movimento do qual saísse um governo militar, apoiado no Exército, conta Aires de Ornelas, mas El-Rei nunca julgou possível a organização de um governo que não se apoiasse numa organização política.

A conspiração abortou por isso, pois a sua lealdade jamais lhe permitiria ir contra a vontade do seu Rei.

Mas era preciso, intrigar, enredar o herói nessa teia de ficções e convenções em que às cutiladas certeiras a sua espada de rija tèmpera se havia de partir, essa espada que resistira a todos os golpes desferidos nesse imenso sertão africano.

De uma reunião que promoveu com amigos na casa de Luiz de Magalhães em Moreira da Maia, para ler as provas do seu «Moçambique» fizeram uma conjura política.

Veio depois a viagem ao Norte, dos Príncipes.

Os ataques sucedem-se e já são poucos aqueles que saem a campo tomando a defesa do homem a quem o País tanto ficou devendo.

Traído primeiro, atacado depois e quase esquecido, magoado por tanta injustiça e ingratidão cai para sempre nesse trágico dia 8 de Janeiro de 1902.

Estendera-se, sobre o corpo do herói, o trágico manto da morte, que em curto tempo iria apertar nas suas garras o seu Rei e o Regime.

Ficaria contudo bem vivo e a atestar a virilidade desta Raça que dera «Novos Mundos ao Mundo» o trabalho desses obreiros do Império de que Joaquim Mousinho de Albuquerque foi a Alma e o Guia e que escreveram para a eternidade «*Essas poucas páginas brilhantes e consoladoras que há na História de Portugal Contemporâneo*».

Ten.-Coronel F. PIRES MONTEIRO



## Campanhas no distrito de Moçambique



Um dos problemas mais graves com que deparou o novo Governador Geral, Major Joaquim Mousinho de Albuquerque, ao tomar conta do governo da Província, foi sem dúvida, a crítica situação do distrito de Moçambique, em 1896.

Do antecedente, a nossa influência naquela parte do continente negro, era diminuta, limitada a pontos isolados e ao domínio virtual de Angoche, praticamente sob as ordens do Sultão de Zanzibar.

A pouca distância da capital, então na ilha de Moçambique, nenhuma garantia poderia o governo dar a qualquer ordem para o interior, a qualquer serviço que fosse solicitado, a qualquer elemento que por lá transitasse.

Os indígenas apenas consentiam insignificantes guarnições militares em *Moma* e em *Sangage*, *Maginquale*, *Infusse* e *Lunga*. Estes postos com uma ocupação precária devido à carência de recursos militares, tinham por último, apenas um objectivo fiscal a que se ligava pouca importância.

Para o Norte de *Mossuril* ao rio *Lúrio*, no Litoral, apenas se contava o posto de *Matibane* e para o interior o nosso domínio apenas atingia *Natule* a sete quilómetros de *Mossuril*.

## Revista da Cavalaria

\*

Sem dúvida que a Mousinho logo apareceu a necessidade inadiável de garantir a posse de tão vastos territórios pela sua ocupação efectiva, mas o seu claro espírito de homem de governo gisou em primeiro lugar um *plano político* onde se baseassem as operações militares, e cujo objectivo final seria atrair o indígena à nossa civilização, ligando-o pelo interesse à agricultura e ao comércio e dando-lhe hábitos de trabalho indispensáveis.

As suas próprias palavras nos dão ideia geral desse plano:

«Estabelecidas as três capitánias-mores — da *Macuana* ao norte, do *Mossuril* ao centro e d' *Angoche* ao sul — reduzir à mais absoluta submissão em cada uma delas a facha do litoral onde mais resistência se encontrava, por ser aí que predominava o elemento muçulmano com as suas tradições de escravatura, contrabando e banditismo. Nessa zona do litoral, cuja profundidade poderá variar de uns 40 a 80 quilómetros, os postos a princípio teriam que ser numerosos, para dar completa segurança às caravanas vindas do interior, que a ferocidade e banditismo nunca reprimidos dos namarraís lograra desviar de Moçambique.

Depois os capitães-mores, que já estavam em relação com os chefes macúas do interior, iriam avançando a ocupação para Oeste, estabelecendo comandos, abrindo estradas, animando os povos à cultura e exploração dos géneros que melhor mercado encontravam na costa. Mas tudo isto tinha que ser feito com muita persistência, muito método, muita energia e bastante força. Era um trabalho vagaroso, de resultados infalíveis e, de uma vantagem incontestável, mas que só com o tempo se manifestaria bem evidente, só a pouco e pouco se faria sentir».

O *plano militar* para efectivar a ocupação necessária para o bom êxito daquele, assim também no-lo descreve o seu autor:

«Mostra a experiência que, em África, toda a tentativa de posse que não seja precedida por uma acção de força e seguida de uma ocupação que imponha respeito, ou antes medo, a todos que tentem revoltar-se, é sempre mal sucedida... Entendi, pois, que a primeira coisa a fazer, desde que para isso obtivesse meios, era proceder à ocupação militar, percorrendo o país com uma coluna suficientemente forte para vencer qualquer resistência, e, batidas as forças inimigas, ocupar alguns pontos que reputasse mais importantes, estabelecendo comandos e postos militares fortificados e guarnecidos por forma a poderem, não só defenderem-se, mas exercer a sua acção policial e repressiva numa zona bastante vasta».

## Revista da Cavalaria

\*

Além das dificuldades inerentes à organização de colunas para operações militares numa época, onde no Ultramar tudo escasseava desde os efectivos deficientemente instruídos, ao equipamento e armamento inadequados, tinha o governador que fazer face a um inimigo especial que operava em terreno desconhecido.

O *problema dos transportes* constituiu uma das maiores dificuldades que encontrou na organização da coluna, incompletamente resolvido com a aquisição de burros de Zanzibar, para carga a dorso, e de carros do país tirados por gado de Madagascar.

O *inimigo* era traiçoeiro e velhaco, errante, vagabundo e salteador, não se apresentava, em massa para combate leal, pelo contrário, hostilizava pela emboscada, não oferecendo ponto algum de resistência decisiva e capital. Havia ainda a contar com a passividade ou mesmo hostilidade dos proprietários de terras confinantes com o Marave e xeque de Matibane e com a dos negociantes mouros, comerciantes de pólvora e negreiros, a que não convinha de modo algum o estabelecimento de efectiva soberania portuguesa.

O *terreno*, era quase completamente desconhecido.

«A instabilidade, a falta de zelo e aptidão, e muito especialmente a completa indiferença dos governadores gerais, fizeram com que a grande maioria dos comandantes militares não fizessem ideia nenhuma do terreno a 1 quilómetro de distância das sedes dos comandos. Quanto às informações dos negociantes mouros e indígenas eram tão vagas, tão contraditórias, que nada esclareciam. Não havia outro remédio senão marchar à aventura, fiados nos guias».

\*

A campanha no distrito de Moçambique, mais conhecida por Campanha dos Namarraís teve duas fases distintas:

— As primeiras operações e combate de Mojenga em 19 e 20 de Outubro de 1896, que embora infligindo sério castigo aos revoltosos, não logrou êxito definitivo porque a coluna teve de retirar em condições difíceis, embora heróicas, devido a traição dos guias que a tinham conduzido a uma emboscada.

— As operações de 22 de Outubro de 1896 a 6 de Abril de 1897 também sob o comando de Mousinho, já Comissário Régio com os combates vitoriosos de Naguema, Ibrahimio e Mucutu-muno.

# Revista da Cavalaria

Estas acções foram mais tarde completadas pela acção de Calaputi e escaramuça de Munapo a que se seguiu a submissão dos Chefes namarrais, acções dirigidas pelo governador do distrito por ordem do Comissário Régio.

A causa imediata da campanha foi a nova sublevação da tribo namarral, tribo irrequieta, quase em permanente rebeldia e que nunca se sujeitara inteiramente à nossa soberania.

Reunia uns três mil combatentes, obedecendo a quatro chefes principais, rainha Naguema, Mucutu-muno, Ibrahimio e Matubamuro, que se juntavam aos macuas do norte de Angoche. Com eles se bandearam o Marave, xeque de Matibane, que antes se nos tinha oferecido para os combater e a quem tinham sido fornecidas armas e munições.

Quase à vista da ilha de Moçambique, sede do Governo Geral, devastavam plantações, rapinavam e cortavam os caminhos às caravanas que do interior se dirigiam ao litoral.

## Combate de Mujenga

Não obstante todas as circunstâncias desfavoráveis a coluna de operações sob o comando do próprio Governador Geral concentra-se a 17 de Outubro de 1896 em Natule. Era constituída por Quartel General, Secção de artilharia de montanha com 2 peças, Companhia de Cavalaria 4, Companhia de Caçadores 4, Companhia de guerra da província, Serviço de Saúde, Comboio e Auxiliares, num total de 24 oficiais, 237 praças europeias, 216 indígenas, 68 cavalos, 10 burros e 30 carros.

Na madrugada de 19 a coluna sai de Natule e dirigida pelos guias marcha com extrema dificuldade através do mato, devido ao comboio que constantemente lhe dificulta a progressão. A marcha é feita debaixo de fogo inimigo até à machamba de Mujenga que a coluna atinge às onze horas formando quadrado.

Este é imediatamente atacado com violência sendo visados especialmente os oficiais e os graduados; é notável a acção da cavalaria e dos landins que várias vezes carregam para desafrontar o quadrado batendo o inimigo que certo o alvejava do interior do mato.

Repellido este com muitas baixas, a coluna bivacou naquela noite, mas no dia seguinte a falta de água, o grande consumo de munições e o estado sanitário do pessoal, impuseram a retirada. Esta, sempre debaixo

# Revista da Cavalaria

de fogo, foi extremamente penosa, merecendo ao próprio comandante a designação de *heróica*.

A Coluna teve alguns mortos e feridos, sendo Mousinho ferido duas vezes.

## Combates de Naguema, Ibrahimo e Mucutu-muno

O estado de guerra continuou naquelas regiões por todo o restante ano, caracterizado por razias e incursões, principalmente em Angoche, Infussi, Móma, Feirão Veloso, Matibane, Lunga e Terras firmes, estas designando a península fronteira à cidade de Moçambique.

Em Fevereiro do ano seguinte, 1897, tendo chegado os reforços pedidos à Metrópole, entende Mousinho, então Comissário Régio, que a ocasião é favorável ao recomeço das operações pelo que a 21 organiza uma coluna sob o seu comando e que é constituída por Quartel General, Força da Marinha, Bateria de Artilharia, Companhia de Cavalaria 4, Companhia de guerra de Infantaria 4, Companhia de guerra da província, e Comboio, num total de 38 oficiais, 33 sargentos e 599 praças.

Esta parte da campanha é como todas as da época, difícil, pela falta de vias de comunicação, que obrigava a abrir caminho pelo matalgal quase impenetrável, marchas executadas, quase sempre debaixo de fogo em formações de combate, tal como os bivaques, em permanente alerta e suportando ataques violentos vindos do desconhecido. Destes *quadrados* partiam contra-ataques para o interior do mato denso, para aliviar a pressão inimiga e principalmente a eles se devia o bom êxito dos combates pelas perdas infligidas ao adversário.

A coluna, do antecedente estacionada em Natule, partiu a 26 de Fevereiro em direcção a Naguema em terreno desconhecido, orientada apenas pela primeira das elevações *Pão e Mesa* próximo da qual se encontravam as principais povoações dos namarrais. Bivacou em Naman-cava até 28 e em 1 de Março prossegue na sua marcha chegando pelas onze horas a Naguema, já abandonada pelo inimigo, onde estabeleceu quadrado. Aquele começou a incomodar o bivaque pela tarde, com fogo nutrido, do interior do mato. No dia seguinte de madrugada ataca em força, mas é repellido por contra-ataques audaciosos, repetindo a incursão pela tarde. Há mortes e feridos do nosso lado mas ao inimigo são infligidas pesadas perdas. Em 4 de manhã a coluna inicia a marcha para *Ibrahimo*, bivaca em Mucutu-muno onde novamente à tarde é atacada; em 6 marcha para Ibrahimo sempre debaixo de fogo e nessa tarde toma a povoação pela força, apesar de tenaz resistência oferecida nos

## Revista da Cavalaria

grupos de palhotas em que se achava dividida. Tomada a povoação é estabelecido o bivaque, logo atacado em força sendo o inimigo eficazmente repellido.

No dia 7 travaram-se os dois últimos combates desta campanha em Mucutu-muno, povoação próxima, de onde partiam os ataques ao quadrado, e que Mousinho mandou investir. Apesar da resistência oposta a povoação foi tomada e incendiada, sendo infligidas grandes baixas ao inimigo.

Depois destes três combates principais a campanha prosseguiu com operações secundárias, mas a tensão entre a Inglaterra e o Transwaal obrigam a terminar as hostilidades o mais rapidamente possível, pelo que as tropas regressam ao Mossuril, onde chegam a 6 de Abril.

\*

Como consequência desta árdua e difícil campanha a que se deve juntar a posterior acção de Calaputi executada pelo Governador do distrito por ordem do Comissário Régio os chefes namarraes abalados e vencidos, decidiram-se finalmente a pedir paz e perdão e prometeram sujeitar-se a todas as condições que lhes fossem impostas.

Em 1 de Junho de 1897 o chefe namarral Mucutu-muno acompanhado de vários chefes e escoltado por mais de 800 homens armados, compareceu no posto de Ibrahimo onde recebeu as condições de paz que aceitou sem discutir.

\*

Mais uma vez prestara Mousinho, alto serviço ao seu País, lançando a base da occupação efectiva de vastas regiões que apenas nominalmente lhe pertenciam. Mais uma vez o seu claro espírito de militar e político se evidenciou na resolução de uma das mais graves situações da vida da província. A sua orientação militar é mais tarde seguida pelos seus sucessores nas operações complementares que é necessário empreender; o seu notável plano político de atracção e conciliação, também eles o seguem quando é mister substituir a acção guerreira que já não tem lugar ou não pode executar-se.

Louvemos por isso, mais uma vez, a memória de tão illustre Chefe a quem tanto ficámos devendo.

Ten.-Coronel GOMES JÚNIOR



## A Lenda do Grande Cavaleiro



ra uma vez, aqui há muitos tempos atrás, nestas longínquas paragens do Ocidente, onde as penhas se acabam e os oceanos começam — e por ali se findavam as civilizações e principiavam as barbaries — era uma vez um Reino de Maravilha, tallado pela forte vontade dos Reis e dos Homens feita suor e sangue pelas pontas das espadas e das lanças aceradas; um Reino de encantar, em cujo crescer factos e lendas se entrelaçavam — o querer dos Deuses, o querer dos Reis e o querer dos Homens em unísono, vibrando Fé nas Almas e varonil ânimo nos braços fortes; um Reino em que a quimera era realidade e em que as fronteiras eram marcadas pelo braço das Quinas gravado a chaga nos peitos dos Infieis. Grandes no matar e grandes no morrer, não coube a valentia de seus Homens em minguados limites; e eles se fizeram ao largo, pelos mares diante, em terras da barbaria — e sempre, da mesma levantada memória, o seu padrão glorioso foi sendo levado mais além em façanha sobre-humana que outra não há que se lhe assemelhe; e o Reino se dilatou em Império, forte, altivo, respeitado, enorme quanto

## Revista da Cavalaria

seus Reis o eram, quanto seus Homens o criam e o queriam — porque coragem possuíam para serem o que eram e pejo neles não medrava de assim se firmarem e afirmarem.

Vida intensa e riqueza imensa o esforço honrado lhes grangeou; em seus campos, trabalho alegre fundia messes de espantar; em seus estaleiros eram aparelhadas as poderosas e altaneiras naves que arqueavam dos fabulosos antípodas, especiarias e pedrarias sem conto; os poetas, em estrofes de enfeitiçar, cantavam as famas da Grei, enquanto os estatuários arrancavam da bruteza da rocha, as imagens dos Santos e dos Heróis, e as rendas com que nas Catedrais se lhes tributavam Honrarias; ao mesmo tempo que nos arsenais se temperavam as lâminas e se fundiam os canhões, nos Lares das Famílias se ensinava aos Meninos a grandeza do esforço que o Reino Maravilhoso fizera, forjando-se-lhes no bronze das Almas aquela Fé inquebrantável que no ardor da batalha era sublime fúria que derrubava, e devastava e pulverizava — e com tudo desta arte se conjugando, sempre as Quinas foram indo mais e mais longe, gravadas cada vez mais fundo, a chaga, no peito dos Gentios, pelas pontas das espadas e das lanças.

De uma cutilada se fizera um Reino; por cutiladas ele se alargara e consolidara; e à cutilada ele se mantinha íntegro.

\*

Assucedeu que por esses tempos entrou de medrar no Reino um horrível Dragão — Dom Intrigas — que a peçonha do Feiticeiro Sapo havia fecundado no ventre macabro da Bruxa Dona Aranha; feito de estarrecer, soberbo de vilezas, senhor de sobrenaturais maléficos poderes, cobria Dom Intrigas seus vergonhosos aleijões com um lindo manto tecido por sua pérfida mãe com um farrapito de Céu; de seus olhos, que pareciam formosos a mais não ser, irrompiam miríades de vermes que por toda a parte levavam a peçonha do mau-olhado; o fedor do pus que de suas horrendas chagas exsudava sem parar, mascarava-o Dom Intrigas com perfumes de estontear o próprio Demo-Satanaz, seu amado Padrinho; neto, por sua mãe, da Coruja Dona Inveja, contraiu Dom Intrigas, mui moço ainda, núpcias com sua estremecida prima Dona Mentira — e o horripilante Casal assentou arraiais nos corações das Gentes, vingando em andaço que a praga da sua infindável progenitura, como tentáculos de um polvo de maldade, sublimou.

## Revista da Cavalaria

Foi assim que àqueles Homens de inquebrantável ânimo e de animoso braço, àqueles Reis de indómito Valor, Lealdade e Mérito, àquela Fé de Coragem sem quebranto, à Confiança de cada qual na sua direitura e na do vizinho e amigo, a tudo e todos que tal Reino haviam feito, se lhe foi lentamente apagando a chama, a luz, a ideia que os animava na grandura da sua empresa; gigantes degenerados em homúnculos de retórica presença, ganharam eles medo de ser o que eram, e foram pouco a pouco caindo na cobardia, na mentira, na incapacidade e na gabarolice mútua; asfixiaram seus incontáveis tesoiros perdularizando-os em faustos mentirosos e amontando-os estérilmente em desequilibrados ex-votos com que julgavam derimir arrebicados rebates de negras consciências tocadas de sobressalto pela varinha mágica de Dom Dragão de malas-artes.

Foi assim que, em queda de fazer vertigem, aquele indómito Valor que gravara as Quinas do Reino, bem fundo, a ferro e fogo, nos peitos dos Gentios dos outros cabos do Orbe, ía morrinhando nas quenturas da indolência, refúgio de uma virilidade decrépita, que supunha ter recebido de herança «tudo já feito»; aquela valentia que inundara os areais das cinco partidas da Terra e não conhecera fronteiras, cabia agora toda inteirinha num redondel de praça; o toiro havendo substituído o moiro, o épico havia emudecido perante o Fado; e aqueles ventres generosos que haviam dado vida àquelas vinte gerações que haviam feito o Reino que haviam levado aos confins da Terra, aqueles ventres generosos e impuros entraram de viciar-se na mentira da esterilidade e de folgar nos vícios da luxúria, maninhos como os campos abandonados à má-semente.

Foi assim que o desespero se apoderou de todos, que por toda a parte viam as apregoadas dedadas do Apocalipse; quase tudo se perdera na orgia de Dom Intrigas; os sinos da grande Catedral já não existiam para dobrar a finados pelo Reino Moribundo — cujos homens, perdida a consciência do Reino, do seu Valor, da sua Grandeza, de suas Riquezas, da sua Fé, de seus Homens, de suas Mulheres, de seus Heróis, de Seus Reis e de Seus Santos (que mais não é um Reino do que isso mesmo?), cujos Homens fingiam ignorar o dilúvio continuando a disputar entre si os restos do banquete e a blazonar falsos europeis de eloquência impotente; e finalmente, quando do Reino que fora o que fora, pouco mais restava do que o Rei, e a má-fama, entraram Dom Dragão Furibundo e sua amaríssima Consorte — tão mazinha que a fel

## Revista da Cavalaria

amamentava seus Filhos — entrando ambos tecendo suas horrorosas teias à volta do Rei que, mesmo por sê-lo, repugnava crer em tanto e tão profundo «eles não sabem o que fazem»!!!

\*

Foi então, nesse momento angustioso para o Reino de Encantar, que apareceu lá além o Grande Cavaleiro, paladino da Honra e da Verdade, senhor da Valentia, Imaculado de Pureza, Nobre de Lealdade e Valor, que em luta de morte com Dom Dragão ía fazer renascer das cinzas o Reino Moribundo; os seus clarins entoaram os antigos hinos da guerra — e enquanto os homens de Dom Intrigas continuavam sua nefasta obra deixando apodrecer e perder as derradeiras parcelas do Grande Reino Maravilhoso, envolvendo o Rei nas suas tramas e levando na voragem do seu sopro de morte os últimos anseios de vida da Grei, as gentes de rija têmpera, em que as virtudes velhas de Séculos ainda não emurchecidas pelas más-riquezas e ainda não geradas pelos ventres sorvados rescendiam ânimo viril e inquebrantável Fé, como seus Antanhos que haviam talhado o Reino a golpes de audácia, essas gentes de boa-vontade alevantadas e conduzidas pela Vontade e pela Arte do Grande Cavaleiro, paladino da Honra e da Verdade, Senhor da Valentia, Imaculado de Pureza, Nobre de Lealdade e Valor, essas Gentes de novo fincaram pé e golpearam com ânimo viril os Gentios — e foi assim que, quando tudo estava infecto e contagiado pelo mau-olhado de Dom Dragão e seu par, só restando ao timorato Reino Moribundo ir comprar caixão na estranja para desaparecer para todo o sempre em dois palmos de lodo de má-memória, foi assim que mais uma vez os braços das Quinas redouradas se gravaram a sangue nos peitos dos Inimigos, alargando e confirmando *omnia sécula* os indestrutíveis limites do Reino.

Mas sucedeu que nem as chamas fulgentes da Vitória convenceram as gentes tocadas das fúrias de Dom Intrigas; enquanto as hostes do Grande Cavaleiro continuavam escrevendo, nas longínquas paragens do Império, com as lanças a escorrer em sangue, as poucas páginas brilhantes e consoladoras que então ficaram na História do Reino Maravilhoso, enquanto se ardia por lá na febre da grandiosa obra de renascimento, as gentes de Dom Intrigas não desarmaram na sua misérrima obra de destruímento; na sua sanha inconsciente, os funâmbulos do

## Revista da Cavalaria

feroz Dragão iam consumando, com ardis e embustes, fedorentos de cobardia e vileza, sua sinistra tarefa. E foi assim que o Grande Cavaleiro — que havia lançado na Alma do Reino Moribundo a boa-semente que havia de frutificar na Fé em si-próprio e em suas Virtudes ancestrais, no direito e no orgulho de se afirmar tal qual era, sem pavor e sem mácula, — foi mandado regressar ao seu Castelo e ali ficou acorrentado a pesados grilhões, feitos honrarias falsas pelos demoníacos poderes de Dom Intrigas e pelas sanhas de seus possessos.

Começou então a Grande Luta entre a Verdade e a Mentira, entre a Dedicção e a Mesquinhez, entre o Valor e a Cobardia, entre o Sórdido e a Lealdade — entre o Grande Cavaleiro e o Dragão Dom Intrigas mai la consorte Dona Mentira. Sem tremer e sem temor, o Grande Cavaleiro, paladino da Honra e da Verdade, Senhor da Valentia, Imaculado de Pureza, Nobre de Lealdade e Valor, apontou ao seu Rei a perigosa maleita que gravava o Reino e suas Gentes de Bom-Sangue e Fazer, pelas perniciosas manigâncias de Dom Intrigas e suas hostes de má-morte; mas o Senhor Rei já estava enredado nas teias do mau olhar — e o Grande Cavaleiro, Alma branca de pureza, galharda Valentia de Herói sem mácula, e tudo o mais que dito ficou... foi, em grandioso sacrificio, conscientemente consumado e deliberadamente aceito, guarda-avançada de seu Rei, na Eternidade.

\*

Contou-se uma Lenda; não se citou um Nome. Nem preciso o é; porque o nome do Grande Cavaleiro na nossa Alma o trazemos; sua Fama transcende o quadro de seus Feitos Militares, de seus Actos Administrativos, de suas Actividades Políticas, para se tornar uma verdadeira Figura Nacional, o primeiro valor activo do Nacionalismo Português com linhagem que os Factos fizeram histórica (Joaquim Mousinho, João Franco, Sidónio Pais, Gomes da Costa).

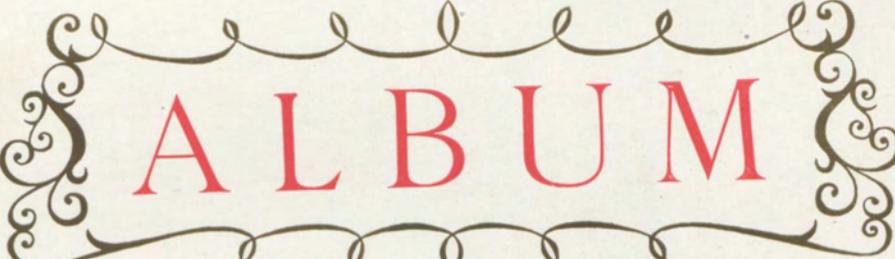
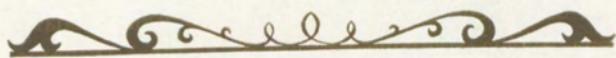
Contou-se uma Lenda; não se citou uma data. Nem possível o é; porque as datas — essas poderão ser quaisquer, passadas, presentes ou futuras; na gigantesca luta contra Dom Intrigas, a lição do Major de Cavalaria Joaquim Augusto Mousinho de Albuquerque, Grande-Oficial da Antiga e Mui Nobre Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, Medalha de Ouro com Palmas do Valor Militar,

# Revista da Cavalaria

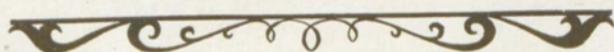
Comendador da Ordem Militar de S. Bento de Aviz, Medalha de Prata Rainha Dona Amélia, Medalha de Ouro de Serviços Distintos do Ultramar, Oficial da Legião de Honra da República Francesa, Comendador da Grande Ordem de S. Miguel e S. Jorge do Império Britânico, Cavaleiro da Ordem da Águia Vermelha, com Espadas, do Império Germânico, é sem dúvida uma lição eterna, permanente, de todos os dias; a lição de Mousinho é uma lição de sempre.

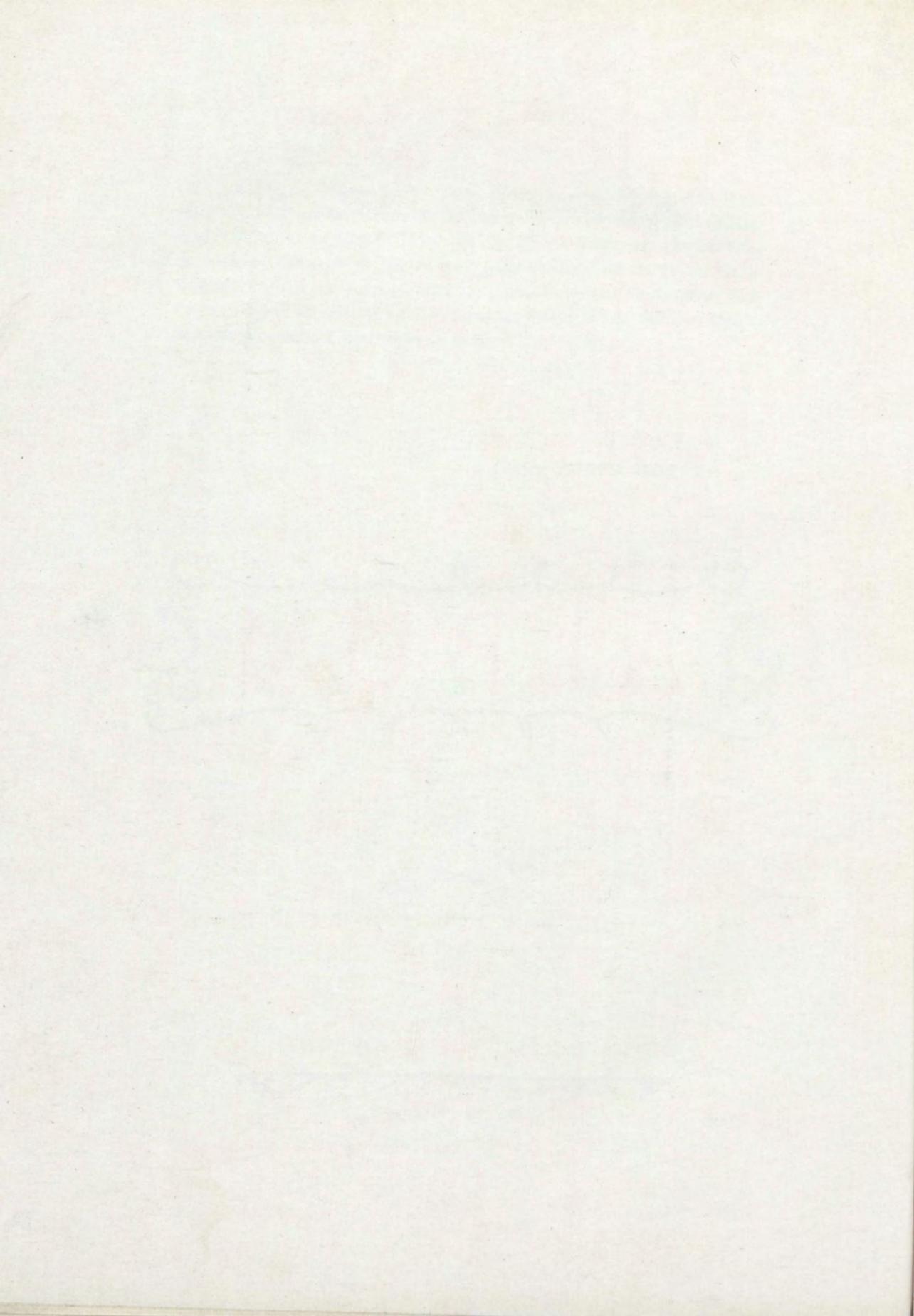
Major SERPA SOARES



A decorative frame made of black scrollwork, enclosing the word 'ALBUM'. The frame has a central horizontal line with loops and ornate, symmetrical flourishes at the ends.

ALBUM







*Joaquim Mousinho*

1899



## NOTAS BIOGRÁFICAS

*JOAQUIM AUGUSTO MOUSINHO DE ALBUQUERQUE, filho de José Diogo Mascarenhas Mousinho de Albuquerque — Major de engenharia e Director Geral dos Telégrafos e Faróis do Reino — e de D. Maria Emilia Pereira da Silva Bourbon Mousinho de Albuquerque, nasce na Quinta da Várzea, freguesia e concelho da Batalha — Distrito de Leiria — a 10 de Novembro de 1855, tendo sido baptizado na vetusta Igreja de Nossa Senhora da Vitória.*

*Aos 16 anos, inicia a carreira militar, alistando-se como voluntário, no Regimento de Cavalaria n.º 4, em 23 de Novembro de 1871.*

*Frequenta a Escola Politécnica e em seguida a Escola do Exército, onde tira o curso de Cavalaria.*

*Dois anos depois de ter ingressado no Regimento de Cavalaria n.º 4, era sargento graduado aspirante a oficial, do Regimento de Cavalaria n.º 8, onde tinha o n.º de ordem 916.*

*Por decreto de 27 de Dezembro de 1876, é promovido a alferes graduado do Regimento de Cavalaria n.º 8. Volta ao Regimento de Cavalaria n.º 4, em 1877 e passa a alferes efectivo em 6-10-1880, ingressando no Regimento de Cavalaria n.º 6.*

*Em 6-10-1879 vai para Coimbra, onde se matricula na Universidade, nas faculdades de Matemática e Filosofia, e nesta cidade casa, naquele mesmo ano, com sua prima D. Maria José Mascarenhas Mendonça Gaivão Mousinho de Albuquerque.*

*Pouco tempo depois da sua matricula na Universidade de Coimbra, é transferido para o Regimento de Cavalaria n.º 6, por decreto de 6 de Outubro de 1880, como já se disse.*

*De 4 de Agosto a 16 de Outubro de 1881 permanece nesse Regimento, voltando aos mesmos estudos nesta última data.*

*Em 8 de Agosto de 1882, regressa àquela unidade, depois de ter frequentado com aproveitamento mais um ano lectivo e, passadas as férias, pede e é-lhe confirmada a licença para prosseguir os estudos, em 3 de Outubro do referido ano.*

*Tem de abandonar Coimbra devido a uma lesão na articulação fémur-tibial esquerda, motivada por queda de cavalo. É presente à junta de saúde, que o passa à inactividade temporária, por decreto de 28 de Março de 1883, ficando, deste modo, impossibilitado definitivamente de frequentar o 4.º ano.*

*Pelo decreto de 26 de Março de 1884, passa à disponibilidade por ter sido julgado pronto para todo o serviço e pelo officio de 28-4-1884 é mandado apresentar ao general de divisão António de Mello Breyner.*

*É promovido a tenente por decreto de 31 de Outubro de 1884 e, pouco depois, colocado no Real Colégio Militar, como regente de estudos (do 1.º*

## Revista da Cavalaria

e 2.º anos do Curso Geral), cargo desempenhado durante aproximadamente dois anos.

Por decreto de 3 de Novembro de 1886 ascende ao posto de capitão, sem prejuízo dos oficiais mais antigos da mesma classe, na sua Arma, por ter sido nomeado chefe da secção de fiscalização governamental no Caminho de Ferro de Mormugão, na Índia Portuguesa, e, passado um ano (1888), é nomeado «secretário do Governo Geral», daquela mesma Província.

Deixa a Índia em 10 de Junho de 1890 e, a 10 de Julho desse mesmo ano, é nomeado — para acudir à situação aflitiva do Sul de Moçambique — governador do distrito de Lourenço Marques.

Entretanto, o decreto de 24 de Dezembro de 1890 promove-o a major sem prejuízo dos oficiais mais antigos da sua classe, na respectiva Arma (Ordem do Exército n.º 48, de 31-12-1890).

Apresenta-se no Ministério da Guerra, em 21 de Abril de 1892, após ter regressado do Ultramar onde não conclui a comissão para que fora nomeado pelo que volta ao anterior posto de capitão de cavalaria, ficando na disponibilidade.

Por decreto de 30 de Setembro de 1892 é colocado no Regimento n.º 8 de Cavalaria, do Príncipe Real, donde transitou para o Regimento n.º 4 de Cavalaria, do Imperador da Alemanha, Guilherme II.

Faz parte, como vogal, da comissão de remonta no ano económico de 1893-1894.

É, também, nomeado vogal do júri da Arma de Cavalaria a fim de examinar e classificar os candidatos ao posto de 1.ª sargentos (Ordem do Exército n.º 2 (II Série), de 20-1-1894).

Em Dezembro de 1894 — quando já, em Lisboa, se fazem diligências junto do Conselheiro António Enes no sentido de aceitar o cargo de Alto Comissário de Moçambique — é transferido para o Regimento de Cavalaria n.º 1 — Lanceiros de Vitor Manuel — onde está a ser preparado um esquadrão expedicionário a Lourenço Marques.

Parte de Lisboa em 15 de Abril de 1895, com o seu esquadrão de lanceiros, e chega a Lourenço Marques em 6 de Junho desse mesmo ano e a 15 deste mês segue para Inhambane a fim de se enquadrar na coluna do Norte.

De Inhambane passa a Chicomo e toma parte no combate de Coolela, a 7 de Novembro, onde, na refrega, perde o seu cavalo, e a 11 do mesmo mês no investimento do Manjacaze.

Quando o Alto Comissário determina fazer embarcar as tropas expedicionárias para a Metrópole, Mousinho pede para ficar em Lourenço Marques, desejo que é satisfeito.

António Enes escolhe-o para a espinhosa missão de Governador de Gaza. A 15 de Dezembro de 1895 parte de Lourenço Marques para Languene, onde colhe informações sobre os movimentos do Gungunhana.

Parte para Chaimite no dia de Natal de 1895, e a 28 de Dezembro, ao amanhecer, avista-se o «Kraal».

O que se seguiu é resumido na sua «Nota de Assentos» deste modo: «Comandando 48 praças de pré, aprisionou o régulo Gungunhana no meio de três mil vátuas, em Chaimite, a 28 de Dezembro de 1895».

Por decreto de 1 de Fevereiro de 1896, foram-lhe concedidas honras de oficial às ordens de Sua Majestade.

# Revista da Cavalaria

Outro decreto, de 17 de Março do mesmo ano, promove-o a major por distinção, contando a antiguidade desde 28 de Dezembro de 1895.

Por decreto de 13 de Março de 1896, é colocado fora do quadro da sua Arma por ter sido nomeado Governador-Geral da Província de Moçambique, cargo de que toma posse, em Lourenço Marques, a 21 de Março de 1896.

Por diploma régio de 6 de Abril de 1896, é-lhe concedida uma pensão vitalícia de oitocentos mil réis, pelos excepcionais serviços prestados na campanha havida em Lourenço Marques, nos anos de 1894-1895, contra o régulo Gunguhana.

Pouco tempo antes de ser nomeado governador, em Janeiro de 1896, o governador interino, Correia Lança, incumbem-o de restabelecer a nossa autoridade no Maputo, prendendo o régulo e pondo termo aos desacatos.

Para ali se dirige à frente de um destacamento de 17 cavaleiros e 40 praças indígenas, sufocando a chamada rebelião de Maputo, de Fevereiro a Março do referido ano.

É quando regressa do Maputo — uma vez mais vitorioso — que recebe a notícia da sua nomeação para Governador-Geral.

Instala-se na Ilha de Moçambique, sede do Governo daquela Província, de 12-10-1896 até 15-12-1896 e desde 18-1-1897 a 6-4-1897, e aí prepara a expedição aos Namarras, organizando uma coluna de que ele próprio, governador, assume o comando.

Durante esta campanha dá-se o combate de Mujenga nos dias 19 e 20 de Outubro de 1896, no qual é ferido por arma de fogo, ficando com «contusão no dorso do pé direito, escoriações e equimose na coxa esquerda».

Por decreto de 25 de Novembro de 1896, é nomeado Comissário Régio de Moçambique.

Enquanto se reorganiza a coluna que devia bater os Namarras, é chamado a Lourenço Marques, para resolver um incidente diplomático, em 15 de Dezembro de 1896; em 18 de Janeiro do ano seguinte, regressa à Ilha de Moçambique, depois de sanado o referido incidente.

Com um escasso milhar de homens, comandados, todavia, por um escol de notáveis oficiais, bate os Namarras nos combates de Naguema (3-3-1897) e Ibrahimo (6-3-1897).

A 7 de Abril, deixa a região fronteira à Ilha de Moçambique e segue para Lourenço Marques, onde assume — mesmo como Comissário Régio — o comando das operações.

A 15 de Julho iniciam-se verdadeiramente as operações.

As impias vátuas encontravam-se por alturas de Macontene, para onde se dirigia a coluna em 21 de Julho, ao mesmo tempo que a S.<sup>a</sup> D. Maria José e duas irmãs de S. José de Cluny «haviam embarcado com a força de marinheiros no vapor «Carnawon», a fim de instalarem em Gaza um hospital de sangue».

Fere-se então, em Macontene (21-7-1897), o combate cuja descrição tem empolgado todos os biógrafos de Mousinho.

Após renhida perseguição, em Mapulanguene, na manhã de 10 de Agosto, o Maguiguana é abatido, depois de luta feroz.

A segunda campanha de Gaza é dada por finda com a eliminação do Maguiguana.

# Revista da Cavalaria

*Disposto a obter a restituição dos seus poderes cerceados pelo Governo central, embarca para Lisboa — via Cabo — em 18 de Novembro de 1897.*

*Chega ao reino, onde conferencia largamente com os membros do Governo, os quais lhe asseguram estarem como ele empenhados em ver desenvolver-se a provincia.*

*O travo amargo da luta que já se esboça à sua volta nos bastidores da politica, apenas foi amenizado pelo Rei, que sempre nutrirá forte simpatia por Mousinho; assim, por decreto de 23 de Dezembro de 1897, foram-lhe concedidas honras de ajudante de campo de Sua Majestade El-Rei.*

*Embarca de novo para Lourenço Marques, aonde chega em 19 de Maio de 1898.*

*Mantém-se ainda mais algum tempo no exercicio do cargo de pseudo Alto Comissário, até que em Julho, desse mesmo ano, foi exonerado, a seu pedido, após ter-se inteirado dos termos em que o decreto de 7 desse mesmo mês lhe recusava alguns dos mais importantes poderes indispensáveis à sua condição de primeiro magistrado de Moçambique.*

*Volta a Portugal em 2 de Agosto, passando à disponibilidade por decreto de 10 de Setembro de 1898.*

*O decreto de 23 de Dezembro desse mesmo ano coloca-o no Estado-Maior da Arma de Cavalaria.*

*Em fins de 1898 é nomeado aio de Sua Alteza, o Duque de Bragança, e official-mor da Casa Real, passando, pouco depois, de ajudante de campo honorário a ajudante de campo efectivo de El-Rei, em 16 de Novembro de 1899, e sendo, por decreto de 14 de Novembro de 1901, promovido a tenente-coronel para o Estado-Maior de Cavalaria.*

*Faleceu em 8 de Janeiro de 1902.*

(Da obra «Mouzinho de Albuquerque, herói de África (Achegas para uma biografia completa)», pelo Cor. J. Lúcio Nunes, director da Biblioteca do Exército).



*A Família de Mousinho; seu pai José Diogo, o irmão Luís, de pé, e o Joaquim  
ao colo da mãe, D. Maria Emilia  
1860*



*Os irmãos Luís e Joaquim  
1860*



*Mousinho aos 12 anos  
1867*



*Mousinho, alferes  
1880-84*

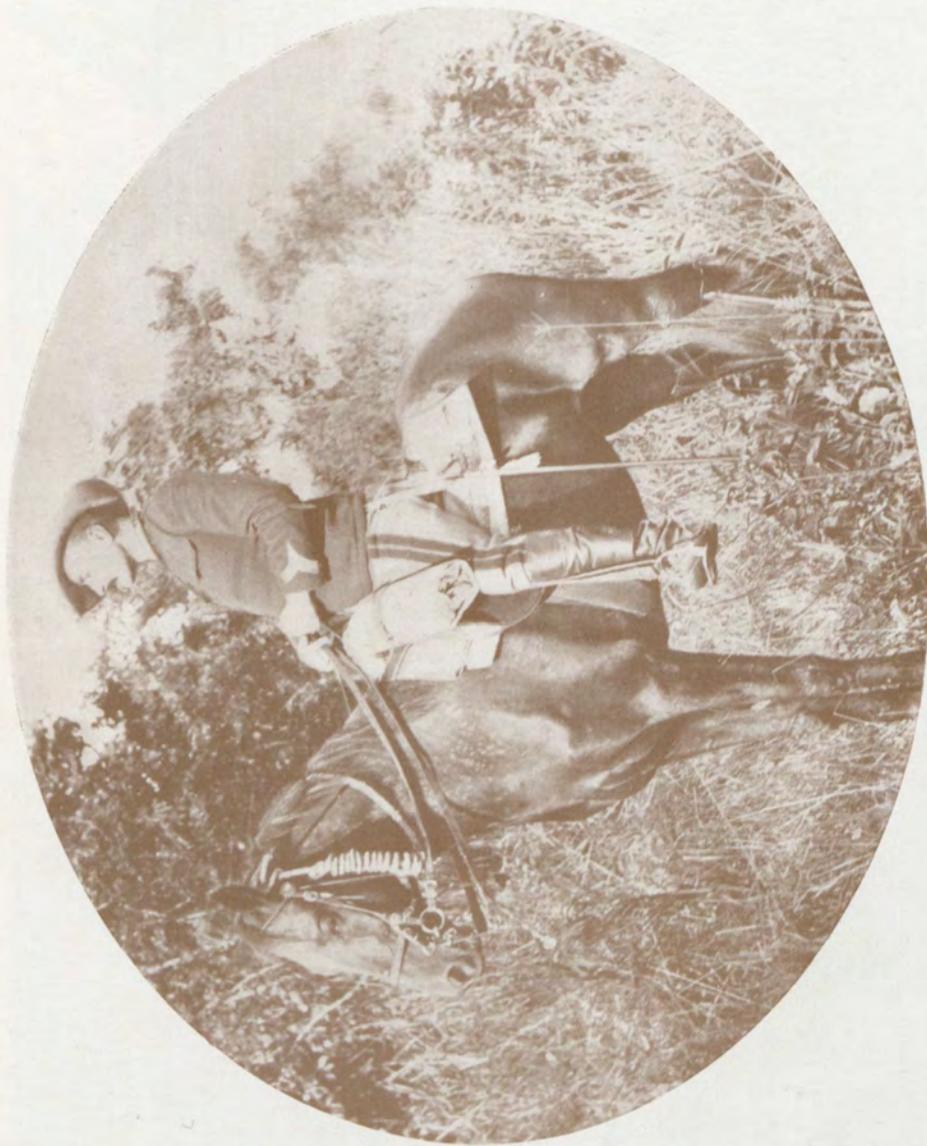


*Joaquim Mousinho com sua esposa, D. Maria José Mascarenhas  
Mendonça Gaivão Mousinho de Albuquerque.  
Retrato tirado quando da viagem ao Porto em 1898*



*Espada de Honra oferecida pela Associação  
Comercial do Porto.*

*Obra do escultor Teixeira Lopes*



*Mousinho na Campanha dos Namarrais*

*Está montado em «Mixe», cavalo n.º 35, sul-africano, que pertenceu, inicialmente, ao Cor. Galhardo. Mousinho esteve em Macontene com este esplêndido animal que veio a morrer no Mossuril.*



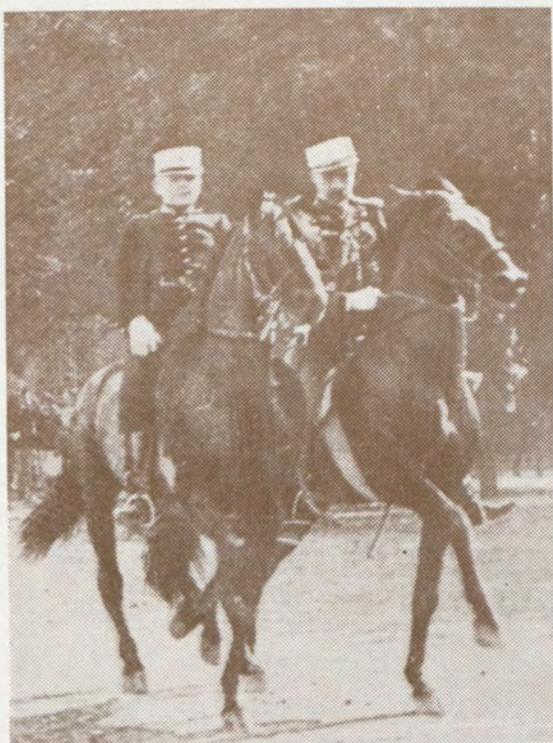
*Espada que Mousinho usou nas campanhas dos Namarrais e de Gaza; espada oferecida pela Imprensa de Lisboa; Stick que usou sempre em campanha; espada que Mousinho levou na tomada de Chaimite*



*Mousinho e os oficiais da campanha dos Namarráis — 1896  
Vêm-se, entre outros — Aires d'Ornelas, Andrade Velez, Gomes da Costa e Vieira da Rocha*



*Joaquim Mousinho de Albuquerque*  
1896



*Mousinho e o real pupilo, Sua Alteza  
o Príncipe D. Luis Filipe*

*Fotografia tirada no Colégio  
Militar no dia 11-7-1901*



*Capacete de Mousinho*

## NOTAS FINAIS

*Nascido no concelho da Batalha, na Igreja do Mosteiro, que a Independência comemora, recebeu o baptismo e também — não custa a crer — a gloriosa predestinação.*

*Da aspiração de, como o Condestável D. Nuno, ser armado cavaleiro, a indicação se vislumbra na escolha da arma em que serviu — a cavalaria.*

*Não ignorava ele que iam longe os tempos que consagraram o ímpeto e grandeza da acção dessa arma. Nem, por certo, teria dado revivescência às suas tradições de nobreza e bravura, que tão bem se ajustavam às atitudes deste apurado oficial de cavalaria, se lhe não houvessem ampliado as atribuições com as de governo, que exerceu em Moçambique.*

*No desempenho destas, porém, uma nova, mas admirável, personalidade se desdobrou, com odienta estupefacção de alguns que o nome de portugueses desdenhavam, de alguns que eram estrangeiros, ou estrangeiros pareciam.*

*Pois quê? não era um louco o herói de Chaimite?!*

*Não, não era. Simplesmente aos seus inimigos daria satisfação que o fosse. Não lhe importava isso, porém. As suas preocupações tinham um mais alto objectivo.*

*A carência de uma acção imperialista nossa, em Moçambique, animava a de outras nações.*

*Impunha-se, pois, criá-la e consolidá-la. Foi o que, em síntese, empreendeu Mousinho, considerando essa sua missão. Por ela, Guerreiro e Mártir, digamos, se bateu e morreu.*

*Teve Mousinho sonhos, que são grandes lições, mas pela realização dos quais nunca demonstrou doentia impaciência, antes soube esperar e enquadrar, com elevado tino, dentro das realidades e das actuações à Nação mais propositivas.*

*Sonhou o engrandecimento da cavalaria.*

*E como empreendeu ele a imortal acção de Chaimite?*

*A pé, calcorreando lamas e pântanos, contando apenas com os seus poucos soldados, com os bons e poucos portugueses, que o Condestável dizia bastarem-lhe, ao preconizar a estratégica a que se deveu a vitória de Aljubarrota.*

*Esses soldados, ele os descreve na célebre carta que dirigiu, mais tarde, a S. A. o Príncipe D. Luiz de Bragança: Olhe V. A. para o soldado em campa-*

# Revista da Cavalaria

nha. Porventura vê-o só a marchar e a combater? Cava trincheiras, levanta para-peitos, barracas, quartéis, atrela-se às viaturas, remenda a farda, cozinha o rancho, e o que tem de seu, trá-lo às costas, na mochila. Desde os mesteres mais humildes até o mais sublime — avançar de cara alegre direito à morte — tudo faz, porque todo o trabalho, despido de interesse pessoal, entra nos deveres da sua profissão.

*Já na campanha dos Namarrais, a carga da Mujenga, que pôs a salvo a coluna, e foi uma das mais eficientes e difíceis, praticadas em Africa, devido às obstruções naturais do terreno, um grande exemplo deu das possibilidades de acção da cavalaria, que a campanha de Gaza havia de gloriosamente consagrar.*

*Nesta, um rasgo de génio deixou entrever a Mousinho, com estupenda escolha do momento oportuno, o golpe grandioso e decisivo que à cavalaria competiu vibrar. O quadrado de Macontene foi o baluarte humano de que irrompeu a brilhantíssima carga, mortífera e devastadora, que a sorte do combate decidiu.*

*Nesta campanha, sem dúvida a mais brilhante, pela rapidez das operações e decisivo dos golpes, de quantas se têm feito na África austral, como textualmente diz Mousinho, foi derrotado o Maguiguana — antigo chefe de guerra do Gunguhana — em Macontene, e liquidado em Mapulanguene.*

*Nela, brilhantemente confirmaram a exacta conjectura de Mousinho, sobre a notável influência que a acção da cavalaria podia exercer sobre o êxito e brevidade de algumas campanhas coloniais: a marcha de Bouchane ao Chibuto, mais rápida do que qualquer outra em Africa; a carga de Macontene, de 50 lanceiros contra 5.000 vátuas, de uma grandeza medieval; a perseguição sem tréguas e a captura de um valente chefe vátua, disposto a fazer pagar caro a sua vida, e que não deixou de disparar a carabina até cair morto.*

*Sonhou, também, Mousinho voltar a Moçambique, depois da humilhação que lhe foi imposta, reduzindo as suas atribuições, a categoria do seu cargo, o prestígio da sua autoridade.*

*Incluía este sonho a realização de muitos outros, deixada em meio: o de liquidar definitivamente as convenções, as ficções, o enredo de falsidades com que ali nos pretendíamos iludir; o de colonizar, e não funcionalizar apenas; o de nacionalizar o comércio e o fomento agrícola; o de manter o princípio, que o seu governo estabeleceu, de se não fazerem saques sobre o tesouro da metrópole; o de propagar debaixo para cima, por necessidade revolucionária, inevitável, o que, dentro da normalidade, agora restituída ao organismo nacional, se propaga de cima para baixo, e outros, muitos outros.*

*E, com quanta persistência aguardou a realização desse grande sonho — de puro amor à Pátria — demonstram-no os largos meses que decorreram entre a aceitação do cargo no paço, que lhe foi oferecido, perdida a confiança*

## Revista da Cavalaria

no governo (recorde-se a carta histórica, que escreveu a José Luciano de Castro) mas não, ainda, na influência régia, até à sua decisão de pôr termo à existência: meses curtos e desenfastiados, por certo, para muitos outros, mas longos e intermináveis para quem à característica de pronta acção devia as excelsas qualidades de grande chefe militar, entre muitas outras que o distinguiram como grande Governador Colonial, e notável precursor do actual ressurgimento do Império Português.

Outro sonho, o de ser enterrado em campa raze, na mesma Igreja em que foi baptizado, desde que sua Mulher viesse a ser sepultada a seu lado. Mas não se perca de vista o significado deste condicionamento.

Mousinho sabia bem que, não só por legitimo direito matrimonial, à sua memória associava a de sua Esposa muito amada. A toda a campanha de Gaza ela acrisoladamente dera a sua contribuição pessoal, dirigindo o hospital de sangue no Chibuto, auxiliada por duas irmãs de S. José de Cluny.

Admirável exemplo que o próprio Mousinho define em palavras, da já citada carta a S. A. o Príncipe D. Luiz de Bragança, que inteiramente lhe são aplicáveis: Tam bom rei, tam bom soldado foi D. Pedro V nos hospitais, como outros no campo da batalha, porque a coragem e a abnegação são sempre grandes, seja onde for que se exerçam.

Mas este outro sonho — tão claramente condicionado, que inequivocamente exclui vaidades próprias e que, cotejado com o desfecho que teve o gorado sonho de consolidar a sua Obra em Moçambique, vinca o único grande amor que, em vida, colocou acima do amor conjugal, o amor à Pátria — sem dúvida a gratidão do mais alto objecto deste seu maior amor, que foi, e é, a mesma Pátria, o há-de converter em realidade, pagando-lhe o justo tributo de reconhecimento, que ainda lhe deve. E, no dia em que a sua trasladação se realizar, será, como diz Luiz Teixeira, muito oportuno e digno de impressionar profundamente as gerações que despontam, para serviço de ilimitada dedicação ao País, o cortejo da cavalaria portuguesa.

Soa aqui bem a designação cavalaria Portuguesa. E soa bem porque nos orgulha, porque foi a cavalaria portuguesa que deu lições a todo o mundo nas campanhas da Africa meridional!

Bem temperadamente Mousinho conjugou, e pôs em destaque, em todas elas, a acção de cada uma das armas, incluindo a Marinha. E, no entanto, nenhuma deixará de reconhecer à cavalaria a primazia no direito de constituir a sua guarda de honra, nessa impressionante homenagem nacional, a que não deixará de dar, também, o justo significado a presença de núcleos representativos de todas as unidades militares, a cujas tradições deu lustre imorredouro a participação nessas campanhas.

Mas, tão extraordinariamente Mousinho elevou as tradições da cavalaria, não só por a essa arma pertencer, o que já seria muito, como também pelo imenso vulto e relevo que propiciou à sua acção nas campanhas que chefiou, e tão gloriosa foi esta, que bem se justifica qualquer procedimento, que, não só

# Revista da Cavalaria

*exalte a memória desse inclito Obreiro do Império, e evoque a acção da cavalaria, mas ainda perdure.*

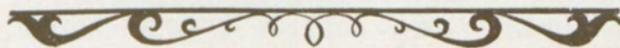
*Eis porque julgariamos indicada, para realização de tão bela homenagem nacional, a escolha de uma das datas notáveis da campanha de Gaza, em que a arma se cobriu de glória: a da carga de Macontene (21 de Julho), dia da derrocada do império vátua, ou a da acção de Mapulanguene (10 de Agosto), data da sua definitiva certidão de óbito, e que esse dia fosse fixado no calendário militar como o DIA DA CAVALARIA — o seu festivo, o dia reservado à exaltação do seu espírito de corpo, à evocação dos seus feitos, o dia da sua romagem anual à jazida do Herói —.*

*E, deste modo, também a influência altamente impressiva e educativa do cortejo da trasladação sobre a geração actual, terá desejável continuidade — perdurará — profunda impressão exercendo, igualmente, sobre todas as gerações futuras, como lição, rica de ensinamentos, sobre a nossa epopeia e virtudes militares, e sobre a nossa gigantesca acção colonizadora, como exemplo estimulante de amor pela Força Armada, como motivo de exaltação da nossa Consciência e Força Históricas, indestrutíveis.*

(Extraído da obra «A Marinha nas Campanhas de Moçambique» pelo Contra-Almirante Almeida Henriques).

A large, ornate decorative frame made of dark brown scrollwork and leaf-like motifs, surrounding the title text.

NOTICIÁRIO





## A Sessão de Homenagem do Exército



a noite de 21 de Novembro foi a vez do Exército levar a efeito na Sociedade de Geografia uma sessão de homenagem à memória de Mousinho de Albuquerque.

Teve ela lugar na vasta «Sala Portugal», a mesma onde, em 1897, das mãos de El-Rei D. Carlos, o homenageado de hoje recebera as medalhas de ouro de Valor Militar e Serviços Distintos no Ultramar.

Realizou-se, pois, esta sessão solene, num dos lugares mais adequados para o efeito, não só pelo facto que acabamos de referir, como ainda por todas as tradições que àquela Sala se encontram ligadas dos fastos ultramarinos dos últimos setenta anos.

Teve o acto larga concorrência de oficiais de todas as Armas, mas, em especial, da Cavalaria, como natural era que acontecesse, e uma larga representação dos alunos, de ambos os sexos, da Escola e Colégios Militares.

Lá estiveram, nos seus vestidos e fardas de cor castanha, as *meninas de Odívelas* e os *meninos da Luz*; nos seus uniformes de barretinas empenachadas, os garbosos Pupilos do Exército; e aprumados e distintos, já sentindo sobre os ombros o peso das responsabilidades futuras, os *Cadetes da Bemposta*.

Decorreu a sessão num alto nível de sentimento patriótico e de desvelado espírito de reverência pela memória de um dos grandes servidores do nosso País nos tempos modernos.

Foi presidida pelo Subsecretário de Estado do Exército, Tenente-Coronel Horácio de Sá Viana Rebelo que dava a direita ao General Carvalho Viegas, presidente da Comissão Organizadora das Comemorações; General Abílio Pais de Ramos, representante do Exército na referida Comissão; e Filipe Gastão de Almeida d'Eça, secretário-geral da mesma Comissão. A esquerda daquele membro do Governo sentaram-se o Prof. Dr. Ruy Ulrich, director da Sociedade de Geografia; Comandante José Joaquim Teixeira, chefe de gabinete do Ministro da Marinha; e Dr. Júlio Gonçalves, secretário-geral daquela Sociedade.

Na assistência, em lugares de destaque, viam-se, entre outros: os Generais José Filipe de Barros Rodrigues, Chefe do E. M. E.; Correia Guedes, Subchefe do E. M. E.; José Esquível, Ajudante General; Pinto Ribeiro, Director da Arma de Infantaria; Monteiro do Amaral, Director da Arma de Artilharia; Leonel Vieira, Governador Militar de

## Revista da Cavalaria

Lisboa; Sousa Botelho, Comandante Geral da G. N. R.; Luiz Domingues, Comandante Geral da Guarda Fiscal; Almirante Nuno de Brion; os Brigadeiros, Júlio Carrusca, Director do S. S. M.; Pina Tormenta, Director do S. A. M.; Valladares Tavares, do I. A. E. M.; Luciano Granate, Director do C. Militar; Raúl Martinho e Meira e Cruz, Inspectores da Arma de Cavalaria e muitos outros oficiais superiores.

Em lugares de honra, pessoas de família de Mousinho de Albuquerque.

Teve a sessão, também, larga concorrência de senhoras que lhe emprestaram, com a sua presença, ambiente de distinção e elegância.

Aberta a sessão, foi dada a palavra ao orador oficial da noite, o Coronel de Cavalaria Faria de Moraes, ilustre Director do Arquivo Histórico Militar, acerca do qual pronunciou palavras de justo apreço e louvor o General Carvalho Viegas.

Versou a conferência pronunciada o tema «Mousinho e Robert Clive» e no seu início fixou o autor a dificuldade em tratar a figura do homenageado, ao dizer «a personalidade de Mousinho não pode ser apresentada em lugares-comuns, e muito menos pervertida, por análises destituídas de escrúpulos históricos. O que dele se disser, terá de ser como ele foi: objectivo, franco, leal e verdadeiro». E que essa dificuldade aumentava porque «quando se observa a figura de Mousinho e se pretende debuxar um esboço, do soldado, do governador, e do comissário régio, o seu vulto agiganta-se e toma insólitas proporções». E reforça esta definição perfeita da distância existente entre o crítico e o retratado quando afirma que este «deslumbra quem dele se aproxima».

Explica, depois, quais as razões que o levaram a aproximar e a estabelecer o paralelo entre as figuras de Mousinho e Robert Clive, o primeiro, criador do império português, em África; o segundo, do império inglês na Índia.

Numa lição brilhante de investigação histórica, polvilhada de conceitos e de imagens sugestivas, o conferente mostrou, através dos factos mais salientes da vida dos dois construtores de impérios quanto o Destino se tinha comprazido em reproduzir situações, atitudes, acontecimentos, e as reacções dos políticos contemporâneos perante os processos, a forma de proceder e o carácter revelados pelos retratados na realização das empresas em que se empenharam.

Da infância até à forma que as suas mortes revestiram, primeiro a eliminação política, depois o fim de vida físico, a semelhança ressalta

# Revista da Cavalaria



*O General Pais de Ramos, ao falar na Sociedade de Geografia de Lisboa, durante a sessão solene do Exército das Comemorações do Centenário de Mousinho*



*Aspecto da assistência à sessão solene na Sociedade de Geografia vendo-se o Cor. Faria de Morais fazendo a sua conferência*

## Revista da Cavalaria

na comparação efectuada. Definindo a posição ocupada por cada um dos elementos que influem na luta que se trava, é flagrante o paralelismo do papel desempenhado por Robert Clive e por Mousinho.

Dupleix, na Índia, e Cecil Rhodes, na África, representaram o mesmo papel em relação aos potentados indígenas. Tanto num caso como noutro é a acção decisiva, oportuna e audaciosa de um homem que faz modificar o caminho traçado aos acontecimentos e mudar a face ao destino.

O golpe desferido por Robert Clive ao apoderar-se audaciosamente de Arcot, capital do príncipe usurpador Chunda Sahib, encontra eco na acção, não menos audaciosa de Chaimite. Quanto à influência pessoal como condutores de homens diz o Cor. Faria de Moraes no seu bem fundamentado trabalho, ao referir-se a Robert Clive — «tal era o seu ascendente moral, e a sua ponderada audácia, que a dedicação dos seus homens e oficiais ultrapassou, dizem os biógrafos, a legendária fraternidade de armas da 10.<sup>a</sup> Legião de César, e a da Velha Guarda, de Napoleão». E pergunta — «Haverá alguém que ignore a dedicação do Soldado, por Mousinho, ou os nomes de Caldas Xavier, Roque de Aguiar, Vieira da Rocha, Andrade Velez, Eduardo Costa, Azevedo Coutinho, Sanches de Miranda, Mascarenhas Gaivão, Ayres de Ornelas, Gomes da Costa, Paiva Couceiro, e tantos outros?».

E a seguir refere o único ponto em que as duas figuras focadas se não assemelham — «Enquanto Clive enriqueceu, Mousinho, fiel à tradição dos antepassados, dos quais se dizia serem *muito valentes e muito nobres, muito inteligentes e muito pobres*, Mousinho, repito, nasceu, viveu e morreu pobre...».

Traça seguidamente o perfil moral de cada um deles e tal é a reprodução das imagens em espelhos paralelos que pergunta — «Não serão os perfis semelhantes? Não parece que os biógrafos de Mousinho gloriaram os biógrafos ingleses de Clive?».

Através de todo o seu trabalho o conferente salientou as devidas proporções dos quadros em que a acção de Clive e de Mousinho se desenvolveram, muito mais vasto o do primeiro que o do segundo, mas, postos de parte os meios e a grandeza geométrica das áreas territoriais conquistadas, verifica-se, todavia, a semelhança entre a acção daqueles dois homens.

Desenvolve-se, agora, a conferência através da análise das forças que os orientaram. «Clive serviu a política de William Pitt, como

## Revista da Cavalaria

Rhodes serviu a política de Disraéli e Mousinho a política, não dos homens, mas da sua Pátria».

E, mais adiante, depois de uma análise desenvolvida do ambiente político internacional, dos interesses que se chocavam em África, das necessidades modernas dos estados industrialmente desenvolvidos de procurarem mercados e matérias primas, e da influência da política interna nacional na condução dos negócios do ultramar, o conferente define as consequências da prisão do Gungunhana — «Em Chaimite alcançou Mousinho, duas vitórias; e a de maior vulto e a de maior projecção, foi aquela que em primeiro lugar, nos conquistou a consideração da Europa; seguidamente a do mérito de nos ter colocado, de novo, no caminho das missões históricas tradicionais. Esta virtude, teve-a Mousinho e nisso está, a meu ver, o maior título de glória. A sua obra é mais espiritual do que terrena; ergue-se para além das *chanas* e por sobre as copas dos imbondeiros, pairando acima dos mais alterosos accidentes orográficos da selva africana».

Sempre atentamente escutado, o Cor. Faria de Morais traçou, na última parte da sua conferência, tão interessante sob múltiplos aspectos, os panoramas das curvas descendentes das vidas das duas patrióticas figuras que foram objecto do seu estudo.

«Em última análise, Clive era acusado de ter servido a sua Pátria como nenhum outro a servira, e Mousinho também... Acusado, onde e por quem? Perguntar-me-ão. Em parte alguma e por ninguém, responderei, mas, no entanto, a sentença foi lavrada e a pena cumprida até ao último dia de reclusão a que submeteram Mousinho, impedindo-o, sistematicamente, de aplicar as suas extraordinárias faculdades ao serviço de Portugal».

Fala do prestígio de Mousinho e descreve a reacção dos circunstantes perante a atitude de um antigo soldado durante a viagem ao Norte, em Janeiro de 1898, segundo o relato de Luiz de Magalhães, que refere «Não obstante os atritos que a altivez do seu carácter lhe haviam criado, ele continuava a ser uma força em reserva, um recurso precioso de energia, uma esperança de novas glórias e de grandes e meritórios serviços à Pátria». E, mais adiante — «Talvez nestas palavras possamos não só encontrar o segredo da sua morte como a ressurreição do herói, quando um velho companheiro de armas, fiel à sua memória, desembainha a espada, em 28 de Maio, na cidade de Braga».

Refere, ainda, «as angústias, as decepções, as melancolias da vida» que resultam através de frases de Mousinho em que este mostra uma obsessão congénita da morte que culmina no suicídio.

## Revista da Cavalaria

E o Coronel Faria de Moraes, terminou o seu trabalhoso estudo dizendo:

«O paralelismo estabelecido entre Robert Clive e Mousinho existe de facto e se não ficou provado, ficou pelo menos esboçado. No momento em que as relações anglo-portuguesas, agora mais fortalecidas, atestam a clarividência dos nossos homens públicos, e a compreensão da Inglaterra devido ao prestígio que adquirimos, pelas nossas atitudes e honestidade de processos, prouve ao conferente, pôr lado a lado dois homens, cada um dos quais, na história dos seus respectivos países, ocupa um lugar de excepcional importância. Dois homens e dois grandes povos».

Uma grande salva de palmas premiou a conferência do Cor. Faria de Moraes. Este antes de iniciar a leitura do seu trabalho tivera palavras de apreço e consideração em relação aos diferentes componentes da mesa e ao referir-se ao General Abílio Pais de Ramos, relatou certos factos das campanhas de Moçambique na 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial em que ambos tinham sido companheiros de armas.

Como ao General Pais de Ramos fosse dado, seguidamente, o uso da palavra, não deixou este de se referir a aspectos muito elogiosos para o Cor. Faria de Moraes, que foram motivo de nova salva de palmas tributada ao ilustre oficial.

Teve o Director da Arma de Cavalaria também palavras de muito apreço para a acção da Marinha nas campanhas ultramarinas o que, de novo, foi motivo para uma salva de palmas, que o Almirante Nuno de Brion, a quem o General Pais de Ramos dirigiu aquelas palavras, agradeceu.

Foi pois num ambiente de franco entusiasmo que aquele oficial general pronunciou, com grande vibração e emotividade, as suas palavras que disse, eram especialmente dirigidas à mocidade que se encontrava presente. A oração pronunciada consta na sua maior parte do artigo publicado neste número pelo que não nos referiremos especialmente ao seu conteúdo.

Devemos, sim, referir o muito agrado que despertou no auditório, já pelas ideias expostas, já pelo calor e entusiasmo com que foi dita e que empolgou a assistência.

Terminou, assim, com chave de ouro esta sessão promovida pelo Exército, e em que a Arma de Cavalaria, como era lógico, teve influência destacada no brilhantismo com que foi levada a efeito.

No final da sessão tanto o General Pais de Ramos, como o Coronel Faria de Moraes, foram pessoalmente cumprimentados pela maioria das personalidades presentes, justo prémio dos trabalhos apresentados.

## Na Escola do Exército



ntegrada no ciclo de comemorações do centenário do nascimento de Mousinho de Albuquerque, realizou-se na Escola do Exército, na tarde de 24 de Novembro, uma sessão de homenagem, dentro da iniciativa tomada pelo General Abílio Pais de Ramos, delegado do Exército na Comissão Nacional das Comemorações, ao propor a Sua Ex.<sup>a</sup> o Subsecretário de Estado do Exército a realização, entre outras cerimónias, de conferências, alocações e palestras alusivas, em todas as unidades e estabelecimentos militares.

A cerimónia teve lugar no Ginásio da Escola apropriadamente decorado para o efeito. A ela assistiram, além do Comandante da Escola, General Correia Leal, os professores e demais oficiais ali em serviço, bem como todos os cadetes, incluindo os do Curso Geral Preparatório que nesse dia se deslocaram da Amadora, e, ainda, todos os sargentos daquele nosso estabelecimento de ensino militar.

Falou, nesta sessão, o Ten.-Cor. do C. E. M. José de Freitas Soares, professor da 5.<sup>a</sup> Cadeira — Geografia Militar do Ultramar Português.

O conferente, certo do entusiasmo que, na gente moça a quem especialmente se dirigia, haviam já despertado as conferências antes realizadas no decorrer das comemorações em curso, lidas ou escutadas pela maioria dos alunos da Escola do Exército, procurou chamar a atenção do auditório para a necessidade de ajustar os impulsos sentimentais aos ditames da razão, como pôde e soube fazer Mousinho. Só, assim, foi possível escrever brilhantes páginas da nossa história, disse, e ao maior dos nossos poetas, afirmar:

*Enfim, não houve forte Capitão  
que não fosse também douto e ciente.*

Definindo sucessivas épocas da nossa história para na última destacar o herói, no ambiente por ele vivido, intitolou o seu trabalho: «*Uma época, e nela, um homem*», sublinhando a justeza deste, na interpretação dos condicionamentos daquela.

«Partimos do Restelo num Sábado que eram oito dias do mês de Julho da dita era de 1497, nosso caminho que Deus Nosso Senhor deixe acabar em Seu santo serviço» — dizia Álvaro Velho, soldado ou marinheiro a bordo do S. *Gabriel*.

Nove meses eram passados quando a vinte de Maio de 1498 estavam — «Junto com umas montanhas, as quais estão sobre a cidade de

## Revista da Cavalaria

Calecute». Pela mão de Portugal, o mundo revelava-se ao homem em toda a sua grandeza.

Com uma vela em lenho seco, como dissera o velho do Restelo, afirmavamos a prioridade do descobrimento na metade do Mundo que o Tratado de Tordesilhas nos havia atribuído.

Por ali exercíamos a acção de sempre, civilizando e assim divulgando a nossa religião cristã.

A sombra das velas dos navios de Portugal projectava-se em todos os mares e nas cinco partidas do Mundo, os nossos marinheiros acendiam a sua fé no coração de quantas e estranhas gentes encontravam.

Assim começou o conferente a sua esplêndida oração. Prossequindo, disse — «Depois, repartindo-se e diluindo-se, pouco a pouco, definha o nosso poder.

O Mundo continua, porém, rolando fundado em conceitos e realidades que ao homem se afiguravam como certas e indiscutíveis, quase até ao fim do Século XVIII.

O Século XIX inicia-se com passo incerto, abalado por novas ideias, surpreso perante um novo poder: o da máquina a vapor.

O orador define, então, o reflexo que os inventos modernos tiveram na nossa projecção mundial, dizendo — «Aplicada aos navios, a máquina a vapor retira aos veleiros o domínio dos mares e a Portugal, sem ferro e sem carvão, a possibilidade de deter as cobiças que por toda a parte se desenhavam».

E, mais adiante — «As nações europeias acreditam numa rápida e permanente colonização da África». E depois — «Em Portugal ensombram-se os horizontes e, esquecidos do seu passado, os portugueses consomem-se em lutas quase só pela conquista do poder que, ora a uns, ora a outros, sucessivamente vai cabendo, sem que a nenhuns seja possível uma continuidade».

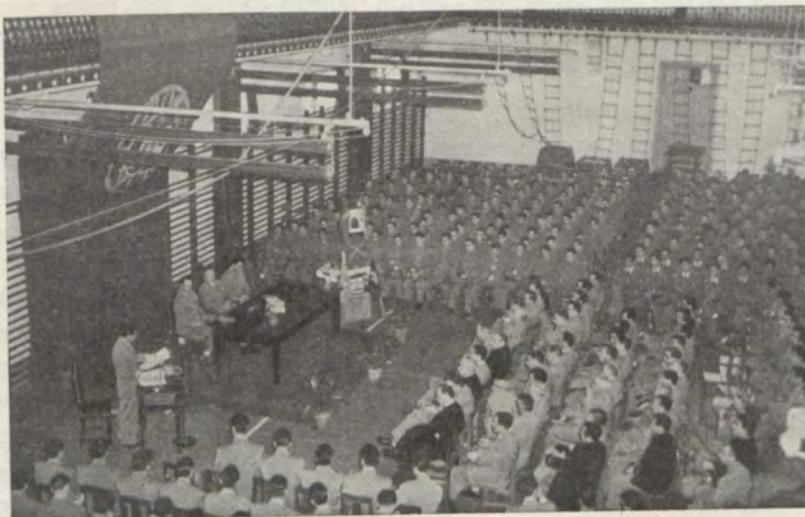
É no ambiente desta época assim definida, neste rápido e preciso resumo que o conferente assinala o nascimento, na Batalha, de Mousinho de Albuquerque.

«Porém» — diz — «agora, o continente africano, já tão conhecido e palmilhado pelos portugueses, começava a desvendar-se à Europa do Século XIX que nele antevia a promessa de inesgotáveis riquezas». Indica as cobiças despertadas e surgem os nomes do inglês Levingstone, do americano Stanley e do italiano, naturalizado francês Braza os quais «percorrem o interior da África e, através da imprensa publicitária que então surgia, levam ao Mundo o conhecimento das possibilidades de penetração e ocupação de toda a extensa e rica baía do Congo». E de-

## Revista da Cavalaria

pois — «à Europa daquele século, ávida de quanto então se passava a considerar como riqueza e carecendo de novos mercados onde colocar o excedente da produção da indústria mecânica, pouco importava a prioridade que a Portugal assistia na ocupação e desbravamento daqueles territórios.

Em particular, o aumento da população belga conjugando-se com o desenvolvimento industrial e mercantil haviam despertado no seu rei, Leopoldo II, o grande desejo de obtenção de um mercado colonial. É sua a ideia da criação de uma Associação Internacional que, proclamando embora fins científicos e humanitários, promove explorações



*Um aspecto da sessão de homenagem na Escola do Exército, vendo-se o Ten.-Cor. Freitas Soares realizando a sua conferência*

em África que logo se transformam em expedições de ocupação colonial. Por outro lado, a Alemanha vitoriosa na guerra contra a França, em 1870, surge a mostrar o seu interesse pelos territórios ultramarinos; na sua esteira, a França procura vantagens semelhantes.

Os olhos postos na África, a Europa faz por esquecer Portugal, a sua história e o seu tributo para o desenvolvimento da civilização. De si próprios esquecidos, necessário é lembrar aos portugueses o que haviam sido e o que precisavam voltar a ser; então se cria a Sociedade de Geografia de Lisboa.

Barbosa du Bocage, ministro dos negócios estrangeiros de Portugal sugere, em Maio de 1884, a realização de uma conferência onde se

## Revista da Cavalaria

procurassem remover as dificuldades que a cada passo surgiam. Em Junho, Bismarck consulta os governos interessados acerca daquela ideia e, em Novembro, têm início os trabalhos e reuniões, rematados pelo Acto Geral da Conferência de Berlim, assinado a 26 de Fevereiro de 1885 pelas 14 Nações participantes.

Quase um ano depois assinavamos, primeiro com a França e depois com a Alemanha, as Convenções de 1886, de harmonia com as quais se fixavam, com o primeiro destes países, os limites do enclave de Cabinda e, com a Alemanha, as fronteiras do Sul de Angola.

Voltando a fixar a posição cronológica de Mousinho no quadro da época em que este viveu, diz — «Em Janeiro daquele ano partia para a Índia, com 31 anos de idade, o Tenente Mousinho, graduado Capitão conforme as leis da época.

A todos os portugueses a conferência de Berlim mostrara que os países europeus se haviam decidido pela partilha do continente Africano, sem atenção por outros motivos que não fossem os que da ocupação resultassem.

Acautelar o direito com que nos sentiamos ao centro daquele continente, em especial relativamente à França e à Alemanha, constituia pois preocupação dominante da nossa política colonial. Por isso fazemos inserir nas convenções de 1886 com aqueles países um artigo pelo qual uma e outra daquelas nações nos reconheciam o direito de exercermos a nossa acção civilizadora nos territórios que separavam as possessões portuguesas de Angola e Moçambique. Em mapa anexo, esses territórios, cujos limites fixavam a expansão francesa e alemã, apareciam assinalados a cor-de-rosa; era o documento que ficaria célebre pela designação de «Mapa cor-de-rosa».

Depois desta síntese rápida mas perfeitamente elucidativa o Ten.-Cor. Freitas Soares, sempre escutado com muita atenção, definiu, deste modo, a importância do «mapa cor-de-rosa» — «célebre não teria ficado se nele não estivessem compreendidas as ricas regiões dos Matabeles, Machona e do Barotze, através das quais era possível atingir os grandes lagos, a bacia do Congo e, finalmente, ligar o Cabo ao Cairo, «G. to G.», como ainda há poucos anos se designavam os cigarros que se vendiam na primeira daquelas cidades».

E resume, assim, os acontecimentos que culminam no ultimatum: — «não tarda pois em manifestar-se a reacção inglesa e, apesar da preocupação portuguesa em opor-se-lhe por meio da ocupação efectiva e do reconhecimento da nossa soberania pelos régulos, Serpa Pinto en-

## Revista da Cavalaria

contra protegidos pela bandeira britânica indígenas que, até aí, se consideravam portugueses.

Pela boca do seu ministro Salisbury, a Inglaterra faz-nos saber que os nossos fortes em ruínas, nunca reconstruídos, só podiam provar que pelo que respeita aos territórios em que se situavam, a soberania de que eram instrumento em ruínas também se encontrava. Recusa-se a discutir os nossos argumentos que classifica de arqueológicos. Certo da sua força perante a fraqueza portuguesa, impõe-nos o ultimatum de 1890 que somos forçados a aceitar bem como o reconhecimento de que nos territórios coloniais, e para o futuro, só a ocupação efectiva serviria de título a direitos de soberania.

Ultrapassados, discutimos o tratado de 1890 para definição de fronteiras; desvairados, repudiamos-lo para logo aceitarmos o de 1891, ainda pior.

Com mais esta nódoa no ensombrado período que se arrastava desde há 70 anos, vamos então lançar no continente negro mais um punhado de bravos que, em breve, iluminariam com o fulgor das suas espadas novas páginas da nossa história».

Refere a nomeação de Mousinho para o cargo de governador do Distrito de Lourenço Marques e serve-se de algumas páginas do seu livro «Moçambique» para definir o estado da província em 1894 e o grau de soberania exercido no interior sobre as tribos landins que levavam Mousinho a perguntar para Lisboa se devia subscrever as ordens que tinha a ditar *por graça de Sua Magestade El-Rei de Portugal*, ou, *por graça de Sua Magestade El-Rei Gungunhana*.

Decorrem dois anos e uma situação desagradável se cria, por incompreensão da Metrópole e do próprio Governador Geral, o que leva Mousinho, que tanto se orgulhava de ser oficial do Exército, como o refere na carta ao príncipe, onde diz — «nessa grande família... ainda predominam os sentimentos de brio e dignidade, prontos a patentear-se desde que, para isso, se lhes ofereça ensejo» renuncia aos galões de major e regressa à Metrópole.

«Forte, ciente e douto, consigo trazia, por certo, a noção de que, mais do que a conquista deste ou daquele território se impunha a submissão, ou mesmo a captura ou destruição dos chefes que potências estrangeiras buscavam influenciar conforme os seus interesses, contrários necessariamente aos nossos», refere o conferente que rapidamente traça o curso das acções que terminam em Chaimite.

O que foi a acção de Mousinho como militar e administrador é relatado, seguidamente, pondo em relevo a acção de Macontene.

## Revista da Cavalaria

Refere-se, depois, à viagem de repouso à Metrópole e às visitas feitas a diferentes países da Europa e o acolhimento que ali recebeu.

Entrando na parte final da sua bem orientada conferência o orador disse — «regressa a Moçambique em Março de 1898; entretanto decorrem, entre os países que visitara, as negociações para a partilha dos territórios ultramarinos portugueses, procurando-se talvez assim deter uma guerra que lentamente se aproximava — a 1.<sup>a</sup> Grande Guerra Mundial.

Depois de a Mousinho asseverar quanto nele confiava, um dos desvairados governos daquela época retira-lhe as prerrogativas de Comissário Régio, ainda nesse mesmo ano de 1898.

Lembrado sempre da sua qualidade de militar, não aceita a humilhação e pede a exoneração que, depois de muito insistir, lhe é concedida.

Assim se interrompe, naquele ano, a sua brilhante carreira de, em terras de África, bem servir Portugal.

Já na Metrópole publica, no ano de 1899, o seu livro «Moçambique», no qual «resume e expõe os resultados do que ali tentara fazer pelo engrandecimento e prosperidade da nossa Pátria».

Guindara-se demasiado alto no conceito do Povo. Os políticos, a quem a verdade e o desassombro não convinham, procuram manietá-lo; fazem-no aio do Príncipe D. Luiz Filipe.

Rumo à desgraça, a política portuguesa desilude-o. Reconhece como cada dia tomavam maiores proporções as cobiças estrangeiras sobre quanto Portugal pelo Mundo possuía.

E, num dia de Janeiro de 1902... abruptamente se interrompe a vida do herói».

E o Ten.-Cor. Freitas Soares tomando os seguintes conceitos do professor Lopes de Almeida: «Se os homens que servem a grandeza espiritual e material da nossa gente em África são algumas vezes superiores, as ideias que os animam transcendem as suas próprias possibilidades, voz que vem dos séculos temperando a espada do soldado, benedizendo a cruz do missionário, impondo normas de comportamento civil.

Possa a ressurreição moderna da noção imperial dar ânimo aos portugueses das 5 partes do Mundo para continuarem afirmando, na quietude da vida árdua e simples, as suas virtudes de colonizadores em louvor da Pátria Imortal», deles faz o fecho da sua lição sobre a vida e obra de Mousinho.

Ao terminar, o orador foi muito aplaudido e cumprimentado pelas entidades presentes.

## As cerimónias realizadas em Elvas



oi de Elvas que, em 1894, partiu Mousinho com um esquadrão do Regimento de Cavalaria n.º 1, destinado a fazer parte das forças expedicionárias a Lourenço Marques, organizadas para dominar as rebeliões indígenas que lavravam no Sul da Província de Moçambique.

A cidade vestiu, agora, as suas melhores galas para comemorar o centenário do nascimento daquele que um dia conduziu alguns dos seus filhos pelos caminhos ásperos e difíceis do cumprimento da missão de servir a Pátria.

Duas cerimónias foram particularmente significativas: a da inauguração de uma lápide dando o nome de Mousinho de Albuquerque à parada do Regimento de Lanceiros n.º 1 e a sessão solene realizada na sala «Pública Hortênsia» da Biblioteca Municipal.

Qualquer delas teve larga concorrência, não só das autoridades locais e das pessoas mais representativas da cidade, como de muito povo que, assim, demonstrou o interesse e o carinho que lhe mereceu a pessoa e o valor de Mousinho de Albuquerque.

De manhã, no Regimento de Lanceiros n.º 1 o toque de alvorada foi feito pela banda de clarins e procedeu-se ao içar da bandeira com o cerimonial usual.

À tarde, com a parada ornamentada e respirando um ar festivo tiveram lugar as cerimónias de carácter militar.

Junto ao cunhal onde ficou a lápide evocativa tinha sido disposta uma ornamentação realizada com armamento e verdura. Lanças simbólicas recordavam as «azagaias compridas» dos bravos cavaleiros de Mousinho. Soldados, armados de espadas, faziam a guarda de honra.

Um grupo, a dois esquadrões, com a bandeira de Infantaria 16, sob o comando do Major Serpa Soares, formou na parada com impecável aspecto e prestou as devidas honras aos visitantes.

Estiveram presentes os Srs. Generais Abílio Pais de Ramos, delegado do Exército na Comissão organizadora das comemorações; Coronel Passos e Sousa, comandante militar da Praça de Elvas; os membros da referida comissão, Drs. Henrique Martins Gomes, do Ministério do Interior; António Alberto de Andrade, da Agência Geral das Colónias e o Secretário Geral da Comissão, Filipe Gastão de Almeida d'Eça; Tenentes-Coronéis, Almeida Dias, comandante do R. L. 1 e Policarpo Mendes Dias, comandante do B. C. 8, além de outras entidades civis e militares.

## Revista da Cavalaria



*O Director da Arma de Cavalaria General Abílio Pais de Ramos, proferindo uma alocução na cerimónia realizada no Regimento de Lanceiros 1*

## Revista da Cavalaria



O Capitão António Braz, que tomou parte nos combates de Macontene e da Mougua e na batalha do «9 de Abril», descerrando a lápide que dá o nome de «Mousinho de Albuquerque» à parada do Regimento de Lanceiros 1

## Revista da Cavalaria

O Capitão Trinité Rosa proferiu uma patriótica alocução, em que em termos simples mas vibrantes, descreveu os principais feitos e salientou o valor das acções levadas a cabo pelo vencedor de Gungunhana.

Falou, seguidamente, o Sr. Ten.-Coronel Almeida Dias que, dentro do mesmo tema, teve palavras de exaltação para a acção de Mousinho como militar e condutor de homens que sempre se orientou pelos mais altos princípios que devem reger a vida daqueles que algum dia ingressaram nas fileiras da Cavalaria.

Por último, o Sr. General Pais de Ramos dirigindo-se aos soldados de Lanceiros 1, falou do dever que sobre eles recaía de serem dignos continuadores daqueles bravos que acompanharam Mousinho nas arduas campanhas de África.

Enalteceu, também, o valor da gloriosa Marinha de Guerra e referiu-se, em termos encomiásticos à acção dos soldados do Regimento de Infantaria 4, ao tempo aquartelado em Elvas e que dali partiram para se comportarem tão valorosamente nos combates de Marracuene e Macotene.

Traçou um brilhante elogio às tradições históricas de Elvas como praça forte invencível e ao valor dos seus habitantes que sempre se têm mostrado ardorosos defensores do solo pátrio.

Ia, então, proceder-se à inauguração da lápide em mármore com a inscrição «Parada Mousinho de Albuquerque — homenagem do Regimento de Lanceiros n.º 1 ao insigne vencedor dos vátuas».

O Director da Arma de Cavalaria, notando, entre a assistência, a presença do heróico Capitão António Braz, que estivera com Mousinho em Macotene e tomara parte nos combates da Môngua, em África e do «9 de Abril», em França, convidou-o a descerrar, por direito próprio, como disse, a lápide comemorativa. Teve, antes, palavras de muito apreço, e que muito comoveram o Cap. Braz, para a sua acção nas diferentes campanhas em que tomou parte.

Aquele heróico oficial, com manifesta emoção, procedeu, então, ao descerramento da lápide por entre vibrantes aplausos.

As tropas em parada desfilarão perante as entidades presentes, na Rua da Cadeia, prestando as devidas continências às altas autoridades militares presentes que se encontravam junto ao Hotel Alentejo.

A noite, na sala da Biblioteca Municipal e presidida pelo General Comandante da 4.ª Região Militar teve lugar a sessão de homenagem. Na mesa de honra sentaram-se, também, os Srs. General Abílio Pais de Ramos; Dr. Mário Cidrais, Presidente da Câmara; D. Rafael Garcety Dorado, Cônsul Geral da Espanha em Elvas; Cónego Joaquim Augusto

# Revista da Cavalaria



*O Governador militar da Praça de Elvas, Coronel Passos e Sousa proferindo a sua conferência na sessão de homenagem a Mousinho efectuada na Biblioteca Municipal de Elvas*

## Revista da Cavalaria

Cerca, representante do Vigário Geral; Coronel Cunha Baptista, do R. C. 3, de Estremoz; Tenentes-Coronéis Almeida Dias, comandante do R. L. 1 e Mendes Dias, comandante do B. C. 8; e o Governador do Forte da Graça.

A guarda de honra foi feita por um esquadrão de Lanceiros 1 e, na praça de D. Sancho II, o terno de clarins tocou «a recolher», conforme é da tradição, percorrendo, seguidamente, algumas artérias do burgo.

O orador oficial da noite foi o comandante militar da praça de Elvas, Sr. Coronel Passos e Sousa, cujo pai fora comandante da 1.<sup>a</sup> Companhia do 2.<sup>o</sup> Batalhão de Infantaria 4 expedicionária a Moçambique em 1894.

Através da sua conferência o Sr. Coronel Passos e Sousa referiu-se aos aspectos mais brilhantes e conhecidos da vida de Mousinho, tendo focado a situação política e militar anterior à acção do herói de Chaimite; a personalidade deste; o aprisionamento do Gungunhana; as operações de pacificação de Gaza; as realizadas contra os namarrais; e a segunda campanha de Gaza. Tratou, por fim, do apogeu e do ocaso do herói.

Para cada um destes aspectos, parciais da vida de Mousinho, fez o orador incidir a atenção do auditório tendo, a respeito das diferentes passagens tratadas, procurado marcar os pontos mais frisantes e que, servem, geralmente, para definir a figura ou a acção de Mousinho.

Trabalho minucioso e, portanto, longo, mereceu do auditório toda a atenção que lhe era devida.

Começou por historiar os perigos que ameaçavam, nos fins do Século XIX, a província de Moçambique — as ambições estrangeiras e a rebelião latente de várias tribos, do norte a sul da província; as viagens de penetração no continente africano levadas a cabo, entre outros, por Livingstone; as infiltrações vindas do Natal e do Cabo, no território de Manica.

Refere-se, seguidamente, à Conferência de Berlim e às consequências que teve para a nossa posição ultramarina; às reacções a que deu lugar da parte dos nossos governos; à necessidade de subjugar o Gungunhana.

Trata da situação militar, quando a rebelião do régulo Zixaxa estala em 1894; e as medidas tomadas localmente, para lhe fazer frente, e as que o governo central adoptou.

Vão, assim, desfilando os acontecimentos que definem a moldura em que a acção de Mousinho se vai desenvolver.

## Revista da Cavalaria

Refere-se, ao tratar da biografia deste, a algumas frases ditas ou escritas por Mousinho: no Chibuto, ao voltar de Macontene; à Mulher — «Maria José, que bela ocasião perdi de morrer! —; numa carta em que trata do combate de Coolela — «Chega-se a ter inveja dos mortos! —; a respeito do ferimento do alferes Vieira da Rocha, na perseguição ao Maguiguana — «A minha pena é que a bala que foi para o Rocha, não me tivesse acertado na cabeça!», para concluir — «tinha sempre presente no espírito o anseio de morrer em plena glória, a mais



*O General Abílio Pais de Ramos ao falar na Biblioteca Municipal de Elvas*

bela morte para um soldado. Porém, os heróis não morrem, vivem eternamente junto da Pátria».

Cita um opúsculo recentemente publicado em França, da autoria do Sr. Rodrigues de Campos; nele se afirma que Lyautey seguiu, em Marrocos, a «escola de Mousinho».

Enumera, então, as principais obras de Mousinho, como escritor.

O aprisionamento do Gungunhana é relatado, seguidamente, com os pormenores dos antecedentes, da marcha e do investimento da aringa. E termina, dizendo — «E, assim, com um golpe de audácia reflectida, passando por cima de todos os perigos, se resolvia o problema dos vátuas, com a simplicidade que os grandes génios costumam pôr nas suas acções. Contudo, o aprisionamento do Gungunhana não foi uma operação vulgar tantas foram as dificuldades a vencer numa empresa da

## Revista da Cavalaria

sua exclusiva iniciativa, resultante de uma visão clara, depois de larga reflexão e cuja rápida execução caracteriza os verdadeiros chefes».

As operações de pacificação de Gaza e as operações contra os namarrais são relatadas e analisadas quanto à concepção e à realização.

Entra-se, por último, nos passos finais da vida do herói — «Mousinho, com os seus relevantes serviços prestados à Pátria, tinha conquistado posição culminante e gloriosa e, como consequência, despertado as maiores invejas e, daí, a campanha traiçoeira e desleal que o havia de abater, perdendo assim Portugal um dos seus melhores filhos».

E, mais adiante — «Mousinho pertence à História, que já fez o seu julgamento do qual saiu com glória e grandeza».

E, a fechar a sua extensa e trabalhosa conferência, o Sr. Coronel Passos e Sousa disse — «Mousinho não morreu em plena glória como queria, mas sim esmagado pelo infortúnio. Hoje, porém, revive por momentos, embora tardiamente, para a Pátria lhe consagrar a homenagem que lhe é devida».

Uma larga salva de palmas se seguiu a estas palavras premiando o trabalho apresentado pelo conferente.

Seguiu-se no uso da palavra o Sr. General Pais de Ramos. Começou por fazer um elogio crítico da conferência do Sr. Coronel Passos e Sousa.

Em seguida dirigiu-se ao representante diplomático da Espanha, traçando, num belo improviso, a acção civilizadora que as duas nações peninsulares tiveram através do Mundo e os lances e empresas em que, lado a lado, ou trabalhando para uma mesma finalidade, se completavam nas acções realizadas.

Teve, depois para com o representante do Vigário Geral, palavras de exaltação para a posição tomada pela Igreja na dilatação da Fé e propaganda dos princípios civilizadores nas terras inóspitas em que as armas iam abrindo caminho, agradecendo a sua presença que emprestava maior solenidade àquela sessão comemorativa.

Falou depois da vida e acção de Mousinho, como militar, administrador e organizador, fazendo salientar a projecção da sua personalidade através da obra realizada.

Falando sempre com muito entusiasmo e calor as palavras do Director da Arma de Cavalaria constituíram um esplêndido fecho da sessão solene e, portanto, das comemorações realizadas na cidade de Elvas.

Os oradores da noite foram, depois, muito cumprimentados pelas diversas entidades presentes que assim, demonstraram, pessoalmente, o apreço em que tiveram os respectivos trabalhos.

## No Colégio Militar



figura do herói de Chaimite, a propósito do centenário do seu nascimento, foi evocada no Colégio da Luz, em cerimónia presidida pelo director, Brigadeiro Luciano Granate e à qual assistiram o Ten.-Cor. Coelho de Sampaio, subdirector e os oficiais que ali prestam serviço. O Batalhão colegial compareceu na sua máxima força.

Ao abrir a sessão, aquele official general afirmou que a cerimónia tinha significado muito especial no Colégio Militar, onde, de há muito, se presta culto à memória do herói que, quando tenente, durante o período de 1884 a 1886 serviu naquele estabelecimento de ensino.

Referiu-se, ainda, ao facto de, no ano lectivo anterior, ter sido ali inaugurada uma maquete da estátua que Lourenço Marques ergueu ao grande chefe militar, reprodução essa que se encontra na antecâmara do gabinete da Direcção.

Foi dada, seguidamente, a palavra ao professor Capitão Dr. Araújo Stott Howorth que subordinou a sua conferência ao título *Mousinho, o Africano*.

Começou por referir a chegada do herói a Lisboa em 1897 e a sessão de homenagem que lhe fora prestada na Sociedade de Geografia, para depois traçar a situação de domínio exercido no Vale do Limpopo pelo Gungunhana que punha em cheque a nossa soberania.

Quanto à que se apresentava, já em 1896, quando da campanha dos namarrais, o conferente serve-se das próprias palavras de Mousinho para a definir — «das janelas do palácio do governo de Moçambique avistavam-se terrenos onde era impossível passar sem se ser vítima de roubos e violências». E diz, depois — «os Bongas do prazo de Massangano, na alta Zambézia, tinham durante largos anos troçado dos portugueses e inflingido alguns desastres militares como, depois de Alcácer Quibir, não tivéramos outros em África.

Mousinho, ao voltar a Moçambique, em 1895, conhecia, pois, o problema da ocupação efectiva da província e, mais do que isso, sabia onde estava o nó górdio da sua solução. Era urgente terminar, de uma vez para sempre, com o poderio do Gungunhana e, com golpes de energia, responder aos Ingleses que, sob a direcção de Cecil Rhodes e seguindo as pisadas de Livingstone, não poupavam canseiras e cabedais para a ocupação de territórios ainda disponíveis em África. Era ainda Mousinho Governador de Lourenço Marques quando, do Cabo até à Bulawayo e à Salisbury de hoje, uma coluna de 600 homens perdeu cerca de metade dos efectivos para atingir os seus fins...».

## Revista da Cavalaria

Refere-se a Coolela e aos receios de António Enes quanto ao procedimento do Governador de Gaza, «temendo receber em Luanda ou Cabo Verde a notícia de alguma catástrofe», durante a viagem de regresso à Metrópole.

Ao abordar o episódio de Chaimite o conferente assinala o propósito de Mousinho de prender ou matar o Gungunhana «ou a pouco e pouco todo o prestígio que resultou para as nossas armas dos combates de Marracuene, Magul e, principalmente, Coolela, se iria obliterando no ânimo desses povos» nas próprias palavras do herói.

Descreve o feito de Chaimite que faz recordar a prisão do Samory, no Dahomey, pelo Capitão Gouraud ou, mais modernamente, os «comandos» de Laycock na Líbia que, por pouco não aprisionaram o General Rommel; os raptos do General Kreiper, comandante militar da Ilha de Creta, pelo grupo de Stanley Moss, ou de Mussolini pelos pára-quedistas de Skorzeny.

E diz — «foi com a audácia de todos estes homens que Mousinho actuou e a acção realizada tem todas as características dos *raids* dos «comandos», tão popularizados na última guerra, dos quais o golpe de Chaimite pode ser considerado um precursor. Na verdade, com o heroísmo e o sacrifício dos «comandos» dos nossos dias, Mousinho determinara a si próprio agir «fossem quais fossem os recursos com que podia contar, os perigos a correr e as probabilidades de êxito da empresa».

Fala do emprego da Cavalaria que Mousinho sempre procurou valorizar nas suas acções. Trata, seguidamente da campanha dos Namarrais e do combate da Mujenga ao qual se refere, dizendo — «Só uma coragem e uma firmeza excepcionais salvaram as tropas portuguesas naquela terrível emboscada que os manteve durante 26 horas sob fogo ininterrupto». E serve-se, seguidamente, das palavras de Aires de Ornelas — «Com os soldados que temos tudo é fácil. A coragem, o sangue-frio, a tenacidade, a alma que há dentro deles só os avaliam quem lhes partilha os perigos e tem a honra de os comandar».

Prendendo sempre a atenção do juvenil auditório pela história maravilhosa deste herói moderno o conferente descreve o que foi a acção de Macontene na campanha de Gaza, que alguns críticos militares britânicos teriam assim classificado «*was simply a marvel!*»

Refere a opinião do General Sebastião Teles acerca da acção de Mousinho: — «Em cada um destes factos da campanha se reconhecem as qualidades militares de quem a dirigiu: perfeita concepção estratégica; cuidado na preparação; rapidez de concentração; grande aptidão táctica na direcção do combate; energia na perseguição regular; força de

## Revista da Cavalaria

carácter para tomar a responsabilidade da perseguição irregular, e conjunto das qualidades anteriores que é indispensável para bem executar estas operações. É por isso que a campanha de Gaza define as qualidades de Mousinho e mostra que ele possuía todas as que constituem o bom general. É ainda por isto que a campanha de Gaza é a página



*Um «menino da Luz» em continência junto da maquete do monumento a Mousinho*

## Revista da Cavalaria

mais brilhante da história de Mousinho e deve ser considerada acima do feito de Chaimite, embora este seja mais conhecido».

Alude depois à carga da cavalaria inglesa, em 1898, contra os derviches, no Sudão, na acção de Omdurman, que, com a de Macontene, foi das últimas que em batalha campal mostraram o valor da Cavalaria não motorizada.

O Cap. Dr. Howorth fez, então, a análise da acção administrativa de Mousinho e menciona os seus mais directos colaboradores: Caldas Xavier — fez frente aos ingleses da «Chartered» quando estes pretenderam apoderar-se do porto da Beira — Couceiro, Freire de Andrade, Gomes da Costa, Vieira da Rocha e tantos outros, que diz — «afinal tão poucos eram para a magna empresa de subtrair Moçambique às ambições estrangeiras e à desorganização e mesmo desinteresse que alguns portugueses tinham mostrado pelas questões africanas para, antes, se dedicarem a outras actividades».

Para mostrar as resistências à acção governativa de Mousinho cita as palavras deste no seu relatório do Governo de Moçambique — «Pensam muitos que passei os meus dois anos de governo à cutilada aos pretos. É um engano; a maior e a melhor parte das cutiladas foram assentes nas convenções, nas ficções, no enredo de falsidades com que nos pretendiam iludir. E, como essas cutiladas eram puxadas com alma, como cortavam fundo, até ao osso, partiu-se-me a espada com que as vibrava; só é para admirar que houvesse durado dois anos; é que era de boa têmpera».

Mostrando o reverso da medalha, serve-se do trecho da carta ao Príncipe que está na portada desta Revista — «Essas poucas páginas brilhantes e consoladoras que há na história do Portugal contemporâneo escrevêmo-las nós, os soldados, lá pelos sertões da África, com as pontas das baionetas e das lanças a escorrer em sangue...».

E o Cap. Dr. Howorth terminou, assim, a sua brilhante palestra sobre a acção de Mousinho — «Sem as cutiladas nas convenções que, muitos deles, se abrigavam nos cómodos direitos históricos aos territórios africanos, os quais eram o sangue coagulado dos antepassados e não o sangue líquido dos hodiernos e que, já na Conferência de Berlim e depois na questão do Ultimato se tinham mostrado fraquíssimo escudo; sem as inevitáveis cutiladas nos pretos, e sem a coragem e a energia que a figura de Mousinho centralizou, Moçambique não pertenceria hoje ao património e ao Ultramar Português!».

Uma grande salva de palmas foi tributada ao conferente que, assim, viu premiada a excelência da oração proferida.

## O desfile militar perante a espada de Mousinho de Albuquerque



Para fecho das comemorações oficiais do centenário do nascimento do herói de Chaimite, realizou-se no dia 27 um desfile militar, perante a sua espada de combate, ao qual presidiu o Chefe do Estado, que, assim, quis dar um mais alto significado a este acto. Os contingentes das diversas forças que tomaram parte no desfile — entre eles, os de todos os Regimentos de Cavalaria e da E. P. C. e os representantes das guarnições de Angola e Moçambique — concentraram-se no Parque Eduardo VII.

Na tribuna presidencial, armada em frente ao Monumento aos Mortos da Grande Guerra, tomaram lugar as mais representativas figuras da Nação, entre as quais: os presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa; os Ministros da Presidência, da Defesa Nacional e interino do Exército, do Interior, do Ultramar, da Justiça, das Finan-



*Antigos combatentes das campanhas de Africa, alguns dos quais foram companheiros de armas de Mousinho, assistem às cerimónias na Avenida*

ças e das Corporações; os Subsecretários de Estado do Exército, Aeronáutica, Educação Nacional, Orçamento e Ultramar; os Generais, Chefe e Subchefe de Estado-Maior, Governador Militar de Lisboa; director do

## Revista da Cavalaria

I. A. E. M., Comandante Geral da G. N. R., directores das Armas, Comandantes da Escola do Exército e da Guarda Fiscal; Almirantes, Chefe do Estado-Maior Naval e da Força Naval da Metrópole. Nela tomaram lugar o Presidente e Secretário Geral da Comissão Organizadora do centenário, respectivamente, General Carvalho Viegas e Filipe Gastão



*As bandeiras nacional e da Liga dos Combatentes  
(da Agência de Lisboa e da Comissão Central)  
junto da tribuna de honra*

de Almeida d'Eça, além dos restantes membros da referida Comissão.

A norte da tribuna, num estrado coberto, tomaram lugar antigos combatentes de África, alguns dos quais tinham sido companheiros de Mousinho. Simpáticos velhinhos, de mais de 80 anos, com os peitos constelados de medalhas. Destacavam-se, entre esses humildes servi-

## Revista da Cavalaria

dores da Pátria, os Srs. Almirante Afonso de Cerqueira, o Coronel Luiz da Silva Patacho e o Comandante A. de Lemos Peixoto.

A sul da tribuna, noutro estrado coberto, tomaram lugar as pessoas de família de Mousinho e os brigadeiros e comandantes de unidades. Junto deste estrado encontravam-se as bandeiras Nacional e da Liga dos Combatentes (da Agência de Lisboa e da Comissão Central), conduzidas por antigos combatentes ostentando valiosas condecorações.

Em frente da tribuna estava uma vitrine vertical onde seria colocada a espada de Mousinho e onde, numa almofada tinha sido disposto o colar da Torre e Espada que lhe pertencera.

A guarda de honra à tribuna e à vitrine era feita por um pelotão do Regimento de Cavalaria n.º 1, armado de lanças.

Foi neste enquadramento que decorreram as cerimónias realizadas na Avenida, as quais tiveram início com a chegada da espada de Mousinho.

Esta foi conduzida, com todas as honras, do Museu Militar, onde se encontra depositada, pelo General Abílio Pais de Ramos, delegado do Exército nas comemorações, o qual era acompanhado pelo Coronel Tiroc. Carlos de Chaby e Cap. Antero, seu ajudante. Escoltou o carro, em que foi transportada, um esquadrão a cavalo da G. N. R., com charanga.

Foi um momento de impressionante significado o da chegada e colocação da espada na vitrine, ao som da marcha de continência, com toda a assistência de cabeça descoberta e as tropas perfiladas. Seguiu-se o desfile do esquadrão da escolta perante a espada.

Logo depois chegou Sua Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente da República, acompanhado da sua Casa Militar, ao qual prestou as devidas honras um batalhão da G. N. R. cuja banda de música tocou o Hino Nacional. Após ter passado revista à guarda de honra o Chefe do Estado tomou lugar na tribuna dando-se início ao desfile.

Durante este o Sr. Cor. Carlos Chaby, através de um microfone, evocou os feitos heróicos de Mousinho e os principais fastos relativos às unidades em desfile.

Os diferentes contingentes ao passar em frente da tribuna prestavam a continência ao Chefe do Estado e à espada, símbolo perfeito da vida do grande herói — recta, firme e brilhante.

Passaram, assim, os esquadrões empenachados de gala da G. N. R.; um conjunto maciço das bandeiras dos contingentes em parada, entre os quais as de todas as unidades de Cavalaria; os rapazes do Colégio Militar, dos Pupilos do Exército e os da Milícia da M. P.

# Revista da Cavalaria



*Alguns aspectos do momento solene em que o Sr. General Abílio Pais de Ramos, acompanhado pelo Cor. Tir. Carlos Chaby*

# Revista da Cavalaria



*coloca a espada de Mousinho na vitrine onde vai receber as  
continências das forças militares metropolitanas e ultramarinas*

## Revista da Cavalaria

O tempo que, desde manhã, se não mostrava favorável, tinha vindo piorando e agora começava a chover com certa intensidade. Mas ninguém arredou pé e as tropas continuaram desfilando com notável aprumo.

Vieram os cadetes da Escola Naval e Militar; uma companhia de Marinha, representando esses bravos marinheiros que tantas e tantas vezes se cobriram de glória, lá em baixo, nos plainos africanos; os pára-quedistas com as suas boinas verdes; as tropas africanas, de Angola e Moçambique, com os cofiós vermelhos; os pelotões dos Regimentos de Cavalaria da província e da E. P. C. e esquadrões do R. C. 2 e R. C. 7;



*A charanga da G. N. R. desfilando*

companhias dos Batalhões de Caçadores 5 e de Engenheiros; batarias apeadas dos Regimentos de Artilharia 1, Pesada, e Antiaérea; companhias do Regimento de Engenharia 1, e dos Batalhões de Telegrafistas, Caminhos de Ferro, e Trem Auto; da E. P. A. M.; da Guarda Nacional Republicana e da Guarda Fiscal; da Polícia de Segurança Pública, da Brigada Naval e da Legião Portuguesa.

A todos o público tributou os seus aplausos e ovações em que distinguiu especialmente as tropas africanas, impecáveis na sua apresenta-

# Revista da Cavalaria

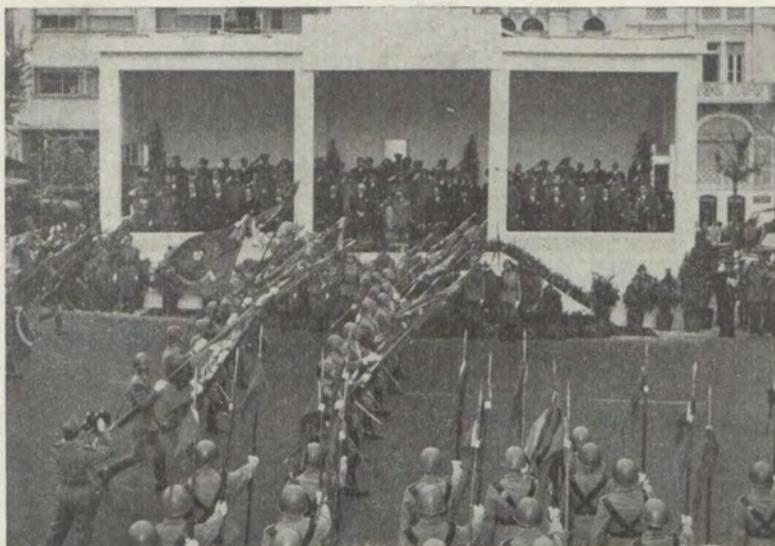


*Sua Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente da República, membros do Governo e altas individualidades assistem ao desfile das tropas em parada. Na frente da tribuna, a vitrine com o colar da Torre e Espada e a espada de Mousinho*



*A guarda de honra do Regimento de Lanceiros n.º 1*

# Revista da Cavalaria

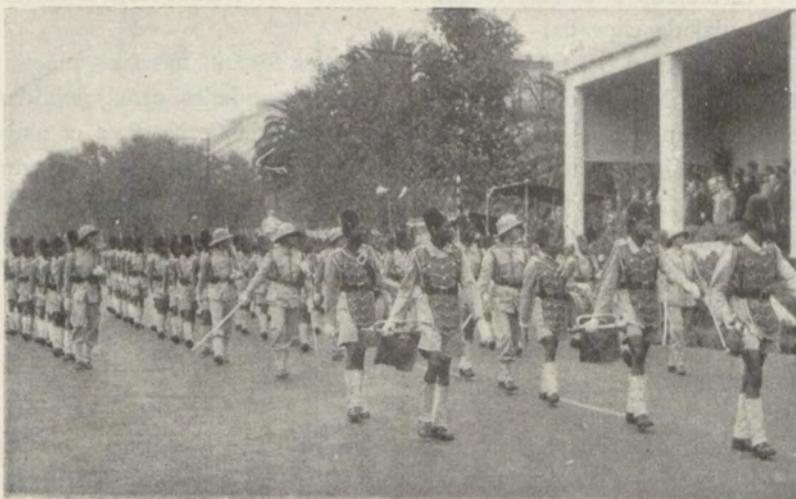


*A passagem das bandeiras das tropas em parada  
perante a tribuna presidencial*

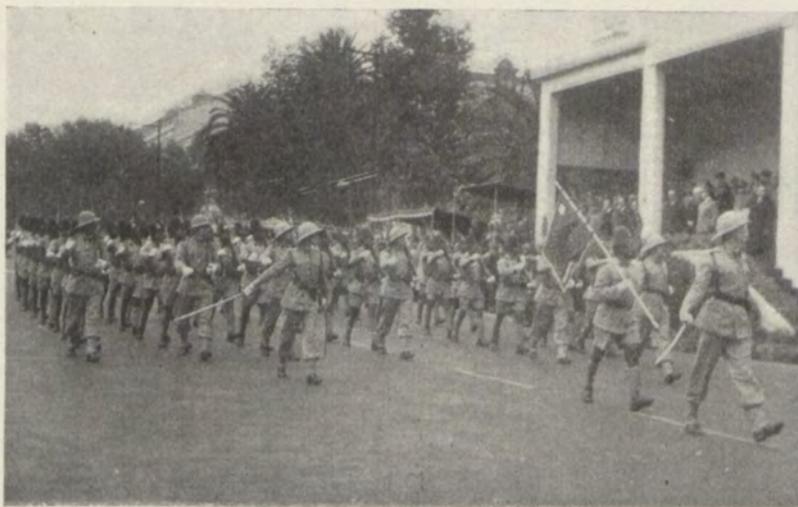


*Aspecto geral do desfile junto à tribuna de honra*

# Revista da Cavalaria



*O desfile das tropas de Moçambique*



*As tropas de Angola desfilando*

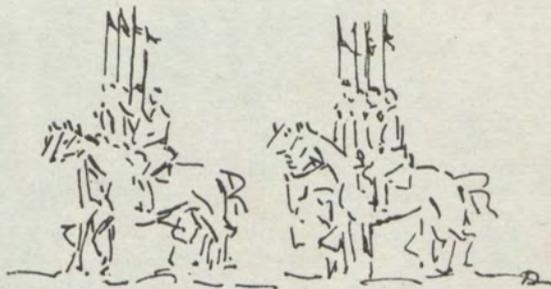
## Revista da Cavalaria

ção, com as fardas amarelas de caqui, grevas verdes ou polainitos, de porte altivo e grande correcção nos movimentos.

Terminado o desfile, retirou-se o Chefe do Estado com o mesmo cerimonial da chegada.

De novo, o Sr. General Pais de Ramos tomou, nas suas mãos, a espada de Mousinho e acompanhado das entidades atrás referidas, seguiu no automóvel escoltado pelo esquadrão da G. N. R. a caminho do Museu Militar onde ela ficará exposta como trofeu valioso de uma das páginas mais brilhantes da História de Portugal contemporâneo.

Terminavam, assim, oficialmente, as Comemorações do centenário do nascimento desse grande português que foi Joaquim Mousinho de Albuquerque.



A red decorative border in the shape of a stylized cloud or scalloped oval, with a small notch at the top and bottom, enclosing the text.

Este número foi composto e impresso  
no mês de Fevereiro de 1956  
na Tipografia  
da Liga dos Combatentes  
da Grande Guerra

Tipografia  
1956  
1956

Preço deste número

Assinatura 7\$50

Avulso 15\$00

# Revista da Cavalaria

## NOTA DA REDACÇÃO

Já depois de impresso o número comemorativo do Centenário, pela declaração n.º 105 da *Ordem do Exército* n.º 2—2.ª Série—Março de 1956 (pág. 115), foi fixada a data de 12 de Novembro de 1855 como sendo a do nascimento de Joaquim Mousinho de Albuquerque.

Regimento de Comandos  
BIBLIOTECA









